

REVISTA
DA
FACULDADE DE LETRAS

UNIVERSIDADE DO PORTO

REVISTA
DA
FACULDADE DE LETRAS

HISTÓRIA

II SÉRIE • VOL. VII • PORTO • 1990

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
HISTÓRIA

DIRECTOR — PRESIDENTE DO CONSELHO CIENTÍFICO
(PROF. DOUTOR ANTÓNIO TEIXEIRA FERNANDES)

COORDENADOR — PROF. DOUTOR JOSÉ MARQUES

SEDE E REDACÇÃO — FACULDADE DE LETRAS DO PORTO
RUA DO CAMPO ALEGRE, 1055
4100 PORTO
PORTUGAL

TIRAGEM — 500 EXEMPLARES

PUBLICAÇÃO ANUAL

OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

ÍNDICE GERAL

JOSÉ MARQUES	
<i>A Realidade da Igreja no tempo de S. Teotónio</i>	9
HUMBERTO BAQUERO MORENO	
<i>Relações entre Portugal e a Galiza nos séculos XIV e XV</i>	35
ARMINDO DE SOUSA	
<i>O Parlamento Medieval Português — Perspectivas Novas</i>	47
MARIA HELENA DA CRUZ COELHO	
<i>As Relações Fronteiriças Galaico-Minhotas</i> <i>à luz das Cortes do século XV</i>	59
LUÍS MIGUEL DUARTE	
<i>Súbditos da Coroa de Aragão em Portugal no séc. XV</i> — <i>Comércio e segurança. Algumas notas</i>	71
MARIA FILOMENA LOPES DE BARROS	
<i>As Comunas Muçulmanas em Portugal</i> <i>(subsídios para o seu estudo)</i>	85
AMÂNDIO BARROS	
<i>A Preparação das Armadas no Portugal de Finais da Idade Média</i>	101
AMÉLIA MARIA POLÓNIA DA SILVA	
<i>Recepção do Concílio de Trento em Portugal:</i> <i>As normas enviadas pelo Cardeal D. Henrique aos Bispos do Reino,</i> <i>em 1553</i>	133
FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA	
<i>Porto e Ribadouro no século XVII:</i> <i>A complementariedade imposta pela natureza</i>	145

LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS <i>Portugal e a Revolução Francesa (1777-1834)</i>	155
VICTOR DE SÁ e GASPAR MARTINS PEREIRA <i>Do Porto ao Báltico, 1780.</i> <i>Achegas para a História das relações entre Portugal e a Rússia</i>	219
FERNANDO DE SOUSA <i>O Jornal de Notícias e a Revolta de 31 de Janeiro de 1891</i>	255
C. A. FERREIRA DE ALMEIDA <i>A igreja de Jesus de Setúbal</i>	267
ROZA HUYLEBROUCK <i>Alguns documentos comerciais lusoflamengos do século XVII</i> <i>com interesse para a história de arte</i>	281
VÍTOR OLIVEIRA JORGE e SUSANA OLIVEIRA JORGE <i>Statues-Menhirs et Stèles du nord du Portugal</i>	299
SUSANA OLIVEIRA JORGE e VÍTOR OLIVEIRA JORGE <i>Trois Millénaires de vie préhistorique dans le nord du Portugal:</i> <i>des bâtisseurs des premiers dolmen aux sociétés hiérarchisées</i> <i>du bronze final</i>	325
MARIA DE JESUS SANCHES <i>Os abrigos com pintura esquemática da Serra de Passos — Mirandela,</i> <i>no conjunto da arte rupestre desta região. Algumas reflexões</i>	335
VÍTOR OLIVEIRA JORGE <i>Arqueologia e História: algumas reflexões prévias</i>	367
HUMBERTO BAQUERO MORENO <i>Doutoramento Honoris Causa</i> <i>de sua Excelência o Senhor Presidente da República,</i> <i>Doutor Mário Alberto Nobre Lopes Soares</i>	375
Prof. Doutor LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS <i>Mestre Júlio Resende</i>	385
Doutor MÁRIO ALBERTO NOBRE LOPES SOARES <i>Discurso proferido por sua Ex.ª o Presidente da República</i> <i>na cerimónia de doutoramento «Honoris Causa»</i> <i>na Universidade do Porto — 19 de Junho de 1990</i>	393
<i>Notícias</i>	399
<i>Recensões</i>	409

NOTA DE ABERTURA

Desde a sua restauração, em 1984, a «Revista da Faculdade de Letras», com as suas actuais quatro séries, tem cumprido o objectivo, que, há muito, lhe tinha sido traçado, de veículo difusor dos resultados das investigações dos docentes da Faculdade e de instrumento de permuta com as suas congéneres, que lhe têm dispensado o melhor acolhimento.

Quanto à série HISTÓRIA, a circunstância de servir, essencialmente, os docentes do curso de licenciatura em História e respectivas variantes de Arte e de Arqueologia não aconselha a opção pela organização de números monográficos, que, sendo sempre vantajosos em função da temática ou especialidade aprofundada em cada um deles, adiaría o apoio à pluralidade dos seus potenciais colaboradores.

Em situações concretas, porém, não será difícil encontrar soluções alternativas na publicação de volumes autónomos, articulados com a própria «Revista».

Apesar da estrutura actual, tem havido a preocupação de integrar alguma colaboração referente a acontecimentos que não poderiam passar em silêncio. Assim acontece também no presente volume, quanto às recentes comemorações da Revolução Francesa e às dos Descobrimientos Portugueses, estas programadas para durarem mais uma década.

Estamos atentos, igualmente, à vida da instituição universitária em que estamos integrados. Por isso, no local próprio, demos o devido relevo ao doutoramente honoris causa, com que a Universidade do Porto, através da Faculdade de Letras, distinguiu Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Doutor Mário Alberto Nobre Lopes Soares.

A REALIDADE DA IGREJA NO TEMPO DE S. TEOTÓNIO*

Por José Marques

I — Introdução

A promoção destas jornadas culturais, subordinadas à temática da *família*, se constitui uma clara manifestação da importância pastoral e cultural deste Seminário no Alto-Minho, revela também fidelidade ao espírito e acção do seu patrono, S. Teotónio, que hoje celebramos. É por isso que, não obstante a extrema actualidade da temática destas jornadas — que mais avulta no contraste com o elevado grau de incultura religiosa e de progressiva e orquestrada corrosão dos valores da *família*, na sua dupla dimensão humana e cristã — por estranho que pareça, não será inadequado apreciar, conquanto sumariamente, a realidade eclesial do tempo de S. Teotónio, isto é, dos finais do século XI e do século XII, em que a *família* e o *clero* estiveram particularmente presentes no processo de *reforma* da Igreja, a que S. Teotónio deu precioso contributo. A *família* e o *sacerdócio* — para sermos mais exacto — afinal, dois temas de permanente actualidade na vida bimilenar da Igreja.

Conhecer a realidade da Igreja no tempo de S. Teotónio, isto é, o ambiente da sociedade no Condado Portucalense e do Portugal nascente, no quadro das vicissitudes da Cristandade europeia, ajudar-nos-á a

* Texto elaborado para servir de base à intervenção feita, em 18-2-1991, nas *II Jornadas Teotonianas*, promovidas pelo Seminário de S. Teotónio, Monção, e aí realizadas, de 17 a 24 do mesmo mês e ano.

comprendermos melhor a clarividência de espírito de S. Teotónio, o voluntarismo da sua opção religiosa e o vigor da obra que ajudou a fundar, cujos benéficos efeitos se expandiram por todo o Reino e perduraram durante séculos, ajudando a modelar a alma do povo que somos e a caldear as matrizes da nossa cultura cristã.

Também essa — tal como a nossa — era uma época de profunda mudança, em que foi necessário lutar contra a incultura, a imoralidade, as opressões e violências, às quais a Igreja foi opondo, com inabalável firmeza, os princípios evangélicos que informavam a sua acção e o ensino ministrado nas suas escolas, as *tréguas* e a *paz de Deus*, o direito de asilo, as virtudes cristãs da cavalaria etc., sem, no entanto, ter sido possível impedir a consumação do lamentável Cisma do Oriente, que ainda hoje perdura.

Nesta perspectiva, vem a propósito recordar os termos em que François Lebrun, ao abrir uma obra colectiva recente, acentuou a importância do conhecimento da história do Cristianismo: — «*Sejam quais forem os progressos de secularização das sociedades e dos Estados, e o declínio da prática religiosa durante as últimas décadas, o cristianismo continua a ser uma das bases da civilização europeia. É por isso que, independentemente das opções pessoais de cada um, ignorar a história e o conteúdo do cristianismo é o mesmo que condenarmo-nos a não compreender nada da maior parte das grandes obras de arte e das literaturas europeias*»¹. E poderemos acrescentar que equivale a privarmo-nos das lições do passado para a construção do futuro.

Falamos da Igreja e da sua história, mas não restringimos o termo à Igreja local, o que dá nova projecção ao tema enunciado.

Antes de prosseguirmos, parece-nos oportuno recordar que a Igreja, na definição do Concílio Vaticano II, é o *redil, rebanho, campo* ou *agricultura*, de que Jesus Cristo é o pastor e o próprio Deus o agricultor².

¹ LEBRUN, François — *As grandes datas do cristianismo...*, Lisboa, Editorial Notícias, 1990, p. 5.

² *Lumen gentium*, n.º 6.

«... é o redil, cuja porta e necessário pastor é Cristo. É também o rebanho do qual o próprio Deus predisse que seria o pastor, e cujas ovelhas, ainda que governadas por pastores humanos, são contudo guiadas e alimentadas sem cessar pelo próprio Cristo, bom pastor e príncipe dos pastores, o qual deu a vida pelas suas ovelhas. A Igreja é a agricultura ou o campo de Deus. Nesse campo cresce a oliveira antiga de que os patriarcas foram a raiz santa e na qual se realizou e realizará a reconciliação de judeus e gentios. Ela foi plantada pelo celeste agricultor como uma vinha eleita. A verdadeira videira é Cristo que dá a vida e fecundidade aos sarmentos, isto é, a nós que pela Igreja permanecemos n' Ele, sem o qual nada podemos fazer».

Mas esta instituição, com todos os atributos de que o seu divino fundador a dotou, é constituída por homens, marcados por limitações e fraquezas, que, não raro, se repercutem, de forma estranha, no rosto visível da Igreja, como a História em muitos casos registou, bem como as soluções encontradas para resolver tais disformidades.

São essas vicissitudes por que passaram as instituições eclesiásticas as dificuldades e erros surgidos, os modos como foram ultrapassados, os efeitos produzidos e as suas repercussões que procuraremos conhecer, com serenidade e sem receios da verdade total, seguros de que, se tais situações históricas escurecem, momentaneamente, a imagem visível, social, da Igreja, não conseguem destruir a sua santidade intrínseca, sempre capaz de se renovar nos seus membros.

O conhecimento dessas realidades históricas, longe de nos distrair das responsabilidades apostólicas dos nossos dias constituirá lição a reter e a certeza de que o verdadeiro Senhor da História, *ontem, hoje e amanhã*, é Cristo³.

Não perderemos de vista que o nosso objectivo é conhecer e caracterizar a situação concreta da Igreja, no tempo de S. Teotónio. Selecionaremos, por isso, os aspectos mais expressivos e que melhor nos ajudem a compreender esse tempo e ambiente históricos, bem como a obra que este Santo patrono nos legou, tudo devidamente enquadrado num processo de longa duração.

Bem conhecemos a importância deste tema e a dificuldade de o tratar de forma conveniente e acessível, em tão curto espaço de tempo, o que obriga a fazer um grande esforço de síntese, com as inevitáveis lacunas...

Conforme afirmámos, a preocupação de apresentar o tempo em que S. Teotónio viveu como período de *mudança* que foi na história da Igreja, exige que se escolham os aspectos mais expressivos e susceptíveis de traduzirem essa realidade. Aludiremos, por isso, conforme os casos, à defesa dos direitos da Igreja, à restauração das dioceses, à renovação monástica, aos problemas do clero, da família, etc., mas muitos outros terão de ser preteridos neste momento.

À luz destes tópicos, parece-nos desnecessário esclarecer que não é nosso propósito traçar aqui uma biografia de S. Teotónio, por certo bem conhecida dos presentes, mas dela nos socorreremos sempre que o considerarmos pertinente⁴.

³ *Hebreus*, 13, 8: — «*Ihesus Christus eri, et hodie: ipse et in saecula*»

⁴ S. Teotónio nasceu em Tardinhade, freguesia de Ganfei, concelho de Valença, em 1082, segundo se pensa. Levado para Coimbra pelo bispo D. Crescómio, seu tio, frequentou a escola catedralícia, onde teve como preceptor o arcediogo D. Telo. Passou

Para maior clareza, dividimos esta breve exposição em duas partes, abordando, na primeira, os principais aspectos da vida da Igreja universal nos séculos XI-XII e, na segunda, a situação da Igreja no ocidente peninsular, nos primórdios da nacionalidade portuguesa.

I — A Igreja nos séculos XI-XII. Principais aspectos

A partir dos meados do século XI, iniciou-se um profundo movimento de mudança, que visava reagir contra os nefastos efeitos do trágico *século de ferro*, período em que, desde meados do século X até ao segundo quartel do século XI, o papado esteve à mercê de poderosas famílias italianas, entre elas a dos *Teodora* e dos *Condes de Túsculo*, com todo o cortejo de lamentáveis situações, que levaram o imperador alemão, Henrique III, a intervir a fim de restituir a paz e a tranquilidade de que o papado romano carecia.

Mercê deste «benéfico» apoio, o papado conseguiu libertar-se da tirania das famílias italianas, mas entrou na órbita imperial, uma vez que Henrique III exigiu e obteve, nestas difíceis condições para a Igreja, o chamado *direito de principado*, segundo o qual nenhum papa seria eleito sem ele ser previamente consultado⁵. Era uma nova forma de dependência que se criava e de queurgia libertar-se logo que possível.

Na sequência do regime feudal, fortemente implantado na França e na Europa Central, a designação e investidura episcopal eram abusivamente exercidas por muitos reis, príncipes e senhores nobres, com o bem

depois para Viseu, onde exerceu as funções de Prior do Cabido, funções a que renunciou para ir em peregrinação à Terra Santa, onde voltou uma segunda vez — sendo mais tarde convidado por D. Telo e por D. João Peculiar, futuro arcebispo de Braga, a integrar o grupo fundador do Mosteiro de S.^{ta} Cruz, de que foi o primeiro Prior, eleito em 24 de Fevereiro de 1132. Em 1152, renunciou também a este cargo, mas continuou a viver no Mosteiro até à sua morte, em 18 de Fevereiro de 1162. No ano seguinte (1163) foi canonizado em cerimónia solene a que presidiu o arcebispo D. João Peculiar. Foi duas vezes à Terra Santa como peregrino.

Bíbl. — *A vida de S. Teotónio*, prefácio, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira, Coimbra, Igreja de S.^{ta} Cruz, 1987; CRUZ, António — *D. Teotónio, prior de Santa Cruz. O primeiro cruzado e primeiro santo de Portugal*, in *Santa Cruz de Coimbra, do século XI ao século XX. Estudos*, Coimbra, 1984, pp. 21-58. COSTA, Avelino de Jesus da — *TEOTÓNIO, São*, in *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 17, cols. 1370-1371.

⁵ LLORCA, Bernardino, S.J. — *Manual de História Eclesiástica*, 4.^a ed., Madrid, Ed. Labor, 1955, p. 265.

conhecido rol de inconvenientes para a vida da Igreja. E não são de estranhar estas ingerências do poder civil na vida da Igreja, pois as suas raízes mergulham no cesaropapismo romano, ainda hoje solapadas por aí. Neste contexto, não são de estranhar outros abusos graves, como as práticas *simoníacas* na aquisição de funções e benefícios eclesiásticos, a troca de compensações materiais, e as teorias e práticas *nicolaiticas*, que pretendiam contrariar a disciplina do celibato eclesiástico, justificando o casamento de bispos e padres mediante a interpretação errônea de passagens da *Sagrada Escritura* desinseridas do seu verdadeiro contexto⁶.

Estas e outras manifestações da crise profunda em que a Igreja ficou envolvida na sequência das conhecidas perturbações decorrentes do *século de ferro* não permitiram acompanhar, como se impunha, as delicadas relações entre o Pontífice romano e o Patriarca de Constantinopla, que, já no tempo de Fócio (857-886), se tinham deteriorado, sem contudo chegarem à ruptura definitiva, porque os condicionalismos políticos do Império do Oriente não lhe foram favoráveis. Em 1054, porém, o patriarca Miguel Cerulário, após violenta campanha contra Roma, mandou fechar as igrejas e mosteiros latinos de Constantinopla, continuou os ataques ao Papa Leão IX — com o qual se iniciou a reforma da Igreja, sob inspiração do monge Hildebrando, futuro Gregório VII — e recusou-se a receber os legados pontifícios, que, por sua vez, não hesitaram em deixar o decreto de excomunhão do patriarca sobre o altar da basílica de Santa Sofia, consumando a ameaça do Cisma⁷, que se mantém em nossos dias.

Estas breves notas bastam para evidenciar as enormes dificuldades da Igreja e justificar a absoluta necessidade de reforma, cujo processo ocupou toda a segunda metade do século XI e grande parte do século XII, precisamente o período em que decorreu toda a vida de S. Teotónio.

A dependência dos Pontífices em relação aos Imperadores e dos bispos e outros prelados face aos grandes senhores da nobreza era vexatória, pelo que se impunha a restauração da liberdade eclesiástica.

O primeiro grande passo nesse sentido foi dado pelo sínodo de Latrão, de 13 de Abril de 1059, que no seu cânone IV determinou: — «... que ninguém podia receber de um leigo, por qualquer modo que fosse, uma igreja, grande ou pequena, sem consentimento do bispo da diocese onde ela se encontrasse», retomando a mesma ideia no cânone VI para estender tal proibição às entregas gratuitas e simoníacas.

⁶ *Histoire de l'Église depuis les origines jusqu'à nos jours*, sous la direction de Augustin Fliche e Victor Martin, vol. 8, Paris, Bloud et Gay, 1950, p. 29.

⁷ LLORCA, B. — *O.c.* pp. 277-278.

Estas disposições legislativas tinham como suporte doutrinário o tratado *Adversus simoniacos*, em que o cardeal Humberto de Silva Cândia negava aos leigos «o direito de distribuir funções eclesiásticas e de dispor da graça pontifícia e pastoral». Iniciava-se, desta forma, o combate à investidura laica, de qualquer espécie que ela fosse, reservando o mesmo sínodo apenas aos cardeais-bispos o direito de eleger o novo papa, cabendo aos restantes cardeais, ao clero e ao povo dar o seu assentimento à eleição⁸. Embora o processo de eleição canónica do papa viesse a ser progressivamente aperfeiçoado até ser confiado ao *colégio cardinalício*, na sua globalidade, temos de reconhecer que a decisão lateranense, de 13 de Abril de 1059, se revelou de incalculável alcance no processo de reforma da Igreja, aqui radicando, em última instância, a célebre questão das investiduras, em que tanto se envolveram os imperadores Henrique IV e Henrique V, finalmente resolvida pela concordata de Worms, de 1122.

Mas este sínodo de Latrão, de 1059, além de subtrair o papado à tutela imperial e de outros leigos, empenhou-se, com não menor zêlo, na reforma moral do clero, atingido pelos princípios nicolaítas, propalados pelo bispo Ulric de Ímola, partidário do casamento do clero, como o único meio — segundo afirmava — de restabelecer a moralidade, apoiando os seus argumentos em passagens das epístolas de S. Paulo a Timóteo⁹ e aos Coríntios¹⁰, desintegradas do seu contexto e depois deturpadas.

Neste movimento de libertação da Igreja, pela supressão da investidura laica, e de moralização, houve a colaboração anónima de inúmeros membros do clero; há, porém, duas figuras que têm pleno direito a serem evidenciadas: S. Pedro Damiano, que se notabilizou na defesa do celibato eclesiástico, e o monge Hildebrando, futuro Gregório VII, que vivendo na Cúria Pontifícia desde 1048, foi o grande estratega das medidas reformistas anteriores à sua elevação ao pontificado, em 1073, como o envio de legados pontifícios permanentes ou temporários, conforme os casos, e o início da cruzada contra os árabes na Península Ibérica, medidas ampliadas com extremo zelo e prudência até à sua morte, em 25 de Maio de 1085.

Pela importância da exemplaridade da sua acção no seio da Igreja, nesses tempos difíceis de crise, convém salientar alguns dos seus traços biográficos, que ajudarão a responder à pergunta por certo latente no

⁸ *Histoire de l'Église...* vol. 8, pp. 15, 18.

⁹ I *Tim.*, III, 2.

¹⁰ I *Cor* VII, 2 e 8-9.

espírito de muitos: — Quem era o grande reformador Gregório VII e onde residia o segredo da eficácia da sua acção, bem como do movimento por ele estimulado, que continuou para além da sua morte?

Era um monge do Mosteiro de Santa Maria do Aventino, na cidade de Roma, nascido entre 1015 e 1020, que pela sua virtude e muito saber, foi chamado para a Cúria papal, onde já prestava serviço em 1048. Desde esse ano até 1073, foi o grande promotor das sucessivas medidas reformistas entretanto aprovadas e divulgadas. Como reconhecimento pelos seus méritos e serviços prestados foi nomeado arcebispo da Igreja Romana, e, em 22 de Abril de 1073, à semelhança do que outrora acontecera com S.^{to} Ambrósio, em Milão, pela boca de uma criança, também agora a multidão romana, conhecedora das suas virtudes, clamou «Hildebrando bispo» sendo, de imediato, ordenado bispo e depois elevado ao supremo pontificado.

O êxito das suas iniciativas pastorais e profundamente reformadoras radica numa fé inabalável, impressionante piedade eucarística, que o levava a recomendar à rainha Adelaide da Hungria a comunhão diária, para manter a intimidade com Deus, filial devoção mariana, sincera humildade, espírito de justiça, entranhado amor à paz, e numa extraordinária cultura bíblica, revelada nas frequentes citações que ocorrem nas suas cartas e nos documentos oficiais por ele outorgados, revelando-se um exímio conhecedor dos Salmos e dos livros do Novo Testamento, com recurso frequente à tradição patrística¹¹.

Não admira, por isso, que nas suas preocupações apostólicas fossem prioritárias as do combate à ignorância do clero e do correcto governo da Igreja, apoiado numa forte teorização elaborada a partir da análise do *poder das chaves*, levada às últimas consequências, condensada nas vinte e sete proposições do célebre *Dictatus Papae*, em que proclamou a supremacia do Romano Pontífice sobre toda e qualquer autoridade terrena. A título de exemplo, vejamos algumas delas, particularmente destinadas a limitar as tendências hegemónicas dos imperadores e eventuais manifestações *conciliaristas*:

1 — A Igreja romana foi fundada pelo único Senhor.

2 — Só o pontífice romano pode ser chamado universal.

3 — Só ele pode depor e absolver os bispos.

4 — O seu legado, num concílio, preside a todos os bispos, mesmo que ele seja de categoria inferior, e só ele pode proferir uma sentença de deposição.

¹¹ *Histoire de l'Église...* vol. 8, pp. 58-62.

9 — O papa é o único homem a quem todos os príncipes beijam os pés.

12 — O papa pode depor os imperadores.

16 — Nenhum concílio pode ser considerado universal sem a sua autorização.

18 — Uma sentença do papa só pode ser revista por ele.

27 — O papa pode dispensar os súbditos do juramento de fidelidade feito aos injustos¹².

O *Dictatus Papae* constitui um dos principais elementos da fundamentação da *teocracia*, documento estimulado pela necessidade de libertação do papado do domínio de famílias nobres e do próprio imperador e serviu de fio condutor das posições pontifícias, durante a longa questão das investiduras com Henrique IV e Henrique V, tendo o primeiro sido obrigado a ir penitenciar-se a Canossa.

Em síntese, podemos afirmar que o esforço da primeira fase da reforma gregoriana teve como principal objectivo libertar a Igreja da investidura laica, que, aliás, se apoiava nos princípios do cesaropapismo e nas estruturas feudais, lutar contra os nicolaítas pela moralização do clero, difundir e consolidar a influência da Cúria Romana nos países periféricos da Cristandade como a Península Ibérica, onde a acção reconquistadora dos monarcas cristãos passou a ser coadjuvada pelas *cruzadas do ocidente*, que viriam a servir de modelo às futuras Cruzadas do Oriente.

Neste movimento de tendência centralizadora, desempenharam função importante o *rito romano*, como poderoso elo de coesão, em torno da Igreja de Roma, os cluniacenses — grandes paladinos da reforma gregoriana — e várias colecções canónicas, como os de Anselmo de Lucques, de Deusdedit, etc.¹³.

Na fase seguinte, coincidente com o tempo de S. Teotónio, sem descurar as linhas de rumo traçadas anteriormente, ocupam posição de relevo as Cruzadas do Oriente, destinadas a libertar os lugares Santos da

¹² *Histoire de l'Église...* vol. 8, pp. 79-80.

Não cabe no âmbito desta exposição explicitar toda a densidade doutrinal e o alcance prático destas e das restantes proposições do *Dictatus papae*. Gostaríamos, no entanto, de observar que foi apoiado nestes princípios que, então e nos séculos seguintes, o papado tomou algumas medidas importantes e bem conhecidas, neles residindo o antídoto contra as doutrinas *conciliaristas*, que tão em voga estiveram durante o *Cisma do Ocidente* e nas quais tentou apoiar-se o próprio Martinho Lutero, antes da reunião do *Concílio ecuménico de Trento* (1545-1563).

¹³ *Histoire de l'Église...* vol. 8, pp. 184-186.

violenta ocupação árabe e a resolução definitiva da questão das investiduras, em 1122.

Após a morte de Gregório VII, em 1085, o movimento de reforma continuou a desenvolver-se, estimulado, entre outros, pelo papa Urbano II, antigo monge de Cluny, que sem deixar esmorecer as preocupações com a afirmação do prestígio da Igreja, no concílio de Clermont-Ferrand (1095), aprovou a ideia da organização da 1.^a Cruzada do Oriente, aliás coroada de êxito.

Neste período de mudança, embora não se possa falar propriamente de *colegialidade* tal como hoje a entendemos, surgiram iniciativas que vale a pena enumerar, como a participação dos cardeais no governo da Igreja, o recurso às legacias temporárias, a submissão directa de abadias à Santa Sé, eximindo-se às intromissões do poder episcopal, a crescente expansão, por toda a Europa cristã, das comunidades de cónegos regulares, como reacção contra os nefastos efeitos do nicolaísmo, etc. Concretamente em relação à Península Ibérica, além da penetração e difusão da observância beneditina cluniacense, temos de registar a substituição da liturgia moçárabe — também dita visigótica — pela romana.

A este rol de problemas graves que o papado romano teve de enfrentar e resolver a partir do momento em que, nos meados do século XI se iniciou o da libertação da tutela laica, incluindo a imperial, poder-se-iam acrescentar outros que implicavam análises de maior pormenor, como o movimento de contestação do *Dictatus Papae*, etc.

Em ordem ao nosso objectivo, cremos ter dito o suficiente para se compreender as reais dificuldades vividas pelas instituições eclesiásticas à escala supranacional e a imperiosa necessidade que havia de uma autêntica mudança.

II — Situação da Igreja nos primórdios da nacionalidade

Mas se do plano da Cristandade universal passarmos para o âmbito que, numa primeira fase, só impropriamente poderemos denominar *nacional*, entraremos em contacto directo com a realidade eclesiástica de que o próprio S. Teotónio foi testemunha, bem conheceu e sentiu. É que a vida deste Santo, que hoje homenageamos, decorreu numa época profundamente marcada por diversas mudanças: demográfica, política, económica, eclesial e — porque os termos não são coincidentes, permitam-nos acrescentar — eclesiástica, para melhor traduzirmos todo o movimento de restauração de dioceses, substituição do rito visigótico-moçárabe pelo romano e a opção diversificada dos mosteiros de tradição visigótica — tão fortemente implantada no noroeste peninsular — pelas novas

observâncias transpirenaicas: beneditinas de Cluny e de Cister, e agostinha de Santa Cruz de Coimbra, cujas raízes mergulham no movimento canónico, estimulado pela reforma gregoriana, a que já aludimos, caldeada no estreito contacto com a comunidade de S. Rufo de Avinhão.

É praticamente impossível falar da realidade da Igreja ou das situações que ela viveu num determinado momento sem conhecer a problemática da sociedade em que estava implantada. A Igreja não é uma realidade meramente espiritual, insere-se na vida dos homens e das instituições, que acompanha nas suas vicissitudes. Foi por isso que, há momentos, utilizámos a expressão «*impropriamente dita nacional*», porque nos finais do século XI e nas quatro primeiras décadas do século XII não constituíamos ainda um reino oficialmente reconhecido como independente. Além disso, para evocar a realidade eclesial contemporânea de S. Teotónio, é necessário proceder à sua leitura, por mais sintética que seja, no seu verdadeiro cenário histórico.

1 — *Restauração das dioceses*

Deixando de parte a desorganização causada pela invasão árabe de 711 até ao século XI, convém observar que só após a reconquista de Coimbra, em 1064, por Fernando Magno, é que se tornou viável proceder à reorganização do território e à restauração das antigas dioceses do território, agora definitivamente libertado, de entre Lima e Mondego, uma vez que a área de Entre Minho e Lima estava integrada na diocese de Tui, desde a Alta Idade Média¹⁴.

O jovem Teotónio, cedo transferido das margens do Minho para as do Mondego, ter-se-á apercebido rapidamente das diferenças estruturais entre estas duas regiões e das dificuldades, evidenciadas no sector

¹⁴ Desde o séc. VI que a diocese de Tui, cujos limites meridionais chegaram ao rio Lima, esteve integrada na metrópole lucense (DAVID, Pierre — *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Lisboa, 1947, pp. 42 e 65).

A história eclesiástica do Entre Minho e Lima está longe de se poder considerar feita, embora tenha recebido um contributo muito importante no estudo do Prof. Doutor Avelino de Jesus da Costa, intitulado *A comarca eclesiástica de Valença. Antecedentes da Diocese de Viana do Castelo*, Ponte de Lima, 1981. A falta de estudos anteriores já nos permitiu classificar esta região como uma espécie de *terra de ninguém* dos historiadores espanhóis e portugueses: dos primeiros, porque não ultrapassavam o Minho, e dos segundos porque se fixavam no Lima. A situação actual, felizmente, é mais animadora, mas para os séculos XI e XII notam-se ainda grandes lacunas.

eclesiástico pela oposição levantada à entrada de seu tio, o bispo D. Crescónio, na diocese que lhe tinha sido confiada, situação a que não foram estranhas poderosas razões étnico-sociais e religiosas¹⁵.

O avanço da reconquista até à linha do Mondego criara as indispensáveis condições de segurança para se pensar na restauração das dioceses de Braga, Porto, Coimbra, Lamego, Viseu e, mais tarde da Guarda¹⁶.

A de Braga foi restaurada, em 1071, e a do Porto, em 1112. Quanto à de Coimbra, apesar de, na vigência da dominação árabe, ter sido confiada durante quarenta e cinco anos (867-912) ao bispo Náusto, residente em Braga e em Iria, e, em 1018, ter como prelado D. Afonso, só terá sido definitivamente restaurada em 1080, ano em que para aí foi transferido, a pedido do governador moçárabe, Sisnando, D. Paterno, até então bispo de Tortosa, que governou a diocese de Coimbra até 1088¹⁷. A sua jurisdição estendia-se também às dioceses de Lamego e de Viseu, que só no século XII vieram a autonomizar-se. Entretanto, em 12 de Abril de 1116, Pascoal II separou a diocese de Lamego da de Coimbra e anexou-a à do Porto, restaurada quatro anos antes. O próprio pontífice justificou esta mudança de anexação, na bula *Apostolice Sedis*. É que Lamego e Viseu tinham sido anexadas à diocese de Coimbra a fim de com as suas rendas mais rapidamente se proceder à sua recuperação: —

¹⁵ Esta oposição compreende-se, atendendo à procedência, formação cultural e religiosa de D. Crescónio — abade do Mosteiro beneditino de S. Bartolomeu de Tui — paladino da reforma gregoriana e da liturgia romana, que iria introduzir em Coimbra, em substituição da moçárabe (MATTOSO, José — *Crescónio*, in *Verbo. Enciclopédia luso-brasileira de cultura*, vol. 6.

Não virá a despropósito recordar que esta oposição à entrada de D. Crescónio só foi superada após a morte do governador Sesnando (1091), não sendo difícil encontrar nas dificuldades levantadas a este prelado uma indiscutível similitude com as causas da sublevação coimbrã de 1111, que levou o Conde D. Henrique a conceder foral a esta cidade. (SOARES, Torquato de Sousa — *Dois casos de constituição urbana: Santiago de Compostela e Coimbra*, in «Revista Portuguesa de História», tomo V, Coimbra, 1951, pp. 499-513; COELHO, Maria Helena da Cruz — *A propósito do foral de Coimbra de 1179*, Coimbra, 1979.

¹⁶ ERDMANN, Carl — *O Papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa*, Coimbra, 1935, pp. 8 1 ss.

Em relação à zona de Entre Minho e Lima, convém salientar que tendo sido reconquistada muito antes da presúria de «Portucale» (868), teve muito mais cedo condições de repovoamento e de reorganização eclesiástica, de acordo com a preferência das populações pelas terras fundas dos vales e com a precoce restauração da diocese de Tui em que estava integrada.

¹⁷ COSTA, A. de Jesus da — *Coimbra. 2) Religiosa* — in *Verbo. Enciclopédia luso-brasileira de cultura*, vol. 5, cols. 866-868.

«...donec eadem Colimbriensis restitueretur ecclesia». O objectivo foi atingido, pelo que a desligou de Coimbra e a entregou temporariamente ao bispo do Porto, D. Hugo, com a mesma finalidade, utilizando uma precisão de termos na descrição genérica do estado destas dioceses que vale a pena divulgar: — «...Nunc itaque quoniam largiente Domino Colimbriensis ecclesia et parrochie finibus aucta et cleri ac populi multitudinem consecuta est, equum duximus eandem sedem Lameci cum finibus suis Portugalensi ecclesie ad restitutionis subsidium adicere et unire, que multis retro temporibus destructa desolata nunc opitulante Dei gratia per industriam tuam et religionem karissime frater Hugo et coepiscopo, restauratur. Ipsam igitur cathedre condam episcopalis ecclesiam Lamecum cum parrochie sue finibus tue, karissime frater et coepiscopo Hugo, tuorumque successorum provisioni cureque commitimus, donec disponente Domino Portugalensis ecclesia statui suo restituatur aut ipse Lameci locus in status sui columen reductus cardinalem recipere mereatur episcopum»¹⁸. Repare-se na menção explícita do aumento demográfico e da recuperação económica, aliás, em perfeita harmonia com a expansão característica deste período, nestes aspectos.

A divisão administrativa de cada uma destas dioceses e a revitalização dos quadros paroquiais eram imprescindíveis para o novo tipo de assistência religiosa pretendida para as populações, que, até então, encontravam, essencialmente, nos mosteiros de tradição visigótica¹⁹, nas igrejas próprias e nas visitas esporádicas de algum bispo procedente da zona leonesa²⁰ alguma assistência.

Mas se esse era o caminho certo para obviar às inúmeras carências pastorais, logo foi perturbado pelas tensões surgidas entre os responsáveis das diversas dioceses, quer por se envolverem em longas contendas por causa dos limites das mesnas, quer alinhando com outras forças políticas, não se podendo omitir os obstáculos já levantados por Afonso VI, na

¹⁸ ERDMANN, Carl — *Patstirkundem in Portugal*, Berlim, 1927, pp. 168-169.

¹⁹ MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, I.N. - C.N., 1988, pp. 621-624, nas quais se condensa o pensamento de Pierre David, José Mattoso, A. Linage Conde e D. Justo Perez de Urbel sobre esta matéria.

²⁰ Entre outros, poderemos recordar os casos dos bispos de Coimbra, Nausto e Afonso (*Verbo*, vol. 5, col. 867) e de Gomado, ligado à fundação do mosteiro de S. Miguel de Negrelos (*Paraíso*), no ano de 870 (*Portugaliae Monumenta Historica. Diplomatae et chartae*, doc. n.º 5). Uma relação mais extensa pode ver-se em COSTA, P.º Avelino de Jesus da — *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, in *Actas do Congresso Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. I, Braga, 1990, pp. 390-394.

sequência do comportamento de Fernando Magno, preocupado em neutralizar as tendências autonómicas das famílias condais portugalenses, a que a restauração da metrópole eclesiástica de Braga dava corpo e enquadramento institucional.

Fernando Magno, conhecendo as tendências separatistas que, apesar da decadência política e biológica das antigas linhagens, em boa parte motivadas pela prática dos casamentos endogâmicos, palpitavam no território portugalense, procurou contrariá-las mediante uma nova divisão administrativa e o recurso a infanções elevados à categoria de governadores de cada uma dessas novas unidades, preterindo, assim, os membros das antigas linhagens²¹.

Foi na chameira dos reinados de D. Garcia e de D. Sancho na Galiza, que teve lugar o processo de restauração da diocese de Braga, sendo o seu primeiro bispo, D. Pedro, eleito por D. Sancho, em Abril de 1071²². Quando, pouco depois, Afonso VI reunificou o antigo império de seu pai, Fernando Magno, a diocese de Braga estava em franco ritmo de reorganização, sendo bem conhecidos também os obstáculos, desde então e durante várias décadas, levantados quer à recuperação da antiga dignidade metropolitana, quer ao reconhecimento de algumas dioceses sufragâneas — sendo o caso de Coimbra o mais notório — e à aceitação de alguns limites diocesanos antigos. Para traçar com objectividade o quadro eclesial portugalense neste período, teremos de acrescentar as pressões de Toledo e de Compostela contra Braga, alimentadas ao longo de várias décadas do século XII, até 1180²³ — coevas de S. Teotónio — as devastações praticadas pelos homens de armas (*maiorini*) de D. Teresa, na Sé de Braga, ainda em construção, neutralizando, assim, definitivamente o grandioso projecto de basílica de cinco naves que a colocava ao nível das mais importantes igrejas europeias de peregrinação²⁴.

²¹ MATTOSO, José — *As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI*, in «Studium generale». Boletim do Centro de Estudos Humanísticos, anexo à Universidade do Porto, Porto, vol. XII, 1968-69, pp. 59-62.

²² Apesar do muito que já se escreveu sobre este assunto, não há dúvida, agora, de que a eleição de D. Pedro ocorreu entre o fim de Março e 10 de Maio de 1071, o que obriga a situá-la, em Abril desse ano, como é razoável (COSTA, P.^o Avelino de Jesus da — *o.c.* (na nota 20), p. 424). 1948, p. 15, 27, 35 e 39.

²³ ERDMANN, Carl — *O Papado e Portugal...*, pp. 76-77.

²⁴ REAL, Manuel Luís — *O projecto da Catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português*, in *Actas do Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. I, Braga, 1990, pp. 435-511.

Além da bem documentada argumentação do autor, proceda-se ao confronto das plantas (figs. 27, 30, 31 e 40).

Esta violência, verdadeiramente inconsequente, só é compreensível por D. Teresa, nessa altura, estar completamente dominada pelos condes de Trava, representados na Corte portugalense por Fernão Peres.

Com a menção deste episódio, aliás significativo, não queremos omitir as iniciativas políticas e militares tendentes e impedir a transformação do Condado Portugalense em reino independente, movimento a que os prelados bracarenses deram indiscutível apoio, tanto indirectamente, na medida em que o reforço da autonomia e os privilégios da metrópole de Braga constituía um importante quadro de referências para as pretensões autónomicas da nobreza, havia muito, patenteadas na revolta do conde Nuno Mendes contra o rei Garcia²⁵, como directamente, fazendo alinhar os seus homens de armas ao lado do Infante D. Afonso Henriques, na batalha de S. Mamede, correspondendo ao pedido formal de apoio militar, feito em 27 de Maio de 1128²⁶, e através da acção diplomática desenvolvida por D. Paio Mendes, por ocasião do tratado de Tui, em 1137²⁷, e, sobretudo, por D. João Peculiar, desde o recontro de Valdevez (1140) até à sua morte, em 3 de Dezembro de 1175²⁸.

2 — *Reforma monástica*

Enquanto decorriam estas movimentações políticas, em que os mais altos responsáveis da Igreja portugalense — que já poderemos designar *portuguesa* — estavam de uma ou outra forma implicados, outras mudanças mais profundas e estáveis tinham lugar, integradas no vasto movimento de reforma da Igreja, desencadeado pelo já mencionado Hildebrando e por ele oficializado, quando cingiu a tiara pontifícia e tomou o nome de Gregório VII. Referimo-nos à impressionante reconversão dos numerosos mosteiros de tradição visigótica, existentes na faixa

²⁵ COSTA, P.º Avelino de Jesus da — *O.c.* (na nota 20), p. 414.

²⁶ A.D.B., *Gaveta de Braga*, n.º 5. *Liber Fidei*, doc. n.º 415.

²⁷ SOARES, Torquato de Sousa — *O significado político do tratado de Tui de 1137*, in «*Revista Portuguesa de História*», Coimbra, 1943, pp. 321-334. Na p. 322, nota (4), afirma expressamente que se tratou «... de um acordo verbal firmado e jurado pelo Infante e por 150 dos seus homens-bons, na presença do arcebispo de Braga e mais quatro bispos espanhóis e portugueses». (Sublinhado nosso).

²⁸ ERDMANN, Carl — *O Papado e Portugal...*, pp. 41-75.

²⁹ A título de exemplo, indico o Mosteiro de S. Romão do Neiva, referido no *Diplomatae et chartae*, n.º 689, como existente já em 1022, foi restaurado em 1087, adoptando a *Regra de S. Bento*. (MARQUES, José — *O estado dos mosteiros beneditinos da arquidiocese de Braga, no século XV*, in «*Bracara Augusta*», Braga, vol. 35, Jan-Dez. 1981, p. 83.

ocidental portuguesa, que se estende do Minho ao Mondego — quer se tratasse de mosteiros masculinos, femininos ou dúplices — às novas observâncias monásticas chegadas ao território portugalense, ainda antes da constituição do Condado (1195), com menção especial para os beneditinos cluniacenses²⁹, cuja influência na introdução da liturgia romana na diocese de Braga se documenta entre 1080 e 1085³⁰.

Não é viável citar individualmente quase centena e meia de mosteiros dispersos entre o Minho e o Mondego, nem isso interessará muito neste momento. Podemos, contudo, afirmar que a maior parte aderiu à *Regra de S. Bento*, na versão cluniacense; outros abraçaram a mesma regra, na sua variante cisterciense, que entre nós se difundiu algumas dezenas de anos mais tarde, a partir de 1143-1144, através da filiação ao mosteiro de S. João de Tarouca e por ele a Claraval³¹.

Conforme foi sugerido, tanto a implantação dos monges negros, ou cluniacenses como a dos bernardos ou monges brancos processaram-se mediante a adopção das respectivas observâncias, que, tendo como elemento comum o respeito pela *Regra de S. Bento*, eram caracterizadas por diferenças específicas. Podemos, assim, afirmar que a mudança consistiu no abandono definitivo do estilo de vida do monacato visigótico, que nesta região estava marcado pela *Regra de S. Frutuoso* ou *Regula communis* e a adopção dos costumes cluniacenses ou dos cistercienses. Em qualquer dos casos tratava-se sempre de «filiações», constituindo o Mosteiro de Alcobça a única excepção a este esquema, pois surgiu como verdadeira «função», autorizada no capítulo geral de 1152, presidido por S. Bernardo, que viria a falecer no ano seguinte³².

Observe-se, no entanto, que o conceito de «filiação», não é unívoco e traduz realidades diferentes, conforme se aplica aos mosteiros cluniacenses ou aos de monges brancos. Referido aos cluniacenses, significa apenas que foram adoptados a *Regra de S. Bento* e os costumes vigentes em

³⁰ MATTOSO, José — *Data da introdução da liturgia romana na Diocese de Braga*, in «Ora et labora», Mosteiro de Singeverga, 10 (3) 1963, pp. 135-144.

³¹ COCHERIL, Père Maur — *Études su le monachisme en Espagne et au Portugal*, Lisbonne, 1966, pp. 230 ss.

Esta cronologia e a definição da primeira abadia cisterciense em Portugal teve uma abordagem de revisão no estudo de MARQUES, Maria Alegria Fernandes — *A introdução da Ordem de Cister em Portugal. Revisão de um problema*. (No prelo).

³² S. Bernardo faleceu no dia 20 de Agosto de 1153. (OLIVEIRA, P. Miguel de — *Origens da Ordem de Cister em Portugal*, in «Revista Portuguesa de História», Coimbra, 5, 1951, p. 340.

Em 8-4-1153, D. Afonso Henriques outorgou a carta do couto de Alcobça, onde se viria a fundar o Mosteiro do mesmo nome, «... vobis domno Bernardo Claravalensis cenobii abati et fratribus vestris vestrisque succenoribus vestris in perpetuum...» (D.M.P. I. D.R., doc. n.º 243).

Cluny, não se estabelecendo, *ipso facto*, uma relação de dependência com esta abadia borgonhesa. Com efeito, só três abadias portuguesas estiveram dependentes de duas congêneres francesas, isto é: a de Rates de Sainte Marie de la Charité-sur-Loire, por doação expressa dos Condes Portucaleenses, D. Henrique e D. Teresa, confirmada por D. Afonso Henriques, e as de Vimieiro (Braga) e de S.^{ta} Justa de Coimbra do Mosteiro de Clunny, ao qual foram doadas, respectivamente, por D. Teresa e por D. Maurício Burdino, bispo de Coimbra³³. Aplicado às comunidades cistercienses, o termo «filiação», exprime uma efectiva relação de dependência da abadia-mãe, da qual recebeu a *regra*, as normas de vida e os monges incumbidos de as ensinarem aos membros da abadia-filha.

Embora raros, houve casos de comunidades que tendo abraçado, a princípio, a observância cluniacense, optaram, depois, pela de Cister, mais austera, como aconteceu em Fiães³⁴.

Foi precisamente no lapso de tempo que separou a introdução em Portugal destas duas observâncias beneditinas que, em Coimbra, o arcebispo D. Telo, com alguns companheiros, fundou o Mosteiro de Santa Cruz, de que S. Teotónio foi o primeiro prior. A base inspiradora do seu estilo de vida era a *Regra de Santo Agostinho*, burilada à luz da experiência da comunidade de S. Rufo de Avinhão, em França — que tanta influência teve neste mosteiro — e da espiritualidade haurida na meditação feita nos locais santificados pela vida, paixão e morte de Cristo, que S. Teotónio visitou duas vezes, peregrinação a que o biógrafo anónimo dedicou várias páginas da sua *Vida*³⁵.

Ultrapassa o âmbito desta exposição acompanhar a obra de S. Teotónio nos cabidos de Coimbra e de Viseu e, em particular, como co-fundador e primeiro prior de S.^{ta} Cruz de Coimbra, casa-mãe da Ordem de S.^{to} Agostinho. Há, porém, duas notas que importa salientar. A primeira é que a fundação deste mosteiro agostinho e respectiva Ordem, em Portugal, não obstante o projecto antigo, alimentado pelo Arcebispo D. Telo,

³³ COSTA, P.^c Avelino de Jesus da — *A Ordem de Cluny em Portugal*, ed. «Cenáculo», 1948, p. 15, 27, 35 e 39. Ver tb. *D.M.P. I. D.R.*, docs. n.^{os} 6, 75 e 217.

³⁴ MARQUES, José — *O Mosteiro de Fiães. Notas para a sua história*, Braga, 1990, pp. 19-22.

Na parte portuguesa da diocese de Tui verificou-se também uma vasta *mudança*, no século XII, traduzida nas opções pelas novas observâncias religiosas: beneditina, cisterciense e crúzia. Alguns desses mosteiros sobreviveram apenas até ao século XV, acabando por ser extintos, mercê das vicissitudes que os atingiram, aliás, comuns a outras regiões.

³⁵ *Vida de S. Teotónio*, prefácio, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira, Coimbra, ed. da Igreja de S.^{ta} Cruz, 1987, pp. 10-11 e, sobretudo, 14-20.

concretizou-se na sequência do «veto» — como hoje se diria — do Infante D. Afonso Henriques à eleição de D. Telo para bispo de Coimbra, preterindo-o e dando oportunidade à nomeação do cônego bracarense, Bernardo, largamente conhecido como biógrafo de S. Geraldo. Tal facto, ocorrido após a batalha de S. Mamede, embora aparentemente incaracterístico, tem um duplo significado: político e religioso. É que o Infante, sabendo-o próximo do partido de D. Teresa, agora afastada do governo, não queria um antigo e ainda potencial adversário à frente de uma diocese com a fronteira sul indefinida face à mourama; além disso, tanto D. Afonso Henriques como o arcebispo D. Paio Mendes sabiam que D. Telo e o bispo D. Gonçalo Pais tinham aderido à oposição ao arcebispo D. Maurício Burdino, empurrando-o para o lado do imperador Henrique V, que o nomeou antipapa, atitude altamente nociva para os direitos metropolitanos de Braga e para a causa da autonomia de Portugal, porque conduziu à deposição do arcebispo, como cismático, beneficiando, em contrapartida, Compostela e Toledo. A estes motivos de natureza política acrescia a circunstância de Coimbra ser um reduto de moçarabismo que não convinha alimentar, no contexto da reforma gregoriana. D. Bernardo, que tanto convivera com S. Geraldo — estrênuo defensor da *reforma gregoriana* e da implantação da liturgia romana, em Portugal — era o prelado certo, até porque a sua ligação ao arcebispo de Braga impedia de servir os interesses de Compostela e de Toledo.

A segunda nota pretende salientar a atitude de D. João Peculiar, igualmente co-fundador de S.^{ta} Cruz de Coimbra, que, em 1135, conseguiu colocar o mosteiro crúzio na dependência directa da S.^{ta} Sé, isentando-o, assim, da jurisdição episcopal conimbricense e integrando-o no verdadeiro espírito da reforma gregoriana.

A nova Ordem dos Cónegos Regrantes de S.^{to} Agostinho, difundiu-se rapidamente para Norte e para Sul de Coimbra. A melhor prova do interesse que ela despertou reside no facto de, em 1132, ano imediato ao da fundação, a sua *Regra* ter sido adoptada em S. Salvador de Grijó³⁶. Após a conquista de Lisboa, em 1147, ainda em vida de S. Teotónio, logo se pensou na fundação de S. Vicente de Fora.

Traçadas algumas coordenadas que nos ajudem a entrever a situação da Igreja no Portugal nascente, viria a propósito entrar na comuni-

³⁶ *Le cartulaire Baio - Ferrado du Monastère de Grijó (XI^e - XII^e siècles)*. Introduction et notes de Robert Durand, Paris, F. C. Gulbenkian - C. C. P., 1971, pp. XXIX-XXX.

dade crúzia de Coimbra, observar como estava estruturada, quem eram os seus componentes, como viviam o quotidiano, distribuindo o dia pela oração e pelo trabalho manual e intelectual, qual era o património, como o administrava, como racionalizava as despesas, etc. Falta, porém, o estudo de pormenor, realizado a partir da abundante documentação mais antiga conservada na Torre do Tombo. Os estudos sobre os primórdios de S.^{ta} Cruz têm incidido nos aspectos artísticos e na sua preciosa *livraria de mão*, outrora constituída pela colecção de códices, maioritariamente conservados na Biblioteca Pública Municipal do Porto, para onde foram transferidos por Alexandre Herculano, quando aí exercia as funções de bibliotecário.

Não era possível, nestas condições, responder com segurança às perguntas acima formuladas, a não ser por analogia com elementos posteriores, correndo-se o risco de deformar a realidade e isso não será história. Do que, porém, não há dúvida é de que estamos perante uma comunidade religiosa implantada em meio urbano, em contraste com o carácter rural das outras Ordens Monásticas, o que lhe permitiu desenvolver uma importante actividade de elevado nível cultural, donde saíram vultos da estatura de S.^{to} António, que, embora prosseguindo os estudos no estrangeiro, daqui levou as bases que lhe permitiram continuá-los sem graves dificuldades³⁷. Não menos importante foi o diálogo cultural travado com o meio urbano conimbricense e, mais tarde, com S.^{ta} Maria de Alcobaça.

O mosteiro de S.^{ta} Cruz, durante o priorado de S. Teotónio, prestou elevados serviços a D. Afonso Henriques, sobretudo após a transferência da Corte de Guimarães para Coimbra, bastando recordar que o seu *scriptorium* desempenhou, temporariamente, as funções de chancelaria régia, como se verifica por um significativo número de cartas régias aí exaradas³⁸. Além disso, temos de anotar o profundo respeito e estima do nosso primeiro rei por S. Teotónio, que era o seu principal confidente, sendo o primeiro a saber dos projectos das conquistas de Santarém e de Lisboa, permanecendo em oração enquanto decorriam os assaltos a estas fortalezas³⁹.

³⁷ Sobre a formação e preparação cultural recebida por S.^{to} António, em S.^{ta} Cruz de Coimbra, ver CAEIRO, Francisco da Gama — *Santo António de Lisboa. Vol. I. Introdução ao estudo da obra antoniana. Vol. II. A espiritualidade antoniana*. Lisboa, 1976 e 1969.

³⁸ *Documentos Medievais Portugueses. I. Documentos régios*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958.

³⁹ *Vida de S. Teotónio...* pp. 35-36.

Esta realidade explica o enorme poder de intercessão que o Prior da Canónica de S.^{ta} Cruz junto de D. Afonso Henriques, dele se valendo até para restituir elevado número de reféns muçulmanos à sua plena liberdade⁴⁰.

3 — O clero diocesano

Na apreciação da realidade eclesial portuguesa dos séculos XI e XII, não se pode omitir a alusão, mesmo sumária, ao *estado do clero diocesano* e à *família*.

Não é possível apresentar dados numéricos relativos aos clérigos, em particular presbíteros, então existentes, porque o número de dioceses e paróquias foi crescendo à medida que a reconquista avançava e os núcleos de povoamento iam aumentando. Mesmo em relação à diocese de Braga — a primeira a ser restaurada — sabemos que estendia a sua jurisdição à do Porto, que lhe esteve confiada mais de quatro décadas, até 1112. A partir do *censual*, organizado pelo bispo D. Pedro⁴¹, seria possível adiantar uma estimativa sobre o número de presbíteros existentes entre Lima e Ave, mas para as outras regiões desta vasta diocese e para as que se foram restaurando faltam informações seguras até ao século XIII⁴².

⁴⁰ *Vida de S. Teotónio...* pp. 28-29.

⁴¹ COSTA, P.^o Avelino de Jesus da — *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*. Coimbra, 1959 (2 vols.). Para este estudo interessaria, principalmente o 2.^o volume, em que publica alguns *censuais*.

⁴² Além das *Inquirições*, poderemos socorrer-nos do *Catálogo de todas as igrejas, comendas e mosteiros que havia nos Reinos de Portugal e Algarves pelos anos de 1320 e 1321...*, in ALMEIDA, Fortunato de — *História da Igreja em Portugal*. Nova edição, preparada e dirigida por Damião Peres, vol. IV, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1971, pp. 113-116.

Como elementos de confronto e afirmação da progressiva organização paroquial, podemos informar que, no séc. VI, tinha apenas oito paróquias. Não dispomos de número actualizado para os séculos XI e XII, mas em 1258, já eram 193 (COSTA, P.^o A. J. — *A comarca eclesiástica de Valença...* pp. 90-91). Embora seja de admitir um acréscimo desde o tempo de S. Teotónio até meados do séc. XIII (1258), não há dúvida de que, no século XII, o território da diocese de Tui na parte de Portugal estava razoavelmente organizado, como se documenta pelas numerosas igrejas românicas erigidas ao longo dos séculos XII e XIII, cujas dimensões, apesar de se tratar de um período de expansão demográfica, continuam a apontar para uma população relativamente diminuta e um generalizado clima de pobreza.

É certo que a organização paroquial pôde iniciar-se aqui mais cedo do que noutras dioceses portuguesas, mas nem por isso encontrámos marcas específicas, típicas desta região.

Quanto à preparação cultural e formação espiritual do clero, é necessário recordar que não havia seminários incumbidos desta dupla função. Temos, por isso, de contar com a acção desenvolvida nesse sentido pelas escolas catedralícias⁴³, à medida que foram surgindo, pelos mosteiros, pelas colegiadas e, até, por algumas igrejas espalhadas pelas dioceses⁴⁴. O nível de preparação era, necessariamente, desigual, e, apoiados nas *constituições sinodais* do século XIII, não é ousadia afirmar que, em muitos casos, era deficiente. Numa tentativa de minorar tais limitações, generalizou-se a aplicação da disposição sinodal que assegurava durante três anos os rendimentos do benefício ao titular que se dispusesse a frequentar os estudos em escola adequada ou mesmo em alguma universidade estrangeira, contanto que ficasse assegurada a cura pastoral⁴⁵.

Não obstante estas limitações, quem manuseia a documentação depara, com alguma frequência, com clérigos designados por *magister* ou mesmo só por *scholaris*.

⁴³ CAEIRO, Francisco da Gama — *As escolas capitulares no primeiro século da nacionalidade portuguesa*, in «Arquivos de História da Cultura Portuguesa», Lisboa, vol. I, n.º 2, 1966, pp. 1-47. Sobre o que em matéria de cultura e ensino se passava nos mosteiros, sobretudo entre os beneditinos, ver MATTOSO, José — *A cultura monástica em Portugal. (711-1200)*, in «Arq. de Hist. da Cultura Portuguesa», Lisboa, vol. III, n.º 2, 1969, pp. 1-35.

Em relação a S.^{ta} Cruz de Coimbra, ver CRUZ, António — *Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média*. Vol. I. *Observações sobre o «Scriptorium» e os estudos claustrais*. Porto, 1964.

⁴⁴ Um caso típico é o da igreja de S. Paio de Pousada, nos arredores de Braga, que o arcebispo D. Silvestre Godinho contemplou no seu testamento com um casal, dizendo textualmente; — «*Item casale meum quod emi per Iohannem Munionis in Baronceli mando dari sancto Pelagio de Pousada, ubi fui nutritus per trientium et legi psalterium et licet illud emerim postquam fui archiepiscopus em [p] tum fuit tamen per procuratorem meum in patrimonialibus rebus*» (COSTA, António Domingues de Sousa — *Mestre Silvestre e Mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*, Braga, 1963, p. 15).

Coeva do Arcebispo D. Silvestre Godinho era a colegiada da Correlhã, que, à luz de um documento, de 13 de Novembro de 1239, podemos mencionar como uma autêntica escola de formação sacerdotal, uma vez que aí nos aparecem diversos presbíteros, diáconos, um subdiácono e vários clérigos (MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga, no século XV*, Lisboa, I.N.-C.M., 1988, pp. 483-484).

⁴⁵ *Synodicon hispanum. II. Portugal*, dirigido por António Garcia y Garcia. Madrid, B.A.C., 1982, pp. 11 e 29, respectivamente, correspondentes às *constituições sinodais* de D. Frei Telo, de 1281 (constituições 1.^a, 2.^a e 4.^a) e constituição 5.^a do sínodo de 1285(?).

Outras informações relativas à exigência de preparação cultural para a promoção a ordens sacras podem ver-se em MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga, no século XV...* pp. 998-1004 e respectivas notas.

A legislação insiste na exigência de uma cultura mais esmerada, a começar pelo domínio do latim e pela necessidade de saber ler e cantar⁴⁶. Paralelamente vai aumentando também o grau de exigência na admissão a Ordens e até mesmo que haja algum proponente que, de certo modo, abone a idoneidade do candidato. Mesmo assim, o facto de nas próprias constituições sinodais aparecerem sanções para os atentados à moralidade revela que ainda havia um longo caminho a percorrer na formação e aperfeiçoamento da vida do clero⁴⁷. Nem devemos estranhar tais situações. Com uma formação limitada, para não dizer deficiente, em muitos casos, vivendo num grande isolamento em paróquia de fraca densidade populacional, só esporadicamente tendo algum contacto directo com o prelado ou seu delegado e sem apoios específicos... não era fácil conseguir que a realidade fosse outra.

Apesar de tantas dificuldades, este clero diocesano, vivendo essencialmente, no meio rural — que os meios urbanos eram escassos — realizou a grande obra de implantação do Cristianismo na alma do povo do centro-norte de Portugal.

E como vivia sob o ponto de vista material?

Podemos dizer que, em geral, vivia pobremente, a avaliar pelas tradicionais fontes de ingressos. A título de exemplo, poderão ser elucidativos alguns dados *bastante posteriores*, já que para os séculos XI e XII não possuímos informações concretas sobre a remuneração de curas e capelães, que a própria documentação medieval designa pelo termo «*salário*». Conhecemos diversas modalidades em que estavam fixadas muitas dessas remunerações. Algumas eram pagas em libras antigas, cujo montante oscilava entre 30 e 50, valendo cada uma 20 reais brancos, segundo a equivalência estabelecida na documentação. Noutros casos, a avaliação dos benefícios é indicada em *florins*, moeda de uso concorrente na Cúria Romana e muito citada nos súplicas para lá dirigidas. Mas temos outras predominantemente fixadas *em espécie*, podendo fazer-se com bastante exactidão a equivalência em termos objectivos. Vejamos alguns

⁴⁶ Desde a constituição 1.^a de D. Frei Telo, integrada nas *constituições sinodais* de 1281, esta exigência mantém-se ao longo de toda a Idade Média portuguesa. Nas *Confirmações de D. Fernando da Guerra*, que abrangem o período de 1423-1468, encontramos diversos casos de dispensa da exigência estabelecida por esta constituição (MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga, no século XV*, pp. 1001 e 050-1052).

⁴⁷ *Synodicon hispanum. II. Portugal...*, pp. 12-13 (constituições n.ºs 5, 6, 7 e 8). Isto pelo que respeita à diocese de Braga. Na mesma obra poder-se-ão consultar as medidas tomadas nas outras dioceses do Reino. Para o âmbito desta exposição interessam apenas as disposições mais antigas.

exemplos de remunerações ou «salários» *anuais*, todos de uma fase tardia, mais concretamente, do século XV:

— Quando, em 11 de Julho de 1432, D. Fernando da Guerra visitou a paróquia de S. Salvador de Ribas, a pedido do pároco, confirmou o P.^o Dorningos Eanes como seu coadjutor ou «auxiliar», com a seguinte remuneração anual:

— 35 libras antigas ou o seu valor, que em moeda corrente, eram 700 reais brancos,

— 50 almudes de vinho, isto é, 2 pipas e meia,

— 60 alqueires de milho,

— 1 quarto de trigo, isto é 16 alqueires (se aí seguíam a medida de Guimarães, que, se fosse pela de Braga, seriam apenas 6 alqueires).

Por sua vez, Frei Gonçalo Anes, monge de Fonte Arcada e capelão do mosteiro de Lufrei, de monjas beneditinas, receberia por ano:

— 400 reais brancos da moeda corrente, em 1431.06.11,

— 40 alqueires de pão terçado (1 de centeio e 2 de milho),

— 40 almudes de vinho mole na dorna.

Finalmente, Fernando Pais, incumbido de S.^{ta} Maria de Outeiro, na terra de Basto, contava com a remuneração anual de:

— 800 reais brancos e 40 libras antigas, a 20/1,

— 50 alqueires de pão meado (milho e centeio), e

— 50 almudes de vinho = 2 1/2 pipas⁴⁸.

É certo que tudo isto é relativo, se o compararmos com o valor médio do que poderia usufruir anualmente a generalidade da população e esse termo de comparação falta. Em termos absolutos, não há fundamento para se afirmar que o clero diocesano ou religioso que apoiava a pastoral diocesana vivia na abundância. Isto no século XV, recorde-se. Nos séculos XI e XII, fase de organização e com uma população diminuta, a realidade não podia ser melhor, bem pelo contrário...

Muitos outros elementos se poderiam apontar cerca do clero, mas de acordo com o *método de pequenas amostras* que seguimos nesta exposição, estes bastam para dar uma imagem do estado clero no período em estudo.

⁴⁸ MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga, no século XV...*, pp. 1034, 1036, 1039.

4 — A família

Conforme anunciámos, acrescentaremos algumas considerações sobre a *família*, a fim de chamar a atenção para alguns dos múltiplos problemas com ela conexos, sendo um dos mais importantes a forma da sua constituição, que mereceu cuidados especiais à igreja ao longo da Idade Média.

Apesar das determinações dos concílios anteriores, não se pense que era uniformemente aceite e praticado o matrimónio canónico. Além de numerosas uniões estáveis dentro do conceito de *barregania*⁴⁹, à margem da lei da Igreja, havia os casamentos de *arras*, contratuais, celebrados pela manifestação do consentimento do homem e da mulher e dos pais, que se comprometiam a respeitar esse contrato, pelo qual recebiam as *arras* ou penhor dado como garantia da segurança, o que, segundo Graciano, bastava para o legitimar. Seria o que os romanos designavam por «*coemptio*», compra⁵⁰.

Outra forma resultava da coabitação de duas pessoas livres, cuja «*pública fama*» de estabilidade acabava por lhe conferir certa legitimidade.

A Igreja defendia e privilegiava o *casamento solene* ou *de bênção*, celebrado na igreja⁵¹.

Eram também frequentes os casos de *raptio*, que nem sempre eram contra a vontade das raptadas, mas sim contra a dos pais e parentes responsáveis, que muitas vezes efectuavam a *vindicta* correspondente.

Já referimos — e convém recordá-la aqui — a prática dos casamentos endogâmicos, isto é, entre parentes, consanguíneos, realizados por qualquer das formas habituais, e que tão nefastos resultados biológicos tiveram.

⁴⁹ SANCHEZ HERRERO, José — *Las diocesis del Reino de Leon. Siglos XIV y XV*, Leon, Centro de Estudios e investigacion «San Isidro»..., 1978, p. 154, que refere como fonte legal as *Partidas* de Afonso X (*Partida 4.ª*, título 16, 2 e 4). MATTOSO, José — *Barregão-barregã: notas de semântica* in *Homenagem a Joseph M. Piel por ocasião do seu 85.º aniversário*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1988, pp. 367-376.

⁵⁰ MATTOSO José — *O.c.* (na nota 49), p. 373.

Sobre os problemas do casamento na Idade Média ver, entre outros, os estudos de Manuel Paulo Merêa reunidos nos *Estudos de Direito hispânico medieval*, tomo I, Coimbra, Universidade, 1952, pp. 59 ss; 139 ss e 151 ss. Deste mesmo autor ver também o estudo *Sobre o casamento sine consensu parentum* no *Direito visigótico*, Coimbra, 1948.

⁵¹ MERÊA, Manuel Paulo — *O.c.*, pp. 151, ss. No estudo aí publicado estuda a problemática do *casamento de juras*, reconhecido pela Igreja, e confronta a sua com outras opiniões sobre esta temática, como é o caso de MONCADA, Luís Cabral de — *O Casamento em Portugal na Idade Média*, Coimbra, 1922.

Tinha, pois, a Igreja um intenso campo de acção nesta matéria. A legislação surgiu enérgica contra os casamentos *clandestinos* e de *pública fama*, bem como contra os casamentos de clérigos⁵². Os endogâmicos eram considerados incestuosos e contra eles se insurgiu de modo particular o arcebispo D. Geraldo⁵³.

Não esqueçamos as situações de mancebia, os ilegítimos e uma multiplicidade de problemas morais e sociais, combatidos pela Igreja e até pelo poder real, que em numerosos forais procurou proteger a liberdade e dignidade pessoal da mulher e da própria família, quer reservando as sanções mais duras para os crimes de *rapto* e de *rouso* e ainda penas adequadas para os casos de adultério, quer proclamando a inviolabilidade do domicílio — a «*domus disrupta*» — como brilhante e documentadamente demonstrou Luís de Valdeavellano, citando também o foral de Melgaço⁵⁴.

Poderíamos continuar o rol de problemas de incidência familiar se quiséssemos recordar os *penitenciais* em voga no período em análise⁵⁵ e o disposto nas constituições dos tempos seguintes⁵⁶, mas não é esta a melhor oportunidade para o fazer.

Para encerrar este ponto de reflexão, anotemos que o próprio S. Teotónio participou no movimento regenerador da família do seu tempo, pois, segundo consta da sua *Vida*, «...feria os devassos e os adúlteros e

⁵² Em relação aos clérigos casados, veja-se as *constituições sinodais* de Lisboa de 1403 (*Synodicon hispanum. II. Portugal...*, pp. 322-323).

Em relação às medidas opressivas da autoridade régia contra os clérigos casados cf. A.D.B., *Col. cronol.*, cf. 23, s.n. Ver tb. MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga, no século XV...*, pp. 77-81 e 152(50).

⁵³ BERNARDO, D. — *Vida de S. Geraldo*, tradução notas e prefácio de José Cardoso — Braga, Livraria Cruz, 1959, pp. 9-17, (§ 5 a 9), em que este biógrafo identifica alguns incestuosos e os castigos que sofreram, apesar da sua contumácia e arrogância.

⁵⁴ VALDEAVELLANO, Luís de -- *La protección jurídica del domicilio en los derechos municipales portugueses en la Edad Média*, in *Congresso do Mundo Português*, vol. II, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940, pp. 507-523.

⁵⁵ VOGEL, Cyrile — *Le pécheur et la pénitence du Moyen-Âge*, Paris, Les Éditions du CERF, 1969. MARTINS, Mário, S.J. — *O penitencial do Martim Pérez, e medioevo-português*, in «Lusitania Sacra», Lisboa, t. II, 1957, pp. 57-110. GARCIA Y GARCIA, António — *El libro de las confesiones de Martín Pérez*, in *Estudios sobre la canonística portuguesa medieval*, Madrid, Fundacion Universitaria Española, 1976, pp. 201-217.

Tratado de Confisson (Chaves, 8 de Agosto de 1489). Fac-simile do exemplar único pertencente ao Dr. Miguel Gentil Quina. Leitura diplomática e estudo bibliográfico por José V. de Pina Martins, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

⁵⁶ Para o período medieval português, basta compulsar as que estão reunidas no *Synodicon hispanum. II. Portugal*, já diversas vezes citado em notas anteriores.

os clérigos malfeitores com o gládio do anátema, sem temer ninguém. Esses, ou se encomendavam logo ou, se acaso não queriam acabar por se emendar, retiravam-se para longe da sua vista. Tamanha era, na verdade, a autoridade do sacerdote, que os príncipes da terra recebiam ofendê-lo. Pois a fama conta que certo dia, na Igreja de Viseu, quando ele estava a pregar, à citada Rainha (D. Teresa) e ao Conde Fernando, que a esse tempo era seu amante, e não seu legítimo marido, os fez sair apressadamente da igreja, corando de vergonha. Contudo, nunca lhe estranharam esta liberdade»⁵⁷.

A notoriedade deste facto era, por certo, bem mais eficaz do que uma pastoral ou uma constituição...

Além destes aspectos sensíveis e expressivos, tanto a nível da Cristandade europeia, como no plano nacional português, havia outros menos visíveis, mas não menos importantes no domínio da espiritualidade, das mentalidades, da escrita, da arte, da assistência social, etc., tantos deles patentes na documentação diplomática, afinal, temas que não poderão ser olvidados por quem pretender caracterizar a realidade social e eclesial dos séculos XI e XII, período áureo da arte românica... e de vigorosa reforma eclesial.

Fica apenas o registo, já que é impossível dedicar-lhes a atenção mínima indispensável.

Conclusão

Antes de terminarmos, impõe-se formular, uma síntese que saliente os traços mais característicos da vida da Igreja, a nível universal, nacional e local, que ajude a melhor confrontar a vida e a acção de S. Teotónio com o tempo em que viveu.

Assim, a nível da Cristandade europeia, temos de admirar o extraordinário esforço feito para libertar o papado e a restante Hierarquia das mãos férreas de poderosas famílias italianas e dos imperadores alemães, defendendo uma clara separação entre o poder temporal e o espiritual, correndo, simultaneamente, o processo de moralização do clero e de intransigência na defesa do celibato eclesiástico.

Por outro lado, inaugurou-se o ciclo das *Cruzadas do Oriente*, que, na sua essência, perseguiram os mesmos objectivos da *Cruzada do Ocidente*, voltada para o combate aos árabes radicados na Península Ibérica.

⁵⁷ *Vida de S. Teotónio...*, p. 11.

Foi, de facto, uma época de profundas «mudanças», mesmo em Ordens importantes, como a de Cluny, tendo-se assistido à reforma de Cister e, em 1125, à crise interna na Ordem cluniacense.

Neste período, algo contraditório, enquanto se proclama a *trégua e a paz de Deus*, alimenta-se a guerra *justa* contra os infiéis.

Entre nós, a mudança nota-se no crescente movimento de restauração de dioceses, no abandono do monacato de tradição visigótica e na opção pelas novas observâncias, então em voga.

Se a nível da Igreja Universal se fez um grande esforço pela *reforma* do clero, no caso português assiste-se também à nobilitação do matrimónio e à dignificação da família, à organização de uma apertada rede de paróquias e à erecção das respectivas igrejas.

Foi dentro deste contexto que S. Teotónio exerceu as suas funções nos cabidos de Coimbra e de Viseu e ajudou a criar a nova Ordem monástica dos Cónegos Regrantes de S.^{lo} Agostinho de S.^{ta} Cruz de Coimbra, profundamente integrada no espírito da *reforma gregoriana*, tendo inclusive, beneficiado da amizade de outro grande reformador, S. Bernardo, que, numa prova de estima, lhe terá enviado um *báculo*⁵⁸.

Possam estas notas despertar interesse pelo estudo da história eclesiástica, sem a qual a História de Portugal ficará truncada, e servir de estímulo à renovação da *família* e das *instituições* do nosso tempo.

⁵⁸ *Vida de S. Teotónio*, p. 39.

RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E A GALIZA NOS SÉCULOS XIV E XV

Por **Humberto Baquero Moreno**

São múltiplas as relações existentes a todos os níveis entre Portugal e a Galiza ao longo da história, cabendo lembrar os recentes estudos relativos ao período medieval devidos ao labor de José Marques¹ e de Elisa Ferreira Priegue². Se através do primeiro autor se evidenciam particularmente os contactos económicos através das áreas limítrofes, no segundo deparamos com uma visão de conjunto que abrange na sua globalidade o comércio marítimo que se processa entre a Galiza e os espaços que se inserem nas suas trocas comerciais. A complementar o primeiro estudo convém lembrar a interessante aportação de Ernesto Iglesias Almeida³.

A presença de galegos em Portugal, assim como a de portugueses na Galiza constitui uma realidade incontroversa. Enquanto os portugueses se concentram sobretudo no sul da Galiza, os galegos estendem-se por toda a costa norte de Portugal. Em meados do século XIV deparamos com

¹ *Relações económicas do norte de Portugal com o reino de Castela no século XV*, separata da revista «Bracara Augusta», tomo XXXII, Braga, 1978.

² *Galicia en el comercio marítimo medieval*, tese de doutoramento, Corunha, 1988.

³ *Los antiguos «portos» de Tuy y las barcas de pasaje a Portugal*, Tuy, 1984.

a presença duma significativa colónia de galegos na cidade do Porto⁴. Outros grupos de pescadores galegos localizam-se em portos de pesca como Leça, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Vagos, Ilhavo, Vila de Milho e Aveiro⁵, mas essa presença é ainda detectável em todo o território português.

A título de exemplo lembrarei um incidente comprovativo da presença galega nos locais mais diversificados do país. A carta de perdão outorgada ao morador em Montemor o Novo, Gonçalo Martins, revela que este homem tivera uma altercação com dois galegos residentes na mesma vila, Afonso Pires e Fernão Pires, utilizando palavras injuriosas e blasfémias ao renegar a Deus e à Virgem⁶.

Concomitantemente com intensas relações comerciais subsistiam receios entre os habitantes dos lugares costeiros. Esta ansiedade apareceu-nos bem patenteada pela vila de Viana da Foz do Lima (presentemente do Castelo) ao manifestar ao rei D. Afonso V, nas cortes de Lisboa de 1459, que a localidade se encontrava apenas a três léguas da fronteira com a Galiza, do mesmo modo que distava treze léguas da cidade do Porto. Esta observação significava que à excepção da vila não havia qualquer defesa ao longo da costa, a qual era objecto de ataques por parte de navios galegos ou franceses que se acolhiam nas ilhas situadas em frente de Baiona. Pediam autorização ao monarca para armar os seus navios e procederem à prática de represálias, pelo que solicitavam a concessão do quinto que lhes permitisse atender às despesas inerentes a essas expedições⁷.

O monarca além de conceder a quinta parte «dalgũa pressa que ouerem», recomendava-lhes que em caso de necessidade deviam pedir auxilio a seu tio D. Afonso, duque de Bragança, que desempenhava nessas comarcas o ofício de fronteiro-mor⁸.

O lugar de Caminha que D. João I transformou em 4 de Agosto de 1406 num couto para homiziados que se dedicassem à pesca na sua maior parte, debatia-se com graves problemas. A ausência de homens que se sentissem atraídos por esse lugar, deu azo a que o monarca por carta de

⁴ Elisa Ferreira Priegue, *ob. cit.*, p. 639.

⁵ Idem, *Ibidem*, p. 652.

⁶ Carta de perdão de 6 de Agosto de 1455, Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (A.N.T.T.), *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fol. 173. A amnistia concedida a Gonçalo Martins obrigava-o a pagar à coroa a multa de quinhentos reais brancos, quantia esta que foi entregue ao esmoler Pero Vaz conforme o certificado dado pelo alvará de Vicente Fernandes, escrivão das malfeitorias.

⁷ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fol. 87.

⁸ Idem, *Ibidem*.

16 de Julho de 1412 concedesse novos incentivos a quarenta homiziados que lá quisessem residir⁹.

A política fiscal da coroa e da igreja portuguesa lesava os interesses dos caminhenses. Sabemos através da petição apresentada pelo procurador Vasco Fernandes, nas cortes de Lisboa de 1439, que os naturais eram obrigados a pagar a dízima e a sisa à coroa, sobre a pesca, e ainda a dízima à igreja, o que lhes causava o maior contrangimento económico. Muitos viam-se coagidos a deixar a vila e passar a residir em La Guardia e Baiona, onde as autoridades locais não aplicavam tão pesados encargos de natureza fiscal¹⁰.

Fundamentado na solicitação dos caminhenses que impetravam a criação de uma feira por altura da festa de S. Bento em Julho, com início para efeitos de protecção quatro dias antes da abertura e quatro dias após a sua conclusão, D. Afonso V concedeu carta de fundação em 10 de Abril de 1455¹¹.

Decorrido algum tempo observa-se da parte dos alcaides das sacas portuguesas um comportamento persecutório em relação aos galegos que demandavam a mencionada feira à procura de efectuarem as suas transacções, o que tinha como consequência que eles deixassem de vir até ela. Face ao requerimento apresentado, o rei determinou por carta de 1 de Julho de 1462, que esses oficiais renunciassem a qualquer acção sobre os mercadores galegos, mesmo que estes transportassem artigos «defesos» pelas ordenações do reino¹².

Obedecendo ao propósito de fortalecer as relações de amizade e vizinhança entre os residentes na fronteira e os habitantes de La Guardia e Goyan, o monarca português concedeu em 1 de Julho de 1462, uma carta que visava o referido desiderato, a qual contemplava dum modo particular os naturais da vida de Caminha¹³.

⁹ Veja-se o meu estudo *Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela coroa* in «Portugaliae Historica», vol. II, Lisboa, 1974, p. 37.

¹⁰ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 20, fol. 13. *Livro 4 de Além-Douro*, fol. 230. Documento por mim publicado em *A representação do concelho de Caminha junto do poder central em meados do século XV*, in «Revista da Faculdade de Letras», vol. VI, Porto, 1989, pp. 101-102.

¹¹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fol. 135v. Cf. Virgínia Rau, *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo*, 2.^a ed., Lisboa, 1982, p. 117. Documento por mim publicado em o estudo citado *A representação do concelho de Caminha...* p. 103.

¹² A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 1, fol. 40v. Cf. Virgínia Rau, *ob. cit.*, pp. 117-118; José Marques, *ob. cit.*, pp. 7-8 e 45.

¹³ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 1, fol. 42. Cf. José Marques, *ob. cit.*, p. 8.

Através das cortes de Lisboa de 1459, em que os municípios de Viana, Vila Nova de Cerveira, Valença e Caminha se faziam representar conjuntamente por João Paz e Fernão Martins, temos conhecimento que todos os anos se procedia no rio Minho ao carregamento de um navio que se dirigia alternativamente ao reino de Aragão e ao mar do Norte com destino a Flandres. A embarcação transportava mercadorias provenientes da Galiza e do Norte de Portugal, pertencendo ao almoxarife proceder a um inventário do carregamento. Algumas dificuldades tinham-se verificado a partir de 1457, precisamente quando o contador Gonçalo Afonso colocava obstáculos ao seu fretamento, o que na óptica dos mencionados procuradores causava prejuízos à coroa, a qual deixava de cobrar a dízima. É natural que a oposição desse funcionário da coroa pudesse resultar do hábito em voga de comercializar «cousas vedadas». Aliás, eles requeriam à coroa uma amnistia sob promessa de que não tornariam a prevaricar. D. Afonso V fez-lhes a vontade por carta de 4 de Julho de 1459, mas ao mesmo tempo lembrou-lhes que não voltaria a transigir¹⁴.

Revestindo um carácter exemplar no que respeita à cordialidade existente entre galegos e portugueses, é o que ressalta das palavras apresentadas por Lourenço Guilham, procurador de Vila Nova de Cerveira nas cortes de Lisboa de 1459. No seu expressivo dizer proclamava junto do rei «Senhor vosa alteza [saberá] que antre os moradores desta villa e termo com os galegos ha o rrio em meynos conuersamos hũus com os outros como jrmãaos sendo casados hũus com outros»¹⁵.

Com estas palavras prévias pretendia o procurador cerveirense lembrar a D. Afonso V que a fronteira apenas existia politicamente, embora sem qualquer significado humano e psicológico. A questão que os afligia consistia na interdição régia de se exportar carne e cereais panificáveis. Na prática existia o hábito ancestral de as populações transacionarem os seus bens, pertencendo aos galegos trazerem para troca algumas porções de peixe ou bois velhos, levando por sua vez outros bois com menos idade ou na sua falta três a quatro alqueires de trigo¹⁶.

Ao apresentarem junto do rei este modo de procedimento pretendiam precaver-se das ordenações que proibiam a continuidade dessa prática. Contudo a tolerância régia conhecia os seus limites ao recordar-lhes «que

¹⁴ Arquivo Municipal de Viana do Castelo, *pasta 1*, n.º 10. Documento publicado por José Marques, *ob. cit.*, pp. 44-45. Por seu turno a cópia que foi transcrita na *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fols. 197-197v, publiquei-a em *A representação do concelho de Caminha...*, pp. 103-104.

¹⁵ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fol. 170.

¹⁶ Idem, *Ibidem*.

nos praz de lhe auermos estas penas em que atee ora encorreram e sejam avisados em outras em nom cairem se nom sejam certos que lhes nom seram mays quites»¹⁷.

Dum modo semelhante se manifestou nessas cortes Rui Fernandes, procurador do julgado de Fraião. Na sua maneira de apresentar a questão declarava: «Outrosy nos moramos junto com o extremo de Gallyza e husamos com elles e elles connosco como yrmãos e elles pasam a esta parte boys, ouelhas e leuam outros cambando hũus per outros e trazem pescado e leuam quatro e b alqueires de pam e ora nos he per bem de nossa hordenaçom cayrmos em ello em algũa pena nom sabemdo parte de tal hordenaçom»¹⁸.

O monarca face ao testemunho de presumível inocência entendia mais uma vez deixar passar a falta, mas avisava-os de «em outras nom caje rdes senom sede certos que muyto grauemente seeres punjdos»¹⁹.

Até que ponto as normas jurídicas opor-se-iam a uma prática mais do que corrente? Com mais ou menos clareza nos métodos e processos tudo continuava na mesma por força duma tradição que impunha uma inércia que os aproximava e irmanava.

Quando das mencionadas cortes de Lisboa de 1459, o procurador de Valença do Minho, Afonso Lourenço, recordava ao rei com uma certa ponta de orgulho que os seus antecessores tinham decidido que a vila seria para sempre da coroa por ser uma das suas chaves de defesa. Uma das suas prerrogativas estabelecia que tanto nela como no seu termo nenhum fidalgo, cavaleiro ou rico-homem deveria possuir qualquer propriedade fosse por compra ou por herança. Queixavam-se os homens bons da vila que os seus direitos tinham sido violados por João Gomes da Silva, que fora vedor das obras das muralhas das vilas de Entre-Douro-e-Minho e por seu filho Aires Gomes da Silva, regedor da justiça nessa comarca durante a regência do Infante D. Pedro. Idêntica atitude era assumida por Pedro Gomes de Abreu «que era fidallguo poderoso e temeroso»²⁰.

Prevalecendo-se do seu poderio tanto João Gomes da Silva como Aires Gomes da Silva, tinham adquirido em contravenção com os direitos locais algumas casas e casais. Por seu lado Pedro Gomes de Abreu adquirira a torre de Gardim «contra os priuillegios e liberdades do concelho». Todos estes fidalgos e seus descendentes faziam-se rodear de

¹⁷ Idem, *Ibidem*.

¹⁸ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fols. 166v-167.

¹⁹ Idem, *ibidem*.

²⁰ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fols. 162v-163.

lavradores, que colocavam sob a sua tutela, prejudicando abertamente os interesses e obrigações que esses servidores tinham para com o concelho²¹.

Na sua petição os da vila requeriam ao monarca a possibilidade de comprarem por justo preço os bens que se encontravam na posse desses fidalgos. Contudo na sua resposta o rei dum modo um tanto ou quanto evasivo abria-lhes a hipótese de procederem a demandas contra os referidos detentores de propriedades, para deste modo lhes poder ser feita justiça²².

Uma das declarações efectuadas pelo procurador atesta bem da intensidade de relações comerciais entre galegos e portugueses. Em conformidade com o seu depoimento chegava a Valença muito sal oriundo de Aveiro, o qual era vendido aos mercadores galegos. No fundo tratava-se de almocreves que transportavam nas suas montadas cebo, cera, unto e manteiga, levando de retorno o sal. Destas transacções resultava grande proveito para a fazenda que cobrava sisas, portagens e direitos reais²³.

A grande maioria dos galegos eram originários das terras de Limia e de Orense, vindo também doutros lugares. Entravam em Portugal por Castro Laboreiro e por Lamas de Mouro «por ser camjnho mais direito e mais seguro»²⁴.

Na sua exposição o procurador de Valença dizia que durante a regência do Infante D. Pedro o alcaide de Melgaço, Martim de Castro, e presentemente seu filho Fernão de Castro, que lhe sucedeu no cargo, acobertavam ladrões «rroubadores» que prendiam almocreves galegos e apoderavam-se das suas mercadorias as quais se destinavam a ser transacionadas em Valença por permuta com o sal de Aveiro. Este comportamento do alcaide obedecia ao facto de querer obrigar os galegos a pagar portagem em Cubalhão (Porto de Asnos) ou em Ponte de Mouro, locais onde desde sempre os alcaides de Melgaço arrecadavam o referido imposto²⁵.

Ora a circunstância desses almocreves terem de se desviar no seu itinerário por causa de serem obrigados a passar por Melgaço, fazia com que deixassem de vir a Portugal e fossem comprar o sal a Redondela e a Pontevedra por troca com as suas mercadorias. Resultava deste estado de coisas graves prejuízos para a cobrança de sisas, portagens e direitos reais.

²¹ Idem, *Ibidem*.

²² Idem, *Ibidem*.

²³ Idem, *Ibidem*.

²⁴ Idem, *Ibidem*.

²⁵ Idem, *Ibidem*.

Para obviar a estes transtornos insistia o alcaide que a via de acesso fosse por Castro Laboreiro e que os alcaides de Melgaço cobrassem a portagem em Cubilhão (Porto de Asnos) ou em Ponte de Mouro. Na sequência do pedido, o rei determinou a audição do contador e do alcaide para apuramento do lugar mais apropriado para o pagamento²⁶.

A preocupação dos naturais de Valença em manter as melhores relações com os galegos verifica-se quando D. Afonso V visita a vila de 30 de Junho a 3 de Julho de 1462²⁷. Face à sua presença fazem-lhe sentir haver a maior vantagem de se manterem laços de boa vizinhança. Para que tal acontecesse era necessário suspender a ordenação que impedia a comercialização de pão, vinho, carne e peixe, ao que o monarca deu a sua anuência²⁸.

Testemunho eloquente da boa amizade entre galegos e portugueses transparece da carta de privilégio dada por D. Afonso V aos de Baiona quando chega a Monção em 4 de Julho. Requeriam os naturais da vila galega a livre circulação de bois, cavalos, armas e moedas, os quais eram apreendidos pelos oficiais alfandegários quando esses homens vinham ao nosso país, que ainda por cima maltratavam com impropérios e injúrias. Essa circulação era muitas vezes motivada pelo facto de galegos e portugueses estarem ligados por laços de matrimónio e possuírem bens em ambos os lados da fronteira. O rei atendendo às razões invocadas permitia que cada pessoa poderia levar para sua casa, do outro lado da fronteira, pão e vinho destinado ao seu sustento, desde que o mesmo não fosse utilizado para venda²⁹.

Quando D. Afonso V chegou a Ponte de Lima em 18 de Julho de 1462, autorizou os residentes de Viana do Castelo a transportarem para a Galiza moedas de ouro e prata, as quais lhes facultariam a possibilidade de adquirirem as mercadorias de que necessitavam. No alvará concedido aos vianenses referia-se que as espécies metálicas deviam ser sempre amoeadas e não ser exportadas em barras³⁰.

A instabilidade política e social que se viveu na Galiza durante a revolução conhecida por segunda guerra irmandinha teve os seus reflexos nas relações com o norte de Portugal. Esta leitura poderá fazer-se quando anos mais tarde os procuradores de Valença, nas cortes de Évora de 1475,

²⁶ Idem, *Ibidem*.

²⁷ José Marques, *ob. cit.*, p. 7.

²⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 1, fol. 40v. José Marques, *ob. cit.*, pp. 48-49.

²⁹ Idem, *Ibidem*, livro 1, fol. 41. José Marques, *ob. cit.*, p. 48.

³⁰ Arquivo Municipal de Viana do Castelo, *pasta 1*, nº 8, fols. 9-10. José Marques, *ob. cit.*, pp. 51-52.

nos descrevem o incidente resultante do apressamento no rio Minho, por galegos da cidade de Tui, de uma barca com vinho do Porto e de dois navios de Aveiro que presumivelmente transportavam sal oriundo das salinas dessa vila. Na sequência deste ataque verificaram-se mortos e feridos de ambos os lados em virtude de sucessivos confrontos que opuseram uns aos outros³¹.

Ao descreverem esta terrível situação expunham os procuradores num quadro doloroso que «foram aqui traçadas e leuamadas escaramuças e guerras em que se seguiram aleigoees e mortes de nossos vezinhos e presos e rançoamentos e roubos asi como se ffora guerra apreguoadá». A designação de um fronteiro para atenuar este clima trouxe alguns efeitos negativos. Segundo os mesmos «esta villa suportou aquelles tempos grandes dapnos [daqueles] que aqui vinham fazer outras pescas, que nom sam nossos vezinhos, por a quall rezam alem dos ditos dapnos que a uos eram feitos aos vossos djreitos reaes das vossas sssisas, portagens, dizemos, eram desfraudadas e batidas porque os homens e mercadorias nom ousauom passar e de mais esses fronteiros com suas jentes estauom ha vossa despesa e a terra era trilhada e mall trautada de hũus e dos outros»³².

Graças às providências entretanto assumidas pela coroa tornou-se possível o restabelecimento da paz e da boa concórdia entre ambas as partes. Simplesmente instaurara-se a maior apreensão entre os naturais de Valença ao tomarem conhecimento que Lourenço Anes de Moraes, residente em Aveiro, requeria a confiscação dos bens de Constança Fernandes, natural desta vila e residente na Galiza, que fora casada em Tui e presentemente vivia em Vigo. Caso a penhora fosse executada instaurar-se-ia novamente um clima de guerra com os seus filhos e parentes. Pois além de ser inusual proceder a confiscos contra mulheres, surgiriam conflitos com a expropriação de bens que os de Valença possuíam na Galiza, além duma mais que provável quebra de receitas nas alfândegas do reino. Tudo parece indicar que o pedido mereceu pleno acordo do monarca português³³.

A comprovar o interesse que havia em manter contactos regulares com Portugal temos o contrato das barcas de passagem mandado efectuar pelo bispo de Tui D. Diego de Muros em fins do século XV. Nessa relação aparecem-nos os direitos de dízima e de portagem que pagavam as mercadorias que entravam e saíam da vila tudense³⁴.

³¹ A.N.T.T., *Livro 3 de Além-Douro*, fols. 71v-72.

³² *Idem, Ibidem*.

³³ *Idem, Ibidem*.

³⁴ Ernesto Iglesias Almeida, *ob. cit.*, pp. 23.25.

Apesar das ordenações que impediam a saída de gado para a Galiza, D. Afonso V viu-se confrontado na prática por situações que o obrigavam a abrir excepções. É neste sentido que deve ser entendido o alvará concedido em 7 de Maio de 1459, aos monteiros da serra do Soajo para que pudessem passar e vender os seus gados de criação na Galiza, com a finalidade de poderem adquirir nessa terra produtos indispensáveis ao seu sustento e manutenção³⁵.

Outro exemplo bem vivo da presença de portugueses nas terras galegas aparece-nos na carta do rei D. Fernando de 4 de Setembro de 1380. De acordo com o seu conteúdo refere-se que muitos dos moradores da vila de Chaves e do seu termo se ausentavam e passavam a residir no país vizinho. Naturalmente que este problema se agravava quando eram citados pelas justiças, por motivo de demandas, e não compareciam. Para que os citados não invocassem ignorância o juiz João Pires declarava: «quando as partes chegavam perante elle e se querelauam dessas pesoas que se assy ausentauam per a Galiza como dicto he e mandauam aas partes que lhe fizesem certo da demanda que queriam poer contra elles e se achauam que era tal a uerdade, entam mandauam dar carta com o recontamento do processo pera as justiças de Galiza em que lhes frontaua da nossa parte que citasem aquellas pesoas por aquellas cousas prouadas que parecsem perante elle o dia certo». A ordenação régia era de natureza a que as sentenças fossem aplicadas à revelia dos faltosos, dando-se a conhecer às autoridades galegas para seu cabal cumprimento e aplicação³⁶.

Poder-se-iam multiplicar os casos dos portugueses que possuam bens da Galiza. Naturalmente que a inversa também é verdadeira. A começar pelas categorias superiores da sociedade com destaque para a presença de membros da nobreza galega em terras de Portugal.

Apenas abordaremos o caso de Paio Rodrigues de Araújo, que se poderia acrescentar a muitos outros. Filho de Pedro Anes de Araújo e de Leonor Gonçalves Pedroso, seu pai foi alcaide do Lindoso³⁷. Descendia do seu homónimo Paio Rodrigues de Araújo que veio da Galiza para Portugal no reinado de D. Dinis e de quem alcançou as alcaidarias dos castelos de Lindoso e Castro Laboreiro³⁸.

Tal como o seu homónimo travô Paio Rodrigues de Araújo foi na Galiza senhor da vila de Araújo e dos coutos de Lobios, Gondive, Megide

³⁵ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fol. 90.

³⁶ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Fernando*, livro 2, fols. 70-70v.

³⁷ Felgueiras Gayo, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, tomo IV, Barcelos, 1938, p. 14.

³⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 12-13.

³⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 14-15.

e Val de Podros, Santa Cruz e Soutello, possuindo em Portugal o concelho de Lindoso, de que foi alcaide-mor, de Britelo, Melgaço, Azeredo, Monção e Castro Laboreiro. Foi também senhor das terras de Sanfins, Panoias, Rio Caldo, terra de Vilar das Vacas, Cidraes e Casal das Donas no Barroso. Além destes senhorios foi comendador de Paderne e Rio Frio³⁹.

Paio Rodrigues de Araújo foi cavaleiro e capitão da guarda de D. João I, tendo participado ao seu lado no escalamento da cidade de Tui durante a campanha militar de 1398 e na conquista de Ceuta, onde foi armado cavaleiro e se fez acompanhar por trezentos homens da sua casa. No regresso desta praça foi designado pelo rei embaixador em Castela e depois nomeado guarda-mor e cavaleiro da casa do Infante D. Henrique⁴⁰.

Participou na malograda expedição a Tânger em 1437, tendo obtido do rei D. Duarte, por carta passada em 26 de Novembro do ano anterior, confirmação dos bens que lhe haviam sido outorgados por D. João I⁴¹. De notar que este monarca lhe doou a alcaidaria-mor de Castelo Rodrigo em 26 de Novembro de 1433, que mais tarde D. Afonso V lhe confirmou em 13 de Junho de 1449⁴², como recompensa da sua fidelidade em Alfarrobeira.

A Paio Rodrigues de Araújo coube-lhe a ingrata tarefa de elaborar em 9 de Novembro de 1438 o regimento do reino engendrado pelo Infante D. Henrique, que deveria vigorar até D. Afonso V atingir a maioridade⁴³.

Após o regente D. Pedro assumir o poder viu-se este cavaleiro da casa do Infante D. Henrique contemplado com uma carta de segurança em benefício de todos os moradores e bens que possuía na Galiza. O salvo conduto permitia a esses moradores, com seus gados e outros géneros, entrar em Portugal a comprar e vender o que lhes aprouvesse sem que por isso pudessem ser objecto de qualquer demanda. Também os naturais do reino de Portugal ou «outros quaesquer que nossa vooz teem e tenerem sob pena de nosa merçee que nom vão nem entrem naas ditas suas terras a roubarem, fazer guerra nem dano nenhũu asy nas terras como aos moradores dellas nem lhes tomeem os ditos gados e bêens e algos nem os prendam nem lhes façam outro nenhũu desaguisado»⁴⁴.

⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p. 14.

⁴¹ A.N.T.T., Livro 4 de Além-Douro, p. 175.

⁴² Idem, *Ibidem*, p. 73.

⁴³ Artur Moreira de Sá, *As Actas das Cortes de 1438* in «Revista da Faculdade de Letras de Lisboa», tomo XXII, n.º 2, 1956, p. 13; *Monumenta Henricina*, vol. VI, Coimbra, 1964, doc. 96, p. 269.

⁴⁴ A.N.T.T., *Colecção de Fragmentos*, caixa 13, maço 12, n.º 192.

Em conformidade com Felgueiras Gayo esta carta de segurança foi-lhe confirmada por D. Afonso V em 3 de Novembro de 1459. Ainda segundo este genealogista Paio Rodrigues de Araújo foi na Galiza português-mor de Celanova, a cuja dignidade andava anexa a justiça maior de treze lugares abrangidos pela jurisdição desse mosteiro beneditino⁴⁵.

Poucos mais anos deve ter sobrevivido. Dois de seus filhos, Paio Rodrigues e Lopo Rodrigues de Araújo, escudeiros-fidalgos da casa do rei, sucederam-lhe em conjunto, conforme carta de 25 de Fevereiro de 1464, na posse das rendas e direitos do reguengo de Monção, que ele trazia da coroa⁴⁶.

Partindo do princípio que Paio Rodrigues de Araújo nasceu por volta de 1380 tudo parece indicar que faleceu octogenário. Fazendo fé em Felgueiras Gayo foi casado com Leonor Pereira Barbudo, filha de Bernardim Barbudo, senhor do concelho de Barbudo e do castelo de Bouro, que herdou por seu irmão primogénito Martim Anes Barbudo se ter passado para Castela, ao que parece na sequência da crise de 1383⁴⁷.

De sua mulher Paio Rodrigues de Araújo teve numerosa prole. O mais velho Fernão Velho de Araújo que herdou muitas terras de seu pai em Portugal e na Galiza, foi alcaide-mor do castelo de Monterey e senhor de Lobios, Rio Caldo e Gondive na Galiza. Participou na guerra de Granada ao serviço dos Reis Católicos⁴⁸.

Considero o caso da estirpe dos Araújo como um exemplo paradigmático do estreitamento de laços familiares de portugueses e galegos, com intervenção alternada ora na conjuntura política portuguesa ora na castelhana. A circunstância de possuírem herdades em ambos os lados da fronteira constituiu um facto de permanente inserção nos dois reinos e de aproximação de laços afectivos entre as populações dos dois países. Daí que o relacionamento entre portugueses e galegos tenha sido uma constante conforme o testemunham os documentos conhecidos ou em vias de o ser através da pesquisa histórica.

⁴⁵ Felgueiras Gayo, *ob. cit.*, p. 14.

⁴⁶ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 8, fol. 52.

⁴⁷ Felgueiras Gayo, *ob. cit.*, p. 15.

⁴⁸ Idem, *Ibidem*.

O PARLAMENTO MEDIEVAL PORTUGUÊS — PERSPECTIVAS NOVAS^(a)

Armindo de Sousa

Convidou-me o Sr. Presidente do Conselho Directivo para falar hoje, aqui, nesta cerimónia oficial de abertura das aulas da FLUP. Sinto-me honrado com o convite e declaro-me agradecido.

É tradição chamar-se a esta fala *Oração de Sapiência*. Temo não possuir asas para voos tão magníficos. De modo que peço a vossa paciência para ouvirdes uma coisa mais modesta, um discurso chão e simples, uma conferência informal, enfim, uma lição — a primeira deste ano lectivo de 1990-1991.

Lição inaugural, portanto. Como assim, vou falar-vos dum assunto que tem sido objecto das minhas investigações há longos anos, enquanto membro da comunidade docente e científica desta Casa. *O Parlamento Medieval Português*, eis o assunto. *O Parlamento* ou as *Cortes*. *A Instituição Parlamentar*.

É uma instituição de centénios, muito velha e sempre nova, lugar de inculcações e manobras, sítio de discursos utópicos, espaço de ideologias, o cais de colectivas esperanças, futuro. É uma invenção europeia que o Mundo tem adoptado. Desde o seu aparecimento nesse

^(a) Conferência pronunciada na cerimónia de abertura do ano lectivo de 90/91 na FLUP, em 22 de Outubro de 1990.

longínquo século XII ibérico nunca se lhe recriminou o existir — como, por exemplo, às Universidades também não. O que se lhe tem recriminado muitas vezes, ontem e hoje, aqui e noutros lugares, são os modos como tem existido. As Cortes e os Parlamentos são bem a instituição que distingue, no seu deve e haver liberdade, as épocas e as políticas. Os moderníssimos sinais dos tempos, neste encerrar de milénio, parecem augurar para a Instituição, em todo o Mundo, o papel formidável de conciliar vontades plurais, de homologar os destinos genuinamente democráticos de povos e nações e de garantir no diálogo o encaminhamento do Planeta para a tolerância, a paz e o progresso. Assim seja — que em História a previsão é palavra proibida.

As Cortes Portuguesas da Idade Média — que eu tenho insistido, apesar de vozes discordantes, em designar de Parlamento Medieval Português — tiveram a sua origem durante o século XIII, provavelmente antes de 1254, antes ainda do celebrado Parlamento Inglês. Foram grandes Assembleias Representativas da Nação, onde a voz do Povo, mais do que a do Clero e a da Nobreza, se fez ouvir e se impôs. Entre 1254 e 1495 reuniram pelo menos setenta e seis vezes, em Braga, Guimarães, Porto, Coimbra, Guarda, Viseu, Leiria, Torres Vedras, Torres Novas, Santarém, Lisboa, Elvas, Estremoz, Montemor-o-Novo, Évora e Viana do Alentejo. Leis, acordos, tratados, regimentos, decisões tributárias, protestos políticos, reformas gerais, declarações de guerra e paz, questões de soberania nacional — tudo se fez nessas assembleias. Textos e textos se produziram, milhares deles, um *corpus* documental vastíssimo ainda quase todo inédito. E nenhum é supérfluo para a História que se faz e haja de fazer-se sobre a Idade Média de Portugal. Qualquer historiador que ensaie responder a questões como «que imagem tinham os povos de si mesmos nos finais do Período Medieval Português?»; «que pensavam eles dos reis, da monarquia, do país, das outras classes sociais?»; «que pensavam os monarcas de si próprios, dos súbditos e da função que exerciam?»; «quais os modos epocais de pensar a economia, a socialidade, a justiça, o direito, a administração pública, a fiscalidade, as finanças e a guerra?»; pois, qualquer historiador que pretenda responder a estas e a outras questões análogas — todas elas relevantes da História das Mentalidades — terá de embrenhar-se na floresta dos textos saídos do Parlamento. E desmontá-los à luz duma hermenêutica específica, só muito recentemente ensaiada.

Não vou traçar aqui o perfil do Parlamento Medieval Português. Obviamente não haveria tempo. Nem tal coisa, aliás, se coadunaria com a razão de ser duma *lição inaugural*. Penso que nesta oportunidade tem mais sentido dar conta à comunidade da FLUP dos aspectos novos alcançados pelo *orador de serviço* dentro da área específica das suas

investigações. É isso o que vou fazer. Daí o tema desta minha alocução: «O Parlamento Medieval Português — Perspectivas Novas».

Em 1987, ao fechar o primeiro volume do meu estudo *As Cortes Medievais Portuguesas* (ed. pelo INIC-CHUP, 2 vols, Porto, 1990), escrevi o seguinte:

«As Cortes celebradas entre 1385 e 1490 devem ser encaradas como uma sub-estrutura da estrutura política global, dotada não de poder nem de poderes mas de autoridade — uma autoridade pública e universalmente reconhecida — para aconselhar os monarcas e regentes, vigiar o comportamento dos agentes políticos e administrativos, propor leis, apontar reformas e conceder impostos extraordinários. Tudo em nome da Nação — especialmente do terceiro estado — através de deputados que eram vistos e aceites como representantes políticos dos povos».

Pus isto em *Conclusão* de todo o livro e chamei-lhe *tese*. Tese, ou seja, a formulação mais lacónica possível das características que me pareciam distintivas da Instituição — as quais características tinha destacado e desenvolvido ao longo de todo o estudo. Como essa formulação se me afigurou desenhar um perfil de Cortes discordante do da historiografia tradicional, chamei para o facto a atenção do leitor. Adverti de que a minha conclusão era resultado duma opção metodológica deliberadamente assumida, fundamentalmente concretizada no abandono de postulados jusnaturalistas a respeito de Instituições e na recusa de reducionismos juristicistas no raciocinar sobre Cortes Medievais. A advertência destinava-se a recordar que o meu estudo sobre o Parlamento Medieval obedecia a critérios não ensaiados anteriormente e que esses novos critérios me pareciam historiologicamente mais adequados e historiograficamente mais fecundos. Porque, em suma, haviam permitido aproximar-me, supunha eu, do objectivo desejado: vislumbrar a figura das Cortes segundo o modo como elas foram vistas e pensadas pelos contemporâneos e não segundo a forma em que elas têm sido conceptualizadas por respeito a pressupostos jurídicos abstractos e intemporais. Quer dizer, socorri-me mais da Antropologia, da História das Mentalidades, da Psicologia Social, da Dinâmica de Grupos e da Linguística do que da Ciência do Direito Constitucional.

Ora, creio ter razões para desconfiar que isto que acabo de dizer e me parece claro pode não parecer claro a todos. O facto de eu ter metido no texto daquela *Conclusão* um conjunto de expressões de finalidade deve ser a causa disso. É que, com efeito, essas expressões de finalidade são notas há muito sabidas. Trata-se daqueles cinco complementos circunstanciais da *autoridade*, daqueles cinco *para*: «para aconselhar monarcas e regentes; (*para*) vigiar o comportamento dos agentes políticos

e administrativos; (*para*) propor leis; (*para*) apontar reformas, e (*para*) conceder impostos extraordinários». Estes cinco fins têm efectivamente sido ditos e reditos desde sempre por todos os historiadores das Cortes. Por isso, enunciá-los não só não comportou qualquer novidade, como lamentavelmente pôde ter constituído um escolho à apreensão dos dados novos da referida *Conclusão*. Pôde ter produzido e continuar a produzir um efeito perverso — qual é o de arrebatat a atenção do leitor fixando-a aí, bloqueando a sua transição para os outros registos. Ora, é precisamente nos outros registos que afinal se encontra a minha *Conclusão*. No seguinte:

1.º — As Cortes Medievais devem ser encaradas como uma sub-estrutura da estrutura política global;

2.º — Foram dotadas, não de poder nem de poderes, mas de autoridade — uma autoridade pública e universalmente reconhecida;

3.º — Representaram a Nação — designadamente por causa de congregarem deputados do Povo — e foram vistas e aceites como *Assembleias inquestionadamente representativas do País*, ou seja como *Parlamento*.

É nestes três pontos, tomados em si mesmos e no que eles pressupõem e implicam, que radicom, penso eu, as *Perespectivas Novas* da actual historiografia do *Parlamento Medieval Português*. São, por conseguinte, estes três pontos aquilo que nesta *lição inaugural* vou retomar e desenvolver do modo mais claro e sintético que me seja possível.

1.º — As Cortes Medievais, uma sub-estrutura da estrutura política global

Esta formulação explicita uma opção por pressupostos teóricos precisos a respeito das instituições sociais. Isto por um lado. Por outro lado, implica a aceitação de certas consequências ou corolários lógicos, porventura não contemplados tradicionalmente ou contemplados segundo perspectivas diferentes. Vamos por partes.

Afirma-se que as Cortes Medievais foram uma instituição. É uma afirmação banal e pacífica. Mas uma instituição quê? E aqui começam as dificuldades e divergências. Uma entidade real — política, social ou jurídica — definível à luz da teoria clássica das quatro causas? Tal parece ter sido a opinião geral dos historiadores. E daí, com efeito, a preocupação deles em realçar no estudo que fazem das instituições os elementos

constitutivos delas, os determinantes actuais desses elementos, as origens ou causas eficientes e as finalidades das actuações. E paralelamente a isso, qual pressuposto inquestionável, a ideia de que todas as instituições e qualquer instituição comportam uma razoabilidade intrínseca, uma substância susceptível de ser captada numa definição. Porque, eis o pressuposto liminar, toda a instituição é um produto do espírito, tendo por isso de possuir a sua *ratio*, a marca do seu criador, uma razão adequada à Razão Humana. Por outras palavras, todas as instituições têm de comportar uma natureza, a sua natureza distintiva, qualquer coisa genérica e específica que possa exprimir-se por conceitos.

Porque assim costuma pensar-se, eis a pergunta habitual e certa: Qual a natureza das Cortes? Ou, noutras áreas: Qual a natureza da Monarquia? Qual a dos Concelhos? E a do Estado? A da Família? É a preocupação de buscar o essencial e logo a crença numa quiddidade perene e intemporal escondida na entidade histórica que se busca. Mas nessa preocupação e nessa crença subjaz uma desconcertante falácia. Esta: a de querer-se fazer história abolindo a historicidade, a de querer-se agarrar o que é histórico e logo contingente começando por ignorá-lo. Uma falácia que é paradoxo.

É óbvio que não podemos cair em tal paradoxo, quando trabalhamos de historiador. Por isso, tenho rejeitado a necessidade e até a utilidade de inquirir sobre a essência, substância ou natureza das instituições sociais e políticas. Parece-me muito mais correcta para o meu officio a doutrina de que são as existências concretas, os dados das circunstâncias, que revelam o importante das coisas. É que o historiador, enquanto tal, move-se no precário e no gratuito. Não define; tenta descrever o passado em toda a sua riqueza de soluções verificadas no intuito de interpretar-lhe as especificidades e daí alargar os horizontes da memória colectiva. Os filósofos e os juristas procederão de outro modo: é a sua nobre tarefa e importante vocação. A dos historiadores é outra, como outro é o discurso que deles se espera — um discurso que afinal tem a balizá-lo duas condições fundamentais, dois acidentes «essenciais»: o espaço e o tempo das coisas e dos homens.

Eis aí, abreviadas, as razões teóricas que me têm levado a rejeitar no estudo de instituições as vias essencialistas e conceptualizantes, sejam quais forem as escolas. Compreender-se-á, então, que eu prefira tipificar as Cortes Medievais como *sub-estrutura da estrutura política global*. Considero a realidade uma rede de estruturas cujo ser é actuar e cujo actuar é exhibir relações. E não importa que espécie de realidade — objectiva ou subjectiva; sociedade, indivíduo, máquina ou fenómenos mentais.

As instituições-pessoas são estruturas da sociedade agrupadas em

sistemas globais. Estes sistemas podem ser políticos, económicos, culturais, religiosos, por exemplo. Mas lógicos, não; e por esta exclusão penso que devem manter-se de fora os sistemas jurídicos tal como os matemáticos.

Agrupadas em sistemas ou estruturas globais da socialidade, as instituições-pessoas são sub-estruturas. Tal sucede com as Cortes ou Parlamento da Idade Média: são sub-estruturas do sistema político global. Funcionaram, com efeito, na esfera das relações do poder político-administrativo, tendo surgido por casualidade, lentamente, circunstancialmente, e não por pré-determinação de nenhum código nem vontade — ao contrário das sub-estruturas biológicas, psíquicas e lógico-matemáticas. Por esta razão, creio que as analogias biológicas, psíquicas e lógico-jurídicas, tão do agrado da historiografia tradicional, não servem para esclarecer o real das Cortes. Antes o obnubilam e deturpam por efeito desse perigo que permanentemente, nesse caso, pende sobre a marcha do juízo: o sofisma da falsa analogia. É devido a ele que historiadores eminentes do Parlamento Medieval, desde o Visconde de Santarém e Gama Barros até Marcelo Caetano, falam de vitalidade, apogeu, decadência, carácter, índole e fisionomia da Instituição. E é também devido a esse sofisma que todos os estudiosos têm considerado como decisivamente importante o problema das origens — como se esse problema consistisse na dilucidação dum genótipo o qual escondesse a genuína natureza das Cortes, isto é, a sua identidade perene sem embargo das multiformes aparências epocais.

A questão tão discutida «Cortes Medievais, Parlamento ou não Parlamento?» é, ela também, um falso problema resultante dessa atitude intelectual falaciosa de pretender fundar a identidade da Instituição num genótipo. Como se se tratasse duma entidade pré-determinada por um código genético. E não é. Nem por código genético nem por regulamento fundador. A identidade das Cortes não pode, por conseguinte, buscar-se aí. Há-de buscar-se, creio eu, noutra horizonte, colocado o investigador noutra atitude e noutras perspectivas. É que, parece-me, a identidade da Instituição radica no facto de ela ter sido uma sub-estrutura, uma organização dentro do poder de governar e ser governado, um sub-sistema cuja positividade não pode encontrar-se nos elementos constitutivos em si mesmos, mas nas suas relações recíprocas, na totalidade funcionante e na abertura dessa totalidade ao exterior. Realmente, se insistirmos em procurar a identidade das Cortes nos seus elementos humanos constitutivos e nos seus elementos formais jurídicos, conforme se tem feito desde há duzentos anos, cairemos numa situação extremamente embaraçosa — qual é a de catalogar como parlamentares assembleias que os contemporâneos excluíram dessa categoria e eliminar do catálogo algumas que eles

admitiram como tais. Exemplos? Os autos de juramentos de príncipes do século XV para o primeiro caso; e, para o segundo, as importantíssimas Cortes de 1385/Coimbra bem como todas aquelas em que uma das três ordens sociais não participou.

De modo que temos, julgo eu, de assentar numa coisa: o critério de distinção das Cortes ou Parlamento Medieval é duplo — estruturalista e historicista. Quero dizer, um critério que privilegie funções entendidas como revelação de relações e simultaneamente contemple o pensar dos contemporâneos e partícipes, não se deixando contaminar por conceitos intemporais nem por teorias formalizantes posteriores. O que significa que o critério tem de ser subsumido na massa dos testemunhos situados e só depois oferecido como regra de inteligibilidade. A teoria *pari passu* com a observação, modelo helicoidal de método, e nunca antes como um postulado.

Obedecendo a este critério e seguindo este método, verificar-se-á que o Parlamento Medieval Português foi uma sub-estrutura política sempre *in fieri*, sempre inacabada e sempre aberta aos reptos das conjunturas. É que nunca teve um regimento que o espartilhasse. Por isso, em vão se procurará metê-lo nos limites dum modelo rígido, como não se poderá domesticá-lo dentro dum organigrama, com indicação de sentidos e direcções relacionais constantes, poderes peculiares, competências específicas, atribuições estanques face a outras sub-estruturas congêneres — como o rei, os tribunais e os diversos conselhos da Monarquia. Mas foi precisamente devido a isso que as funções do Parlamento Medieval se revelaram muito ricas e diversificadas — legislativas, técnicas, políticas, psico-pedagógicas, propagandísticas. Enfim, a falta dum regimento — coisa que os juristas lamentam — permitiu às Cortes arvorarem-se em espaço de autoridade, um espaço ou instância cuja força política e moral é anterior e mais persuasiva eticamente do que a outorgada pelos poderes consignados em quaisquer codificações jurídicas. De modo que encarar o Parlamento Medieval por uma perspectiva estritamente jurídica não é só juridicismo reducionista; é forcejar por metê-lo num molde que não foi o dele.

De todas estas considerações, que julgo subsumidas nos textos e daí nos factos, resultam corolários óbvios. Muitos. Já enunciei alguns, como a desnecessidade de falar-se em natureza e essência do Parlamento, a dispensabilidade da obrigação de discutir o problema das origens, o sem-sentido historiológico da discussão Parlamento/Não-Parlamento, o infundado das analogias biologistas e outras, o inconsequente exercício historiográfico de pensar as Cortes em termos predominantemente jurídicos. Mas outros corolários existem, igualmente consequentes, uns derivados do estatuto da Instituição — um estatuto político dentro dum

Estado sem divisão de poderes — e outros derivados dos primeiros como ramificações. Não vou desenvolvê-los aqui por falta de tempo. Passemos, pois, adiante.

2.º — As cortes foram dotadas não de poder mas de autoridade

A historiografia tradicional preocupa-se muito com dilucidar o papel das Cortes na esfera das decisões político-administrativas da Monarquia. Interroga-se sobre qual o poder ou poderes que na teoria e na prática lhes foram atribuídos. E como se verifica que elas realmente não detiveram poderes exclusivos nem áreas de intervenção permanentemente reservadas atribuí-se-lhes uma função sócio-política menor, secundária, meramente moral, humildemente consultiva. Ora, uma tal conclusão enferma de paracronismo. Labora no erro de sobrestimar o poder em detrimento da autoridade. Trata-se dum equívoco juridicista, da transposição para os tempos medievais de modos de pensar o Estado e a sociedade política em tempos contemporâneos. Porque o cerne da questão está nisto: no Antigo Regime, mormente na Idade Média, poder e autoridade e lei distinguiram-se, não sendo necessariamente coincidentes na prática. É por atenção a isto que escrevo: *As Cortes Medievais, ou Parlamento, foram dotadas não de poder nem de poderes, mas de autoridade — uma autoridade reconhecida pública e universalmente*. De modo breve e elucidativo: as Cortes Medievais ou a Instituição da Autoridade. Eis a chave para a correcta interpretação do Parlamento Medieval Português e a fundamental razão de o designarmos assim.

Já disse que esta perspectiva nova das Cortes assenta em pressupostos teóricos. São emprestados da Antropologia Política, nomeadamente de Max Weber, Beattie e Georges Balandier. Diferencia-se a autoridade do poder e considera-se o poder limitado pela autoridade, nunca inteiramente autocrático, sempre dependente do consentimento que o legitima e, por isso, sempre preocupado com a opinião pública.

Beattie descreveu a «autoridade» como «o direito reconhecido a uma pessoa ou grupo, por consentimento da sociedade, de tomar decisões respeitantes aos outros membros da mesma sociedade». Desta sorte, a autoridade política, sustentáculo de qualquer poder razoável, tem a sua legitimidade depositada na aceitação e reconhecimento públicos. O poder, que é relação de dominação e se apoia na desigualdade social, precisa de recordar constantemente aos súbditos a sua legitimidade e de confortar-se com públicas e solenes manifestações de aceitação, veneração e contestação. De aceitação, porque ele significa garantia da ordem e da segurança; de veneração, porque detém uma dimensão sagrada; de

contestação, porque é sua razão de ser justificar e manter as desigualdades sociais. É assim em todos os regimes e chama-se a isso *a ambiguidade do poder político*.

Ora, as manifestações de aceitação, de veneração e de contestação exprimem-se por muitos meios e pelas mais diversificadas formas. Mas sempre em nome de valores e crenças transcendentais e absolutos, julgados eternos e imutáveis, supremas plataformas de apelação indiscutível seja qual for o aceitante ou o venerador ou o contestatário. Pois bem: é precisamente aí, nessa esfera dos valores e das crenças, que se situa o território onde habita a autoridade política. Una e bela, verdadeira e boa. Disponível. Erguer-se em seu nome é ter razão e legitimidade para falar e concitar unanimidades. Nos Parlamentos Medievais foi assim. A parte retórica dos textos, tão insuficientemente apreciada pelos historiadores, mostra-o à evidência.

Efectivamente, as Cortes Medievais distinguiram-se e afirmaram-se como instituições de autoridade. Mais: como a institucionalização do poder da autoridade. Autoridade do poder, não — e é isso que tem equivocado os estudiosos. A autoridade das Assembleias advinha-lhes de serem elas a instância solene onde a vontade e os desígnios da Nação se exprimiam, voz monárquica e dos estados buscando conjugação; e sobretudo, repita-se, de elas serem o lugar privilegiado da rememoração, dir-se-ia ritual, dos valores e princípios que davam credentidade e forma à ordem social e política. Rememoração e induzimento; ordem vigente e ideal.

Os valores e princípios que os textos parlamentares assiduamente rememoram são muitos. Mas podem reduzir-se a quatro espécies: serviço de Deus, bem da Monarquia, honra da Terra e proveito dos súbditos. São estes os sustentáculos supremos da concórdia apesar das divergências; ou dos discursos apesar das sub-intenções e propósitos. São as quatro coordenadas desse território pacífico aonde vão sempre dar as últimas análises de todos os porquês de não importa que assuntos nem falantes nem ouvintes. Território por isso mesmo anti-babélico, claro, invencível. É o luminoso horizonte da Justiça, segredo da Sociedade Harmónica, parâmetro de governantes e governados. A Justiça, coisa ética, ideal das leis e dos comportamentos, foi o Santo Graal que todos os parlamentares diziam demandar. Uma confissão convicta e ingénua e cínica e perversa — tudo foi. Um argumento as mais das vezes? Decerto. Mas nunca deixou de ser tida por último horizonte de apelo e ponto das convergências de todos, reis, nobres, cleros e povos. E isto é que é instrutivo. Porque, em suma, esse território foi espaço de igualações, a tábola redonda da autoridade. Aí situados, todos os convivas são parceiros no respeito da Justiça e então, conscientes desse facto, todos se sentem no direito e dever

de admoestar, repreender, recriminar, arguir. Os mais pequenos noutro lugar aos maiores; o povo aos reis. E nunca ninguém foi acusado de usurpar a autoridade ou de cair em arrogância.

O Parlamento Medieval foi portanto um espaço de igualações em matéria de autoridade. Não admira que os povos constantemente apelassem para as suas decisões vendo nelas ditames da consciência nacional que impendiam sobre todos e não deviam ser revogados senão em Cortes apenas. Mas este desígnio, dir-se-á, nunca foi juridicamente sancionado. Pois não. Porque é um desejo de poder. De poder legislativo. E, repetimos, as Cortes foram instituição de autoridade e não instituição de poder. O poder funciona segundo a trajectória dos graves, ao contrário da autoridade que não discrimina sentidos de direcções. O poder impõe-se; a autoridade insinua-se. O poder escora-se em armas e leis sempre a tender para a desmesura e socorre-se da autoridade para se colorir de legitimidade e prestígio; a autoridade, que é espontânea e merecida, vive de si e é prestígio. O Parlamento Medieval, instituição de autoridade, foi uma instituição de prestígio.

3.º — As cortes Medievais, uma Assembleia inquestionadamente Representativa do País, ou seja, um Parlamento

Terceiro e último ponto desta minha fala. Não vou demorar-me nele por duas razões: primeira, porque já por diversas vezes, noutras oportunidades, o tenho tratado — além de que nos dois pontos anteriores já abordei os seus fundamentos; segunda, porque não desejo abusar muito mais da vossa paciência. Direi tão-só duas ideias. Uma sobre a capacidade deliberativa dos deputados medievais; outra sobre o âmbito da representatividade das assembleias parlamentares dessa época.

Tem-se repetido continuamente desde há mais de cento e sessenta anos a esta parte que os deputados populares das Cortes Medievais actuaram condicionados por um mandato imperativo imposto pelos seus constituintes. Ou seja, que eles não tiveram capacidade para decidir pessoalmente sobre os negócios sujeitos à discussão e ao voto. Isto equivale a dizer que o seu estatuto nunca ultrapassou o de meros porta-vozes. Se assim tivesse sido, nem eles poderiam rigorosamente ser considerados representantes nem as assembleias representativas. Com efeito, eles não passariam de transmissores passivos de recados e as Cortes um centro de afluência de notificações de vontades dispersas; nunca um espaço onde, mediante discussão, se formaram vontades colectivas de âmbito nacional. Só isso seria suficiente para negar às Cortes um perfil parlamentar.

Ora, creio ter documentado noutro estudo que isso não sucedeu. Os textos saídos da Instituição, desde 1331 em diante e sobretudo desde 1385, mostram claramente que os procuradores, nomeadamente os da classe popular, intervieram e actuaram como delegados revestidos de idoneidade decisória pessoal. É certo que muitas vezes e em algumas matérias eles tiveram de respeitar o sentido de voto indicado pelos seus municípios. Isso, porém, não os impediu de intervir com originalidade. De resto, no tipo de actividade que pode considerar-se o mais característico da Instituição — o de redigir e apresentar capítulos gerais de todo o terceiro estado — aí os deputados trabalharam sempre como grupo que interpreta a vontade nacional e decide em harmonia com essa interpretação. Ora essa actividade constituiu, nos séculos XIV e XV, um ponto tacitamente estabelecido em todas as agendas das reuniões. Foi através dele que o povo — e também, embora menos, as outras duas ordens da sociedade — praticou um direito parlamentar importante: o direito de proposta e de iniciativa legislativa.

E agora a segunda ideia: a da representatividade nacional da Instituição.

A doutrina corrente é que ela nunca se verificou. Duas razões se alegam: uma jurídica, outra sociológica. A razão jurídica estriba-se na ausência de fundamentos *constitucionais*, passe o termo; e a sociológica no facto de nem todos os concelhos do país terem sido representados, bem como também no facto de os delegados da nobreza e do clero terem intervindo geralmente a título pessoal.

Estas objecções, se bem que possam ser mitigadas relativamente ao estatuto participativo de nobres e clero, aduzem verdades. Verdades que poderíamos mesmo carregar de mais ênfase, lembrando, por exemplo, que os deputados do povo não representaram afinal as populações dos seus municípios mas tão-só as elites camarárias, os aristocratas concelhios, grupos locais muito reduzidos e bem demarcados das massas. Mas a questão não está aí. Porque mais uma vez se está a raciocinar com instrumentos mentais alheios à época.

Com efeito, o critério de representatividade que vigorou no período a que nos reportamos foi outro. O da *maior pars, sanior pars*. Não é um critério de número, mas de qualidade. Literalmente, a parte maior era aquela que congregasse os melhores, por poucos que eles fossem. Trata-se duma representatividade que eu tenho designado de *corporativa*. E qual o critério que distingue os melhores? Que indivíduos eram os bons, esses que carregavam aos ombros a responsabilidade de luzeiros e intérpretes dos simples? Seria longo responder. Nem a resposta interessa para aqui. Fixemos isto: o critério da *representatividade corporativa*, caracteristicamente medieval, não liga a números nem contempla

indivíduos. Mas foi o critério da época e é com ele que temos de lidar. De modo que a pergunta a fazer aos textos é esta: As Cortes Medievais foram ou não olhadas e aceites como Assembleias Representativas da Nação? O rei e os súbditos contemplaram ou não as suas decisões com vontade colectiva do País? A resposta é inquestionadamente afirmativa. Os textos são explícitos. Até mesmo concelhos sem direito de participação parlamentar deixaram escrito que sim: que os deputados reunidos em congresso eram os genuínos representantes de Portugal e do Algarve, sobretudo dessas vilas e lugares que não tinham representação privativa. É essa, por exemplo, a convicção de Barcelos em 1472.

De modo que essa opinião consensual, mais do que conceitos e teorias posteriores, é o que deve contar, creio eu, para uma apreciação correcta do âmbito exacto da representatividade do Parlamento Medieval.

Parlamento, pois. Mas note-se: Parlamento por efeito da actuação do Povo. Mais do Povo do que do Clero e da Nobreza. O areópago do Terceiro Estado, portanto.

E pronto. Aí ficam as *Perspectivas Novas* que escolhi comunicar-vos nesta *lição inaugural*. Elas, e outras que não disse, apontam para uma reinterpretação das Cortes Medievais Portuguesas e, consequentemente, da Instituição Parlamentar em Portugal. É uma reinterpretação que se afigura rica e fecunda, plena de interesse para a memória dos portugueses em geral e dos políticos em especial. Faço votos para que os políticos, esses actuais representantes do Povo, nomeadamente os nossos parlamentares, se dêem conta desse interesse. Então, hão-de alargar o horizonte da história da sua função para lá, muito para lá de 1820 e rever a sua nobre tarefa num passado não já de cento e setenta anos, mas de pelo menos setecentos e trinta e seis. É esta com efeito a idade mínima da experiência parlamentar em Portugal.

Termino, enviando daqui, desta Escola, e em nome de historiadores que aqui leccionam e investigam, um recado à Assembleia da República:

«Senhores Deputados

A vossa deliberação unânime de 12 de Maio de 1988, reafirmada em 2 de Março de 1989, de elaborar uma *História do Parlamento Português* «desde 1820 até hoje», é muito acertada e muito de aplaudir. Mas porquê tão-só «desde 1820 até hoje»? Por que não desde as origens medievais? Porquê amputar em tantos anos, seiscentos, a real e completa História do Parlamento Português? Ainda e sempre preconceitos juristicistas?

Porto e FLUP, 22 de Outubro de 1990

AS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS GALAICO-MINHOTAS À LUZ DAS CORTES DO SÉCULO XV

Por **Maria Helena da Cruz Coelho**

Pensar as relações fronteiriças entre a Galiza e o Minho, em Quatrocentos, leva-nos a equacionar mais amplamente a problemática da fronteira.

Etimologicamente fronteira deriva da palavra-mãe *fronte*, logo o seu significado remete-nos para fazer frente, *facere face*, num sentido de uma oposição entre dois lados distintos¹. Aqui de uma parte concelhos minhotos que protagonizam o extremo Norte do reino de Portugal; do outro centros populacionais galegos que representam a soberania de Castela. Face a face várias localidades, no geral bilateralmente afrontadas², face a face duas regiões e dois reinos.

Entre a Galiza e o Minho teria começado por existir, aquilo que os geógrafos denominam uma franja pioneira³, expressão de uma tendência

¹ Sobre a noção de fronteira, veja-se P. Guichonnet, C. Raffestin, *Géographie des frontières*, Paris, 1974 e Fernand Braudel, *L'identité de la France. Espace et Histoire*, Paris, 1986.

² Esta temática das cidades fronteiriças foi abordada na lição apresentada à Universidade do Minho, no âmbito de provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, pelo assistente Nuno José Pizarro Pinto Dias, intitulada, *As cidades de fronteira — seu papel na delimitação do território*, Braga, 1987 (dactilografada).

³ Para uma dilucidação deste conceito, veja-se a já citada obra de P. Guichonnet e C. Raffestin, páginas 26 a 29.

de crescimento, de manifestação, no espaço, de forças organizadoras centrífugas. Materializadas por nobres que foram ocupando o espaço, desenhando os seus senhorios, impondo as marcas do seu domínio sobre a terra e sobre os homens; e igualmente por igrejas e mosteiros que iam modelando o seu poder sócio-económico e enformando o sentimento religioso e a mentalidade vigentes. Clérigos e nobres que se implantavam de um e outro lado do rio Minho, arreigando-se à terra e lentamente percebendo o espaço envolvente e as suas possibilidades físicas e humanas, ainda que tal rio não fosse uma demarcação rígida no quadro civil ou religioso. As suas margens correspondiam de facto a uma franja separadora, variável nas suas dimensões e mal definida, porque flutuante e em movimento.

À medida que o poder político vai evoluindo, aglutinando forças dispersas, mobilizadas entre nós para a empresa de um condado e depois do reino de Portugal, assistiremos então à transição dessa posição de zona algo indefinida para a concretização de uma linha fronteiriça mais precisa. Para o que a barreira natural do rio Minho muito contribuiria. Não menos a vontade dos soberanos, agora uma força centrípeta, que quer chamar a si a tutela de um espaço e de uma população.

Assim os monarcas desenvolveram a par da sua política expansionista uma consentânea e imprescindível actividade repovoadora e colonizadora. Apressam-se, pois, a dar cartas de foral a muitas localidades, para que elas tomassem nas suas mãos a ingente tarefa de cultivar, povoar e defender a sua sede e termo. E ao fazê-lo, nestas linhas periféricas, os homens estavam afinal a consolidar as fronteiras políticas do reino de que dependiam e eram agentes.

Este o percurso seguido em tempos passados que conduziu, em Quatrocentos, a uma inequívoca realidade de fronteira entre o Minho e a Galiza. Só que uma fronteira concebida de acordo com o ideário e a praxis do Estado desses tempos. Estado que, sendo embora centralizado, se apoiava muito na governação em estruturas descentralizadas, como senhorios e concelhos, para colmatar as deficiências da sua máquina burocrática, fiscal e judicial. Logo muitos problemas eram vividos mais com um sentido local e regional, que verdadeiramente nacional.

Assim seria também o problema da fronteira. Tida em absoluto como uma linha delimitadora de uma soberania, ela assume-se na prática como uma linha permeável. De facto a fronteira acompanha-se de actividade, de agitação, de disputa, portanto de movimento. É simultaneamente um espaço de dijunção e conjunção, sobretudo de interpenetração. Apresentando, conforme os casos, características de permeabilidade ou impermeabilidade. Num jogo balanceado de efeitos negativos, criando inibições ao desenvolvimento em qualquer dos lados da zona

fronteira, e efeitos positivos, estimulando um jogo de trocas e complementaridades. A fronteira surgirá tanto mais permeável quanto mais desfuncionalizada, isto é, quanto menos oferecer resistência à circulação de homens, bens e informações. A fronteira tem, na verdade, funções legais, fiscais, de controlo, militares e ideológicas, mas que se exercem, como é óbvio, com maior ou menor regularidade e rigidez⁴.

Em tempos de Quatrocentos, a fronteira, assumindo sem dúvida a função legal, pois os homens sabiam que ao atravessá-la de um reino a outro se mudavam, reforçada pela função militar que potencializava essa diferenciação política, desempenharia sobretudo uma função fiscal, impondo taxas sobre a circulação dos produtos. Mas estaria longe de ser um marco intransponível e inibidor⁵. Fosse a terra, o rio ou o mar, pois nesta área nortenha deparamos, na verdade, com uma linha de fronteira terrestre, fluvial e marítima, tais barreiras ultrapassavam-se com frequência. Em tempo de paz para trabalhar, comerciar ou festejar, em tempo de guerra para, satisfazendo interesses superiores, atacar ou defender-se. A proximidade dos povoados de ambos os lados do rio Minho favorecia, aliás, esse convívio, reforçada ainda por certas afinidades de enquadramento religioso, já que, por largo tempo, a divisão eclesiástica ultrapassou as demarcações políticas dos reinos⁶.

⁴ Sobre estes vários aspectos da caracterização ampla do sentido de fronteira, suas funções e respectiva integração num contexto regional, leiam-se as páginas 29 a 63 e 147 a 165 do aludido trabalho.

⁵ Este mesmo sentido de abertura, inclusivé no campo político, e referido até para diversos momentos, atestam os estudos de José Luís Martín, «Notas sobre la frontera medieval entre Portugal y Castilla», in *1383/1385 e a Crise Geral dos séculos XIV e XV. Actas das Jornadas de História Medieval*, Lisboa, 1985, pp. 155-162 e Carlos Barros Guimeráns, «O cerre da fronteira medieval entre Galicia e Portugal», in *Actas do Congresso Internacional sobre Bartolomeu Dias e a sua época*, vol. IV, Porto, 1989, pp. 461-473.

⁶ Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 4.^a ed. revista e ampliada, Lisboa, 1986, p. 136, ao referir-se à separação entre a parte setentrional de Portugal e a Galiza, no tempo do conde D. Henrique, alude justamente à ligação entre ambas pela «mesma natureza, a mesma economia, a língua e a cultura comum». No que concerne aos aspectos religiosos, uma síntese sobre a alçada da jurisdição dos bispos de Tui em terras portuguesas se encontra em Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, nova ed. preparada e dirigida por Damião Peres, vol. I, Porto, 1967, pp. 285-287. Quanto às interrelações entre os dois reinos através da rede monástica, consulte-se, entre outros, José Marques, «O Mosteiro de Oia e a granja da Silva, no contexto das relações luso-castelhanas dos séculos XIV-XV», in *Actas del II Coloquio Galaico-Minhoto*, vol. I, Santiago de Compostela, s.d., pp. 153-181.

Vejamos, então, pela óptica das vilas minhotas, detectada através dos capítulos de Cortes, alguns aspectos deste relacionamento bilateral e bidimensional⁷.

Desde logo as vilas minhotas, tais como, Caminha, Ponte de Lima, Viana e Vila Nova de Cerveira têm consciência de estarem situadas, como referem, no extremo ou próximo dele⁸. Noção portanto territorial, diríamos hoje geográfica, de situação periférica, mas igualmente política, de afastamento do centro do poder nacional e um consequente confinar com outro diverso e estranho.

Esta posição exige um particular esforço defensivo, já que em caso de guerra é através delas que entra o inimigo, sofrendo os lugares as inerentes consequências de toda uma vida desorganizada, de bens destruídos, de populações dizimadas. Cuida-se então das muralhas, como em Caminha, onde em 1439 se arrastavam as obras de uma «coiraça», na qual deviam trabalhar homens de outras localidades, incluindo os de Viana⁹. Reclamam-se armas, como em Valença, no ano de 1444, até porque tinha havido guerra entre os homens da vila e os de Tuy, por certo no âmbito do conflito castelhano, em que o nosso regente participou¹⁰. Mas estes são tempos ocasionais e esporádicos, dado que na maioria dos anos, dos meses e dos dias vivem em paz os homens de cá e de lá do rio Minho. Em paz geral, mas não sem problemas, desavenças ou até mesmo conflitos, como veremos.

Na centúria de Quatrocentos estas vilas minhotas têm uma feição económica vincadamente pesqueira e mercantil. Viana diz que «a vivemda

⁷ Analisámos, sistematicamente, para este estudo, os capítulos especiais dos concelhos de Caminha, Monção, Ponte de Lima, Valdevez, Valença, Viana do Castelo, Vila do Conde e Vila Nova de Cerveira, apresentados nas Cortes do século XV. Nos capítulos gerais dessas diversas Cortes não deixam também de surgir referências às relações entre Portugal e o reino vizinho. Mas aí alude-se, por via de regra, a gente de Castela, não nos permitindo precisar a sua origem, concretamente se da Galiza provêm, e os agravos abarcam, no geral, todo o âmbito do reino, pelo que privilegiámos, neste trabalho de história local, os capítulos especiais. Para um confronto com outra documentação, sobretudo concernente a D. Afonso V, que enquadra a problemática das relações económicas entre o Minho e Galiza, consulte-se o artigo de José Marques, «Relações económicas do norte de Portugal com o reino de Castela, no século XV», sep. de *Bracara Augusta*, t. XXXII, fasc. 73-74 (85-86), 1978.

⁸ TT — *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 4, fls. 230-231v (Caminha, nas Cortes de Lisboa de 1439); liv. 2, fls. 19-20 (Ponte de Lima, nas Cortes de Lisboa de 1478); liv. 3, fls. 24-25 (Viana, nas Cortes de 1459); *Chanc. D. João II*, liv. 2, fls. 7v.-8 (Vila Nova de Cerveira, nas Cortes de Évora-Viana de 1481-82).

⁹ TT — *Chanc. Afonso V*, liv. 2, fls. 11v-12v.

¹⁰ TT — *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 2, fls. 2-3.

e guovernamca desse lugar he primçipallmente per pescaria»... e as «fazendas dos moradores de hy sam naaos e navyos e barcos e armas»¹¹. Já nas Cortes de Lisboa de 1459 expressava também que a vila era povoada de pescadores e mareantes «que sua vivenda a moor parte he o mar». Acrescenta ainda ser o único porto seguro desde a fronteira até à cidade do Porto¹², pelo que são bem compreensivos os múltiplos pedidos de ajuda para a manutenção do seu cais em bom estado¹³. Vivem estas localidades da pesca, seja marítima ou fluvial, como referem Viana, Ponte de Lima, Vila do Conde e Valença¹⁴. Para tal constroem navios mais adaptados às suas águas baixas e à rapidez na fuga aos corsários, como as caravelas, que não queriam ver desviados da sua faina piscícola para o transporte de pão e couros até Ceuta¹⁵. Além de que importavam

¹¹ TT — Leitura Nova, Além Douro, liv. 2, fl. 23, Cortes de Santarém de 1468.

¹² TT — Leitura Nova, Além Douro, liv. 3, fls. 24-25. Refere-se que Viana está a 3 léguas do extremo e do extremo ao Porto são 13 léguas «nas quaaes per costa de mar nam ha lugar pera deffemssom salvo a dicta villa».

¹³ Em 1439 pede para não contribuir nas obras da «coiraça» de Caminha, com 16 reais por cada homem, a fim de empregar o dinheiro nas obras do cais — o melhor do reino, como dizem — que estava «dellapidado» pelas águas (TT — Chanc. Afonso V, liv. 2, fls. 11v-12v). Em 1455 obtém do monarca, com a justificação de «por o sintirmos asi por bem comuum», 6000 reais dos dinheiros dos resíduos (TT — Chanc. Afonso V, liv. 15, fl. 135). Reiteram em 1472-73 que o seu cais é «o melhor de todos estes vosso regnos... pollo qual ham serventia carregua e descarregua todos os navyos estrangeiros asy do lugar que no ryo da dicta villa entram». E porque devido aos «tormentos» do mar, em cada ano, precisava de «corregimento», pedem que todo o navio estrangeiro que aí aportasse fosse taxado com 2 reais, contribuindo assim para a manutenção do cais, já que também dele se aproveitavam (TT — Leitura Nova, Além Douro, liv. 3, fls. 263-264). Uma evolução deste porto, ao longo da centúria de Quatrocentos, aborda António Matos Reis, no artigo, «O porto de Viana na segunda metade do século XV», in *Actas do Congresso Internacional sobre Bartolomeu Dias e a sua época*, vol. I, Porto, 1989, pp. 489-500.

¹⁴ Nas Cortes de Lisboa de 1456, Viana, Ponte de Lima e Vila do Conde expõem, em conjunto, que «a vivenda per que se mais mantem e governam estes lugares e comarca delles asi he per obra de pescaria» (TT — Chanc. Afonso V, liv. 3, fl. 114). Valença, por sua vez, alude à pesca de sáveis, que quer ver isenta de uma dízima de novo imposta. Até porque, não sendo pescadores «cadimos», vão-se aproveitando no Verão deste pescado do rio (TT — Leitura Nova, Além Douro, liv. 2, fls. 2-3, Cortes de Évora de 1444). Igualmente Viana não quer entregar a dízima dos fígados das lixas (peixe com pele escabrosa que serve para polir madeiras ou metais), inovação nunca antes reclamada, e de que se vêem livres por deferimento régio ao seu pedido (TT — Leitura Nova, Além Douro, liv. 3, fl. 257v, Cortes de Évora de 1475).

¹⁵ Agravo conjunto de Viana, Ponte de Lima e Vila do Conde, nas Cortes de Lisboa de 1456 (TT — Chanc. Afonso V, liv. 3, fl. 114).

da Flandres madeira, mastros, alcatrão e remos para a equipagem das suas embarcações¹⁶.

Anima-se a economia com um vivo comércio interno e externo que à sua volta faz girar todo o sector produtivo da região. Por isso Ponte de Lima, Melgaço, Viana, Caminha, Valença, Monção e Valdevez têm feiras próprias que remontam, na sua maioria, aos séculos XII e XIII¹⁷. Mas tendo algumas decaído, são constantes os pedidos em Cortes para as reactivar ou recriar nesta centúria de Quatrocentos. Assim requere Caminha, em 1439, que houvesse uma feira mensal na primeira quinta feira de cada mês — extinta que fora por certo a instituída por D. Dinis — o que, embora concedido, não se teria talvez concretizado¹⁸. Daí que novo pedido surja em 1455, agora rogando que ela coincidisse com uma festa religiosa que tinha lugar no mês de Junho¹⁹. Para facilitar o movimento de trocas interessava aos mercadores um sistema uniforme de medidas, anseio que viram concertizado em 1459, com a adopção da medida-padrão de pão e vinho, de Ponte de Lima, a todos os seus almoxarifados²⁰.

E toda esta faina mercantil trazia crescimento económico e social que exigia reconhecimento de prestígio. Queriam assim os homens de Viana ter o privilégio de andarem em bestas muares, assimilando-se aos estratos superiores da sociedade, o que lhes foi negado em 1455, mas outorgado em 1468²¹. Da mesma maneira que dignificavam a vila com a construção, no seu interior, de uma igreja que, com a participação de contribuições régias, se completava em 1439²² e em 1472-73 já era

¹⁶ Ao fazer esta afirmação nas Cortes de Santarém de 1468, Viana pede para não pagar a dízima de tais coisas (TT — Leitura Nova, Além Douro, liv. 2, fl. 23).

¹⁷ O seu historial encontra-se no consagrado estudo de Virgínia Rau, *Feiras medievais portuguesas. Subsídios para o seu estudo*, reed., Lisboa, 1982. Posteriormente alguns aspectos das feiras nortenhas foram também abordados por José Marques, «art. cit.», pp. 17-21 e Humberto Baquero Moreno, «Áreas de conflito na fronteira galaico-minhota no fim da Idade Média», in *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV. Estudos de História*, Lisboa, 1985, pp. 161-171.

¹⁸ TT — Leitura Nova, Além Douro, liv. 4, fls. 230-231v.

¹⁹ TT — Leitura Nova, Além Douro, liv. 4, fl. 146-146v. E é justamente invocando o privilégio da isenção da meia sisa, que o monarca concedera a esta feira e às de Barcelos e Guimarães, que os concelhos de Valdevez, Nóbrega, Soajo, Fraião e Santo Estêvão de Geraz pedem a mesma isenção para a feira de Valdevez, dita muito antiga e muito boa, de molde a poder ser revitalizada, o que lhes foi concedido.

²⁰ TT — Leitura Nova, Além Douro, liv. 3, fl. 20v.

²¹ TT — Chanc. Afonso V, liv. 15, fl. 135; Leitura Nova, Além Douro, liv. 2, fl. 23.

²² Diz-se que a igreja fora erguida com a ajuda dos dinheiros dos resíduos, que D. João I lhe concedera, sendo então necessária uma torre para os sinos, uma sacristia e dois alpendres, para o que o concelho é de novo contemplado com os resíduos (TT — Chanc. Afonso V, liv. 2, fls. 11v.-12v.).

pequena, «por ser feita em tempo que a poboraçom do lugar nom era muita»²³ e se acrescentava, sinal evidente da vitalidade demográfica e económica deste porto.

Mas por entre este viver mais moderno de feição comercial e lucrativa pairavam as sombras, que tantas vezes se adensavam, do velho mundo senhorial. E os fidalgos pediam rendas, exigiam aposentadorias, vexavam os homens, interferiam na administração. Os agravos de Valença nas Cortes de 1439 são exemplificativos deste quadro²⁴. Para além dos fidalgos, através do seus acostados, fomentarem bandos que faziam «arroidos» e «voltas», como se queixava Viana nas mesmas Cortes²⁵, reiterando as acusações contra a nobreza nas Cortes subsequentes de Lisboa de 1459 e de Santarém de 1468²⁶. Atentos, os nobres espreitavam o lucro. E porque florescia o comércio tentam aproveitá-lo a seu favor, como fazia o abade de S. Salvador da Torre, impedindo os homens de irem à feira de Viana e negando-se a utilizar uma medida uniforme²⁷, ou Leonel de Lima em Ponte de Lima²⁸, ou ainda o Conde de Caminha²⁹, além de muitos outros. Retinham o pão nos seus domínios, não o deixando vender livremente, desviavam os feirantes dos seus trajectos, encaminhando-os para as suas terras, impunham mais direitos de barreiras ou circulação e sobremaneira perturbavam as boas relações com os galegos.

²³ TT — Leitura Nova, Além Douro, liv. 3, fls. 263-264.

²⁴ TT — Chanc. Afonso V, liv. 2, fls. 16-17.

²⁵ TT — Chanc. Afonso V, liv. 2, fls. 11v.-12v.

²⁶ TT — Leitura Nova, Além Douro, liv. 3, fls. 24-25; liv. 2, fl. 23.

²⁷ É que, como diz Viana nas Cortes de Lisboa de 1459, eles recebiam os seus foros pela medida grande e queriam vender os produtos pela pequena (TT — Leitura Nova, Além Douro, liv. 3, fls. 24-25).

²⁸ Em 1439 Ponte de Lima apresenta um longo rol de agravos contra Leonel de Lima — faz casas no interior da vida, é coudel nas terras do concelho, agrava os moradores do reguengo de S. Martinho, embarga, como represália, as devesas da vila à passagem do gado dos vizinhos (TT — Leitura Nova, Além Douro, liv. 2, fls. 15-16v.). A actuação arbitrária deste fidalgo tem sido estudada por Humberto Baquero Moreno em trabalhos como «A vereação do concelho de Ponte de Lima em 1446», in *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI. Estudos de História*, Lisboa, 1986, pp. 145-151 e «Um fidalgo minhoto de ascendência galega: Leonel de Lima», sep. de *Actas do I Colóquio Galaico-Minhoto*, Ponte de Lima, 1981.

²⁹ Este exigia até que os homens de Caminha fossem servir nas suas fortalezas da Galiza (TT — Chanc. D. João II, liv. 2, fl. 7, Cortes de Évora-Viana de 1481-1482). E para tempos mais recuados, vejam-se os abusos cometidos pelos privilegiados, em Caminha e Cerveira, no nosso estudo, «A acção régia de D. Afonso III e D. Dinis em Caminha», in *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XV*, vol. I, *Notas do Viver Social*, Lisboa, 1990, pp. 203-207.

Todo este comércio raiano assentava, de facto, num vivo intercâmbio entre minhotos e galegos. As feiras referidas eram animadas pelas trocas entre os homens de ambos os lados. Procuravam os galegos o sal, pão e gado, trazendo em troca produtos vários, desde queijo e manteiga até couros, panos, ferro e aço³⁰. E este comércio fluía, ultrapassando-se mesmo, amistosamente, os embargos da saca de pão e gado para o exterior. Com subtileza expõe Cerveira nas Cortes de 1459: «señor vosa alteza sabera que antre os moradores desta villa e termo com os galegos ha o rrio em meynos e conversam huuns com os outros como irmãosos seendo casados huuns com outros e pasam ca delles alguuns boys velhos e levam por elles outros e tragem do pescado e levam tres a quatro alqueires de pam»³¹. Quadro de paz e amizade, pintado talvez com tintas algo douradas, para pedir clemência, alegando desconhecimento, face à saca de pão e gado assim praticada, o que lhe é, aliás, concedido. Todavia, se tal se concretizava com o conluio de fidalgos, os procuradores denunciavam a fraude em Cortes. Por isso Caminha acusava, nas Cortes de Évora-Viana de 1481-1482, o Conde da vila de dar a galegos cartas de saca de pão e outras coisas defesas³². Entretanto Ponte de Lima, sem denunciar ninguém expressamente, refere, nas Cortes de Lisboa de 1478, que «por ser dado lugar de pasarem destes regnos pera Castella e Galiza as dictas carnes e pão» a vila e comarca sofriam fome, exigindo a sua interdição, a qual é corroborada pelos monarcas em defesa da política nacional de abastecimento³³.

Mas a generalidade das queixas verberava contra a crescente pressão fiscal dos agentes régios que desincentivava a vinda de galegos. E, sobretudo, contra as novas exacções dos senhores, que cobravam arbitrárias portagens e exerciam abusos, contrariando a corrente regular de trocas, e fomentando mesmo uma animosidade entre as partes vizinhas.

³⁰ A este intercâmbio se referem, por exemplo, Valença, nas Cortes de Évora de 1444 (TT — Leitura Nova, Além Douro, liv. 2, fls. 2-3) e Ponte de Lima, nas Cortes de Évora-Alvito de 1481-82 (A M Ponte de Lima — Peg. solto. n.º 40). Sobre o comércio entre Portugal e Castela, consulte-se Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.ª ed. dirigida por Torquato de Sousa Soares, t. X, Lisboa, s.d., pp. 299-316; e mais especificamente quanto aos produtos transaccionados entre o Norte de Portugal e o reino de Castela, veja-se ainda o citado artigo de José Marques, da página 23 a 39; bem como sobre a especificidade do comércio do sal português, de que a Galiza sobremaneira se abastecia, leia-se Virgínia Rau, *A exploração e o comércio do sal de Setúbal. Estudo de história económica*, Lisboa, 1951.

³¹ TT — Chanc. Afonso V, liv. 36, fl. 170.

³² TT — Chanc. D. João II, liv. 2, fl. 7.

³³ TT — Leitura Nova, Além Douro, liv. 2, fls. 19-20.

Valença ia buscar sal a Aveiro para o vender aos galegos, que em troca traziam mercadorias à vila. Mas, como se agravava nas Cortes de 1439, o senhor dos castelos de Melgaço e Castro Laboreiro, Martim de Castro, exercia represálias e penhores nos galegos, para além dos fidalgos exigirem, através dos seus oficiais, que os homens da Galiza só comerciassem com os seus acostados, fazendo assim desviar os negócios dos vizinhos do concelho e impedindo a cobrança dos direitos régios da portagem e sisas, que para as bolsas senhoriais se diferiam³⁴. Decorridos vinte anos a situação permanecia. Os galegos que vinham das terras de Límia e Orense demandar o sal, trazendo sebo, cera, untos e manteiga, entravam por Castro Laboreiro. O alcaide de Melgaço, filho do anterior, obrigava-os a irem a essa vila pagar a portagem, quando era costume fazê-lo em Cubalhão e Ponte de Mouro. Tal desvio, como diz Valença, afastava os galegos que preferiam ir abastecer-se de sal em Redondela e Pontevedra³⁵. Certamente por estas razões já nas Cortes de 1444 Valença pedira, e obtivera, a faculdade de segurar, contra penhoras e represálias, os mercadores que de Castela e Galiza viessem à vila para negociar³⁶.

Por sua vez à feira de Ponte de Lima acorriam galegos de Monterey, de Milmanda e Araujo vendendo as suas mercadorias e comprando sal. Mas João de Magalhães pusera uma nova portagem em Ponte da Barca, de dois reais por cada besta, o que os desincentivava, agravo denunciado em 1459 e que se prolongava, na pessoa de Gil de Magalhães, em 1481-1482³⁷.

Entretanto um tal Pero Gomes de Abreu³⁸, posto por guarda das coisas defesas que se passavam de um reino ao outro, entregou a vigilância da ribeira de Valença a picões galegos. Estes roubavam pão cozido, vinho, carne morta, carneiros, galinhas e porcos e tiravam até o dinheiro aos peregrinos nacionais e estrangeiros que se dirigiam a Santiago. Quebravam a paz dos vizinhos e semeavam a discórdia, o que obstava à vinda de comerciantes galegos que aí mercavam coisas miúdas em troca de ferro, aço, sardinha e pescado que aduziam³⁹. Todas estas arbitrariedades impediam, enfim, o natural intercâmbio comercial que corria através das fronteiras.

³⁴ TT — Chanc. Afonso V, liv. 2, fls. 16-17.

³⁵ TT — Chanc. Afonso V, liv. 36, fls. 162v.-163.

³⁶ TT — Leitura Nova, Além Douro, liv. 2, fls. 2-3.

³⁷ TT — Leitura Nova, Além Douro, liv. 3, fl. 20v.; A. M. Ponte de Lima — Perg. n.º 40.

³⁸ O rol de abusos praticados em vários lugares por membros desta família é assinalado por Humberto Baquero Moreno, «Áreas de conflito na fronteira galaico-minhota...», pp. 164-165.

³⁹ TT — Chanc. Afonso V, liv. 2, fls. 16-17, Cortes de Lisboa de 1439.

Acontecia mesmo que minhotos e galegos se associavam para participarem em conjunto na exportação. Assim, a partir de Viana, os barcos carregados com produtos de todo o Riba Minho português, mas também dos da Galiza, que recebiam através do rio, demandavam a Flandres e Aragão⁴⁰. Por sua vez quando os navios de Viana, Ponte de Lima e Vila do Conde vinham carregados de panos da Irlanda, em troca de sal que para aí levavam duas vezes ao ano, queriam vendê-los na Galiza, até porque «se comem de traça e serem tantos se nom podem todos gastar nos dictos lugares», mas sem a opressão das sisas, o que lhes é concedido⁴¹.

Só que os mares, sem fronteiras delimitadas nestes séculos, continham em si o enorme perigo dos ataques de corsários⁴². Acoitados nos portos da Galiza, eles eram uma ameaça para todo o comércio legal e regular. Nas Cortes de 1439 Viana pede para armar algumas embarcações, quando os navios de franceses e bretões de armada, que andam nas rias e abertas da Galiza, atacarem os barcos de pesca⁴³. E nas Cortes de 1459, reitera esse mesmo pedido de licença para se armar contra tais inimigos e arrecadar o quinto das presas, porque «muitas vezes (n)as ilhas de Bayona se deitam naos e navios de ffrançaeses e ladrões guallegos d armada e per seu azo os da dicta villa se nom oussam a descemder pella costa»⁴⁴.

Se o mar unia os homens da fronteira, igualmente a terra exercia atractivos. Um certo fluxo migratório corria, pois, nestas regiões. A Galiza podia ser o refúgio procurado pelos que, por incapacidade no desempenho dos cargos de vereação, se viam ameaçados de perder os

⁴⁰ Este o testemunho de Viana, nas Cortes de 1459: «senhor em cada huum anno se carrega no rryo de Minho pera Framdes e pera Aragam huum navyo e aly se ajuntavam as mercadorias de todo rriba de Minho comprando os mercadores da comarca asii as de hũa parte como da outra de Galiza e as traziam a esta parte e as carregavam no dicto navyo». Queixava-se de que o contador régio mandara que nenhum navio do reino «nom fretasse no dicto rio nem em Galliza algũa mercadoria levase nelle nem trouxese», ficando a resolução do problema adiada para posterior desembargo (A. M. Viana — Perg. 10). Para um útil confronto com o movimento do porto de Tuy, veja-se Jesus Gomes Sobrino, «El comercio de Tuy en el siglo XV, a traves de su puerto fluvial», in *Actas del II Coloquio Galaico-Minhoto*, vol. I, Santiago de Compostela, s.d., pp. 147-152.

⁴¹ A. M. Viana — Perg. 11, Cortes de Lisboa de 1456.

⁴² Sobre a problemática da pirataria, veja-se Henrique da Gama Barros, *ob. cit.*, t. X, pp. 333-342.

⁴³ TT — Chanc. Afonso V, liv. 2, fls. 11v-12v.

⁴⁴ TT — Leitura Nova, Além Douro, liv. 3, fls. 24-25. E do espólio destes confrontos ou de naufrágios se queriam aproveitar os homens dos lugares, pedindo Caminha para tomar posse do que viesse à costa e não tivesse dono (TT — Leitura Nova, Além Douro, liv. 4, fl. 146-146v., Cortes de Lisboa de 1455).

seus bens, como acontecia com os alguns oficiais de Valença que buscavam Tuy⁴⁵. Para La Guardia e Bayona eram atraídos os pescadores de Caminha que obtinham aí melhores condições de trabalho, quando na sua terra crescia a pressão fiscal. Assim, devido a uma dízima de novo imposta, de 7 ou 8 pinaças de pescar peixotas já só havia 1 ou 2, bem como diminuía as barcas de «congrear»⁴⁶. E a causa devia ser justa ou a alegação convincente — expunham que os lugares do extremo eram perigosos e o rei os devia socorrer «como boom pastor guarda as suas ovelhas e trage todas a huum currall» — pois foi quitada a dízima por 3 anos aos que aí morassem ou viessem a morar, mesmo de fora do reino. Pela mesma razão fiscal preferiam a Galiza os oficiais mecânicos de Valença, deixando a vila desprovida de artefactos⁴⁷. Em contrapartida rogara, em 1439, esse mesmo lugar de Valença, que fossem dispensados dos encargos do concelho os galegos que aí quisessem vir fixar-se, num claro incentivo a uma migração favorável ao reino de Portugal⁴⁸.

Galiza penhor de trocas, Galiza esperança de gente, Galiza terra de melhores oportunidades, embora patenteando também alguns perigos, assim nos é apresentada em capítulos de Cortes esta região fronteiriça.

Galiza, ainda, percorrida em festa e romaria na demanda de Santiago. E para apoiar os peregrinos que de Portugal acorriam ao santo afamado, aí estavam os hospitais e as albergarias a bordejar as vias⁴⁹. Viana⁵⁰ e Ponte de Lima⁵¹, entrepostos desse itinerário, queriam-nos ver bem dotados e capazes de prestar a assistência devida. Valença, por sua

⁴⁵ TT — Chanc. Afonso V, liv. 2, fls. 16-17, Cortes de Lisboa de 1439.

⁴⁶ TT — Leitura Nova, Além Douro, liv. 4, fls. 230-231v., Cortes de Lisboa de 1439.

⁴⁷ TT — Chanc. Afonso V, liv. 15, fl. 135v., Cortes de Lisboa de 1455.

⁴⁸ TT — Chanc. Afonso V, liv. 2, fls. 16-17.

⁴⁹ A interligação entre a rede viária e o sistema assistencial, a Norte do Douro, foi objecto de estudo de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, no seu já consagrado trabalho, «Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal», in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das I.^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, t. I, Lisboa, 1973, pp. 39-57.

⁵⁰ Nas Cortes de Lisboa de 1459 Viana expõe que na vila está fundado um hospital «pera os pelligrins e romeus», que vão e vêm para Santiago, o qual tem bula do Santo Padre, concedendo indulgência de 700 dias de perdão a quem lhe desse esmola. Reclamava, para o seu sustento, os resíduos, o que lhe foi concedido (TT — Leitura Nova, Além Douro, liv. 3, fls. 24-25).

⁵¹ Clama Ponte de Lima, nas Cortes de 1439, pelo facto de certas medidas de azeite, feltros, cobertas de burel, pescado e dinheiro, com que os reis antecessores dotaram as albergarias e hospitais para os romeus de Santiago, estarem a ser arrecadados para a Coroa, perdendo-se tais obras de piedade (TT — Leitura Nova, Além Douro, liv. 2, fls. 15-16v.).

vez, desejava assegurar a paz a esses romeiros, como vimos. E nesses momentos de peregrinação e romaria se irmanavam minhotos e galegos numa mesma fé, num mesmo andarilhar piedoso, num mesmo acto de devoção e festa. As cantigas, no comum falar galaico-português, as danças e as orações reforçavam as alianças de trabalho e de comércio, as identidades de vizinhança, os laços de parentesco. Sobrepondo-se às rixas que o omnipresente contrabando fronteiriço sempre despoletava ou à conflituosidade raiana devida ao fisco e pequeno roubo de bens.

No seu conjunto esta fronteira galaico-minhota apresenta-se-nos altamente permeável à circulação de homens e bens. Ela é sem dúvida uma barreira fiscal, um marco definidor de soberanias, mas no quotidiano ela é sobretudo um espaço de convivência pela afinidade de vidas e interesses. Essa comunhão de objectivos uniria os homens num habitual relacionamento pacífico que, exactamente por razões de vizinhança, não excluiria as tensões e até ocasionais conflitos. Por isso, com a devida ponderação, será de aceitar esse viver como irmãos de minhotos e galegos, conversando, comerciando e matrimoniando-se entre si, que referia Vila Nova de Cerveira.

Assim vêem as vilas minhotas as relações de fronteira. Qual o olhar das suas congéneres galegas? No ar fica a pergunta a desafiar outros estudos.

SÚBDITOS DA COROIA DE ARAGÃO EM PORTUGAL
NO SÉC. XV
— COMÉRCIO E SEGURANÇA. ALGUMAS NOTAS *

Luís Miguel Duarte
Faculdade de Letras do Porto
Bolseiro do I.N.I.C.

A história da presença dos súbditos da Coroa de Aragão no Reino de Portugal tem ainda muito caminho por diante. Dispomos de alguma documentação publicada, de um punhado de estudos monográficos sobre casos e sobre figuras, mas não foi ainda conduzida uma investigação sistemática que esclareça, de forma segura, nomes, datas, locais, tendências. Não basta afirmar, por exemplo, que ao longo do século XV barcos catalães frequentavam, com progressiva assiduidade, os nossos portos; devemos procurar saber quem eram esses mercadores (e se eram apenas mercadores), a que portos se dirigiam, de que produtos se compunha o respectivo trato e, acima de tudo, afinar a cronologia.

Gostaria de começar por trazer um pequeno contributo, relativo ao segundo porto português: o da cidade do Porto. No dia 19 de Janeiro de 1432, a vereação portuense junta-se para uma das suas sessões ordinárias, a um sábado¹. As trinta e três presenças sugerem-nos de imediato a

* Comunicação apresentada ao «XIII CONGRESSO DE HISTÓRIA DE LA CORONA DE ARAGÓN» (Palma de Maiorca, 27 de Setembro/1 de Outubro de 1987).

¹ DUARTE, Luís Miguel, MACHADO, João Alberto — «Vereações» — 1431-1432. Porto, Ed. da Câmara Municipal do Porto, 1987, p. 83-87.

importância da matéria a tratar². Mas mais do que a quantidade, espanta a qualidade dos presentes — melhor dizendo, de um dos presentes: o cardeal D. Antão, bispo do Porto, encabeça a lista dos magistrados do Concelho e dos homens-bons. Antigos senhores da cidade, nunca os bispos intervinham pessoalmente nas reuniões camarárias. Dispunham, é óbvio, de processos de as influenciar, mormente através de criados e apaniguados. A partir do momento em que a jurisdição da cidade se transfere da Sé para a Coroa³, uma deslocação episcopal ao Paço da Câmara só podia ser encarada com irritação, já pela oligarquia que governava a cidade, já pelo senhor da mesma, o próprio Rei. A não ser que se tratasse de matéria excepcional, como parecia ser o caso.

O problema foi exposto pelo provedor da fazenda do Rei, Álvaro Gonçalves da Maia, que se fez eco, na vereação, das queixas de um estrangeiro: Martim do Reste, mercador de Barcelona, chegara ao Porto com seus navios (não sabemos quantos ao certo), para comprar peixe seco. Era a primeira vez que visitava a cidade. Ignoramos se já anteriormente havia fundeado em outros portos no Reino — pouco interessa; ele sabia que, de uma localidade para outra, variavam os costumes, as taxas, os direitos, os senhores a contentar, os fiscais a respeitar ou a neutralizar⁴. E procurou avisadamente inteirar-se dos usos da urbe: buscou um oficial do mesmo ofício, um mercador, e de entre eles a prudência e a sabedoria dos mais antigos. Quem por ele foi perguntado não hesitou em indicarlhe o melhor conselheiro: Vasco Lourenço, tendeiro, «que lhe disseram que era mercador antigo nesta cidade». Assim acontecia: Vasco Lourenço já participava em sessões camarárias em 1394, quase quarenta anos antes do episódio que estamos a acompanhar⁵. Nos anos de 1401 a 1403 ele

² A média de presenças nas reuniões camarárias, em 1431-32, era de 24 elementos. Veja-se sobre isto COELHO, Maria Helena da Cruz, MAGALHÃES, Joaquim Romero — *O Poder Concelhio: das origens às Cortes Constituintes. Notas de História Social*. Coimbra, Ed. do Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986, p. 23 e 78 (notas 21 e 22).

³ Contrato celebrado no dia 13 de Fevereiro de 1405, em Montemor-o-Novo.
⁴ «Rien en lui [l'Ancien Régime], quoiqu'on ait prétendu, ne fut vraiment général. La «loi» la plus générale, c'est le privilège, *lex privata, loi privée qui régit une province, une ville, un corps, une personne même*» (GOUBERT, Pierre; ROCHE, Denis — *Les Français et l'Ancien Régime*. Vol. I, Paris, A. Colin, 1984, p. 187-188).

⁵ Vide a acta da reunião do dia 21 de Fevereiro de 1394, em BASTO, Artur de Magalhães — *Vereações* — *Anos de 1390-1395*. Porto, Public. da Câm. Munic. do Porto — Gab. de Hist.^a da Cidade, s/d, p. 227.

comparece regularmente na vereação, e é mesmo encarregado de algumas missões de grande responsabilidade⁶.

Com ele se aconselha o mercador catalão, mais com o provedor da fazenda do Rei e com outros vizinhos do burgo, perguntando «por os costumes e direitos que pagavam dos pescados os estrangeiros [que] em esta terra conplavam e carregavam». Recebe resposta unânime: «que fosse aos contos a Afonso Annes contador d'El Rey e que elle lhe mostraria os artigos dos direitos que aviam de pagar». Martim do Reste assim fez: o contador do Rei remeteu-o para o escrivão dos contos, Pedro Afonso, que lhe mostrou os referidos artigos. Devidamente informado, o mercador comprou o peixe seco a que vinha, e satisfez «conpridamente as sisas arra e dizima nova e velha e todollos outros dirreitos que El Rey avia d'aver».

Os navios aguardavam, impacientes, a hora de levantar âncora e rumar para o Levante. As complicações começaram depois de carregado o peixe: os juizes e outros responsáveis da cidade embargaram o negócio e arrestaram os barcos. Martim do Reste não era o único a preocupar-se. Os barcos aragoneses eram seguramente de grande calado, e a soma de peixe transaccionado considerável, porque a venda deste e o carregar daqueles envolveu vários mercadores e mestres de navios do Porto. Protestavam estes «que eram detheudos por o dicto embargo e que aalem desto se temiam de seerem empachados ou enbargados em Aragon e viir algum dapno a elles ou a seus averees e mercadorias por este embargo que asy era facto». Claro que o incidente comprometia a segurança futura dos mercadores portugueses nos portos de Aragão. Como adiante veremos, as represálias eram uma das mais sérias ameaças ao tráfego internacional⁷.

Álvaro Gonçalves da Maia intimou os juizes e os responsáveis pelo embargo a justificarem-se, o que eles fizeram apresentando duas cartas régias: uma de D. Fernando, que do ponto de vista diplomático era assaz suspeita, já que se mostrava ser «em papelle sem dia sem era e sem signal e sem seello». Mais digna de crédito parecia ser uma lei de D. João I.

⁶ A 11 de Abril de 1402, a vereação reúne para resolver o grave problema da falta de pão. Decidiu-se concentrar, na feira da cidade, todo o pão que chegasse de fora, bem como o que andava a ser recolhido, compulsivamente, pelo termo da cidade. Vasco Lourenço, tendeiro, foi um dos dois designados pelos homens-bons para a delicada tarefa de repartir o pão pelos vizinhos (FERREIRA, J. A. Pinto — «Vereações» — *Anos de 1401-1449*. Porto, Publ. C.M.P. — Gab. Hist.^a da Cid., 1980, p. 150-153). A presença do mercador nas reuniões está documentada por todo o livro. E em 1442 já comparece à vereação um neto de Vasco Lourenço (*o.c.*), p. 213).

⁷ Por isso se compreende que, na reunião, o escrivão registasse «oficiaes e homeens boons ante os quaaes estavam peça de mercadores e cidadaaos antigos» (*sublinhado meu*).

Infelizmente para nós, o escrivão da câmara, João Gonçalves, declarou que ia transcrevê-la «de verbo a verbo», reservou espaço para tal no livro de actas, mas acabou por não o fazer, e nós ficamos sem conhecer o respectivo teor⁸. Lidos os dois diplomas, Álvaro Gonçalves da Maia quis saber se alguma vez, por arte daquelas ou de outras ordenações do Reino ou posturas locais, mercadores estrangeiros tinham sido proibidos de comprar peixe no Porto e de o carregar em seus barcos. Os depoimentos convergiram: «todos disseram e testemunharam que nunca tall defesa virom apregoar nem defender nem gardar nem poer embargo a nenhuum estrangeiro que non carregassem pescado mais que ante o virom senpre comprar e carregar ante os quaaes lhes lenbrava que virom aqui mercar e carregar dous mercadores de Camora muito congro e pescado e bizcainhos e o levarem ao Levante per mar e que outrosy virom aqui conplar a huum castellãao hua soma de pescado e que o carregou em hũa naao de Joham Rodriguez de Saa que entom aqui estava e que a cidade lhes pos embargo em elle e que lho quiserom fazer descarregar e que nunca acharom per que lho pudessem fazer e que lho leixarom emtom levar e que asy o virom senpre ataa ora conplar e carregar a quem o carregar queria».

Os considerandos apresentavam-se claros: uma carta de D. Fernando a que faltavam praticamente todos os sinais de validação interna e externa, e que portanto «non fazia fe»; uma carta de D. João I que provavelmente se limitava a remeter para o aparato legal e consuetudinário em vigor; o testemunho dos magistrados e dos «melhores» vizinhos; finalmente, a constatação de «como este strangeiro fez as vondanças e deligencia que devia por saber os costumes da terra e os direitos que avia de pagar per que se mostra que nom ouvesse entençom de fazer malicia e como pagou compridamente todos os direitos que El Rey avia d'aver...». A deliberação do provedor da fazenda do Rei só podia ser uma — e pacífica: «...Mando que se vaa em paz com seus pescados que carregados tem». Álvaro Gonçalves da Maia acrescenta o recado, algo sardónico, aos regedores da cidade: se quiserem cumprir a ordenação de D. Fernando, pelo menos que a publicitem devidamente, de modo a não enganar os mercadores estrangeiros nem prejudicar os nacionais. «Desembargo muito justo, razoado e boo» — assim convieram os presentes, deixando tudo formalizado em acta que o bispo solenizou convenientemente com a sua assinatura: «Antonius Episcopus Portugalensis».

⁸ Por uma passagem subsequente da acta dá-se a entender que o documento seria inconclusivo: «[vista] a carta d'El Rey a qual ensere que se veja a ley e husos e costumes» (o.c.), p. 86).

Não me é fácil explicar os inesperados obstáculos que retiveram Martim do Reste no Porto. Sabemos que a cidade se defrontava periodicamente com problemas de abastecimento, que a levavam a adoptar amiúde medidas proteccionistas rígidas: ninguém podia comprar e levar do Porto peixe e sal se não trouxesse para o burgo cereais e outros géneros. Seria esta a questão em relação aos navios de Barcelona⁹?

O que nos remete às considerações introdutórias: em 1432, no segundo porto do reino, a presença de mercadores aragoneses parecia ainda pouco frequente. De tal modo que, quando a chegada de um deles gera um pequeno conflito, a vereação vê-se constrangida a fazer apelo à memória dos mais velhos, que ainda assim não conseguem inventariar mais do que dois ou três casos semelhantes que, ilustrando o costume, ditarão a lei.

O receio de represálias, nas costas de Aragão, manifestado pelos mercadores portuenses, leva-nos à segunda parte deste trabalho: os problemas de segurança que os mercadores aragoneses enfrentavam em Portugal. A primeira precaução a tomar por aquele que pretendia comerciar no Reino era solicitar, da Coroa, uma «carta de segurança real». E porquê?

Comércio internacional e relações diplomáticas são duas dimensões da vida dos reinos que nem sempre se harmonizaram. Os mercadores de grosso trato têm exigências que não se compadecem com as flutuações caprichosas do relacionamento exterior: projectar uma expedição comercial, aprontar barco próprio ou fretar alheio, abastecê-lo, estabelecer eventuais contactos no destino, apalavrar a equipagem, financiar a empresa — tudo isto exige tempo e custa dinheiro. No ir, no descarregar, no comprar, no carregar e no regressar consomem-se semanas, quem sabe se meses. Por isso os homens de negócio precisam de se pôr a coberto, na medida do possível, da volubilidade da conjuntura política, dos humores dos príncipes, da sorte das armas, do sucesso ou insucesso das alianças matrimoniais e dos projectos de poder.

O Reino de Aragão era, por razões óbvias, um dos nossos interlocutores privilegiados: «Os contactos com os reinos ibéricos foram sempre os mais intensos, em todas as formas de actividade, embora tivessem variado as motivações. Equilíbrio peninsular, hegemonia peninsular e

⁹ Consulte-se a este respeito MARQUES, João Martins da Silva — *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua história*. Lisboa, I.A.C., 1944, Vol. I (1147-1460), doc. 216, p. 223-227: «1410, Agosto, 18, Lisboa — Carta de confirmação dos usos e costumes em vigor no armazém do Rei no Porto (...), em matéria de incidência e cobrança de dízimas e respectivas isenções... etc.».

unidade peninsular alternaram-se nos objectivos dos dirigentes portugueses, castelhanos e aragoneses»¹⁰. A Coroa Aragonesa era, segundo Oliveira Marques, um dos dois parceiros, juntamente com a Inglaterra, a que Portugal recorria com maior frequência quando se tratava de combater, ou tão só de isolar, o poderoso vizinho castelhano¹¹.

Um barco podia levantar ferro de Barcelona ou de Valência com destino aos acolhedores portos de Tavira ou de Lisboa, e ver-se na contingência de, a meio da viagem, constatar que os «amigos» de ontem eram hoje «inimigos». Ora, como nota Carlo M. Cipolla, «la guerra sigue siendo sustancialmente la organización de «trabajo» (ejército) y capital (armas y equipo) con el objetivo declarado de destruir la máxima cantidad y calidad posible de trabajo y capital del llamado «enemigo»¹². Os barcos dos mercadores do reino «inimigo» são, dentro desta lógica, verdadeiras dádivas do céu. Proporcionam presa fácil, choruda, que não é necessário ir combater à origem, e cuja apropriação está perfeitamente legitimada pela inversão de valores morais que o *tempus belli* implica. O mercador procura, por isso, garantir a imunidade da embarcação, independentemente dos sobressaltos das relações internacionais, independentemente dos maus tratos a que os seus compatriotas submetam os naturais do reino para onde se dirige. A protecção possível, dissemo-lo, reside em uma *carta de segurança real*.

Há numerosos documentos deste tipo, concedidos a súbditos aragoneses, nas Chancelarias de D. Afonso V e de D. João II, que urge publicar para se ter a verdadeira dimensão das relações entre as duas coroas. Analisemos um deles¹³.

Um mercador valenciano, interessado em comerciar em Portugal, dava notícia ao soberano das suas intenções, solicitando protecção real.

¹⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira — *Portugal na Crise dos Sécs. XIV e XV*, Lisboa, Ed. Presença, 1987, p. 316 e segs.

¹¹ Idem — *o.c.*, p. 41 e 42. Acerca das relações com Aragão veja-se a bibliografia aduzida por este autor na Nota 1 da p. 319. Permitimo-nos destacar um título, por especialmente relevante para o tema que nos ocupa: MORENO, Humberto Baquero — *Carta de D. Afonso V aos Conselheiros de Barcelona sobre o Apresamento dum Navio Português*, Revista das Ciências do Homem», Univ. de Lourenço Marques, Vol. III, Série A, 1970. Bibliografia extensa poderá ser consultada em FONSECA, Luís Adão da — *O Condestável D. Pedro de Portugal*. Porto, I.N.I.C. — C.H.U.P., 1982, sobretudo nas p. 370-382. Acrescente-se por fim LUZ, Francisco Mendes da — *ARAGÃO, Relações de Portugal com*, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, Vol. I, Porto, Inic. Editoriais, [1975], p. 173-174.

¹² *Historia económica de la Europa preindustrial*. Madrid, Biblioteca de la Revista de Occidente, 1976, p. 141.

¹³ Ver Apêndice, Documento n.º 1.

D. Afonso V, vistas as suas pretensões, autoriza-o a entrar, estanciar e sair livremente do Reino, com os companheiros que entendesse, os navios de que houvesse mester, e a vender, adquirir e levar para fora todas as mercadorias que entendesse (contanto que não fizessem parte do «roll das coussas defessas»). O peticionário, seus homens, embarcações e mercadorias, ficavam teoricamente, por virtude desta segurança, ao abrigo de «tomadas», «represarias», «malles», «roubos», «dapnos», «mortes» e «quaesquer outros malleficios». A protecção mantinha-se em vigor mesmo se concidadãos ou súbditos da mesma coroa do nosso mercador de Valência tivessem assaltado ou maltratado portugueses — a cláusula procurava resguardar os homens de grosso trato de qualquer incidente marginal que eles desconheciam e não controlavam, e pelo qual podiam pagar factura elevada.

Duas condições para o seguro ser válido: que o destinatário da carta não tivesse, ele próprio, sido autor de qualquer ataque a súbditos portugueses; que observasse escrupulosamente os regulamentos do comércio em Portugal, nomeadamente pagando as taxas de lei. Em alguns casos, como este que temos entre mãos, prevê-se expressamente que nem uma guerra entre os dois reinos poderá fazer perigar a segurança e a liberdade de movimentos e de negócio do mercador¹⁴.

A dúvida é óbvia: até que ponto tais cartas régias protegiam de facto os seus detentores e os respectivos barcos e mercadorias? O problema das cartas de segurança e dos seguros medievos tem sido pouco estudado¹⁵. Já se descreveu o processo formal da «segurança»¹⁶, falta indagar da respectiva eficácia. A investigação que tenho conduzido leva-me a supôr que a sua força preventiva devia ser relativamente reduzida — na maior parte dos casos, a existência de uma «segurança» acabava por funcionar mais como uma agravante sobre quem, a despeito da existência dela, atacava o segurado.

¹⁴ A primeira das cartas que publicamos autoriza igualmente o destinatário a trafegar «em terra de mouros», excluindo a Guiné.

¹⁵ Não me refiro à carta de segurança que o monarca outorga a um súbdito sob o qual impende uma qualquer acusação de crime, que foi preso, fugiu da cadeia, e solicita ao Rei um documento desse tipo para conduzir em liberdade, no prazo de 15 dias, o seu processo de defesa, mas à protecção real que o monarca dispensa a alguém que, com razão ou sem ela, se sente ameaçado por outrem.

¹⁶ Ver, por exemplo, CAETANO, Marcello — *História do Direito Português (1140-1494)*. Vol. I, Lisboa, Ed. Verbo, 1981, p. 371-372 e 578-560. Sobre toda a problemática dos seguros consulte-se ainda MARQUES, A. H. de Oliveira — *Para a História dos Seguros em Portugal. Notas e Documentos*. Lisboa, Ed. Arcádia, 1977.

No caso das seguranças régias a mercadores, os parâmetros são algo distintos: se a carta pode ter algum efeito dissuasor sobre potenciais atacantes, até por se tratar de um diploma régio, e não de um simples ritual cumprido a contragosto perante obscuros oficiais locais de Justiça, um outro factor desempenha esse papel com muito maior êxito — o medo das represálias. Com razão se inquietavam os mercadores portugueses, perante o agravo feito a Martim do Reste; eles sabiam que seriam as primeiras vítimas da reacção dos seus congéneres aragoneses¹⁷.

Um incidente ocorrido em Lisboa ajudará a dar alguma ideia dos problemas que podiam acontecer. Embora os seus protagonistas sejam biscaínhos, e não aragoneses, ele é mais revelador sobre as circunstâncias do comércio do tempo do que outros documentos que encontrámos, envolvendo mercadores catalães ou valencianos.

Em Novembro de 1461, um barinel francês veio fundear ao largo do Restelo, impellido pelos ventos — «com furtuna de tempo», diziam os marinheiros¹⁸. O mestre do barco raciocinou com presteza: logo que, da costa, os identificassem como franceses, que ao tempo podiam passar por inimigos do reino de Portugal¹⁹, seriam apresados, perdendo a liberdade, o barco e o que nele transportavam. Nas imediações estava ancorado um navio da Biscaia — os franceses apelaram para uma solidariedade marítima que, provavelmente, funcionava amiúde em circunstâncias semelhantes. Contactaram os mestres e os marinheiros biscaínhos, e transferiram para o barco deles grande parte da mercadoria que traziam. A maioria dos marinheiros franceses espalhou-se por terra. Tais manobras não podiam deixar de chegar aos ouvidos do fronteiro da cidade, D. Álvaro de Castro, conde de Monsanto²⁰, que enviou à

¹⁷ Para além das duas cartas de segurança real que publicamos em apêndice, veja-se MARQUES, João Martins da Silva — *Os Descobrimentos Portugueses ... cit.*, Vol. I, doc. 101, p. 115-116, e Vol. III (1461-1500), edit. em 1971, Doc. 64, p. 89-90.

¹⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V.*, Livro I, fl. 13-13 v. Publicamos este documento em Apêndice.

¹⁹ «Com a monarquia francesa, os contactos políticos foram, evidentemente, menores [do que com a Borgonha]. Até ao reinado de D. Fernando ainda se registaram algumas embaixadas e apoios mútuos. A partir de então, a opção inglesa fez da França um inimigo ou, pelo menos, um Estado que se olhava com desconfiança. Só em meados do século XV, finda a Guerra dos Cem Anos e restabelecido o poderio militar francês, se reentabularam contactos permanentes» (MARQUES, A. H. de Oliveira — *Portugal na Crise ... etc.*, p. 321-322).

²⁰ D. Álvaro de Castro fora nomeado fronteiro-mor de Lisboa e do seu termo por carta régia de 28 de Março de 1461. Desenvolvida biografia em MORENO, Humberto Baquero — *A Batalha de Alfarrobeira — Antecedentes e Significado Histórico*, sep. da «Revista das Ciências do Homem», Lourenço Marques, Série B, Vol. IV, 1973, p. 758-763.

embarcação gaulesa um alcaide²¹ e mais dois homens, um dos quais se chamava Estêvão Anes, e era mestre da naveta de um mercador — é Estêvão Anes que nos narra o episódio. Operada a confiscação, o conde de Monsanto ficou de posse da maior parte dos bens do barinel «inimigo» que, por ordem do fronteiro, foi trazido para defronte de Lisboa. Parte das mercadorias transferidas para o barco biscaíno foram igualmente apreendidas.

Caíra a noite. Estêvão Anes descansava na sua naveta, quando subiram a ela marinheiros de outro barco, que começaram a desassossegá-lo: o segundo navio que estava ao largo — insistiam — não era de biscaínos, como se dizia, mas sim de franceses, tal como o que fora confiscado; desafiavam-no a voltar lá, buscar outros ganhos. «Mau conselho» teve o mestre. Tentado pelo repto, acompanhou os marinheiros em um batel; do navio biscaíno trouxe «hũa ancora pequena, hũa guyndressa²² e outras cousas meudas, tudo de pouca valia».

Reagiram os homens da Biscaia, através de um procurador. O processo decorre ao mais alto nível, dele se encarregando pessoalmente o doutor Nuno Gonçalves, juiz dos feitos do Rei, que nesse tempo era também o Corregedor da Corte. Um dos marinheiros que participou na expedição nocturna foi preso e, possivelmente sob tortura, denunciou como cúmplice o referido Estêvão Anes. Os biscaínos recuperaram o que lhes pertencia — pelo juiz do Rei, e perante o escrivão Vasco Fernandes, «foi tudo entregue ao procurador que pera todo receber per os senhores das cousas que tomadas foram foy leixado».

Pouco monta, para o nosso assunto, o desenlace pessoal do caso²³. De igual forma creio irrelevante debater o grau de veracidade da história. Ela é construída com base na versão de um homem profundamente implicado, que arriscava muito no processo. Mas o Rei podia confrontar tal versão com outros testemunhos: o do juiz dos seus feitos, o auto de confissão do marinheiro preso, o do procurador dos biscaínos. Distorcendo embora os acontecimentos de molde a apresentá-los sob um ângulo mais

²¹ Alcaide do Mar? Alcaide de Lisboa? O documento é omissivo.

²² Espécie de corda ou cabo curto, utilizado para elevar objectos, por exemplo ao topo de um mastro.

²³ Estêvão Anes ausentou-se de casa e andou fugido à Justiça, até entrar em contacto com a Coroa, solicitando perdão, que o Rei lhe concedeu, por carta passada em Santarém, a 28 de Abril de 1462, mediante o pagamento de 500 reais para a Arca da Piedade.

favorável à sua causa, o acusado não se podia afastar em excesso das restantes versões, sob pena de a sua narração se tornar inverosímil²⁴.

Para a embarcação da Biscaia tudo se resolveu pelo melhor e, segundo se depreende do documento, já nem estavam em Lisboa quando o seu procurador recuperou os objectos roubados.

O episódio em si tem o encanto de uma história, o fascínio de uma viagem ao colorido do quotidiano dos marinheiros e da ribeira de um grande porto da Europa Quatrocentista. Mas dele pensamos ser possível extrair duas constatações importantes para o melhor conhecimento das vicissitudes a que estavam sujeitos os navios aragoneses na costa portuguesa, no declinar da Idade Média: se tomados por naturais de uma nação hostil, corriam sérios riscos de perder a liberdade, os barcos e os bens — é expressiva uma das justificações que Estêvão Anes apresenta como atenuante: «soamente foram ao que dicto he ante de se afyrmar que a dicta naao e cousas eram de framcesses nossos inimguos e que justamente o pudyam fazer». A confusão entre navios franceses e os de algumas costas da Península Ibérica não devia ser invulgar.

Mas a intervenção categórica de um alto magistrado, o próprio Juiz dos Feitos do Rei e Corregedor da Corte, a rápida prisão de um dos implicados, com imediata devolução aos biscaínhos do que lhes fora tirado, dão-nos também a entender que, pela existência de uma segurança régia, pela pressão dos mercadores portugueses, ou pela combinação dos dois factores, havia muito cuidado em não molestar os mercadores de um reino poderoso com o qual estávamos em paz.

²⁴ Sobre isto, veja-se BRAUN, Pierre — *La valeur documentaire des lettres de rémission*, in *La Faute, la Répression et le Pardon (Actes du 107^e Congrès National des Sociétés Savantes*, Brest, 1982). Paris, M.E.N. — C.T.H.S., 1984, p. 207-221.

APÊNDICE DOCUMENTAL

Doc. n.º 1

1462, Novembro, 4, Lisboa — D. Afonso V dá carta de segurança real a Anrullo, mercador da cidade de Valência.
(*A.N.T.T.*, Chanc. D. Afonso V, *Livro I, fl. 117*).

«Dom Afonso, etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que Anrullo mercador natural da cidade de Valença d'Arragam nos disse como elle tiinha vontade e desejo de trautar em nossa terra com seus navios e mercadorias pidyndo-nos que lhe dessemos nossa carta de segurança real per que sem receo algum o podesse fazer e visto per nos seu requerimento e querendo-lhe fazer graça e mercee teemos por bem e nos praz que daquy em diante elle possa seguramente viir a nossos regnos e vender as dictas mercadorias e coussas suas e dos que com elle vierem estar em os dictos nossos regnos e vender as dictas mercadorias e comprar outras das que per nos nam sam defessas e retornar e hiir com ellas cada vez que lhe aprouver sem lhe seer facta nhũa tomada nem represaria em seu corpo e beens nem em os dictos navios e companhia delles em que elle for e vier ora sejam ou nam nem nas mercadorias que elle e os que com elle andarem e vierem nelles trouverem por quaesquer malles e roubos daptos mortes e quaesquer outros malleficios que atee ora tenham factos ou ao diante façam os da dicta cidade de Valença e Regno d'Arragam a nossos sobditos naturaes comtando que esses que asi vierem nom sejam culpados nos dictos malleficios e que nos paguem conpridamente nossos ditreitos segundo temos hordenado. E praz-nos que posto que aconteça o que Deus defemda que venha desconcordia antre nosos Regnos e os d'Arragam que o dicto Anrullo nem os que com elle vierem nem seus navios e mercadorias e beens por ello nem pollos casos sobredictos nom sejam detheudos nem represados nem facta outra algũa sem rezam e livremente se possam com todos hiir quando lhes prouver. Outrosi queremos que sob esta nossa segurança elle possa livremente trautar em terra de mouros nom levando coussas defessas sem lhe seer por ello facta nuhum nojo nem dapno per os nossos capitães das nossas frontarias nem per outros alguuns nossos naturaes e subditos. E porem mandamos aos dictos nossos capitães e ao nosso almirante e capitam do mar e a todollos capitães e meestres e companhia das naves e navios dos dictos nossos regnos e a quaesquer nossos corregedores juizes justiça officiaes e pessoas a que o conhecimento desto pertemcer que daqui em diante emquanto ao dicto Anrullo aprouver trautar em nosa terra merchantemente lhe comprem e guardem e façam inteiramente conprir e guardar esta nossa carta de segurança real e tan conpridamente como em ella he conthudo e lhe nom vão nem consentam hiir contra ella em todo nem parte em nhũa maneira que seja nem lhe façam nem consentam seer facta nenhum nojo nem sem rezam ante huniversalmente receba de todos nossos naturaes e sobditos toda honrra e defensam favor e gassalhado como coussa e pessoa de que grande carguo temos sem outra duvida nem embargo algum que lhe sobrello seja posto per nhũa guissa que seja e lhe all nom façades. Dada em Lixboa IIII dias de Novembro. Gonçalo Cardoso a fez. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jhesus Cristo de mill e IIII° LXII. E esta segurança lhe outorgamos asy comtando que na parte que faz mençam que possa trautar em terra de mouros se nom entenda nas partes da Guynee».

Doc. n.º 2

1471, Novembro, 26, Sintra — D. Afonso V concede carta de segurança real a João de Paseos, mercador de Maiorca.

(*A.N.T.T.*, Chanc. D. Afonso V, *Livro 21*, fl. 85).

«Dom Afonso etc. A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que por alguuns respeitos que nos a ello moverom a nos praz que Joham de Paseos mercador naturall da cidade de Mahorca do Regno d'Aragom que daqui em diante posa seguramente viir a nosos Regnos e estar em elles e trazer quaesquer mercadarias que he (*sic*) aprouver e torytar (*sic*) sem embargo de com o dicto Regno d'Aragom aver com os nosos quallquer devisom ho descordia que seja e sem embargo de quaesquer tomadias roybos represayras e quaesquer oytros dapnos e cousas que por os vasalos do dicto Regno d'Aragom som feitos a nosos sobditos e naturaes ou se ao diante façom nom sendo ele daquelles que semelhantes cousas ho cada hũa delas daqui em diante faça. Porem mandamos [etc.]. Feyta em forma dada em Syntra XXVI dias de Novembro. Alvaro Lopez a fez. Anno de LXXI».

Doc. n.º 3

1462, Abril, 28, Santarém — D. Afonso V dá carta de perdão a Estêvão Anes, morador em Lisboa, por ter participado no roubo de um navio da Biscaia.

(*A.N.T.T.*, Chanc. D. Afonso V, *Livro 1*, fl. 13-13 v.).

«Dom Affonso etc. A todollos juizes e justiças dos nossos Regnos a que esta nossa carta for mostrada saude. Sabede que Esteve Annes mestre da naveta de Alvaro Bemtez mercador morador em a nossa cidade de Lixboa nos enviou dizer que no mes de Novembro do ano passado viera com furtuna de tempo davante o Restello hum barynell de franceses e vendo se o mestre e conpanha do dicto barynell que eram conheçudos por franceses por serem imiguos de nossos Regnos que em todo caso seriam pressos e perderiam o barinell e mercadorias e coussas que em elle trazyam fallarom com o mestre e conpanha d'outro navyo de Bizcaya que hy jazya a cabo delle e lhe derom muitas das coussas que asy trazyam que lhas guardassem pera as salvarem e poserom toda a mayor parte da jemte fora em terra e sabemdo o Comde de Moonsamto como fronteiro que he em a dicta cidade que o dicto navyo era de franceses mandara a elle Tomas Luis e o alcaide avendo a mayor parte das dictas coussas a seu poder e algũas outras poucas ficarom no dicto navyo de Byzcaya fazendo loguo viir davante da dicta cidade o dicto barynell. E que despois que fora noute estando elle d'aseseguo na dicta naveta de que era mestre chegarom a bordo outros marinheiros doutro navyo em hum batell e o provocarom per tall moodo dizendo que o outro navyo que asy ficara de que trouverom as outras coussas era esso mesmo de Framça e que fossem a elle pera trazerem algũas coussas e elle nos bem aconselhado dera a ello consentimento e se fora com elles no dicto batell em que viinham e chegarom a bordo do dicto navyo do quall trouveram hũa ancora pequena e hũa guyndoressa e outras coussas meudas todo de pouca valya pollas quaees fora presso hum marinheiro dos que hi foram e o culpara que elle fora ao dicto navyo e ajudara a trazer as dictas coussas as quaees ao depois foram tomadas e entregues ao procurador dos dictos byzcaynhos per o doutor Nuno

Gonçallvez juiz dos nossos factos que entam tiinha carguo de corregedor da nossa corte a quall entregua fora facta pressemte Vasquo Fernandez escrivom. E que porquamto elle com temor das nossas justiças se amorara e andava ora aimda amorado nos enviou pedir por mercee e aa honrra da morte e paixam de Nosso Senhor Jhesus Cristo que lhe perdoassemos a nossa justiça se nos a ella per algum casso por as dictas coussas que asy ajudara a tomar no dicto navyo era thudo pois todo fora entregue aos sobredictos e hy nom avya outra parte soomente foram ao que dicto he amte de se afyrmr que a dicta naao e coussas eram de framcesses nossos inimguos e que justamente o pudyam fazer. E nos vemdo o que nos asy dizer e pidir enviou visto o casso quall he e a enformaçom que dello ouvemos e como todo foy entregue ao procurador que pera todo receber per os senores (*sic*) das coussas que tomadas foram foy leixado e queremdo-lhe fazer graça e mercee aa honrra da morte e paixam de Nosso Senhor Jhesus Cristo teemos por bem e perdoamos-lhe a nossa justiça a que nos ell per razom das dictas coussas que asy ajudou a tomar do dicto navyo era theudo comtanto que elle pagasse quinhentos reaes brancos pera a Pyedade e porquamto elle logo pagou os dictos dinheiros a Frey Gill nosso esmoller que tem carguo de os receber segundo dello fomos certo per seu asynado e do escrivvam das mallfeyturias que os sobre elle pos em recepta vos mandamos que daquy em dyamte o nom premdaees nem mandees premder etc. Dada em Santarem XXVIII dias do mes d'Abrill El Rei o mandou per os doutores Lopo Vaasquez de Serpa e Lopo Gonçallvez etc. Diogo Afomsó a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesus Cristo de mil IIII^c LXII».

AS COMUNAS MUÇULMANAS EM PORTUGAL (SUBSÍDIOS PARA O SEU ESTUDO)

Maria Filomena Lopes de Barros *

A sistematização das comunas muçulmanas e respectiva distribuição geográfica em território português, foi objecto de alguns trabalhos, no que aos séculos XIV e XV se refere.

Assim, Leite de Vasconcelos apresenta a sua listagem numa perspectiva evolutiva que abarca os reinados de D. Pedro a D. João II¹, enquanto Maria José P. F. Tavares e A. H. de Oliveira Marques optam pela sua representação em mapa, englobando as duas centúrias supra-mencionadas². Trata-se, neste último caso, de uma visão redutora que não tem em conta a dinâmica destas comunidades.

Com efeito, se aquela historiadora sublinhou já a implosão da população moura «visível nas poucas aljamas existentes e no abandono

* Mestranda de História Medieval na Faculdade de Letras do Porto.

¹ VASCONCELOS, J. Leite de — *Etnografia portuguesa*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1984, p. 335.

² TAVARES, M.ª José Pimenta Ferro — *Judeus e mouros no Portugal dos séculos XIV e XV*. «Revista de História Económica e Social», Lisboa, Janeiro-Junho 1982, p. 83 (trata-se neste caso de um estudo comparativo entre comunas de judeus e mouros); MARQUES, A. H. de Oliveira — *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, p. 34.

das terras possuídas por esta minoria desde a Reconquista»³, este fenómeno é tanto mais evidente quanto se concretiza no desaparecimento de algumas aljamas, na passagem do séc. XIV para o XV.

Por outro lado, estes autores enfermam em certas incorrecções, imputáveis à fonte em que se baseiam: os apontamentos de Gama Barros publicados postumamente na «Revista Lusitana»⁴. Efectivamente, devido ao seu próprio carácter provisório, deveriam ter sido objecto de revisão posterior, tendente a confrontar as afirmações feitas com a documentação correspondente que, na sua grande maioria, é por ele referida.

Ao não se ter procedido a tal exame, perpetuam-se erros de índole vária, que vão desde uma incorrecta interpretação paleográfica⁵, ao facto de Gama Barros se ter guiado pelos índices das chancelarias sem a indispensável comprovação dos diplomas referidos⁶.

O objectivo deste artigo é, pois, o de contribuir para uma mais correcta perspectivação da realidade muçulmana, partindo do levantamento da documentação régia, chancelarias e a denominada «Leitura Nova», e cotejando-a pontualmente com os dados colhidos naquele autor. Trabalho, sem dúvida, incompleto ao considerar apenas um tipo de diplomas, mas que cremos poder clarificar alguns aspectos da permanência mudéjar no Portugal medievo.

Importa antes de mais precisar o conceito de «comuna», que muitas vezes se utiliza indistintamente e se confunde com o de «mouraria». Na realidade, se por esta entendemos o espaço físico em que compulsivamente habitam os mouros e cujo ordenamento jurídico data do reinado de

³ TAVARES, M.^a José P. F. — *O.c.*, p. 86.

⁴ BARROS, Henrique de Gama — *Judeus e mouros em Portugal em tempos passados*. «Revista Lusitana», vol. 34, 1936, pp. 165-265; vol. 35, 1937, pp. 161-238. As comunas de mouros são indicadas no vol. 34, p. 205 (reinado de D. Pedro), pp. 207-208 (reinados de D. Fernando, D. João I, D. Duarte e D. Afonso V) e p. 212 (reinado de D. João II).

⁵ É o caso da referência a Vila Nova, que Gama Barros situa como comuna no reinado de D. João I. A consulta da fonte por ele indicada (*Chancelaria de D. Manuel I*, livro 33, fl. 78), revela, no entanto, tratar-se da confirmação de um privilégio concedida por D. João II à comuna de Moura. Deste desacerto, resulta ser ela apontada por Leite de Vasconcelos — *O.c.*, p. 335) e Oliveira Marques assinalar no seu mapa a comuna de Vila Nova de Baronia (*O.c.*, p. 34).

⁶ Reflecte-se esta situação nos casos de duas referências às comunas de Alcácer do Sal e Setúbal, para as quais o autor indica a *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fl. 113 e livro 2, fl. 49. São, efectivamente, estes os elementos fornecidos pelo índice da respectiva chancelaria (comuns), mas que não correspondem à realidade, não se registando aí qualquer alusão às mencionadas comunas.

D. Pedro⁷, por aquela definimos a entidade administrativa que lhe corresponde⁸.

Ainda que estas duas realidades sejam inseparáveis, ao contrário do que se verifica para a minoria judaica, em que à comuna podem corresponder uma ou mais judiarias ou uma ou mais ruas do concelho cristão onde habitam judeus⁹, não nos parece menos pertinente a sua diferenciação. Na verdade, a comuna é, para os judeus como para os mouros, «o conjunto de todos os órgãos religiosos, administrativos e legais que permitem, por mercê régia, (...) uma identidade própria dentro da sociedade cristã, embora sujeita à lei geral do reino»¹⁰. A percepção desta dupla entidade reflecte-se, aliás, na documentação do séc. XV, em que os soberanos se dirigem à «comuna dos mouros da mouraria»¹¹.

Se, no que a mourarias concerne, a sua origem está bem documentada, como já o referimos, o mesmo se não pode aplicar quanto às comunas, cuja formação é anterior. Para estas, e dado o carácter fragmentário e incompleto da documentação dos nossos primeiros reis, perfila-se ainda uma panorâmica muito problemática e complexa.

As comunas parecem ser instituídas por cartas de foral, sendo a primeira a outorgada por D. Afonso Henriques aos mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer, em 1170 (confirmada, em 1217, por D. Afonso II)¹². Esta presunção radica não tanto no facto de ser este o estatuto jurídico mais antigo (poder-se-iam ter extraviado diplomas

⁷ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, p. 52. Como Pedro Cunha Serra assinalou, regista-se a existência de mourarias antes do reinado de D. Pedro (SERRA, Pedro Cunha — *Mouros e mouros*. «Anais da Academia Portuguesa de História», 2.ª série, vol. 29, p. 50). No entanto, o que nos ocupa no presente trabalho, é o ordenamento jurídico das mesmas, e não as circunstâncias particulares do aparecimento de cada uma delas.

⁸ Leite de Vasconcelos define-as da seguinte forma: «As agremiações ou colónias de Mouros que, nas mourarias ou aljamas, viviam segundo suas leis, costumes e religião dava-se o nome de comuna ou comuns» (*Etnografia portuguesa*, vol. IV, p. 335).

⁹ FERRO, M.ª José Pimenta — *Os judeus em Portugal no século XIV*, Lisboa, Guimarães Editores, 1979, p. 22; TAVARES, M.ª José Pimenta Ferro — *Os judeus em Portugal no século XV*, Lisboa, Universidade Nova, 1982, pp. 43-45.

¹⁰ TAVARES, M.ª José Pimenta Ferro — *Os judeus em Portugal no século XV*, p. 45.

¹¹ Cf. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 30, fl. 103; livro 33, fl. 6 v. e fl. 160; livro 32, fl. 88 v.; livro 9, fl. 29; livro 4, fl. 6; *Chancelaria de D. João II*, livro 25, fl. 9; livro 21, fls. 111 v. — 112; livro 23, fl. 16.

¹² A.N.T.T., *Livro dos forais velhos*, fls. 189 v.-190. Leite de Vasconcelos apresenta o foral em latim e em português, com o texto da respectiva confirmação (*Etnografia portuguesa*, vol. IV, pp. 307-308).

anteriores deste mesmo tipo), como de, nos restantes, que seguem o mesmo modelo¹³, ser constante a referência a Lisboa.

Assim no foral do Algarve, concedido, em 1269, por D. Afonso III aos mouros forros de Silves, Tavira, Loulé e Faro («et omnibus aliis debetis facere et usare sicut usant mei mauri forri Ulixboni»)¹⁴, como no de Évora, dado pelo mesmo soberano, em 1273 («et insuper faciatis mihi alios foros et usos et costumes quos mihi faciunt et fecerint mauri forii Ulixboni»)¹⁵, como ainda no de Moura, outorgado por D. Dinis, em 1296, que especifica, logo no início, ser aos muçulmanos desta localidade aplicado «tal foro qual ha os meus mouros forros da cidade de Lixboa», terminando com a fórmula: «e (...) outras cousas dem a mim assi como mi dam os meus mouros forros de Lixboa»¹⁶.

Esta circunstância parece, pois, estabelecer a prioridade não só da instituição de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer como comunas, mas ainda a proeminência da primeira no referente à jurisdição a aplicar a todas as restantes.

Para além destes diplomas, chegou-nos apenas, do reinado de D. Afonso V, um indício relativo ao foral de Elvas. A comuna desta localidade solicita «da (...) Torre do Tonbo o trelhado do forall per que pagavam alguns (...) dereitos e asy quallquer outra escriptura». Infelizmente, parece que se extraviara já o referido diploma, sendo apenas encontrado «em hum almario de escripturas soltas hũa carta pequena com hum cordam vermelho e com hum pedaço de sello de cera vermelha com as quinas d'el rei», datando de D. Dinis, cujo conteúdo é tresladado e confirmado por D. Afonso V e, posteriormente, por D. João II¹⁷.

Essas cartas de foral especificam a carga tributária a que os muçulmanos ficavam sujeitos (capitação, alfitra, azeque «et totam decimam de uniuerso labore uestro»)¹⁸, e os serviços a que eram compelidos (cultivo das vinhas do rei, venda dos seus figos e azeite)¹⁹, contrapondo a estas gravosas obrigações uma certa autonomia jurídica. Esta consagra-se na fórmula que impede cristãos e judeus de ter qualquer poder sobre

¹³ Vasconcelos refere-o como «o primeiro estatuto jurídico dado a Mouros», que serviu como modelo a outros diplomas congéneres publicados depois (*O.c.*, p. 306).

¹⁴ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso III*, livro 1, fl. 97 v.

¹⁵ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso III*, fl. 124. Estes três forais estão publicados em *Leges I*, respectivamente nas páginas 396-397, 715-716 e 729-730.

¹⁶ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Dinis*, livro 2, fl. 124.

¹⁷ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, livro 23, fl. 16.

¹⁸ VASCONCELOS, J. Leite de — *O.c.*, p. 307. Trata-se de uma citação do foral de Lisboa, que se encontra igualmente nos forais do Algarve e de Évora.

¹⁹ Esta cláusula não aparece já no foral de Moura.

os mouros, permitindo-lhes a eleição do respectivo alcaide («Et ut nullus meus Christianus neque iudeus super uos habeat nocendi potestatem sed ille quem uos de gente et fide uestra super uos pro alcaide elegeretis ipsemet iudicet uos»)²⁰. O foral de Moura acrescenta a este último aspecto: «e aquele que eles elegerem devo-lho eu a outorgar»²¹.

Sendo escasso o número destes documentos, é pertinente questionar se, em todos os casos, seriam eles os geradores da estruturação das comuna, ou se situações houve em que a dinâmica se processou doutra forma. Tanto mais que o problema agudiza-se no referente ao período anterior a 1170, data, como vimos, do primeiro foral. Desta época não possuímos quaisquer elementos, quer para centros conquistados com anterioridade, como é o caso de Santarém, quer, como no de Leiria, em que a aljama se formaria «em simultâneo com a afirmação local dos povoadores cristãos»²², o que não obsta à existência comprovada de comunas muçulmanas a norte de Lisboa.

Na impossibilidade de, neste estágio da investigação, conseguir uma solução para esta problemática, optámos pela análise individualizada da evolução das comunas mudéjares, tendente a estabelecer barreiras cronológicas aproximadas, da origem ao respectivo desaparecimento.

Comarca da Estremadura:

LEIRIA — A comuna de Leiria foi recentemente detectada por Saul António Gomes²³, não lhe sendo feita qualquer referência na documentação régia. Apenas um diploma da Sé de Coimbra, datável de 1303, alude, a propósito dos bens de Domingos Moniz, à rua da Mouraria, à mesquita e a um Brafome, alcaide²⁴. Estes lacónicos elementos apontam para a existência não apenas de uma mouraria como espaço físico da vivência dos muçulmanos, como também de uma entidade administrativa cuja estrutura se visualiza no seu funcionário superior — o alcaide.

²⁰ Ver nota 18.

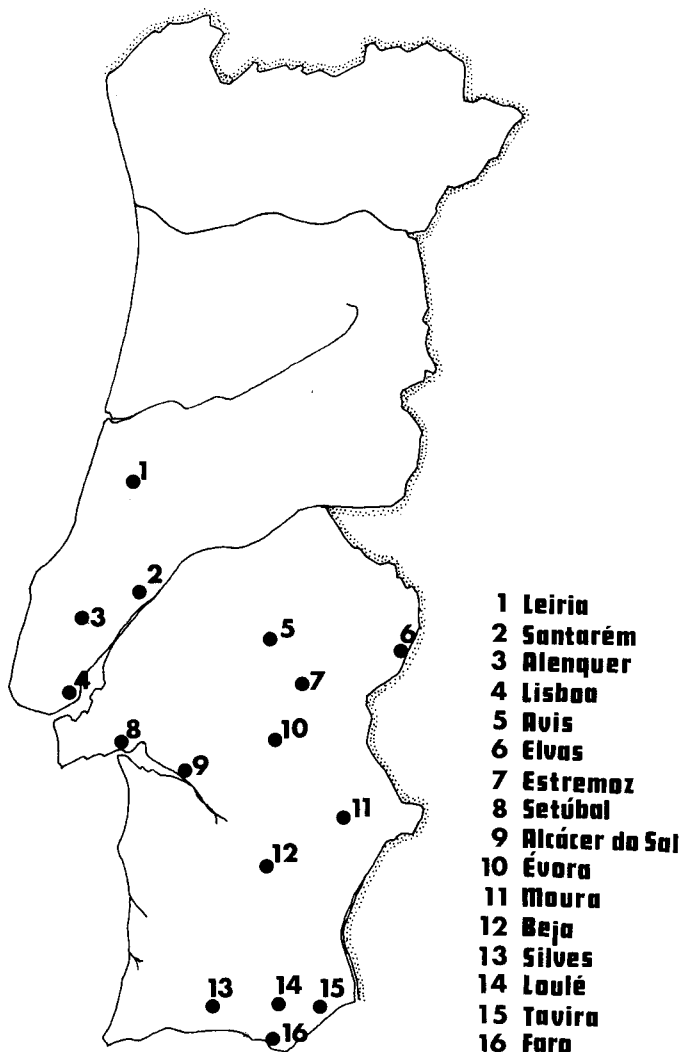
²¹ Ver nota 16.

²² GOMES, Saúl António — *A mouraria de Leiria — Problemas sobre a presença moura no centro do país. Encontro de estudos sobre o legado cultural do Médio Oriente em Portugal (judeus e mouros)*, organizado pelo Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, 15 e 16 de Dezembro de 1989, p. 5 (no prelo - a paginação é a do autor).

²³ Ver nota anterior.

²⁴ GOMES, Saúl António — *O.c.*, p. 11.

COMUNAS MUÇULMANAS NO SÉC. XIV



1:1500.000

SANTARÉM — É assinalada, pela primeira vez, no reinado de D. Pedro, de quem recebe confirmação geral dos seus privilégios²⁵, encontrando-se bem documentada para o período posterior²⁶. Em 1498 (8 de Março), D. Manuel concede a Gil Vaz da Cunha uma carta de padrão de 5 mil reais de tença («como se achou que lhe a dicta mouraria rendia per ano»), pelos renda da comuna, de que lhe fizera doação em sendo duque²⁷.

ALENQUER — O único apontamento relativo a esta comuna, reporta-se a um privilégio que lhe é outorgado por D. Pedro²⁸, devendo ter desaparecido como tal entre este reinado e o século XV. No entanto, aí continuam a viver muçulmanos, como se comprova por uma carta de D. Afonso V, pela qual doa aí uma casa que ficou por morte de Vasco Fernandes (o qual, por sua vez, a houvera de Mafamede), a Jufez, mouro forro morador em Alenquer. Esta propriedade limita com Sardinha, ferrador, Brás Eanes, peixeiro e Moula (nome, como Mafamede, também ele muçulmano, se bem que do género feminino)²⁹.

Em 1499, D. Manuel concede à rainha D. Leonor uma carta de padrão de 83.892 reais, em satisfação dos direitos de judeus e mouros, correspondendo a quantia de 2.480 reais aos muçulmanos desta localidade³⁰.

LISBOA — É das comunas melhor documentadas, desde a atribuição do foral, em 1170, até finais do século XV³¹. D. Manuel, em 1497 (37 de

²⁵ *Chancelaria de D. Pedro I*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984, p. 77.

²⁶ Os seus privilégios são ainda confirmados por D. Fernando (A.N.T.T., *Chancelaria de D. Fernando*, livro 4, fls. 39-40) e D. Afonso V (A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 25, fl. 35 v.). D. João I ratifica a eleição, feita pela comuna, de Lopo Esteves de Saria para que a haja em «sua guarda e encomenda» (A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fl. 116 v.), e com D. João II são doados os seus direitos a D. Manuel (A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, livro 24, fl. 19).

²⁷ A.N.T.T., *Livro 1 de Místicos*, fl. 177 v. — Gama Barros não a refere no reinado de D. João II, ressalvando, no entanto, que aí continuam a viver muçulmanos «porque a Chancelaria (...) faz menção dos juizes dos mouros» (*Judeus e mouros...*, em «Rev. Lusitana», vol. 34, p. 212).

²⁹ *Chancelaria de D. Pedro*, p. 525.

²⁹ A.N.T.T., *Livro 4 da Estremadura*, fl. 171 v.

³⁰ A.N.T.T., *Livro 4 de Místicos*, fls. 76 v.-77.

³¹ D. Pedro concede que os seus mouros não vão por fronteiras, nem com presos ou dinheiro, guardando apenas a tenda e tesouro do rei, em tempo de guerra (*Chancelaria de D. Pedro I*, p. 254). São-lhe feitas confirmações gerais de privilégios com D. Fernando (A.N.T.T., *Chancelaria de D. Fernando*, livro I, fl. 37), D. João I (A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fl. 96) e D. Afonso V (A.N.T.T., *Chancelaria*

Abril), atribui a D. Beatriz de Ataíde, mulher de Martim de Távora, a soma de 33.518 reais (que «se achou que rendiam os ditos dinheiros per massa de três anos»), pela renda que pagavam os mouros desta cidade³².

Comarca do Alentejo:

PALMELA E ALMADA — Estas comunas, consagradas como vimos no foral conjunto atribuído também a Lisboa e Alcácer, tiveram uma existência efêmera (se efectivamente alguma vez chegaram a funcionar como tal), não sendo referidas em nenhuma outra circunstância.

Gama Barros assinala erroneamente Almada no reinado de D. João I, ao interpretar como um privilégio, a tradução da mencionada carta de foral³³. Para Palmela, que coloca no mesmo reinado, indica uma hipotética concessão régia — existente na *Chancelaria de D. João I*, livro 5, fl. 62 v. — cuja corroboração se torna impossível devido ao mau estado do fólio³⁴. cremos, no entanto, existir aqui um duplo erro que teria levado o autor a assinalar o fl. 62 v., quando se referiria antes ao foral, na folha anterior, em consonância com o que sucede com Palmela e Alcácer.

ALCÁCER DO SAL — D. João I faz a doação de «todolos direitos e foros e rendas» das mourarias de Alcácer e Setúbal a Pedro Eanes Lobato³⁵, constituindo esta a primeira menção que lhe é feita depois do foral. Os seus privilégios são confirmados por D. Duarte³⁶ e D. Afonso V³⁷, não lhe sendo feita referência posterior.

Gama Barros, à semelhança do já noticiado para Almada e, possivelmente, Palmela, confunde o foral transcrito em tempo de D. João I com uma concessão régia.

SETÚBAL — Esse autor situa a comuna de Setúbal já no reinado

de D. Afonso V, livro 35, fl. 99 v.). D. Duarte doa os direitos das cabeças dos mouros dessa cidade a D. Leonor da Cunha (A.N.T.T., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 2, fl. 33), e D. João II concede-lhes que não percam as mercadorias que desencaminharem ao fisco, pagando, antes, a sisa em dobro (A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, livro 12, fl. 36 v.).

³² A.N.T.T., *Livro I de Místicos*, fl. 101 v.

³³ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, livro 5, fl. 32.

³⁴ O fólio foi coberto com uma substância que fez desaparecer qualquer traço de escrita, impossibilitando assim a sua leitura, mesmo com ultra-violetas.

³⁵ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, livro 5, fls. 16 v.-17.

³⁶ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 92 v.

de D. Pedro, sem, no entanto, fornecer outra qualquer indicação. Não encontramos, na chancelaria desse soberano, qualquer indício a esse respeito, constituindo a citada doação das rendas das mourarias de Alcácer e Setúbal a Pedro Eanes de Lobato, por parte de D. João I³⁸, o primeiro vestígio da sua existência. Encontra-se bem documentada até finais do século XV³⁹.

AVIS — Desta comuna possuímos tão somente um diploma de confirmação geral dos seus privilégios, de D. Pedro⁴⁰. Uma carta régia de 1450, isentando Azmede Grego, sapateiro, morador na dita vila, de pagar em «peytas fintas talhas pedidos emprestidos que per nos [o rei] ou per o concelho e comuna som ou forem lançados»⁴¹, parece indicar a sua persistência ao longo do século XV. Quer-nos, no entanto, parecer que se tratará mais de um estereótipo aplicado a todas as cartas de privilégios outorgadas a muçulmanos, do que uma verdadeira prova da sua permanência, ao não rastreamos qualquer evidência que a justifique. Na verdade, não surgem privilégios ou cargos com ela relacionados, não sendo igualmente referida em qualquer carta de quitação. Apenas um diploma de D. João II, com os capítulos especiais de Avis (que data de 1482), menciona «a cumua (sic) dos judeus e mouros»⁴², expressão suficientemente dúbia para não esclarecer esta questão. Tudo o referido parece, contudo, apontar no sentido da não existência de Avis como comuna durante o período quatrocentista.

ESTREMOZ — Os dois documentos a ela referentes, confirmações gerais de D. Pedro⁴³ e D. João I⁴⁴, datando esta última de 1391, demonstram ter-se mantido pelo menos até finais do séc. XIV. Uma vez mais, o desaparecimento da comuna não implica a ausência de muçulmanos:

³⁷ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 24, fl. 2.

³⁸ Vide nota 35.

³⁹ D. Duarte e D. Afonso V confirmam os seus privilégios (A.N.T.T., *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 101 v.; *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 27, fl. 152 v. e livro 34, fl. 42 v.) e D. João II, entre outras concessões e em resposta às queixas da comuna, determina que, nas questões de aposentadoria, os muçulmanos não sejam prejudicados face aos cristãos, procedendo-se «per respeito do numero d'huuns e dos outros» (A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, livro 14, fl. 18).

⁴⁰ *Chancelaria de D. Pedro I*, p. 505.

⁴¹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 34, fl. 212 v.

⁴² A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, livro 22, fl. 64.

⁴³ *Chancelaria de D. Pedro*, p. 345.

⁴⁴ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fl. 98.

em 1452, D. Afonso V concede carta de perdão a Mafamede Xoai, mouro forro morador na dita vila, acusado de, juntamente com Ale Flores, furtar «certas pelles e coiros» a Azmede Forchil e a seu filho Jufez⁴⁵.

ELVAS - É referenciada, no reinado de D. Afonso III, numa carta em que este soberano concede aos mouros da vila um terreno, para nele edificarem, pagando de cada casa 30 soldos «solum modo per terradigo saluis omnibus (...) directis et rendis quae mihi debent facere»⁴⁶. Esta alusão aos direitos e rendas que estavam obrigados a pagar ao soberano, parece remeter para a anterioridade do foral, onde eles estariam consignados.

Trata-se de uma comuna bem documentada até finais do séc. XV⁴⁷.

ÉVORA — Como Elvas, assim também Évora não levanta quaisquer dificuldades, com a particularidade de ser conhecido o texto e a data exacta da respectiva carta de foral (concedida em 1257, por D. Afonso III)⁴⁸.

D. Manuel, em 1498 (22 de Março), outorga a Henrique de Macedo, uma carta de padrão de 30 mil reais de tença, correspondendo a quantia de 8 mil reais aos direitos pagos pelos mouros dessa cidade⁴⁹.

MOURA — Do foral concedido por D. Dinis, em 1296⁵⁰, é possível, também, delinear com segurança a sua trajectória até D. Manuel⁵¹. Este estipula a Rodrigo de Eça «o terço de todo o pam dos celleiros das

⁴⁵ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 12, fl. 33.

⁴⁶ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro 1, fl. 98.

⁴⁷ São-lhe confirmados os seus privilégios por D. Pedro (*Chanc. de D. Pedro I*, p. 135 e p. 146), D. Fernando (A.N.T.T., *Chanc. de D. Fernando*, livro 1, fl. 40) e D. Afonso V (A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, livro 5, fl. 61 v.). D. Dinis, D. João I e D. Duarte fazem-lhe concessões, confirmadas posteriormente por D. João II (A.N.T.T., *Chanc. de D. João II*, livro 23, fl. 16; livro 21, fls. 125 v.-126 e fls. 125.-125 v.).

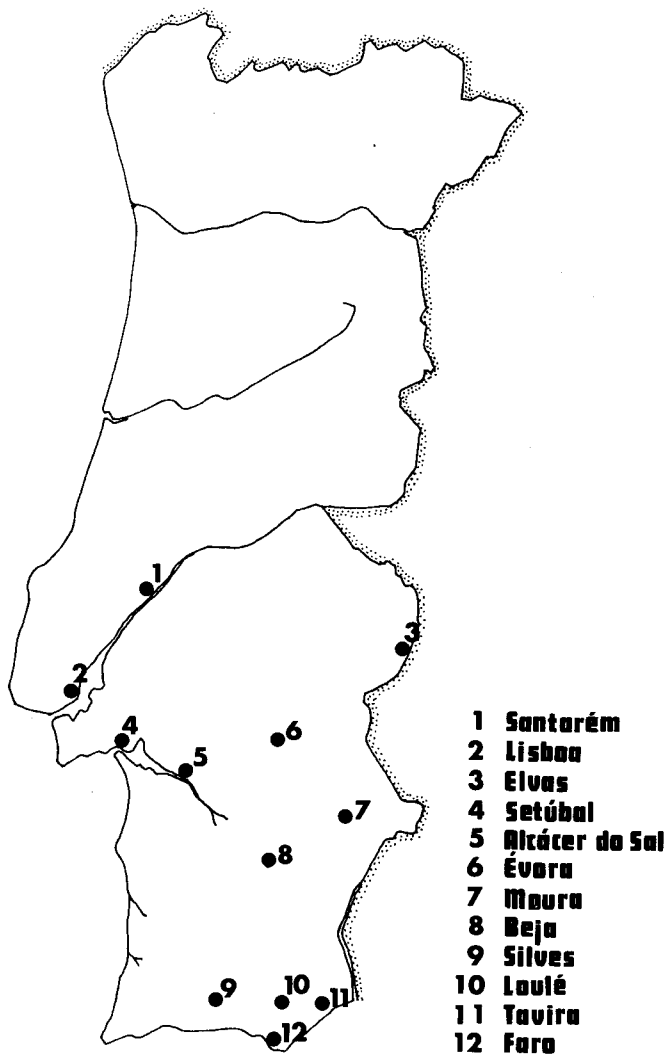
⁴⁸ Ver nota 15. As confirmações gera is dos seus privilégios registam-se com D. Pedro (*Chanc. de D. Pedro I*, p. 93), D. Fernando (A.N.T.T., *Chanc. de D. Fernando*, livro 4, fl. 39) e D. Afonso V (A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, livro 24, fl. 69 v.), D. João I doa as rendas da comuna e da portagem desta cidade a Diego Gonçalves de Macedo, seu camareiro mor (A.N.T.T., *Chanc. de D. João I*, livro 4, fl. 85 v.), sendo-lhe feitas concessões por D. Duarte (A.N.T.T., *Chanc. de D. Duarte*, livro 3, fl. 58 v.) e D. João II (A.N.T.T., *Chanc. de D. João II*, livro 16, fl. 63 v.; livro 13, fl. 81).

⁴⁹ A.N.T.T., *Livro 1 de Místicos*, fls. 101-101 v.

⁵⁰ Ver nota 16.

⁵¹ D. Dinis resolve um conflito entre João Domingues Pesqueiro, que tinha arrendado os direitos reais da comuna de Moura e os mouros dessa mesma comuna

COMUNAS MUÇULMANAS NO SÉC. XV



1:1.500.000

ygrejas da dita villa de Moura e do seu termo (...) tirando do dito pam cimquenta e quatro moyos» (que pertencerão ao almoxarife), e a pensão dos seus 5 tabeliães, correspondendo à soma de 54.900 reais, pelas rendas da mouraria e judiaria, avaliadas em 67.205 reais. A diferença entre as duas quantias, ser-lhes-ia paga «pello rendimento das (...) sisas das carnes da dicta villa»⁵².

BEJA — A primeira confirmação geral dos seus privilégios data de D. Pedro⁵³, registando-se, no entanto, para o reinado anterior, várias cartas de empraçamento na Sapataria ou Rua da Sapataria (patenteando, se não já a existência da comuna, uma significativa população muçulmana).

Assim, são empraçadas tendas a Aixa⁵⁴, Aborrada⁵⁵, Brafome⁵⁶, Mafamede⁵⁷, Mafamede, albardeiro⁵⁸, Brafome Mouril⁵⁹, Jufez e sua mulher, Aixa⁶⁰ e Azmede, filho de Alunbre⁶¹, todos residentes em Beja. Denotando uma certa ligação à comuna de Moura, assinala-se um empraçamento, no mesmo local e igualmente de uma tenda, a Brafome Panos, de Moura⁶² e a venda feita ao rei, por Fátima, mulher de Alfanduz, moradora em Beja, da terça parte de uma casa, sita na mouraria de Moura, na rua de Ali Pinto⁶³.

Desta comuna encontra-se documentação até finais do séc. XV⁶⁴.

(A.N.T.T., *Chanc. de D. Dinis*, livro 3, fl. 90). Com D. Afonso IV, o seu alcaide, capelães e almuedins são privilegiados, à semelhança dos de Lisboa, o que é confirmado por D. João II (A.N.T.T., *Chanc. de D. João II*, Livro 21, fls. 111 v.-112). Confirmações gerais dos seus privilégios registam-se com D. Pedro (*Chanc. de D. Pedro I*, p. 143) e D. Fernando (A.N.T.T., *Chanc. de D. Fernando*, livro 4, fl. 38), tendo-lhe D. Afonso V outorgado várias concessões referentes a avaliação de bens e à respectiva contia (A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, livro 29, fl. 260; livro 33, fl. 160; livro 30, fl. 103).

⁵² A.N.T.T., *Livro 1 de Místicos*, fls. 96 v.-97.

⁵³ *Chancelaria de D. Pedro I*, p. 150.

⁵⁴ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso IV*, livro 4, fl. 37 v.

⁵⁵ A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, fl. 37.

⁵⁶ A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, fl. 37.

⁵⁷ A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, fl. 39.

⁵⁸ A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, fl. 41.

⁵⁹ A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, fl. 41 v.

⁶⁰ A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, fl. 74.

⁶¹ A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, fls. 74 v.-75.

⁶² A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, fl. 38 v.

⁶³ A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, fl. 54. Referido por Pedro Cunha Serra —

O.c., pp. 48-49.

⁶⁴ D. Fernando confirma-lhe os privilégios (A.N.T.T., *Chanc. de D. Fernando*, livro 4, fls. 37-37 v.), assim como D. Duarte (A.N.T.T., *Chanc. de D. Duarte*, livro I, fl. 12 v.) e D. Afonso V (A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, livro 27, fl. 152). D. João

Comarca do Algarve:

As quatro comunas existentes no Algarve, Silves, Loulé, Tavira e Faro, contempladas com o respectivo foral em 1269⁶⁵, subsistem até à expulsão das duas minorias por D. Manuel.

SILVES — Se bem que se verifique apenas uma confirmação dos seus privilégios com D. João I⁶⁶, as várias cartas régias nomeando funcionários da comuna, emitidas por D. Afonso V⁶⁷ e D. João II⁶⁸, são suficientes para confirmar a sua permanência ao longo do séc. XV. Em 1498 (5 de Março), D. Manuel outorga a Henrique Correia uma carta de padrão de 30.000 reais, em satisfação das rendas da mouraria, mordomado e salaio de Silves, cuja doação lhe havia sido feita por D. Afonso V⁶⁹.

LOULÉ, TAVIRA E FARO — Estas comunas encontram-se bem documentadas para os séculos XIV e XV⁷⁰.

D. Manuel concede, em 1498 (27 de Março), uma carta de padrão à infanta D. Beatriz, de 22.454 reais de terça, como complemento pela

I, a pedido da comuna, concede licença para alargar a mouraria (A.N.T.T., *Chanc. de D. João I*, livro 4, fl. 64) e D. João II permite-lhes comprar mouros e mouras cativas (A.N.T.T., *Chanc. de D. João II*, livro 20, fl. 30 v.).

⁶⁵ Ver nota 14.

⁶⁶ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fl. 34.

⁶⁷ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 34, fl. 21 e fl. 27; livro 9, fl. 33; livro 26, fl. 80.

⁶⁸ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, livro 8, fl. 165 v.

⁶⁹ A.N.T.T., *Livro I de Místicos*, fls. 179-179 v. Gama Barros refere para Silves uma hipotética confirmação por D. Pedro, sem mais elementos, de que não encontramos vestígio na respectiva chancelaria. Nesta, no entanto, regista-se uma queixa, por parte da maioria cristã, contra os mouros, relativa ao lugar de Loubrete (*Chanc. de D. Pedro I*, p. 248), que, aliás, se repete no reinado de D. Fernando (A.N.T.T., *Chanc. de D. Fernando*, livro 1, fl. 100), elemento este que o autor assinala. Não sendo, no entanto, esses agravos dirigidos contra a comuna, não os incluímos na nossa explanação.

⁷⁰ Os privilégios de Loulé são confirmados por D. Pedro (*Chanc. de D. Pedro I*, p. 135), D. Fernando (A.N.T.T., *Chanc. de D. Fernando*, Livro 1, fl. 38), D. João I (A.N.T.T., *Chanc. de D. João I*, livro 1, fl. 181), D. Duarte (A.N.T.T., *Chanc. de D. Duarte*, livro I, fl. 83 v.) e D. Afonso V (A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, livro 20, fl. 149). D. João II confirma-lhe um diploma, concedendo ao seu capelão as mesmas isenções que gozava o de Lisboa (A.N.T.T., *Chanc. de D. João II*, livro 18, fls. 11-11 v.). Gama Barros não refere esta comuna no reinado de D. João II.

As confirmações gerais de Tavira verificam-se com D. Pedro (*Chanc. de D. Pedro I*, p. 84), D. João I (A.N.T.T., *Chanc. de D. João I*, livro 2, fl. 10 v.) e D. Duarte (A.N.T.T., *Chanc. de D. Duarte*, livro 1, fl. 53 v.). D. Afonso V concede-lhes licença para comprar mouros e mouras cativos (A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, livro

perca da mouraria de Loulé, estimada em 178.000 reais⁷¹. No mesmo ano, estabelece a Isabel de Mendanha a quantia de 30.000 reais, importância pela qual ela tinha arrendado a comuna de Tavira a D. João II⁷², e, em 1497 (11 de Setembro), a João de Sousa, 132.333 reais em satisfação da renda da judiaria e mouraria de Faro, equivalendo a esta última o total de 4.000 reais⁷³.

Gama Barros assinala, além destas, mais três comunas: Serpa e Vila Nova, no reinado de D. João I, e Santa Maria do «Avenhoso», no de D. Duarte. Quanto ao primeiro caso, especifica como fonte a *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fl. 89 v., em que se encontra um diploma dirigido não a Serpa, mas sim à comuna dos mouros de Santarém. A este respeito, regista-se, na mesma chancelaria, a doação, a Gonçalo Vasques de Melo, de todos os direitos reais da dita vila, entre os quais o da renda dos mouros⁷⁴, e, posteriormente, na de D. Afonso V, a nomeação, em 1475, de Rui Dias, escudeiro, para juiz dos feitos «d'ante os mouros e judeus da dicta villa que ouverem com os christãos e os christãos com elles (...) asy no crime como no civell»⁷⁵.

Tais elementos, no entanto, não implicam a existência de uma comuna nessa localidade, mas tão somente a permanência de muçulmanos, não sendo nunca empregue a esse propósito o mencionado vocábulo ou sequer o de «mourarias». O mesmo se poderá aplicar a Santa Maria do Azinhoso, cujo diploma refere apenas a existência de mouros e judeus⁷⁶. Quanto a Vila Nova, trata-se, como já o afirmamos⁷⁷, de uma incorrecta interpretação de um documento de D. João II, dirigido à comuna que Moura, não existindo, pois, o mínimo fundamento quanto a esta hipotética comunidade.

14, fl. 109 v.), confirmando, D. João II algumas concessões dos reinados anteriores (cf. A.N.T.T., *Chanc. de D. João II*, livro 8, fls. 146-147 v.).

Faro vê os seus foros, liberdade e privilégios confirmados por D. Pedro (*Chanc. de D. Pedro I*, p. 87), D. Fernando (A.N.T.T., *Chanc. de D. Fernando*, livro 1, fl. 38), D. Duarte (A.N.T.T., *Chanc. de D. Duarte*, livro 1, fl. 20) e D. Afonso V (A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, livro 20, fl. 115). D. João I faz doação das suas rendas e direitos a Paio Pereira (A.N.T.T., *Chanc. de D. João I*, livro 2, fl. 33), confirmando D. João II algumas concessões (A.N.T.T., *Chanc. de D. João II*, livro 8, fl. 54 v. e fls. 146-146 v.).

⁷¹ A.N.T.T., *Livro 1 de Místicos*, fls. 84-84 v.

⁷² A.N.T.T., *Livro 1 de Místicos*, fls. 84-84 v.

⁷³ A.N.T.T., *Livro 1 de Místicos*, fls. 222 v.-223.

⁷⁴ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fls. 41 v.-42.

⁷⁵ A.N.T.T. *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 30, fl. 8.

⁷⁶ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Duarte*, livro 3, fls. 75-75 v.

⁷⁷ Ver nota 5.

Interessa, finalmente, referir o caso de Colares, assinalado por Oliveira Marques no seu mapa, e cuja importância deriva de uma documentada permanência mudéjar, de D. Dinis a D. Manuel, sem, no entanto, aí se ter constituído uma comuna.

De facto, o primeiro dos soberanos mencionados estabelece para os mouros forros do reguengo de Colares, uma minuciosa relação das obrigações a que estão sujeitos, à semelhança do que «meis antecessoribus dicti maury fecerunt»⁷⁸, o que prova a anterioridade dessa comunidade relativamente a este reinado.

Os indícios da sua permanência assinalam-se ainda com D. Pedro e D. João II. Numa carta de escambo efectuada entre aquele rei e Nuno Martins, almoxarife de Sintra, refere-se, a propósito da delimitação de uma courela no dito reguengo, um Bucar, mouro forro⁷⁹. Do último registe-se uma carta de perdão dirigida a João Fernandes, o moço, morador em Colares, acusado de ferir o alcaide quando este, uma noite, o fora prender «em cassa de Vedere mouro forro em a dicta villa morador»⁸⁰.

Finalmente, do reinado de D. Manuel, chegam-nos vários elementos, denotando a existência em Colares não apenas de muçulmanos vivendo entre cristãos, como tantos outros, mas de uma verdadeira comunidade que aí subsistiu até à expulsão.

Em 1499, o já citado diploma que confere à rainha D. Leonor a quantia de 83.892 reais, em satisfação das rendas de judeus e mouros, menciona o valor de 2.480 reais «que valiam os dous moios de pam terçado que rendiam os dízimos dos mouros de Simtra e Colares a rezam de XXV reais o alqueire de trigo e a doze reais a cevada»⁸¹. Dois anos mais tarde (1501, Setembro, 5), o mesmo soberano ratifica o aforamento feito a João de Olivença, criado de D. Filipa, do almocavar dos mouros de Colares⁸² e, em 1504 (Abril, 30), é passada carta de quitação a Francisco de Macedo, pelos valores recebidos dos bens de judeus e mouros da comarca de Alenquer e Sintra⁸³.

⁷⁸ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Dinis*, livro 1, fl. 35.

⁷⁹ *Chancelaria de D. Pedro I*, p. 478.

⁸⁰ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 26, fls. 146-146 v.

⁸¹ Ver nota 30.

⁸² VITERBO, Sousa — *Ocorrências da vida mourisca*. «Arquivo Histórico Português», vol. V, 1907, p. 252.

⁸³ A.N.T.T., *Livro 6 da Estremadura*, fl. 54 v. Referido por Sousa Viterbo, *O.c.*, p. 252.

Por tudo o analisado, afigura-se, pois, problemático o quadro da permanência mudéjar no nosso país. Se, por um lado, o seu aspecto mais visível respeita à organização em comunas, que permitem aos muçulmanos preservar uma certa identidade cultural, ao salvaguardar a sua liberdade religiosa e uma relativa autonomia administrativa e judicial, por outro encontram-se comunidades, como é o caso de Colares, suficientemente importantes para ter o seu próprio cemitério, mas que não se estruturam como tal, e das quais desconhecemos a respectiva organização interna.

A origem dessas comunas remonta ao período anterior ao reinado de D. Pedro (exceptuando-se Setúbal, cujos dados são, por agora, insuficientes para determinar a época aproximada da respectiva formação), não se registando, posteriormente, o aparecimento de qualquer outra nova comunidade. Este aspecto, aliado à retracção dessas mesmas comunas na centúria de quatrocentos, com o desaparecimento de Leiria, Alenquer, Estremoz e, possivelmente, Avis, implica um recuo demográfico significativo da população muçulmana no nosso país (por nós já referido no início deste trabalho).

Os mapas que apresentamos reflectem esta evolução, no que aos séculos XIV e XV refere, não permitindo a documentação régia compulsada uma sistematização dessa realidade para um período mais recuado.

De facto, o quadro geral da distribuição geográfica das comunas portuguesas só poderá ser completado com a recorrência ao exame dos cartórios conventuais e eclesiásticos, que proporcionaram, aliás, o conhecimento da comuna de Leiria, omissa nas chancelarias régias. Saul António Gomes alertou já neste sentido⁸⁴, referindo ainda o caso da mouraria coimbrã, de que encontrou abundantes provas documentais⁸⁵ e a qual, uma vez mais, é ignorada pela documentação régia.

A problemática da distribuição geográfica das comunidades mudéjares em Portugal, de que o trabalho de Gama Barros constituiu, sem dúvida, o ponto de partida, encontra-se ainda em aberto, passando a sua reestruturação pelo inevitável alargamento das fontes (sem esquecer os arquivos locais), tendente a preencher as numerosas lacunas ainda existentes.

⁸⁴ GOMES, Saúl António, *O.c.*, p. 9.

⁸⁵ *Idem O.c.*, p. 20.

A PREPARAÇÃO DAS ARMADAS NO PORTUGAL DE FINAIS DA IDADE MÉDIA*

Por Amândio Barros**

1 — Introdução

«Dandosse a esta guerra tem ganhado os nossos portugueses muytas riquezas e prosperidade, e senhorio de terras e reynos e tem ganhada honra em poucos tempos quanta não ganhou outra nação em muytos. Elles não soamente conquistaraõ terras que outros não poderam tocar, mas alem disso nam satisfeytos de tam pouco buscaram e descobriram outras de novo que nunca foram cuydadas»¹.

É com estas palavras que, em meados do século XVI, Fernão de Oliveira constata a importância que a guerra naval, a marinha e as armadas portuguesas de conquista e descobrimento haviam atingido.

Existente desde o princípio da nacionalidade e objecto de uma estruturação inicial durante a primeira dinastia, a marinha portuguesa apresentava-se, ao abrir do século XV, capaz de acompanhar o surto da navegação comercial que então se fazia sentir, de servir de apoio à

* Trabalho apresentado no seminário «O Algarve e os Descobrimentos», Lagos, 22-24 de Março de 1990.

** Aluno do Mestrado de História Medieval da F.L.U.P.

¹ OLIVEIRA, Fernão de — *Arte da Guerra do Mar*, Ed. do Arquivo Histórico da Marinha, s/1, 1937, pp. 7-8.

expansão marroquina que se avizinhava e, finalmente, de levar por diante a exploração da costa ocidental africana.

O gosto pela aventura (de onde não está de todo ausente o espírito de cruzada medieval), acompanhado de outras motivações porventura menos românticas, de carácter económico, social e político, lançou o reino português na empresa norte-africana, iniciada com a tomada de Ceuta, e continuada sobretudo a partir da terceira década do século XV. Para essa cidade, bem como para Tânger, Alcácer-Ceguer, Arzila e diversas outras praças partiram numerosas expedições, integrando, em vários casos, alguns milhares de combatentes.

Estes soldados, com todo o seu equipamento e vasto material de apoio, eram embarcados e transportados nos navios que compunham as frotas e as armadas², uma vez que estas representavam o mais rápido, eficaz e, por vezes, único meio de ligação com o objectivo a atacar.

O Porto, Lisboa, Lagos, Tavira e outros centros costeiros do nosso País presenciaram a partida de várias destas frotas. É a análise de alguns aspectos relativos à sua organização que seguidamente nos propomos apresentar.

2 — Os conselhos

«Irmaãos. Com a graça e ajuda de Deos eu queria que ho Ifante Dom Anrique e o Ifante Dom Fernando meus irmaãos, que aqui estam, passassem em Africa fazer guerra aos Infiees: e as razooes, em que me fundo, vos direy brevemente, sobre as quaaes folgarey ouvir o que vos de isso parece»³.

Corria o ano de 1436. D. Duarte, a pedido dos citados infantes, toma a decisão de enviar uma armada a conquistar Tânger.

Face à delicadeza do assunto convoca então um conselho (extraordinário), constituído por algumas das notáveis figuras do reino, seus familiares ou de algum modo ligados à família real.

Trinta e cinco anos depois, D. Afonso V «detriminou (...) passar em

² «... todos os navios, que som pera guerrear, (...) quando som muitos ajuntados em hũu, a que chamam Frota, (...) quando saõ mais poucos, a que dizem Armada».

Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V, Livro I, tit. LIV («Do Almirante, e do que pertence a seu officio»), Coimbra, Universidade, 1792, p. 322.

³ PINA, Rui de — *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, Porto, Lello e Irmão, 1977, p. 524.

Africa pera que teve em pessoa, e assy mandou ter praticas e conselhos em Lixboa nas casas do Conde de Monsanto»⁴.

Tal como seu pai, tinha o desejo de organizar uma armada para a conquista da mesma praça. O conselho que então convocou conseguiu dissuadi-lo desse propósito, propondo-lhe outro objectivo: Arzila.

Escolhemos estas duas situações entre os múltiplos exemplos da convocatória, por parte dos monarcas, do conselho «dos mais pryncipaaes do Reyno», ou requerendo-lhes, por escrito, o seu parecer no sentido de dar um maior fundamento à decisão régia, a qual seria devidamente sancionada pela autoridade papal com a concessão (em geral prèvia) de uma bula da cruzada⁵.

Reunido numa sala do palácio real, ou no palácio de algum nobre, o conselho, conforme atrás referimos, era constituído por aqueles que se encontravam mais próximos do monarca, assessorando-o politicamente⁶.

Trata-se de homens familiarizados com a alta política; que, inclusivamente em vários casos, a determinam; que conhecem bem a situação do Reino, a avaliam e, o que não é menos importante, falam de igual para igual com o rei, não hesitando em defender uma opinião contrária à sua, quando acreditam ter a razão pelo seu lado.

Ao contrário do segundo caso que apontamos, o conselho convocado por D. Duarte não teve qualquer influência na sua decisão, pois, conforme nos informa Pina, ele determinou a expedição «sem acordo nem aprovaçom de seu Conselho»⁷.

Este, para além da ponderação sobre o objectivo ou a oportunidade do ataque, no caso de tal ficar definitivamente resolvido, debatia outros aspectos relacionados com a expedição: avaliação dos recursos do Reino (dinheiro, víveres, soldados, armas, barcos...), do objectivo (acessibilidade, vias de comunicação...). Por fim, discutiam-se assuntos exclusivamente militares tais como a táctica e a estratégia a serem seguidas pelos diversos capitães durante os combates.

⁴ Idem — *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, Porto, Lello e Irmão, 1977, p. 818.

⁵ Um exemplo deste tipo de bulas pode ver-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (= A.N.T.T.), *Bulas*, maço 4, n.º 9, publ. (entre outros) nos *Monumenta Henricina*, vol. V, Ed. da Comissão executiva das comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1963, (que passaremos a citar abreviadamente) pp. 271-275. Trata-se da bula *Rex Regum*, concedida por Eugénio IV a D. Duarte em 8 de Setembro de 1436.

⁶ Sobre o conselho régio, v. por todos HOMEM, Armando Luís de Carvalho — *Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos «privados» de D. João I*, sep. da «Revista da Faculdade de Letras-História», II Série, vol. IV, Porto, 1987, pp. 9-68.

⁷ PINA, Rui de — *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, Porto, Lello e Irmão, 1977, p. 520.

3 — Os espões

O soberano podia tomar a decisão de moto próprio, influenciado por alguém do seu relacionamento ou a instância do seu conselho; mas a intenção de atacar qualquer objectivo podia partir de informações que ele recebesse, por exemplo, de mercadores ou marinheiros que haviam estado neste ou naquele lugar...

Uma vez decidida a expedição, tomavam-se algumas providências: a primeira dizia respeito ao conhecimento o mais detalhado possível do local a atacar: acessibilidade e vias de comunicação por onde pudesse ser socorrido, tipo de fortificações, número de soldados que o defendiam, sua preparação, etc.

Para a recolha destas informações, fundamentais para pôr o exército atacante a coberto de qualquer surpresa, a acção dos «espões» (informadores) revestia-se já neste final da Idade Média, da maior importância.

«L'espion faisait en secret ce que l'ambassadeur essayait de faire au grand jour. Tous les deux s'efforçaient par des voies différentes de se tenir au courant de ce qui se passait dans l'État voisin»⁸.

É assim que C. Allmand define a actividade dos espões durante a Idade Média.

Embaixadores, mulheres, clérigos (genuínos ou falsos), cativos, desertores, mercadores todos podiam, conforme as circunstâncias, ser aproveitados para obter informações.

Os mercadores, que no decurso da sua actividade frequentavam variados portos do estrangeiro, foram frequentemente utilizados como informadores pelos monarcas portugueses do século XV.

Em 1471, quando decidiu organizar a armada para a conquista de Arzila, D. Afonso V «logo per Vicente Symooês homem nas cousas do mar bem esperto, e entendido, e per Pero d'Alcaçova seu Escrivam da Fazenda e de que muito fyava, mandou muitas vezes espia, e ver, assy no que comprya pera o ancorar e desembarcar do mar, como pera o assento da terra. Em que com fingidos negocios que com os Mouros tratavam, acabaram de ser certefycados de todo (...) de que perfeitamente avisaram El Rey»⁹.

Foi baseado nestas informações que o «Africano» «logo mandou fazer no Reyno, e fora delle os percebimentos de navios, armas, mantimentos, per trinta mil homens»¹⁰.

⁸ ALLMAND, Christopher — *Les espions au Moyen Âge*, «L'Histoire», n.º 55 (Abril 1983), p. 35.

⁹ PINA, Rui de — *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, Porto, Lello e Irmão, 1977, p. 818.

¹⁰ Idem. *Ibidem*.

Por seu turno, a organização de uma armada desta dimensão, não passaria decerto despercebida aos espões de outros reinos que actuavam em Portugal.

Como é sabido, aquando da armada que em 1415 conquistou Ceuta, Rui Dias de Vega, espião-embaixador do rei de Aragão, estante em Lisboa, enviou ao seu senhor um detalhado relatório, no qual enumerava os barcos que a compunham, sua tonelagem, proveniência, equipagem, etc.¹¹.

Desde sempre, os espões estiveram sujeitos aos maiores riscos! «La loi considerait les espions comme des traîtres qui devaient payer leur forfait de la peine capitale»¹², sendo ainda os seus bens confiscados em benefício do monarca. Citemos um caso: no início de 1456, o rei português enviou a Safim «hũa caravela, mais por os que nella hiam veerem o lugar como era fundado e as fortelezas delle e per honde se milhor poderia filhar»¹³.

Quando tomou conhecimento deste facto, Davy Maalom, judeu, residente em Lagos e com contactos nesse porto africano, apressou-se a comunicá-lo, por carta, ao alcaide mouro. No entanto, a sua acção foi conhecida e prontamente denunciada ao rei.

A lei geral do Reino previa casos deste género¹⁴.

Davy Maalom tinha 30 dias para provar a sua inocência. Caso não o fizesse incorrida no «crime de *lesa Magestade*, que se chama em linguagem treição cometida contra El Rey», crime pelo qual «deve (...) morrer naturalmente de morte cruel, e todos seus bées que ouver ao tempo da comdapnaçom, devem seer confiscados pera nos...»¹⁵. Esses bens viriam a ser doados pelo monarca a Vasco Esteves, escudeiro do infante D. Henrique e provável delator do judeu lacobrigense.

¹¹ Veja-se o relatório enviado por Rui Dias de Vega a D. Fernando I de Aragão em 23 de Abril de 1415. Arquivo da Coroa de Aragão, *Cartas reales, caja n.º 1, Fernando I*, n.º 3, publ. *Monumenta Henricina*, vol. II, Coimbra, 1960, pp. 132-146.

¹² ALLMAND, Christopher — *o.c.*, p. 41.

¹³ A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 31, publ. por AZEVEDO, Pedro de — *Documentos das chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, vol. II, Lisboa, Academia das Ciências, 1934, p. 324 e nos *Monumenta Henricina*, vol. XII, Coimbra, 1971, p. 250.

¹⁴ *Ordenaçoes do Senhor Rey D. Affonso V*, Livro V, tit. II («Dos que fazem treição, ou aleive contra El Rei, ou seu estado Real»), Coimbra, Universidade, 1792, p. 5. No ponto 8.º deste título estipula-se o seguinte: «Ítem. Se algum der conselho aos nossos inmygos per carta, ou per qualquer outro avisamento em nosso desserviço, ou do nosso Real Estado (...) nom sera relevado da pena que por ello merece». (pp. 9-10).

¹⁵ Veja-se a Ordenação atrás citada, p. 10.

Pelos motivos apontados, a presença de alguns informadores em vários centros medievais determinava que o segredo (e a astúcia) fossem fundamentais para a boa organização de uma empresa militar de alguma envergadura, pois «pera se fazer com honrra, proveyto e segurança, convem (...) redeos e cautelas secretas, pera engano dos imygos...»¹⁶

4 — Os meios materiais

A concentração de alguns milhares de combatentes que compunham as armadas de Quatrocentos implicava, sem dúvida, a existência de estruturas materiais consideráveis e que apenas a Coroa podia, mesmo assim dificilmente suportar.

4.1. — *Os dinheiros*

Uma primeira grande despesa aparece logo como evidente: o pagamento do soldo aos combatentes.

«O serviço militar era remunerado», conforme aponta Oliveira Marques. «Os vassalos que, pela prestação de determinado número de *lanças*, recebiam *quantia*, tinham direito a um suplemento se lhes eram exigidas mais, ou se a prestação fosse além do prazo de tempo tradicionalmente aceite»¹⁷. Os restantes combatentes recebiam (geralmente com atraso) consoante o tempo de serviço, sua categoria e armamento.

O recurso a tropas estrangeiras e a mercenários que completassem satisfatoriamente as fileiras dos exércitos portugueses foi frequente neste século.

Para além dos soldados, a marinha portuguesa pôde contar, por várias vezes, com o auxílio (bem pago) de navios e tripulações mercenárias que integravam as suas armadas¹⁸.

Os cofres régios, por variados motivos, não possuíam o dinheiro necessário à organização de tais empreendimentos.

É que, para além das despesas com os soldados e o seu respectivo armamento, havia a necessidade de fazer grandes compras de mantimentos,

¹⁶ PINA, Rui de — *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, Porto, Lello e Irmão, 1977, p. 533.

¹⁷ MARQUES, A.H. de Oliveira — *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, Presença, 1986, p. 350.

¹⁸ Conforme se pode ver no relatório de Rui Dias de Vega citado na nota 11. V. também o ponto 6 deste trabalho, referente aos *homens* que integravam as armadas.

cujo armazenamento e manutenção representavam grandes dispendios de dinheiro.

As expedições eram assim, em geral, financiadas pelo lançamento de «pedidos», por empréstimos contraídos dentro e fora do Reino (apenas saldados alguns anos depois), e pela afectação de alguns direitos.

Outras fontes de receita podiam ser encontradas, por exemplo, através do recurso ao dinheiro das diversas comunas de judeus do Reino¹⁹.

Para a armada de D. Fernando de Castro, organizada em 1440 com o objectivo de libertar o infante D. Fernando, foi destinada, para além da contribuição judaica, a renda da sisa do pescado e madeira da cidade de Lisboa²⁰.

Às igrejas e a outras instituições eram requisitados, por empréstimo (muitas vezes *ad aeternum*) grande parte do ouro e pratas que possuísem, dado que os *empréstimos* e *pedidos* contraídos noutros lugares revelavam-se muitas vezes «absolutamente insuficientes para custear a empresa política e militar em que o monarca estava envolvido»²¹.

Foi o que aconteceu com a escrivanhinha dos órfãos de Beja, à qual foram tomados certos «dinheiros, prata e ouro (...) pera armada de Tânger»²².

Também para a armada de Ceuta (1415) mandou «El Rey apanhar quanto cobre e prata se pode achar no regno e assy mandou trazer outro de fora»²³ para que se lavrasse a moeda necessária, operação que foi executada com «trigança» pelos moedeiros. A actividade destes «oficiais da moeda» foi de tal modo intensa que «de dia e de noute, nunca seus martellos estavam quedos, per tall guisa que, ainda que hũu homem braadamdo dissesse algũua cousa amtre aquellas fornaças, escassamente podia seer entemddido»²⁴.

¹⁹ Tal como sucedeu em 1440. Para a armada que então se aprestou, contribuíram as comunas de judeus de 15 almoxarifados do Reino. A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 2, fl. 102, publ. (entre outros) nos *Monumenta Henricina*, vol. VII, Coimbra, 1965, pp. 224-226.

²⁰ Ver o documento citado atrás.

²¹ MARQUES, José — «O Príncipe D. João (II) e a recolha das pratas das igrejas para custear a guerra com Castela», in *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*, vol. I, Porto, Universidade/Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portuguezes, 1989, (que passaremos a citar abreviadamente) pp. 201-219, que analisa detalhadamente este procedimento, habitual nos monarcas ibéricos.

²² A.N.T.T., *Guadiana*, liv. 4, fl. 64, publ. nos *Monumenta Henricina*, vol. VII, Coimbra, 1965, pp. 42-43.

²³ ZURARA, Gomes Eanes de — *Crónica da tomada de Ceuta*, (cap. XX) Bibliotheca de Clássicos Portuguezes, vol. I, Lisboa, 1899, p. 105.

²⁴ *Idem. o.c.*, (cap. XXIX), p. 143.

4.2. — *Os mantimentos*

As despesas efectuadas na compra das grandes quantidades de víveres eram consideráveis.

Muitos concelhos portugueses viam as suas celebradas dificuldades económicas aumentar com a obrigação de contribuir (esperando futuro e nebuloso reembolso) com os mais variados produtos, que eram depositados nos armazéns régios existentes nos portos de onde as frotas partiam.

O concelho de Faro, por exemplo, contribuiu para a armada de Tânger (1437), com vinho e figos, entre outros produtos, que na altura não foram pagos porque «nom avia dinheiro». Em 1439 requeria à Coroa o pagamento dessa dívida para «nom ficar squeçada (...) de guisa que os pobres a que esto assy he tomado nom gemam»²⁵.

Vinte e dois anos antes, o Porto e seu termo forneceram à armada de Ceuta armas, «louças» e madeira, para além de grandes quantidades de carne e vinho.

Quase três décadas depois ainda reclamavam a Afonso V que saldasse a dívida contraída por seu avô, depois de o terem feito a seu pai²⁶, com o argumento, sempre repetido, de «allem de desencarregades as almas dos dictos rex e a vossa, farees grande esmolla a muytos proves, que nom teem tanto de seu quanto lhe he devido»²⁷.

Mas a requisição dos mantimentos para as frotas não era apenas efectuada pelos reis.

Sobrecarregados já com «pedido e meio» do soberano para a armada de Tânger, 400 lavradores de S. Martinho (termo de Ponte de Lima) são obrigados pelo célebre Leonel de Lima a pagar-lhe, cada um, 4 alqueires de centeio, que se juntaram aos restantes mantimentos que este cavaleiro levou nessa empresa²⁸.

Para além de tais produtos muitos outros eram necessários para o bom abastecimento das armadas.

²⁵ A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 2, fls. 4v-5, publ. nos *Monumenta Henricina*, vol. VII, Coimbra, 1965, pp. 25-26 e A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 2, fl. 104v, publicado no mesmo volume a pp. 248-250.

²⁶ A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 2, fl. 87, publ. no mesmo vol. VII dos *Monumenta Henricina*, a pp. 244-245.

²⁷ A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 23, fl. 55v, também publicado no supracitado volume a pp. 294-296.

²⁸ A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 2, fl. 24v, publ. nos *Monumenta Henricina*, vol. VII, Coimbra, 1965, p. 32.

O peixe (sobretudo pescadas, mas também sardinhas, cações e raias, abundantes na costa portuguesa), devidamente salgado, seco e metido em «tonees e botas», tal como a carne (de vaca e de porco) eram fornecidos em grossas quantidades²⁹.

Também o queijo («húa das mylhores e mays acostumadas companagens que se pode recolher pera o mar»³⁰, a manteiga («que por pouca que comays vos satisfaz mays que outra vianda, e que mitiga a fome e a sede, e conserva as forças»³¹, e legumes especialmente as favas («as quaes sam apropriadas para homens de trabalho como sam os remadores»³², grãos, chícharos e ervilhas («que sam grande ajuda de companagem»³³, faziam parte dos víveres transportados. Estes produtos, mais o azeite, vinagre etc., deviam estar nos armazéns ao tempo do embarque.

O gado, bem assim como os restantes géneros agrícolas, chegava aos ports proveniente de diversas regiões.

Para além das «vitalhas» fornecidas pelos concelhos, «as estradas e caminhos eram cheos de carros e de bestas, que viinham carregados com mantiimentos e armas das terras de fidalgos e doutras cousas que lhe compriam pera sua hida»³⁴.

Muitos carros vinham carregados com farinha de trigo. Nos armazéns que albergavam os produtos para a frota, essa farinha era transformada em biscoito («a qual palavra de latim em nossa lingoagem quer dizer duas vezes cozido»³⁵, em fornos aí existentes, manufactura que se desenvolveu em Portugal nesta época; tal como refere Oliveira Marques, «podemos

²⁹ Refira-se, a título de exemplo, a quantidade de pescado que abasteceu uma caravela régia que em 1453 rumou a Ceuta capitaneada pelo mestre Álvaro Pires. Assim, para mantimento de cerca de 14 tripulantes durante um mês e meio, foram carregados na referida embarcação 34 pescadas e 800 sardinhas.

No ano seguinte outra caravela rumou a essa praça africana. Desta vez a expedição duraria cerca de três meses e a tripulação era agora de 70 homens. Para seu sustento carregaram-se cerca de «tres mil e novecentas e XX sooas de carne e XI peexes myotos e hūu pexe preguo e quinze lixas e quinhentas e cinquenta e duas pescadas e mea». A.N.T.T., *Cortes*, m.º 2, n.º15, fl. 12, publ. nos *Descobrimientos Portugueses — documentos para a sua história*, ed. por João Martins da Silva Marques, supl. ao vol. I, Lisboa, I.N.I.C., 1988, (que passaremos a citar abreviadamente) p. 348.

³⁰ OLIVEIRA, Fernão de — *o.c.*, p. 44.

³¹ Idem. *Ibidem*.

³² Idem. *Ibidem*.

³³ Idem. *Ibidem*.

³⁴ ZURARA, Gomes Eanes de — *o.c.*, (cap. XXXIV), vol. II, pp. 28-29.

³⁵ OLIVEIRA, Fernão de — *o.c.*, p. 44.

mesmo considerá-la como à primeira indústria, no sentido moderno da palavra, existente no Reino»³⁶.

Alimento da maior importância para as tripulações dos navios, o biscoito (cuja maior parte se fabricava em Portugal) destinava-se também, «em grande quantidade, para as praças de África, onde ajudava à manutenção das guarnições militares»³⁷.

São inúmeras as referências documentais relativas a este produto. Desde notícias que comprovam o seu fabrico no Porto, Lisboa, Vale do Zebro, Faro, Silves, Tavira, Loulé, Lagos... etc., pelo menos a partir do século XIV³⁸, até privilégios concedidos aos biscoiteiros³⁹, e à obrigatoriedade de os lavradores trazerem cereais e lenha (mato, tojo) às taracenas para aí ser confeccionado.

4.3. — *As taracenas*

As taracenas, com seus armazéns, eram uma das maiores estruturas de apoio à marinha medieval, desempenhando, pelo menos, três funções. Em primeiro lugar, funcionavam como estaleiro naval. Depois, como «depósito de géneros», local onde se armazenavam todos os produtos necessários ao abastecimento da frota. Finalmente, e como complemento da função anterior, as taracenas eram os verdadeiros arsenais da marinha.

Em meados do século XVI, o Almirante (ou quem quer que o representasse) devia acautelar que nas taracenas existissem «navios feytos e prestes, que em breve possam acudir aos sobressaltos supitos»⁴⁰.

Mas em qualquer altura deviam estar providas de «madeyra, e todos os achegos, como sam pregadura, breu, estopa e quaesquer outros (...) como sevo betume, e chumbo»⁴¹.

Além destes materiais, devia haver cobre «pera pregadura», pois este «antre as agoas e humidade conserva mays sua sustancia sem se corromper, nem criar ferrugem, e he tam forte e mays que o ferro», que,

³⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira — *Introdução à história da agricultura em Portugal*, Lisboa, Cosmos, 1978, p. 202.

³⁷ Idem. *o.c.*, p. 203.

³⁸ Idem. *o.c.*, pp. 80 e 203, e ainda IRIA, Joaquim Alberto — *Descobrimientos Portugueses. O Algarve e os Descobrimientos*, vol. II, tom. II; Lisboa, I.N.I.C., 1988, pp. 169, 304, 307, 350.

³⁹ A.N.T.T., *Estremadura*, liv. 4, fl. 44, publ. nos *Descobrimientos Portugueses*, vol. III, Lisboa, I.N.I.C., 1988, pp. 122-123.

⁴⁰ OLIVEIRA, Fernão de — *o.c.*, p. 31.

⁴¹ Idem. *Ibidem*.

de qualquer modo, também aí devia haver em quantidade⁴². Para o fabrico das enxárcias, deviam estar devidamente abastecidas de linho («alcanave»), esparto, palma («onde a houver»), algodão, etc. O linho, além de entrar no fabrico da cordoalha do navio, e o burel, de que também estavam abastecidas, eram necessários para a fabricação das velas. Âncoras, remos, lemes e mastros deviam existir aí «em abastança», tal como os diversos tipos de armas com que se equipavam as frotas.

«Finalmente as taracenas devem estar providas de todas as cousas necessarias pera a fabrica dos navios, não somente das matereas e partes dessa fabrica, mas tambem dos instrumentos com que se ha de fabricar, digo aquelles que os officiaes nam acostumaõ trazer nem podem, como sam cabrestantes, cadernaes, rodas, carretes, e outras semelhantes»⁴³.

A armazenagem de um tal volume de mercadorias, sobretudo aquando da organização de armadas de grande envergadura, implicava que as taracenas ocupassem um espaço considerável, muitas vezes obrigando ao arrendamento de armazéns contíguos⁴⁴.

Não é difícil imaginar a actividade fervilhante que aí se desenvolvia em vésperas de armada. Carpinteiros, torneiros e calafates efectuavam reparações nos navios, enquanto os viroteiros e pedreiros, entre outras actividades, se encarregavam de fabricar os projecteis necessários para as armas. A azáfama continuava com o transporte e arrecadação de produtos como o alcatrão, carvão, salitre e pólvora, sendo estes dois últimos de realçar pelo papel de relevo que as armas de fogo desempenham neste final da Idade Média.

Também o fabrico e limpeza de um considerável número de armas ocupavam ferreiros e diversos alfagemes contratados nos concelhos e, em alguns casos (o dos mestres bombardeiros, por exemplo⁴⁵), no estrangeiro.

A actividade destes oficiais era da maior importância, pois dela dependia, em grande medida, o bom apetrechamento dos exércitos

⁴² Idem. *Ibidem*.

⁴³ Idem. *o.c.*, p. 32.

⁴⁴ Em 1439 a câmara de Lisboa requeriu ao regente D. Pedro a devolução de umas casas sitas na Ferraria que haviam sido cedidas a D. João I aquando da armada de Ceuta (1415).

A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 88 v, publ. nos *Monumenta Henricina*, vol. VII, Coimbra, 1965, pp. 15-16. Publicada também em AZEVEDO, Pedro de — *o.c.*, vol. I, p. 115.

⁴⁵ Tal como o bombardeiro Tomás Alemão referenciado numa carta de quitação em 1456. A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 150, publ. nos *Descobrimientos Portugueses*, supl. ao vol. I, Lisboa, I.N.I.C., 1988, pp. 569-571.

expedicionários. Por isso, não admira que os monarcas os privilegiassem frequentemente⁴⁶.

4.4. — *As armas*

Conforme acabamos de ver, as taracenas régias funcionavam, em certa medida, como arsenal militar ou, se assim o preferirmos, como paiol.

Era nelas que se guardava grande parte das armas que os alcaides do mar, ao aproximar-se o momento da partida, distribuíam pelos navios⁴⁷.

As expedições quatrocentistas ao Norte de África e a própria guerra no mar (da qual, na realidade, este trabalho não se ocupa), representavam, em grande medida, o prolongamento da guerra terrestre.

Daí que o armamento usado (salvo aquele que era específico da marinha, como ganchos e ferros de abordagem...) não diferisse muito do que era usado nos combates convencionais em terra firme.

Na protecção do guerreiro usava-se a armadura (ou couraça), formada por várias peças cujo conjunto se designava por arnés, bem assim como a velha cota de malha; um sem número de armas brancas (lanças curtas — «azecumas» ou azagaias; dardos, espadas, cutelos, etc.); escudos e pavese (estes eram uma espécie de escudos mas de maiores dimensões, também usados para protecção aos remadores); a besta, de vários tipos: garrucha (= gatilho), de arco, arco e polé (cujos projecteis se chamavam virotões), e finalmente, arcos.

Havia alguns lugares do Reino com tradições no fabrico de armas. Álvaro Lopes de Chaves, no último quartel do século XV, refere a existência (desde há muito tempo) de «casas de armas (...) nos lugares principaes do Reino»: o Porto, Santarém, Évora, Coimbra, afectavam

⁴⁶ Ao citado mestre bombardeiro germânico, Gonçalo Pacheco, «tesoureiro mor das coisas de Ceuta em Lisboa» pagou por ordem régia «6 côvados e 3 oitavas de pano de linho, um gibão, uma camisa, 2 panos e uns sapatos». V. O documento referido na nota anterior.

⁴⁷ As referências ao armamento com que se apetrechavam as embarcações são inúmeras. O seu estudo, da maior importância, para além de merecer um trabalho autónomo, não cabe no âmbito deste. Neste capítulo, limitar-nos-emos a focar alguns aspectos mais relevantes.

Veja-se a bibliografia indicada por MARQUES, A. H. de Oliveira — *Guia do estudante de história medieval portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1979, pp. 82-85.

parte das suas rendas para pagar aos «armeiros de fazer gibanetes ou de fazer armas brancas», bem assim como a «um alimpador ou guarnecedor d'armas»⁴⁸.

Uma vez que na maior parte das expedições que temos vindo a referir o objectivo último era a conquista de uma praça murada, também podemos incluir neste capítulo a existência de escadas e outros engenhos para escalar muros e derrubá-los, sobretudo pelo arremesso de projecteis, de um modo não muito diferente do da Antiguidade recorrendo-se, por exemplo, à «artilharia tradicional, de catapulta e de outros engenhos de arremessar pedras, pelouros de metal e outros objectos»⁴⁹.

Apesar de os armazéns régios, como vimos, estarem providos de diversos tipos de armas, também os concelhos contribuíam para o armamento das frotas — a título de empréstimo.

Em 1420 D. Fernando de Meneses comandou uma armada de socorro a Ceuta. Parte do armamento dos seus soldados fora requisitado ao concelho de Lisboa que, entre muitas outras, contribuiu com «hũa peça com seus allões çarrada de tras e deante, rasa e tres pregos onde anda a reste» e «hũa cota raassa e raara e rota»⁵⁰. Conforme referimos, estas armas eram entregues pelos concelhos a título de empréstimo, na condição de serem devolvidas a seus donos no «torna viagem». Isto trazia alguns problemas a quem tinha a incumbência de as devolver pois, como é lógico, parte delas perdia-se durante os combates, ou por qualquer tipo de acidente ou imprevisto.

Em resultado disto, em 1441 os alcaides de Lisboa e Setúbal pedem ao infante D. Pedro que os dispense de «entregar» as chamadas «armas perdiças» que lhes eram requeridas pelos contadores do regente. Argumentavam que «nunca foy husso nem custume de darmos tal conta, des que hi ouve alcaides ata'gora.» Segundo eles, «os escudos e lanças e dardos caem pello mar, em tempo de pelleja», além de que «as outras armas os capitães das gallees as dam a quem he sua merçee, assy a escudeiros como a homens de pee, e elles as perdem»⁵¹.

⁴⁸ CHAVES, Álvaro Lopes de — *Livro de Apontamentos (1438-1489)*, ed. de Anastácia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983, pp. 272-273.

⁴⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira — *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, Presença, 1986, p. 343.

⁵⁰ Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa (= A.H.C.M.L.), *Místicos de Reis*, liv. 1, fl. 7, publ. nos *Monumenta Henricina*, vol. II, Coimbra, 1960, pp. 379-380.

⁵¹ A.N.T.T., *Chanc. de D. Duarte*, liv. 2, fl. 30, publ. nos *Monumenta Henricina*, vol. VII, Coimbra, 1965, p. 232.

Por estes motivos suplicavam a D. Pedro que revogasse esta ordenação, pois de contrário, «avendo nos de dar tall conta, que nunca foy, nos, senhor, seriamos perdidos do que avemos e nom poderemos pagar tall moltidõe d'armas, as quaes som perdidas»⁵².

Para melhor fundamentar uma decisão posterior, o regente requereu a Luís Gonçalves que se informasse acerca do costume praticado em casos semelhantes⁵³.

O século XV assiste entretanto à generalização do uso da artilharia e das restantes armas de fogo. Os primeiros canhões — trons e bombardas — a princípio mais assustadores que mortíferos, fizeram a sua aparição em Portugal nos finais do século XIV e «viriam a revolucionar toda a arte da guerra»⁵⁴, já que a sua vulgarização veio trazer muitas alterações na táctica militar, tanto nos aspectos ofensivos como defensivos.

Os velhos trons e bombardas de ferro forjado (que frequentemente se quebravam durante os combates) começam a ser substituídos por canhões mais aperfeiçoados, em ferro fundido, que, para além de equipar os exércitos de terra, começam a ser também usados nos navios.

Por fim, inicia-se igualmente o fabrico de armas portáteis, como espingardas e «colobretas», já equipadas com câmaras internas para aliviar a pressão... etc.⁵⁵.

Dado o elevado custo destas armas e das técnicas mais apuradas do seu fabrico (que, entre outros aspectos implicavam a existência de mestres artesãos que dificilmente se poderiam encontrar em Portugal), a política de armamento passou cada vez mais para as mãos do Estado. O recrutamento de artilheiros como mestre Hans, nomeado por D. João II, em 1489, «capitam dos nossos bombardeiros do mar», e obrigado a ter sob suas ordens 35 bombardeiros por ele escolhidos, «que saybham muy bem tirar com serpentinas e tiros outros pequenos»⁵⁶, bem como a compra de armas de fogo e de grandes quantidades de pólvora passou a ser da sua conta. Os representantes do rei faziam-no primordialmente no estrangeiro, sobretudo na Flandres e na Alemanha.

⁵² *Ibidem*.

⁵³ A.N.T.T., *Chanc. de D. Duarte*, liv. 2, fl. 30 v, publ. nos *Monumenta Henricina*, vol. VII, Coimbra, 1965, p. 233.

⁵⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira — *o.c.*, p. 339.

⁵⁵ Sobre estes e outros problemas relativos ao armamento v. MARQUES, A. H. de Oliveira — *o.c.*, pp. 338-341.

⁵⁶ A.N.T.T., *Extras*, fl. 187, publ. nos *Descobrimientos Portugueses*, vol. III, Lisboa, I.N.I.C., 1988, pp. 357-358.

Atestando a crescente importância que a artilharia e as armas de fogo começam a ter nos negócios do Reino, detectamos em Portugal a existência de um vedor da «artilharia de guerra», ofício que em 1471 era desempenhado por Gil de Brito, cavaleiro da casa real⁵⁷ que, entre outras obrigações, devia certificar-se que em cada um dos principais concelhos «ouvesse provisão de salitre em almazem...»⁵⁸

Em todas as expedições e em todos os combates a artilharia torna-se indispensável. A partir de agora, existem armas de fogo em todos os barcos.

A sua compra fazia-se sobretudo na Flandres e, por norma, estava a cargo do feitor do rei português em Bruges. João Esteves, que ocupou esse posto nos anos 60 do século XV, comprou para uma nau portuguesa «dez rodellas d'alcatram (...), novemta e cimquo espimgardas de ferro (...) e hũu barrill de polvora»⁵⁹.

No ano de 1471, durante o assalto a Arzila ela foi factor determinante na vitória dos portugueses. É que, conforme relata Rui de Pina, «toda a esperança da vitoria, tynha El Rei reservado pera depois que todas suas artelharias fossem assentadas»⁶⁰.

5 — Os oficiais

A organização de uma frota de cem ou duzentos navios transportando entre dez a vinte mil homens, num país com cerca de um milhão de habitantes e atravessando evidentes dificuldades económicas, colocava inúmeros problemas de cuja resolução podia depender o sucesso da empresa.

Como já foi lembrado, a recolha de fundos suficientes para financiar a expedição, a compra de mantimentos e armas, fretamento de navios e recrutamento de soldados, faziam-se, quer no reino, quer no estrangeiro. Estas operações, delicadas, implicavam, por isso, a existência de um certo número de oficiais (permanentes ou nomeados «ad-hoc») encarregados de as executar.

⁵⁷ A quem, no dia 4 de Julho desse ano é confirmado o ofício de alfaaqueque-mor do Reino, recebendo 5 dobras de ouro por cada cativo resgatado ou rendido. A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 129, publ. nos *Descobrimientos Portugueses*, vol. III, Lisboa, I.N.I.C., 1988, pp. 95-96.

⁵⁸ CHAVES, Álvaro Lopes de — *o.c.*, p. 273.

⁵⁹ Para abastecer a nau «Dispenseira» que o Duque da Borgonha «teve arrastada». A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 35, publ. nos *Descobrimientos Portugueses*, vol. III, Lisboa, I.N.I.C., 1988, pp. 92-94.

⁶⁰ PINA, Rui de — *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, Porto, Lello e Irmão, 1977, p. 821.

5.1. — *Os oficiais permanentes*

Em primeiro lugar, impõe-se uma breve referência ao *Almirante* e ao *Capitão mor do mar*.

Com um papel importante no decurso do século XIV, particularmente na organização de uma frota de qualidade de que Portugal necessitava, o Almirante (até 1450 descendente do genovês Manuel Pessanha) via as suas atribuições muito diminuídas no século XV.

Teoricamente, este oficial tinha «poderio na Frota, des que mover ataa que torne ao lugar donde moveo», arrecadar tudo o que se ganhasse nas expedições (para mais tarde se repartir por quem de direito), dar conta das armas que se usavam nela, etc.⁶¹.

Nesta altura «o almirante correspondia a um actual ministro da Marinha (...) tendo-se convertido num beneficiário de rendas e num detentor de um título cobiçado, mais do que num eficiente homem do mar»⁶².

Com funções mais aproximadas das de um «almirante» actual, e em face do esvaziamento das funções primitivas deste mesmo oficial, foi criado já na década de 60 do século XIV o ofício de Capitão-mor do mar. Este, embora subordinado ao Almirante, tinha jurisdição sobre todos os mareantes quando no Reino se organizavam armadas e frotas, e mesmo «estando elle assy na terra d'asseceguo, se for mester que algũas caravellas, barcas ou batees, ou geeralmente quaesquer navios, assy grandes como pequenos, hajam de hir a alguma parte por nosso serviço, elle os possa constringer pera ello»⁶³.

Com Álvaro Vasques de Almada, nomeado por D. João I em 1423, este ofício também se tornou hereditário e, tal como o de Almirante, passou a representar pouco mais do que um título rentável.

Por isso, a partir de 1450 criam-se, com o título de almirantes «adjuntos», cargos entregues a pessoas mais entendidas nos assuntos navais e que desempenhavam efectivas funções de comando.

Em 1451 é dado a Fernão Vasques Vieira o título de almirante com a jurisdição nos portos do Norte, do Minho ao Mondego, juntando-se a Pedro Rodrigues de Castro, nomeado no ano anterior com idêntica jurisdição nos restantes portos do Reino⁶⁴.

⁶¹ *Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V*, Livro I, tit. LIIII, Coimbra, Universidade, 1792, pp. 319-328.

⁶² MARQUES, A. H. de Oliveira — *o.c.*, p. 361.

⁶³ *Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V*, Livro I, tit. LV, Coimbra, Universidade, 1792, pp. 328-332.

⁶⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira — *o.c.*, pp. 361-362.

Depois destes vinham os *alcaldes*.

Em primeiro lugar, os *do mar*, espécie de comandantes dos portos dos principais centros costeiros, de nomeação do Almirante e com funções organizativas e judiciais.

Em seguida, os *alcaldes* (patrões ou capitães) *das galés* do rei — entre outras regalias, encontravam-se isentos da prestação do direito de aposentadoria, e para que lhes guardassem esse privilégio era necessário que «cada huum delles tenha aa sua porta senhas feguas de gallões»⁶⁵.

Existiam também os capitães dos outros navios (naus, caravelas, fustas, etc.) com funções de comando no navio, semelhantes às dos capitães das galés.

Finalmente, aqueles que podemos considerar «oficiais menores» (subalternos).

Os *patrões* — timoneiros com alguma responsabilidade sobre os restantes tripulantes — *arraís*, que desempenhavam funções semelhantes e *petintais*, encarregados de reparações a bordo.

Os *comitres* tinham a seu cargo os remadores forçados, incitando-os de espada e chicote em punho, sendo pródigos na distribuição de cutiladas e chicotadas. Deste modo, «os dictos comitres tẽ raça d' algozes, e mais se sam Genoveses». Mas, apesar dos excessos cometidos por estes oficiais, a verdade é que «o trabalho do remar he tam intoleravel que ninguem o faz bem senam per força»⁶⁶. Este tratamento, provou-o João Afonso natural de Évora, em 1454 quando cumpriu um degredo a bordo da fusta do infante D. Fernando. Por essa razão, «andara preso cinco messes com o remo na mão levando muito trabalho e muytos azoutes do capitam dando lhe muita maa vyda»⁶⁷.

Além de forçados, os *comitres* dirigiam, com menos dureza, os *remeiros* propriamente ditos e *galiotes* (aqueles que serviam obrigatoriamente nos remos em tempo de guerra).

Estes eram escolhidos das *vintenas* do mar (existentes nas zonas costeiras e recrutados de entre os vizinhos) sendo designados para essa função pelos *vintaneiros*.

⁶⁵ A.N.T.T., *Chanc. de D. João I*, liv. 2, fl. 122, publ. nos *Descobrimientos Portugueses*, vol. I, Lisboa, I.N.I.C., 1988, p. 212.

⁶⁶ OLIVEIRA, Fernão de — *o.c.*, p. 48.

⁶⁷ A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 41, publ. por AZEVEDO, Pedro de — *o.c.*, vol. II, pp. 203-204.

5.2. — *Os oficiais extraordinários*

Eram encarregados pelo rei de resolver alguns problemas pontuais mais delicados, relacionados com os preparativos das frotas. Actuavam quer no país, quer no estrangeiro.

A título de exemplo, apontemos alguns casos.

Em 1456, estando Ceuta em vias de ser novamente cercada pelo rei de Fêz, D. Afonso V ordenou que se organizasse uma armada de socorro (que não chegou a partir pois o cerco não se consumou) que tal como as outras, foi provida de artilharia.

Como a sua quantidade era considerável, o monarca encarregou de a receber Fernão Gonçalves, criado da falecida rainha D. Isabel, incumbência que este cumpriu a preceito conforme se pode ver pela carta de quitação que lhe foi passada no dia 10 de Junho de 1460⁶⁸.

Neste mesmo ano, Lopo de Veiros, contador na cidade de Lisboa, foi encarregado de «aviar, em a dicta cidade e sua comarca, os fectos da nosa armada de passagem» (para Marrocos com o capitão de Álcacer Ceguer, D. Duarte de Meneses). Para tal ordenava a «todolos (...) nossos tesoureiros, almoxarifes e recebedores da dicta cidade e de nossos reinos e senhorios, que façam todallas despesas que lhe mandar o dicto Lopo de Veiros, per seus alvaraas e mandados»⁶⁹.

Em 1471 o mesmo monarca, quando passou a Arzila, encarregou Vasco Leite, morador na cidade do Porto «de receber dinheyros de pedidos (...) e carnes e pescados»⁷⁰. Nessa mesma altura, instruiu também Álvaro Leite, seu cavaleiro e morador na mesma cidade, no sentido «de receber certos dinheiros pera compras de farinhas e fazimento de bizcoytos que lhe mandamos fazer e despender nos mantiimentos e cousas d'armada (...) e esto na armaçom que se fez na dicta cidade...»⁷¹

Mas, como dissemos, estes oficiais não actuavam apenas no Reino.

Em 1437, depois de determinar a ida a Tânger, D. Duarte, sabendo das carências do Reino em embarcações e soldados, «mandou cavalleyros de sua casa com poderes abastantes, que per seu mandado correram a Costa de Biscaya, Esturias, Frandes, Ingraterra e Alemanha, a buscar

⁶⁸ A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 14, fl. 43, publ. nos *Monumenta Henricina*, vol. XIII, Coimbra, 1972, pp. 283-289.

⁶⁹ A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 37, fl. 85, publ. nos *Monumenta Henricina*, vol. XIII, Coimbra, 1972, p. 290.

⁷⁰ A.N.T.T., *Além-Douro*, liv. 4, fl. 13.

⁷¹ A.N.T.T., *Além-Douro*, liv. 4, fl. 13 v.

navios e gentes, pera nesta passagem ho vyrem servir por seus fretes e soldos, que lhes muy bem pagaria»⁷².

Tratava-se de uma missão bastante delicada dela podendo depender, em certa medida, o êxito da expedição e, por isso, era certamente confiada àqueles que melhor «se moviam» nas praças estrangeiras. Neste caso particular sabemos que ela não foi de todo bem sucedida pois, por falta de cumprimento dos fretes e soldos acordados, dos 14 mil efectivos previstos para a armada apenas se reuniram 6 mil, e nem todos puderam ser embarcados pela «grande myngoia dos Navios que fallecerom nos fretes»⁷³.

Mais bem sucedidos foram aqueles que desempenharam idêntica missão quando se armou a frota para Arzila (1471).

Entre eles João Anes, vintaneiro, mestre e piloto, morador no Porto, recebeu poderes para fretar naus e outros navios na Galiza e na Biscaia, «pollos preços e clausullas (...) que elle nos contrautos e cartas dos dictos fretamentos em nosso nome posser e afirmar e se obrigar», garantindo-lhes, para além do seu pagamento, segurança real por todo o tempo da sua vinda, «como da estada e da tornada atee serem tornados a sua terra»⁷⁴.

6 — Os homens

Num país com o baixo índice demográfico e as dificuldades de abastecimento e transporte do Portugal do século XV, era extremamente difícil reunir um exército com as dimensões de alguns dos que se formaram para estas armadas.

«O recrutamento de soldados e marinheiros de guerra sempre constituiu tormentoso quebra-cabeças para os nossos monarcas medievos e modernos»⁷⁵ uma vez que todos tentavam, por todos os meios, eximir-se à prestação desse serviço.

⁷² PINA, Rui de — *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, Porto, Lello e Irmão, 1977, p. 523.

⁷³ Idem. *o.c.*, pp. 539-540.

⁷⁴ A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 15, publ. nos *Descobrimentos Portugueses*, vol. III, Lisboa, I.N.I.C., 1988, pp. 88-89, e por AZEVEDO, Pedro de — *o.c.*, vol. I, pp. 325-326.

⁷⁵ DUARTE, Luís Miguel; PIZARRO, José Augusto P. de Sotto Mayor — «Os forçados das galés. (Os barcos de João da Silva e Gonçalo Falcão na conquista de Arzila em 1471)», in *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*, vol. II, Porto, 1989, p. 317.

Além disso, em relação à população geral do Reino, a percentagem dos que usufruíam da isenção de servir como militares era bastante elevada. «Além das mulheres, dos velhos, das crianças, dos clérigos e dos infieis, ela tocava muitos lavradores, serviçais e outros dependentes que não convinha distrair das suas ocupações»⁷⁶.

Uma vez que os exércitos das armadas eram os mesmos que actuavam em terra, o seu recrutamento obedecia aos moldes normais: um contingente previamente fixado a ser preenchido pelos arrolamentos a cargo dos anadéis, coudéis e outros funcionários da Coroa e dos senhores. Tanto uns como outros podiam constringer, para a prestação do serviço militar, todos os homens dos 18 aos 60 anos.

Para completar esses contingentes, como vimos, recorria-se, também ao «auxílio» estrangeiro, nomeadamente através da contratação de mercenários.

Quanto aos efectivos da marinha propriamente dita, apesar de terem, sem dúvida, aumentado no século XV, continuaram a ser relativamente reduzidos, quer pelas condições estruturais que referimos, quer pela baixa tonelagem das embarcações.

⁷⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira — *o.c.*, p. 352.

São inúmeras as referências documentais ao privilégio da isenção da prestação do serviço militar a pessoas colectivas e particulares e também, no caso que nos ocupa, de isenção de servir nas armadas.

Exemplos:

1412 . Agosto . 22.

Isenção aos moradores de Buarcos de participarem em armadas. A.N.T.T., *Chanc. de D. João I*, liv. 3, fl. 144 v, publ. nos *Descobrimientos Portugueses*, vol. I, Lisboa, I.N.I.C., 1988, pp. 229-230.

Este diploma seria posteriormente confirmado por D. Duarte (1433 . Novembro . 7.), estando o seu registo inserto na confirmação afonsina de 29 de Junho de 1439. A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 19, fl. 79 v, publ. na obra e volume citados, na p. 279.

1426 . Maio . 7.

Isenção aos pescadores de Sesimbra de ter armas e cavalos e comparecer com eles em alardos. A.N.T.T., *Chanc. de D. João I*, liv. 4, fl. 99 v, publ. nos *Descobrimientos Portugueses*, supl. ao vol. I, Lisboa, I.N.I.C., 1988, p. 108.

1440 . Setembro . 22.

Isenção a Vasco Anes da Torre, porteiro dos besteiros em Matosinhos, de servir em armadas, e autorização para que constringa outro a ir em seu lugar. A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 145 v, publ. por AZEVEDO, Pedro de — *o.c.*, vol. I, p. 526.

1440 . Outubro . 7.

Isenção a Fernando Álvares, besteiro, de participar em armadas, a pedido do concelho de Redinha, A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 160 v, publ. por AZEVEDO, Pedro de — *o.c.*, vol. I, p. 176.

etc.

A servir nos navios, para além dos citados capitães, patrões, arrais, petintais, comitres, remeiros..., devemos referir ainda os marinheiros da «vantagem» (aqueles que serviam à proa) e «bordaleses» (servindo nos bordos), bem assim como os aprendizes e grumetes, cujo número variava conforme o calado do navio⁷⁷.

6.1. — *Os nobres*

Contribuindo para que o exército fosse «assi aparelhado e corregido que podesse (...) luzir e fazer honra»⁷⁸, participavam nele todos os estratos sociais do Reino.

Na primeira fila encontravam-se os cavaleiros nobres, de acordo com os respectivos ideais, familiarizados desde muito jovens com a preparação militar e o uso das armas, servindo a cavalo (peça-chave da manobra militar e tão importante quanto qualquer arma) e possuindo mesmo, por vezes, alguns navios, estavam profusamente representados. Não temiam perder a vida em combate e, em caso de sucesso, podiam esperar uma «choruda» recompensa.

A reunião de um exército de 20 ou 30 mil homens (enorme para a época) implicava, entre outros, alguns problemas de chefia: era neste grupo social que se recrutavam os comandos militares. Assim, aquando da organização das grandes empresas bélicas quase todas as (grandes) linhagens do Reino eram contempladas pelos «percebimentos» (convocatórias) ordenados pelo monarca, para além de outros que para elas se ofereciam⁷⁹.

⁷⁷ Alguns exemplos:

Navios à vela.

— Navio até 10 tonéis: 2 marinheiros e 1 grumete.

— Navio até 20 tonéis: 3 marinheiros e 1 grumete.

— Navio de 30 tonéis: 4 marinheiros e 2 grumetes.

— Navio de calado superior a 30 tonéis: por cada 4 tonéis 1 marinheiro, por cada 3 marinheiros 1 grumete.

Em cada navio existiria um mestre (nos três primeiros casos o mestre era um dos marinheiros) e um piloto.

Navios de remos.

— Galé «de três»: 1 patrão, 15 marinheiros, 5 proeiros e 1 piloto.

— Galeotas: 1 patrão, 10 marinheiros, 4/5 proeiros e 1 piloto

Para além, claro, de um número variável de remadores.

OLIVEIRA, Fernão de — *o.c.*, p. 70.

⁷⁸ CHAVES, Álvaro Lopes de — *o.c.*, p. 297.

⁷⁹ Uma lista significativa de nobres a participar nas armadas pode ver-se em PINA, Rui de — *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, Porto, Lello Irmão, 1977, pp. 522--523.

Citemos apenas um caso.

Preparava o infante D. Henrique a frota do Porto que se dirigia para Ceuta (1415) quando junto dele chegou Aires Gonçalves de Figueiredo, que com perto de 90 anos de idade «exigia» ser aceite na armada. Quando o Infante lho tentou obstar («a riir») lembrando-lhe a sua idade («homem de tantos annos de vera de filhar repouso») o vetusto cavaleiro retorquiu considerando «nom aver mais honrradas eixequias pera minha sepultura que, amte de meus dias, seer em aqueste feito»⁸⁰.

6.2. — *O clero*

A guerra não era interdita aqueles que usavam as vestes clericais. Os ministros do Senhor «podem (...) e devem ir aa guerra (...), não para pelear com ferro, porque suas armas sam lagrimas e orações, diz Santambrosio, mas pera ministrar os sacramentos e obras de misericordia aos feridos, confessandoos, curando delles e consolandoos, e enterrando os mortos, e rogando a Deos por suas almas»⁸¹.

Mas a sua participação não se resumia ao desempenho destas missões espirituais.

Em 1471, na tomada de Arzila, o futuro bispo de Tânger, D. Nuno de Aguiar, bem assim como D. João Galvão, prelado de S.^{ta} Cruz de Coimbra, distinguiram-se como intrépidos combatentes. Nestes casos, uma vez que se trata de membros do alto clero, tal facto nem é de admirar, pois esses dignitários, regra geral, eram provenientes da classe aristocrática, compartilhando a sua mentalidade, atitudes e formas de vida.

Para além dos bispos, outras dignidades eclesiásticas estavam presentes: mestres, comendadores e cavaleiros das diversas ordens

Para que tudo corresse bem era necessário que todos aqueles que fossem para a guerra partissem como uma força unida. Para tal era imprescindível que todos os fidalgos estivessem em paz.

Quando, em 1471, D. Afonso V decidiu a expedição para a conquista de Arzila soube que «antre alguuns grandes e pessoas principaaes de seus Reinos, que pera sua passagem eram percebidos, avia odios e disensões e outros jaziam em pubrycas escmunhoões. El Rey com a soo pena que pôs de os nom levar com sigo se nom se concordassem e asolvessem, elles por nom fycarem se concordaram e satisfizeram e se reconcilliaram». Idem. — *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, Porto, Lello e Irmão, 1977, p. 819.

⁸⁰ ZURARA, Gomes Eanes de — *o.c.*, (cap. XXXIV), vol. II, pp. 25-26.

⁸¹ OLIVEIRA, Fernão de — *o.c.*, p. 9.

militares eram assíduos nestes empreendimentos. D. Vasco de Ataíde, Prior do Hospital possuía mesmo navios⁸².

Aos representantes das ordens dos Frades Menores ficava geralmente a incumbência de fazer o sermão que antecedia a partida, destinado a dar ânimo ao mais fraco e confiança nas suas acções ao mais destemido⁸³.

6.3. — *O povo*

Era o «braço popular» quem mais contribuía para o preenchimento das fileiras.

Era deste grupo social que se formavam os vários contingentes de besteiros (conto, garrucha, cavalo), homens de pé e das vintenas (de terra ou do mar). Também participavam na guerra fazendo parte das forças concelhias (montadas ou apeadas) ou integrando as *lanças* recrutadas nas terras senhoriais que obrigatoriamente deviam ser fornecidas à Coroa em tempo de guerra.

Conforme vimos atrás, este serviço militar era remunerado — apesar dos pagamentos, em regra, se efectuarem com atrasos. Quando a campanha durava menos de 6 semanas o soldo era pago pelos concelhos. Quando ultrapassava este lapso de tempo (como geralmente acontecia com as armadas), o pagamento corria então por conta do rei⁸⁴.

Apesar da contribuição de todos os estratos sociais, os exércitos expedicionários necessitavam sempre de mais efectivos. Para suprir essas carências, recorria-se a dois expedientes: por um lado, o já citado recrutamento de mercenários; por outro lado, a mobilização de malfeitores, amadores ou homiziados que, ao participar nestas armadas, procuravam o caminho da redenção ou... da morte. A participação dos criminosos nas armadas era, aliás, estimulada pela Coroa: em 1436 D. Duarte publica um alvará de segurança abrangendo todos os homiziados que quisessem participar na armada e cujos crimes tivessem sido cometidos depois do

⁸² V. a doação de D. Afonso V a este prelado de uma naveta que Afonso Fernandes, marinheiro de Lisboa, trocara em Inglaterra por uma caravela sem a respectiva autorização régia. A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 11 v, publ. nos *Monumenta Henricina*, vol. XII, Coimbra, 1971, pp. 68-69 e *Descobrimientos Portugueses*, vol. I, Lisboa, I.N.I.C., 1988, pp. 521-522.

⁸³ O franciscano Mestre Frei João de Xira em 1415, pregou em Lagos antes da partida da armada para Ceuta, e «aimda que lhe muy breve espaço fosse dado, elle, assy como homem muito abastado de ciemcia, fallou muitas cousas de grande autoridade».

ZURARA, Gomes Eanes de — *o.c.*, (cap. LI), vol. II, p. 96.

⁸⁴ Sobre este assunto v. MARQUES, A. H. de Oliveira — *o.c.*, pp. 344-345.

primeiro de Janeiro desse ano. Quanto àqueles cujos crimes tivessem sido cometidos antes dessa data viam as seguranças restringidas «porque nossa tençom nunca foy nem he dar esperança e aazo de mal fazer mais antes refrear e punir quanto mais com Justiça possamos»⁸⁵.

7 — Resistência à mobilização

Se os malfeitores «tudo» tinham a ganhar com a sua participação nas armadas, já o mesmo não se pode dizer do restante povo que os acompanhava.

Ter de abandonar uma vida (quantas vezes) a custo estabelecida, família, alguns amigos e um qualquer trabalho ou negócio e trocá-los pela participação numa empresa tão longínqua quanto incerta e da qual o regresso não estava de todo garantido, era algo que a maioria desejava evitar.

Nesta participação restava-lhes, porém, uma certeza: a das deploráveis condições que teriam de suportar por alguns meses.

Desde logo, a perspectiva de ter de entrar num barco e enfrentar uma viagem de alguns dias no mar alto bastava para aterrorizar um grande número de pessoas do interior do país que, nalguns casos, nunca haviam sequer visto o oceano.

Depois as condições de alojamento e higiene nos barcos, já de si más para um número reduzido de pessoas, agravavam-se com o transporte de um grande número de soldados e marinheiros⁸⁶.

Por fim, a extrema dureza do serviço prestado nos barcos, particularmente sentida por todos aqueles que eram destacados da vintena para o banco dos remadores, servia para abater o ânimo a muitos homens.

Por estes e outros motivos não é de admirar o grande número de deserções que se verificava entre aqueles que eram mobilizados para servir nos navios.

Relacionado com esta fuga ao serviço nos barcos, encontra-se um grave problema que as autoridades portuguesas desta época tinham de enfrentar. Quando os monarcas mandavam armar galés, em muitos casos

⁸⁵ *Ordenaçoens do Senhor Rey D. Affonso V*, Livro V, tit. CXV, («Da declaraçom, que El Rey Duarte fez sobre as seguranças geracees dadas a algũs pera hir a Cepta, ou a algum outro lugar»), Coimbra, 1792, pp. 380-382.

⁸⁶ As tripulações dos navios das armadas iam de 60 a 120 homens. Cifra colhida em MARQUES, A. H. de Oliveira — *o.c.*, p. 364.

davam poder a alguns oficiais dos concelhos para que procedessem ao recrutamento dos homens necessários «entreguandoos per conto». Só que, frequentemente, esses oficiais aproveitavam-se da situação e, recebendo «peitas» daqueles que tudo faziam para não ser embarcados, substituíam esses mesmos, que haviam sido arrolados previamente, por outros⁸⁷.

Relativamente ao recrutamento, as populações tinham de enfrentar, frequentes vezes, um grave problema: o dos arrolamentos ilegais efectuados pelos fidalgos, conforme podemos observar na queixa que os procuradores do Porto às cortes de Torres Vedras (1441), dirigem ao rei. Nela requerem (e são atendidos) ao regente D. Pedro que ordene «aos fidalgos que terras teem em nosos termos que nom apurem em elles salvo como senpre foy de costume ataa'qui que se costumava fazer pellos coudees»⁸⁸.

De qualquer modo, os abusos não terminaram. Ainda no início do século XVI, Garcia de Melo, alcaide-mor da vila algarvia de Castro Marim, procedia do mesmo modo na convocatória dos besteiros do Reino, dos quais era anadel-mor⁸⁹.

8 — O embarque

Constrangidos ou não, todos aqueles que integravam os diversos contingentes concelhios ou feudais eram conduzidos, quando chegava a altura apazada, aos locais de embarque anteriormente determinados. Desde a sua partida das terras de origem até ao ponto de embarque, as hostes efectuavam marchas que podiam durar alguns dias. Em todas as épocas as movimentações de exércitos causaram os mais variados problemas, sobretudo se tinham de estacionar em alguma povoação ou

⁸⁷ Pode ver-se um exemplo disto em A.N.T.T., *Chanc. de D. Fernando*, liv. 1, fl. 116 v, publ. nos *Descobrimientos Portugueses*, supl. vol. I, Lisboa, I.N.I.C., 1988, pp. 300-301.

⁸⁸ A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 2, fl. 104 v, publ. por AZEVEDO, Pedro de — *o.c.*, vol. I, pp. 532-533.

⁸⁹ «Garcia de Melo convocava frequentemente os besteiros do Reino para alardos gerais no Algarve, e só permitia que regressassem a casa depois de lhe pagarem peitas. Sabemos mesmo quanto custava a desobriga: um cruzado a cada besteiro (...). Depois de despedir os convocados, preenchia as respectivas vagas com homens seus e «outros de fora» a quem pagava (se pagava) o que muito bem entendia, embolsando por inteiro os salários dos besteiros».

DUARTE, Luís Miguel — *Garcia de Melo em Castro Marim. (A actuação de um alcaide-mor no início do século XVI)*, sep. da «Revista da Faculdade de Letras-História», II Série, vol. V, Porto, 1988, p. 140. Aproveitamos para agradecer ao Dr. Luís Miguel Duarte todas as sugestões que nos forneceu para a elaboração deste trabalho.

suas proximidades. Para além da dificuldade em abastecer um número relativamente elevado de indivíduos sujeitos a esforços consideráveis, as populações dos lugares por onde eles passavam sofriam com os distúrbios e roubos efectuados por gente momentaneamente fora da lei.

Pelo menos desde o século XIV que os povos se queixavam dos abusos cometidos pelos nobres e suas companhias quando, em caso de guerra, pousavam em casas, estalagens, mosteiros, exigindo-lhes dinheiro, roupa, palha, bestas, e outros produtos que achavam necessários ao seu abastecimento⁹⁰. No século seguinte, os reis, através de diversos meios, tentaram obviar a este problema. Em 1436, D. Duarte determina que quaisquer pessoas que em Lisboa embarquem em armadas para Ceuta ou para qualquer outro lugar «vão pousar ao estaa novo que se ora faz no Rossio acerca de Sam Domingos tanto que acabado for»⁹¹.

Em 1472, o Porto insistia, queixando-se a D. Afonso V de todas as complicações que se levantavam quando os fidalgos e a sua gente aí vinham embarcar. Durante a sua estadia aconteciam «desvayrados arroydos e outros muytos males amtre muytos dos seus que de antiiguo trazem homizios e outros que de reixa nova se levamtam», que frequentemente estalavam nas tabernas e mancebias⁹². Para que isto não acontecesse, pediam ao monarca que sancionasse a «hordenação e modo» que o Marquês de Valença pusera em prática aquando do embarque, nesta cidade, de parte da frota para a conquista de Alcacer Ceguer (1456). Quando um fidalgo chegava à cidade davam-lhe «uma pousada» para si e outra para três ou quatro servidores com uma loja onde podia «poer algũa bitalha e cousas que lhe cumpriam pera sua hyda». O restante da sua gente permanecia nas respectivas terras; na véspera da partida das «naas e navios», era chamada para se proceder ao embarque. E «tamto que acheguava cada huum fidalguo mandava logo alojar sua jemte demtro no navyo que lhe era repartido por avitarem os ditos males e damnos e nom andarem vagueiando nem rafiando pella cidade»⁹³.

⁹⁰ «... e que outros vam pousar com alguuns seus amigoos que teem e suas companhias vam pousar pelas ruas com os seus vezinhos contra suas vontades e tomalhis as palhas e as cavaleriças em que teem suas bestas e suas roupas no que elles dizem que recebem por elo grande agravamento».

Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi aservantur antiquissimorum — Diplomata, Chartae et Inquisitiones, vol. VI, fasc. IV, Porto, Câmara Municipal, 1974, pp. 61-62 (obra que passaremos a citar abreviadamente).

⁹¹ A.H.C.M.L., *Livro 2 de D. Duarte e D. Afonso V*, n.º 10, publ. nos *Descobrimientos Portugueses*, supl ao vol. I, Lisboa, I.N.I.C., 1988, p. 499.

⁹² A.N.T.T., *Além-Douro*, liv. 4, fl. 24.

⁹³ *Ibidem*.

Apesar de todas as vicissitudes do embarque, uma certa emoção apossava-se daqueles que, das janelas de suas casas e dos beirais das portas, assistiam à passagem das tropas a caminho dos barcos, saudando-as e incitando-as.

Em regra geral as tropas partiam dos dois portos mais importantes do Reino: Lisboa e Porto.

Na foz do Douro costumavam embarcar os exércitos provenientes das comarcas de Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Beira. Os da Estremadura e Alentejo em Lisboa: apenas uma vez (na armada de Alcacer Ceguer, em 1456), a partida da frota do Sul não se efectuou de Lisboa, onde grassava a peste, mas de Setúbal⁹⁴. As tropas algarvias, quando arroladas, embarcavam em Tavira ou em Lagos.

Estes são os pontos de embarque que a documentação mais vezes refere; no entanto, à semelhança do que aconteceu em 1456 na tomada de Alcacer Ceguer, em que se fala das frotas de Lisboa, do Porto e *do Mondego*⁹⁵, é provável que de outros portos do país partissem barcos para integrar estas armadas, que geralmente se concentravam nalgum porto do Algarve (por exemplo Lagos) de onde partiam rumo ao objectivo.

9 — Os barcos

No transporte de exércitos ao tempo tão consideráveis entravam variados tipos de barcos que a custo se conseguiam reunir. Também na preparação das armadas constatamos a participação senão de todo, pelo menos de grande parte do Reino. Para provê-las dos navios necessários ao transporte de tropas, para além do recurso ao estrangeiro, os monarcas recorriam aos armadores particulares, à semelhança do que acontecia com os contingentes concelhios ou feudais. A marinha mercante era indispensável à existência da marinha de guerra. Esta encontrava nela, para além das tripulações, barcos capazes de transportar um número significativo de soldados.

Consoante o tempo previsto para a partida da armada fosse mais ou menos longo, o rei autorizava ou não os mercadores a quem mandara ter os navios prestes para o seu serviço a utilizá-los para negócios mais rápidos. Em 1358, D. Pedro I autoriza os mercadores do Porto que tinham

⁹⁴ PINA, Rui de — *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, Porto, Lello e Irmão, 1977, p. 775.

⁹⁵ Idem. *Ibidem*.

navios «prestes» para o seu serviço, «e que duvidavam d'hi partir sem meu mandado (...), a hir fazer suas viageens»⁹⁶.

Por seu lado, «a distinção entre navio de guerra e navio de comércio, dependia (...) mais da função ocasional do que da estrutura da nave»⁹⁷.

O navio medieval de guerra era, por excelência, *a galé*. Navio a remos, de rápido poder de manobra, bastante bem armado e equipado, podia usar um mastro móvel onde arvorava (de preferência) vela latina⁹⁸.

A este barco esguio (o comprimento oscilou entre 20 e 50 metros) conhecido em Portugal desde o século XIV, juntavam-se outros navios mais pequenos, também movidos a remos e também com a possibilidade de arvorar velas — *galeotas, fustas*, etc.

Já desde o século XIV as frotas, para além destes navios de guerra, integravam os chamados navios «redondos», usados sobretudo como navios de transporte. Destes barcos à vela, as armadas de Quatrocentos usavam principalmente as *naus* (cuja generalização em Portugal proveio dos contactos com as armadas castelhanas e aragonesas⁹⁹, as *caravelas* e os *barinéis*. Além dos navios que transportavam soldados, há também referências aos «navios do biscoito» e de transporte de animais (cavalos, por exemplo) e nos quais a tripulação era mínima.

10 — A partida

Depois de cumpridas todas as etapas referidas, pouco faltava para a largada dos navios dos diversos pontos do País. Imediatamente antes do embarque tomavam-se as últimas providências. Se o rei acompanhava a frota, deixava um certo número de disposições para o governo do Reino

⁹⁶ «... porque avendo esses mercadores de seguir suas viageens com essas naves partiriam dessa cidade gram parte de companhia que hi he conpridoira para deffendimento quando comprisse, e que os ditos mercadores duvidarom d'hi partir sem meu mandado (...) lhes dissestes [concelho e homens bons do Porto] da minha parte que estevessem prestes para meu serviço no dito logo e entendi todo o que me sobr'elo dizer emviastes. E vos leixai hir fazer suas viageens e nom pohnades sobr'elo embargo a esses que assy som obrigados a essas naves». *Corpus Codicum...*, vol. VI, fasc. IV, p. 65.

⁹⁷ SILVA, Maria Fernanda Espinosa Gomes da — «Marinha de Guerra», in *Dicionário de História de Portugal*, dir de Joel Serrão, vol IV, Porto, Figueirinhas, 1984, p. 190.

⁹⁸ V. o trabalho de Luís Miguel Duarte e José Augusto P. de Sotto Mayor Pizarro citado na nota 75 e a bibliografia aí aduzida.

Vejam-se também as belas páginas escritas sobre este assunto por OLIVEIRA, Fernão de — *o.c.*, pp. 65-68.

⁹⁹ SILVA, Maria Fernanda Espinosa Gomes da — *o.c.*, p. 191.

durante a sua ausência. É sabido que quando embarcou para Ceuta, em 1415, D. João I deixou «encarrego d'alguns rigimentos dos nosos reinos ao bispo Dom Gill Alma (...) e ao doutor Belleauga», de carácter económico, administrativo e judicial¹⁰⁰.

Muitos fidalgos tomavam providências semelhantes; alguns faziam testamento. É célebre o que o infante D. Fernando deixou quando partiu para a expedição de 1437, da qual não regressaria¹⁰¹.

Rui de Melo, quando partiu na armada de Arzila (1471) obteve do rei a garantia de que, falecendo na empresa, o «seu» castelo de Olivença passaria para a posse de «huum dos seus jenros¹⁰²».

A concentração de um tão elevado número de embarcações nos diversos portos proporcionava um quadro sugestivo: alguns barcos estariam porventura acostados junto às margens, nos poucos locais onde tal se podia fazer. A maioria encontrava-se certamente próximo de terra mas um pouco mais afastada das margens, e ligada entre si por intermédio de pranchas.

Quando chegavam ao porto onde a frota se encontrava, os soldados eram embarcados em batéis que os conduziam ao navio que os iria transportar até ao objectivo.

Na véspera da partida, ao anoitecer, um capelão percorria os diversos navios apinhados de combatentes, dando-lhes um último alento, enquanto as tripulações dos barcos efectuavam uma derradeira vistoria ao equipamento, verificando todos os aparelhos, e alguns mesteirais, carpinteiros e calafates, se afadigavam, fazendo reparações de última hora.

Na manhã do dia da partida os capitães da armada e fidalgos que nela iam, bem como outros que permaneciam no Reino, participavam no último acto que decorria em terra: a solene cerimónia religiosa que despedia a frota. Para a descrever, passemos a palavra a Rui de Pina.

«Aos dezasete dias d'Agosto do anno de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quatrocentos trinta e sete, foy El Rey e os Ifantes e toda a outra nobre gente da Corte, ouvyr Missa muy solepne, aa See = e como foy acabada, o Bispo d'Evora, Dom Álvaro d'Abreu, assy revestido em Pontifical como a disse = e El Rey e os Ifantes sayrom da See, em muy devota procissam = e o Bispo levava a Bulla de Cruzadas nas mãos, e

¹⁰⁰ A.N.T.T., *Chanc. de D. João I*, liv. 5, fl. 107, publ. por AZEVEDO, Pedro de — *o.c.*, vol. 1, pp. 456-457.

¹⁰¹ A.N.T.T., *Gaveta.16*, maço 2, n.º 13, publ. (entre outros) nos *Monumenta Henricina*, vol. VI, Coimbra, 1964, pp. 108-132.

¹⁰² A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 7, fl. 39 v, publ. nos *Monumenta Henricina*, vol. XV, Coimbra, 1974, p. 19.

diante d'elle, hum Cavalleiro armado, com a bandeira de Christus, e foy assy todo levado atee a Nao Capitoa que estava devante a Cidade, honde ficou entregue ao Ifante D. Anrrique. E, depois de muytas orações se dizerem e se fazer absoluçom plenaria, se volveo a procissam¹⁰³».

Nas diversas embarcações recolhiam-se os fidalgos, que nesse dia trajavam as suas melhores vestes, e eram acompanhados por suas librés e pendões, que também engalanavam os navios.

De todos eles, no entanto, o mais enfeitado era, sem sombra de dúvida, o «navio almirante» da expedição, a referida «nau capitoa». Para além da bandeira do comandante (no caso citado o Infante Navegador), era nela que ia a bandeira do rei de Portugal, e a «Bandeira de Christus em nome da Cruzada». A acompanhar o exército iam ainda a imagem de St.^a Maria e a imagem do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, bem assim como «o Vulto d'El Rey Dom Joham», para além de outras relíquias, como «ho lenho de Vera Cruz».

Tudo estava a postos para a partida.

Quando chegasse a maré propícia, o navio almirante desfraldava as velas e ao som de trombetas (necessárias também «pera nos navios mostrar aparato de guerra, com terror dos contrayros, e alegria dos nossos¹⁰⁴»), punha-se em marcha, no que era logo imitado por todos os outros.

O espectáculo proporcionado pelos navios navegando com as velas desfraldadas e o colorido movimentado de todas as bandeiras e enfeites ao vento, a música das trombetas e o rufar dos tambores, entremeados com o silvo característico dos apitos dos pilotos dirigindo as difíceis manobras, permanecia decerto durante muito tempo na memória de todos aqueles que a ele assistiam.

Conforme as velas dos barcos desapareciam no horizonte, crescia a sensação de insegurança para todos aqueles que permaneciam. Com a partida de cerca de 30 mil homens (como foi o caso da armada de Arzila), entre os quais se contavam os melhores combatentes, o Reino ficava extremamente desprotegido.

As populações ficavam sujeitas a grande tensão, tendo consciência da sua vulnerabilidade. O único local onde encontravam conforto de espírito era a Igreja. Rezavam-se missas de protecção para os que iam, mas também para os que ficavam. Enchiam-se igrejas e capelas de luminárias em intenção dos familiares mobilizados... Temiam-se os inimigos.

¹⁰³ PINA, Rui de — *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, Porto, Lello e Irmão, 1977, p. 537.

¹⁰⁴ OLIVEIRA, Fernão de — *o.c.*, p. 73.

Seguindo as instruções do rei, aumentava-se a vigilância rondando-se os muros das localidades de forma mais cuidada que de costume; e numa sessão da câmara do Porto, entre outros assuntos tratados, o medo perpassa na ordenação que se tomou segundo a qual se deviam «çarrar portas e postygos ataa vinda da gente que ora vay¹⁰⁵».

11 — Conclusão

Desde que o rei toma a decisão de organizar uma armada, dos debates e conselhos sobre o objectivo a atacar, até à partida dos barcos, há um grande número de problemas, por vezes muito delicados, que é necessário resolver.

O fretamento de navios, o recrutamento de soldados e o seu abastecimento encontram-se entre os principais.

A resolução de todos eles contribui para devolver a confiança ao soldado para quem começava uma outra aventura, quando de noite, da amurada do seu barco via uma cidade como Ceuta na qual os mouros «tamto que viram a frota acerqua de seus muros, emcheram todas suas janellas e freestas de camdeas, por mostrarem que eram muitos mais do que os christaaos presomiam (...). E assy polla gramdeza da cidade como por seer de todallas partes tam allumeada, era muy fremosa de veer¹⁰⁶».

¹⁰⁵ Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, *Vereações*, liv. 4, fl. 86 v.

¹⁰⁶ ZURARA, Gomes Eanes de — *o.c.* (cap. LXV), vol. II, p. 147.

RECEPÇÃO DO CONCÍLIO DE TRENTO EM PORTUGAL: AS NORMAS ENVIADAS PELO CARDEAL D. HENRIQUE AOS BISPOS DO REINO, EM 1553

Por Amélia Maria Polónia da Silva

É do conhecimento geral que Portugal foi um dos primeiros países a adoptar e a integrar no corpo legislativo nacional os decretos conciliares, confirmados em 26 de Janeiro de 1564 pelo papa Pio V, na bula *Benedictus Deus*.

As circunstâncias desta adopção estão, de resto, já estudadas¹. Foi, com efeito, no decurso da regência do Cardeal Infante D. Henrique na menoridade de D. Sebastião que os decretos chegaram a Portugal, tendo sido a bula de confirmação do concílio solenemente lida e publicada pelo Cardeal Infante na sé de Lisboa, da qual era, então, prelado.

Parece, aliás, justo ver-se D. Henrique como um dos principais mentores do processo de reconhecimento e publicitação das decisões tridentinas em Portugal.

Com efeito, decorre da sua iniciativa a publicação dos decretos, primeiro em latim², e depois em vernáculo³. Trata-se de duas edições do

¹ Vide, entre outros, CAETANO, Marcelo — *Recepção e execução dos decretos do Concílio de Trento em Portugal*. «Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa», Lisboa, 1965, pp. 7-87.

² *Canones et decreta sacrosancti, oecumenici et generalis Concilii tridentini*. Lisboa, Francisco Correia, 1564.

³ *Decretos e determinações do Concílio Tridentino que devem ser notificados ao povo...*, Lisboa Francisco Correia, 1564.

ano de 1564, que acompanham a impressão, do mesmo ano, do *Index Librorum Prohibitorum*, dimanado do mesmo concílio⁴, e o seu aparecimento em vernáculo «... pera proveito daquelles que carecem da lingua latina»⁵.

As iniciativas editoriais referidas devem-se, portanto, em grande medida, à actuação do Cardeal Infante, e decorrem do seu estatuto, respectivamente, de regente do reino, legado *a latere*, e inquisidor-mor. Elas revelam, de resto, os investimentos feitos pelas estruturas do poder constituído na divulgação e promoção das estipulações tridentinas.

Esta orientação não data, porém, sómente de 1564. Já onze anos antes, e após a conclusão da segunda sessão conciliar, foram enviados aos prelados do reino uns capítulos, ou apontamentos, que veiculam o espírito e as orientações da assembleia ecuménica em matérias de natureza pastoral. O título dado ao documento — *Capítulos que per ordenança do Cardeal D. Henrique foram dados aos prelados por mandado de D. João III*⁶, revela dois responsáveis centrais pela sua elaboração: o próprio D. João III, e o prelado seu irmão.

É certo que o segundo, apesar de ser arcebispo de Évora, havia sido dispensado de assistir às reuniões conciliares, a pedido daquele monarca⁷. Não sendo, portanto, interveniente directo das árduas discussões que aí aconteceram, delas deveria ter notícias, senão directamente, o que com verosimilhança acontecia, pelo menos através das informações autorizadas que chegavam à corte, com a qual estava em estreito contacto.

A prova é que os ditos capítulos documentam, inequívocamente, o conhecimento e a anuência dos seus autores ao projecto tridentino, desde os seus primeiros momentos. De facto, as normas que a eles presidiam prendem-se com os cânones tridentinos, e nelas o episcopado é encarado como um sacerdócio activo, com exigências concretas, quer no que toca à organização da casa dos prelados, quer no que respeita à administração temporal e espiritual da diocese.

⁴ *Index Librorum Prohibitorum...*, Lisboa, Francisco Correia, 1564.

⁵ *Rol dos Livros que neste Reyno se Prohibem...*, Lisboa, Francisco Correia, 1564. Prólogo.

⁶ B. P. E., Cód. CIII/2-26, fol. 216 e seg.

⁷ Os pedidos de dispensa foram formulados por D. João III, em 1537, numa carta datada de Évora, a 25 de Maio, à qual dá o pontífice resposta negativa, no breve *Recepimus litteras*, de 30 de Agosto do mesmo ano (Cf. *Corpo Diplomático Português...*, Publ. Luiz Augusto Rebelo da Silva, t. III, Lisboa, Acad. Real das Sciencias, 1866, p. 399), e numa carta a Baltazar de Faria, de 22 de Junho de 1945 (Cf. *o.c.*, t. V, pp. 443 e seg), pedido desta feita satisfeito por Paulo III.

Vejamos, detidamente, o conteúdo do documento. No que respeita ao primeiro aspecto — a organização da casa do prelado, pretende-se que aquela se conforme com a condição sacerdotal, e reflecta a exigência de humildade que lhe estava adscrita. O que, no fundo, está em causa, é a construção da casa de um verdadeiro prelado-pastor que, em Portugal, e no contexto coevo, parece ter atingido o seu mais alto expoente com D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga, e que parece mesmo ter tocado membros da aristocracia reinante, como é o caso do Cardeal D. Henrique que, em Évora, parece concretizar algumas das estipulações enunciadas nestes apontamentos:

«A vos lembro e encomendo muito que cumpraes em vossa obrigação e lenho exemplo que se de vos espera na ordem de vosa caza no numero de criados no gasto de vosas rendas e em tudo ho mais que soia a obrigação do officio do prelado»⁸.

Mas não só o perfil pessoal do prelado está exarado no documento. Nele se contemplam, em particular, as obrigações sacerdotais, entre as quais se conta, primeiramente, a exigência de cumprir e fazer cumprir o dever de residência⁹.

A visita pessoal e/ou delegada da diocese, pelo menos de três em três anos, e a urgência de revisão das constituições diocesanas, no sentido de procurar moderar as penas de excomunhão nelas previstas, constituem dois outros aspectos a reter como centrais no documento em análise¹⁰.

De igual modo, procuram os apontamentos sugerir a necessária reorganização das formas de percepção e distribuição dos rendimentos diocesanos através da moderação, quer das taxas de chancelaria¹¹, quer do número de peditórios gerais e particulares com que se afectavam os fregueses¹².

Já no domínio estritamente doutrinal se revela um manifesto cuidado com a doutrinação dos jovens e com o baptismo dos escravos,

⁸ B.P.E., *Capítulos que per ordenança do Cardeal D. Henrique foram dados aos prelados...*, Cód. CIII/2-26, fol. 216.

⁹ «...Resídaes em Vossa prelasia... fazendo residir meus capellaes em seus benefícios ... E que aquelles que ouverem Curados guardem E cumpram ho pelo Sagrado Concilio lhe he mandado». Cf. *o.c.*, fol. 216.

¹⁰ Cf. *o.c.*, fol. 218-219.

¹¹ Cf. *o.c.*, fol. 219.

¹² «Nam consentireis petitorios geraes e vereis os particulares de cada freguesia e deixareis somente delles os que parecerem de serviço de deus e se nam podem tirar sem escandalo do povo» Cf. *o.c.*, fol. 218.

aspectos que revelam por um lado, uma clara orientação tridentina e, por outro lado, a preocupação com uma realidade típicamente peninsular e, concretamente, portuguesa: a significativa presença do elemento escravo na textura social quinhentista¹³.

E, no que se refere ao exercício concreto da actividade diocesana, particular atenção é prestada à escolha de colaboradores pastorais, sejam eles pregadores, visitantes, provisores, vigários e oficiais de justiça, sejam os que se recrutam para a cura de almas, ou os que se provêm em benefícios eclesiásticos. No que se refere à selecção destes últimos, estipula-se:

«... tereis muito grande tento no dar das ordens menores e as nam dareis senão ao menos pessoas que puderdes e attidade de quinze annos somente e a quem saiba bem o salterio e outra qualquer cousa bem e a quem saiba a doutrina cristaa e pareça que as tem pera servir na igreja e se criar nella»¹⁴.

Não poderemos deixar de identificar, neste articulado, a resposta possível a dois problemas candentes do tempo: por um lado, o número excessivo de clérigos mal remunerados, frequentemente dependentes apenas do estipêndio da missa e, por outro lado, a sua parca formação literária e litúrgica, insuficiente, quantas vezes, ao desempenho de obrigações que pelo cargo que desempenhavam, lhes estavam adscritas.

Prescreve-se, ainda, um maior cuidado com a selecção de candidatos às ordens sacras, devendo o seu ingresso depender, não só de uma suficiente formação intelectual e doutrinária, mas também de uma comprovada honestidade e idoneidade. Assim, em relação ao primeiro aspecto exige-se, como condição de acesso, o domínio do latim, a compreensão das palavras litúrgicas, e o conhecimento do canto chão¹⁵, enquanto que, no tocante ao segundo, se exige um rigoroso exame da vida e costumes dos candidatos¹⁶.

¹³ Cf. *o.c.*, fol. 220.

¹⁴ Cf. *o.c.*, fol. 217.

¹⁵ Cf. *o.c.*, fol. 217.

¹⁶ «... E procurarreis de vos enformar da onestidade dos que se quiserem ordenar na vida e costumes lhes mandareis que tragam destas cousas extromentos autenticos e dignos de fee dos lugares onde viveram e tereis muita lembrança de encomendar a vossos Vesitadores que tomem sempre emformaçois destes que se amde ordenar a quaes vereis por vos ...» Cf. *o.c.*, fol. 218.

A compreensão, no tempo, da importância destes procedimentos destaca-se, com clareza, do articulado do documento:

«... asi como muita parte da desordem dos eclesiasticos vem do pouco exame dos que se admitem nas ordens asi muita parte da reformação esta neste exame que se quiere ordenar»¹⁷.

E, da mesma forma que os ordinários deveriam merecer particular atenção por parte do prelado, também a provisão de benefícios se deveria fazer em «... pessoas idoneas em vida e em letras conforme ao direito»¹⁸.

O enquadramento e controle dos colaboradores pastorais diocesanos não se limita, todavia, às recomendações até agora enunciadas. A criação de colégios para clérigos pobres e jovens sem possibilidades materiais para frequentarem a Universidade completam um quadro de actuação pastoral concebido de forma coerente e adaptado às circunstâncias. Recomenda-se que aqueles sejam locais «... onde possam aprender clérigos pobres o que devem saber para serem bons curas e servirem outros em onestidade e recolhimento que na vida e na sciencia venham a ser bons clerigos a que se provejam os beneficios ...»¹⁹.

As matérias ministradas deveriam ser objecto de atenção nas visitas dos prelados realizadas com o intuito de avaliar o bom funcionamento dessas instituições, o desempenho dos seus mestres e a leccionação aí efectuada²⁰.

Pela sua vocação e orientação estes colégios parecem, desta forma, poder preencher as funções de verdadeiros centros de formação do clero, antecipações, afinal, dos seminários diocesanos, trunfo maior da implementação das directivas tridentinas.

Pelo seu articulado, aqui brevemente explanado, este documento parece, portanto, confirmar aquilo que assumimos como ponto de partida: ele poderia ter funcionado como um autêntico programa de actuação episcopal, o qual, de uma forma sintética, organizada e coerente, sistematizava as principais sugestões da segunda reunião conciliar, em 1552-1553.

As duas personalidades aparentemente responsáveis pela sua elaboração ver-se-iam, no entanto, envolvidas em apuros com a cúria

¹⁷ Cf. *ibidem*.

¹⁸ Cf. *o.c.*, fol. 216-217.

¹⁹ Cf. *o.c.*, fol. 218.

²⁰ Cf. *ibidem*.

pontifícia, em virtude da publicação destas orientações antes da sua aprovação pelo pontífice.

Na verdade, essa atitude acabaria por ser entendida como um abuso de autoridade, em particular por parte de D. Henrique, e viria a fazer perigar a concessão do título de legado *a latere* que desde há muito D. João III para ele ambicionava.

Não será, de resto, estranha a esta agitação a constante conflitualidade com o núncio, a qual claramente se manifesta numa missiva do comendador-mor a D. João III, datada de Roma, a 20 de Maio de 1553, em que se explicita a agitação provocada pelos capítulos em causa. A propósito de uma carta do núncio, o embaixador explica ao rei português:

«... diz (o núncio) que o cardeal apertou muito com Vosa Alteza que mandase guardar ho concilio e que Vosa Alteza lhe dysera que laa fizesse ele com os prelados e que ele fyszera huns apontamentos os quaes mandara ... e nysto dyz ele grandes gabos de Vosa Alteza mas do cardeal dyz que o que dysto pior lhe pareceo foy que estes apontamentos vinham de maneira que pareciam mando e querer tomar mays jurdição do que lhe cabia pelo que parecera dever avisar Sua Santidade pera o que podese soceder pelo tempo adiamte ...»²¹.

E a carta menciona, mais à frente, as implicações deste contencioso na concessão da legacia:

«... o papa segundo soube mandou chamar Montepulchano e lhe mostrou a carta e lhe dyse vedes ysto o embaxador mata me por esta legacia do cardeal e vos tambem fazes me por yso instancia e se o cardeal faz ysto nam podemdo que fara se tiver mais poder ...»²².

E, se isto se passou no contexto da cúria romana, a sua aceitação no espaço português não parece ter conhecido melhores circunstâncias. Ao que parece, os prelados do reino teriam exercido significativa resistência à sua aceitação, recusando a sua legitimidade como documento normativo. A primeira referência com que nos deparamos é, de novo, a da carta do

²¹ *Carta do Comendador-mor a el-rei*, Roma, 20 de Maio de 1553 in *C. D. P.* t. VII, p. 229.

²² *Ibidem*.

comendador-mor a el-rei, escrita a 20 de Maio de 1553, em Roma. Referindo-se ao conteúdo da missiva do nuncio, esclarece:

«... diz que o Cardeal ... fyzera huns apontamentos os quaes mandara (aos prelados) queria apertar aos guardarem pelo qual dyz o nuncio que muitos prelados se lhe foram lamentar pedindolhe que o escrevese pera ca pera que se nam consentise ...»²³.

Esta resistência efectiva à aceitação dos apontamentos é, de resto, confirmada por um outro documento, que funciona como uma resposta articulada aos *Capítulos*... que até agora analisamos. Referimo-nos aos apontamentos, desse mesmo ano de 1553, que D. Fernando de Meneses, então arcebispo de Lisboa, envia a D. João III²⁴.

Em primeiro lugar, o prelado reitera os argumentos expostos pelo nuncio no tocante à ilegitimidade da divulgação das decisões do Concílio antes da sua aprovação oficial pelo pontífice. E a cada um dos tópicos responde D. Fernando de Meneses numa atitude claramente defensiva, não isenta de uma certa indignação, por entender que tais recomendações, muitas das quais já estatuídas por concílios precedentes, pretendiam significar o não cumprimento, por parte dos bispos do reino, e por ele pessoalmente, das normas vigentes.

E é assim que assistimos a um contra-argumentação que directamente remete para algumas condições reais do desempenho das funções episcopais, válidas, em particular, para o espaço da diocese de Lisboa, ainda que, por extensão, possam aplicar-se aos restantes bispados do reino. Nestas circunstâncias, parece-nos pertinente uma detida análise do articulado do documento.

Assim, poderemos encontrar nele três tipos de argumentos que radicam: 1. na deficiente situação do bispo e da sua diocese; 2. nos pressupostos do direito instituído e, 3. em informações concretas que, geralmente, contrariam as pretensões do documento.

Com efeito, o bispo recorre aos pressupostos do direito instituído, nomeadamente em constituições diocesanas, para responder a exigências dos apontamentos relacionadas com a visita pessoal ou delegada da diocese de três em três anos; a provisão de benefícios em pessoas idóneas; o perfil desejável dos candidatos a ordens menores e sacras e, ainda, com

²³ *Ibidem.*

²⁴ B. P. E., Cód. CIII/2-26, fol. 220-232.

as que se dedicam à moderação de penas de excomunhão e das próprias taxas de chancelaria.

Por outro lado, contrapõe D. Fernando aos artigos que respeitam à residência dos prelados na sua diocese e dos capelães em seus benefícios, argumentos de peso que revelam contradições existentes entre as intenções e as práticas do monarca. O bispo faz entroncar o não cumprimento dessas obrigações, quer no consentimento real na permanência de numerosos prelados na sua corte, quer na existência de privilégios que isentavam os capelães de residirem nas suas capelanias²⁵.

E, no que se refere à provisão de benefícios, de novo D. Fernando invoca numerosas circunstâncias impeditivas de um cabal exercício dos deveres episcopais de nomeação e confirmação de beneficiados, citando, entre eles, a prática da concessão de benefícios pelo papa, a existência de casos reservados, acertos e indultos e a pressão exercida pelos numerosos padroados leigos. Obstáculos que, somados, contribuíram para o facto, referido, de os prelados não poderem prover nem um décimo dos benefícios da sua diocese²⁶.

No que respeita aos peditórios gerais, o bispo insurge-se igualmente contra as contradições existentes, exemplificando, com o caso de Lisboa, uma prática contrária ao estipulado nos apontamentos que lhe haviam sido enviados. De facto, se estes prevêm a diminuição do número de peditórios, desaconselhando a instituição de novos, D. Fernando refere que na sua diocese, dos onze peditórios gerais, oito são recentes, e instituídos por D. João III²⁷.

Já no que diz respeito aos aspectos ligados à pregação, rejeita o prelado a necessidade de existir grande número de pregadores, argumentando que tais funções caberiam aos reitores e vigários das igrejas, devendo-se, por isso, não aumentar o número daqueles, mas sim o estipêndio que a estes cabia, no sentido de se criarem condições para um pleno exercício das funções que lhe eram adscritas²⁸.

Do mesmo modo, discorda D. Fernando de Meneses do articulado do documento no que dele se infere acerca dos critérios de exame de ordinandos. Assim, quanto à sugestão de um exame pessoal ou, pelo menos, presencial, do candidato pelo bispo, responde o prelado lisboeta com as vantagens da delegação de funções. E mostra-se igualmente crítico quanto às vantagens de dois procedimentos que lhe eram propostos

²⁵ Cf. *o.c.*, fol. 221-222.

²⁶ Cf. *o.c.*, fol. 222-223.

²⁷ Cf. *o.c.*, fol. 228-229.

²⁸ Cf. *o.c.*, fol. 227-228.

como nucleares: o de buscar informações acerca da vida e costumes dos candidatos através de visitantes e o de se requererem instrumentos abonatórios do seu perfil pessoal²⁹.

Por fim, baseando a sua argumentação na deficiente situação dos réditos diocesanos, o prelado não só defende que as casas dos bispos residenciais seriam muito mais modestas que as dos seus predecessores³⁰, como rejeita, com base nesse mesmo argumento, a incumbência de criar novos colégios e de os visitar pessoalmente, dado esses novos encargos serem incompatíveis com os precários proventos diocesanos³¹.

Pelo não cumprimento de duas obrigações centrais ao exercício episcopal — a de distribuir esmola e a de prover à fábrica da igreja — passa a responsabilizar o documento, insurgindo-se, portanto, contra a pretensão dos *Capítulos*... que, de uma forma vinculativa, exigiam aos prelados o que o direito instituído ainda não estipulava.

Analisados os dois textos a partir das suas principais propostas e da contradição de que estavam feridos, procuremos captar, globalmente, o significado coevo dos seus conteúdos, bem como o da própria relação que entre si estabelecem.

Do primeiro — os *Capítulos que per ordenança do Cardeal D. Henrique foram dados aos prelados per mandado de D. João III* colhem-se, como vimos, directivas teológicas e disciplinares que claramente os situam em consonância com o espírito conciliar, sejam as que se referem ao perfil do bom prelado, à obrigatoriedade da residência pessoal e ao dever de visita pastoral ou as que respeitam à formação, recrutamento e ordenação do clero diocesano e, ainda, à função pastoral dos bens da igreja.

Que ele documenta a anuência, senão mesmo a plena adesão do Cardeal Infante e do rei ao projecto tridentino, também já o sublinhamos. O que agora nos importará interrogar, são as motivações que impeliam cada uma destas personalidades centrais na vida política e religiosa quinhentista portuguesa nesta iniciativa. E neste domínio, duas ordens de razões poderão ser consideradas: umas de natureza estratégica e outras de cariz espiritual.

No tocante às primeiras, será de aventar a possibilidade de, tanto o rei, como o Cardeal D. Henrique pretenderem mostrar ao pontífice um zelo religioso capaz de o levar a conceder o título de legado *a latere*, insistentemente solicitado por D. João III para seu irmão. De facto, esta

²⁹ Cf. *o.c.*, fol. 224-226.

³⁰ Cf. *o.c.*, fol. 221.

³¹ Cf. *o.c.*, fol. 226-227.

concessão, consubstanciando a autoridade do mais alto representante da Igreja no reino seria, certamente, do gosto do jovem Cardeal. A natureza do cargo não deixa quaisquer dúvidas quanto à amplitude das suas atribuições e poderes, os quais reforçariam e ampliariam a sua capacidade de intervir no domínio eclesiástico, e até político. E do agrado seria, também, do monarca que procuraria, deste modo, pôr termo às frequentes desavenças com os legados pontifícios e, por outro lado, ampliar, por esse meio, o seu já vasto campo de intervenção da vida religiosa do país³².

A segunda ordem de razões, que não contradita necessariamente a primeira, colhe da discussão em torno da seriedade com que D. Henrique assumia os seus deveres eclesiásticos. Na verdade, a carta do núncio ao Papa, citada pelo comendador-mor responsabiliza directamente o Cardeal Infante pela iniciativa de enviar aos prelados do reino os capítulos em causa. Recordemos a parte do documento que a isso se refere:

«... diz (o núncio) que o Cardeal apertou muito com Vossa Alteza que mandase guardar ho concilio e que Vosa Alteza lhe dysera que laa fyzesse ele com os prelados ...»³³

Para lá do provável abuso de autoridade que tal antecipação significa, provará esta persistência em fazer cumprir as deliberações conciliares um sincero zelo pastoral por parte de D. Henrique? O conhecimento, quer do seu perfil pessoal, quer do seu desempenho como pastor, nomeadamente da diocese de Évora, que assumira desde 1541, parece validar tal possibilidade³⁴.

Mas, quaisquer que fossem as motivações de tais apontamentos e do seu envio aos prelados do reino, o ambiente parece não estar ainda suficientemente maduro para a sua recepção. A prova são as referidas queixas dos bispos ao núncio e, em particular, as notas redigidas por D. Fernando de Meneses, as quais oferecem, como vimos, real resistência à implementação das mais inovadoras determinações tridentinas posteriormente divulgadas em forma de decreto: a urgência de um

³² Cremos que está suficientemente documentada a aplicação de D. João III neste negócio, assim como a sua impaciência pela demora na sua conclusão. Veja-se, a propósito, a correspondência com o seu comendador-mor, em Roma in *C. D. P.*, t. VII, pp. 250 e seg.

³³ *Carta do Comendador-mor a el-rei*, Roma, 20 de Maio de 1553 in *C. D. P.*, t. VII, p. 229.

³⁴ SILVA, Amélia Maria Polónia da — *O Cardeal Infante D. Henrique, arcebispo de Évora. Um prelado no limiar da viragem tridentina*, dissert. policopiada, Porto, 1989.

rigoroso exame de vida e costumes dos candidatos à carreira eclesiástica; a criação de colégios e a sua administração e controle por parte do prelado e, finalmente, a insistência no exercício pessoal das funções episcopais em detrimento de procedimentos de delegação de poderes, tão comuns na Cristandade europeia.

As razões e tendências projectadas nos dois documentos parecem, portanto, evidenciar duas concepções um tanto diversas, ainda que com evidentes contactos, do exercício da actividade pastoral. No fundo, duas posturas distintas em relação ao que em Trento se decidia no domínio pastoral: uma, contida nos apontamentos enviados aos prelados, era de total adesão às deliberações tridentinas; a outra, da autoria de D. Fernando de Meneses, era de uma cautelosa defesa dos procedimentos tradicionais, ainda que também balizada em protestos de zelo pastoral.

Por trás desta polémica identificam-se, de resto, antagonismos pessoais, os quais seriam alimentados, inclusivé, por estes eventos, e que levariam D. Fernando de Meneses a enviar ao papa uma informação acerca dos agravos que diz ter recebido do Cardeal D. Henrique³⁵. A análise das razões que subjazem a esta outra quezília não cabe, no entanto, no âmbito do que nos propusemos, que visava, tão sómente, fornecer um modesto contributo ao estudo das incidências do Concílio de Trento em Portugal prévias à conclusão da assembleia ecuménica.

³⁵ B. P. E., *Emformação de dom Fernando de Meneses Arcebispo de Lixboa pera o papa sobre os agravos que dis receber do Cardeal dom Amrique....* Cód. CIII/ /2-26, fol. 232 e seg.

PORTO E RIBADOURO NO SÉCULO XVII:
A COMPLEMENTARIDADE IMPOSTA
PELA NATUREZA *

Por Francisco Ribeiro da Silva

1 — A cidade do Porto, como todas as cidades e vilas importantes do Ocidente e do mundo civilizado do antigo regime não se esgotava no espaço circunscrito pela linha de muralhas. Expandiu-se para os arrabaldes e prolongava o seu domínio por uma área rural muito ampla a que se chamava *o Termo*.

Não existindo praticamente sector primário dentro de muros, o Porto (como todas as cidades de semelhante estrutura económica¹) não poderia sobreviver sem o apoio dos lugares vizinhos.

A interdependência logística era já razão suficiente para se falar de uma certa unidade territorial deste espaço à volta da cidade que se prolongava para a margem sul do rio Douro. Mas, para além disso, o burgo exercia sobre o Termo uma inegável atracção centrípeta, de raiz económico-política a qual aparecia expressa na centralização institucional: a Câmara do Porto, através dos seus Vereadores e do Juiz de Fora, exercia, em nome do Rei, um verdadeiro poder absoluto sobre os concelhos

* Este texto é a versão portuguesa de uma comunicação apresentada em Bordéus nas II Jornadas de Estudo Norte de Portugal — Aquitânia.

¹ BENNASSAR, Bartolomé, *Valladolid en el siglo de oro. Una ciudad de Castilla y su entorno agrario en el siglo XVI*, Valladolid, 1983, p. 586.

limitrofes, confirmando e nomeando pequenas autoridades, estabelecendo preços e regras de comércio, julgando litígios, impondo penas e várias obrigações.

Mas não eram apenas as malhas da organização municipal que entrelaçavam todo o espaço. A divisão administrativo-judicial reforçou, talvez, a unidade do conjunto.

É verdade que o aro da Comarca do Porto, tal como saiu da reforma joanina, não coincidia exactamente com o Termo da cidade. Abriu-se um pouco para a margem direita do Ave, abrangendo Vila do Conde e Póvoa de Varzim (terras do Duque de Bragança) e estendeu-se para leste, incluindo os concelhos de Porto Carreiro, Soalhães, Bem Viver e Baião. Mas não dividiu o núcleo administrativo fundamental que remontava ao século XIV. Apenas o alargou.

Mas as solidariedades de vizinhança e as determinações institucionais não esgotam as possibilidades de construção de espaços de identidade regional. A ligação recíproca entre regiões pode nascer da convergência durável de vantagens mútuas e de complementaridades sugeridas pela geografia.

Julgamos, assim, que entre o Porto e a região de Ribadouro se desenvolveu, ao longo do século XVII, na continuidade de tendências anteriores, uma profunda comunhão de interesses que, de alguma forma, a geografia impunha. Antes de mais, a natureza proporcionava uma via de comunicação fácil e cómoda, utilizável durante a maior parte do ano: era o rio Douro navegável num percurso de mais de vinte léguas, para montante, até ao lugar do Cachão, próximo de S. João da Pesqueira².

Em todas as épocas, as boas vias de comunicação foram, ao mesmo tempo, condição indispensável e causa eficiente do estabelecimento de ligações e solidariedade de regiões afastadas entre si.

A acrescentar a isto, as terras de Ribadouro continham potencialidades de produção de géneros de enorme valia e grande procura as quais, para serem dinamizadas, apenas necessitavam de mercados e vias de escoamento.

Ora o Porto, segunda cidade do Reino, capital de um amplo *hinterland*, assegurava o consumo de grande parte da produção; por outro lado, situado junto da foz do rio, aberto para a Europa e para o Novo Mundo, o burgo portuense poderia funcionar também como mercado intermediário e entreposto comercial.

² NOVAES, Manuel Pereira de, *Anacrisis historial*, vol. II, Porto, 1913, p. 242 e COSTA, Padre Agostinho Rebelo da, *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, 2.^a ed., Porto, 1945, p. 234.

Bastava que os produtos durienses lá pudessem chegar em boas condições.

Quanto a vias de escoamento, o rio seria, como dissemos, a estrada natural. Era preciso apenas organizar percursos terrestres que facilitassem a chegada dos produtos aos diversos portos fluviais que se foram aprontando.

Assim sendo, progressivamente se estabeleceu entre Ribadouro e o Porto um intercâmbio de pessoas e bens que os barqueiros do Douro asseguraram.

Nos fins do século XVI, precisamente em 1588, trabalhavam nessa labuta pelo menos 28 homens, cujos nomes identificámos³. Esse número terá naturalmente crescido. Mas a lista dos arrais que, em 1763, trabalharam para Luís Beleza de Andrade, primeiro Provedor da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, não continha mais que 30 nomes!⁴

2 — Que produtos eram transportados?

2.1 — Em primeiro lugar, o vinho.

Para calcularmos o volume do precioso líquido metido na cidade do Porto não conhecemos outra fonte senão os livros da *Imposição do vinho*, nos quais deviam ser registadas todas as pipas entradas, estivessem ou não obrigadas ao imposto (que, no século XVII, era de 160 réis por pipa). Sabemos por referências documentais que existiram outras fontes fiscais. É que este produto, além da Imposição, era onerado com mais dois impostos, cobrados por entidades distintas e affectos a cofres diferentes: o imposto da *sis*a (200 réis/pipa para a Fazenda Real) e o imposto da *entrada* simplesmente (30 réis/pipa, para as rendas municipais.).

De cada um desses impostos, houve registos próprios. Infelizmente, tanto quanto sabemos, não chegaram até nós senão os da Imposição e com bastantes lacunas.

Apenas subsiste um problema. É que a fonte não nos permite distinguir com clareza e sem margem para dúvidas as quantidades de vinho verde metido na cidade e que, naturalmente, não procediam de Ribadouro.

Estamos todavia convencidos de que a maior parte de vinho registado nos livros era maduro, branco e vermelho, e provinha de Cima do Douro. Porquê?

³ Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP) *Livro de Vereações* (LV) n.º 27, passim.

⁴ AHMP, *Imposição do vinho*, L. 30, fls. 18-20.

a) — Porque, em 1626, (ano em que os registos são particularmente pormenorizados) dos 230 manifestantes, 85 (36,9%) eram residentes nessa região⁵.

b) — Porque temos notícias que dos 95 residentes no Porto (continuamos a falar dos manifestantes de 1626) muitos iam a Ribadouro comprar vinhos para revender. Já em 1587 os Procuradores do Povo se queixavam de que, para além dos mesterais que abandonavam seus ofícios, muitos dos retornados da Índia e do Brasil se dirigiam ao Douro a mercar vinhos, provocando indesejáveis subidas de preços⁶.

c) — Porque temos testemunhos directos que nos reafirmam e consolidam essa convicção: em Acta da Câmara de 17 de Agosto de 1647 declara-se que entravam na Cidade, cada ano, cerca de 20.000 pipas de *vinho de Lamego*⁷. Ainda que os números se mostrem nitidamente arredondados, permanece a certeza de que as pipas registadas nos livros da Imposição continham vinhos que, na sua grande maioria, eram maduros.

Para fazermos ideia do valor deste tráfego, diremos que, em 1626, o total de pipas manifestadas atingiu as 16.821 das quais 6.385 (37,9%) foram exportadas, sendo presumivelmente consumidas na cidade e arrabaldes 10.436 (62%).

Mas se alargarmos o nosso estudo a um período mais vasto (e nós fizemo-lo para um ciclo de 21 anos entre 1620 e 1640 e já retomámos a pesquisa no sentido de abrangermos todo o século XVII) vinca-se-nos a ideia de que o vinho constituiu nos primórdios do século XVII (e até já nos fins do século XVI) um forte elemento de solidariedade entre as duas regiões.

Assim, naquele lapso de tempo, manifestaram vinhos à Imposição 1.043 pessoas. Destas, residiam nas terras do Douro 427 (40,9%). Viviam na cidade do Porto e arrabaldes 385 (36,9%) as quais, já o dissemos, na sua maior parte iam comprar os vinhos a Ribadouro.

Não era apenas o produto. Eram as pessoas que com ele lidavam quem estabelecia ligações e identidades.

⁵ SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, I vol., Porto, 1988, p. 147.

⁶ AHMP, LV 27, fl. 257v.

⁷ AHMP, LV 51, fls. 87v. e 90.

Algumas, aliás, declaravam dupla residência na cidade do Porto e nas terras do Douro. O número dos que expressamente o fizeram é reduzido: apenas 6. Mas a quantidade real dos que possuíam terras de produção no Douro e residiam na cidade era bastante mais elevado. Basta dizer que, durante este período, pelo menos 60 cidadãos declaram vinhos à Imposição. E destes, pelo menos 19 foram Vereadores, isto é, pertenciam à alta aristocracia urbana. Estes 19 seguramente possuíam terras ou rendas na zona vinícola.

A aristocracia do Porto não será ainda a aristocracia do vinho mas muitos fidalgos eram donos de quintas em Ribadouro. Alguns nomes poderemos citar: Gaspar Nunes Barreto, Diogo Álvares Leite, Bento de Aguiar Caldeira, Frei Luís Álvares de Távora (Balio de Leça), Bento Pereira Leite, etc.

A solidariedade entre as duas regiões exprimia-se ainda no facto de a cidade servir de entreposto comercial nos dois sentidos ascendente e descendente. No respeitante ao vinho, é sabido que hoje em dia a etiqueta «vinho do Porto» identifica duas áreas geográficas: a que o produz e a que o envelhece e o exporta.

Mas no século XVII existiria tal associação?

Certamente que ela não era nítida. Novaes, nos fins de seiscentos, ainda chama ao vinho do Douro, «vinho de Lamego»⁸. Segundo um estudo recente, discutível, aliás, em vários aspectos, só os ingleses chamavam «vinho do Porto» ao vinho produzido no Douro⁹.

A ser assim, as circunstâncias que favoreceram a associação devem ter-se desencadeado logo no início da 2.^a metade do século XVII. Com efeito, até 1650 o vinho «fino» exportado pelo Porto dirige-se principalmente aos mercados do Reino (Lisboa, Setúbal), das colónias (Brasil, Angola) e da Galiza. Não encontramos provas documentais inofismáveis da sua exportação para o norte da Europa, isto obviamente no tocante ao século XVII.

Mas em 1651, (julgamos que isto é publicado pela primeira vez) um inglês, Richart Perez, exportou para Inglaterra 56 pipas do precioso líquido que mandara comprar «asima do douro»¹⁰. Em 1652 são já, pelo menos, três os ingleses a prosseguir o negócio: Rolant Hill (70 pipas), Miguel Tonsend (63 pipas), Anrique Manim (20 pipas) — 153 pipas no total¹¹.

⁸ NOVAES, Manuel Pereira de, *o.c.*, p. 242.

⁹ SCHNEIDER, Susan, *O Marquês de Pombal e o vinho do Porto. Dependência e subdesenvolvimento em Portugal no século XVIII*. Lisboa, 1980, p. 47.

¹⁰ AHMP, *Imposição do vinho*, L. 36, fl. 189.

¹¹ AHMP, *Imposição do vinho*, L. 37, fls. 123, 129 e 136.

Não se trata, por certo, de vinho do Porto. Mas o processo que levará à fixação da etiqueta estava em marcha!

A solidariedade entre as duas regiões, apoiada no vinho, terá ainda outra expressão porventura menos simpática mas muito pragmática: é que os direitos cobrados pela Imposição custearam as obras públicas da cidade e arrabaldes, tais como reconstrução de calçadas e fontes, abastecimento de água, ampliação do cais da Ribeira, levantamento do açougue novo, etc.

A totalidade das receitas angariadas por este meio e para aquela finalidade, atingiu entre 1620 e 1640, a cifra enorme de 31.365\$000 réis¹².

Mas o vinho não era o único produto duriense a ser consumido e exportado pelo Porto. Também o azeite, os citrinos (principalmente as laranjas da China) e o sumagre alcançaram lugar de grande relevo, como o confirma um estudo estatístico recentemente publicado¹³.

2.2 — Debrucemo-nos por alguns instantes sobre o sumagre, porquanto trata-se de uma mercadoria que merece muito mais atenção do que a que lhe tem sido dada.

Como se sabe, o sumagre ou sumagreira é uma planta de baixo porte que produz rebentos e folhas que, depois de desenvolvidas, eram cortadas e estendidas ao sol, sendo depois batidas por mangoais e reduzidas a pó em atafonas adequadas¹⁴.

No Alto Douro, em ambas as margens do rio, os sumagrais cresciam espontaneamente ou eram plantados de estaca nas encostas mais pobres. O fomento do cultivo da vinha na primeira metade do século XVIII terá feito desaparecer grande parte destas plantas. A espécie ainda brota espontânea na região mas hoje não passa de um arbusto daninho.

O pó obtido por trituração a que também se chamava sumagre, mostrou-se de grande utilidade e eficácia no curtimento de peles. Assim sendo, era muito procurado pelos mercadores estrangeiros, especialmente flamengos, alemães e ingleses.

As primeiras notícias que temos da sua exportação reportam-se a 1584: nesse ano, António Reimão, mercador de Bristol, levou 200

¹² SILVA, Francisco Ribeiro da, o.c., p. 154.

¹³ SANTOS, Cândido dos, *Para a História do comércio português. Movimento de saída dos barcos pela barra do Douro de 1681 a 1705 e de 1777 a 1801*, in «Boletim Cultural» da Câmara Municipal do Porto, 2.ª série, vol. 2, Porto, 1984, pp. 123-237.

¹⁴ LEAL, AUGUSTO Soares Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. XI, Lisboa, 1886, pp. 840-841.

arrobas para o seu país. O seu compatriota Anrique Soli, comprou 210 arrobas¹⁵.

Nos fins do século XVI, a procura do sumagre era notável não só por parte dos nacionais como dos estrangeiros os quais ofereciam preços tão elevados que os sapateiros portuenses experimentavam grande dificuldade em vencer a concorrência e adquirir o produto. Não tendo outros argumentos mais eficazes, os Procuradores do Povo conseguiram pela via administrativa atenuar a porfia levando o Senado a promulgar um acórdão pelo qual se ordenava que, pelo menos, metade do produto desembarcado ficasse na cidade para nela ser consumido¹⁶.

Tal decreto, porém, não gozou de fácil acatamento porque:

1.º — não era normal que a cidade pudesse reter para consumo local mais que a terça parte dos géneros vindos do Douro;

2.º — os estrangeiros cobriam todas as ofertas dos nacionais, pelo que era difícil aos produtores e mercadores portugueses abdicarem da obtenção dos lucros decorrentes.

Para que a determinação camarária fosse cumprida, as autoridades municipais não acharam melhor remédio do que criar uma apertada malha de controlo do produto armazenado e fixar preços bastante vantajosos: 160 réis a arroba — o que significava um aumento superior a 100% relativamente ao preço médio corrente antes da procura dos estrangeiros¹⁷.

Será possível fixar as quantidades de sumagre entradas na cidade do Porto?

De momento não conhecemos documentação que no-lo permita. Diremos, no entanto, que em Dezembro de 1590 atracaram no cais da Ribeira, em escassos 5 dias, 13 barcos carregados da mercadoria, sendo seus donos vários mercadores de grosso trato¹⁸. Chegou-nos ainda uma declaração relativa a 1627 segundo a qual a quantidade de sumagre que cada ano era desembarcada atingia os 20.000 sacos¹⁹. Sabendo nós que cada saco continha em média 20 arrobas, parece seguro que, por mais simbólica ou arredondada que se mostre aquela cifra, era muito importante o volume de sumagre comercializado no Porto seiscentista.

¹⁵ Arquivo Distrital do do Porto (ADP), *Cabido*, Livro 110, fls. 14v. e 29.

¹⁶ AHMP, LV 28, fl. 94v.

¹⁷ AHMP, LV 27, fls. 387v.-389.

¹⁸ AHMP, *Livro dos Terços*, fls. 2-14.

¹⁹ AHMP, *Sentenças*. L. 3, fls. 78-79.

Neste sentido, compreende-se e aceita-se a afirmação de Novaes de que «este es uno de los mejores comercios de los mercadores desta ciudad y de los factores de los desas partes [de Amburgo y otras ansiaticas de Alemania]²⁰.

Mas se, por agora, não temos meio de conhecer quantidades produzidas, resta-nos a possibilidade de, através dos *livros de portagem* do Cabido, conservados no Arquivo Distrital do Porto, calcularmos o volume das exportações no tocante a alguns dos últimos anos do século XVII. É um trabalho de pesquisa que temos presentemente em mãos. Infelizmente, de momento não possuímos dados senão para o ano de 1667, os quais aqui apresentamos sinteticamente e em primeira mão.

Assim, na totalidade foram exportadas 54.204 arrobas.

Parte deste volume, precisamente 20.480 arrobas (37,7%) foram vendidas para Lisboa, ao longo de todo o ano, com relevância para os meses de Maio, Junho e Novembro.

Uma porção mais considerável, concretamente 33.724 arrobas (62,2%) foram embarcadas para países estrangeiros, a saber: Alemanha, Inglaterra, França e Holanda. Vejamos em pormenor:

— para Hamburgo foram remetidas	15.620	arrobas	—	46,3%	
— para Londres	»	»	13.320	»	— 39,4%
— para Roterdão	»	»	2.550	»	— 7,5%
— para Rouen	»	»	1.114	»	— 3,3%
— para La Rochelle	»	»	200	»	— 0,5%
— para outras cidades cuja identificação se nos mostrou difícil (Topsam, Assam, Papaxam)	920	arrobas	—	2,7%	

Os meses mais favoráveis coincidiram com as épocas mais propícias para a navegação no Atlântico: Abril (11.184 arrobas — 33,1%), Maio (9.570 arrobas — 28,3%) e Julho (6.330 arrobas — 18,7%)²¹.

Por curiosidade, lembraremos que em 1786 foram exportadas somente 30.000 arrobas²².

Infelizmente, por enquanto, desconhecemos o preço corrente da época. Mas, uma coisa é certa: no século XVII (primeiros três quartos) o sumagre pesava muito mais que o vinho nas exportações para o estrangeiro feitas através da barra do Douro.

²⁰ NOVAES, Manuel Pereira de, o.c., p. 243.

²¹ ADP, *Cabido*. L. 151, passim.

²² COSTA, P.º Agostinho Rebelo da, o.c., p. 272.

3 — Mas, como dissemos, as relações do Porto com Ribadouro situavam-se em nível de complementaridade. Pelo rio fora ou por terra, o Porto abastecia o Douro de vários géneros importantes como o pão, o açúcar, o peixe seco, o sal, o vasilhame para vinho, os panos e instrumentos vários.

Não conhecemos fontes que nos possibilitem a quantificação de tais produtos. Algumas notícias podemos, no entanto, fornecer. Assim, sabemos que nos primórdios do século XVII o Balio de Leça comprava vinho a dinheiro mas também a troco de quantidades de pão²³. Na mesma altura, precisamente em 1599, a Câmara do Porto autorizava o fornecimento de 3.000 alqueires de pão a Lamego²⁴. Sendo tão frequentes os acórdãos a proibir a saída de cereal da cidade, parece importante sublinhar esta excepção que, não sendo única, conheceu opositores dentro da mesma Câmara.

Tão importantes ou mais que as mercadorias foram os intercâmbios e a mobilidade das pessoas.

Quantas, ao longo do século XVII que aqui nos ocupa, desceram e se fixaram na cidade? É uma pergunta a que gostaríamos de dar resposta ainda que aproximada.

E não terão existido movimentos de sentido contrário? Os retornados da Índia e do Brasil, de que falamos atrás, e os homens dos diversos ofícios que, nos fins do século XVI, se dirigiam ao Douro para mercadejarem vinhos não terão desempenhado papel estimulante e de fomento do cultivo da vinha e de outros géneros?

Tais movimentos e a complementaridade de interesses terão sido tão fortes a ponto de criarem uma identidade interregional? É a pergunta com que terminamos à qual, por enquanto, não ousamos dar resposta categórica.

²³ AHMP, *Sentenças*, L. 1, fls. 184-185.

²⁴ AHMP, *LV 35*, fl. 11.

PORTUGAL E A REVOLUÇÃO FRANCESA (1777-1834)

I

por **Luís A. de Oliveira Ramos**

Não são muito expressivos os estudos de fundo sobre Portugal, as «luzes» e a Revolução francesa dados à estampa no curso dos últimos decénios. Faltam, por exemplo, obras tão expressivas como as rubricadas, a respeito da Espanha, por Jean Sarrailh sobre *L'Espagne Eclairée à la seconde moitié du XVIII^e siècle*, por Richard Herr sobre a *Espanha e a Revolução do século XVIII*, ou por Miguel Artola sobre *Las orígens de Espanha contemporânea*, para não falar de trabalhos mais recentes. No entanto, na última metade do século XIX, publicaram-se em Portugal diversos contributos importantes sobre a questão na *História Política e Militar*, de J. M. Latino Coelho, abundante de capítulos sobre a revolução propriamente dita e sobre as suas repercussões em Portugal, na *História da Guerra Civil*, de Luz Soriano, mais atenta esta aos eventos nacionais, na *História da Universidade de Coimbra*, de Teófilo Braga, onde se debatem temas que têm a ver com o movimento das ideias e das instituições, ou na *História da Revolução de 1820*, de José de Arriaga, que dá uma panorâmica sobre a primeira revolução liberal e seus antecedentes. Apesar de também inserir perspectivas indispensáveis sobre Portugal e a revolução francesa, o ensaio *D. Maria I (1777-1792)*, de Caetano Beirão, procura atenuar o significado do processo revolucionário, enquanto nas *Lições de Cultura e Literatura Portuguesa*, de Hernâni Cidade deparamos com boas observações a respeito do que o autor começou por apelar de crise mental do século XVIII e o advento

do romantismo, o mesmo sucedendo, em abordagem factual, quanto aos movimentos políticos e diplomáticos, na *História de Portugal* dirigida por Damião Peres. Para além das achegas e interpretações que marchetam os capítulos da *História de Portugal* de Veríssimo Serrão, que põe o acento tónico nos acontecimentos político-culturais, síntese equilibrada à cerca das várias incidências do tema descobrimo-la na *História de Portugal*, de Oliveira Marques. Além de outros trabalhos de referência sobre o assunto, cite-se ainda o livro *Le Portugal de 1780 à 1802*, de Labourdette, e os estudos, já clássicos, reunidos no volume *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, de Albert Silbert, centrados estes nas questões de natureza diplomática e mercantil. Tal circunstância fez Silbert apoucar certos aspectos como tivemos ocasião de vincar no pequeno ensaio a que chamámos *Reflexões sobre as Origens do Liberalismo em Portugal*.

Retomando o fio dessa meditação, importa notar que o problema do influxo da Revolução francesa no Portugal dos fins do século XVIII tem a ver, desde logo, com a força e penetração das notícias veiculadas oralmente do exterior para o Reino e com o volume e ressonância dos debates e dos informes escritos que aqui é possível, de facto, travar e compulsar, numa época em que, se não há uma crise social grave, tradutora de roturas no tecido económico e social — mostrou-o Silbert —, pelo menos existem, não apenas na sociedade, como deveras na área cultural, sinais de tensão que prenunciam rejeições futuras ou que exprimem contradições ou divergências apanágio dos grupos sociais do Antigo Regime final. Tengarrinha fala da debilidade do regime senhorial e do influxo crescente da burguesia rural.

Com efeito, e no que toca ao primeiro aspecto, convém ter presente que os portugueses estavam em contacto permanente com o exterior por via terrestre e, em particular, marítima e, não só eram importantes as colónias inglesa e francesa aqui existentes, mas também o volume dos negócios com diversas nações proporcionava a permanência no estrangeiro de mercadores lusos, que assim chegavam ao entendimento do que acontecia na Europa em mutação.

De par, entrava no país um bom número de publicações — livros, jornais e panfletos — provenientes do exterior, cuja difusão no Reino foi bem maior do que se tem suposto; e nas monarquias da Europa viviam ou estudavam, na época, alguns filhos de Portugal que mantinham relações com familiares e compatriotas. Daí o país não ter ignorado as «luzes do século» e ter seguido de perto as revoluções que de 1770 em diante marcaram a história da América do Norte, da Inglaterra e da Irlanda, das Províncias Unidas e dos Países Baixos austríacos, da Suíça e, principalmente, da França.

De todos estes aspectos, o menos explorado diz respeito aos informes veiculados por viajantes, portuguesas do exterior e marinheiros, posto que a estes caiba a rápida, mas esporádica divulgação de pormenores sobre os acontecimentos mais em evidência, desde logo conhecidos nos portos da orla marítima, nos círculos dos respectivos correspondentes, ou hospedeiros, bem como por parte dos que atendiam ao que se passava no estrangeiro.

Lugar de perdurável repercussão de ideias e debates foi, sem dúvida, a Universidade de Coimbra que, no último quartel de setecentos, era frequentada por um número assinalável de estudantes de todo o país que, nesse meio, antes e sobretudo depois das reformas pombalinas, ganharam familiaridade com as teorias das «luzes», discutidas por discentes, inculcadas por professores mais abertos e, em especial, conhecidas pela leitura de um Montesquieu, dum Rousseau, de Bielefeld, D'Holbach, D'Argens, Helvetio, Mably, Raynal e tantos outros.

Essas obras marchetaram os diálogos estudantis, quebrados pelo medo da Inquisição e pelas perseguições que ela moveu, antes que, nos mesmos diálogos, preponderasse a atenção à marcha da revolução na Europa transpirenaica. Tais confabulações ocorreram tanto entre laicos, como nos próprios conventos, tanto entre partidários da tradição, como entre não definidos partidários das novidades políticas nascentes.

A reforma de Pombal de 1772, ao transformar a Universidade de Coimbra à luz do empirismo e do anti-aristotelismo, exigiu dos seus professores que, no exercício do magistério, fossem «mestres e inventores», conforme a razão, a observação e a experiência, circunstâncias que, estimulando o espírito crítico, a criatividade e atenção às realidades, em breve determinaram que docentes e discentes, sequazes dos conteúdos, aliás imperativos, dos novos *Estatutos da Universidade*, ultrapassassem a ilustração teórica e o despotismo esclarecido que neles impera, rumo às doutrinas do poder representativo. Dir-se-á que a ressonância efectiva dos *Estatutos* no quadro universitário assumiu forma limitada. Não o ignoramos nem o negamos, posto que da análise de trajectórias académicas resulte que os referidos *Estatutos* funcionaram como repositório de orientações e sugestões para muitos que à pesquisa e ao saber esclarecido se votavam independentemente do que se ensinava ou aprendia nos bancos da Universidade. É, afinal, o que demonstra a biografia e os testemunhos expressos ou velados dos que passaram por Coimbra nesse tempo e que, a pouco e pouco, vão sendo objecto de investigações, que urge prosseguir.

Em Coimbra, em Lisboa, no Porto, como noutros pontos do país, a obra dos corifeus do século das «luzes» em que assentaram muitas das

trajectórias agora evocadas eram vendidas pelos livreiros a recato da censura. Havia também quem as lesse graças a especial autorização régia. Por vezes, o cadastro dos livros proibidos no Reino servia para os interessados estabelecerem o teor das encomendas e quando apareciam livros de especial interesse, mesmo proibidos, os livreiros mandavam-nos, à amostra, a casa de potenciais aquisidores. Em qualquer das cidades maiores apontadas, diversos livreiros tinham a nacionalidade francesa e não exibiam as espécies vedadas, embora as transaccionassem com clientes de confiança e com quem dispusesse de permissão legal para as compulsar. Só assim se explica a abundância com que as obras deste teor aparecem em livrarias eclesiásticas e particulares no final de setecentos, bem como referências escritas à sua leitura e meditação, o que é bem mais significativo pela irradiação que lograram.

Modo diverso e muito utilizado de entrar na posse e conhecimento da literatura progressista consistiu em pedir a um marinheiro, a um viajante, a um diplomata para fazer a sua compra no estrangeiro. Em Portugal houve ainda quem recorresse à biblioteca de oficiais estrangeiros ao serviço do nosso exército para ler os filósofos, conforme sucedeu em Valença do Minho, importante foco de pensamento ilustrado, como adiante veremos. Assim o provam os volumes de «filósofos» constantes do index censórios que guarnecem as livrarias de nobres, clérigos, magistrados, burgueses e militares, conforme inculcam os arquivos da Real Mesa Censória, e tiveram ocasião de verificar os oficiais franceses que durante as invasões napoleónicas chegaram ao conhecimento dessas bibliotecas, antes de, no nosso tempo, começarem a ser objecto de investigação, não concluída.

De resto, já no período pombalino, textos de Voltaire, Diderot, D'Alembert, Rousseau e outros foram lidos pelos reclusos do Estado na prisão da Junqueira, e sobre eles teciam comentários os heterodoxos sujeitos a reciclagem mental, à ordem da Inquisição, em cenóbio especializado nesse tipo de trabalho, trabalho em parte inglório, como se verifica. E dizemos em parte porque autores há que, se não sofreram o efeito das lavagens anti-filosóficas ao cérebro em tais casos ensaiadas, ao menos saíram de lá aterrorizados e dispostos a esquecer boa parte daquilo que a razão lhes ditava e a ortodoxia de todo o modo coibia.

Os estudos parcelares já efectuados levam a crer que quando sistematicamente analisadas as questões que têm a ver com a rede de livrarias, o comércio livreiro, os leitores autorizados, o conteúdo das bibliotecas, a natureza e a ressonância das leituras, ilustrarão melhor não apenas a formação dos futuros liberais portugueses, como principalmente as condicionantes da cultura portuguesa do tempo.

A quem, por ignorar os idiomas estrangeiros, estava vedado ler os mentores da ilustração, ficava o recurso aos autores portugueses que, criticando e polemizando, apresentavam propostas de mudança afeiçoadas pela razão e pela novidade. Entre estes avultaram os prosadores Verney, Cavaleiro de Oliveira, Ribeiro Sanches e os poetas José Anastácio da Cunha, D. Leonor de Almeida, Bocage, Filinto Elísio, o dramaturgo Manuel de Figueiredo, por exemplo. Uns ou outros verberam o obscurantismo religioso, tentam renovar antigas instituições moldadas pela escolástica e pelo verbalismo à luz de padrões ilustrados, testemunham formas várias de rebeldia mental e de heterodoxia, dão a conhecer «a graça e o vigor» de Voltaire ou o génio original de Rousseau, deixam perceber a tolerância e a liberdade cívica, fazem a apologia da vitória final da «liberdade e da razão», denunciam os tiranos opressores da Pátria, evocam a revolução resplandecente além fronteiras e capaz de apagar o despotismo feroz que no Reino prevalecia, ou seja, a aliança entre o trono e o altar que, com altos e baixos, subsistia no país. Sobre a ligação entre os grandes nomes da literatura e a ilustração existe boa cópia de estudos, que ganhariam outra amplitude, em termos de história das ideias, se se estendesse aos autores menores, hoje esquecidos.

Na verdade, o conhecimento das «luzes» e a sua adopção em termos críticos e racionalistas vai nuns casos larvar, demolir noutros, componentes dessa simbiose, a começar justamente pelo altar, julgando o trono que mais não faz do que reforçar a eficácia do seu poder.

Melhor exemplo não há do enfraquecimento do bastião eclesiástico do que o processo de cerceamento dos seus privilégios fiscais e, bem assim, os casos de intromissão da Coroa em questões do foro eclesiástico conduzidos em nome das doutrinas regalistas que afinal acabam por minar a coerência do regime absoluto.

Por sua vez, na esfera particular, a acção corrosiva, mas também criativa das «luzes» em favor da monarquia tradicional, ou na lógica reformista do despotismo esclarecido, acontece por obra de indivíduos e de tertúlias que florescem em diversos pontos do país.

Aqui, pela intensidade das leituras, interesse dos componentes e natureza dos conceitos debatidos, possuem inegável projecção alguns focos suficientemente analisados e outros de que há notícia segura, mas conhecimento limitado.

Pertencem ao primeiro grupo:

1. O núcleo de militares e estudantes ilustrados de Valença do Minho, que também congrega outras pessoas da região, no qual, pelos meados dos anos 70 do século XVIII, renasce o veio outrora alimentado

pelo poeta e oficial de artilharia José Anastácio da Cunha e sempre pela biblioteca do general escocês ao serviço de Portugal, Diogo Ferrier, e pelo saber de outros oficiais do mesmo modo alistados no exército português.

2. Os núcleos de Coimbra, projectores de vida contestação dos estudantes a que, em certa fase, está ligado o já referido José Anastácio da Cunha, entretanto colocado na Universidade como lente de Geometria e, decerto, outros lentes mais cautos que aos seus alunos inculcavam a leitura de livros proibidos, sem dar nas vistas.

São núcleos a respeito dos quais se sabe o essencial e se espera vir a saber mais. Grupos pior estudados, mas porventura não menos importantes, tanto quanto deixam perceber os processos inquisitoriais, temo-los em Lisboa. É o caso:

1. do núcleo da Casa do Risco da Ribeira das Naus frequentado por oficiais da Marinha e bachareis;

2. do núcleo a que pertenceu o brasileiro Dr. José Bonifácio de Andrade e Silva, mais tarde conhecido como um dos patriarcas da independência do Brasil.

Àcerca de uma tertúlia existente em Lamego, cujo animador era um certo Agostinho Freire e alguns padres, pouco está averiguado, o mesmo acontecendo em relação a tertúlias do Porto e de Braga que funcionaram nos últimos decénios de setecentos, por exemplo.

Demais, se em Valença, em Coimbra e em Lisboa os filósofos são lidos no original, como o seriam no Porto, onde, em 1770, se vendia Bacon, Condillac e Rousseau; em Lamego, diz uma fonte inquisitorial, tópicos do filosofismo irreligioso eram entendidos através de «folhetos escritos em letras de mão», como também se usava um pouco por toda a parte.

Entre os autores compulsados, o mais frequentemente referido e cotejado nas tertúlias activas é Voltaire. O Voltaire das *Cartas Inglesas*, do *Dicionário Filosófico*, da *Miscelânea*. Amiúde são lembrados passos de Montesquieu, sobretudo das *Cartas Persas*; de Rousseau, designadamente do *Emílio*, da *Nova Heloisa*, do *Contrato Social* e ainda de Bielefeldt, d'Holbach, D'Argens, Frederico II, Mirabeu, La Mettrie, Mably e outros.

Quando, através dos processos inquisitoriais, se estudam os focos de leitura e discussão ou se atende às ilações extraídas de livros por particulares isolados, um domínio que a todos os intervenientes sobremaneira atrai é o da irreligião. O facto resulta da natureza sacra das averiguações inquisitoriais e tem porventura uma explicação. Num país saturado de devoção e clericalismo o que mais seduzia ou espantava na produção dos «filósofos» residia nas críticas contra a doutrina, o culto, as instituições e as pessoas eclesiásticas, como ainda os ataques à moral que se volviavam em permissões hedonistas. Aos leitores com preocupações científicas também impressionavam as discrepâncias postas a nu pelos «filósofos» entre os ensinamentos bíblicos e as revelações da ciência.

No decurso das suas conversações os componentes das diversas tertúlias atinham-se ao primado da razão e aos corolários da filosofia natural. Não sem dúvidas e problemas de consciência, uns afirmavam-se deístas, outros diziam-se ateus, outros ainda indiferentes, enquanto louvavam em comum a tolerância e satirizavam com veemência o bastião rigorista que o Santo Ofício constituía.

Embora, regra geral, os processos inquisitoriais não o digam, dado o cariz religioso do tribunal em questão, alguns contestatários associavam à heterodoxia laivos de animadversão à monarquia absoluta ou mesmo ao trono, parâmetro, em princípio, fora da alçaca dos inquisidores, mas que emerge com clareza no interrogatório inquisitorial de um médico dado à liberdade de pensamento, que às instituições da França revolucionária publicamente manifestara simpatia. Ainda quando exprimiam de forma vaga, imprecisa ou grosseira as suas opiniões heterodoxas ou até politicamente aberrantes, tais indivíduos mostravam-se, afinal, abertos, possuidores de tendências críticas, de hábitos de tolerância, às vezes de análise racionalista, análise que é própria do espírito revolucionário do final de setecentos, por ser o invés do respeito pela tradição, característica do Antigo Regime.

Daí o que de politicamente prenunciador existe nas tomadas de posição heterodoxas, algumas bem efemeramente assumidas.

Em formas e sectores variados, a projecção das «luzes» do século no país, fez-se sentir desde cedo, conforme provam os estudos de Coimbra Martins. Foi assim que na filosofia se procedeu à revisão do aristotelismo e se formulou um corpo doutrinário anti-aristotélico, do mesmo passo que se investia contra o formalismo e as logomaquias escolásticas, pugnando pela supressão de falsos problemas, pelo descrédito do silogismo e dos argumentos baseados na autoridade, em ordem a pôr o acento tónico no engôdo pela experiência e, conseqüentemente, na oposição, já a toda a construção do pensamento que não se alicerçava em factos e leis comprováveis, já ao espírito de sistema.

No último quartel de setecentos, e em domínios que se estendem da economia à história, passando pela ciência, a literatura e as artes, as «luzes» do século inspiram o funcionamento e as realizações de algumas instituições onde transparece a «alma inquieta da Enciclopédia».

Assim aconteceu na Academia Real das Ciências de Lisboa e também na Sociedade Económica dos Amigos do bem Público de Ponte de Lima, isto para exemplificarmos o fenómeno evocando uma instituição marcante, com sede na capital e projecção nacional, e uma instituição de província, com irradiação regional, ambas apadrinhadas por príncipes de sangue real.

A última, apoiada pelo Arcebispo de Braga, D. Gaspar de Bragança, procurou estimular o progresso local, mediante o patrocínio à cultura e fiação da sede e do linho, através do estabelecimento de uma escola de têxteis e interessando-se, outrossim, pela navegabilidade do rio Lima, em cujo vale operava, de modo a assegurar a comercialização da produção comarcã. Por sua vez, a Academia Real subdividiu-se em secções de ciências naturais, exactas e belas letras e realizou uma obra de envergadura no campo da ciência e da sua aplicação, conferindo particular estímulo à investigação original. Nos *Livros e Memórias* que deu à estampa abundam os estudos úteis e inovadores, recolhem-se fontes literárias e historiográficas antigas. Em vários textos que publicou perpassa o influxo de grandes nomes da ciência moderna, de filósofos dos séculos XVII e XVIII, com destaque para a repercussão do fisiocratismo nas *Memórias Económicas*. Numa e noutra, encontramos ao lado de personalidades do clero e da nobreza, pessoas de extracção burguesa. Para se ter uma ideia do peso dos filósofos no enquadramento da pesquisa pela Academia das Ciências propugnada, bastará recordar que num dos projectos, cujo estudo põe a concurso, se indica na bibliografia obras de Locke, Condillac, Diderot, a par da própria *Enciclopédia*.

Não é pois de estranhar a presença na Academia, como na citada Sociedade Económica, de simpatizantes da França da Revolução, de individualidades que da ilustração passaram ao liberalismo, de «afrancesados» que o foram aquando da Guerra Peninsular, de fundadores e corifeus do regime liberal.

Trajectórias semelhantes terão percorrido, na mesma época, outros portugueses, a quem a confrontação entre as experiências alheias e as dificuldades do país, sobretudo depois das invasões francesas, aliada à ineficácia dos governantes, conduziu aos caminhos da liberdade por convicção e também para evitar males maiores como, por exemplo, explosões de cólera popular acima de tudo indesejáveis. Outros, porém, criaram, muito antes, simpatia pelas revoluções inimigas dos despotismos,

através da leitura de jornais portugueses e estrangeiros dos finais de setecentos, onde também se falava dos filósofos e das suas obras.

De facto, em Portugal quem sabia línguas estrangeiras podia adquirir, por exemplo, o *Mercur* francês, e o *Courrier de l'Europe*, a *London Gazette*, a *London Chronicle*, ou o *Courier* londrino e quem dominava só o idioma pátrio recorria de preferência à *Gazeta de Lisboa* e ao *Jornal Enciclopédico*, durante o tempo em que os mesmos órgãos conseguiram informar o público sobre os movimentos revolucionários.

Dirigido pelo lente de Medicina, Henriques de Paiva, autor perseguido pela Inquisição e mais tarde sequaz dos exércitos napoleónicos, o *Jornal* referiu-se aos filósofos, deu a conhecer os sucessos da nação americana e da Revolução francesa entre os fins dos anos oitenta e a década de 90, tempo por excelência da sua publicação. E quando destes eventos está impedido de falar pela censura, lembra, de maneira laudatória, os corifeus da ilustração ou aspectos da sua doutrina, com o fito confessado de dirigir as «preferências literárias» dos leitores, leitores que nem sempre reagem bem às orientações preconizadas, por não terem «luzes de sobejo», queixa-se o redactor.

Por isso, disseminadas pelas suas páginas deparamos com referências elogiosas ao enciclopedista D'Alambert e aos pensadores Bacon, Hume, Buffon, Jeremias Bentham, deparamos com um ensaio sobre a filosofia de Condillac e com uma recensão crítica de Adam Smith, que o redactor considera um dos «grandes filósofos do século», outrossim considerando «tão célebres e tão estimáveis» as *Obras Completas* de Rousseau, numa edição expurgada. Por sua vez, aos assinantes no *Jornal* Voltaire é lembrado pelos «seus talentos» e Montesquieu por ser «um dos raros escritores que a Europa coloca no número dos génios criadores». Eis porque a secção bibliográfica, como o jornal no seu conjunto merecia uma análise sistemática que não está feita.

Na secção do noticiário sobre os países estrangeiros a redacção do *Jornal* — cuja composição se não conhece, a exemplo das suas fontes de financiamentos e a sua tiragem — deixa perceber indistigível simpatia pela América do Norte ao sublinhar, em 1789, que «todas as pessoas que se interessam pelo bem do género humano ardentemente desejam ver consolidada a nova república».

Por esse tempo, como vinha acontecendo desde 1783, prosperavam as ligações comerciais entre Portugal e os Estados Unidos, as quais além de tonificarem a burguesia mercantil portuguesa, exprimiam a diversificação das relações exteriores do Reino então em curso. Antes, porém, quando da rebelião das 13 colónias, em 1776, Pombal fechara os portos lusitanos à navegação americana e expulsara todos os navios dessa origem

ancorados no país. Para salvaguardar as intensas relações com a Inglaterra, no curso da guerra americana, o governo de D. Maria I manteve uma posição de neutralidade, globalmente favorável aos britânicos, malgrado as pressões exercidas pela França e pela Espanha que se aliaram aos insurgentes. Da situação tirou partido o comércio naval português e os seus mercadores que aproveitaram o estado de guerra em que estavam outras nações para as substituir no tráfego marítimo no Atlântico e até nas ligações com a Ásia.

Simultaneamente, no final da centúria, deparamos com tomadas de posição favoráveis aos americanos nas obras dos poetas Filinto Elísio e Bocage e alusões às doutrinas constitucionais americanas numa célebre polémica sobre direito público em que se envolveram dois dos mais célebres juristas portugueses. E tanto no *Jornal Enciclopédico*, como principalmente na *Gazeta de Lisboa*, e mais esporadicamente no pequeno periódico *Variedades*, dos primórdios de oitocentos, vêm notícias acerca dos Estados Unidos, seus aliados e seus próceres.

Com estranho denodo e claro entendimento prospectivo, em Setembro de 1778, ano em que volta a publicar-se depois de um forçado desaparecimento, a *Gazeta* comenta a independência americana nestes termos:

«A divisão entre a Inglaterra e as suas colónias faz a revolução mais memorável que tem havido no nosso globo, porque as consequências que dela se hão-de seguir terão necessariamente grande influência no sistema geral de todas as nações».

E, daí para o futuro, a *Gazeta* insere informações sobre a guerra americana. Relatos de operações bélicas envolvendo desde logo franceses, ingleses e índios, como ainda outros dados, marchetam os noticiários internacionais provenientes de nações diversas que oportunamente surgem também a propósito das posições da Holanda e da Espanha. Em Outubro de 1789, flamejava a revolução em França, a *Gazeta*, tal como o *Jornal Enciclopédico*, dá conta de notícias chegadas dos Estados Unidos acerca da Constituição de 1787, cuja vigência começa em 1789. O teor dos informes reportam-se a aspectos do texto constitucional com interesse para pessoas apostadas em negociar com a América. Noutra ocasião a *Gazeta* vai mais longe: a propósito de explicar que, para os americanos de Filadélfia, a Constituição, enquanto fruto do povo, não poderia ser alterada pelos poderes em exercício, observa que, segundo o mesmo entendimento, invioláveis ficariam para sempre, no número dos direitos essenciais, a liberdade de consciência e a liberdade de prelo.

Ora, na monarquia portuguesa não floresciam tais prerrogativas, nem se gerara ainda qualquer nação liberta do jugo colonial e senhora

duma constituição republicana onde esses e outros direitos do homem e do cidadão estivessem consignados. Sem embargo, no Reino pressentia-se a projecção histórica da independência americana o que ela significava para o género humano. Acresce ainda um aspecto significativo: esta última verificação ocorre depois de, em anos sucessivos, a *Gazeta* ter propagandeado as revoluções que, na sequência da independência das colónias inglesas, abalaram diversos países da Europa, antes que a França entre em culminante transformação. Ou seja, as convulsões que, na década de 80, abalaram a Inglaterra e a Irlanda, os Países Baixos austríacos, as Províncias Unidas, bem como a Suíça.

Tais informes mereceram a tolerância da censura régia, mesmo se evidenciam que a República dos Estados Unidos era um modelo presente no espírito dos que na Europa lutavam pelo fim das formas políticas injustas e contra situações sócio-económicas iníquas, persistentes desde há séculos. Na verdade, testemunha-o a *Gazeta*, o exemplo americano serviu de fermento aos anseios de emancipação de escritores que a seu modo apoiavam os movimentos insurreccionais que ocorriam aqui e ali.

Em Portugal, bom exemplo de intelectuais desta estirpe são os já referidos Filinto Elísio e Bocage, poetas que a Inquisição e a polícia perseguiram.

Para increpar e diminuir as ideias e realizações da América revolucionária, na Inglaterra fazia-se uso de boatos negativos. Tal facto mereceu à *Gazeta* a publicação de uma longa carta de um cidadão americano que pretendia repôr a verdade. Mas mais importantes que este tipo de informes, são as notícias sobre as revoluções nas Ilhas Britânicas, por exemplo, as quais levaram tempo a chegar a Portugal.

O noticiário de Londres aparece em regra com 27 dias, ou mais, de atraso e com 42 dias o proveniente de Dublin. Ora, na folha oficial portuguesa surgem, com insistência, novas das ilhas entre 1780-1785.

Cronologicamente, é nos países britânicos e, singularmente, na Irlanda que a luta revolucionária irrompe primeiro e é aí que a ligação com a revolução americana transparece com maior nitidez. De facto, no noticiário relativo à Irlanda, a *Gazeta* põe a nu algumas linhas de força marcadas pelos sucessos da América independente. Esses aspectos têm a ver com a obtenção de facilidades de comércio, com a autonomia legislativa e administrativa, com a autonomia económica real por que se batem os irlandeses. À pressão exercida pelas reivindicações da Irlanda para a anulação, que acontece, de legislação desfavorável, cabe a responsabilidade directa pela eclosão de graves motins em Londres, a que a *Gazeta* aludiu. Além disso, existe uma articulação, apontada pelo colonista, entre os revolucionários da Irlanda e da Suíça, pois é na Irlanda

que se acolhem os refugiados políticos genebrinos. O facto provoca comentários irónicos na Grã-Bretanha, também eles dados a conhecer aos portugueses.

Qual o panorama da Irlanda descrito na *Gazeta*?

O periódico de Lisboa mostra-nos uma Irlanda onde o povo vibra e participa com paixão e ardor patriótico na cena pública, marcada esta, já então, por actos de violência que visam os ingleses e têm por fito pressionar o hesitante parlamento local. Por outra parte, a repressão britânica e as cedências dos deputados londrinos sucedem-se, sem debelar uma situação agitada por erupções espontâneas ou activada por panfletos anti-ingleses. Os informes sobre as Associações de Cidadãos e sobre os Corpos de Voluntários emprestam colorido ao que se refere sobre a Irlanda. O noticiário exala boas observações sobre a lucidez política que acompanha o empenho militar dos mesmos voluntários. Eles são uma «espécie de alerta e consciência crítica do povo e dos governantes», a ponto de merecerem ora a censura, ora o encómio dos parlamentares. Em notícias posteriores a 1783, vê-se como a criação de um Congresso Nacional, que pediu o direito de voto para os católicos, provoca discussões intestinas e atenua a força do movimento insurrecional anti-inglês. Nem os motins religiosos dos fins de 1786 lograram, daí para o futuro, relançar a agitação, ficando Londres senhora da situação já em 1789.

Do processo revolucionário irlandês que a *Gazeta* largamente referiu alguma coisa ficou. Como é sabido, e a *Gazeta* contou, os irlandeses, cujo comércio para a América fora afectado pela revolta americana, quando mobilizados para defenderem a ilha de uma possível invasão do exército real da França, inimiga dos ingleses e aliada dos colonos, aproveitaram a oportunidade da sua reunião nas casernas para reclamarem mais liberdade e, bem assim, a igualdade entre os católicos e os protestantes. Depois de vários e complexos episódios, os irlandeses conseguiram, nesta época, tornar-se Reino, sendo declarado autónomo o parlamento local.

Prosseguindo a tentativa de exemplificação do tipo de noticiário e problemas abordados pela *Gazeta de Lisboa*, a propósito das revoluções dos fins do século XVIII, vejamos agora os casos da Suíça e da Holanda:

Se a revolução americana se repercutiu na Irlanda, projecção não menor alcançou entre os helvéticos, designadamente em Genebra, onde um surto democrático perpassou em 1782, como antes sucedera em 1768. Conforme Jacques Godechot explica, as revoluções suíças foram consequência dos progressos das «luzes», do confronto entre classes e de dificuldades económicas. No cantão de Genebra os revolucionários quiseram suprimir a desigualdade entre as diversas categorias de população que compreendia patrícios, burgueses, nativos e habitantes estrangeiros.

Uma coligação contestatária, formada por nativos e burgueses, tomou o poder, em 1782, antes dominado pelos patrícios. Pensou-se que Genebra ia transformar-se numa república democrática, em cuja formulação pesaria o *Contrato Social* de Rousseau. Chamados pelos patrícios, Berna, Zurique, a França e a Sardenha bloquearam a cidade e o poder voltou aos seus primitivos detentores, em 1783.

No desenvolvido noticiário que, entre 1781 e 1783, consagra aos acontecimentos helvéticos, a *Gazeta* explica a génese do descontentamento, define-lhe as componentes e assinala o desentendimento entre o povo e os órgãos do poder. O ascenso dos revolucionários é descrito num quadro onde se assinala a vitória e as realizações dos insurrectos e depois a derrota da efémera democracia às mãos das forças estranhas, tradicionais aliadas dos patrícios genebrinos, que voltam ao poder, enquanto os insurgentes se dirigem à Irlanda onde, como referimos, encontram guarida.

A imagem de uma sociedade nova, democrática, próxima do modelo concebido por Rousseau, ou seja, o mito que da América autónoma extravazava, atraíu de maneira evidente os insurgentes da Holanda nos anos 80. Estes queriam obstar ao reforço do poder do «stathouder» e ao mesmo tempo imprimir um tónus democrático às instituições do país, ensina Godechot. O chefe radical dos patriotas apelou à luta contra os tiranos e na sequência da proclamação lançada em 1781, entre 1783 e 1787, as Províncias Unidas conheceram uma situação insurrecional que quase levou à deposição de Guilherme V. Este chegou a abandonar Haia, mas graças à intervenção de tropas britânicas e prussianas, por ele requerida, abafou a revolução.

Ora, a partir de 1780, mas sobretudo de 1781 em diante, e de um modo crescente em 1786 e 1787, a *Gazeta de Lisboa* fez eco do que acontecia nas Províncias Unidas. Os gazeteiros relatam o poder ditatorial e anti-constitucional do «stathouder», tratam da conformação dos partidos políticos na cena política holandesa, não sem explicar o grau de rebelião que grassava nas várias províncias, bem como o papel assumido pela imprensa no desenrolar do processo. A progressiva perda de mando por Guilherme V é também pormenorizadamente relatada. Aponta-se, por exemplo, a redução do seu poder militar e a perda de benefícios que sofreu. Abundam na *Gazeta* referências às repercussões internacionais dos acontecimentos, ao crescendo da insatisfação popular e a ocorrência dos primeiros tumultos em 1782.

Os sinais de guerra civil em preparação são, a par e passo, dados a conhecer aos portugueses pelo jornal. A sua concretização polariza-se com o advento do período dos patriotas, empenhados na reorganização do país. Ao testemunhar o desenvolvimento deste processo, o periódico

assinala a criação de uma Junta de 5 membros incumbida de reformar a república, fala da constituição da Junta militar e, bem assim, de outros eventos notáveis, como foi o boicote que Guilherme V procurou fazer ao desenrolar dos acontecimentos. Por fim, descreve a intervenção da Inglaterra e da Prússia e a partida dos insurgentes derrotados rumo à França e à Bélgica, que tem como contraponto o progressivo reforço do governo orangista.

Os dados de que dispomos, colhidos na *Gazeta*, permitem alargar a outras nações as referências sobre as repercussões em Portugal das revoluções que precederam a Revolução francesa. Julgo que os exemplos apontados provam que os portugueses melhor que a revolução americana e melhor do que a revolução francesa, de perto conheceram os movimentos libertários de inspiração americana, ou à América ligados, ocorridos na Europa e nomeadamente os da Irlanda, Genebra e Províncias Unidas.

No que à França concerne, sabemos que até ao início dos anos 90, o escambo mercantil luso-francês teve incremento, em virtude da relevância dos produtos brasileiros e, em especial, do algodão, contribuindo para tal situação, favorável a Portugal, a melhoria das relações com a Espanha e, naturalmente, com a França, antes verificada.

Durante o período de guerra e trégua provisória entre Portugal e a nova república, que se estende de 1792 a 1801, avultam as dificuldades o que não obsta a que determinados artigos brasileiros, portugueses e mesmo de outras proveniências, úteis à indústria e ao esforço de guerra, deixem de alcançar a França, já à sombra do contrabando, já por meio de navios, com destino disfarçado, abastecidos nas cidades portuguesas por correspondentes secretos, entre os quais figuram diplomatas americanos, negociantes holandeses, etc.

Por último e até às invasões napoleónicas (1807-1811), o comércio de Portugal com a França cresce extraordinariamente, conforme Albert Silbert demonstrou.

Por sua vez, no plano diplomático, J.-F. Labourdette ultrapassando as análises de pormenor dos historiadores portugueses, socorrendo-se de achegas importantes quer de Albert Silbert, quer de Jacques Gadechot, quer ainda de Caetano Beirão e manejando os estudos da historiografia europeia, esclareceu com nitidez os propósitos e as fases da política exterior do Reino.

No último quartel de setecentos, à Corte de Lisboa importava, antes de tudo, garantir a independência nacional e preservar o império ultramarino, tendo em conta, por um lado, a preponderância naval da Inglaterra, por outro, o seu peso nas transações comerciais, face à complementaridade económica das duas nações e à evidente prosperidade comercial do país, vivificada por produtos coloniais transaccionados sobretudo a partir de

Lisboa. Para o conseguir, o Governo queda-se, primeiro, numa posição de expectativa e defesa entre 1789 e 1792, assume-se, depois, como parceiro das coligações contra a França revolucionária de 1792 a 1795, altura em que toma parte na invasão do Rossilhão, após dolorosa conscrição de tropas e perdas de vulto numa campanha difícil. Portugal vê-se, mais tarde (1795-1801), confrontado com a aliança franco-espanhola, procede a novos recrutamentos de tropas, acompanhadas de exações que deveras molestem os povos. De par, afanosamente procura a paz sem engeitar a aliança inglesa, aliança que momentâneamente abandona por força da agressão espanhola conhecida pela «Guerra das laranjas» (1801) prélio que implica a invasão do país, origina ceifa de vidas humanas e cuja consequência perdurável será a alienação do pequeno território de Olivença, no Sul do país, a par de alguns territórios no Norte brasileiro.

Por último e uma vez firmada a paz (Badajoz, 1801), que a breve trecho também envolve a Inglaterra e a França (1802), Portugal assegura a sua autonomia e continuada prosperidade mercantil, até porque a liberdade e tranquilidade das ligações com o Brasil ficaram garantidas até 1807. Só que, pelos anos de 1806 e 1807, na sequência de um processo pressentido por Napoleão, em 1798, quando disse a Talleyrand — «É necessário que a República tire aos ingleses o único aliado que lhes resta na Europa», o Reino é compelido a respeitar o bloqueio continental, cujo fito era asfixiar a Inglaterra. Ora, como em vez de o aceitar a diplomacia portuguesa oscila entre os britânicos e os franceses, pendendo para o aliado tradicional, em Novembro de 1807, dá-se a invasão do país pelos exércitos de França e de Espanha, nações que entre si tinham ajustado, em Fontainebleau, a fraccionação do território continental em três fatias, uma das quais ficaria para o governante espanhol Godoy. Então, a fim de garantir a existência do Estado, guardar as possessões coloniais e assegurar o escambo privilegiado com a Inglaterra, a Corte e o Regente seguem para o Brasil, comboiados pela esquadra britânica.

Deste modo, efeitos claros da Revolução, aqui representada pelas tropas do Império, fazem-se sentir em Portugal, no quadro das suas relações com o exterior, nos seus domínios ultramarinos, onde doravante sedeia a cabeça da monarquia. Tinham decorrido vinte anos desde que a *Gazeta de Lisboa* principiara a noticiar a agitação pré-revolucionária. Nesse lapso de tempo, marchetado por altos e baixos, crescera o partido francês ou, pelo menos, o contingente dos que olhavam com simpatia as ideias e experiências antes congeminadas pelos «filósofos», agora protagonizadas pela França nova.

Mas voltemos a 1787 e ao noticiário da *Gazeta* a que aludimos. Depois das investigações de Latino Coelho no século passado, complementadas, no nosso século, por Caetano Beirão, sabia-se que a partir

de Dezembro de 1787 a *Gazeta* começara a mostrar simpatia pela França em mutação, dando notícia favorável de eventos políticos que prepararam o sucesso da revolução. Louva o duque de Orleães, apresentado como chefe popular, e censura, em 1788, a «cabala jesuítica» armada contra os interesses do povo. Em simultâneo, refere a agitação que a reforma dos parlamentos de Brienne provocara e bem assim o apoio dado pelos militares aos prejudicados, vendo na teimosia dos ministros a causa da situação existente. «O correspondente de Paris escrevia sem rebuços e os leitores portugueses viam assim os acontecimentos liberalizados», diz um historiador. Em Março de 89, fala-se da actividade dos fidalgos do Rossilhão, os quais porque «são homens e cidadãos antes de fidalgos», estão dispostos a «sustentar o direito e as liberdades dos povos». Menciona-se também a esperança que das convulsões nasça «uma excelente constituição», caso o rei abdique um pouco da sua autoridade.

Os acontecimentos de 1789 vêm, de facto, contados pormenorizadamente na *Gazeta* que continua a louvar o duque de Orleães. Em Agosto fala da revolta dos soldados contra o príncipe de Lambese e dos comícios do Palais Royal. Em côres vivas põem-nos ao corrente dos movimentos da multidão, dos 300.000 cidadãos armadas e do ódio a certos fidalgos. Apesar da gravidade da situação, o gazeteiro mostra-se sereno, afirma, com iniludível simpatia, que a defesa de Paris está «entregue a cidadãos honrados e limpos». A tomada da Bastilha e a chegada de Luís XVI a Paris são igualmente objecto de relato. O repórter setecentista sublinha que ouviu poucos «vivas ao rei» e muitos «vivas à nação», acabando-se por vitoriar em conjunto o rei e a nação.

O êxodo dos fidalgos de Versalhes, bem como o esboço de constituição vêm em números posteriores da *Gazeta*. Evocando a sessão de 4 de Agosto, o articulista exclama, entusiasmado: «magnífica sessão digna de todos os séculos» e «de um bem distinto lugar na história da França e na do espírito humano». Esta correspondência marcada por um vocabulário de sabor ilustrado, foi a última de carácter eminentemente político. Em 1790 voltam as notícias sobre a França, a que não falta implícita comunhão, avultando mais tarde o que a *Gazeta* noticiou das guerras de Itália, conduzidas pela França. Aí se descreve a progressão, tão exitosa quanto rapace [e institucionalmente inovadora], dos exércitos franceses, as vitórias de Napoleão e de outros generais, as extorsões e rapinas de que a Itália foi vítima, os seus efeitos sobre o governo pontifício, mais do que as reformas que aí aconteceram. Sobre as guerras de Itália abundam as informações na *Gazeta*, mesmo quando nelas descortinamos a transcrição de textos das gazetas realistas da Europa, as quais são mais extensas do que os informes atinentes ao advento da Revolução francesa propriamente dita, de que tratamos. Essas notícias

eram logo discutidas nos cafés, botequins, casas de pasto e em assembleias e cenáculos literários. Nos cafés, por vezes, havia jornais portugueses e também franceses, espanhóis e ingleses à disposição dos frequentadores.

Tal facto não passou despercebido às forças de segurança. Em fins de 1792, a polícia propõe que a população, que na sua esmagadora maioria só sabia português, não fosse informada através da *Gazeta* dos acontecimentos favoráveis aos franceses, tanto mais que certas notícias, antes divulgados, tinham provocado queixas. Melhor seria anunciar um inquérito contra o gazeteiro e suspender a *Gazeta*, suspensão que se manteria indefinidamente, o que jamais sucedeu. Diz um contemporâneo em 1793: «Havia já porfia nos botequins sobre guerras; proibiu-se neles a lição das gazetas, mas isso não tapava a boca» às pessoas.

Essencialmente um mensário de cultura, certamente pelas mesmíssimas razões, o *Jornal Enciclopédico*, que tal como a *Gazeta* inseria correspondências atinentes à França convulsa, antecede-a no silenciar de revolução. Ora, em relação aos noticiários sobre a França, ou a respeito da ilustração a que já nos referimos, importa observar que, embora limitados, revestiram-se de importância, como vários indícios documentam. Todavia, devem ser pesados no quadro da informação veiculada sobre os mais variados temas nos periódicos em questão, periódicos acerca dos quais não existe qualquer monografia do género das que foram feitas por Boisvert ou por Pivnic, esta sobre *O Anónimo*, e que tão imprescindíveis se mostram para ponderar a natureza e o grau de efectiva ressonância da imprensa junto dos respectivos leitores.

Em concreto, quem fossem os leitores da *Gazeta de Lisboa* não está, que eu saiba, estudado. Em contrapartida, conhecemos o nome, e só o nome, dos assinantes do *Jornal Enciclopédico* em todo o país e qual a condição social de muitos. A maioria não provinha nem da alta aristocracia, nem do clero, antes pertencia a sectores intermédios, mas abastados, da pirâmide social. Em Portugal, tal como em Espanha sucedia, cada exemplar passava pelas mãos de vários leitores e, na província, ao preço de cada exemplar acrescia o custo elevado dos portes. Que entre os subscritores figurem negociantes e outras personalidades estrangeiras, designadamente franceses, interessadas em assuntos políticos, culturais e científicos, não é de estranhar, pois o mesmo ocorria no país vizinho.

Aliás, da política francesa durante a revolução falavam amiúde os franceses que em Portugal residiam, alguns com muita simpatia, os emigrados gauleses que para Portugal fugiram e, de uma maneira geral, o pequeno núcleo de jacobinos portugueses, entre os quais havia mações. Ao contrário do que Jacques Godechot pensava, baseado na correspondência de Diogo Ratton, um importante francês radicado em Lisboa, os arquivos da polícia mostram que foram muitos os franceses incomodados e até

expulsos pela polícia, nos finais do século XVIII. Ratton, que pertencia à alta burguesia, na sua correspondência mostra simpatia pela revolução e informa que os franceses viviam sossegados em Portugal. Referia-se, decerto, aos do seu meio. Ora, a colónia francesa era numerosa, sobretudo em Lisboa, Integrava criados, cabeleireiros, alfaiates, tecelões, relojoeiros, pintores, preceptores, livreiros, militares, negociantes, industriais e, por último, nobres e clérigos emigrados por causa da Revolução.

Demais, entre os franceses estantes em Portugal, alguns houve que deram forte impulso às actividades maçónicas no nosso país e que participaram, directa ou indirectamente, na propaganda da Revolução francesa.

Que formas assumiu essa participação?

Como reagiu o governo português frente à tomada de posição de franceses radicados em Portugal?

A reacção das autoridades e da diplomacia lusitanas frente aos acontecimentos que, de 1787 em diante, ocorreram na França, começou por não ser puramente negativa. Tanto o Secretário de Estado dos Estrangeiros, Luís Pinto, como o embaixador em Paris, D. Vicente Sousa Coutinho, pensaram que das transformações em perspectiva resultaria um futuro melhor para a França, onde outras nações encontrariam modelos a seguir.

A breve trecho, porém, a agitação e as propostas e inovações lesivas dos privilegiados despertaram progressiva hostilidade, hostilidade que determinou o silenciar dos entusiasmos e pesou na organização da defesa do Reino contra o contágio gaulês.

Nesta ofensiva contra-revolucionária logo se distinguiu o Intendente Geral da Polícia, Pina Manique, que, ao longo da década de 90 e até 1804, olha com desconfiança crescente os residentes franceses em Portugal, os seus amigos, enfim tudo o que lembra a terra da grande Revolução. Os seus cuidados levam-no a temer os criados e preceptores de além Pirinéus, a espionar os franceses de Lisboa, a vigiar o trânsito fronteiriço, a controlar a correspondência dos cidadãos da nova república e as suas operações comerciais.

Perante o ministério, anota as contravenções na venda de obras proibidas por livreiros gauleses, acusa o recebimento de notícias e papéis revolucionários destinados a indivíduos da mesma nacionalidade, dá conta das suas confabulações em público sempre que elas implicam simpatia pelos homens de Paris, e não se esquece de investigar, quer das denúncias que lhe fazem chegar, quer os movimentos e as acções de reais ou hipotéticos espiões, emissários e propagandistas franceses chegados a Lisboa.

Famoso ficou o processo de censura contra o livreiro José Dubié,

um vendedor de livros proibidos que os guardava na Embaixada de França, ou então do livreiro do Porto, José Ribeiro França, que distribuía papéis subversivos. Quanto a notícias, a polícia denunciou, por exemplo, uma linha de informação que pela Galiza introduzia novas da revolução em Portugal e refere-se à vigilância exercida sobre o francês Fontaine, um indivíduo interessado em questões políticas que tinha correspondência, via Madrid, com membros da Assembleia Nacional de França. Como denunciante, inimigo da Revolução, funcionou o superior dos Barbadinhos franceses de Lisboa, que acusou o inglês Kerc de ser um agente da Assembleia Nacional francesa (1791). Dubié, Fontaine, Kerc e muitos outros foram obrigados a deixar Portugal, tal como aconteceu ao negociante António Manthevon de Curnieu e seus dois filhos e ao pintor Noël.

Cuidado particular causou-lhe a certeza de que, em Junho de 1792, franceses desconhecidos tinham andado por lugares públicos, cafés e casas de jogo lisboetas a referir, sem fim que os obrigasse a estar em Portugal, «os factos da liberdade que haviam praticado os franceses para se tirarem da escravidão em que se achavam sujeitos ao poder de um homem que era Rei, que os governava e os tinha como em escravidão, contando, para abono, o sossêgo e tranquilidade em que estava a França e as festas de alegria que o povo de um e outro sexo tinha feito por terem conseguido a sua liberdade». Os franceses em questão, que também foram postos na fronteira, chamavam-se Desclays, Segri, Barli, Deverest e Dame.

Em mais de um ensejo, a polícia verifica que franceses e portugueses cantam estribilhos revolucionários ou falam da liberdade em lugares da capital. Em mais de uma ocasião, dói-se por estes proferirem ditos contrários à religião e à soberania do Regente, que lhe competia acautelá-los.

Por exemplo, em Agosto de 1794, num restaurante e casa de jogo de Lisboa, frequentado por franceses, estrangeiros e portugueses, grande número de pessoas entoou em português cantigas revolucionárias e proferiram liberdades semelhantes às que na França visavam a realeza, propondo o plantio da árvore da liberdade no Terreiro do Paço. Opiniões libertárias e contrárias aos reis produziam-nas também, em 1799, os operários franceses da fábrica de sedas, enquanto em 1797 havia um grupo que numa taberna cantava em francês estribilhos sediciosos que, todavia, os naturais não entendiam.

Já em 1802, causam preocupações à polícia não só os livreiros, mas também os relojoeiros franceses e alguns oficiais e soldados emigrados, cuja expulsão é proposta por actividades lesivas do interesse do Estado.

Além disso, com grande escândalo da polícia, uma vez por outra, os cocares ou laços tricolores, símbolo da revolução, foram vistos nas

ruas da capital e motes e melodias parisiños ecoaram em tabernas entoadas por marinheiros gauleses de passagem pela capital do Reino.

Para obstar ao proselitismo dos mareantes, em Outubro de 1794, o Intendente da Polícia impede um grupo de desembarcar em Lisboa, receoso das «segundas intenções aleivasas do inimigo comum do género humano». Pelas mesmas razões, proíbe o uso, no Norte, não apenas dos cocares, como ainda de luvas, com figuras alusivas à reunião da Assembleia convencional em Paris.

Bem antes, medidas de apertada vigilância toma-as os governo à notícia, colhida na origem pela nossa diplomacia, segundo a qual não só a Constituição francesa de 1791 e a folhinha revolucionária do Pai Gérard, vertidas em português, tinham sido impressas aos milhares no país da revolução, mas também de que para Portugal rumara o famoso agitador Lacos.

Entre os franceses de Lisboa afectos às ideias revolucionárias, e que na cidade conviviam com nacionais da mesma côr, figuravam negociantes e livreiros, a par de homens de condição mais humilde. Ao primeiro grupo pertenciam, entre outros, os comerciantes Gare, Cassenac, Manthevon e Dubié, o cirurgião Champeaux e ao segundo, além de operários das fábricas de caixas e das sedas, um cravador de diamantes, um pintor, um mestre-escola, um relojoeiro e até soldados alistados no exército britânico. Os mais afoitos tiveram problemas com as forças de segurança e um bom número recebeu da polícia ordem de expulsão do país, o que veio a provocar vigoroso protesto retroactivo da parte do general Lannes, quando este foi embaixador em Lisboa, no tempo do Consulado. Numa primeira fase, Lannes, a exemplo do que aconteceu com Bernardotte em 1798, comportou-se como um diplomata revolucionário, agressivo para com o Regente, desrespeitador dos hábitos diplomáticos, alcançando, porém, em fase seguinte, as boas graças da Corte e logrando, inclusivé, resultados apreciáveis.

O lugar deixado vago pelos franceses expulsos de Portugal foi, de certo modo, colmatado por emigrados do clero e da aristocracia que se fixaram no Reino, os quais, combateram com denodo os ventos da França transmutada pela Revolução. Beneficiando de tolerância, foram múltiplos os que venceram os entraves aduaneiros e os que, em Portugal, receberam bom acolhimento, particularmente em paços episcopais e conventos. Aqui, por recomendação da polícia, os hospedeiros deviam vigiar os emigrados e impedir que saíssem ou passeassem, a não ser acompanhados. Por sua vez, os barcos que transportaram sacerdotes franceses indocumentados, incorreram em multas e em obrigações de hospedagem.

Em Portugal, como em toda a Península, e não só, o que as autoridades temiam era a presença, entre os emigrados, de sacerdotes

liberais ou de clérigos conservadores que, querendo atacar as conquistas do povo francês, mesmo assim as dessem a conhecer, como de facto deram a quem os ouvia, funcionando como involuntários divulgadores da ideologia e das novas instituições do seu país de origem.

A actividade do embaixador Lannes e a do seu sucessor general Junot como, aliás, a história das relações diplomáticas nos pródromos da Guerra Peninsular, e depois dela, carecem de uma revisão sistemática por parte da historiografia portuguesa conduzida a partir de uma funda devassa dos arquivos diplomáticos e mediante a utilização dos novos métodos da história das relações internacionais. Quanto à colónia francesa, note-se o interesse das investigações de Labourdette sobre Lisboa, além dos estudos existentes sobre os emigrados, que devem ser aprofundados.

Justamente, a intensidade da pesquisa e reflexão conduzidas por Oliveira Marques e sobretudo Maria da Graça e J. S. da Silva Dias sobre a maçonaria, corroboram que ao lado dos franceses que em Portugal, e na década de 90, participaram na sementeira da liberdade e na crítica ao sistema monárquico, nós encontramos súbditos gauleses que contribuíram para a expansão dessa sociedade que na transição do século XVIII para o século XIX conheceu forte desenvolvimento no país, dispondo de núcleos importantes em Lisboa, em Coimbra, no Porto e na Madeira. Notórias influências francesas e inglesa são perceptíveis em Lisboa e na Madeira e alguma influência americana nesta ilha.

No Porto e em Lisboa, os maçons mais avançados no que toca a opções políticas, além de se constituírem, no dizer de um relatório, em «filósofos da presente época», vergastavam declaradamente o «trono e o altar» e abonavam o «governo dos franceses», assim preparando o caminho para a sociedade liberal.

Em 1803, os inquisidores de Lisboa increpavam os pedreiros livres por só «amarem os pastores e os reis enquanto fossem virtuosos», doutrina que consideravam «injuriosa da suprema autoridade de um e outro poder», isto é, do poder civil e eclesiástico, agravada por patentes sinais de «indiferentismo religioso» e logo atentatória da «segurança do estado, da religião e da monarquia».

O papel da maçonaria portuguesa na difusão das ideias dos filósofos e dos revolucionários em Portugal, quando ela o teve, assentou, pensamos, na diversidade igualitária do recrutamento, valorizou-se pela prática da tolerância, do racionalismo e da fraternidade, teve repercussão em virtude da liberdade das discussões travadas no seu seio e, nas mutações políticas, influi, já por ter contribuído para abalar ideias feitas sobre o trono e o altar, já porque a solidariedade maçónica terá reforçado a capacidade militante dos elementos de vanguarda que propunham a liberdade e sonhavam com a República.

Os maçons empenhados neste último objectivo integraram a corrente dos jacobinos portugueses que em grupo actuaram principalmente em Lisboa, no Porto e em Coimbra e em círculos menores em diversas localidades do país, do Algarve a Viana do Minho, passando por Alhandra.

Há casos de jacobinos que antes da Revolução foram perseguidos pela Inquisição e que quando das invasões francesas deram apoio às tropas napoleónicas. Um bom exemplo é Manuel Félix de Negreiros. Foi uma primeira vez condenado pela Inquisição no princípio dos anos 80 por ser heterodoxo, por falar sem respeito da religião. No princípio dos anos 90, aparece ligado à maçonaria e logo depois avulta como famoso e activo jacobino dos núcleos do Porto, onde frequenta também o ilustrado salão do corregedor local. Quando do inquérito contra os jacobinos do Porto, foge para Lisboa e é visto com frequência no círculo dos simpatizantes da revolução e espíritos esclarecidos de que fazia parte o Secretário da Academia das Ciências, abade Correia da Serra, o cônsul dos Estados Unidos, diversos franceses e outros portugueses e estrangeiros de Lisboa. Preso pela polícia, que propõe a sua deportação para o Ultramar, é expulso da capital e fixa-se em Viana do Minho, no Norte do país. Aqui funda uma célula revolucionária, logo detectada pelas autoridades locais. Finalmente, quando das invasões francesas acolhe com entusiasmo, no Porto, os soldados de Napoleão. Após a derrota de Junot é apontado como colaboracionista e recolhe aos cárceres, perdendo-se-lhe o rasto. Os seus contemporâneos dizem-no partidário da «Grande Nação», o mesmo é dizer da liberdade, da igualdade, da formação de grandes unidades nacionais, da introdução de novas formas na vida política e nas relações económicas e sociais (Godechot). A trajectória existencial de Félix de Negreiros é, decerto, a mais activa e guarda um carácter paradigmático por potenciar evoluções semelhantes mais cautelosamente assumidas por parte de outros jacobinos portugueses cuja biografia urge estudar em pormenor.

Através dos elementos disponíveis, pode, no entanto, dizer-se o seguinte: de uma maneira geral, entre os jacobinos do Porto e de Lisboa figuram elementos maçons, já o dissemos, e figuram negociantes e empregados, membros de profissões liberais, padres e aristocratas de espírito aberto. Na capital, os amigos da França revolucionária mantêm ligações com o ministro e o cônsul da América recém-constituída em república laica e representativa e beneficiarão, mais tarde, do apoio do ministro francês Lannes.

Caracteriza a sua actividade política a atenção com que seguem os sucessos da revolução em França, as críticas formuladas contra o Príncipe

e contra o regime absoluto, a sua simpatia pelos modelos sucessivamente experimentados em Paris, de par com a assunção de tópicos heterodoxos.

Um núcleo famoso que em Lisboa aparece na primeira parte dos anos 90 experimentaria a benevolência do duque de Lafões e nele pontifica o abade Correia da Serra e o cônsul americano Duarte Church, representante secreto da Convenção em Lisboa. Em dada ocasião a polícia descobriu na alfândega uma caixa de livros remetida para o duque, onde figuravam livros do abade Raynal, de Voltaire e de Brissot, bem como papéis «incendiários e tais que mereciam ser queimados pelo algoz na praça do Rossio». Ao núcleo de Correia da Serra e do senhor de Lafões estavam ligados mercadores franceses e holandeses, apostados estes na remessa de abastecimentos de Portugal para França, como vimos.

Dum primeiro grupo republicano e libertino de Viana do Minho faziam parte, pelo menos, um padre, um escrivão judicial e um militar, os quais espalhavam doutrinas ímpias e sediciosas. Em Alhandra o contestatário por excelência era o boticário Encerrabodes e seus sócios. Estes, nas reuniões que faziam, tratavam com liberdade a Santa Religião e os padres, chegando ao ponto de lisongear a liberdade em que, diz a polícia, «estão precipitados os franceses» e fazendo saúdes ao nome desta chamada liberdade. O notório revolucionário Jerónimo do Carmo, esse defendia, no Algarve, que Portugal «teria felicidade se os franceses viessem governar o Reino».

Papel de destaque coube, em Coimbra, ao lente Simão de Cordes Brandão, e empenhado foi o matemático e futuro deputado vintista Simões Margiochi e os seus amigos. Um texto atribuído a este núcleo coimbrão ataca com violência a Inquisição e o Príncipe Regente e promete derrubar o trono.

Embora se desconheça em pormenor a composição do círculo jacobino portuense — aliás bem relacionado com o do abade Correia da Serra — parece que ele congregou pessoas de todas as jerarquias sociais, desde nobres e burgueses até homens de leis e caixeiros, aí avultando, pela firmeza das suas convicções, o forense Manuel Negreiros.

Os jacobinos do Porto reuniam em casas de uns e outros, nas praças públicas e nos cafés e botequins para conversar. Comentavam os acontecimentos da época e manifestavam afinal ideias e antipatias análogas às dos seus correligionários de Lisboa. Alguns, diz a polícia, além de pedreiros livres, eram «filósofos da presente época» e senhores de «espírito jacobino», pertencendo ao número dos que se «denominavam por bem instruídos e desabusados». Em 1794, além, de exaltarem a política convencional, falavam dos «mistérios sagrados da santa religião, na Real Pessoa de Sua Magestade e na do Príncipe em ridículo e com desprezo».

E isto acontecia na mesma altura em que no Porto apareciam conspurcados os editais do administrador da diocese onde se pedia a ajuda de Deus para as tropas lusas que, no Rossilhão, enfrentavam os republicanos franceses e em que pela cidade e pelas províncias do Norte, se espalhava o uso do cocar e de luvas de homem e de mulher, alusivos à Convenção.

Anos depois, em 1797, no rescaldado da guerra que opusera Portugal à França revolucionária, a polícia, que, até aí, perseguia os jacobinos e deportava alguns para lugares distantes da sua residência, levou a juízo um primeiro núcleo de pessoas acusadas de republicanismo. Era um grupo de composição social heterogénea ao qual pertenciam nobres, burgueses e um clérigo. Segundo a pronúncia, costumavam espalhar, com outros, vozes ímpias, que incluíam a aprovação do procedimento do governo parisiño, bem como a formulação de impropérios contra o Príncipe e contra o gabinete de Lisboa. Apesar de absolvidos pela Relação, as autoridades julgaram graves os seus procedimentos e fixaram-lhes residência a 10 léguas da Corte para, ulteriormente, lhes outorgarem perdão, em época próxima do termo da impiedosa perseguição movida aos amigos de França, a qual coincidiu com o advento do ministério pró-francês do conde de Vila Verde e levou à demissão do próprio Pina Manique da polícia.

Até esta data, para uso dos iniciados e do público em geral que urgia catequizar segundo os credos da Revolução francesa, os portugueses e franceses já seduzidos pelos referidos credos, distribuíram no país, e especialmente em Lisboa, panfletos, cartas, livros e letras de canções de conteúdo libertário. Foram vigiados e amiúde deportados para o estrangeiro, ou para longe da Corte, por Pina Manique.

Outros simpatizantes da Revolução tornaram-se conhecidos e apreciados pelos textos que escreveram a favor das suas instituições, cujos títulos, para iludir, sugeriam, às vezes, hostilidade ao trabalho dessas mesmas instituições.

Do mesmo modo, havia quem propagandeasse os acontecimentos da França em folhas em prosa e em verso, algumas de origem estrangeira e para o efeito traduzidas. Como exemplo, aponte-se o *Credo da República Lombarda* e o *Catalão Republicano*.

Para ilustrar a produção nacional, mencione-se o chamado *Pasquim da Porta Férrea*, divulgado em Coimbra, e a *Censura à Constituição Francesa e Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, atribuídos a Coelho da Silva, autor que, para mais, desde 1791, exerceu continuada acção proselitica através da palavra, pois era ouvido com curiosidade em casas principais de Lisboa e nos cafés e botequins. A polícia considerou-o sedicioso, pois as suas doutrinas eram «todas encaminhadas a levar os

Povos com arte ao seu último precipício, consubstanciados nos Direitos do Homem e do Cidadão». Urgia, por isso, deportá-lo para o Ultramar. As poesias de Filinto Elísio remetidas de França e a produção poética de Bocage, a que atrás aludimos, disfrutavam também de grande audiência em Lisboa.

Em mais de uma ocasião e em mais de um lugar a propaganda ao serviço da França revolucionária recorreu a leques decorados, a motes e caricaturas, à remessa pelo correio de cartas anónimas e à afixação de comunicados nas esquinas, para dar a conhecer aos portugueses os seus pontos de vista.

A nosso ver, a biografia de Félix de Negreiros e, sobretudo, este trabalho de propaganda, bem como o surto dos cenáculos onde se criticava o absolutismo e a religião e se falava da liberdade e, às vezes, da república, indicam que na corrente jacobina portuguesa convergem a tradição crítica e heterodoxa de décadas anteriores, o espírito maçónico e os primeiros sinais da mensagem profundamente inovadora da Revolução que se consubstancia no combate ao Antigo Regime e nas heranças da liberdade e da igualdade, depois retomadas pelo liberalismo vintista português.

Não obstante as nossas pesquisas, parte delas ainda não divulgadas, não obstante o que resulta da investigação sobre a maçonaria e das biografias recentes de alguns vultos importantes, falta um estudo global, fundado em monografias sólidas, sobre os jacobinos portugueses, sua ideologia, assento social e ligações e a respeito, já dos cenáculos em que se congregaram, já dos escritos e do material que utilizaram ou conceberam.

Mesmo assim, pelos finais do século XVIII, conforme os dados aduzidos revelam e outros mais indicam, as críticas ao trono e ao altar e os novos projectos libertários de organização social e política foram assumidos por alguns nobres e clérigos e em particular veiculados por burgueses do Terceiro Estado. Entre os privilegiados, os intérpretes são, o mais das vezes, figuras de segundo plano na hierarquia dos respectivos estamentos. Elementos da alta nobreza e do alto clero imbuíram-se da mensagem do iluminismo, mas raro é aparecerem nos movimentos que directamente preludivam fórmulas mais avançadas. Ressalvando o caso da maçonaria são, em regra, nobres sem título e clérigos despidos de funções relevantes os que pertencem aos grupos de vanguarda e aqui ombreiam com negociantes, universitários, membros das profissões liberais, militares, empregados e funcionários médios e ainda com súbditos estrangeiros, configurando aquilo a que Dominguez Ortiz chama uma *mediocracia*. Nos respectivos núcleos sociais constituem uma minoria. É, no entanto, uma minoria activa e precursora, unida pela similitude de interesses culturais, pela abertura à inovação e em muitos casos por uma clara

simpatia, primeiro, pela crítica dos filósofos e, depois, pela monarquia constitucional ou pela própria república.

A heterodoxia foi particularmente atacada pela Inquisição nos anos iniciais do reinado de D. Maria I, entre 1777 e 1782. Os pedreiros livres sofreram dura perseguição nos anos 90 e no início do século XIX. A censura intelectual mostrou-se amiúde ineficaz, razão pela qual a polícia começou a cuidar, sem grande êxito, do combate aos livreiros que importavam livros proibidos na década de 90. Desde 1791, e de maneira notória de 1792 em diante, preocupou-se o Intendente Manique em defender o Reino dos pedreiros livres, dos jacobinos e dos heréticos, fossem eles franceses, inspirados pelos «malvados» de Paris, ou portugueses seduzidos pela revolução, ou simples emigrados, em cujo número, potencialmente, podiam figurar revolucionários caídos em desgraça. De uma maneira geral, a polícia, com a anuência do Governo, punha nas fronteiras os estrangeiros sediciosos ou como tal considerados, fazendo-lhes assinar uma carta comprometendo-se a não voltar. Aos emigrados vigiava-os cautelosamente, quando não lhes impedia a entrada em Portugal. Aos nacionais, em regra, se eram entusiastas das novas ideias, propunha que fossem deportados para algum território ultramarino. Normalmente a ideia não era aceite pelo Príncipe e pelos seus ministros que preferiam enviá-los para longe da Corte, concedendo-lhes ulteriormente amnistia. Salvo durante a guerra do Rossilhão, em que a voz pública estava contra os franceses, era opinião da polícia, bem clara no fim do século, que dava menos na vista a deportação do que o recurso aos tribunais. Daí o número limitado de condenações em juízo de portugueses, número que não deve enganar, como talvez enganou Silbert e, na esteira deste, Jacques Godechot. De facto, a incidência da Revolução francesa não foi tão sentida em Portugal como na Espanha. Em todo o caso, não se esqueça o reflexo das chamadas guerras da Revolução e do Império na guerra de armadas e no corso, bem como nos arquipélagos atlânticos. Traduzem essa incidência a invasão da ilha do Príncipe pelos franceses, no inverno de 1799-1800 e, sobretudo, a dupla, pesada e arrogante ocupação da Madeira pelos ingleses de 1801 a 1802 e de 1807 a 1814. Além disso, a incidência política da revolução não teve entre os portugueses e no seio da colónia francesa a insignificância que Albert Silbert lhe atribui no livro *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*.

Para além dos confrontos anti-senhoriais estudados por Tengarrinha, aqui como em Espanha, as tensões, as divergências e a contestação ao poder que da revolução resultou foi interpretada por uns quantos clérigos, funcionários, militares, juristas, fidalgos e burgueses, mediocracia em suma, dispersa pela geografia peninsular e agrupada nas capitais, em certas praças mercantis, em burgos universitários ou então em cidades

litorâneas. Tolerada de início, combatida durante a guerra do Rossilhão pela polícia ajudada pela voz pública, a Revolução é menos combatida, mas não menos temida, quando Napoleão surge na cena pública, como general, como cônsul, como imperador. Depois de 1801, a paz abre boas perspectivas ao comércio e, entre os bem pensantes há os que simpatizam com Bonaparte, filho da revolução e inimigo da Inglaterra que oprimia Portugal.

II

Entre 1807 e 1811 o processo revolucionário francês, então na fase imperial, repercute-se directamente no Reino.

Segundo as *Memórias* de Metternich, ao comentar incisivamente a não beligerância de Portugal face às exigências do bloqueio continental, Bonaparte dissera, a 15 de Outubro de 1807, ao embaixador português: «Cela ne peut pas durer; il nous faut la paix ou la guerre». Na verdade, para a França, as circunstâncias que autorizaram a neutralidade portuguesa tinham desaparecido e, por isso, já então estava a organizar-se um exército para dominar Portugal. Depois, como mau grado algumas cedências da Côrte de Lisboa esta se furtava à obediência integral aos ditames do bloqueio continental, o Imperador celebrou com a Espanha, a 27 de Outubro, o tratado secreto de Fontainebleau que previa o esquitejamento da monarquia dos Braganças.

E nem a circunstância de, a 8 de Novembro, o Regente em absoluto transigir com a França — quando já tinham largado do Reino vários comboios navais com súditos britânicos — obstou a que, a 19 de Novembro, principiasse a primeira invasão, protagonizada por um exército franco-espanhol, sob o audacioso comando de Junot, que foi ocupar Lisboa, sem todavia aprisionar a Corte.

Graças ao apoio da esquadra britânica e ao conselho da diplomacia inglesa, a Família Real zarpou do Tejo numa frota de 36 navios que a conduziu ao Rio de Janeiro (onde residirá até 1821), para garantir o «princípio e a existência do Estado», conforme outras nações europeias farão, no nosso século, ante o avanço hitleriano.

Em Lisboa, o Príncipe Regente deixa um corpo de Governadores incumbido de dirigir o Reino e ao partir recomenda aos seus súditos que não resistam ao invasor «para evitar as funestas consequências que se devem seguir duma defesa que seria mais nociva que proveitosa».

Inicia-se assim a tripla ocupação do território português pelas forças napoleónicas, sucessivamente comandadas pelo:

1. General Junot, o qual, em fins de Novembro, avançou pelo vale do Tejo para se quedar em Lisboa até ao levantamento nacional de Junho de 1808, levantamento a que deu suporte o desembarque das tropas britânicas comandadas por Wellesley, em Agosto do mesmo ano;
2. Marechal Soult que, em 1809, entrou por Chaves, no Norte transmontano, rumo ao Porto, aí se fixando durante menos de 2 meses, antes de reentrar na Galiza;
3. Marechal Massena, cujos soldados, em Setembro de 1810, rasgaram e depararam a Beira até ao Buçaco e daqui, mesmo vencidos, seguiram, de pronto, à conquista da capital para lentamente sossobrem às suas portas nas linhas de Torres Vedras. A retirada dos franceses ocorreu em Março de 1811, via Coimbra, acossados pelos exércitos anglo-lusos que desde a primeira invasão operaram contra as forças gaulesas flanqueados pela guerrilha popular, guerrilha que também em Portugal despontou com uma força até aqui pouco considerada na história tradicional.

Minuciosamente estudada pela historiografia liberal do século passado, e pelos militares que se interessaram pela Guerra Peninsular, também a reconstituição das invasões carece de revisão, de acordo com as metodologias actuais, tanto mais que os generais que a interpretaram traduziram uma directriz imperial em choque com a política de outras potências, com relevo para a Grã-Bretanha, na qual o económico, o estratégico e o político se combinam.

De facto, logo em 1807, graças à conquista de Portugal, Napoleão reforça o bloqueio e preserva a Ocidente o dispositivo militar que estava a engastar na Península. Por sua vez, os exportadores gauleses estabelecidos no Reino acalentam a esperança de tirar partido da situação, substituindo os seus rivais ingleses, enquanto os industriais da França contam com as vantagens decorrentes do controlo de uma área de entrada de artigos britânicos de contrabando destinados aos mercados da Espanha e doutros países. De par, supõe Albert Silbert, «a lógica rigorosa de um sistema continental, que não é puramente económico, levava Napoleão a nele integrar um país na aparência tão fácil de conquistar». Além de que Portugal passaria a constituir um refém a utilizar em negociações, outrossim resultando da sua ocupação a perda pela Inglaterra «de bases de abastecimento e de conservação que facilitavam grandemente as manobras da sua frota». E é de admitir, com bom fundamento, que a atracção das riquezas coloniais portuguesas tenha seduzido o Imperador, bem como a esperança de conquistar a armada lusitana, que de utilidade seria nos confrontos navais com a Inglaterra.

Após o estabelecimento dos franceses no país, à conhecida divisão dos círculos dirigentes de Portugal, entre os fiéis da Inglaterra e os que ansiavam pelo fim da tutela britânica, olhando com simpatia a integração na esfera de influência de França, sucedeu uma notória e alargada fragmentação da opinião, no seio da qual emergiram cinco tendências principais.

A primeira pertenciam os defensores encomiásticos da mudança da Corte para o Brasil, pois impedia os franceses de melhorarem o seu poderio naval e de alcançarem o direito ao controlo das colónias portuguesas. Compunham a segunda os críticos da incapacidade manifestada pelo governo na procura de uma solução para a crise que a previsível incidência da Revolução francesa em Portugal concerteza desencadearia. Na terceira, agrupavam-se os que na fuga para o Rio divisavam uma manobra da Inglaterra, lesiva dos interesses ultramarinos do país, cuja riqueza ela desejava sugar directamente. Figuravam, na quarta tendência, os adeptos míopes da teoria segundo a qual a invasão resultava de maquinações de um estadista pró-francês que se deixara subornar por Paris. Enfim, congregavam-se na quinta facção os que notando as insuficiências da situação descreiam da capacidade executiva do Príncipe Regente, sonhando com a regeneração governativa ou com a criação de um Estado constitucional, a emergir de um processo de purgação colectiva.

Deste último sector, sem confiança no regime e soberania do Regente D. João e apostado na consecução das reformas necessárias, sairá o grosso dos genuínos *afrancesados*, crédulos uns na indesmentível capacidade governativa e militar de Napoleão, na novidade dos estatutos administrativos e jurídicos por ele semeados na Europa, nas perspectivas pelo imperador abertas à burguesia e às classes médias na sua qualidade de continuador da revolução francesa, crédulos outros de que chegara ocasião azada para, enfim, levar a cabo um conjunto de transformações no aparelho da nação. A este núcleo juntou-se a legião dos oportunistas, para quem a persistência da guerra com o Império parecia um desastre sem saída a enfrentar com realismo. E se, para mais, «muita gente — da que tinha que perder — se inclinou para a França, foi porque esperava que ao menos sob a tutela de Napoleão voltaria a haver tranquilidade e segurança para as suas pessoas e bens» (Magalhães Basto).

Na época chamaram *afrancesados* aos que saudaram e ajudaram os franceses, mas também os apelidaram de *partidistas galos*. Entre os correligionários do invasor, que trabalharam em unísono com elementos da colónia gaulesa radicada em Portugal, deparamos com indivíduos no final de setecentos perseguidos pelo regime absoluto, em virtude quer da sua adesão a princípios ilustrados de cariz heterodoxo, quer a credos da

Revolução francesa, a par de figuras da aristocracia titulada, outrora perseguida por Pombal.

Ora, por detestar os opressores, o povo português veio a execrar os que aceitaram os generais ocupantes, os que pareceram omissos na sua obrigação de defender o rei e a nação e os que mostraram ser afrancesados ou contrariaram a resistência anti-napoleónica.

Curiosamente, do partido pró-francês que existia antes das invasões, se uma parte se dispôs a sacrificar a autonomia de Portugal à hegemonia francesa, que contrapunham à tutela inglesa, em nome de um conjunto de princípios marchados pelo legado da revolução, a outra parte foi engrossar as hostes da resistência, sem a prazo abdicar do seu amor à liberdade.

Alguns afrancesados ajudaram as pretensões de Junot ao trono de Portugal, outros pensaram fazer o marechal Soult monarca no Porto e outros ainda sonharam com a aplicação em Portugal duma constituição semelhante à de Varsóvia, se é que no país não houve claros simpatizantes de modelos republicanos.

Em 1807, liderou o grupo favorável a Junot o seu valido conde da Ega, antigo embaixador de Portugal em Madrid, enquanto outro núcleo, composto por burgueses, universitários e magistrados, guerreou aquela tendência e pediu para Portugal uma constituição semelhante à do Grão-Ducado de Varsóvia. Os princípios que propugnaram no seu requerimento a Napoleão falam de liberdade de culto e de imprensa, de igualdade perante a lei e os impostos, de fomento da educação, de três poderes com esfera de acção definida, de divisão do país em departamentos, de transformação das colónias em províncias e sua representação parlamentar, etc. No essencial pretendiam, introduzindo algumas variantes de cunho lusitano, a «eleição dos deputados pelos concelhos por ser esta a tradição portuguesa; religião católica, liberdade de todos os cultos e concordata com a Igreja, semelhante à que existia em França; igualdade dos cidadãos perante a lei; divisão do país em oito departamentos; elevação das colónias à situação de províncias ou departamentos com direito a representação no Parlamento; criação de um Ministério da Instrução Pública; liberdade de imprensa; poder executivo exercido por um conselho de Estado formado por ministros; poder legislativo formado por duas câmaras; poder judicial independente; escolha dos funcionários com base no mérito; secularização dos bens de mão morta; igualdade de impostos, na proporção dos bens; consolidação da dívida pública; reorganização da administração, de modo que “o número imenso dos nossos funcionários públicos” seja reduzido, mantendo-se, porém, os vencimentos dos que fossem dispensados», refere J. H. Saraiva.

Há ainda indícios de que entre as tropas francesas e os *afrancesados*

tenha existido uma terceira tendência, interpretada por adeptos de instituições republicanas parisienses abafadas pelo Império.

A título de exemplo, observe-se que as três correntes agora esboçadas encontraram ressonância no Norte e também no Porto, a segunda cidade do Reino. Com efeito, durante a primeira invasão, entre os elementos portuenses ligados à administração francesa não houve oposição à ideia de Junot passar a rei, sendo certo que o conde da Ega e o seu grupo possuíam amigos na urbe. Por sua vez, a corrente favorável à promulgação duma constituição semelhante à de Varsóvia recebeu, fora de dúvida, apoio de elementos liberais e maçónicos. E foi no Porto que, em 1809, se pensou na entronização do marechal Soult à testa duma monarquia satélite do império francês. Numa e noutra situação os projectos envolveram privilegiados e burgueses com peso na cidade, no número dos quais figurariam judeus. Além disso, determinadas notícias falam da existência, nas tropas do duque da Dalmácia, de militares republicanos que, supõe-se, fizeram prosélitos quando da sua permanência entre os portugueses.

O perfil ideológico pelo vulgo atribuído aos *partidistas galos* ressumo da literatura panfletária que o giza com sugestividade. Senão vejamos duas opiniões recenseadas por Nuno Daupias de Alcochete. Segundo o panfletista Rodrigues da Costa, o *afrancesado* supunha em geral que fora «capaz de se emancipar das tradições e dos costumes velhos» e que por esse facto só ele estava na razão. A seu ver, Bonaparte tivera a capacidade de derrubar a antiga ordem das coisas e o futuro provaria que agiu bem. Outro autor, Silva Freire, diz que o *partidista galo* era um «obstinado incorrigível e brutal» que assumira os vícios do tirano seu ídolo, ultrapassando-o em virtude dos crimes cometidos. Era tanto mais abominável no país natal quanto nele confluíam os «efeitos da maldade congénita e os crimes que os franceses lhe ensinaram a perpetrar».

Sob o domínio francês, *afrancesados* houve que exprimiram a sua adesão aos novos tempos em palhaçadas populares que ridicularizavam o Regente. Na província, os membros de certo grupo, esquecidos da «devida fidelidade ao seu Soberano, formaram de palha a sua Real effigie, tourearam-na, queimaram-na e lhe fizeram depois (dizem) um ofício de defuntos, chincalhando deste modo o Trono e o Altar», isto é, os pilares da monarquia. Um segundo grupo, ao qual pertencia um sacerdote, chegou à prisão acusado de ter feito de «palha, e depois enforcado e queimado, a augusta effigie do ... Soberano ausente, sendo o eclesiastico o que recitou a oração fúnebre».

No interregno entre a primeira e a segunda invasões, quando elementos destes e doutros núcleos estiveram presos no Porto, lograram amotinar os reclusos na penitenciária, levando-os a gritar em altas vozes: «Viva o grande Napoleão».

Na cidade a que nos reportamos, e que pode, talvez, servir de paradigma, o grupo colaboracionista compreendia principalmente autoridades judiciais, civis e castrenses, algumas de condição aristocrática, assim como membros do clero promovidos pelo ocupante, além de residentes franceses e pessoas do Terceiro Estado, no número das quais figuravam jacobinos, admitindo-se que a corrente maçónica favorável a Napoleão assumiu forma «intensa» e comportou muita gente de posição.

Em termos de determinação pelos interesses, os membros das classes favorecidas esperavam, porventura, defender ou preservar privilégios seus e, ao mesmo tempo, colher os benefícios que no Império francês eram atribuídos aos que seguiam Bonaparte.

Os franceses radicados em Portugal como, por exemplo, os negociantes Guinebeau e Grouteau, do Porto, esses contavam, certamente, ganhar com o aniquilamento da colónia inglesa aqui estabelecida, enquanto os afrancesados da categoria do jacobino Manuel Félix de Negreiros, do caixeiro Luís Inácio, do capitão de navios Benta, ou do comerciante Ribeiro França, em Napoleão figuravam a França da Revolução e do Império que tão amplas perspectivas abria à burguesia e às classes médias, já no campo político, já no mundo dos interesses.

A esta fracção, outrossim, pertenceriam «dois portugueses, muito inteligentes, sinceramente afeiçoados à França» de que fala o comissário francês Le Noble, os quais, para assegurar o imprescindível aprovisionamento dos regimentos de Soult, estacionados no Norte, «percorriam de noite os campos batendo às portas dos lavradores» seus conhecidos, e deles obtinham provisões para o ocupante, que doutro modo seria difícil conseguir, pois os agricultores «recusavam, em geral, ceder o que quer que fosse para sustentar o inimigo». Notícia ficou também de mercenários incumbidos de transmitir informes a Junot e de fazer a lista quer dos *partidistas galos*, quer dos resistentes que urgia castigar.

Pela subserviência em relação aos franceses, distinguiu-se na imprensa portuguesa o *Diário do Porto*, órgão ao serviço do duque da Dalmácia, todo ele «feito de adulação, mentira e hipocrisia», cujo redactor era um poeta menor. «Para ele os que se batiam pelo rei e pela pátria eram rebeldes. Os que se passavam ao inimigo patriotas».

Convictos ou oportunistas, entre os *afrancesados* avultaram os influentes que animaram as pequenas cortes que em Lisboa e no Porto se organizaram à volta de Junot e Soult, ou que deliberadamente acompanharam Massena no curso da terceira e última invasão. Entre eles evidenciou-se, já o dissemos, o conde de Ega e sua mulher, mas também outras figuras da primeira aristocracia portuguesa, inimigos dos Braganças por causa das perseguições contra a nobreza palaciana e ultramarina levadas a efeito no tempo do rei José I, a par de declarados adeptos da França nova que

com Napoleão pactuaram e que, depois de 1820, reencontraremos, porventura mais maduros, já em altos postos do regime liberal nascente, já na emigração.

Quanto aos *afrancesados*, diga-se ainda, estudos recentes melhoraram a perspectiva que existia acerca da sua fisionomia intelectual, suas propostas políticas e sua ulterior trajetória que tem de ser analisada globalmente em função, por um lado da sua formação e atitudes nas diversas circunstâncias, por outro em conjugação com as actividades da colónia gaulesa e com o que consta das fontes gaulesas sobre as suas iniciativas, as quais, penso, radicam em ideias, mas entrozam com interesses. Seja como fôr e independentemente da sua jerarquia e fitos, todos eles ajudaram o invasor e contra todos se ergueu a grei, tanto mais que, em 1807, os franceses chegaram a Portugal com os espanhóis e nas três invasões funcionaram sempre como puros ocupantes, jamais aplicando qualquer das reformas que, em amplas zonas da Europa, acompanharam o expansionismo napoleónico. Napoleão pensou na venda de bens conventuais e pensou também na tradução do Código Civil, que chegou a ser iniciada. Ao fim e ao cabo, o país foi gravemente traumatizado pela violação das fronteiras, pelo aniquilamento da autonomia, pelas exigências fiscais e de abastecimento, pelo ataque a coordenadas fundamentais da sua mentalidade e das suas crenças, enfim, pelo recrutamento de tropas e pela depradação da economia.

Ao longo de sete anos, tantos vão de 1807 à paz de 1814, os povos foram vítimas de uma guerra sem quartel que se estendeu de Norte a Sul e de sucessivas conscrições. Os campos, as fábricas, o giro normal do comércio, como o quotidiano das pessoas, ficaram à mercê das operações militares.

Uma vez instalado em Lisboa, onde os assomos de patriotismo popular eram duramente reprimidos, Junot, que na fronteira se apresentara como libertador da nação, apostado em furtá-la à tutela inglesa, apeou a dinastia de Bragança em Fevereiro. Antes, Napoleão impusera aos portugueses uma pesada contribuição de guerra de 100 milhões de francos, como ainda o sequestro do apanágio da família real e dos bens dos nobres que a acompanhavam no Brasil. E Junot licenciou as tropas nacionais.

Por sua vez, em Março, organizou-se uma Legião Portuguesa, de 9.000 homens, para servir no exército francês, cujo comando foi entregue ao marquês de Alorna. Essa legião, logo à partida muito sangrada pelos que se escapuliram e, depois, pelos que morreram em viagem, tomou parte nas campanhas da Rússia e só regressou a Portugal, dizimada, quando se firmou a paz.

Em toda a guerra, templos, palácios, túmulos, casas humildes,

sofreram roubos e profanações. Cidades houve postas a saque, abundaram as aldeias incendiadas, não têm conta as requisições de géneros e aposentadorias, que tão sentidas foram num país periférico, menos atreito a invasões devastadoras.

Por outro lado, ainda em 1808, a figuras representativas do clero e da nobreza, que continuavam no país, inculcou-se a ida a Baionne para saudar Napoleão, para lhe pedir o respeito pela autonomia de Portugal e a composição com uma dinastia que actuasse na sua esfera de influência, caso não fosse necessário cingir ele próprio a Coroa. O que Junot também pretendia era afastar esses influentes de Portugal e retê-los em França, como sucedeu, mas dessa missão resultou o opróbrio dos seus membros, afinal ressentido sob a forma de vibrante indignação por todos os patriotas, em relação ao ocupante.

Na verdade, sob o peso da administração e das exigências gaulesas crescia o descontentamento que a rebelião e o apelo dos espanhóis, de Maio em diante, acicatou, tanto mais que se fez sentir com força em regiões vizinhas de Portugal, como a Andaluzia e a Galiza.

Em Junho de 1808, o general espanhol que controlava o Norte, a partir do Porto, recebeu ordens para regressar a Espanha e questionou os portuenses sobre o futuro que desejavam. Optaram estes pelos Braganças. Depois da partida dos espanhóis, os franceses recobram o domínio da situação. Só que já então lavra por todo o lado o descontentamento que irromperá vitorioso em Trás-os-Montes, no Porto, no Minho e, a partir daí, no conjunto do país, com maior ou menor êxito, por força da inclemente repressão dos patriotas conduzida pelas autoridades ocupantes.

No Porto, uma Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, que a si agrega outras Juntas que pelo Norte proliferam, assume-se como Executivo Nacional. Tais Juntas são o resultado de levantamentos populares, vigia-as o povo e nos seus órgãos dirigentes congregam, às vezes, gente da mais diversas condições sociais.

De par, inicia-se a perseguição aos supostos ou verdadeiros *afrancesados*, tenta-se reorganizar o exército, recorrendo também a oficiais que não tinham colaborado com o invasor, formam-se grupos de guerrilha que flagelam o ocupante, multiplicam-se os contactos com a esquadra inglesa que patrulha as costas, formam-se listas de dadores de dinheiro, géneros ou material para uso bélico, a fim de suportar o esforço de guerra.

Mal entronizada, em Julho de 1808, a Junta do Governo Supremo do Porto, erigida pelos patriotas e integrada por nobres, clérigos e militares sob a presidência do bispo, produz um edital em que levanta o arresto lançado pelos franceses sobre a colónia inglesa e manda proceder ao sequestro dos bens dos indivíduos de nação gaulesa não naturalizados

portugueses. São 57 os negociantes e artistas franceses então detidos e que a esquadra inglesa recolhe.

No Porto, como por todo o lado, o trabalho da Junta corre no meio de dificuldades e riscos de toda a ordem, traduz um generalizado frêmito de liberdade, assinala uma reacção profunda contra o invasor e o desejo popular de vingar as ofensas perpetradas contra a nação.

E se a tendência autonómica surge com vigor e originalidade no Norte, onde há juntas compostas por privilegiados, burgueses e populares, ela atinge do mesmo modo o Sul. Aqui irrompem movimentos isolados de legítima rebelião. Segundo um testemunho da época: «Foi tal a mania das Juntas em Além Tejo que até as mais pequenas Aldeias de 15 a 20 vizinhos, ... tinham uma Junta composta do Padre Cura e vários trabalhadores de enxada, com tratamento de Senhorias». As principais juntas do Alentejo sediaram em Beja e Évora, mas, como não se entendiam, não puderam organizar uma defesa eficaz e sofreram o ataque inclemente dos franceses. No Norte, ao invés, a do Porto dominava. Em Coimbra, no tempo das invasões, formaram-se batalhões académicos, com professores e alunos, e fabricaram-se explosivos nos laboratórios universitários, quebrando-se a dicotomia entre estudantes e não estudantes, própria do burgo.

De acordo com a mesma Junta do Porto e quando a situação pareceu conveniente, o corpo expedicionário inglês de Sir Arthur Wellesley desembarcou na Figueira da Foz, começava Agosto, e, liderando a nação sublevada, travou sucessivas batalhas com os franceses que são, pela primeira vez, compelidos a partir, uma vez assinada a Convenção de Sintra (30 de Agosto), que, estranhamente, os autorizou a levar o fruto dos saques.

Os ingleses vieram para ficar. No curso das invasões deve-se-lhes a reforma e o treino de soldados e oficiais portugueses, como ainda a condução das operações na Península e na França, até à vitória final. Portugal veio a transformar-se em base das operações contra os franceses no espaço ibérico, enquanto acampamento geral das forças luso-britânicas. Os ingleses, até há pouco detestados como comerciantes ávidos, chegam como libertadores, são bem acolhidos, demonstram, particularmente no curso das primeira e terceira invasões, respeito pelos vencidos, batem-se pela indemnidade dos *afrancesados*, cujo perdão consta da Convenção de Sintra. Ao principiar a invasão de Massena, pronunciam--se contra o exílio nos Açores de vários amigos de França, residentes em Lisboa, por ocasião da chamada Setembrizada.

O povo, e não só ele, não perdoa aos colaboracionistas, age com indiscriminada e implacável crueldade contra os *partidistas galos* ou contra os que são apodados como tal. E isto acontece no intervalo entre

as invasões e mesmo durante a segunda guerra, em 1809, altura em que, na cidade de Braga, morre às mãos da população açulada pelo clero, o comandante do exército português, por mau entendimento dos seus propósitos estratégicos. Muitos perecem vítimas das suas ideias, outros por zelo cego. Criam-se também Juntas de Inconfidência, estimulam-se as denúncias, são movidos processos, acontecem deportações e condenações nem sempre lúcidas. Não poucos são executados sumariamente.

Com a restauração do governo real finda o papel das Juntas locais; enquanto funcionaram traduziram uma explosão patriótica, desentranharam-se em aspectos intrinsecamente conservadores, registaram a participação orientadora de senhores locais, usaram uma simbologia própria genericamente assumida, conduziram à restauração do trono e do altar de que o Príncipe era o sinal messiânicamente concebido e como tal reforçado, ou seja, tonificaram a tradição e o regime absoluto.

Sem embargo, a acção das Juntas como, por exemplo, o caso de Viana do Minho testemunha, deu curso a alguns conceitos derivados da Revolução, consciente ou inconscientemente expressos.

Em primeiro lugar, o direito dos povos disporem de si mesmos, tão caro à Revolução, foi aqui enxertado na vivência autonómica portuguesa justamente para repelir os franceses pseudo-libertadores. Além disso, sendo a revolução teorizadora da ideia de nação, em Portugal, como noutros países, a passagem dos exércitos napoleónicos levou os portugueses a defender a independência e a libertação, insuflando-lhes a praxis decorrente de tal filosofia. De liberdade e independência nacional falam, aliás, as proclamações anti-francesas então editadas, apregoando, por razões bem específicas, dois conceitos afinal emergentes da Revolução e constitutivos da história liberal no porvir. Em certo edital, num passo dirigido aos negociantes, refere-se a liberdade de comércio, que será parâmetro do oitocentismo. E, não se esqueça, os membros das juntas foram, às vezes, directamente escolhidos por moles humanas, congregadas em praças, diziam-se representantes da grei local e nos momentos cruciais davam-lhe conta do que se passava. Por sua vez, as gentes, amiúde tumultuariamente, quizeram pesar nas decisões das juntas, cuja instauração, paradoxalmente, fora motivada por amor à pátria, mas também à dinastia reinante absolutista. Ora, a intervenção das massas, nestes termos, deixa transparecer a côr do «tempo das antecipações» na Revolução Francesa. Demais, os sucessos da época desempenharam uma função prospectiva, já que das experiências então vividas, conjugadas com as notícias sobre o curso da revolução em França, ficou na mente dos portugueses principais o temor pelos movimentos populares. Ora, semelhante temor pesou no espírito de alguns fautores da Revolução liberal de 1820, os quais preferiram agir a ter de enfrentar uma generalizada

erupção de descontentamento popular. De resto, se em Juntas como na de Viana do Minho é forte a influência da nobreza, do clero e de militares de origem fidalga, também lá estão elementos do terceiro estado, com uma força antes desconhecida e às vezes tumultuariamente confirmada.

É esse o povo que os ingleses disciplinam e integram no reformado exército português, são os britânicos que desde agora progressivamente se impõem na metrópole pela via militar, mantendo ou recuperando rapidamente as posições comerciais antes controladas. Por exemplo, com Junot estabelecem um acordo pessoal que garantia, por contrabando, o fluxo comercial; com os portugueses celebram falsos contratos de dívida ou cedência que acautelam os seus bens. No Brasil, por seu turno, forçam a abertura dos seus portos à navegação estrangeira e em especial aos seus navios, derrubando o estatuto colonial, conforme os brasileiros também desejavam, do mesmo passo que disfrutavam da influência tutelar na condução dos negócios públicos, na definição da política externa, imiscuindo-se até nas nomeações ministeriais, sem cuidar muito das aparências.

Expressão maior da desmesurada influência britânica temo-la no Tratado de 1810 entre Portugal e a Inglaterra, não só por causa da sua letra, mas também por força das situações e eventos que condicionam a sua aplicação. O seu clausulado assegurava «liberdade mútua de comércio e navegação nos domínios das duas coroas, com direito de circulação e de residência aos súbditos da outra»; e bem assim uma protecção de direitos, aliado «ao gozo de privilégios e imunidades que eram concedidos aos vassallos da Nação mais favorecida»; outrossim continha «concessões quanto a fretes, a tonelagens e ao transporte de mercadorias em navios da outra parte», disposições que no todo funcionaram desvantajosamente para Portugal e atribuíram amplos benefícios aos ingleses senhores dos mares, mais activos no comércio e na navegação, alimentados por uma indústria moderna em expansão. O que tudo significa que o princípio de reciprocidade não funcionará dadas as diferenças abissais da situação entre os dois países. Demais, demonstra um historiador coevo, algumas estipulações do convénio de 1810 foram fraudulentamente aplicadas na prática e na execução. A assinatura e a vigência do Tratado suscitou, por isso, na metrópole, um clamor geral de desaprovação, o qual, somado a outros factores negativos de que adiante falaremos, veio agravar a curto e médio prazo as dificuldades do Reino.

Ora, das dificuldades do Reino ao longo das invasões, como no período subsequente às mesmas, fala, abundantemente, uma multiplicidade de textos em poesia e em prosa, de natureza popular uns, mais eruditos outros, entre os quais figuram pastorais e muitos sermões, amiúde expressivos sobre o que acontecia em França, pronunciados alguns em

ocasiões solenes, no âmbito do cerimonial que sempre acompanhou as vitórias sobre o inimigo, ou os pedidos de auxílio divino em tempo de provações. Essas fontes, como a literatura panfletária e de cordel e o mundo de gravuras de feitura interna, ou impressão externa, que correram a propósito, primeiro dos efeitos considerados negativos ou positivos da Revolução francesa e depois sobre a ida da Côrte para o Rio e as invasões napoleónicas, mais tarde a respeito da acção dos governadores que regiam o Reino, como acerca dos ingleses sucessivamente amigos, tutores e renovados exploradores da nação, só muito parcelarmente foram objecto de análise. Quando atentamente recenseados e explorados, oferecerão um caudal suplementar de informação sobre os mitos, as esperanças messiânicas, as correntes de opinião e os ódios, as notórias carências e as frustrações de um país antigo que, no segundo decénio do século XIX, está arruinado pela guerra e à mercê, já de um pró-cônsul, já da mercância inglesa que lhe furtara boa parte do ubérrimo escambo brasileiro.

Os efeitos desta última conjuntura e as ressonâncias da longa e demasiado influente permanência dos ingleses em Portugal, uma vez concluídas as operações militares, como ainda o seu peso e privilégios no exército e junto dos governadores, funcionarão contra a amizade luso-britânica forjada nos campos de batalha e originarão o reverdecer dos projectos constitucionais esboçados por resistentes ou concebidos pelos afrancesados no tempo da ocupação napoleónica. São eles que estão na origem do constitucionalismo vintista.

À volta de 1800, sabe-se, estava constituído um pequeno partido que «pensava em reformas na administração e no Estado», partido em que se consubstanciavam os efeitos da propaganda das revoluções dos fins do século XVIII em Portugal. Esse partido deu sinais de si, não suficientemente averiguados, por ocasião da doença nervosa do Príncipe Regente, no alvor do século XIX, quando também os ultra-realistas comandados pela mulher do Regente, Carlota Joaquina, tentaram apoderar-se do poder. O mesmo partido esteve ligado ao pedido de uma constituição análoga à do Grão-Ducado de Varsóvia e, por isso, à do Reino de Itália, apresentado a Junot para chegar ao conhecimento de Napoleão, à qual já nos referimos. Pela mesma época, espíritos mais moderados, ligados à Junta anti-francesa do Porto, em 1808, terão pensado na vantagem de convocar as antigas Cortes para bem estudar os problemas do país, ressuscitando assim pontos de vista representativos que lembram os formulados pelo professor de Coimbra, Ribeiro dos Santos, na polémica sobre o *Novo código de direito público*, ou então o ideário que em Espanha motivou a reunião das Cortes de Cádiz. O que levou à prisão, condenação e deportação dos militares autores da sugestão, depois amnistiados pelo

Regente e pela imprensa afecta aos percursores do liberalismo alcandorados a percursores do regime constitucional.

Para alicerçar esta versão, a historiografia do século XIX costuma aduzir uma exposição anónima dirigida ao Príncipe Regente, e mais tarde publicada no jornal londrino *O Campeão Portuguez*, como sendo da autoria dos patriotas em questão. Datada de 23 de Junho de 1808, cinco dias depois da revolta contra os franceses no Porto, a representação expunha ao filho de D. Maria I, o «miserável estado a que o Reino tinha chegado» e significava-lhe «a Nação como ansiosa de recolher os direitos da sua representação, cujo esquecimento provinha da sua nímia prosperidade e entorpecido descanso... sendo esta a causa da sua decadência, e decerto a única da indolência em que jazia e que obrigara a sua Alteza Real a desampará-la».

Durante as invasões, no confronto militar e na guerrilha, a luta contra os franceses assumiu formas extremamente expressivas que quedaram vivas na alma dos cidadãos. Para tal circunstância muito contribuiu a explicação que dos acontecimentos era dada aos fiéis do púlpito por modestos curas e pelos mais afamados pregadores que nesta época havia, em cujo conteúdo se entrecruzam mensagens e interpretações a respeito da guerra, às quais não falta, às vezes, admiração pelo génio militar de Napoleão e, mais veladamente, pela França da Revolução, testemunhada esta pelo conhecimento miúdo do que se passava além-Pirinéus nos seus aspectos positivos e negativos. Curiosos a tal respeito são, por exemplo, os sermões de um outro professor de Coimbra, que veio a ser, no termo de uma evolução intelectual mal conhecida mas evidente, o primeiro presidente das Cortes Constituintes, em 1821.

Este futuro arcebispo da Baía, no final de Setembro de 1808, orou na catedral de Coimbra em acção de graças pela vitória dos portugueses sobre os exércitos de Junot e pela restituição da soberania aos portugueses, governados pela dinastia de Bragança. Nessa peça oratória apresenta uma explicação providencialista e justiceira da Revolução francesa e do imperialismo napoleónico. Concebe uma e outro lançados pela mão de Deus para castigo dos povos em falta. Crítica acerba merecem-lhe não só os excessos revolucionários em relação ao clero, à Igreja e à Santa Sé, como principalmente a acção dos exércitos invasores em terras de Portugal, contra os quais a Grei reagira em unísono, inspirada pelo Omnipotente. Sem embargo, diz Mirabeau «o mais insigne Patriarcha da Revolução» e se, em sua opinião, Napoleão exprime a tirania e funciona como flagelo da divindade, nem por isso lhe nega «raros e relevantes merecimentos» e «grandes feitos militares». Segundo esta perspectiva secundária, mas valorativa, parece ainda mais significativa a sumária apreciação que produziu da Revolução ao exclamar: «porque logo não

reconhecerei eu neste monstruoso agregado de malícia e de prosperidade, de injustiça e de grandeza, que em todas as suas épocas me oferece até agora a Revolução francesa, a temível mão de Deus!».

Quer dizer, o orador sagrado via na marcha da Revolução um castigo de Deus e uma obra onde havia malícia e injustiça de par com prosperidade e grandeza. Daí um misto de simpatia hesitante e de veemente repulsa que vivia no seu espírito, sentimento tanto mais complexo quanto é certo que a repulsa fora circunstancialmente alimentada pela irreligiosidade patenteada em França e pelo efeito do conhecido e lembrado desmando das tropas de Junot em terra portuguesa. De resto, o fito de sermão era comemorar o fim da primeira invasão, pondo a nu que os filhos napoleónicos da revolução em vez de subtraírem o país à órbita inglesa, tinham, muito ao invés, desarmado os soldados lusos, extorquido avultada contribuição de guerra, esbulhado e profanado santuários, recrutado tropas para uso próprio. Ora, se o pregador como bom patriota não podia esquecer estes factos, como homem da Igreja e monárquico convicto também não olvidava os sucessos da revolução em que perpassa hostilidade à religião e aos reis. Eis porque ataca uns e outros, aliás, com domínio de causa. Com efeito, além de ter presente os factos culminantes da política e da invasão francesas, conhecia bem textos dos inspiradores intelectuais da Revolução e bem assim os sucessos desta e posições assumidas por próceres seus. Demonstra-o, em pormenor, outro sermão, proferido a 6 de Janeiro de 1809, dia em que deviam alistar-se, para defender a Reino, ante a iminência da segunda invasão, os professores e estudantes da Universidade. A circunstância deu-lhe azo para, dessa feita, desenvolver o sistema da impiedade que a revolução pretendia instaurar na França revolucionária, da qual os franceses do Império, a seu ver, não eram alheios.

Destarte, pretendia o orador mostrar aos universitários que, combatendo Napoleão, defendiam o trono e o altar, o mesmo era dizer a preservação da monarquia e da religião tradicional. Ao tratar e fundamentar amplamente o tema da impiedade revolucionária, o pregador impugna-a, mas, do mesmo passo, revela familiaridade com os livros e discursos de filósofos e revolucionários do século. Em abono dos seus pontos de vista cita e transcreve textos de Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Freret, La Mettrie, Bayle, Socino, Helvetio, Volnei, Necker, bem como de Fauchet, Bonneville, Barnave, Rabaud, Isnard, Nageon, Mirabeau, Marat, Gobel, Talleyrand, etc. Demais e em diferente perspectiva de análise, a parenética deste lente mostra que as suas convicções tiravam seguro arrimo do manuseamento directo da Sagrada Escritura, dos Santos Padres e de outros comentadores sagrados.

Ora, sermões como este e sobretudo as situações a que alude, e que

por todos eram ou vieram a ser fundamente vividas, tendencialmente provocaram um declínio das políticas francófilas e um avultar, também por outras razões, da influência inglesa, numa época de reafirmação absolutista, a qual submergiu tanto os projectos patrióticos de convocação dos representantes da nação, antes perfilhados, como a mensagem liberalizante apregoada em folhas da literatura panfletária autonómica surgida quando das invasões, àcerca das quais os estudos têm progredido, o que não aconteceu em relação à acção da guerrilha durante a guerra.

Para mais, na ordem internacional, a posição do absolutismo e a da Inglaterra em Portugal será reforçada pelos resultados globais do Congresso de Viena. Os convénios aí firmados, entre as potências, explica J. B. Duroselle, alicerçaram o restauro de dinastias do Antigo Regime, fortaleceram o princípio monárquico, restabeleceram o equilíbrio europeu, espartilharam a França e simplificaram o mapa político da Europa onde, no entanto, Portugal subsistiu intacto e absolutista, sem que houvesse alcançado as indemnizações de guerra que pretendia e fosse compelido a devolver à França Caiena, ocupada como represália pelo Regente, logo que chegara ao Brasil.

Por outro lado, o Congresso de Viena deixou o movimento das nacionalidades, despoletado pela Revolução e pelo Império, a marulhar entrosado no antagonismo que, na Europa, opunha os ultras aos liberais, observa René Rémond. Àqueles interessava uma restauração integral capaz de extirpar os efeitos da Revolução, aos liberais, prosélitos da liberdade e adversários dos tratados de 1815, importava transformar as instituições e garantir a emancipação dos povos, mediante a aplicação dos legados revolucionários.

Quer dizer, na Europa anterior à vaga revolucionária dos anos 20 existia uma dialéctica entre as forças que defendiam a legitimidade e as forças que preconizavam a liberdade e isto porque os germes dos conceitos revolucionários de 1789 continuavam vivos e actantes. O mesmo aconteceu em Portugal onde, desde cedo, renasceram as sementes de contestação e de mudança política, por algum tempo abafados, tanto mais que do ponto de vista económico foi extremamente negativo o efeito das invasões «em primeiro lugar, diz Borges de Macedo, pela natureza do comércio português feito numa percentagem sensível com géneros ultramarinos que a ocupação militar do território metropolitano afastou dos seus portos; em segundo lugar, porque dois dos mais importantes géneros produzidos em Portugal (o vinho e o sal) visavam em grande medida a exportação; em terceiro lugar, pela exiguidade do mercado interno», a que se somaram os efeitos da guerra sobre o viver quotidiano, a agricultura, o comércio e a produção industrial.

Facilitaram a floração das sementes revolucionárias, a que nos

reportávamos atrás, os hábitos tolerantes e liberais da Inglaterra, desde o princípio veiculado pelos súbditos britânicos que ficaram no Continente em serviço castrense durante e após o embate com os exércitos de Bonaparte.

Assim, em 1810, ao saberem da tomada da praça de Almeida pelas tropas que, sob o comando de Massena, concretizaram a terceira invasão, os governadores do Reino, cedendo, por um lado, à pressão exercida pelo estado de espírito da população e anuindo, por outro, às razões do Intendente Geral da Polícia, ordenaram o afastamento de Lisboa de um certo número de indivíduos que passavam por *afrancesados*, pedreiros livres notórios ou suspeitos de simpatia pelos franceses e «cuja presença podia, por tal facto, prejudicar a tranquilidade pública numa conjuntura delicada». Uma fragata portuguesa conduziu-os então aos Açores, que foi designado para lugar do seu exílio. Pois bem, posto ao corrente do facto, o comandante-chefe inglês Wellington, lavrou um protesto junto das autoridades portuguesas, «cuja dignidade impressiona». Na verdade, «condenou a atitude dos governadores, achando-a desnecessária». Por outro lado, a detenção dos *afrancesados* acima mencionados, realizada em Lisboa, «na noite de 10 para 11 de Setembro, teve consequências bem diferentes daquelas que os governadores do Reino poderiam ter previsto», narra Dauphiás de Alcochete.

Se é certo que, na ocasião, eles «deram um grande golpe no partido liberal português, ainda em embrião», não é menos certo que as capturas não só «provocaram um foco liberal nos Açores, cujos efeitos se fizeram sentir mais tarde», como ainda «permitiram um recrudescimento da propaganda através dos jornais editados em Londres, propaganda que abriu caminho à independência do Brasil e à revolução de 1820». Efectivamente, os ingleses proporcionaram a um grupo liberal, que logrou refugiar-se na Inglaterra, caução para daí «atacar o governo [absolutista português] sem riscos de ser acusado de colaboração com o inimigo», usando o mesmo grupo, nos jornais que dava à estampa, «de um espírito crítico absolutamente novo», observa A. Silbert. Confrontados com as «realidades do liberalismo e presenciando o jogo das instituições parlamentares» britânicas, os exilados propugnaram «a necessidade de uma constituição e de um regime livre, a renovação das instituições e dos princípios políticos e uma reforma económica profunda» no nosso país.

Foram seus órgãos jornais como *O Correio Brasiliense* (Londres, 1808-1822), *O Campeão Português* (Londres, 1819-1821), *O Investigador Português em Inglaterra* (Londres, 1811-1819). Ora, estas publicações, e muitas outras, lograram penetrar em Portugal, «apesar de toda a vigilância da polícia, conquistando largo público» para a sua mensagem liberal, à semelhança dos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*,

digesto científico e cultural que um núcleo emigrado em França editou em Paris, de 1818 a 1822, e cuja circulação as autoridades portuguesas autorizaram.

Ao mesmo tempo, «talvez devido ao facto de existirem mações nos quadros militares britânicos», a maçonaria portuguesa, em cujo seio também vivificavam tendências liberais, beneficiou de notório apoio por parte de ingleses estantes no Continente, narra Oliveira Marques.

Na opinião de Albert Silbert, outro aspecto da influência do Reino Unido que merece consideração, quando se estuda a génese do liberalismo, diz respeito à transformação das forças armadas. De facto, sob a direcção de técnicos britânicos, e na sequência das melhorias antes realizadas por Pombal e D. Maria, então aniquiladas ou insuficientes, o «exército português foi totalmente reformado» e nasceu um genuíno corpo de oficiais que, quando o declínio geral colocou problemas de extrema gravidade à sociedade lusitana, se sentiram garantes da dignidade e dos anseios do país, a ponto de desencadearem a revolução vintista.

Ora, a valorização do exército, em cujas fileiras a osmose entre fidalgos e plebeus crescia, por contrastar com a degenerescência material da colectividade, estabeleceu um antagonismo de efeitos perigosos, quando inserido numa situação económica e política atreita a sério agravamento, nessa segunda década do século XIX.

Para começar, o aumento demográfico foi, sem dúvida, atenuado pelas hostilidades militares, houve perdas de monta no sector agrícola, enquanto na indústria se assistiu a uma descida na produção. Além disso, profundas alterações sofreram as condições do comércio português, o que pôs a nu a influência muito negativa das invasões no crescimento económico de Portugal. Uma carta dirigida a D. João VI pela Regência vintista anota, com ênfase, a ausência do monarca para que pudesse ouvir «as súplicas do seu Povo» e remediar a situação que era de «aniquilação política e de miséria interior». Com efeito, assistia-se à «progressiva e rápida decadência da agricultura, indústria e comércio», à evidente atonia do equipamento naval. Os povos aguardavam em silêncio que os «órgãos legítimos informassem o Soberano», quando acresceu «a fome de pão no meio da abundância e extrema barateza dos géneros de que ele se fabricava», facto que, além de afectar os favorecidos, mais afectava os deserdados, deixando antever «comoções populares sempre funestas».

Pintando o quadro, com mais pormenor, noutra documento considera-se a agricultura «base fundamental da riqueza e força das Nações», e diz-se que Portugal chegou ao ponto de recorrer ao auxílio estrangeiro, visto que o sector carecia de braços e capitais, exigia o apoio do comércio e da indústria, sofria os efeitos da abundância das colheitas e também do desregramento e excesso das importações. Refere-se também a «ilimitada

franqueza concedida aos vasos estrangeiros em todos os Portos do Brasil pelo desastroso tratado de 1810», «e decadência das fábricas e manufacturas nacionais» e a «quase total extinção da marinha mercante e militar», vítima esta de ataques de inimigos e de piratas. Paralelamente, explica-se, decresciam os réditos do Estado, subiam as dívidas do Erário, o crédito público vacilava e existia desajuste no sistema da administração fiscal, cujos funcionários agiam com negligência e prevaricação agravada por perceberem com atraso os vencimentos, enquanto os credores do Estado reclamavam, em vão, o cumprimento das garantias dadas.

Verdade era que a Regência se mostrava inoperante, o governo central funcionava no Rio, a milhares de quilómetros, a nação sentia-se colónia do Brasil e via-se, como nunca, sujeita à preponderância britânica no exército, cuja chefia suprema tocava ao inglês Beresford. Ponderando esta facticidade, Albert Silbert alvitra, com viva percepção, que o germe revolucionário estava aqui «na humilhação sentida, e cada vez mais sentida, com o decorrer dos anos», acrescentando que às reacções políticas ulteriormente expressas pelos militares se aliavam «as reacções económicas da burguesia portuguesa motivadas pela recessão».

Do descontentamento que latejava nos portugueses dão, aliás, testemunho dois eventos marcantes ocorridos em 1817-1818, a saber, a conspiração do general Gomes Freire de Andrade, urdida na sequência do seu regresso ao país com os militares que serviram a França napoleónica na Legião Portuguesa, organizada em 1808, muitos dos quais estavam filiados na maçonaria e, bem assim, a criação daquilo a que é uso chamar *Sinédrio*, durante o inverno de 1817-1818, na cidade do Porto.

Àcerca da conspiração de 1817, á sabido que nesse ano diversos indivíduos recolheram ao cárcere sob a acusação de maquinarem contra a pessoa de Beresford e contra o sistema vigente. Após um sumário processo e um julgamento rápido, a sentença levou ao cadafalso, em Lisboa, doze indivíduos, no número dos quais figurava Gomes Freire de Andrade, eventual chefe da conspiração. «Esta execução, explica Oliveira Marques, teve profunda influência no surto da consciência liberal entre o exército e a burocracia. Longe de evitar futuras rebeliões, apenas serviu para as estimular, uma vez que os opositores ao regime, e com eles muitos outros até então indiferentes, se convenceram da tirania dos governantes e da impossibilidade de conseguir, por meios pacíficos, quaisquer modificações no *status quo*».

Por esse tempo era notório o influxo dos movimentos autonómicos das colónias espanholas da América no espírito do chefe do *Sinédrio* e em todos teve decisiva influência a restauração da Constituição liberal em Espanha, no princípio de 1820, aliada à adesão da Galiza a esse movimento, facto que conferiu militância ao chamado *Sinédrio*. Causas

principais do seu activismo, além do exemplo espanhol, foram a «situação económica, a intromissão inglesa» e ainda o medo da anarquia.

Para passarem à acção, no transcurso de 1820, os membros daquele grupo não só estreitaram ligações com os meios liberais de Lisboa, de Espanha e, porventura, de Inglaterra, mas estabeleceram, do mesmo modo, importantes ramificações entre as tropas do Norte, preparando, assim, a base castrense que viabilizará a Revolução, não obstante entre os militares aliciados figurarem realistas despidos de abertura política, em cuja mente, antes de mais, luzia a necessidade de pôr cobro à tutela inglesa e de evitar a ocorrência de sublevações populares. Além disso, com o restabelecimento das instituições representativas na Espanha, em Janeiro de 1820, por efeito de uma conspiração militar liderada pelo Tenente-Coronel Riego, «o descontentamento e a inquietação agravou-se». «Todas as pessoas que então reflectiam sisudamente sobre o estado de Portugal, se sentiam possuídas de dois sentimentos: primeiro, a persuasão da proximidade de uma revolução inevitável; segundo, o receio de que ela rompesse por tumultos populares e agitação anárquica».

Um monge que o rei fizera meses antes arquiprelado, testemunhando a opinião prevalente sobre o regime absoluto, nas vésperas da revolta, di-lo um conjunto de «instituições humanas, algumas já decrépitas, e que quanto mais se alongam das suas origens porventura saudáveis, mas que o tempo roedor e sobretudo o império das paixões, o abuso do homem, altera e corrompe, se tornam, não só inúteis, mas até viciosas e opressoras da humanidade e seus direitos». Por isso, comparando o clima nacional a um «vulcão sulfúreo», explica a ocorrência da erupção, ou seja, da revolução, como algo que, afinal, pudera desenvolver-se «em alegre e perfeito acordo», tão generalizada era a consciência da sua necessidade, a representatividade dos seus intérpretes, o cuidado que os conspiradores puseram na sua organização, aproveitando a ida ao Brasil do marechal Beresford, que se apercebeu da deterioração da situação e do monarca queria obter poderes mais latos para a controlar.

Eis porque o evento aconteceu, sem oposição, ao raiar do dia 24 de Agosto de 1820. Bem cedo, as tropas saíram dos aquartelamentos e reuniram numa vasta praça, flanqueada por uma caserna. O seu comandante fez dizer missa ante os soldados, finda a qual uma salva de vinte e um tiros anunciou aos habitantes do Porto a revolução. Logo depois, as demais forças envolvidas na conjura aderem ao movimento insurrecional.

Muito sintomaticamente, o evento tem lugar num burgo de operosos comerciantes e industriais, dados ao comércio externo, onde vive um funcionalismo influente a par dum núcleo de membros de profissões esclarecidos e onde, para mais, abundam proprietários rurais nortenhos azedados pelas dificuldades com que se debate o mundo agrícola e, no

geral, cientes, como os demais cidadãos, do descontentamento que lavra entre as classes populares da região.

A exemplo de outros movimentos ocorridos na Europa meridional dos anos 20, na Espanha e na Itália, a revolução é desencadeada em nome da liberdade, mas os insurgentes, nos manifestos iniciais, revelam-se moderados, dado o ecletismo de propósitos dos seus apoiantes: proclamam a «liberdade regrada pelas leis», propõem a introdução das reformas guiadas «pela razão e pela justiça», apelam à criação de «um Governo Provisional, que chame as Cortes a fazerem a Constituição, cuja falta é a origem de todos os nossos males... É em nome, e conservado o nosso Augusto Soberano, o Senhor D. João VI, que há-se governar-se. A nossa Santa Religião será guardada. Assim como nossos esforços são puros e virtuosos, assim Deus os há-de abençoar».

No fundo, atenta a dimensão dos problemas emergentes no país, eles ambicionam, difusamente a maioria, com lucidez os vanguardistas, a instauração de um regime mais livre e mais participado por elementos genuinamente portugueses, provenientes dos quadrantes sociais activos, que elimine as graves carências que afectam a nação, diminuindo-lhe a dignidade. E a dignidade e a regeneração prefiguram-na os liberais à luz dum modelo, não muito claro, susceptível de substituir o absolutismo vigente em que o imperante, além de se dizer soberano das riquezas dos seus vassallos, defensor da justiça e distribuidor de mercês, exercia o poder amparado no procônsul inglês Beresford, cujo mando impiedoso estimulava a xenofobia e o patriotismo.

O recurso à sedição, o amor à liberdade, o desejo de mudança, a necessidade de reunir as olvidadas Cortes — os lusos Estados Gerais — provinha em linha recta dum conjunto de experiências que se sabiam em particular vividas pelos franceses nos finais do século XVIII e cuja força a restauração em Paris dos Bourbons não pudera de todo anular, pois o próprio Luís XVIII doara à sua nação uma Carta Constitucional.

Em termos constitucionais, as opções que se apresentavam aos portugueses envolviam várias hipóteses, já que, por exemplo, a França perfilhara, nos últimos decénios, diversas leis fundamentais, com ou sem monarca, e a Revolução e o Império tinham provocado o aparecimento de muitas outras constituições em países onde chegara a sua mensagem, sendo bem conhecida a prezada entre os liberais progressistas a Constituição espanhola de Cádiz. Os mais moderados, esses tinham em mente um modelo de inspiração britânica ou decalcado na *Carta* de Luís XVIII.

Agora a marcha dos acontecimentos vividos e sentidos pela nação tornava urgente a reconsideração e utilização selectiva de informações e ideias que desde o último quartel do século precedente chegavam a Portugal.

Só que, nos fins do século XVIII, poucos acreditavam na filosofia da liberdade e no constitucionalismo, pouquíssimos falavam na ressurreição das Cortes, na assunção pelos procuradores ou deputados dum generalizado poder legislativo, em detrimento do rei.

Na verdade, as experiências mais ou menos «esclarecidas» do governo régio, em tempos económicos tendencialmente favoráveis, acompanhados pela inexistência de conflitos sociais graves, tinham bastado, entre 1777 e 1807, para disfarçar as lutas anti-senhoriais, para vencer os problemas em aberto, para dominar a nau do Estado, para abafar o descontentamento ou alevantamento dos que, detectando sinais aziagos no panorama nacional, se embebeciam com as revoluções alheias.

A passagem daquela conjuntura para a que prevalecia entre os corifeus do vintismo foi, em muitos casos, facilitada por uma atitude nebulosa, por uma disciplina do espírito ou metodologia, herdada do período pombalino graças à familiaridade com a filosofia da ilustração. Assentava ela, como vimos, no gosto pela observação e pela experiência, na permeabilidade a novas ideias alcançadas e moldadas graças à razão, tal qual a literatura das «luzes», o ensino pombalino e a letra dos decretos josefinos inculcava de forma monolítica e dogmática, é certo, mas que a própria liberdade da mente bem podia quebrar se dada a voos inspirados pelo conhecimento do que ia acontecendo, se impunha entender e logo disciplinar.

Para levar por diante o programa revolucionário, instituiu-se no Porto uma Junta de Governo, presidida por um militar oriundo da aristocracia tradicional, da qual fizeram parte nobres, clérigos e burgueses, efectivamente liderados pelos membros do chamado *Sinédrio*, a qual beneficiou de ampla simpatia por parte da Grei.

Em Lisboa, a Regência que governava em nome de D. João VI, ainda tentou resistir, apontando os revolucionários como inimigos da pátria, mas em 15 de Setembro, a capital secundou o Porto, sob o efeito de manobras várias que o estímulo portuense e o apoio espanhol favorecem. Por fim, no dia 28 surgiu a *Junta Provisional do Governo Supremo do Reino*, saída da combinação de elementos revolucionários do Porto e de Lisboa.

A queda do Antigo Regime provocou enorme contentamento e grande esperança na regeneração de Portugal, impondo-se, sem encontrar resistências de maior, para alívio de quantos sofriam com os problemas do país e temiam uma sedição desregrada e anárquica.

Quer dizer, em 1820 Portugal entrou na era constitucional no âmbito da vaga revolucionária dos anos 20, a primeira entre as que, no século XIX, definiram a história do liberalismo. Corporizou-se, assim, o vago ideal de alguns portugueses que, pelo termo de setecentos, seguiram

de perto e com declarada simpatia, os eventos revolucionários da França, como ainda os projectos dos que se aliaram aos exércitos imperiais por amor das ideias novas, outrossim pesando, neste processo, o exemplo das monarquias parlamentares, com relevo para a inglesa, parceira comercial e política todo-poderosa do Reino, onde, para mais, vicejou uma imprensa portuguesa aberta, nos primeiros decénios de oitocentos.

A revolução portuguesa, como as revoluções vintistas da Espanha, da França, da Itália e da Rússia, assumiu a forma duma sedição castrense, cuja duração no tempo foi limitada, pois também em Portugal os ultras afastaram os liberais do poder em 1823, ainda que temporariamente.

Para a prevalência, no Porto, do método revolucionário em geral utilizado nessa época pelos povos do Sul da Europa, ao invés do sucedido nas nações reformistas do Norte, contribuiu, já o dissemos, a assunção pelo exército do brio e dos interesses da Grei, contribuiu o descontentamento da burguesia e o temor dos privilegiados às convulsões sociais, contribuiu a crise geral agravada pelo conservantismo dos governadores, contribuiu, enfim, aqui, como em toda a Europa, o espírito do século, o clima de sensibilidade romântica, o exemplo da Revolução francesa e a mitologia revolucionária que dela resultou.

Independentemente do que se observou, em matéria de perspectivas de pesquisa, para além da estimulante reflexão de Albert Silbert sobre as invasões francesas e os pródromos do liberalismo, urge sem dúvida refazer a história dos antecedentes do movimento liberal de 24 de Agosto (que um estudo recente melhor esclarece), designadamente quanto ao enquadramento diplomático, campo muito vasto e intrincado que só a análise em profundidade dos arquivos particulares e das chancelarias europeias e do Brasil pode proporcionar. Interessa também rever os ângulos e os campos de análise em relação quer à conspiração de Gomes Freire, quer à revolução de 1820 e ao primeiro período liberal, aspectos que as biografias, integradas no respectivo contexto, que têm vindo a lume vão iluminando progressivamente. Ora, àcerca do vintismo (1820-1823) abunda a documentação e não faltam obras factuais sobre problemas político-culturais que a busca arquivística, além de completar, há-de corrigir quanto a esses e outros aspectos. Acresce que a maioria dos trabalhos trata dos vencedores, deixando na penumbra as tendências vencidas e amiúde o decisivo papel dos moderados, que agora começam a ser estudados.

É, pois, com base nos dados disponíveis que ao evocar o período subsequente à revolução se impõe recordar o seguinte: Não sem graves incidentes de percurso, onde emerge a força manobradora, já de elementos conservadores tão só apostados no regresso do monarca e no fim da tutela militar britânica, já de espíritos avançados ou dominados por interesses

corporativos, surge um Governo provisório que respeita a religião e a Coroa e logo se explica ante o monarca, do mesmo passo que se preparam as eleições para os deputados que hão-de formar as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação, a fim de, por via delas, estabelecer uma Constituição. Dela se esperava remédio para os males da pátria, o respeito pelos direitos da família reinante e pelos direitos dos portugueses e a tradução de uma nova distribuição dos poderes estaduais.

Quando das decisões sobre a composição das Cortes e natureza do processo eleitoral, digladiam-se opiniões, firma-se a necessidade de recorrer a uma modalidade de sufrágio indirecto. Não se opta logo pelo sufrágio universal a consagrar pela Constituição de 1822, mas opta-se por uma Assembleia única.

As eleições decorrem no fim do ano de 1820 e delas resultou o primeiro Parlamento da Nação, onde «teve assento uma maioria burguesa de proprietários, comerciantes e burocratas» e onde se urdiu a Constituição liberal de 1822.

Uma vez em exercício, os deputados às Cortes designam por escrutínio uma regência. Quando de sua posse, o presidente do Parlamento exprime, com clareza, a teoria da separação dos poderes, dissertando sobre o funcionamento dos mesmos no âmbito do Estado liberal. Depois, as Cortes discutem as bases gerais da Constituição e, de seguida, passam à elaboração da lei fundamental que será fruto das discussões havidas entre os representantes da Nação, congregados em magna assembleia deliberativa, nas quais, no aviso ácido e não demonstrado de Herculano, «On fit une constitution à peu près republicaine, mais parfaitement inapplicable au pays. On répéta, mot par mot, traduits en portugais, ou peu s'en fallait, les discours les plus saillants du *Choix des Rapports*, ou les pages les plus excentriques de Rousseau et Bentham... Le peuple était ébahi de se trouver si grand, si libre, si riche en droits théoriques, car pour ce qui était de la réalité, c'est-à-dire les faits palpables, matériels de la vie économique, ils étaient restés, à bien peu de chose près les mêmes».

Evocando «os nossos bons e antigos usos e costumes», os constituintes, que ao fim e ao cabo trabalharam melhor e mais próximo das realidades do que durante muito tempo se pensou, conforme o recente tratado sobre Borges Carneiro elucida, estabelecem três poderes e tudo fazem para assegurar os direitos do indivíduo e para limitar os poderes do estado na lei fundamental, consagrando, de acordo com a doutrina da Revolução francesa, a «soberania indivisível e inalienável da Nação», bem como a existência de uma só Câmara a eleger por sufrágio secreto, universal e directo, como é próprio da democracia e aconteceu nos tempos mais avançados da revolução.

Instituindo o catolicismo como religião dos portugueses, as Cons-

tituintes perfilham, conforme a tradição americano-gaulesa, as principais liberdades públicas, mormente as liberdades de expressão, de imprensa, de ensino, autorizando qualquer cidadão a abrir aulas em prol do magistério público. Tentam, assim, subtrair o múnus docente à esfera da influência do clero. Testemunho do interesse que votam ao ensino, já desenhado pelo reformismo pombalino, descobre-se no carinho dos constituintes pelo magistério primário, a que dão evidente apoio.

De resto, a intenção de reduzir o peso eclesial romano decorre da outorga de facilidades no tocante à adopção de uma confissão, embora envolva também uma cláusula restritiva. A Constituição de 22 sublinha que todo «o português pode..., sem dependência de censura prévia, manifestar as suas opiniões em qualquer matéria, a não ser em caso de abuso acerca do dogma e da moral» e considera este preceito «um dos mais preciosos direitos do homem».

Para acautelar as liberdades de imprensa e pensamento, a mesma lei prevê a criação de um tribunal especial. Com a liberdade são considerados direitos fundamentais a segurança pessoal e a propriedade. A respeito da igualdade, a Constituição afirma e lei igual para todos, outrossim eliminando a existência de privilégios de foro e de admissão a cargos públicos, cargos que, daí para o futuro, abre a todos os portugueses.

Desde o princípio, preocupação importante dos próceres liberais, e sobretudo dos liberais católicos, é demonstrar a não existência de antagonismo entre a religião cristã e o novo regime. Quando estava em curso a discussão da Constituição, um dos arcebispos que protagonizava o regime, enviou aos seus súbditos brasileiros uma pastoral onde explica, referindo-se às bases da nova Constituição, que ela em nada se opunha «às verdades da Santa Religião Cristã, que professamos, Católica, Apostólica, Romana». E em reforço desta observação diz: «É necessário que nos persuadamos, e persuadamos os outros, que esta é, e não outra, a genuína ideia de uma Constituição liberal de qualquer Nação Católica, sem contravir ao Dogma Moral desta Religião Divina, que ela reconhece e jura como a sua própria Religião». Por fim, em sinal do entendimento profundo que tinha do Catolicismo e do regime político que adoptara com grande abertura, o prelado assevera que a nova Constituição surgia «em seguimento de uma Religião, que nivela perfeitamente os homens em quanto aos direitos essenciais a todo eles...».

Sem embargo, o nivelamento dos cidadãos quanto às suas prerrogativas fundamentais, ou seja, à igualdade, jamais avulta como ponto forte do liberalismo português no curso da sua história até 1910, nem prevalecerá na sua fase primeira, entre 1820 e os meados de oitocentos, a qual comporta tempos de instituição, provação, afirmação e, por último, de configuração e adaptação do regime à realidade portuguesa.

No período que agora nos interessa, isto é, 1777-1834, tempos de instituição, afirmação e configuração, temo-los em 1820-23 e em 1826-28. Tempos de provação por excelência são os do retorno do absolutismo entre 1823-26, entre 1828-32 e os anos da guerra fratricida entre liberais e absolutistas de 1832 a 1834, se bem que, a partir de 1832, comece a surgir legislação genuinamente transformadora, graças a Mousinho da Silveira e ao governo de D. Pedro nos Açores e no Porto.

Durante o triénio de abertura (1820-1823), assiste-se à vitória da revolução portuense, à organização de eleições por sufrágio indirecto, copiado da Constituição espanhola de 1812 para as Cortes Constituintes; ao funcionamento destas, à feitura da Constituição de 1822 cujas bases primeiro, e o texto definitivo depois, o rei entretanto chegado do Rio de Janeiro há-de jurar. Nesse período, o Brasil torna-se independente ante a inaptidão, ou talvez a impossibilidade, revelada pelos Constituintes para cercear ou tão só controlar a pujança autonómica da terra brasileira que desde 1815 era um reino unido a Portugal (e desde os fins do século XVIII produzira movimentos revolucionários autonómicos); realizam-se as primeiras eleições por sufrágio directo e secreto; começa a funcionar, encabeçado pelo monarca, um genuíno governo constitucional a breve trecho minado por dissensões e, finalmente, abatido por uma conjura dos ultras, chefiados pela rainha Carlota Joaquina e seu filho Miguel, a que se costuma chamar a *Vilafrancada*, a qual beneficia do clima criado pela intervenção francesa em Espanha.

Assim desapareceu a Constituição de 1822 e quase toda a obra dos Constituintes, em parte retomada por Mousinho da Silveira anos depois, mas não a abolição da Inquisição que à data (1821) era já um organismo morto, posto que temido. A Constituição de 1822 mostrara-se «demasiado progressiva e demasiado democrática para o seu tempo. A concessão do direito de voto a todos os varões que soubessem ler e escrever punha em perigo os interesses dos proprietários e dos homens do negócio. Não satisfazia a nobreza, nem o clero, nem o rei, cujos poderes ficavam praticamente reduzidos a nada» e cujos privilégios e prerrogativas tinham sido duramente atingidos pelos Constituintes.

Assim como não está feita uma síntese sobre a Revolução de 1820 e sobre as suas condicionantes mentais e sócio-económicas, assim também não está estudada, senão parcelarmente, a obra das Constituintes, designadamente o labor e o material recolhido pelas Comissões especializadas que a compunham e a própria caracterização selectiva das linhas de força da actuação das facções dominantes e dos seus próceres. De resto, o mesmo se pode afirmar no tocante à imprensa, cuja relevância alguns estudos parcelares evidenciam com nitidez. E quanto a doutrinas e doutrinários, organização e transmissão de directivas e palavras de

ordem, muito há a empreender no tocante aos ultra, conforme põem a nu os poucos estudos de qualidade dados à estampa. Na área dos conventículos e das sociedades secretas, a única que mereceu obra de fôlego foi a maçonaria, cuja acção se entrelaça, em grau ainda não completamente determinado, no processo em curso, não sem que muitas questões fiquem em aberto, a começar pelas que dizem respeito à estratégia ou falta de estratégia do sector eclesiástico, cujas cambiantes de actuação urge do mesmo modo compreender, como fundamental é compreender, em pormenor, logo desde a *Vilafrancada*, os esforços dos moderados, em regra mal tratados pela historiografia vanguardista, posto que, em última análise, venha a prevalecer, no liberalismo português, a corrente que eles protagonizam, conforme uma dissertação recente oportunamente lembra. Do papel que assumiram entre 1823 e 1826, e do absolutismo mitigado de então, sabe-se o que tem a ver com os próceres e o que dizem e repetem as obras velhas e consagradas, o que é pouco.

Na verdade, infere-se, após a *Vilafrancada* (1823), o rei tenta uma política de compromisso, dissolve as Cortes, assume antigas e muito vastas funções, promete rever a lei fundamental, sem jamais o fazer, rodeia-se, é certo, de políticos moderados. Em 1824 sofre nova arremetida dos ultra-realistas, durante a *Abrilada*, que logra controlar. Manda então expatriar D. Miguel e, até 1826, gere o país sob os auspícios de um absolutismo frouxo, mal tolerado pelos ultras, desfavorável aos liberais e de todo alheio às promessas de uma nova Constituição, formuladas em 1823.

Desde esta data, o grosso dos liberais vê-se afastado dos cargos públicos, das esferas de decisão, é objecto de perseguições ou calúnias, sobretudo por parte dos ultra influentes que o rei não logra abafar. Sobrevivem politicamente alguns moderados que se adaptam à situação para, ulteriormente, darem fé do seu comedimento e também da sua hostilidade ao rei absoluto, por amor ao constitucionalismo moderado, ou seja, à *Carta Constitucional* de 1826.

Surge a *Carta* como dádiva real de D. Pedro IV, desde 1822 imperador do Brasil. Este, à morte de seu pai, em 1826, herda o trono português e restabelece o liberalismo, segundo um figurino moderado, cujos símbolos hão-de ser aquela lei fundamental e sua filha D. Maria II, à qual logo entrega a Coroa, a fim de persistir na governação dos brasileiros. Renasce assim a ordem liberal e a esperança dos liberais; volta a haver eleições, agora de tipo censitário; entra em funcionamento não só a Câmara dos Deputados, mas também a Câmara dos Pares onde têm assento os privilegiados; ao monarca cabe o poder executivo e o chamado poder moderador que, segundo a *Carta*, fruem de amplas

competências de mando e controlo; subsiste, independente, o poder judicial e as principais liberdades.

A arrogância dos liberais, somada à lembrança da agitação e da perda de privilégios pelos realistas, sob o vintismo, convulsiona lentamente o Reino. Para obviar às dificuldades previsíveis e, em concreto, para congregar a família portuguesa, D. Pedro, além de abdicar em D. Maria II, então com 7 anos, promove, em concordância com as potências europeias interessadas na estabilidade de Portugal, os esponsais da pequena rainha com seu irmão D. Miguel, que do exílio volta a Lisboa, em 1828, via Londres. Uma vez no Reino, este personagem concita vasto apoio, fecha as Câmaras legislativas e faz-se aclamar rei absoluto pelos representantes dos três braços da nação, congregados em Cortes à moda antiga. Deste modo são postergados os direitos de D. Pedro e de sua filha, tidos como nulos, porquanto aquele príncipe criara e regia uma outra nação, em prejuízo do trono português.

Sob a vigência da *Carta* (1826-1828), torna-se mais nítida a divisão que desde o vintismo reinava no seio dos liberais. De um lado, prefigura-se a facção avançada, cuja bíblia era a Constituição de 1822, do outro, a facção moderada que àquele texto preferia a *Carta* de 1826.

As duas correntes tentam, irmanadas pela afeição à liberdade e não menos pela hostilidade a D. Miguel, furtar-se ao governo absoluto, partindo para o exílio, onde urdem sublevações, a mais importante das quais tem lugar no Norte e origina a criação de uma Junta no Porto, sem que obtenha êxito, em 1828. Dos vencidos, uns retomam o exílio no navio *Belfast*, que deu o nome de *Belfastada* ao evento, outros ficam, sofrem perseguições, senão mesmo a pena capital. O grosso das tropas rebeldes interna-se penosamente na Galiza, antes de se pulverizar. Alguns são executados no ano seguinte; muitos, só por crime de opinião, são presos e deportados, enquanto se exercem represálias de toda a ordem.

Na verdade, sob o miguelismo impera o restauracionismo, faz-se tábuas rasas das reformas tentadas nos períodos de liberdade entre 1820-1823 e 1826-1828, predomina a inépcia governativa, vêm-se consagradas as virtudes da repressão e do reaccionarismo, às vezes até interpretadas ou toleradas por figuras de inegável representação e gabarito intelectual, ofuscadas pela fidelidade ao rei absoluto.

A variedade de informação disponível, nos arquivos do Estado, nos arquivos da província e em fundos privados sobre o miguelismo, raramente foi tratado de forma desapaixonada e científica, quer pelos historiadores integralistas favoráveis a D. Miguel, quer pela historiografia liberal e pós-liberal e foi, nos nossos dias, reduzida à sua expressão dialética mais simples. Eis porque o governo de D. Miguel e, em particular, o miguelismo na vertente militar durante as guerras civis, nas

suas implicações internas e nas suas condicionantes externas, oferece tema para estudos que se podem estender desde os anos 20 até, pelo menos, à revolução portuguesa de 1974, inclusivé, como raiz duma mentalidade em subtil transformação e como grupo de pressão que não pode ser ignorado, nem em Lisboa, nem nos ambientes da província.

Mas voltemos ao século XIX e aos nossos liberais. Os exilados desta área concentram-se em Londres, passam à França e à Bélgica, são ajudados pelo Brasil, onde uns poucos se estabelecem, obtém o apoio da Inglaterra e da França, que cresce após o advento de Luís Filipe, mas não o têm da Espanha, dos impérios de Leste, da Santa Sé e, estranhamente, dos Estados Unidos, desejosos de contrabalançar o poderio inglês no Atlântico.

Quando a rainha D. Maria II, proveniente do Brasil, chega a Londres, para dar ânimo à sua causa, é recebida com as honras devidas. No Portugal insular resta-lhe, desde o princípio, um último bastião fiel à linha primogénita dos Braganças, a ilha Terceira, no arquipélago dos Açores. É aí que se organiza um Conselho da Regência, é nos Açores que se vão concentrar os liberais dispersos, cujo comando o próprio D. Pedro assume, pois entretanto abdicara da Coroa do Brasil a favor de seu filho e regressara à Europa para obter apoios e dirigir as batalhas em prol da liberdade, beneficiando da clara simpatia da França de Luís Filipe, que lhe permite organizar uma frota em Belle Isle, donde sai para a Terceira.

Para levar por diante o seu programa, os liberais contraem empréstimos, D. Pedro junta os liberais desavindos, sem os fazer mudar ou calar. Nos Açores forma um governo dirigido pelo marquês de Palmela, do qual faz parte o famoso homem de Estado, Mousinho da Silveira, um antigo ministro de D. João VI que se tornará fervoroso adepto das virtudes da livre iniciativa e que será o legislador por excelência do liberalismo cartista.

Eis porque nos Açores saíram os primeiros decretos que saram a estrutura do Antigo Regime, são de molde a concitar adeptos para a causa liberal e definem a fisionomia do regime, quando complementados por outros assinados já no Porto, no ano de 1832.

Para esta cidade do Continente dirigiu-se, na verdade, o Regente D. Pedro e o seu governo, em 1832, apoiado por uma esquadra em que viajava uma força de desembarque de 7.000 liberais, a quem se deve a ocupação daquela importante cidade.

Logo depois, os liberais são encurralados por um exército miguelista de cerca de 80.000 homens, muito dedicados ao rei absoluto, singularmente mal capitaneados. Inicia-se, pois, o cerco do Porto e uma duríssima guerra civil que culminará com a tomada de Lisboa em 1833, graças a um desembarque de diversão no Algarve, protagonizado por um corpo de

intervenção oriundo do Porto, o qual, do extremo Sul do país, ruma para Lisboa, em marcha vitoriosa, domina a capital e, em 1834, vence diversas batalhas contra as tropas de D. Miguel que desceram do Norte, ou convergiram de outras terras.

Pela Convenção de Évora Monte (1834), D. Miguel capitula e parte definitivamente para o exílio.

Escreveram-se volumosos tratados sobre a guerra civil e o cerco do Porto, na perspectiva da história política, factual e as paixões que essa guerra alimentou emergem em inúmeros panfletos e em obras maiores da literatura portuguesa. Parece ser tempo de desenhar, com nitidez, o perfil sociológico e a base económica das forças em presença, como ainda as condicionantes estratégicas, psicológicas, de interesse material percebido e, porque não dizê-lo, de «fortuna», que podem explicar o seu epílogo e que andam tão só intuitivamente apontadas nos manuais, porventura com foros de verdade em muitos dos seus aspectos. Neste domínio essenciais mostram-se os estudos sobre a ulterior venda dos bens eclesiásticos secularizados, sendo de relevar o consagrado a Coimbra.

Daí dizermos que, após a queda do absolutismo, se impõe o executivo chefiado por D. Pedro, que era regente em nome de sua filha desde 1832, o qual governa autoritariamente, tendo como pano de fundo a *Carta Constitucional*, mau grado a oposição dos liberais avançados. É sob a chefia de D. Pedro que, na sequência da política definida nos Açores por Mousinho da Silveira, já então afastado do gabinete, são nacionalizados os bens do clero, tempos depois vendidos em hasta pública. Por força das lutas entre liberais e absolutistas e por virtude do jogo de forças que lhe está subjacente, beneficiados ficam os sectores burgueses da sociedade e muito afectados foram, nas suas prerrogativas ancestrais de tipo feudo-senhorial, o clero e a nobreza. Existe, todavia, um clero e uma nobreza que se adapta ao novo regime e uma alta burguesia que enriquece e se nobilita, como nobilitada é uma parte da burguesia de raiz pombalina e bem assim as figuras preponderantes do exército. Cresce então o número dos titulados, a prazo os bispos e os curas tornam-se uma espécie de funcionários públicos, subvencionados pelo Estado. O clero regular masculino desaparece, o feminino extingue--se lentamente, os seus bens são nacionalizados e vendidos. Os que têm dinheiro e os que são afectos à nova ordem dominam entre os que compram os bens do clero, demonstra-o estudo cuidado. Esses bens servem de suporte à fortuna de um corpo de fiéis do regime. Os bispos, como os titulares, e os pares pelo rei designados, figuram na Câmara dos Pares e aí podem defender os seus interesses. As relações com Roma, que reconhecera a realeza de D. Miguel, estarão cortadas por

longo tempo, desenhando uma crise gravíssima. Doravante os nobres dependem da renda das suas propriedades ou dos montantes que resultam do exercício de funções. Vulgares são os casamentos entre fidalgos e burgueses, como ainda o agraciamento com títulos e comendas honoríficas de elementos grados deste último sector. A despeito desta osmose entre a nobreza antiga e as fortunas constitucionais, os aristocratas terratenentes mantêm uma posição marcante na nova ordem política, não apenas pelos lugares de que dispõem na Câmara dos Pares, mas pela sua participação nos negócios públicos em Lisboa e na província, aliada ao prestígio ancestral.

Em movimento ascensional notório está, sem dúvida, a burguesia funcionária e mercantil. O fenómeno radica no período pombalino e encontra o seu triunfo maior, em termos de afirmação política, sob o vintismo. Depois regressam em 1834, voltam a predominar entre 1836 e 1842 e não deixam mais de intervir na condução dos negócios do Estado, mesmo quando contam com a concorrência da aristocracia, até porque uma parte da nobreza liberal é de origem plebeia.

Sobre a articulação entre a burguesia pombalina e a nobreza liberal há alguns estudos sólidos, mas não existem análises sobre o clero, a burguesia e a nobreza no século XIX, nem sobre o desenvolvimento social e a base económica das grandes famílias e, muito menos, sobre o perfil real e sobrevivência dos titulados com importância social. Nada se tentou, por outro lado, sobre a influência efectiva da Câmara dos Pares.

Mas afinal o que caracteriza o liberalismo português, regime que funcionou entre 1820 e 1823, para de novo vigorar de 1826 a 1828, altura em que cedeu passo ao miguelismo, estabelecendo-se definitivamente na década de 30, após o regresso dos liberais?

Movimento fundamental da história de oitocentos, o liberalismo assenta numa filosofia contrária à lógica do Antigo Regime, e articula-se em torno da ideia de liberdade. Os traços característicos do regime são análogos aos de diversos ordenamentos políticos que vigoraram em países da Europa oitocentista, porquanto ele integra leis e instituições que a todos são comuns, mas apresenta, em Portugal, várias peculiaridades, fruto da história e da idiossincrasia nacional.

Uma primeira originalidade, cara a todos os liberais, reside na adopção de uma Constituição, cujo teor define por escrito a «organização dos poderes e as suas mútuas relações». Como vimos, Portugal experimentou constituições de dois tipos, a saber, a Constituição de 1822, votada em Cortes Constituintes, e a *Carta Constitucional* outorgada, em 1826, pelo rei D. Pedro IV, por cuja renovada adopção os liberais combaterão.

A existência dum texto constitucional significa a substituição de

um regime herdado do passado por um regime que, daí para o futuro, testemunha uma ordem jurídica. Nesta, o poder surge-nos seccionado, circunscrito e limitado. Daí o cerceamento maior ou menor das atribuições da realeza, próprio das constituições portuguesas. Tal cerceamento é maior na lei de 1822 e menor na *Carta*, dada, inclusivé, a existência do poder moderador, apanágio do rei.

Enão se estranhe a persistência da monarquia no liberalismo, já que o liberal combate o absolutismo, mas aceita o rei, que pode actuar como dissuasor frente a eventuais surtos de demagogia e partilha a decisão política com a representação nacional, que assim limita as suas competências.

A representação nacional, a que aludimos, reveste, normalmente, um carácter duplo, patente na existência de duas Câmaras, como aconteceu no largo período em que vigorou a *Carta*, a qual criou a Câmara dos Pares e a Câmara dos Deputados. Por sua vez, a Constituição avançada de 1822 estipulava a existência duma única assembleia de deputados, as Cortes.

A solução bicamarária obviava a concentração do poder na Câmara baixa e atribuía à Câmara alta, integrada por aristocratas, por individualidades da confiança do rei, o papel de contrabalançar a força dos parlamentares.

A ideia de transacção aqui patente revela-se também na composição do corpo eleitoral. Normalmente, para os liberais eleger não é um direito natural. Votam aqueles que a lei diz que podem votar, nos termos duma teoria discriminatória, sim, mas também aberta, pois o indivíduo passa a votante se alcançar os requisitos, designadamente os rendimentos necessários à sua inscrição nos cadernos eleitorais. Trata-se de uma restrição relativa que o cartismo português adoptou em várias modalidades, a começar pelo sufrágio indirecto e restritivo do tipo censitário. Inversamente, na Constituição de 1822, o sistema era democrático, pois a eleição das Cortes fazia-se por voto directo, universal e secreto.

A par desta organização dos poderes, o liberalismo e os liberais que o defenderam quiseram instaurar as principais liberdades públicas, tais como a liberdade de pensamento e a liberdade de imprensa. Como vimos, a preocupação dos liberais estende-se à instrução e logo os vintistas proclamam a liberdade de ensino, do mesmo passo que deixam perceber o intento de cercear a influência eclesiástica nesse domínio. A redução da influência da Igreja resulta, inclusivé, da outorga de facilidades quanto à adopção duma confissão. Assim, a *Carta* observa que ninguém pode ser perseguido por motivos religiosos.

Da fulcral matéria atinente à liberdade de pensamento e de imprensa tratam o Artigo 7 da Constituição de 22 e o § 3.º do Artigo 145 da *Carta*, o qual diz com clareza: «Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras e escritos e publicá-los na imprensa, sem dependência de

censura, contando que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito...».

A concepção que hoje há da política, ou seja, de tudo o que diz respeito ao governo dos homens, arranca, em Portugal, das mudanças que o liberalismo introduziu. No Antigo Regime, tomavam-se à puridade, nos círculos régios, as grandes decisões políticas. Com o advento do liberalismo, a política torna-se coisa aberta e os cidadãos carecem de informação para intervirem com conhecimento de causa na cena pública. Segundo tal perspectiva, o exercício da liberdade de imprensa e a publicidade que no liberalismo se dá às decisões dos governantes e aos trabalhos parlamentares, constantes do *diário do governo* e do *diário das sessões*, tem a ver com as necessidades próprias de um regime que apela para o governo da opinião.

Continuando a testar a doutrina de René Rémond em Portugal, verifica-se que uma vasta gama de actividades passa a inscrever-se no espaço da política. Os poderes públicos interessam-se, mais e mais, pela assistência, pela educação, realidade que se plasma nos textos constitucionais que foram aparecendo. Por exemplo, a Carta Constitucional não só garante a todos os cidadãos a gratuitidade da instrução primária e determina a existência, no país, de colégios e universidades, como lhes garante socorros públicos, o que, em teoria, é bem sintomático.

Subjacente, nos textos fundamentais do liberalismo, está a ideia de felicidade, de prosperidade, aliás decorrente da posse de benefícios. Ora, a explícita afirmação, na Constituição de 1822, de que o bem geral e a prosperidade constituem um direito do indivíduo, alarga, em grau vasto, as obrigações dos poderes públicos, os quais são responsabilizados pela infelicidade dos cidadãos, cumprindo-lhes agir para vencer a negatividade de tal situação nos mais variados domínios. Mais tarde, a Carta Constitucional obrigará o rei, expressão do poder moderador e responsável pelo Executivo, a jurar «prover ao bem geral da Nação».

Há de facto uma promoção da política, em termos de dignificação moral e de importância psicológica. Ela figura doravante entre as actividades de maior gabarito, os cargos a que dá acesso arrolam-se entre os múnus mais disputados. Por isso, logo em 1821, na Câmara dos Deputados, têm assento, no dizer do jurista Manuel Trigo de Aragão Morato, o que de melhor há entre a gente do Reino. De resto, para além do prestígio que o vulgo e a lei outorgam aos políticos nas monarquias liberais, convém ter presente a influência concreta das suas decisões na vida dos povos. Assim o prova o cerceamento das prerrogativas régias, a restrição drástica dos privilégios do clero e da nobreza, dos direitos banais ainda subsistentes, a transferência da soberania do rei para a nação, a própria inexistência de uma Câmara Alta, medidas, qualquer delas,

votadas pelos constituintes do vintismo. Estas circunstâncias, ou seja, o peso dos políticos, tornam os homens públicos objecto de críticas e de contestação que, ao mesmo tempo, os põe em evidência. Por exemplo, os deputados constituintes, nas vésperas das eleições de 1822 para a nova Câmara, são objecto de uma análise crítica, favorável ou desfavorável, no livro *Galeria dos Deputados às Cortes Gerais e Extraordinárias*, para elucidação dos eleitores antes da nova consulta.

A política desenvolve-se, pois, num clima de debate e conflito, ocorrem confrontos de pontos de vista sobre os problemas públicos e sobre o modo como são encaminhados e isso mesmo aconteceu nas Cortes Constituintes de 1821-1822, onde conservadores e progressistas debateram a marcha dos negócios do Estado, a reformas a estabelecer, as leis a perfilhar.

Em virtude da evolução da vida política e sua importância crescente, papel fundamental passa a ter o recurso ao sufrágio na escolha dos responsáveis pelos cargos de relevo. Logo nas primeiras épocas do liberalismo têm lugar eleições gerais. Se as eleições para deputados, em 1820, implicaram sucessivas votações, nas paróquias, nas comarcas, nas províncias, as eleições de 1822 levaram ao Parlamento deputados escolhidos por sufrágio directo e universal, passando-se depois ao sufrágio censitário.

Outra prática que se generaliza nos regimes liberais é a da deliberação pública, tal qual ocorre nos trabalhos parlamentares. Por sua vez, a Câmara dos Deputados, a Câmara dos Pares, como as assembleias de voto, e os demais órgãos colegiais do liberalismo, regem-se por regulamentos que fixam as regras do seu funcionamento.

De par, aparecem os novos suportes da vida pública, um dos quais é a imprensa, cuja relevância cresce, sem cessar, à sombra de liberdades de que frue. Os jornais e os jornalistas combativos disporão de grande influência no regime liberal, como aconteceu, por exemplo, com a imprensa radical no vintismo, em Lisboa, em Coimbra, etc. E a par da imprensa radical, há a imprensa conservadora, com destaque para a que, ao longo dos tempos, apoia D. Miguel, as quais interessa analisar.

Na cena política perfilam-se, ao mesmo tempo, as tendências políticas, os conventículos e os clubes, ou seja, as correntes e as associações políticas, conhecidas umas, secretas outras, com relevo para a maçonaria, em cujo seio avultam cidadãos activos, acutilantes e dados à coisa pública. Entre os membros dessas facções e desses núcleos e os poderes locais e centrais estabelece-se uma vasta gama de relações, conforme se verifica em Portugal e não está averiguado, posto muitas vezes se enfatize o primado da capital.

No âmbito das grandes e originais transformações próprias do

regime, reveste-se de notório significado a organização administrativa, pois a administração constitui o meio através do qual se implementam as decisões que moldam a existência dos cidadãos.

No Antigo Regime predominava, amiúde, a confusão de actividades que hoje distinguimos, as quais eram exercidas por órgãos cujas funções não estavam precisamente definidas, antes andavam imbrincadas. O rei exercia a plenitude do poder como único detentor da soberania. Nas diversas regiões da nação onde era preciso fazer chegar a acção do poder central, o monarca fazia-se representar por corregedores e juizes de fora, que eram primordialmente agentes da justiça, mas acumulavam tarefas administrativas.

Com a implantação do liberalismo surgem quadros administrativos originais e introduz-se a independência do poder judicial, sob inspiração do modelo francês. Em 1822 e 1826-1828 não foi possível corporizar e regulamentar os ditames constitucionais em matéria administrativa, judicial e fiscal, como não foi possível eliminar, de facto, todos os privilégios importantes do clero e da nobreza, nem tão pouco libertar a terra e o indivíduo das peias ancestrais. Destes aspectos tratará a legislação de Mousinho da Silveira, publicada em 1832, no início das lutas liberais, legislação que decorre da Carta Constitucional e procura responder à necessidade de separar e regulamentar os poderes de acordo com os princípios próprios do liberalismo, no quadro de um regime muito politizado, no seio do qual compete à administração aplicar as decisões políticas, à justiça velar pelo cumprimento da lei e à fazenda arrecadar as receitas públicas.

Que decretou nestes e noutros domínios o ministro de D. Pedro, legislando nos Açores, em 1832, sede do Governo liberal, e mais tarde no Porto, cidade onde os soldados do duque-imperador assentaram arraiais depois de desalojar as tropas miguelistas, no Verão do mesmo ano?

O que Mousinho da Silveira fez constitui, juntamente com as disposições das Constituições oitocentistas, o instrumento de uma profunda revolução individualista e liberal, transformadora da sociedade. Segundo Oliveira Martins, os decretos de Mousinho, em 1832, significam para Portugal o que o ano de 1789 representou para a França, muito embora os contemporâneos só anos depois disso se tenham apercebido. Os princípios fundamentais desse notável corpo jurídico foram, por um lado, «a liberdade individual», por outro, a «utilidade positiva» que tudo subordina «à produção da riqueza». Subjacente a semelhantes conceitos descobre-se um profundo respeito «pelo homem e pelos direitos que se consideram inerentes à natureza do indivíduo cidadão», assinala aquele autor, no *Portugal Contemporâneo*.

Uma série importantíssima de diplomas assinados pelo ministro

concerne ao aparelho de Estado, atende à organização da justiça, da fazenda e da administração, às quais atribui novos fundamentos e novas características em nome de vantagens concretas.

Além disso, conforme o exemplo francês que a todos inspira, os decretos em questão, de 16 de Maio de 1832, visam garantir a eficácia da estrutura do Estado, mediante o estabelecimento, à luz de critérios racionais e geométricos, de uma administração centralizada, hierárquica e uniforme, capaz de aplicar as decisões políticas e de garantir a vigência da legalidade. Essas leis eliminam a máquina antiga, delimitam a esfera de cada função, fixam-lhe os órgãos próprios, tornando incompatíveis as magistraturas administrativas e judiciais, não podendo acumular-se os respectivos múnus, em caso algum.

Na justiça, às antigas mesas e à velha hierarquia suprimida, sucede a nova divisão judicial do território, «as duas instâncias de tribunais, com o Supremo no vértice e juízes de paz electivos na base». Procede-se ainda à reforma «do processo civil e criminal, à instituição do júri», à regulamentação do exercício do cargo de juiz.

Na fazenda, houve a abolição do Real Erário, antigo estabelecimento de arrecadação e contabilidade; o Tribunal do Tesouro Público foi erigido e organizado, criou-se a lista civil e o apanágio da Coroa. A extinção atingiu a Junta de Juros, enquanto a nova Junta de Crédito Público se volvia em dependência do ministério. «As suas atribuições consistiam em receber anualmente uma dotação fixa designada pelas Cortes e em dispendar em juros e amortização da dívida pública».

Na administração, assim como em França havia os departamentos, os arrondissements e as comunas, com os seus préfets, sous-préfets e maires, passou Portugal a ter províncias, comarcas e concelhos, dirigidos por prefeitos, sub-prefeitos e provedores de nomeação governamental, com as suas junta geral de província, junta de comarca e câmara municipal, corpos electivos indirectamente sufragados, com escassas atribuições, em contraposição com os amplos poderes de que dispunham os representantes do governo.

Por virtude de tais reformas, estabelecidos ficaram os fundamentos do Portugal moderno e eliminadas foram a maior parte dos órgãos e disposições vigentes na administração e na justiça do absolutismo, assim cessando, já a vigência de preceitos constantes das *Ordenações filipinas* e de outros diplomas mais tardios, como ainda a existência de antigas magistraturas locais, mesmo as mais democráticas e participativas.

Por ser deveras centralizador, o regime erigido chocou com a tradicional autonomia municipal e suscitou vivas reacções. Elas explicam as modificações de pormenor que os diplomas de 1832 vieram a sofrer e

que conduziram à prevalência do distrito e do concelho e também à oscilação entre o centralismo jacobino-napoleónico e a descentralização liberal, mas também municipalista, que marcou a história portuguesa de então aos nossos dias.

No seu afã de simplificar, morigerar, libertar e criar adeptos — tirando-os a D. Miguel — Mousinho e o regente D. Pedro tornam os empregos públicos pessoais e não transmissíveis por hereditariedade e eliminam as segunda e terceira linhas do exército o que, no primeiro caso, trouxe benefício aos serviços, significou respeito pelas capacidades individuais, e não pelos laços de sangue, e no segundo proporcionou o fim de organizações obsoletas, onde medravam privilégios despóticos. Noutra plano, quis o legislador implantar em Portugal, «medidas de libertação da terra e de dignificação da actividade agrícola». Surgiu assim uma série de determinações que «emanciparam a terra, garantiram os direitos de propriedade e extinguíram certas exigências fiscais... e todas as peias que embaraçavam a livre circulação dos produtos». A fim de defender os direitos de propriedade e proclamar a liberdade económica, Mousinho mandou levantar todos os sequestros de bens de adeptos ou aderentes de D. Miguel. «Nem a divisão das opiniões, nem a própria guerra, eram motivo bastante para que se infringissem os princípios», lembra um historiador. Em nome deles achou por bem lançar aquela medida e em diploma especial garantiu, taxativamente, a inviolabilidade dos direitos de propriedade e as penas a que ficava sujeito quem os ferisse.

Outra linha explicativa e tradutora dos propósitos dominantes resulta do decreto que, nas ilhas, reduziu os dízimos aos cereais, às frutas e ao vinho e preconizou, num anúncio de intenções, a sua aplicação a todo o Reino. Posteriormente, surge a lei da libertação das terras vinculadas, isto é, a eliminação dos morgadios e capelas de rendimento inferior a 200 mil reis. De um golpe, Mousinho põe em causa, no plano dos princípios, a instituição. Procede, por assim dizer, à sua condenação e, mais uma vez, desbrava os caminhos que, no porvir, conduzirão à completa extinção dos morgadios.

A fim de garantir a livre circulação dos produtos, legisla-se para «eliminar os obstáculos, sobretudo de ordem fiscal, que dificultavam as transacções». A sisa, velho e iníquo imposto, perde amplitude, deixa de se aplicar a todos os contratos de compra e venda e passa a incidir sobre a venda e troca de bens de raíz. Ao mesmo tempo, derroga «toda a forragem da legislação histórica, origem de embaraço no comércio interior» do país, a qual incluía portagens, leis, regimentos, provisões, forais, posturas e licenças, etc. Sempre com o intuito de incrementar a permuta livre o ministro da Fazenda autorizou também as exportações

por qualquer porto das mercadorias nacionais, mediante o pagamento de 1%, enquanto que, para assegurar a eficácia dos controlos aduaneiros, procedeu à reorganização das alfândegas.

Escreveu Mousinho que «o grande princípio da economia política é desfazer quantos obstáculos se opuserem ao máximo desenvolvimento da faculdade de trabalhar». Ora, o fruto do labor dos portugueses era, em muitos casos, percebido por uma parcela da Nação, como, por exemplo, sucedia com o clero, graças às prerrogativas e direitos que lhe alicerçavam a vida e os hábitos privilegiados. Logo urgia mudar a situação de uma vez para sempre, e nesse sentido, foi determinado no Porto, a 30 de Julho de 1832, a generalizada extinção dos dízimos, culminando um processo cuja abertura ocorrera nos Açores, meses antes. O clero perde, assim, uma vultuosíssima fonte de rendimento, enquanto o grosso da população se desembaraçava de um imposto gravoso que incidia sobre a produção bruta. Visando idêntica meta, Mousinho extinguiu, no arquipélago açoriano, grande número de conventos e afectou ao Estado, como bens nacionais, o património das casas suprimidas, «para abrir portos na ilha de S. Miguel, Terceira e Faial».

No caso dos vínculos, no caso da secularização do património cenobítico, Mousinho é precursor, em particular, um precursor das medidas de 1834 que originaram a secularização dos bens do clero no país. Aliás, o relatório preliminar do decreto atinente aos conventos ilhéus «aponta as bases racionais da supressão total, e todavia gradual, dos estabelecimentos do género e dos outros corpos eclesiásticos não compreendidos na hierarquia da Igreja».

Se através desta legislação Mousinho inovou, com outros diplomas de novo sapa os alicerces do Antigo Regime. Assim acontece com o importante decreto de 15 de Agosto de 1832, conhecido por abolir as doações dos chamados bens da Coroa. Esse documento tem a ver com a reforma agrária e preconiza que «os encargos tributários necessários à administração do Estado sejam equitativamente distribuídos por todos os cidadãos. Essencialmente, facilita a livre utilização dos bens nacionais de uso geral; manda que as doações dos chamados bens da Coroa ou de direito reais se considerem revogados e extintas as obrigações daí decorrentes; determina que as terras e edifícios em que estavam impostas as obrigações ficariam livres e alodiais em benefício de quem estivesse satisfazendo tais obrigações, podendo dispôr deles como quisesse». Ainda no âmbito da política de dignificação do trabalho que para ele era a base de todas as virtudes, por contraposição às prerrogativas de nascença que persistentemente flagelou, o governante aboliu o privilégio da Companhia do Alto Douro, baluarte de um monopólio e de regalias atentórias do livre câmbio, da livre iniciativa. Mas a legislação de

Mousinho também favoreceu os direitos da inteligência ao proclamar a liberdade de ensino. Na pluralidade dos sectores pretendeu, afinal, acertar a vida do país e o grau de dignidade e de labor dos cidadãos, pelos relógios da cultura e civilização da Europa liberal e individualista.

Para conhecer as mudanças do liberalismo na concepção da política, no alargamento do seu campo de influência, sua promoção, valorização e ressonância no viver dos povos, como também para identificar e caracterizar o clima de conflitos que lhe é próprio, proliferam os dados dispersos, as observações fundamentadas e um sem número de pistas que é possível explorar, do mesmo modo que é possível proceder a estudos de geografia eleitoral e funcionamento das instituições que com o liberalismo se implantaram. Quanto a Mousinho da Silveira e às suas leis, conhece-se a biografia do homem público e pesquisas recentes esclareceram, com brilho, muito do que sobre ele importava saber, deslindando análises contraditórias da historiografia recente, marcadas, aliás, por preconceitos ideológicos. Mesmo assim, vale a pena meditar, a partir dos dados agora apurados sobre as reacções e os benefícios duráveis que, em cada caso, a sua produção legislativa originou, os entorses ou as alterações que a prática e, afinal, a sociedade lhe impôs nos vários quadrantes que marcou.

A qualidade dos trabalhos realizados e as questões de história subsequente ainda em aberto dá, afinal, razão a Alexandre Herculano quando diz, no opúsculo *Mousinho da Silveira ou la Révolution portugaise*, que o ministro de D. Pedro abordou as mais graves questões sociais, conduzindo uma autêntica revolução. Com efeito, definiu e aplicou os princípios liberais na perspectiva da burguesia formada pela ilustração e, sobretudo, contribuiu para demolir a sociedade e os caracteres institucionais e orgânicos da monarquia absoluta. Ora, ainda no aviso de Herculano, tal «demolição era a liberdade, era o progresso, era a segurança das novas instituições políticas... era a certeza da inviabilidade do regresso do Absolutismo», do Antigo Regime que, em França, a Revolução francesa abatera¹.

¹ A versão francesa deste estudo apareceu na obra colectiva, *Les Révolutions dans la Péninsule Ibérique (1766-1834)*. *La Péninsule*, Maison des Pays Ibériques, Bordeaux, 1989, acompanhado por uma extensa bibliografia, preparada em colaboração com o Dr. Jorge Ribeiro, assistente da Faculdade de Letras do Porto. O facto de a sua redacção original remontar a 1987, obrigou a algumas alterações de pormenor, que não do fio da reflexão em muitos aspectos textualmente expressa em estudos precedentes do autor.

DO PORTO AO BÁLTICO, 1780.
ACHEGAS PARA A HISTÓRIA DAS RELAÇÕES
ENTRE PORTUGAL E A RÚSSIA

Victor de Sá*
Gaspar Martins Pereira**

1. Introdução

Do lado português, o estudo das relações entre os dois países dos extremos da Europa (a Europa do Atlântico aos Urais) está ainda em fase incipiente. Além do livro prestimoso de Rómulo de Carvalho, *Relações entre Portugal e a Rússia no século XVIII*, publicado em 1979, não sabemos de outros que tenham aprofundado a matéria ou ampliado o seu âmbito cronológico. Compreendem-se bem as dificuldades, se tivermos presente que as nossas relações com a Rússia e a União Soviética estiveram interrompidas desde 1918 até 1974.

Depois de restabelecidas as relações diplomáticas e comerciais, também as relações culturais têm vindo a ser retomadas, embora timidamente. Na área a que estamos ligados, deve salientar-se a persistência com que, desde 1984, se têm mantido os encontros bienais de Historiadores Portugueses e Soviéticos, alternadamente na URSS e em Portugal.

* Investigador do Centro de História e Professor de História Contemporânea de Portugal da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

** Assistente de História Contemporânea de Portugal da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Bolseiro do Instituto Nacional de Investigação Científica.

Diálogo difícil, devido às barreiras linguísticas sobretudo (refira-se, no entanto, que no Encontro de 1990 participaram cinco soviéticos que falavam português), mas estamos certos de que se encarreirá na direcção de úteis projectos convergentes de investigação, que possam iluminar os temas que nos são comuns, como este da história das relações entre os dois povos.

Numa altura em que, tanto em Portugal como, mais recentemente, na União Soviética, se revolvem as raízes do conhecimento histórico e se procura desfazer o gelo do nosso desconhecimento mútuo, não será despiciendo carrear para a ribalta da publicitação científica todos os materiais e contributos que possam conduzir-nos a uma aproximação. O conhecimento recíproco dos antecedentes históricos que nos são comuns ou afins ajudar-nos-á, quiçá, a encontrarmos bons motivos de interesse para desvendar mais aprofundadamente as razões das sucessivas discontinuidades que, ao longo de três séculos, nos foram tão prejudiciais.

É como achega a este objectivo que agora publicamos os relatórios de viajantes portugueses que participaram nas navegações mercantis da Barra do Douro em direcção aos portos do Mar Báltico, duas delas a S. Petersburgo e outra a Riga, no ano de 1780, por iniciativa da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, pioneira das relações comerciais directas entre os dois países.

2. Os relatórios

Os documentos, que agora publicamos, fazem parte da colecção de manuscritos da Biblioteca do Ateneu Comercial do Porto. Entre outras obras de avultado interesse histórico, o Ateneu conserva três volumes encadernados a carneira, reunindo dezenas de documentos manuscritos diversos, alguns originais outros cópias, quase todos do último quartel do século XVIII, com interesse para a história da cidade do Porto e relacionados com a acção da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro¹.

Desconhecemos a origem de tais compilações, que parecem contemporâneas da documentação, a avaliar pelas respectivas encadernações, tendo sido provavelmente organizadas por alguém com fortes

¹ Biblioteca do Ateneu Comercial do Porto. Reservados. *Colecção Necessaria*, tomo 1; *Colecção Importante*, tomo 2; *Colecção de raridades para a História do Porto e da Companhia do Alto Douro*, tomo 4. Provavelmente terá existido ainda um terceiro tomo de que desconhecemos o paradeiro.

ligações à Companhia. No interior dos três volumes, o nome de Carlos Passos e a data de 1955, assinalam apenas que tais volumes poderão ter pertencido àquele estudioso de temas portuenses, mas já pertenciam ao Ateneu muito antes daquela data.

Os relatórios, que se encontram em dois destes três volumes de manuscritos, são todos da autoria de aulistas de Náutica, alunos da Escola Náutica, criada no Porto em 1762.

O relatório assinado por António José Lopes Pereira (Doc. 1) dá notícia da viagem da corveta Pérola, saída do Porto a 3 de Maio de 1780 e regressada a 12 de Setembro. Descreve-nos sumariamente a ilha e porto de Cronstadt, no golfo da Finlândia, a uns 30 quilómetros de S. Petersburgo, bem como os costumes desta capital do Império Russo, tanto quanto lhe foi possível observar no «limitado tempo de oito dias». Integra uma segunda parte especificamente designada *Notícia da Corte da Rússia*.

O segundo texto (Doc. 2), assinado por Miguel Setaro, futuro cônsul em S. Petersburgo, relata a viagem da polaca S. Tomás a Riga, capital da Letónia (ou Livónia), tendo partido do Porto a 2 de Junho e regressado a 5 de Novembro de 1780. Na segunda parte deste relatório, o autor faz uma *Breve descrição de Riga e seu comércio*.

O outro texto que publicamos (Doc. 3), ao contrário dos anteriores, não está assinado e parece tratar-se de uma cópia. Pela nota marginal, aposta no início do texto, provavelmente pelo compilador, sabe-se que é da autoria de Domingos Gonçalves Caldas, natural e morador em Vila Nova de Gaia, que, em 1780, havia ido, também como aulista de Náutica, a S. Petersburgo no navio S. Lourenço, tendo regressado ao Porto no ano seguinte. Trata-se de um texto de natureza diferente dos anteriores, mas tem muito interesse, até pelas pertinentes considerações sobre a maneira como devia ser orientado o comércio que se iniciava («é preciso não só consultar a própria conveniência, mas também o gosto da Nação com que se pretende negociar»). Além disso, integra o mesmo conjunto de relatórios realizados por praticantes da Aula de Náutica que, naquele ano de 1780, por iniciativa da Companhia das Vinhas do Alto Douro, participaram com entusiasmo na abertura de relações comerciais directas com a Rússia e os portos do Báltico. Daí que todos os textos sejam endereçados à Junta da Administração da Companhia. Pelos agradecimentos neles consignados e pelo tipo de informações recolhidas, os relatórios permitem supor que as viagens destes Práticos aulistas correspondiam a uma espécie de estágios de fim de curso, pagos pela Companhia, que tanto incitavam os profissionais saídos da Aula de Náutica, como se destinavam a encorajar a exportação dos produtos portugueses, em particular vinhos do Alto Douro, para aqueles territórios ribeirinhos do

Báltico. Registe-se que, antes das viagens para o Norte da Europa, os aulistas eram embarcados nos navios que demandavam a América, sobretudo o Brasil.

Na transcrição dos documentos optámos por manter a ortografia original, substituindo apenas as maiúsculas comuns e no interior das palavras (substituímos o *R* no meio das palavras por *rr*), reduzindo a pontuação, actualizando a acentuação quando existente, bem como a reunião ou separação de palavras ou elementos. Em todo o caso desdobramos todas as abreviaturas, excepto nos raros casos, que vão assinalados, em que tínhamos dúvidas, preferindo nesses manter a forma original.

3. Primeiros contactos no século XVIII

Com a política e o comércio externos tradicionalmente controlados pela preponderância britânica, não foi fácil a Portugal estabelecer relações directas com o Império Russo na outra extremidade do continente europeu.

É certo que, ao longo do século, houve situações propícias à institucionalização dessas relações, mas foram sendo sempre postergadas.

Logo em 1703, ano que ficou para nós marcado pela assinatura do Tratado de Methuen com a Grã-Bretanha, que nos impôs o consumo da sua indústria têxtil em troca da preferência pelos vinhos do Porto, Pedro o Grande dava início na Rússia à edificação geométrica e sumptuosa da nova capital do Império, que tomou o seu nome em alemão, Petersburgo, mais tarde Petrogrado, enfim a cidade que passaria a chamar-se Leninegrado depois da Revolução Soviética de 1917. Nesse arrojado empreendimento, Pedro I ocupou em funções preponderantes um jovem e ágil português, António Manuel Luis Vieira, que havia conhecido como grumete aquando da sua viagem à Holanda e à Inglaterra em 1697. Tendo-o levado consigo no regresso à Rússia, confiou-lhe lugares de responsabilidade no ordenamento da nova cidade, onde terá desempenhado funções idênticas às de um presidente de câmara municipal. Elevado à categoria de conde, Vieira foi também Generalíssimo Primeiro do Mar e Regedor das Justiças. Dois anos após a morte do Imperador, no final do curto reinado de Catarina I, Vieira foi vítima de uma intriga de Corte, urdida pelo seu próprio cunhado, o Príncipe Menshikov. Chicoteado em público, seria despojado das suas dignidades e exilado com a família para o extremo oriental da Sibéria, onde viria a chefiar as obras de um novo porto no Pacífico, o porto de Okhotsk, e lá terá também fundado uma escola Náutica. Mais tarde, ilibado de culpas, com a subida ao poder da czarina Isabel (1741), filha de Pedro o Grande, foram-lhe restituídas as dignidades,

e foi nomeado Director da Polícia e, em 1744, Chefe do Estado Maior do Exército russo. Mas, já afectado pelo exílio, a sua saúde ressentiu-se e veio a morrer dois anos depois da nomeação. O seus restos mortais foram depositados no Mosteiro de Alexandre Nevsky, nome que designa a principal avenida da antiga capital do Império.

Sabe-se também das viagens dos Abades Tomás da Silva Avelar e Vicente de Oliveira Durão, que, em 1724, assistiram em Moscovo à coroação de Catarina I, sucessora de Pedro I. E, seis anos depois, será o Príncipe Manuel, irmão do nosso D. João V, que se deslocará à Rússia, com vista a tentar casamento com a princesa Ana Ivanovna, sobrinha de Pedro o Grande.

Embora raros, os contactos de Portugueses com a Rússia eram amigáveis e encaminharam-se para o estabelecimento de relações culturais, comerciais e diplomáticas. Estas últimas, porém, só, viriam a tomar plena expressão nos anos de 1779-1780, quando as relações se institucionalizaram a nível de Estados.

4. Relações culturais e científicas

Como se sabe, quem primeiro desempenhou papel preponderante nas relações desta natureza foi o médico português António Nunes Ribeiro Sanches, que, sob D. João V, se retirou de Portugal em 1726 para furtar-se a presumíveis efeitos persecutórios da Inquisição pela sua qualidade de judeu. Depois de algumas viagens pela França, Península Itálica, Grã-Bretanha e Holanda, prosseguiu neste último país, na Universidade de Leide, o curso ministrado pelo famoso professor de Medicina Herman Boerhaave. Foi por interferência deste professor, para isso solicitado da Rússia, que Ribeiro Sanches seria escolhido para lá prestar serviços, a partir de 1731. Começou por médico da cidade e do Senado de Moscovo, com a prerrogativa de Examinador de novos médicos e cirurgiões. Depois de ter participado num cerco em Azov, passou a residir em Petersburgo, exercendo as funções de médico militar do Corpo de Cadetes e do Hospital do Colégio dos Nobres. Também, como segundo médico da Corte, teve oportunidade de assistir às czarinas Ana Ivanovna (1739), Ana Leopoldovina (1740), Isabel Petrovna (1741), filhas de Pedro I, bem como à futura Catarina II, quando esta contava apenas quinze anos de idade (1744).

Membro honorário, desde 1739, da Academia Imperial das Ciências de Petersburgo (criada em 1725), foi Ribeiro Sanches quem incentivou o intercâmbio entre ela e a nossa Academia Real da História, com a expedição para Lisboa de numerosas publicações, que viriam a ficar

depositadas na Biblioteca da Ajuda.

Depois de se retirar da Rússia, onde viveu dezasseis anos, Ribeiro Sanches prosseguiu esse intercâmbio com a expedição de múltiplas notícias científicas, pedagógicas, políticas e económicas sobre o Império Russo, sob a forma de memórias, algumas publicadas em Paris, onde viria a fixar-se. Sobressai a *Mémoire sur les Bains de Vapeur de Russie*, obra em que atribui à prática dos banhos de vapor a compleição robusta dos russos, bem como a saúde e boa disposição de que eram dotados.

Casos observados na Rússia e dados como exemplares inspiraram-lhe muitas outras considerações, nomeadamente nas *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (1760), e na orientação pedagógica e científica do Colégio dos Nobres de Lisboa e dos novos estudos de Medicina, para cuja reforma muito contribuiu.

Por alturas da morte de Ribeiro Sanches, em 1783, a Academia Imperial das Ciências de Petersburgo também elegeu como seu sócio correspondente o sábio português, exilado em Londres, João Jacinto de Magalhães.

Entre os cerca de quarenta portugueses que, ao longo do século XVIII, terão estado na Rússia, segundo nos revela Rómulo de Carvalho no seu citado estudo, conta-se ainda o Duque de Lafões, em 1774, cinco anos antes da fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Por sua vez, o Gabinete de História Natural do Príncipe D. João acolheu, entre 1786 e 1788, uma valiosa colecção de amostras minerais da Rússia, bem como dezenas de exemplares de aves e outros animais empalhados. E não foi a única instituição a beneficiar deste proveitoso intercâmbio.

Refira-se ainda que, em finais do século, no domínio militar, dois oficiais portugueses, Gomes Freire de Andrade de Pamplona Corte Real, se alistaram no exército de Catarina II para combater a Turquia na Guerra de 1788-1791. Onze anos mais tarde, os mesmos oficiais partilhariam da sorte de Napoleão, quando este tentou em vão a invasão da Rússia.

5. Relações consulares e diplomáticas

Só em 1769 as relações diplomáticas começaram a estabelecer-se, de início unilateralmente, quando a Rússia, para ocorrer às necessidades de assistência a uma esquadra expedida para o Mediterrâneo, nomeou como seu encarregado o banqueiro lisboeta, de ascendência hamburguesa, Jean Antone Borchers. Esta iniciativa de Catarina II inseria-se na sua determinação em concretizar as relações directas. O seu embaixador em

Haia (Zenoviov) informou em 1772 o embaixador português naquela capital (José Vasques da Cunha) do interesse da sua soberana nesse sentido, a qual havia até publicado um regulamento que conferia aos nossos vinhos, desde que transportados por portugueses em navios portugueses, direitos preferenciais aos de outras nações. Parece que os privilégios alfandegários para os vinhos portugueses começaram na realidade a vigorar em 1766 para os portos de Petersburgo, Narva e Archangel, sendo mais tarde (1782) ampliados para os da Livónia, Estónia e Finlândia.

Quanto às relações diplomáticas propriamente ditas, só viriam a ser estabelecidas pela determinação de Catarina II, em 1779, já no reinado da nossa Maria I. As colónias inglesas da América tinham proclamado a independência três anos antes e, enquanto a Inglaterra fechara os seus portos aos navios americanos, a França e a Espanha abriam-os. A conjuntura tornara-se favorável à iniciativa diplomática da Rússia, sendo então que o conde alemão William Nosseldorf viria nomeado por Catarina como seu ministro em Portugal, enquanto para a Rússia foi o antigo embaixador português em Haia, Francisco José de Horta Machado. Entretanto, o embaixador em Londres, Luís Pinto de Sousa Coutinho elaborara um minucioso relatório, datado de 28 de Julho, de que Horta Machado se aproveitará para o início das suas funções. Com algumas intermitências, Horta Machado desempenhará o cargo até finais do século. (Depois do seu regresso definitivo, será ainda, a partir de 1808, sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, e Guarda-Mor da Torre do Tombo, em 1812).

Rómulo de Carvalho diz-nos que data desse mesmo ano (1779) a presença no porto de Petersburgo do «primeiro barco comercial português com carregamento de géneros nacionais que a Companhia do Alto Douro enviou para a Rússia», a corveta *Nossa Senhora da Guia*, com a carga consignada ao comerciante lá estabelecido, de nome Nicolao Molwo, alemão da cidade de Lubeck. Em 1780 partem do Porto para o Báltico os navios mercantes em cujas viagens participaram os autores dos relatórios adiante transcritos: a corveta *Pérola* e o navio *S. Lourenço* com destino a S. Petersburgo, e a polaca *S. Tomás* com destino a Riga.

Por essa altura, jogava-se no tablado internacional a proposta de Catarina II para a assinatura de um Tratado de Neutralidade Armada, de forma a permitir aos países neutros assegurar com a sua bandeira que a mercadoria transportada não era contrabando bélico. Tratava-se de estabelecer um Direito das Gentes na Guerra do Mar.

Quando o embaixador russo chegou a Lisboa (4 de Junho de 1780), ainda o governo português rejeitava a sua adesão ao Tratado. Mas Catarina II estava determinada a afirmar a Rússia como potência marítima

e tinha expedido uma esquadra para o Mar do Norte, outra para o Mediterrâneo e uma terceira para Lisboa, cujo porto era normalmente ocupado por divisões navais britânicas. O embaixador Nosseldorf informou o ministro português de que a esquadra vinha a caminho e pediu para que os navios fossem recebidos amigavelmente. Sabe-se, por Rómulo de Carvalho, que a anunciada esquadra, composta por seis navios de guerra, comandados pelo contra-almirante Ivan Borissov, entrou no Tejo em Setembro, enquanto outros barcos russos estacionavam ao largo do Cabo de S. Vicente. Estes, comandados por M. Le Chevalier Palybin, também aos poucos foram demandando a barra. Os navios russos deixaram o porto de Lisboa em Outubro, mas, pouco depois, a esquadra de Palybin regressou ao Tejo e aí passou a primeira metade do ano de 1781. É depois disso, quando na Rússia o Conde de Ostermann é nomeado vice-chanceler do Império, que o Tratado de Neutralidade Armada volta a ser discutido. A Convenção entre Portugal e a Rússia virá a ser assinada em Petersburgo a 24 de Julho de 1782.

6. Papel pioneiro dos negociantes de vinho do Porto

Quanto às relações comerciais, começaram por ser tentadas em abordagens, aliás infrutíferas, dos embaixadores russos junto dos seus colegas portugueses em capitais como Londres, Copenhaga e Haia. Na falta de relações entre os dois países, as exportações de um e outro (sobretudo linhos, ferro e cereais, por parte da Rússia; vinho e sal, e produtos do continente de África e do Brasil, por parte de Portugal) faziam-se por intermédio de terceiros, com prejuízo manifesto para ambas as partes. Embora tentadas pela Rússia desde 1720, só depois de meados do século se viriam a concretizar expedições comerciais directas e nisso teve importância decisiva, além da insistência russa, a iniciativa de comerciantes portugueses ligados à exportação de vinhos.

Com efeito, em 1751 chegou a vir a Lisboa um enviado russo, o favorito de Catarina, S. Mesteherski, com proposta para um acordo comercial. Mas foi a viagem do comerciante português Manuel Pinto Paiva Garcês à Rússia, em 1755, a que verdadeiramente concretizou o início das relações comerciais directas. A viagem empreendida por Paiva Garcês tinha como objectivo colocar sobretudo os vinhos do Douro, mas também outros produtos, como sal, frutas (em especial citrinos), e géneros coloniais (açúcar, tabaco, cacau, pau-brasil, cravo-do-maranhão).

Refira-se que, em meados do século XVIII, aquando da grande crise do comércio do vinho do Porto, comércio então totalmente dominado pelos negociantes britânicos e dirigido quase integralmente para o

mercado inglês, surge o projecto de desenvolver a exportação directa desses vinhos para o Báltico. Nesse sentido, o comerciante biscainho estabelecido no Porto, Dom Bartolomeu Pancorbo tenta a criação de uma Companhia de Comércio dos Vinhos do Douro, privilegiando os mercados bálticos, Companhia essa a que estaria ligado Paiva Garcês. Realiza para o efeito diversos contactos com personalidades influentes nos meios de negócio e nas Cortes dos países do Norte da Europa. No entanto, a tentativa de Pancorbo sairá frustrada, por falta de capitais e porque, entretanto, a pressão da aristocracia vinhateira duriense irá jogar junto do todo-poderoso 1.º Ministro, Sebastião de Carvalho e Melo, na aplicação de um modelo de intervenção estatal mais de acordo com os princípios proteccionistas do mercantilismo, que viriam a consubstanciar-se na instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756. A Companhia pombalina, dotada de grandes privilégios, viria, a partir de então, a dominar o sector vitícola nacional, gozando ainda de importantes exclusivos comerciais, como o da venda de vinhos no Porto e no Brasil, e estendendo a sua acção a outros domínios em particular no Porto e no Douro, como o da fiscalidade, a construção e conservação de estradas, a regularização do leito do rio Douro, a administração de instituições de ensino, como a Aula de Náutica, etc. A história da Companhia, apesar dos rios de tinta que fez correr, e de ter suscitado importantes estudos, como os do Eng.º Álvaro Moreira da Fonseca, está ainda em grande parte por fazer, se bem que exista um manancial arquivístico de vários milhares de livros e documentos dispersos, conservados como espólio privado da Real Companhia Velha. Aparentemente, as reservas que em Portugal se verificavam em 1756 relativamente ao projecto de Pancorbo de estabelecer o comércio directo de vinhos para os portos do Báltico relacionam-se com a consciência que então havia de que tal comércio facilmente «seria interrompido por aqueles em cujas mãos existia». Tais reservas parece terem deixado de existir em finais da década de 70, passando-se então a um período de intensos contactos, num processo liderado pela própria Companhia dos Vinhos. Apesar da insistência russa em estabelecer contactos directos e das múltiplas tentativas diplomáticas discretas, que envolveram embaixadores dos dois países noutras capitais, as dificuldades no estabelecimento de relações comerciais entre Portugal e a Rússia prendiam-se, antes de mais, com a hegemonia inglesa nos mares do Norte. Ora, a abertura nos finais dos anos 70 parece coincidir com uma conjuntura particularmente favorável a Portugal, decorrente dos problemas enfrentados pela Inglaterra na sequência da Revolução Americana (1776) e da Guerra da Independência (1775-1783). Posteriormente, o conflito franco-britânico, que dominou o cenário político europeu, a partir de

inícios da década de 90, virá também a favorecer Portugal. Será num contexto de prosperidade geral do comércio português que as relações directas entre os dois países se concretizarão.

7. Sucessos e vicissitudes da representação portuguesa

Se o ano de 1780 foi aquele que viu coroados de êxito os esforços de décadas para o estabelecimento de relações comerciais directas entre a Rússia e Portugal, nos anos imediatos virão ainda a registar-se, além da adesão ao Tratado da Neutralidade Armada, outros sucessos que contribuíram para a afirmação dessas relações. Nestes acontecimentos terão papel preponderante a Companhia e os negociantes do Porto ligados ao comércio do vinho.

Logo em 1781 a Companhia das Vinhas do Alto Douro instalou em Petersburgo uma Casa Portuguesa de Comércio, com o objectivo de ampliar o consumo imperial dos seus produtos e dos demais «destes Reinos, e suas Colónias, e muito principalmente de todas as nossas manufacturas». Para a administração dessa Casa foram nomeados José Pedro Celestino Velho, Henrique de Araújo Silva, Pedro Martins Gonçalves Júnior, todos do Porto, e Domingos Gonçalves Caldas, de Vila Nova de Gaia, autor de um dos relatórios que transcrevemos. A Casa Portuguesa de Comércio na Rússia denominou-se, por isso, inicialmente, «Velho, Araújo, Martins & Caldas», ficando reduzida aos três primeiros nomes, logo de seguida, já que Caldas pediria escusa do cargo.

Celestino Velho, Deputado da Junta da Companhia das Vinhas, viria a acumular as funções de administrador da Casa com as de Cônsul-Geral, nomeado nesse mesmo ano pelo governo de Lisboa.

O ano de 1782, em que doze navios portugueses demandaram o Báltico, trouxe consigo as melhores perspectivas para o comércio com a Rússia. Além da assinatura do Tratado de Neutralidade, o embaixador Horta Machado conseguiu instalar, em Maio, em Cronstadt um *Hospital dos Portugueses*, numa casa arrendada, com capacidade para oito camas. Para o mesmo porto foi nomeado, em Setembro, um expedidor dos navios portugueses, cujo primeiro titular foi Francisco José Pereira. E, em Dezembro, teria lugar no Consulado, uma reunião dos sete portugueses residentes em Petersburgo, para assentar os termos de um estatuto para uma Feitoria dos Negociantes Portugueses. Estiveram presentes o embaixador, o cônsul, o capelão (Frei Manuel do Espírito Santo), o secretário do embaixador (Francisco José de Oliveira) e mais três ligados à Casa de Comércio (Henrique de Araújo e Silva, Francisco José Pereira e Miguel Setaro). Este último era o Prático da Aula de

Náutica do Porto que, dois anos antes, viajara na polaca *S. Tomás* a Riga, autor de um dos relatórios que aqui publicamos. Tendo feito diversas viagens entre os dois países, Miguel Setaro será nomeado *agregado* à Casa de Comércio pela Companhia dos Vinhos, em 1784. Quase simultaneamente, foi nomeado também vice-cônsul de Portugal na Rússia. Dois anos depois, será portador a Lisboa de um contra-projecto russo ao Tratado de Amizade, Navegação e Comércio que, no ano seguinte, viria a ser assinado pelos dois países, o que mostra ter sido homem de confiança do embaixador.

Celestino Velho sentiu-se afrontado com as nomeações desse duplo adjunto dos seus cargos, o de administrador e o de cônsul, e passou a desencadear uma campanha que atingia simultaneamente Setaro e Horta Machado, acusando-os de irregularidades administrativas.

A situação acarretou um inquérito, solicitado ao ministro em Lisboa por Setaro. Na sequência desse inquérito, ao fim de dois anos, o ministro ordenou que a Casa de Comércio fosse reformada, com a retirada de Celestino Velho e a ascensão de Miguel Setaro ao cargo de Cônsul de Portugal e segundo administrador da Casa de Comércio, que passou a chamar-se «Araújo & Setaro». Entretanto, como atrás referimos, foi assinado em 1787 o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre a Rússia e Portugal, validado para doze anos. Ratificado no ano seguinte (25 de Março), continha benefícios alfandegários mútuos e permissão para abertura de Consulados — em Portugal, além de Lisboa e Porto, em Viana, Setúbal, Madeira e Açores.

Mas o futuro destino dos dois homens, que se defrontaram nos lugares de cônsules e de administradores da Casa de Comércio, haveria de ser desfavorável a Setaro, que terminaria em falência da sua Casa em 1795.

Quanto a Celestino Velho, esse aprendeu a língua, casou com uma filha de ricos comerciantes de Petersburgo e envolveu-se de tal forma na sociedade russa que, em 1793, aproveitando uma ausência prolongada do embaixador português, chegou a ter a pretensão de ser nomeado ministro plenipotenciário na Rússia. Mas o governo de Lisboa atribuiu-lhe apenas o cargo mais honorífico de conselheiro, sob a designação de Comissário-Geral da Marinha, relativamente ao qual se queixava de nunca ter recebido instruções específicas. (Uma filha de José Pedro Celestino Velho virá a relacionar-se, entre 1811 e 1817, com o célebre poeta Puskin, arauto das novas ideias e expoente da literatura romântica na Rússia).

Os acontecimentos posteriores (Revolução Francesa, Guerra na Europa, Bloqueio Continental, Tratado Luso-Britânico de 1810, Invasão da Rússia e de Portugal pelas tropas napoleónicas, formação da Santa Aliança, etc.) irão provocar grandes transformações na carta política e na

estratégia das potências europeias. É natural que essas transformações tenham também afectado significativamente as relações entre a Rússia e Portugal, cujo estudo, neste período conturbado, está ainda por fazer. Mas, parece ter-se esvaído, após o entusiasmo e os sucessos dos anos 80, o dinamismo efémero da marinha mercante portuguesa. Como escreverá mais tarde o primeiro visconde de Vilarinho de S. Romão «o commercio da Rússia, que nos poderia ser de grande vantagem, tanto nos portos do Baltico, como naquelles que tinha e tem de novo esta Nação no Mar Negro, ficou logo ao nascer infezado, tacanho e tão marasmo, que nunca mais pôde erguer a cabeça... (GIRÃO, *Memoria historica e analytica sobre a Companhia dos Vinhos...*, 1833, p. 137).

Aliás, as exportações portuguesas para a Rússia, constituídas essencialmente por sal, algum vinho, citrinos, e açúcar brasileiro, baixaram significativamente na viragem do século, ao passo que os produtos da Rússia importados por Portugal (especialmente ferro, madeiras, cordames e trigo) atingiram montantes avultados. Em 1806, a Rússia era o segundo fornecedor de Portugal, a seguir à Inglaterra, figurando apenas em oitavo lugar na lista dois nossos principais mercados de exportação.

Balança de comércio de Portugal com a Rússia (em milhões de rs)

ANOS	EXPORTAÇÕES DE PORTUGAL PARA A RÚSSIA	IMPORTAÇÕES DA RÚSSIA POR PORTUGAL
1796	159	1644
1801	63	3376
1806	317	2385
1819	123	601

(Fonte: BALBI, Adrien, *Essai statistique sur le Royaume de Portugal...*, tomo I, Paris, 1822, p. 436 e 442 e segs.).

Para além do mais, este comércio seria em breve afectado pelos problemas gerais do comércio marítimo português e pela decadência da nossa marinha mercante, voltando-se à situação anterior a 1780, em que o nosso comércio com os portos do Báltico era realizado por negociantes estrangeiros e em navios estrangeiros.

Rio de Mouro/Porto, Julho de 1990

BIBLIOGRAFIA E FONTES

- AZEVEDO, J. Lúcio de, *Épocas de Portugal Económico*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1947.
- BALBI, Adrien, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal...*, tomo I, Paris, Rey et Gravier Lib., 1822.
- BASTO, A. de Magalhães, *Dom Bartolomeu Pancorbo. O homem que deu a ideia para a fundação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», vol. XVI, fasc. 1-2, Porto, 1953.
- CARVALHO, Rómulo de, *Relações entre Portugal e a Rússia no século XVIII*, Lisboa, Sá da Costa, 1979.
- FISHER, H. E. S., *De Methuen a Pombal. O comércio anglo-português de 1700 a 1770*, Lisboa, Gradiva, 1984.
- FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da, *A ideação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, Porto, Instituto do Vinho do Porto, 1955-1956.
- (FONSECA, Francisco Pereira Rebelo da), *Memoria sobre o Estado da Agricultura e Commercio do Alto Douro*, in *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo III, Lisboa, 1791, p. 73-153.
- GIRÃO, António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira, *Memoria historica e analytica sobre a Companhia dos Vinhos, denominada da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1833.
- GUIMARÃES, Gonçalves, *A Alfândega do Porto e o comércio entre a barra do Douro e os portos russos do Báltico em 1820*, comunicação ao IV.º Encontro de Historiadores Portugueses e Soviéticos, Porto, 1990.
- KAPLANOV, Rachid M., Entrevista na R.T.P.-1 (programa «Portugal sem Fim»), em 29 de Março e 19 de Abril de 1988.

MACEDO, Jorge Borges de, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII*. Lisboa, Associação Industrial Portuguesa, 1963.

PEREIRA, Gaspar Martins, *O Douro—o vinho, a vinha e a região—de Pombal a João Franco*. Porto, CENPA, 1990.

ROUGLE, William, *As relações luso-russas através da imprensa do século XVIII*. Lisboa, Academia das Ciências, 1979.

ROUGLE, William, *António Manuel de Vieira na Corte Russa no Século XVIII*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

SIDERI, Sandro, *Comércio e Poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*. Lisboa, Cosmos, 1978.

SÁ, Victor de, *Ribeiro Sanches. Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se*, 2.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1980.

Um português influente na Corte de Pedro o Grande, «História», n.º 20, Lisboa, Pro-jornal, Junho/1980.

DOCUMENTO 1

**Noticias dos costumes da Corte de S.^{te} Petersbourg
e da Ilha de Cronstad no Imperio da Russia... ***

Fas-se-me indispensavel satisfazer com hum debil pranto do meu agradecimento as consideraveis obrigações de que me confesso devedor ao Senhor Leandro Anastacio de Carvalho Fonseca, como Meritissimo Secretario da Regia Companhia e Geral Administraçam d'Agricultura das Vinhas do Alto Douro, expondo-lhe com esta tão breve, como limittada discripção, os principaes uzos, trajas e mais costumes do Imperio Russiano, à qual, por determinaçam da mesma Regia Companhia, fuy por Aulista da Cruvetta Perola, que pella barra deste porto entrou no dia 12 do corrente mez de Setembro de 1780***: intercedendo porem ao mesmo Senhor me perdoe os deffeitos que a cada passo decorrem de meu apoucado engenho, e nesta prescriptos.

Entrando-se no canal de Petersburg, que se navega pello rumo de Este, se avistão algũas Ilhas povoadas, que se vão costeando thê se descobrir a Ilha de *Godestrate****, cuja está quazi no fim do canal; e da parte de Norte e Sul se avista terra firme.

* Biblioteca do Ateneu Comercial do Porto, Reservados, *Colecção Importante*, tom. 2, f. 208-216. Título aposto no início do documento, com caligrafia diferente do restante texto: «1780 Noticias dos costumes da Corte de S.^{te} Petersbourg e da Ilha de Cronstad no Imperio da Russia. Participadas à Junta da Administração da Companhia Geral do Alto Douro por Antonio Joze Lopes Pereira, Praticante da Aula de Nautica, nomeado por esta para a viagem que por sua ordem fez ao porto da dita Corte a Corveta a Corveta Perola, com carga de vinhos e outros generos portuguezes por especulação. Sahiu deste porto em 3 de Mayo, chegou a Cronstad a 19 de Junho, sahiu deste porto em 29 de Julho, e entrou a barra deste porto em 12 de Setembro, tudo do anno de 1780».

** Texto acrescentado à margem, a par das últimas linhas do parágrafo anterior: «Tinha sahido do Porto a 3 de Mayo, chegado a S.^{te} Petersbourg a 19 de Junho, e sahido deste porto a 29 de Julho».

*** Entrelinhado, com caligrafia diferente: «Cromostat ou Cronstad».

1780.

Noticias

dos costumes da Corte de *Ste* Petersbourg e
da *Ma* de Cronstad, no Imperio da *Russia*:

Participadas a Junta da Administracão da Companhia
Geral do Alto Douro por Antonio Jac. Lopes Pereira, Prati-
cante da Aula de Nautica, nomeado por *Ma* para alliar com
que por sua ordem, fez ao porto da dita Corte, a Corveta Be-
rala, com carga de Vinhos, e outros generos Portuguezes por exportacão.

Sahio deste Porto em 3 de Mayo, chegou a Cronstad
a 19 de Junho, sahio deste porto em 29 de Julho, entrou a
Barra deste Porto em 12 de Setembro, tudo do anno de 780.

Hũa legoa distante desta Ilha se acha fundiada hũa chalupa do registo da Alfandega, da qual vem hum Official a bordo de todas as embarcações que vão para aquelle porto e ahy dão fundo para serem registadas pello dito Official que, dipois de o fazer e reconhecer os passaportes e conhecimentos da carga, coze estas com hũa linha, e nella pendente hum sello de lacre em que estão sculpidas as armas da Imperatriz russiana, que são duas aguias unidas, e cada hũa com sua coroa na cabeça e outra maior no meio, tendo tambem a da parte senistra nos extremos dos pes hum globo terrestre e a da parte dextra hum cetro, cujo sello tambem poem nas escotilhas das embarcações. A este Official se dá algũa couza de offerta a que os russianos chamão presente.

Junta à mesma chalupa e surta neste sitio está hũa fragata armada, que hé da Imperatriz, da qual vem tambem hũm Official reconhecer os passaportes e dá tres folhas de papel em que impressas se achão as leis e estilo que devem observar as embarcações que vão fundar dentro do adique daquela Ilha; e a este Official se dá tambem a mencionada offerta, aliás recuza seguir viagem algũa embarcação.

Obtida esta licença, se mette a embarcação pelo interior do canal, em cujos lados se vem hũas bandeirinhas, que servem de demonstrar o pouco fundo que há de hua para outra parte. Logo se passa pello meio de duas fortalezas, que estão conjunctas á porta do adique em que se dá fundo, cujas são formadas de madeira groça e armadas de abundante artilharia de ferro e bronze.

Immediatamente chega hum escaler com os respectivos Officiaes da Alfandega, para vizitarem as embarcações e reconhe qser seus conhecimentos e mais despachos. Vem tambem outro escaler com Officiaes das ordens e hum Militar que fica a bordo para guarda, hindo logo os Cappitaens para darem a entrada ao General da Ilha, que hé inglez; e, chegando este a bordo, entrão as embarcações para dentro do adique, segurando-se estas a huns mourões de páo que estão estacados no meio do mesmo adique, onde tem logar entre as mais que lá se achão, vindo para bordo hum Guarda da Alfandega assistir à descarga.

Chegada que hé a embarcação a bordo [sic], nella se não accende mais luz, aliás são os Cappitaens multados em excessiva penna pecuniaria, pois para se fazer o que hé necessario para o sustento há hum grande armazem com sufficientes fugões cercados de agoa; cujo armazem hé formado de madeira com telhado de taboas, e dahy vay o sustento para bordo das embarcações de todas as Nações que ahy se achão.

Dentro deste mesmo adique se achão infinitas embarcações estrangeiras e, pello que dizem, portão ahy em cada anno mais de 800 de diferentes Reinos; tem mesmo hua separaçam para as embarcações russianas, por ser aquelle logar a Ribeira das Náos. Principia neste adique hum cerco de muralha feita de madeira desde o extremo da dita Ilha thé o meio della, e tem da parte do Sul tres portões: hum para entrarem e sahirem os navios mercantes, outro para as náos e fragatas, e o outro para a continua serventia dos escaleres que andão no serviço imperial. Tem a maior parte desta muralha artilharia cavalgada, cujas pessos, hũas de ferro, outras de bronze, são de 24 e 36 libras.

Disto esta Ilha da Côte da Russia quatro legoas, cujas tem de latitude, inquam [sic], tem de longitude hum rio [sic], que à mesma Corte vay ter, e por elle não podem hir para cima embarcações grandes por ter pouca agoa; e para a descarga destas estão actualmente muitas galiotas russianas que transportão as fazendas e mais cargas para a Côte. Na terra firme do Sul tem duas cidades piquenas e do Norte hũa villa. Às refferidas galiotas se paga de cada barcada 40, 50, ou 60 rubles (cujo valor logo direi), conforme as occaziões; as quais navegão com vento, e não remos, que se não uzão, por serem do feito das charruas, supposto que mais piquenas.

Hé a primeira fronteira desta Ilha hum grande Palacio, formado de tejollo, e dentro delle estão varias Aulas, em que se ensinão todas as artes liberaes, e estão as

escollas russianas, Grammaticas, d'Engenharia, Architectura, Academia, Muzica e Nautica; e neste mesmo Palacio assistem os que se applicão a estas, ou cada hũa destas sciencias, sendo o seu sustento e vestuario à custa da Imperatriz que deste Palacio tira os Officiaes para serviço do seu Imperio.

Há tambem outros Palacios de Officiaes Militares, Arcenaes da Contadoria do Imperio e tambem Caza do Despacho da Alfandega, onde vão os Capitaens de todas as embarcações dar ao manifesto tudo o que estas levão, de que se não excluem os mantimentos ou ainda algũa miudeza de pouca consideraçã, aliás se toma por pedido. As paredes das cazas são formadas de páos e as frinxas calafetadas, telhadas de taboas, mas sem sobrados; algũas há que os tem, porem de telha ou folha de ferro. Há também varios Palacios, cujos licerces são de pedra, paredes de tejo e rebocadas com cal, e todas as janellas de vidraças. Há grande numero de lojas com fazendas de todas as qualidades, proprias e estrangeiras; quem porem nellas compra qualquer genero que seja o não pode levar para bordo, penna de se lhe tomar por perdido, sem que primeiro o despache pella Alfandega. Há nesta mesma Ilha hum Consul, que dá expediçam às descargas e cargas das embarcações que ahy portão. Há quatro Templos Russianos, dous com paredes de madeira, telhados de taboado, com torre, e nesta muito bons sinos; outra de Armenios; e outra, que chamão principal, hé de tejollo e telhada com folha de ferro. Dentro dellas se achão varias Imagens de Nosso Senhor Jezus Christo e de alguns Sanctos, porem tudo em paineis. Adorão muito a Deus Padre. Tem 3 quaresmas em cada anno, observando sempre a Religiao Grega Sysmatica, e contão mais 11 dias em cada mez. Nesta Ilha não há xafarizes e a agoa que se bebe hé do rio ou de algũa cisterna. Hé muito plana [?], sem algum ladrilho pellas ruas, sendo tudo terra; e para evitar o grande damno que cauza por isto a chuva se poem passadisos de taboas. Há grandes Arcenaes da Imperatriz onde se recolhem todos os petrexos das náos, fragatas e mais aprestos para a guerra; isto alem dos muitos Armazens em que se recolhem os taboados, mastros e couzas semelhantes. Há lojas com Mestres de todas as Officinas para o serviço publico. Na parte do Norte desta Ilha está hũa trincheira formada de páos e terra, com artharia de ferro.

Tem a mesma Ilha de longitude hũa legoa, de latitude meia, pouco mais ou menos.

Não há nella outra medida mais que hũa, a que chamão arxina, que tem tres palmos russianos e 4 dos nossos, por cuja arxina se mede todo o genero de fazenda. O maior pezo hé o a que chamão pude, que corresponde ao nosso de arroba; ella tem 40 libras russianas, a que chamão funte, que tem 14 onsas.

Assistem nesta Ilha muitos Senhores da Côrte e Officiaes maiores, que trajão de cazacas e espadins, bem penteados e com chapéos ao costume inglez, cujo tambem observão as Senhoras, como nesta Cidade se encontrão, andando a maior parte das pessoas desta qualidade em carrinhos a quatro e seis. Há dous regimentos, hum de garnadeiros, cujas fardas são besteadas vermelhas, calção branco, de bottas, catanas á cinta, e na cabeça hũa couza ao modo de mitra encarnada e nella as armas da Imperatriz, sculpidas em latão, e são homens de agigantada prezença; o outro hé fardado de cazacas verdes com forro encarnado, de chapéo, e com catana á cinta; e estes são os que actualmente guarnesem a Ilha. A maior parte dos homens de negocio se adornão com hum sobretudo de panno de diferentes cores com muita roda de cinta para baixo, cabbello cortado, de chapeos, e barbas grandes; e tambem há outros de praça que trajão ao costume da Côrte, entre os quaes são muitos de diferentes Reinos, como de França, Hespanha, Inglaterra, Olanda, Suecia, Dinamarca e outras muitas partes. O traje das mulheres russianas, que nesta Ilha assistem, hé de saias de xita, roupinhas curtas e capuxas pretas à inglesa, huas com xinellas e outras de çapatos, seo toucado hé hum

lenço de varias cores atado na cabeça de forma que se não vê cabbello algum e deixando ficar os extremos das duas pontas, que ficão adiante [?] nellas; ou por baixo dellas poem hum papelão para lhe formar hũa trunfa alta e quadrada. Há grande numero de russianos que actualmente se occupão em couzas mais mechanicas e propias à sua inopsia [sic] e baixa esphêra; e estes tem as barbas grandes e o cabbello cortado de tras, e diante dos olhos, e os seus chapéos tem a copa da altura maior de palmo, a aba redonda, trazem sobretudoos com muita roda na cinta, sem botões ou cozas para elles, pois os cingem com faxas de driga de varias cores, e por baixo trazem só camiza, calças compridas, botas, e pagão para assim se tractarem em cada anno à Imperatriz hum tributto, pello que são izemptos do seu serviço; o que não acontese aos que fazem a barba e trajão como lhe parese, por que estão subgeitos a qualquer accidente.

No que respeita aos legumes e mantimentos são com abundancia, isto hé, bõa carne, tanto de gado como de sevado, galinhas, muito pão trigo e relão, peixe fresco e seco, muita cevolla verde, porem fructa de qualidade nenhũa, excepto a que vay de fóra, pouca couve e alface, ervilha verde e seca, muita sevada e abundante leite.

Há muito gado, carneiros e cabras; porem aquelle só serve para o sustento e não para serviço, pois este o fazem cabalos, que tem tanta força que cada hum conduz duas pipas cheias.

Ao dinheiro de prata, de maior valor chamão rublo tem 100 capiques e o valor de 4 xelins inglezes, cada hum dos quaes vale 180 reis., valendo assim o rublo 720. Há hum dinheiro de ouro que tem 10 rublos e vale 7200. O maior dinheiro de cobre são 5 capiques que vale pouco menos de 50 reis. Há também dinheiro de papel com varios sinais que corre como o mais dinheiro e há papel de 25, 50 e 100 rublos.

Noticia da Côrte da Russia

Entrando o rio desta Côrte de Petersburg, logo se devizão os grandes Armazens, em que se recolhem os balões de linho, cujos são formados de páos, com telhados de madeira e firmados em hum caes de madeira em sima d'agoa, onde se achão muitas embarcações com linho para a sua descarga. Pouco distante e acima está hũa ponte de madeira, firmada em barcas, e q'atravesa toda a largura do rio, e lhe chamão a Ponte do Norte; e na madrugada se abre hum coartil levadiço para na Alfandega serem registadas as embarcações que conduzem as cargas. Da parte do Sul se devizão muitos Palacios e grandes Armazens, onde tambem se recolhem linhos; tambem as Alfandegas que são dous Armazens com muito grandes sobrados e debaixo á roda delles muitos arcos; defronte fica hũa Igreja Russiana à beira do rio. Em hũa das ditas Alfandegas há hũa caza separada, onde à hũa hora da tarde de cada dia se ajuntão todos os homens da Praça e commersiantes, que entre sy ajustão as compras e vendas, e a esta caza chamão Bolça, que pellas 3 horas se feixa. Tem esta Alfandega hum grande terreno e à borda do rio hum grande caes formado de madeira, onde se atracão as galiottas e chalupas soecas e de outras Nações quando vão á descarga. No dicto terreno ficão de noite e dia as cargas, a saber, pipas de vinho, e agoa ardente, caixões de vidro, ferro, chumbo, louças grossas, garrafas, cortiças, e outros generos que não sofrem corrupção. As pipas se cobrem com esteiras e alternadamente se refrescão com bombas de agoa, estando actualmente guardas russianos. Nenhũa se despacha sem que princiro seja atestada para pagar os direitos; por este trafego tem todos os Officiaes da Alfandega seu prezente, isto he, ancoretas, frascos e garrafas cheias, alem do que bebem todos os que trabalhão, sem embargo do muito que se furta; e segundo furto há quando segunda vez se attestão as pipas para se venderem aos negociantes. Não só o vinho, mas agoa ardente

e azeite dá excessivo lucro nesta Côrte; porem hé superfluo o enviar para lá outro genero, pois de tudo há grande abundancia, porque todas as Nações para aly fazem grandes carregações. No meio do terreno juncto a esta Alfandega está hũa Academia e defronte grandes Palacios de dous sobrados onde estão as Contadorias do Imperio. Há muitas ruas largas e de hua legoa ou mais de compridas, ladrilhadas de seixo miudo, e hé costume o regarem-nas pello Verão com bombas; há grandes cazas e Palacios com rico e vistozo ornatto. Há muitas Igrejas Russianas em que se observa o rito já refferido e perparadas com magnifica pompa, tem pia baptismal, não altares, nem imagens incorporadas, mas tudo em paineis, bons paramentos que imitão os nossos. Há tambem hũa Capella Romana, em que se fazem cada dia tres Sacrificios por Frades alemões, a cujos vão assistir todos os Catholicos Romanos; juncto a esta Cappella se anda fazendo outro Templo, cujas paredes são de tejollo. Há também Frades russianos, a que elles chamão Papistas, e estes não tem coroa, mas os cabbellos soltos e estendidos pellas costas, barbas grandes, vestidos ao modo de tunicas de panno roxo. Há hum convento de Frades, cujos habitos são pretos, mangas compridas, como as dos Benedictinos, sem coroa, e trazem na cabeça hũa gorra com a cauda estendida pellas costas; dizem haver tambem convento de freiras.

Há nesta Côrte grande numero de gente que, se me não enganno, excede o da de Lisboa duas ou tres partes; amiudados Palacios; em partes a divide o rio, e por hũa e outra parte caes de pedra de cantaria, com barandas de ferro.

O Palacio da Imperatriz hé admiravel não só pella grandeza, mas por seu ornatto; elle hé quadrado, tem tres sobrados bem formados e de agradável prespectiva, varandas e janellas de sacadas, guarnecidas de vidraças, e muitas figuras com varias insignias do Imperio, hé telhado de cobre, cercado todo de lampiões que à noite accendem os guardas, o que tambem há em todas as ruas da cidade; pella parte do Oeste deste Palacio passa hum braço de rio largo, e defronte hũa grande Fortaleza, e no meio desta hũa grande e dourada torre; neste rio estão actualmente cinco vergantins bem perparados e dourados e tambem hũa galera de tres mastros, cujas embarcações são do Estado da Imperatriz que delles se serve quando com toda a Côrte vay divertir-se aos recreios que tem pello rio acima. Logo juncta fica a Ribeira das Náos, onde se fabricão as fragatas, e está tambem hum Palacio do Terem Real. Logo tambem está hũa grande ponte de madeira, firmada em cima de barcas, e lhe chamão a ponte de Leste, e por ella passãõ carrinhos, berlindas e coxes, pois cavem 3 a par. Proxima a esta ponte está hũa grande rua no interior da cidade, em que se achão as lojas e cazas de negocio de grande concideraçam e nellas tudo o que se pôde dezejar, o que para ahy vay dos Reinos estrangeiros, principalmente de França e Inglaterra.

Há nesta Côrte 20 Regimentos, 12 de Infantes e 8 de Cavalaria, e elles se compoem de homens de honroza prezença e figura; suas fardas são de diversas cores e correspondentes ao logar que exercitão. Os homens da praça trajão com aceio e uzão pouco do espadim por andarem de ordinario em carrinho ou coxe a 6 e 8, conforme as suas possibilidades; trazem seus criados bem fardados e a maior parte delles são russianos, por haver delles grande abundancia, e todos tem as barbas grandes.

As senhoras trajão de vestidos inteiros á ingleza, toucados de volantes, e uzão muito de donarios; e as commúas trajão de saias e roupas de xitas, capuxas pretas, e por toucado o lenço, na forma já refferida.

Há todas as qualidades de officios arruados, e tambem armazens de louças vidradas, mantimentos e mais legumes, tudo com muita grandeza e abundancia. Há recreios de quintas, a que os russianos chamão Campanhas; e eu vy a do Principe deste Imperio, a qual certamente hé muito agradável, e o de que mais me recordo hé o ser cercada de grades de ferro grossas, com muitas ruas e passeios de sombras com repuxos

Ordem Imperial, pois o limitado tempo de
oito dias, q' em observar estes não consumo,
ainda q' não completo, me não des mais
Segar p. a cabalão. motivo equante he

D. N. R.

Com mais attento, esty mo criado

Antonio Jose Lopes Pereira

pello meio. Tem hum viveiro de peixes e outro de passaros, tem pellas ruas do passeio muitas figuras de marmore branco, tem alpendres para jogo, mas não tem qualidade algũa de flor, murta ou arboreas fructiferas, e as que tem, supposto que infructiferas, são vistosas e engracção muito pella ideia com que estão dispostas. Este jardim, ou Campanha, sempre está aberto para todos os Fidalgos da Côrte e pessoas mais qualificadas que a ella se querem hir divertir, e nelle a cada passo se encontra a Nobreza da terra.

Hé finalmente este Paiz muito abundante de trigos, gado, ferro, linho e outras mais couzas semelhantes que não excedem porem ao nosso; e elle promette ser em menos de hum seculo o mais ostentozo e poderozo Paiz e Imperio do Norte; elle confina com varias terras do Turco, a quem tem dado inconsideraveis damnos e combates e uzurpado muitas praças.

Hé o que sómente posso expor a Vossa Mercê acerca deste poderozo Imperio, pois o limittado tempo de oito dias, que em observar estes uzos consumi, ainda que não complettos, me não deo mais logar para cabalmente mostrar o quanto hé

De V. M.

O mais attento e obg.^{mo} criado

Antonio Joze Lopes Pereira

DOCUMENTO 2

Derrota e noticias da viagem que fez a Riga, capital da Livonia, Imperio da Russia, a Polaca Santo Thomas*

Descrição da viagem qu'eu Miguel Setáro fiz a Riga, capital da Livonia, Imperio da Russia, com occupação de Praticante da Nautica, em a Polaca São Tomas, de que he Capitão Nicolao dos Santos e donnos Pedro e Arnaldo Van Zeller desta cidade, com dez pessoas de equipagem, carregada com vinhos, agoas ardentes e fruta, por conta dos Illustrissimos Senhores Provedor e Deputados da Companhia Geral do Alto Douro, de que o Capitão asignou conhecimentos a

* Biblioteca do Ateneu Comercial do Porto. Reservados. *Colecção Importante*, tom. 2, f. 222-230. Título aposto no inicio do documento, com caligrafia diferente à do restante texto: «*Derrota e noticias da viagem que fez a Riga, capital da Livonia, Imperio da Russia, a Polaca Santo Thomas, sendo seu Capitão Nicolao dos Santos, e Proprietários Pedro, e Arnaldo Vanzeler, com carga de vinhos, agoas ardentes e fruta, por conta da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, fretada e mandada por especulação pela Junta da Administração da mesma Companhia. Sahindo deste porto em 2 de Junho, chegando à costa de Riga com 31 dias de viagem em 2 de Julho, sahindo della em 16 d' Agosto, e entrando neste porto com 81 dias de viagem em 5 de Novembro de 1780.*»

entregar aos Senhores Christiano Henrique Wohrman e João Baltazar Browhoun, ambos de nação alemán.

Porto, 2 de Junho de 1780

Pelas 6 horas de manhan principiámos a levar ancora para passarmos o baixo do Ouro, estando na Barra às quatro e meia, conduzidos pelo Piloto dela João Ferreira, com vento Sudueste, navegando pelo Nor-Norueste da agulha, fazendo verdadeiro caminho de Norueste do Mundo. No dia seguinte de tarde avistamos duas cotas inglezas, porem com bandeiras americanas, hũa das quais nos fez hir a seu bordo, mas examinando passaportes e conhecimentos nos deixarão recolher para nosso bordo, e no dia 6, e 5 de viagem, nos aconteceu o mesmo com hum corsario de Liverpool.

No dia 7 do mes, e 6 de viagem, avistamos seis embarçaçoens, hũa das quais era não de 2 pontes e meia; a esta falamos ao meyo dia, hora ingleza, e segundo o rumo que levava com vento à popa hia para a America. No dia 13, e 12 de viagem, às 4 e 1/2 da manhan, avistamos Cabo Lizard, que às 10 demarqueei, e me demorava ao Norte quarta de Nordeste com 5 legoas de distancia, e no dia seguinte avistamos a Ilha White, que tãobem ao meyo dia demarqueei, e me demorava ao Norte com 3 legoas de distancia. No dia 15, e 14 de viagem, às 4 e 1/2 da manhan, avistamos o Castelo de Dover, que às 7 demarqueei, e me demorava ao Norte, com distancia de hũa milha, e às 9 passamos o baixo das Dunas, em companhia de 17 embarçaçoens, a hũa das quais, que hera dinamarqueza, pedimos conversar [no texto: *conservar*]. O seu Capitão veyo a nosso bordo na tarde do dia 18 e depois de obsequialo do melhor modo que nos foi possivel lhe pedimos nos desse algum de seus marinheiros que fosse pratico da costa da Noruega, o que elle com efeito fez, e ajustamos por dois guineas, com obrigação de nos deixar em Elsenor.

No dia seguinte ao meio dia avistamos terra da Noruega e logo immediatamente veyo a nosso bordo hum Piloto para ver se queriamos entrar em algum daqueles portos, a esperar por vento Norueste, pois com o que traziamos, que hera Sueste, não podiamos montar a ponta de Schagen ou Kategata. Aceitamos o piloto, que ajustamos por guinea e meyo, não só por essa razão, mas tãobem porque as agoas corrião muito para o Norte e suas correntezas nos podião levar a Leste dos Nazes da Noruega e depois não podermos montar nem estes nem a ponta de Schagen. Principiámos logo a mariar e entrando por entre pedras e montes fomos dar fundo junto aos de Koc e Kalf, em hũa excelente ensiada adonde dão fundo os navios ao pé das cazas, amarrando-se com viradores para a terra sem poderem ser offendidos de vento algum, pois todas as pedras e montes que sercão esta ensiada são mais altos que a mastriação de qualquer não. Tambem aqui se fazem e concertão navios: estava hum excelente bergantin no estaleiro e duas xarruas a concertar. A povoação he piquena e os seus habitantes são carpinteiros ou pescadores; estes quasi todos são pilotos daqueles portos e tem hum Mestre que aprova ou reprova a sua capacidade; não podem levar mais por meter hum navio dentro do que o estipulado pelo mesmo Mestre, segundo os pez de agoa que demanda a embarcação; tanto que tendo nós ajustado com o piloto para nos recolher e levar outra vez fora guinea e meio o Mestre lhe mandou dar só 27 shilings.

Offereceu-a à mesma Junta Miguel Setaro, Praticante da Aula de Nauticia [sic], nomeado para a mesma viagem pela sobredita Junta, com quatro retratos do vistorio russo [Os retratos, a que o texto se refere, não aparecem no manuscrito do Ateneu], em a sessão de 28 de Novembro dito».

1780

Derrota, e noticias
da
Viagem que fez
a
Riga
Capital da Livonia Imperio da
Rusia

A Bolaca Santo Thomas sendo seu Capitão Nicolao dos Santos, e Proprietarios Pedro e Arnaldo Passalor, com carga de Vinhos, Aguardentes, e Frutas, por conta da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, foytada, emendada, por especulacao pela Junta da Administracao da mesma Companhia: sahindo deste Porto em 2 de Junho; chegando a costa de Riga com 31 dias de viagem em 2 de Julho; sahindo de ella em 16 de Agosto; e chegando neste Porto com 81 dias de viagem em 5 de Novembro de 1780.

Offereceu a mesma Junta Miguel Setzer, Praticante da Aula de Nautica, remedio para a mesma Viagem pela febre dita Junta, com quatro contratos do Portuario Riga, em a Suma de 28 de Novembro dito.

Na costa da Noruega quazi sempre correm as agoas para o Norte principalmente quando venta ou tem ventado Sueste, Sudueste, ou Sul; porem quando qualquer navio se chega aquella costa e se quer recolher não tem mais do que dar fogo a hua pessa e largar bandeira, pois os Pilotos são obrigados a recolhe-los e so se exzentão disto quando o mar está tão alto que lhe pode virar as embarcaçoens em que elles andão.

Meya milha a Leste está a cidade de Mandal. Fomos a ella e procuramos ao Consul inglez Mr. Friderick Giertsen para que no cazo de carecermos de algum dinheiro para pagar ao Piloto ou outra qualquer despeza elle nos acistir com elle, ao que respondeo estava prompto para nos acistir com tudo o que nos fosse necessario. Esta cidade he sugeita ao Rey de Dinamarca, assim como toda aquella costa, os seus habitantes serão oito centos, a sua religião he luterana, porem muitos devotos, e os seus costumes não são máos. A gente particular traja à franceza, as mulheres ordinarias sugeitão-se a todo o trabalho como he remar em botes, carregar às costas, etc. As cazas são feitas de madeira, porem bem construhidas e aciadas. O seu comercio he pouco e o unico genero em que negociação he madeira. Estivemos aqui tres dias e no ultimo à duas horas da tarde nos fizemos à vela com vento Norueste levando-nos o Piloto por diferentes canaes do que aqueles por donde tinhamos entrado, o que me parece maxima para que ninguem ali possa entrar sem aqueles Pilotos, para em tempo de guerra não serem por ali atacados, nem se recolherem Armadas em aquelas ensiadas, o que me parece não poderão fazer independentes daqueles Pilotos. Às 9 horas do dia 25, e 24 de viagem, avistamos a Ilha de Anholt e às 2 da tarde Cabo Kullen que por não podermos montar nos fizemos na volta do mar até o dia seguinte às 2 da manhan que procuramos outra ves a terra, montando-a com a infelecidade de pegar em o baixo que está quazi defronte da fortaleza de Elsenor; demos fogo a duas pessos e colhemos bandeira, ao que acudio hum bote com duas pessoas e nos dicerão ninguem mais acudiria sem hir gente a terra buscar e ajustar o que fosse necessario. Embarquei neste bote e fui a terra e emquanto estava ajustando hũa barca para hir a bordo e descarregar algũa couza nela, afim de aliviar a embarcação, me vierão dizer estava ja livre do baixo, depois de abater-se a agoada que vinha no conves e botar-se a lancha fora; tornei outra vez para bordo e demos fundo defronte de hũa fragata ingleza de 36, que esperava pelos navios do Baltico.

Logo que demos fundo fomos o Cappitam e eu à terra a entregar as cartas que traziamos para Mess. Van Deurs e C.^a para nos procurarem pratico para nos acompanhar até Riga, o que elles logo immediatamente fizerão, ficando nesse mesmo dia, não obstante ser Domingo, promptos para seguir viagem, o que fizemos no dia seguinte às 2 da tarde com vento Norueste e Piloto del Rey para passarmos as boyas de Copenhagem. Às 4 estavamos com a Ilha de Wun, às 5 e 1/2 com as boyas, de que ficamos desembaraçados as 8 e 3/4, e o piloto delas em a Ilha de Drako. Passamos 3 legoas distante de Copenhagem, avistando-se oito grandes torres, que mostrvão ser no interior da cidade, sinco náos e dez fragatas de guerra e bastantes navios mercantes:

No dia seguinte avistamos a Ilha de Bornholm e às 7 da noute demorava ao Norueste com 3 legoas de distancia.

No dia 30, e 29 de viagem, avistamos terra da costa de Curland, que não montamos senão no dia seguinte de manhan pelo vento ser escaço, passando às 6 da noute o baixo de Dwalgundes, encontrando a ponte de Domenis. No dia 2 de Julho, e 31 de viagem, pelas 3 e 1/2 da manhan avistamos a terra de Boldera, cituada na foz do rio Dwina, e 3 torres de Riga, e às 8 demos fundo em a mesma costa, adonde costumão ficar os navios que demandão mais agoa do que aquela que tem a entrada da barra do mesmo rio, que este anno erão oito pez. Aquí descarregão e carregão enteiramente os navios grandes, e outros costumão descarregar athe ficar na agoa da barra e depois vão

acabar a sua descarga em Riga, que dista dahi 2 legoas pelo rio acima, atracados a hũa grande e forte ponte de páo que atravessa o mesmo rio, sem aqui poderem ser offendidos de temporaes; porem os que estão na costa, ou por outro nome em a Rode, lhes são necessarias boas amarras e ancoras, por que aqui açoutão os temporaes como no mar largo. O anno passado ali deo à costa hum navio inglez e este anno em o mez de Junho desalvorarão varios outros, sendo o mais offendido delles hũa fragata sueca que para escapar do naufragio lhe foi necessario picar os mastros.

Logo que demos fundo o Capitão e eu fomos a Boldena dar entrada em hũa piquena Alfandega que ali ha, em a qual se maniffesta a carga, mantimentos e sobrecelentes do navio, com a mayor miudeza (sem ser necessario dar outra ves entrada na Alfandega de Riga) depois do que, e de hirmos a Riga entregar cartas e ordens, descarregamos tres barcas de pipas e fruta, para ficar na agoa da barra, que passamos com Piloto dela; porem antes de chegarmos à ponte em hum baixo que fica perto dela adonde descarregamos mais duas barcas e atracando à ponte acabamos de descarregar.

Aqui mesmo carregamos 28 baloens de linho canhamo e o resto carregamos na Rode, adonde estivemos até o dia 16 de Agosto, que principiamos a levar ancora às 5 da manhan, com vento Leste, fazendo caminho de Nordeste quarta de Leste da agulha, e verdadeiro do mundo Nordeste quarta do Norte.

Breve descripção de Riga e seu Comercio

Riga, capital da Livonia, Imperio da Russia, cituada em a latitude do Norte de 57 gr. e 4 metros e longitude de Leste de 25 gr. e 15 metros, sobre hũa grande planice à margem do rio Dwvina distante duas legoas da foz do mesmo rio que se lança em o Mar Baltico. Era cidade ansiatica. Gustavo Adolfo Rey de Suecia a tomou aos polonezes, no reynado de Agosto 2.º, em o anno de 1621; estes intentarão em vão recupera-la em 1622, e sendo depois citiado por Pedro, o Grande, em 1656, foy tãobem constringido a levar o citio; mas depois a tomou em 1710, em o reynado de Carlos 12, com perca de mais de secenta mil homens, concedendo aos cidadãoens honrozias capitulaçoens e privilegios que ainda hoje conservão. He murada em roda e defendida por varios fortes e entrincheiramentos, guarnecidos com 150 canhoens e bombardeiras, cercados com dois foços de agoa com pontes levadissas que se fechão à noute; a sua guarnição actual he 2500 homens, hum General Comandante, e outro de Artilheria, este de nação sueca e aquele irlandez, e dois Regimentos de Cavalaria Auxiliari.

O Governo politico da cidade está emcarregado a dois Ministros. Tem hum Arcebispo, que foy secularizado em 1666, 4 Igrejas Luteranas, 1 Calvenista, 1 Catholica Romana e 4 Russianas ou Gregas Scismaticas.

O seu porto he muito frequentado de navios estrangeiros, o seu comercio he prodigioso, principalmente em linhos canhamos, alcatrão, mastros, amarras, lonas, brins, trigo e senteyo, de cujos efeitos carregarão o anno passado 730 navios para diversos portos da Europa e no anno de 1774 se carregarão 1025.

O genero de mayor utilidade que ali se importa he o sal e com preferencia para a venda o de Setubal e muito milhor quando ali chega em o mes de Mayo de que vão carregados a mayor parte dos navios que vão buscar os efeitos do Paiz; vão tãobem muitos carregados com vinhos e agoardentes de França, Espanha e Danzick, e das manufacturas de Hamburgo, Holanda e de Inglaterra, de que se paga de direitos na Alfandega de Riga 12 por cento pouco mais ou menos.

Os negociantes aqui estabalecidos são inglezes, holandezes, suecos, dinamarquezes e alemaens, a mayor parte, e sendo estes protestantes ou luteranos logrão mais alguns privilegios.

quasi nos carregou tal tormenta com vento.
Ossudueste, q' nos obrigou a alisar a Sal-
mouth, adonde estivemos doze dias até'o
dia 28, em q' nos fiximos á vela com vento
Nor-Nordeste; e em 4 de Novembro ás 6
horas da manhã avistamos Lianna,
e ás 10 abarrado Porto, q' entramos no
dia sig' com 8 dias de viagem desde a
Saída de Riga á entrada de este Porto

Niquel Stano

Este anno não forão àquele porto senão dois navios portuguezes, dos quais hũ he a presente polaca, e outro a fragata de Hermano Cremer Van Zeller, de Lisboa, por nome Nossa Senhora da Arrabida e S. Francisco Xavier, de que he Capitão Francisco Antonio Gomes, carregada com mil moyos de sal que vendeo Mess.^r Blanckenhgen e Comp.^a, seu consignatario a 32 dolors de Holanda por lastro, advertindo que 4 moyos de Lisboa fazem 1 lastro, de que se paga de direitos na Alfandega de Riga 5 dolors e 57 1/2 groxas, igual a 4\$600.

Extracto dos preços por que se vendem os generos abaixo

Generos	Preços	Direitos
Vinho branco e vinho tinto	de 45 a 50 dolors por pipa	13 dolors por pipa
Agoardente	50 dolors por pipa	11 1/4 dolors por pipa
Azeite	Vendese a pezo, porem vem sahir o almude a 5 1/4 dolors	11 por 100 do preço corrente
Sal de Lisboa	32 dolors por lastro	5 dolors e 57 groxas
Cafe	5 £ por 1 dolor	25 por cento
Assucar	4 £ the 5 por 1 dolor	12 por 100
Arros	6 1/2 dolor por 100... [?]	

Em o dia 16 de Agosto principiamos a levar ancora, como acima fica dito, às 5 da manhã, com vento Leste, fazendo caminho na agulha de Nordeste quarta de Leste, e verdadeiro do mundo Nordeste quarta do Norte, vindo avistando as mesmas Ilhas e terras que na hida para la, sendo a de Copenhagen às 2 da tarde do dia 21, recebendo às 6 o Piloto del Rey, que largamos às 8 1/2, depois de passarmos as boyas, dando fundo em Elsenor no dia seguinte às 9 e 1/2 da manhan e ficando prompts para seguir viagem no mesmo dia, o que so fizemos no dia 31 com vento Oeste; porem fomos obrigados a arribar outra ves por não podermos montar cabo Kullen, vindo a ficar no dia seguinte com Kategata, adonde estivemos bordejando 7 dias, sem podermos montar a ponta. No dia 4 de Outubro, com 50 dias de viagem, avistamos Cabo de Orugal, aqui estivemos athe o dia seguinte que avistamos hum corsario americano, mostrando-nos [no texto: *mantrando-nos*] bandeira ingleza, por nome Pelegrin, do Capitão Joseph Robison; botou o seu bote fora e nele nos mandou hir a seu bordo, deixando ficar no nosso hum Tenente; examinou os papeis e não lhe achando duvida nenhuma deixou-nos recolher outra ves ao nosso bordo, obrigando-nos porem a trazer seis passageiros, a saber, 2 capitaens, hum dos quais tinha sahado deste porto, carregado de linhos e fruta, para Scily, e o segundo vinha da pesca do esparmazete da costa do Brazil, e os outros quatro marinheiros.

Ahi estivemos 8 dias em o fim dos quais nos carregou tal tormenta com vento Oes-Sudueste que nos obrigou a arribar a Falmouth, adonde estivemos doze dias athe o dia 28, em que nos fizemos à vela com vento Nor-Nordeste, e em 4 de Novembro às 6 horas da manhan avistamos Vianna e às 10 a barra do Porto que entramos no dia seguinte com 81 dias de viagem desde a sahida de Riga à entrada deste porto.

Miguel Setáro

DOCUMENTO 3

Reflexoens sobre o Comercio da Russia *

A experiencia tem mostrado que o comercio da Russia tem sido de summa utilidade às nasçoens do Meyo dia da Europa. A Hespanha se não tem arrependido athé agora de ter posto em execução hũ plano de comercio direito entre a sua Nasção e aquele Imperio. Todo o Mundo instruido sabe o prodigiozo comercio que os Francezes fazem para a Russia. Eramos noz só os Portuguezes que não conheciamos aquelle cannal para extrahirmos por elle as nossas mercadorias e pruduçoens. Os Holandezes e mais Nasçoens do Norte, conhecendo-o melhor que nós, se tinham apoderado delle e tiravão para si todas as utilidades de que a nossa timida cegueira nos privava. Mas devia chegar hũ tempo em que mais instruhidos dos nossos proprios intereces cuidassemos em nos atrebuir aquellas utilidades que tinhamos abandonado às outras Nasçoens comerciantes e que seguicemos o exemplo daquellas que principiavão a colher o fruto das suas especulaçoens. Este tempo estava destinado para ser aquelle que procurace à Illuminadissima Junta da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro a gloria de fazer grandes entreprezas, e de mostrar hũ novo zello pello bem da Patria, e tanto mayor quanto elle hé só o que faz os grandes Imperios ricos e florescentes.

O dezejo de ver augmentado cada vez mais o nosso comercio, baze a mais principal do Poder de hum Estado, e o gosto com que vi e vejo partir para Petersburgo os meus compatriotas, que vencendo todos os prejuizos de que vivião illudidos vão buscar o capital do mais grande Imperio que ha na Terra e conduzir-lhe as produçoens do clima feliz de Portugal, me fáz escrever algumas reflexoens sobre o comercio direito entre o nosso Reino e este Paiz, as quaes suposto que não são bastantemente profundas, visto o pouco tempo que tive de rezidencia naquella Corte, podem contudo ao menos servir de principios para sobre elles se poderem formar mais solidos juizos. Feliz eu serei se entre algumas coizas que aqui escrevo se achar alguma que seja util, e ainda mais feliz se estas minhas reflexoens servirem de Luz a todos os que quizerem intentar novas intreprizas nesta vasta carreira mercantil.

* Biblioteca do Ateneu Comercial do Porto. Reservados. *Colecção de raridades para a Historia do Porto e da Companhia do Alto Douro, tom. 4, f. 212-218vs.* Nota aposta no início do documento, à margem, com caligrafia diferente à do restante texto: «Esta obra hé de Domingos Gonçalves Caldas natural e morador em Vila Nova de Gaya, que havia hido por Aulista no navio S. Lourenço desta Companhia a S. Petersbourg com o Capittam Baltazar Felix no anno de 1780, e por arribar a Ostend entrou neste porto em 1781. Dedicou-a à Junta com carta que foi recebida em 31 de Julho de 1781. A resposta acha-se no Copiador de varias a ff. 238 v.».

Esta obra he de Dom. Reflexões sobre o Comercio da Russia.

por Goncalves Caldas natural emporador em Li-

La obra de Gaya, q. he. *Experiencia com mostrado, que o Comercio da*
 via hio por *Russia tem sido de summa utilidade, os Navegans*
 Navio S. Lourenço de *correndo alhe agora, de ter posto em execução*
 ta Comp. a. *hu plano de Com. direito entre asias Naveas e aque-*
 bourg com o *am. Religiozo Com. q. os Franceses fazem p. a Russia). E*
 tinar Felax *na mos na se os Portuguezes, q. não conheciamos a-*
 de 80, e por archera *Mercedarias, e produccoes. Os Holandezes, e*
 tend entrou neste porto *na se tãmpã apoderado delle, e tiravão para si*
 em by 81. *pediam a*
 a Junta com Casta *q. mais instruidos dos nossos proprios interesse,*
 foi occedida em *que tãmpãmos emicos atribuir aquelles utilidades,*
 cullo de by 81. *Arca merciantes, e q. seguim-mos o exemplo daquelle,*
 porta achase no *que principiaão a colher o fruto das suas especia-*
 dor de varias q. *lacozy. Este tempo estava destinado p. ser a*
 2384 *quelle, q. procurave a Iluminatiõna Junta de*
 Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do
 Alto Douro, a gloria de fazer grandes entrepre-
 zas, e de mostrar hu novo zello pelo bem da Pa-
 tria; tanto maior, quanto elle hi-se q. for
 os grandes Imperios ricos, e florecentes.
 O desejo de ver augmentado cada vez mai
 onosso Com. base a mais principal do Poder de
 hum Estado, cogito com q. vi. eujo, partir p. a
 Petersburgo ofrucus Comptancia, q. voncerdo
 todos os prejuizos de q. viviaõs illudidos, vã
 buscar o capital do mais lo Imperio q. ha
 na Terra, e condoriz-tha as produccoes, e
 felax de Portugal, me faz escrever alguns

O commercio da Russia pode-se olhar como de summa importancia para Portugal e sobre dous pontos de vista differentes. O primeiro, enquanto nos procura hua nova exportação aos nossos generos. O sigundo, emquanto nos facelita os meynos de exportarmos as produçoens daquelle Imperio directamente aos nossos portos, producsoens que nos são indispensaveis. Estes dous differentes pontos de vista vão dar ao fim commum de hũ commercio de commutação que hé o mais util que conhecem as Nacoens commerciantes.

Hua Nasção que tem Marinha de Guerra e hua Marinha Mercante não pode dispensar-se de procurar ter hũ commercio com todas as Nascoens do Norte. O clima dá a estas Nascoens as producsoens necessarias para a construcção e preparo dos navios, producsoens que a doçura do ar que respiramos em Portugal nos nega absolutamente. Esta neccidade e esta dependencia nos deve despertar para procurarmos estabelecer hua correspondencia solida naquelle Imperio do qual tiramos Generos que nos são quazi da primeira neccidade. As produçoens de Portugal que pode introduzir na Russia (se exceptuarmos o Vinho) são mais de luxo que de pura neccidade; assim parece que nos somos neccitados a fazer este commercio. Os meynos de o fazer menos onerozo deve ser todo o objecto das nossas especulaçoens.

O ferro, o canhamo, o linho, os mastos, lonas para vellas e as enxarcias são generos de summa importancia para Portugal e que os Holandezes transportavão nos seus navios para os portos deste Reino. Ninguém pode dovidar que estes generos transportados nos nossos navios nos deixarão mais lucro. Os fretes ficarão entre nós, as mercadorias serão talvez melhores e compradas por preços mais baratos, os marinheiros se formão ao conhecimento de todos os mares da Europa. De tudo isto não pode rezultar mais do que a decadencia da cabotage estrangeira e hũ augmento da abundancia Nacional.

O commercio da Russia fazendo-se muito differentemente do que se não faz entre as outras Nascoens da Europa requer que os negociantes Portuguezes que intentarem fazer este commercio, procurem ter ali Conrespondentes de grande confiança para executarem as ordens que reseberem de Portugal, ajustarem as mercadorias e examinarem actentamente que nas compras não haja fraude ou dolo, que he frequente em hua Nasção que ignora ainda a booa fé que deve substistir entre os contractos mercantiz. Todos os dias a experiencia faz ver que os Russos são capazes de enganarem, e quando se não tem hũ conhecimento mais perfeito do character da Nasção estes enganos são por assim dizer infalveis. Hũa Caza que a Hespanha ali estabeleceo há annos passou por esta triste experiencia; e qualquer outra que for de hũ outro Paiz sofrerá o mesmo inconveniente.

A mayor parte dos negociantes que há em Petersburgo são Inglezes ou Alemaens. Estas duas Nascoens oppostas pellos intereces da conveniencia e pellos estimulos da inveja vivem quazi em hua guerra declarada. Os Inglezes, mais fortes em cabaedae e mais intrepidos nas especulascoens do commercio, fazem hu negocio immenso. Os Alemaens, sem fundos e sem concideração, apenas se restringem a hũ commercio de commição, mais seguro para elles mas menos concideravel para a Nasção que o faz.

Desta dezigualdade de intereces e de cituascoens rezulta que os Allemaens se lemitão a comprar e a vender por conta de seus constetuintes e os Inglezes se estendem a intentar emprezas e especulaçoens por sua propria conta. A connexão que os Inglezes devem ter com os negociantes nacionaes e os conhecimentos locaes que esta connexão lhes deve procurar parece clara pello modo diverso que tem de fazerem o seu negocio.

Daqui se vê que a relação que devia haver entre os Portuguezes e os Inglezes estabelecidos na Russia devia ser mais intima do que a que se podia estabelecer com os negociantes Alemaens. A experiencia faria ver que emquanto não ouvece caza de

negocio Portugueza em Petersburgo esta intimidade com os Inglezes não nos seria mais dezavantajosa do que nos seria util a comrespondencia com os Alemaens. Os Inglezes ligados com os negociantes Russos pella immencidade do seu comercio estão mais nas circunstancias de estenderem o de Portugal, mandando anticipadas ordens a este Reino para as remesas das nossas producsoens; ao mesmo tempo que os Alemaens apenas podem vender estas mesmas producsoens, quando chegão, não somente a credito, mas este credito a termos dilatados.

Talvez que alguns suponhão que metendo-se o comercio de Portugal nas maons dos Inglezes, que passão em toda a Europa por declarados inimigos das utilidades estrangeiras, elles se poderião oppor a que o nosso negocio se estabelecese naquelle Imperio, afim que nos tempos seguintes elle não fizece enfraquecer o seu comercio. A isto respondo que esta opposição se deve conciderar muito remota ou como nunca subsistente. Primeiramente, porque os Inglezes nam tem nem vinhos nem frutos que possão introduzir na Russia; o ciume seria por estes dous ramos de comercio sem fundamento. Em segundo lugar, não hé de presumir que os outros generos de mercadorias que podemos mandar de Portugal por especulação fassão perder a estimacão às mercadorias inglezas, muitas das quaes tem chegado ao ultimo grão de perfeição. Daqui podemos concluir que os Inglezes não se opporão jamais ao comercio de Portugal na Russia e que servirão melhor que os Alemaens aos negociantes Portuguezes.

Prova-se o espirito de rivalidade (de que de algũ modo fuy testemunha) que ha em Petersburgo entre as duas Nascoens a s^a [?] com o navio Senhor Mathozinhos, do qual a carga foy concignada a Bagge e o navio a Ware. Estas duas diferentes concignacoens, indo a duas Cazas oppostas pellos proprios intereces, forão origem de mil disputas entre os ditos dous negociantes, o que não faz mais do que embarasar os Cappitaens e com tanta mais razão que elles não sabem lingua algũa para poderem rezolver quaesquer difficuldades, cujas podem algua vez produzir effeitos dezavantajozos ao comercio que se pertende estabelecer.

Este cazo merece algua actensão, para que em Portugal os Negociantes que carregão para a Russia, tomem as suas medidas justas para obviar qualquer deficuldade que os Cappitaens ali possão encontrar.

Não havendo naquella Corte quem pudesse conciliar qualquer disputa mercantil, a que o nosso negocio pode dar lugar, he de summa importancia que os carregadores deste Reino mandem as coizas com tal clareza que não dem ocasião para disputas, como acontece entre os dous mencionados negociantes, não somente sobre quem devia ou não regular os fretes, em virtude das deferentes concignacoens que havião do navio e da sua carregação, mas taobem sobre quem devia carregar primeiro os generos de que tinham resebido as ordens; e isto não faz mais do que demorar a carregação do navio, que he hũ prejuico concideravel no commercio.

Tudo isto faz ver a urgente neccidade que o negocio de Portugal tinha de hua Caza de Comercio Portugueza em Petersburgo. A Hespanha quando comesou o seu comercio com a Russia foy o primeiro passo que deu. A Caza de Millans e C.^a de Barcelona teve a gloria de fundar ali o seu credito e de estabelecer o seu nome naquelle Imperio. O Menisterio de Madrid approvou muito esta rezolução; tem-na patrocinado thé agora; e para animar a sua concervação, Collombi, compr.^o [?] de Millans, que rezide em Petersburgo, fornece os Armazens Reaes Hespanhoens, pertencentes à repartição de Ferrol. E sigundo as intencoens do Conde de Florida Blanca, Ministro de Hespanha, logo que a páz de concluir, todos os provimentos para os Armazens da Hespanha, serão dados a Collombi. Ex aqui hũ exemplo do modo porque a Hespanha augmenta o seu comercio nacional por toda a parte, preferindo os seus compatriotas aos

estrangeiros, para lhes procurar as utilidades, que nos fazemos cahir nas maons das outras Naçoens que são corretores deste comercio. Os navios vindos de Portugal para os portos da Russia, não podendo fazer mais do que hua só viagem no anno, parecia-me que devião sahir dos portos deste Reino em hũ tempo em que chegando aos Mares do Norte não achassem os inconvenientes dos frios que reinão naquelles climas. Elles são tanto mais insoportaveis aos marinheiros portuguezes que estando costumados a navegar em mares cituados em climas mais annalogos à constituição dos habitantes de Portugal vem geralmente mal vestidos, de modo que o frio os penetra athe o ponto de não poderem servir nas funsoens das manobras dos navios. Deste sentimento (alem de outros) era o Cappitao Vianna, Cappitao do Navio Correyo de Lisboa, o qual chegou a Petersburgo a tempo de passar ainda pellas inclemencias de hua estação cruel, e pellos seus sentimentos comprehendí, que elle estava averso áquella navegação. Faley tãobem a alguns marinheiros portuguezes que me disserão não tornavão outra vez a Petersburgo, ainda que lhe pagassem dobrado. He digno isto de reflexão. Estes homens vão e vem a Portugal, contão todas estas incomodidades e derramão no espirito dos marinheiros portuguezes hua aversão pella navegação do Baltico, que pode vir hũ dia a fazer prejuizo, não só fazendo deficultosas de se acharem as tripulacoens para os navios que devem hir a Petersburgo, mas de pagarem ordenados mais avultados aos marinheiros, à proporção que estes medem os ordemnados que pedem pellos incomados que sofrem e que a narração dos que sali vem lhes sabe exagerar. Os que chegarem a Chronstad por todo o Junho não terão motivo de fazer estas exagerasoens. No principio em que se estabelece hũ comercio entre climas tão oppostos não se deve pertender hua certa actevidade na navegação. He percizo costumar primeiramente a imaginação a ver objectos tão differentes, para que a natureza se fameliarize ao dipois com elles.

Os negociantes portuguezes que carregarem para a Russia em navios proprios ou de propriedade alheya devem ter hũ grande cuidado em especeficar nas cartas de fretamento dos navios todas as condiçoens com clareza. Isto he muito necessario em hũ Paiz onde não há uzos nem estilos proprios e onde os Portuguezes não fazem mais que comesar o seu comercio. Estas clarezas podem remover todas as deficultades ou duvidas que se possão suscitar. No anno passado de 1780 se vio hũ exemplo disto. O navio Senhor de Mathozinhos (como qualquer outro de grande lote), que não pode hir a Petersburgo, ficou em Chronstad onde, como he costume, descarregou a sua carga em grandes barcas ou galeotas para a Alfandega de Petersburgo, e Bagge a quem vinha concignada a dita carga se sentio embarasadissimo (como confessou) por não saber por conta de quem devia fazer a despeza do frete das dittas barcas ou galeotas. Parece que elle se queria conformar ao costume dos Hollandezes e Suecos que hé de fazer esta despeza por conta dos donnos dos navios. Entre os Inglezes porem faz por conta dos domnos das carregacoens; estas couzas estabelecidas em Portugal e especeficadas na carta de fretamento não deixão lugar à menor duvida.

Para que as especulasoens do comercio que os Portuguezes fizessem para a Russia tenham hum successo vantajozo, fas-ce necesario que elles tenham hũ grande conhecimento dos generos que naquelle Paiz podem ter hua sahida prompta e sem perda. Alem destes generos há outros diferentes, que são effeitos das nossas manufacturas, os quaes mandados por especulação poderião vir a sahir no gosto dos Russianos e pello tempo adiante augmentarem por meyo desta extracsão as nossas Fábricas. He com hũ zello bem louvavel de ampliar o comercio de Portugal que a Junta da Companhia Geral da Agricultura do Alto Douro começa a fazer alguns ensayos para conhecer o gosto dos russianos. Estas tentativas são expostas a perdas quazi inevitaveis, mas sem ellas não se podem empreiender grandes especulaçoens mercantis e o comercio não alarga os seus lemites sem se arriscar às contingencias da ventura, o qual de outra sorte he sempre

circum-lemitado em hũ pequeno circulo. Sobre estas duas especies de mercadorias, isto hé, aquellas que podem fazer o fundamento de hũ commercio subsistente entre a Russia e Portugal, e as outras, que os Portuguezes só podem mandar por especulação, farey aqui particulares reflexoens.

O primeiro e mais concideravel ramo de commercio e que deve fazer o fundamento do que se pertende estabelecer entre a Russia e Portugal he o vinho. Não há genero que possa deixar mais lucro aos negociantes portuguezes que querem commerciar com a Russia. Este Paiz vasto e immenso faz hũ grande consumo desta bebida e por conseguinte a extração do que se manda de Portugal he quazi como infalivel. A natureza do clima e a inclinação que os habitantes da Russia tem por todas as bebidas que fermentão faz sempre este negocio concistente. Os Francezes estavam na posse de proverem esta Nação dos seus vinhos e quazi que era para elles este negocio exclusivo. Elles souberão fazer valer tanto os seus vinhos que não obstante ser geral na Russia o gosto pellas bebidas fortes fizeram que os Russianos dessem a preferencia dos seus vinhos de Bordeaux aos de Hespanha e de Portugal. Este gosto he inda hoje dominante e os vinhos ligeiros são aly os mais estimados. Depois que os Hespanhoes estabelecerão hũ commercio direito na Russia cuidarão logo em introduzir os seus vinhos e com tão bom successo que a mim me segouro Collomby, negociante catalão, ja mais tinha perdido neste genero. O successo que tem tido todas as carregaçoes de vinhos que tem hido de Portugal nos deve fazer olhar este artigo como o mais ecencial da nossa exportação.

Mas se pello tempo adiante o nosso commercio com a Russia se estender de modo que em Portugal haja muitos negociantes que queirão carregar para os portos da Russia eu reseyo encontrem muita deficuldade na extração dos seus vinhos. O anno passado me disse Cramper, negociante inglez residente em Petersburgo, que no anno antecedente resebera hua carregação de Lisboa, por conta de Joze Alvares da Luz, e que por haver no ditto anno mayor quantidade de vinhos, lhe tinha custado a achar compradores aos seus, os quaes por isso vendera a credito de 8, 10 e 12 mezes.

Para que os vinhos de Portugal tivessem a primeira reputação na Russia seria percizo fazer cahir o credito em que estão ainda hoje naquelle Imperio os de França. Para conceguir este fim não ha segundo me parece outro meyo senão o de mandar de Portugal vinhos que não sejam fortes e com grandes misturas d'agua ardente. Deste modo, eu estou persuadido que nos tirariamos este ramo de commercio aos Francezes. Os nossos vinhos, podendo vender-se mais baratos que os de França, em razão da differença dos direitos, não encontrando obstaculo no gosto dos Russianos, virião em pouco tempo a ter a preferencia. Para que os negociantes portuguezes sejam convencidos de que os vinhos de Portugal podem passar ao Norte e mesmo à Russia bem concervados, ainda sem a mistura d'argua ardente, hé hua demonstração evidente a experiencia.

A Companhia Geral mandou (entre outras amostras de vinhos no anno de 79) ao Ministro de Sua Magestade o Excelentissimo Cavaleiro d'Horta dous pequenos barriz de vinho branco e tinto, sem agua ardente, e thé finalmente hũ de vinho verde, produzido nas vezinhanças do Porto, etc. Este vinho chegou todo delecioso e todas as pessoas que o tem gostado o tem achado excelente. Elle inda se concerva puro e sãom, sem ter enfraquecido, porque provando-o em duas differentes ocazioens e observando-o impertinentemente o achey..... [sic]. Ex aqui hũ exemplo que faz destruir todos os prejuizos com que nos abuzamos em Portugal de que os vinhos se não podem concervar sem a mistura d'agua ardente. Os vinhos desta qualidade, torno a dizer, serão ali os mais estimados e nos procurarão concideraveis ventagens, não somente à Junta da Companhia e aos negociantes em particular, mas todo o commercio em geral, procurando-nos este

ramo de comercio hũ meyo seguro de poder soldar em nossa ventagem a balança do comercio que directamente fizermos com a Russia.

Os vinhos brancos são aly mais estimados que os vermelhos ou tintos. Ordinariamente aquelles se vendem mais caros do que estes de 15 a 18 e muitas vezes 20 rublos a pipa, vendendo-se ordinariamente o vinho branco de 90, 95 a 100 rublos e o tinto de 70, 75 a 80 rublos por pipa. Parese-me que os vinhos de Monção, Annadia e..... [sic], que não são fortes, poderião ali ter boma sahida.

Os frutos verdes de laranja e limão offerecem em Portugal hũ objecto ecencial de comercio para os Paizes do Norte, mas elle em si mesmo he muito arriscado para a Russia. Quazi todos os que carregarão em Portugal destes frutos para Petersburgo perderão concideravelmente. Eu faley com alguns estrangeiros que fizeram esta especulação e que se mostrarão arrependidos de a empreenderem, mas este negocio feito com algua circonspecção não pode ser infeliz.

O sal pode fazer hũ artigo ecencial do nosso comercio de Portugal para a Russia (suposto que aquelle Imperio tem bastante sal de minas e de lagos). Este genero de Portugal por ser o melhor hé aly summamente necesario para as salgas que se costumão fazer naquelle Paiz para que o nosso sal hé excelente.

A entrada porem deste genero não he permitida senão nos Portos de Riga, Narva, Wibourg e Fridrischamin, que pertencem às provincias que ali chamão Conquistadas. Em Petersburgo he defendido, suposto que os Armazens Imperiaes se provem deste genero para as suas salgas, mas dos portos asima mencionados. Os Suecos são os que ordinariamente carregão deste genero em Setuval para o transportarem a estes portos. Parece que seria hua boma especulação se os nossos negociantes carregarem deste genero para Riga, onde elle se vende muito bem, e em retorno nos poderião trazer generos de bastante conveniencia. A ocazião de fazer este comercio com mais successo he tanto mais oportuna que os Polonezes que provião estas Provincias do seu sal tem feito agora nelle hũ monopolio.

As aguas ardentes de Portugal podem fazer na Russia hua grande conveniencia à Junta da Companhia, mas sobre esta materia he percizo fazer algua reflexão. A agua ardente na Russia he hũ monopolio da Coroa que arrenda este Contrato por hũ presso exorbitante aos contratadores. Este genero hé de hua extração immensa e não he permitido vender as dittas aguas ardentes senão aos contratadores, mas no cazo que se procurace meyo de reseber ordens do contratador para fazer hir de Portugal este genero sertamente que isto poderia fazer pello tempo adiante hũ grande prejuizo às aguas ardentes de França, de onde os contratadores annualmente tirão de 8 a 10.000 almudes. Este comercio porem se deve fazer com a mayor precaução e segurança da parte dos Commisarios de quem se reseberem estas ordens; de outra maneira, o risco da perda he evidente, pois que estes contratadores, que são negociantes russos, são pella mayor parte pouco verdadeiros e sem fé.

Hum dos artigos mais importantes para o nosso comercio da Russia he tãobem o asucar do nosso Brazil, mas athe o presente os Francezes tem vencido neste genero superioridade na concorrencia com as mais Nacsoens. Quazi todo o asucar que se trabalha nas refinarias da Russia he da Martenica e de S. Domingos. Para noz neste genero procurarmos algua ventagem e os negociantes serem seguros de hua boma venda, seria percizo que o nosso asucar se trabalhase no Brazil melhor, que fosse mais branco e menos humido. Estas máz qualidades degradão o nosso asucar bruto e emquanto for assim não poderá sustentar nunca a concorrencia com o de França; por esta razão parecia-me que os negociantes que quizesem carregar algũ asucar para lhe darem reputação e lhe procurarem sahida vantajosa o mandassem em barricas, bem seco, bem acondicionado e do mais branco. O asucar vem ordinariamente do Brazil em

caixas, que ali não gostão ver, assim como grandes pipas de vinho. Quando se principia hũ Comercio com hua Nação he percizo não so consultar a propria conveniencia, mas tãobem o gosto da Nação com quem se pertende commerciar.

Estes são os artigos principaes que me parece devem fazer a baze das carregaõens dos nossos negociantes. Eu passo agora a dizer alguma coiza sobre os artigos que podem ser de hua simples especulação.

Entre estes, os atanados de Portugal parese-me que poderião fazer conta aos negociantes portuguezes. Geralmente as fabricas da Russia de atanados trabalhão muito mal. Os Inglezes introduzem quantidade deste genero na Russia; suposto que os nossos atanados são de hua qualidade inferior aos de Inglaterra, contudo não deixarão de ter boma sahida, com tanta mayor razão que os mesmos Russos fazem hua grande consumação destes generos, pois que pellas continuadas neves uzão concideravelmente destas sollas nas bottas e sapatos, e para si preferem sempre os atanados estrangeiros, aos nacionaes.

Os baetoes da Covilhã, seragoças d'alem Tejo e os jardos podem pello tempo adiante fazer alguma conta, havendo particular cuidado nestes generos com as qualidades e cores, em ordem a merecer o agrado daquela Nação. O cetim, tafetáz, nobrezas e outras semelhantes cedas das nossas fabricas, tendo igual respeito as cores que geralmente uzão, devem excitar a especulação dos nossos negociantes.

Os frutos secos, como ameixas, peras, pecegos e cerejas hão de ter sempre sahida na Russia e segundo me parece não podem cauzar perda. Estes generos, assim como passas, figos, etc., que não são eccenciães para fundamentar o comercio, não deixarão de o animar, variando com elles as producsoens de Portugal, donde se não devem tirar senão as que não cauzem prejuizo aos que emprenderem este comercio que melhor pode calcular-se pella tarifa dos direitos da Alfandega de Petersburgo; assim nóz poderemos unir neste aquella vantagem que, todo o Mundo instruhido no comercio da Russia conhece, tem os Inglezes pello seu Tratado de Comercio com aquelle Imperio, o qual entre outros privilegios he bem notavel o de pagarem os direitos de importação em moeda do Paiz, ao mesmo tempo que as outras Naçoens os pagão em Birdalers, que na cuitação do cambio em Setembro passado fazia a diferença de quazi 6 por 100 que he actendivel.

O contrario disto parece ser hua maxima errada, pois que mandando outros efeitos de Portugal que ali não podem ter sahida ventajosa, não só pella concorrência de outras Nacoens que mandão outra melhor qualidade dos mesmos efeitos, ou pella abundancia delles que os faz valer preços mais baratos, rezulta disto que os nossos negociantes mandando todos os generos de efeitos do nosso Paiz se expoem a grandes perdas, o que não faz mais do que dezanima-los do comercio do Norte e infundir-lhes hũ espirito de desconfiança em todas as expeculaçoens que poderião fazer dos generos mais ecenciães e mais ventajosos ao commercio de Portugal com a Russia.

O JORNAL DE NOTÍCIAS E A REVOLTA DE 31 DE JANEIRO DE 1891

por **Fernando de Sousa**

1. Introdução

Na madrugada de 31 de Janeiro de 1891, algumas unidades militares do Porto revoltaram-se com o objectivo de derrubar a Monarquia e proclamar a República, acontecimento que acabou por ter profundas repercussões na evolução da vida política portuguesa e que permanece bem viva na memória colectiva da nossa cidade.

Como é que o *Jornal de Notícias* relatou e analisou este facto?

Antes de respondermos a esta questão importa saber o que era, ao tempo, o próprio *Jornal de Notícias*.

2. O Jornal de Notícias em 1890-1891

Quando a revolta de 31 de Janeiro eclodiu, o *Jornal de Notícias* contava pouco mais de dois anos de existência. Com efeito, este quotidiano fundou-se em 1888, por iniciativa de algumas figuras do Partido Regenerador, entre as quais se contavam os irmãos Arroio, Manuel Vaz de Miranda e Aníbal da Costa Morais.

O *Jornal de Notícias* combatia assim, como ele próprio afirma, «nas fileiras do partido regenerador», uma vez que entendia ser aquele agrupamento partidário o mais patriótico e isento na gestão dos negócios do Estado e na administração pública.

Quer isto dizer que este periódico era tão só um órgão político, representante de uma das forças partidárias mais importantes da Nação?

De modo algum. O recém-criado matutino afirma-se, sobretudo, como um jornal preponderantemente noticioso, colocando-se, desde a sua origem, ao nível dos melhores quotidianos da cidade no plano da informação nacional e internacional.

O Jornal de Notícias é ainda um periódico que se propõe defender «os interesses e as regalias populares sempre que hajam sido ofendidos». Trilhando a estrada do amor pátrio, repelindo a desonestidade e a corrupção da «atmosfera política nacional» o *Jornal de Notícias* declara estar ao lado do povo.

Desde as suas origens, este jornal de quatro páginas e de grande formato (42cm x 60cm) como todos os grandes diários da época, ao preço de 10 réis, e com uma tiragem de 16 000 exemplares em 1981 (começara em 1888 com 7 500 exemplares) procurou conciliar, e indubitavelmente com êxito, as suas obrigações de natureza partidária com a sua vocação eminentemente popular.

Quando se deu a revolta de 31 de Janeiro de 1891, o *Jornal de Notícias* assume-se, pois, como um periódico monárquico, em última análise, um jornal que defendia o Partido Progressista, que nessa altura se encontrava na oposição¹.

3. Antecedentes da revolta

Um jornal particularmente atento à difícil conjuntura política que Portugal atravessava, na sequência do *Ultimatum*, isto é, da exigência inglesa de abandonarmos os territórios compreendidos entre Angola e Moçambique, cartografados no célebre *mapa cor-de-rosa*, e que, em 1890, pôs fim ao sonho da construção em África de um vasto império lusíada, do Atlântico ao Índico.

O *Ultimatum* provocou uma importante agitação popular, sobretudo na capital, e levou à criação da *Liga Patriótica do Norte*, no Porto, sob a direcção de Antero de Quental, a qual, porém, depressa se dissolveu.

Na sequência da afronta inglesa, o governo progressista foi obrigado a demitir-se, tendo sido imediatamente substituído por um executivo regenerador chefiado por Serpa Pimentel, e de que fazia parte João Arroio, um dos fundadores e o director do *Jornal de Notícias*.

¹ Fernando de Sousa, *Jornal de Notícias. A memória de um século*, Porto, edição do Jornal de Notícias, 1988.

O periódico logo assumiu uma atitude moderada quanto às manifestações públicas contra a Inglaterra, demasiado numerosas, segundo ele próprio declara. É certo que regista os protestos e as manifestações públicas contra a afronta britânica e declara ser incontestável que se o partido progressista se conservasse no poder, «nós estaríamos agora sendo propriedade da Inglaterra».

Mas louva a Associação Comercial do Porto que, face aos acontecimentos, reagiu com prudência... e tardiamente, aliás, como a própria cidade, surpreendida entre a humilhação do insulto e os interesses económicos dependentes do mercado inglês, a começar pelo vinho do Porto, que convinha acautelar.

Em Março desse mesmo ano eleva a sua tiragem de 12 500 para 16 000 exemplares, a fim de apoiar os regeneradores, em especial, João Marcelino Arroio, durante a campanha das eleições legislativas, cuja vitória celebrou ruidosamente.

E, logo de seguida, procura demonstrar a inutilidade da agitação suscitada pelos republicanos e progressistas, em ordem a insurreccionar o País, uma vez que a nação, perante o *Ultimatum*, continuava a manter uma atitude «fria, digna e independente».

Perante a demissão do governo que ocorre em Outubro de 1890, o *Jornal de Notícias* vai responsabilizar única e exclusivamente a oposição por tal facto e prevê lucidamente o drama que se segue.

Tornava-se necessário — recomendava o matutino portuense —, acautelar o País, uma vez que o Partido Republicano Português insultava tudo e todos a esmo, conspirava abertamente contra a segurança do Estado e sonhava com o Iberismo. Os republicanos tinham ensinado uma «malandragem de criminosos e larápios» a dar gritos contra a Monarquia, a atacar as estações da polícia, a saquear os estabelecimentos comerciais, gerando o pânico e a anarquia. Se os progressistas atacavam o governo, previne o *Jornal de Notícias*, os republicanos atacavam o regime.

De facto assim aconteceu. A 31 de Janeiro de 1891 estalou a revolta que pretendia liquidar a Monarquia.

4. A descrição dos acontecimentos

Mas vejamos como é que o *Jornal de Notícias*, na oportunidade, cobriu os acontecimentos, aos quais dedicou a sua primeira grande reportagem e mesmo um suplemento, também o primeiro que publicou não dedicado a eleições, transcrevendo a notícia da sublevação.

4.1. *«O começo da revolta»*

Anteontem à noite correram insistentemente no Teatro de S. João boatos de que as tropas da guarnição desta cidade se preparavam para sair dos quartéis às primeiras horas da madrugada, premeditando uma revolta militar.

Era impossível apurar-se a origem destes boatos, mas o que é certo é que eles andavam em todas as bocas, preocupando muitas e muitas pessoas, entrando nós nesse número. A nossa desconfiança de que se tratava realmente de alguma coisa grave aumentou ainda mais quando vimos reunidos naquele teatro, conferenciando em voz baixa, os dois comissários de Polícia, o administrador do Bairro Ocidental e o ilustre coronel de Infantaria n.º 18, D. José de Menezes (Cabanellas). Estas autoridades saíram pouco depois daquela casa de espectáculos, e então para nós cessou completamente a dúvida.

No interesse de bem informar os nossos leitores saímos especialmente com o fim de percorrer os diversos quartéis da guarnição, o que fizemos pouco antes das duas horas da madrugada de ontem, sem nada notarmos de anormal naqueles edifícios de onde a breve trecho deveria partir um sério movimento militar, que teve desgraçadas consequências.

Eram duas horas da noite quando principiaram a convergir ao Campo de Santo Ovídio forças dos regimentos de Caçadores 9 e Infantaria 10 e 18 a que vieram juntar-se parte dos esquadrões de cavalaria 6 e guarda fiscal.

Dentro do quartel de Infantaria 18 havia grande alarme. Algumas praças insubordinadas levantavam gritos sediciosos a que correspondiam os militares formados em quadrado a meio do Campo.

Às duas e meia, a Municipal ocupava as embocaduras de todas as ruas que convergem para o Campo de Santo Ovídio. Eram três horas, em virtude de ordem superior, as forças da Municipal retiravam. Então, os revoltosos, criando alento, passaram para as traseiras do quartel. A este tempo o povo acorria de todos os lados. Alguns populares e soldados, por entre grande vozeria, confusão de vivas e morras, arrombaram o portão que dá entrada para o quartel. Com uma força do 10 de Infantaria, destacada da linha, o capitão Leitão, chefe dos revoltosos, entrou na parada do quartel. Encontrou-se com o corajoso comandante do regimento 18, sr. João de Menezes, a quem pediu para aderir ao movimento. Alguns paisanos intervieram em favor do capitão Leitão. Respondeu o sr. Cabanellas que era dever seu manter a disciplina, tendo de conservar-se fiel ao seu juramento de militar. Então, o actor Verdial pediu para que a força retirasse e o deixassem falar em particular com o sr. João de Menezes. A força retirou imediatamente, ficando dentro do quartel o actor Verdial. Não sabemos qual o assunto da conversa havida entre os dois.

Cá fora, a soldadesca insubordinada fazia uma gritaria insurdecadora. Nisto aparece a música do 10 de Infantaria que forma à frente das tropas, executando «A Portuguesa». As cometas tocaram, e as forças puseram-se em marcha, enquanto alguns populares a saudavam e os sinos da Lapa tocavam a rebate.

4.2. *O desfilar das tropas*

Amanhecia. As tropas desfilaro pelo Campo de Santo Ovídio, envolviam-se do clarão rubro da aurora, despontado acima de nuvens densamente cinzentas, a que as casarias da cidade pareciam recostar-se numa sonolência triste. Abriam-se janelas onde apareciam vultos brancos, apavorados. Ao som da «Portuguesa» os regimentos, sob o comando de um capitão, de um tenente e de um alferes, marchavam com imponência

guerreira, mais parecida com a retirada triunfante de uma batalha do que com o avançamento para a luta. Às portas, às janelas, às esquinas das ruas, apareciam caras extremonhadas, de olhos pasmados, como que interrogando os militares sobre o que se estava passando. Os gritos, os vivas repetidos, confusos, ilucidavam-nos sobre o movimento.

As forças compunham-se de 110 praças de caçadores 9, e o subalerno Malheiro, que os acompanhou desde a cadeia, onde estava de guarda, 80 de Infantaria 10 com um subalerno e o capitão Leitão, e quarenta e tantas de Infantaria 18, uma força de Cavalaria e uma companhia de Infantaria da Guarda Fiscal em força de cento e tantas praças, e um destacamento de Cavalaria 6 de vinte e tantas praças. Reuniram-se na Praça de D. Pedro, formando Infantaria 10 em frente dos Paços do Concelho e as restantes dos lados.

4.3. *A proclamação da República*

Um grupo de republicanos, aproveitando o momento, atravessou por entre a multidão de curiosos, soltando vivas. Saudou o Exército e invadiu o edifício da Câmara, cuja entrada ficou guardada por uma força de Infantaria. Subiu ao salão de espera, o grupo republicano, em que figuravam os dr. Alves da Veiga, Santos Cardoso, actor Miguel Verdeal, Felisardo de Lima, Pinto Canedo, Dionísio Ferreira dos Santos Silva e outros. Apareceram às varandas do edifício, sendo acolhidos com palmas pela soldadesca.

O sr. Alves da Veiga tomou a palavra, falando por alguns longos minutos. O actor Verdeal anunciou que estava organizado o governo provisório local, tendo como presidente Rodrigues de Freitas, e vice-presidente José Ventura dos Santos Reis. Os restantes eram os srs. Joaquim d'Azevedo Albuquerque, Licínio Pinto Leite, Alves da Veiga e José Maria da Costa e Silva. Sabemos que alguns destes indivíduos não foram consultados.

Seguidamente um troço de soldados acompanhado de populares desceu da Rua de Sá da Bandeira, trazendo uma bandeira vermelha com uma inscrição em caracteres verdes. A bandeira deu entrada nos Paços do Concelho, sendo mostrada da janela pelo dr. Alves da Veiga. Daí a pouco, essa bandeira era içada no mastro que encima a frontaria do edifício.

4.4. *Preparativos de ataque ao Telégrafo e ao Quartel General*

Içada a bandeira, entre os soldados houve um momento de indecisão. Todos queriam saber para onde iriam e o que tinham a fazer, dirigindo perguntas neste sentido aos paisanos. A nós declarou-nos um oficial, que não se entendia com a desordenação em que se achava o movimento, protestando até certo ponto contra a intervenção de alguns indivíduos, arvorados de momento em chefes, e que determinavam cada qual sua coisa.

Falava-se em ir tomar o telégrafo, cortando as linhas e deixando apenas uma para serviço dos revoltosos, porque, constava, o movimento era geral. Já em Coimbra dizia-se que os estudantes, auxiliados por Infantaria 23, tinham interceptado a passagem dos comboios e em Lisboa acrescentava, a causa triunfara.

De repente, constou que a Municipal se achava formada no Largo da Batalha.

Como que se presentiu um certo receio nos soldados em avançar, conquanto alguns apregoassem que a Municipal aderia.

No Regimento de Caçadores 9, que tem à sua frente o alferes Malheiro, a quem os soldados respeitosa e chamavam seu comandante, abre-se um largo sorriso de alegria. É a sua banda que a correr vem postar-se-lhe à frente.

Nisto ouve-se um toque de corneta, as bandas tocam a «Portuguesa» e os revoltosos põem-se em marcha pela ladeira de Santo António. Tomam o centro da rua, dos lados a multidão popular acompanha-os, levantando vivas. A Municipal numa disciplina de ferro, comandada pelo capitão Ávila lá está ao cimo, fazendo frente.

4.5. *A batalha da Rua de Santo António. O terror. Feridos e mortos*

Até meio da rua as tropas desfilam animadas, ouve-se o som das músicas por entre a vozeria ensurdecadora, ninguém presente a luta horrível que vai travar-se.

Éramos dos que caminhávamos ao lado de caçadores 9, não supondo nem de longe, que a curiosidade poria em risco a nossa vida.

Há um recuamento de povo, os regimentos suspendem a marcha, por entre as baionetas, olhando, como através de um nevoeiro prateado, é difícil observar o que se passa ao cimo da rua. Serena o rápido pavor da multidão, a marcha é lenta, hesitante. Do meio do Regimento de Infantaria 10, partem dois tiros imprudentes, que foram, talvez, a causa daquela sangrenta batalha, em que alguns alucinados vieram, quase inconscientemente encontrar a morte — morte tristíssima, que não teve ao menos a glorificá-la um triunfo aparente por parte dos revoltosos sobreviventes.

Aos dois tiros disparados para o ar seguiu-se com intervalo de dois segundos uma descarga sobre a Municipal que retorquiu por sua vez. Então, ao nosso lado, aquela figura elegante e suave de um sorriso bondoso no rosto franco, o alferes Malheiro levantando a espada incitou o «9» com palavras enérgicas. E todos os soldados, tomando o passeio direito da rua, entraram em fogo sob o comando dessa criança alucinada. As balas zumbiam, cruzando-se de lado a lado numa sutileza de ventania cortante, fria, de Inverno. O pavor atingia o máximo extremo.

Os populares, homens, mulheres, rapazitos, agachando-se num instintivo movimento, silenciosos, como quem se sente de surpresa sob as garras da morte e procura furtar-se-lhe, sem valor para encará-la, caíam ao longo dos passeios, uns por sobre os outros, amarfanhando-se, espezinhando-se, rasgando-se, num movimento arrastado à procura das portas abertas, para onde se introduziam de rastos.

Paralisados de terror, só ao ver cair por terra alguns soldados, o infeliz alferes, bem digno de aproveitar a sua coragem numa acção mais valiosa, mais séria e digna, que o tornasse um herói, é que tivemos a compreensão de todo o perigo corrido no meio daquela batalha em forma, de que os nossos olhos conservarão eternamente a impressão horrrosa. Agachamo-nos também e quase de rastos procurámos o abrigo de um portal. Por sobre nós as balas sibilavam arrepiantes, e ouvíamos o estalido nas vidraças e nas ombreiras dos portais. Estivemos por momentos sob o peso esmagante da turba apavorada e sentimo-nos asfixiar! A grande custo, extenuando-nos num esforço que só podem ter os que sentem a grande necessidade de viver, entrámos num portal e sem saber como subimos para uma sala, que encontrámos cheia de gente. Cá fora, o tiroteio continuava aceso. Espreitando pelas vidraças que dão sobre a rua, viam-se soldados debatendo-se em lagos de sangue, num estortor horrorizante. De algumas janelas fazia-se fogo para o alto da rua.

Sobre o lagedo, viam-se abandonadas barretinas, espingardas, farrapos de fardas

e chapéus perfurados. O tiroteio, que principiara às 8 da manhã, durava ainda às 9 e meia.

Tomando as traseiras da casa onde nos refugiámos, vimos nas varandas e janelas das casas próximas homens em cabelo, de aspecto horrorizado, procurando saltar para os quintais. Em algumas casas havia grande acumulação de gente. Em grande risco, conseguimos nós e outros indivíduos descer por uma corda, de um segundo andar para o telhado do corredor que põe o Teatro Príncipe Real em comunicação com as escadas, que dão passagem de Santo António para o Sá da Bandeira. De quando em quando, ouviam-se detonações de revólveres, que nos dizem, partiam de algumas janelas da Rua de Santo António. Muitos dos soldados revoltosos refugiaram-se a meio do combate, e os restantes vieram concentrar-se na Praça de D. Pedro.

4.6. *Na Praça de D. Pedro*

Havia de ser meio-dia aproximado. Ao que parecia estavam decididos a manter o combate, mas vendo-se em número diminuto, entrincheiraram-se nos Paços do Concelho. Veio a Guarda Municipal que sustentou com os revoltosos um tiroteio de mais de uma hora, juntamente com as restantes forças que não aderiram, da Guarda Fiscal e de Infantaria 18. Este último regimento apareceu com a bandeira sob o comando do seu brioso coronel, que antes tinha ido receber ordens ao Quartel General.

A Artilharia, com peças assestadas, formou nos ângulos da Praça, Congregados e Lóios, coberta pelos atiradores de Primeira Companhia da Guarda Municipal.

Quando os revoltosos apareceram à porta a descarregar os últimos cartuchos, a Artilharia varreu-os, causando no edifício os danos que vão descritos noutra lugar.

Os revoltosos entrincheiraram-se de novo no edifício até que, passada meia hora, o sr. Sarmento, tenente-coronel comandante da Municipal, reconhecendo-os desprovidos de munições, resolveu atacar o edifício da Câmara à baioneta calada, arrombando os baixos. A Primeira Companhia atacou pelo lado da Travessa da Fábrica, a terceira pelo lado de Sá da Bandeira, e parte da quarta pela porta principal.

Dentro encontraram apenas armamentos, tendo os revoltosos fugido pelos quintais que dão para a Rua do Laranjal. Na fuga, os guardas fiscais deixaram abandonados oito cavalos. Foi arvorada então a Bandeira Nacional e guardada a republicana pelo sr. comandante de Infantaria 18.

Durante o tiroteio, foram-se entregando 33 praças revoltadas, que depois de desarmadas foram conduzidas ao Quartel General.

Na Rua do Almada houve também tiroteio entre revoltosos e soldados do «18».

4.7. *Depois do combate — aspecto das ruas*

O terror em que esteve toda a cidade durante o tiroteio, rendidos os revoltosos, que atravessavam a cidade debaixo de prisão, converteu-se numa consternação profunda. Em todos os rostos havia um ar dolorido, lutuoso, produzido pelos boatos que corriam, anunciando grande número de mortes.

Os soldados extenuados e cheios de fome, passavam pelas ruas, devorando pães debaixo de forma.

A Rua de Santo António, às 3 horas da tarde, tinha um aspecto desolador. Todos os estabelecimentos encerrados, vidraças despedaçadas, os vidros das montras partidos, os taipais das portas crivados de balas, as ombreiras lascadas, por toda a parte, enfim,

indícios da acção sangrenta de que fora teatro aquela íngreme ladeira. Sobre as lages dos passeios e nos rebates das portas, largas manchas de sangue coalhado»².

5. A objectividade da reportagem

O Quotidiano dá conta dos mortos, 12, e dos feridos, cerca de 40, se bem que durante muito tempo se suspeitasse de que as baixas teriam sido mais numerosas.

Da descrição dos acontecimentos, como se vê, sobressai que, para o *Jornal de Notícias*:

1 — no dia anterior à revolta corriam já boatos de que tropas se preparavam para sair dos quartéis... o que é verdade;

2 — um grupo de republicanos aproveitou-se da situação, «invadiu» o edifício da câmara onde anunciou o fim da Monarquia e anunciou a composição do Governo Provisório Republicano... como se os «civis», não estivessem a par da revolta, e não a tivessem preparado;

3 — a maior parte dos membros que integravam o Governo Provisório não tinha sido consultado para tal... o que corresponde à realidade dos factos;

4 — alguns populares tiveram parte activa no movimento, mas que a população em geral manteve-se expectante... o que está certo;

5 — havia grande indecisão quanto aos objectivos a alcançar pelos revoltosos após a proclamação da República... o que assim foi;

6 — Os primeiros tiros que desencadearam o combate são provenientes dos revoltosos... o que está por provar, uma vez que, segundo outros testemunhos, teria sido a guarda municipal a efectuar a primeira descarga, com ou sem aviso prévio;

7 — os revoltosos após o combate da rua de Santo António recuaram para o edifício da câmara municipal, bombardeado em seguida e por fim abandonado... o que é ainda verdade.

O *Jornal de Notícias* fornece-nos assim uma reportagem objectiva e pormenorizada dos acontecimentos, se bem que tente sugerir que os republicanos civis apareceram apenas à última hora e que o sangrento combate foi iniciado pelos insurrectos.

² Actualizamos a ortografia do jornal e as citações que fazemos do mesmo.

6. A leitura da revolta

Em artigos de fundo e em ligeiros comentários o *Jornal de Notícias* apresenta ainda a sua interpretação da *sublevação militar*. Não se pode rememorar «facto tão contristador tão aterrador», como aquele que a cidade presenciou a 31 de Janeiro. Não se tratou de uma luta política, nem de um motim popular, mas sim de uma sublevação militar com o pânico das descargas, o horror do tiroteio, o espectáculo horrível dos feridos e dos mortos provocados por esta luta fratricida.

O quotidiano considera que o descontentamento provocado entre os sargentos, em virtude de apenas os sargentos aspirantes terem sido promovidos a oficiais, tinha sido a causa da sedição e que os republicanos se tinham aproveitado daquele movimento, retirando-lhe a sua feição exclusivamente militar, e colocando-o ao serviço de interesses políticos revolucionários e subversivos.

A população da cidade manteve-se alheia a quaisquer manifestações de carácter político. Durante a revolta, os operários não faltaram ao trabalho, não abandonaram os seus ofícios, não aplaudiram os insurrectos, afastaram-se do teatro de combate, e recolheram silenciosos a casa, não sendo, pois, de estranhar que não houvesse operários entre os indivíduos pronunciados.

O *Jornal de Notícias* coloca-se ao lado do governo, a quem dá o seu apoio incondicional e dedicado, e aplaude o procedimento enérgico do governador civil do Porto.

A revolta do Porto é um «crime», a bandeira desfraldada no edifício da câmara, «um símbolo de ódio».

Traçando os perfis dos chefes da insurreição, e dos seus principais «cúmplices», considera Santos Cardoso um intriguista de baixo carácter, o capitão Leitão uma vítima de boa fé, um desgraçado, Alves Veiga um orador de comícios, o alferes Malheiro um ambicioso da celebridade, João Chagas um repórter de folhas monárquicas que, de um dia para o outro apareceu a escrever artigos revolucionários, mas que soube manter a dignidade no julgamento que se seguiu, e Miguel Verdial um desequilibrado, um actor de teatro medíocre.

O movimento da revolta do Porto, continua o periódico, não teve o apoio dos republicanos de Lisboa, achando-se deste modo dividido em dois grupos o Partido Republicano, um subordinado às leis, e o outro conjurando na sombra, traiçoeiramente. Mas, posteriormente, senhor de novas informações, o *Jornal de Notícias* esclarece que a insurreição foi alimentada por dinheiros vindos de Lisboa e combinada com elementos republicanos de várias zonas do País. Em qualquer dos casos, os chefes republicanos que então renegavam os processos e intentos dos agitadores

do Porto, mas que sabiam dos preparativos da revolta, seriam os primeiros a aproveitar-se do levantamento se o mesmo tivesse sucesso.

A revolta foi um atentado e uma tragédia. Se triunfasse expor-nos-ia a uma absorção pela Espanha, limitaria o direito de reclamarmos as nossas possessões ultramarinas, e finalmente, desencadearia uma extraordinária crise económica.

Se a evolução ninguém a impedia, conclui a folha, a revolução ninguém a queria.

Na verdade, o Porto não queria uma revolução, nem a mudança do regime.

O ideal republicano, como escreveu João Chagas, não se tinha ainda apoderado da alma popular.

Pouco depois, o *Jornal de Notícias* vai efectuar a cobertura do julgamento dos revoltosos, para o que se viu obrigado a aumentar o pessoal da redacção. Mas isso é já outra história...

O que importa sublinhar neste momento é que o *Jornal de Notícias* embora sendo um periódico monárquico, nos fornece uma descrição objectiva da revolta de 31 de Janeiro de 1891 e que a sua leitura da insurreição, embora crítica, se mostra, apesar de tudo, digna de reflexão.

Tentando compreender os acontecimentos, nunca o *Quotidiano*, ao contrário do que aconteceu com outros jornais, pediu a cabeça dos revoltosos ou revelou um facciosismo estreme.

Pelo contrário, rapidamente o *Jornal de Notícias* passou da crítica à compreensão, reforçando os apelos à clemência para com os responsáveis da sublevação militar de 31 de Janeiro de 1891... a qual, diga-se de passagem, «encerra o ciclo revolucionário do Porto Oitocentista», esgota as potencialidades revolucionárias da capital do Norte³. E o *Jornal de Notícias*, em 1891, entendeu bem essa realidade...

³ Fernando de Sousa, *O Porto e a revolta de 31 de Janeiro*, Porto, Livraria Athena, 1977.

A IGREJA DE JESUS DE SETÚBAL

Por C. A. Ferreira de Almeida

A igreja de Jesus de Setúbal é, reconhecidamente, sobretudo depois dos trabalhos de Reinaldo dos Santos¹, um monumento fundamental na formação e na afirmação da arquitectura manuelina. É, por isso, um ponto essencial para a sua discussão e compreensão, como este estudo pretende evidenciar ainda mais.

Uma referência histórica, de 1498, publicada por Sousa Viterbo² e uma nota cronística permitiram a Reinaldo dos Santos datar a igreja de Jesus de Setúbal da última década do século XV, e atribuir a sua traça ao mestre Boitaca. Guiado pelo seu apurado sentido estético, Reinaldo dos Santos valorizou a espacialidade e a novidade arquitectónicas deste templo, a partir do qual caracterizou a arte do seu arquitecto que utiliza, sistematicamente, colunas torsas e cria espaços amplos, pouco interrompidos, mesmo que tenha e goste de dar aos seus edifícios, exteriormente, um aspecto maciço e de grande impacto volumétrico. A partir destas características — aquelas que, segundo Reinaldo dos Santos, melhor serviam para definir a arquitectura manuelina — traça

¹ Reinaldo dos Santos, *O Estilo Manuelino*, Lisboa, 1952, pág. 21 e segs.; *Oito Séculos de Arte Portuguesa*, vol. II, Lisboa, s/d., pág. 127 e segs.

² Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, vol. I, Lisboa, 1899, pág. 120.

este autor uma longa carreira de Boitaca com algumas obras certas, documentadas em Belém, em Santa Cruz de Coimbra e na Batalha e muitas outras atribuíveis, fazendo dele o primeiro e o mais representativo mestre da nossa arquitectura religiosa manuelina.

Hoje, todos concordaremos que a longa lista de obras que Reinaldo dos Santos atribuiu a Boitaca é manifestamente exagerada e que a coluna torsa e outras características, ainda que possam lembrar soluções utilizadas por este mestre, não são apenas específicas dele. Sem dúvida que o manuelino foi um estilo assumido por toda uma sociedade, em uma ou duas gerações, e foi uma linguagem desenvolvida em toda uma época por uma plêiade de mestres, de artífices e de encomendadores e não apenas por dois ou três arquitectos.

Posição muito diferente da de Reinaldo dos Santos foi a assumida pelo Prof. Pedro Dias³ para quem, pelo menos, a parte da cabeceira da igreja de Jesus de Setúbal terá de ser posterior à primeira década do século XVI, não podendo o seu traçado ser atribuído a Boitaca. Segundo este mesmo autor, o estilo manuelino ter-se-ia iniciado não em Setúbal mas antes no obradouro da Batalha, na fase madura do mestre Mateus Fernandes, sendo depois «os seus discípulos quem definitivamente o espalhariam por todo o país, destacando-se de entre eles o arquitecto Boitaca»⁴. Como já sugerira E. Lambert, pensa este investigador que a obra da cabeceira, mais alta e quase tão larga como a do corpo das naves, pertence a um segundo projecto de remodelação e de engrandecimento da igreja e que o seu tipo de abóbada de combados só se documenta, em Espanha, no decurso do século XVI, não podendo ser Quatrocentista, entre nós. Julga também que é veraz a notícia do «Memorial das obras do arcebispo D. Diogo de Sousa» onde se diz que a abóbada da cabeceira da Sé de Braga, feita em 1509, foi a primeira a utilizar nervuras de combados, em Portugal.

Esta posição do Prof. Pedro Dias, ainda que não concordemos com ela ou, pelo menos, com algumas das suas razões, teve o mérito de espicaçar a investigação histórica e arqueológica sobre este monumento, estudos que vieram reforçar a tese tradicional, anteriormente assumida por Reinaldo dos Santos. Em 1988, José Custódio Vieira da Silva, num meritíssimo trabalho monográfico⁵, amplia as notícias históricas sobre o

³ Pedro Dias, *A Igreja de Jesus de Setúbal na Evolução da Arquitectura Manuelina*, Lisboa, 1987; *A Arquitectura Manuelina*, Porto, 1988, pág. 109 e 184.

⁴ Pedro Dias, *A Arquitectura Manuelina*, cit., p. 109.

⁵ José Custódio Vieira da Silva, *A Igreja de Jesus de Setúbal*, Setúbal, 1988; Ver ainda *Setúbal*, Lisboa, 1990.

convento de Jesus de Setúbal e apresenta um entendimento global da igreja. Escavações arqueológicas, dirigidas por Carlos da Silva Tavares⁶, confirmaram a contemporaneidade dos alicerces de toda a fachada sul, à excepção dos do portal que são posteriores. Fernando A. Baptista Pereira⁷, bom conhecedor de toda a problemática deste mosteiro, trouxe-nos também importantes achegas históricas e artísticas sobre este monumento. Estes trabalhos respondem às suas circunstâncias, aparecendo-nos dominados, sobretudo, por preocupações históricas e documentais. Neles não se cuidaram tanto as análises e as comparações das formas e dos sistemas arquitectónicos do edifício, aspectos fundamentais, mesmo nesta disputa, e cujo estudo constitui uma perspectiva longa que terá de integrar a formação e a carreira do seu arquitecto. Este projecto de investigação, que por agora nos excede, não é fácil, até porque, mesmo a nível europeu, faltam ainda bons estudos sobre as correntes da arquitectura gótica da segunda parte do século XV e sobre o aparecimento e desenvolvimento das soluções que lhes são específicas. Isto não nos impede de adiantarmos algumas das nossas impressões sobre esta igreja nem sempre concordantes com as dos autores, antes citados. E algumas serão novas.

Justa Rodrigues, ama do rei D. Manuel, à maneira de algumas outras nobres damas do seu tempo, resolveu fundar, em Setúbal, um mosteiro franciscano, feminino, para o qual alcançou a protecção e ajuda de D. João II e, depois, de D. Manuel. Obtida, em 1489, a licença papal para a sua fundação, a construção da igreja arrancou por 1491 com o próprio empenhamento de D. João II. A concessão para angariar fundos na Madeira, entre 1492 e 1494, afim de se acabarem as obras, indicia-nos o andamento da construção que estaria a rematar-se por 1496, ano da fundição do sino que D. Manuel ofereceu à igreja. Certamente como prémio e porque, provavelmente, estaria concluído todo o edifício conventual, D. Manuel, em 1499, concede uma tença a Boitaca pelo facto de ter sido ele o mestre da obra que D. Justa Rodrigues mandara fazer. Estas algumas das mais conhecidas datas históricas que balisam a igreja de Jesus de Setúbal, referidas e comentadas por J. C. Vieira da Silva e por A. Baptista Pereira.

A ementa histórica em que se apoia o Prof. Pedro Dias para defender que a actual capela-mor de Jesus de Setúbal é posterior aos começos do

⁶ Carlos da Silva Tavares e F.A. Baptista Pereira, *Convento de Jesus. 500 Anos. Arqueologia e História*, Setúbal, 1989.

⁷ Fernando António Baptista Pereira, *Sobre o Manuelino de Setúbal*, Setúbal, 1990; *O Museu do Convento de Jesus de Setúbal*, Lisboa, 1990.

século XVI é de outra índole. No «Memorial das Obras que mandou fazer o arcebispo D. Diogo de Sousa», relação escrita pelo seu secretário, certamente laudatória na sua caracterização embora veraz no elenco das realizações apontadas, diz-se que a capela-mor da Sé de Braga, mandada construir pelo prelado, em 1509⁸, «foi a primeira capella de abóbada de combados e de aljaroz de pedraria que se fez em Portugal, até esse tempo»⁹ e, por isso, a de Jesus de Setúbal, também de combados, terá de ser posterior. O sentido correcto desta frase do «Memorial» não se nos revela muito claro. A palavra «primeira» pode não ter aqui um significado de índole cronológica, como pareceu ao Prof. Pedro Dias, mas reportar-se, antes, a um lugar cimeiro de uma escala de valor e grandeza. Suponho que a expressão final, «até esse tempo», favorece esta última interpretação. Como quer que seja, a afirmação do «Memorial» só é veraz se tiver este último sentido, isto é, o de que, à data da sua construção, era a melhor capela-mor de combados e de aljaroz de Portugal. Esclareçamos os significados das palavras «combados» e «aljaroz». Alguns dicionaristas chamam «combados» a qualquer nervura secundária de abóbada que mostre traçado curvilíneo, o que, etimologicamente, está correcto. Outros restringem mais a sua significação e aplicam o termo «combados» apenas às nervuras, de tipo terciarão, que formam círculos em redor das chaves da abóbada. É possível que o autor do «Memorial» se refira apenas a esta última forma de nervura, a qual sendo utilizada na Sé bracarense não aparecerá, entre nós, muito antes¹⁰. Este último tipo de nervura teve um grande desenvolvimento no Norte de França¹¹ a partir dos finais do séc. XV. Em Espanha não se conhece antes dos começos de Quinhentos. Mas já os combados curvos e contracurvos, como se vêem na abóbada de Jesus de Setúbal, aparecem em Espanha, dentro da corrente flamenga-

⁸ Uma inscrição, no topo da cabeceira, diz-nos que D. Diogo de Sousa fez (*fecit*) esta obra no ano de 1509 mas outra documentação garante que ela se ultimava por 1511.

⁹ Citamos pela transcrição que nos dá Mons. Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, t. II, Braga, p. 488.

¹⁰ Supomos que a cabeceira da matriz de Caminha de combados circulares e de aljaroz, bastante aparentados aos da Sé de Braga, deverá ser anterior a esta porque é menos evoluída e, sobretudo, porque ela foi construída antes da capela lateral, Norte, desta mesma igreja, dita dos Mareantes, a qual está datada de 1511 e pertence já a uma nova fase, com marcas renascentistas mais evidentes. Os exemplos de combados circulares das laterais da Matriz de Vila do Conde são mais tardios. Os da capela-mor do mosteiro de Palme devem ser posteriores aos de Caminha e de Braga.

¹¹ Parece que estes modelos de nervuras secundárias, em coroa, resultam de influências do gótico inglês.

-alemã, já no terceiro quartel do século XV, por exemplo, na capela da Visitação da Catedral de Burgos, feita por João de Colónia, e logo a seguir na Sé de Palência.

Na mesma apreciação do «Memorial» relativamente à capela-mor de Braga, fala-se também em «aljaroz», nota importante que tem sido ignorada. «Aljeroz» parece significar, no contexto daquela frase, o sistema arquitectónico de cornija/lacrimal com gárgolas¹² o qual passou a substituir a solução românica e gótica da cachorrada sob os beirais dos telhados, modelo este que já não encontramos nas igrejas manuelinas. Anotemos que a cornija em caveto, em escócia ou em toro, como a de Jesus de Setúbal, ornada ou não, com folhagens ou com bolas, tem longos antecedentes e, pelo menos, em Espanha, é comum a partir dos meados do século XV. Já não assim o tipo de cornija muito alta, com modinatura complicada, ornada de correntes ou de cordas, como vemos na Sé de Braga ou na cabeceira da Matriz de Caminha o qual, entre nós, aparecerá apenas nos começos do século XVI e será de matriz biscainha.

Pelo exposto, porque o sistema de abóbada de Jesus de Setúbal, ao apresentar ainda as nervuras primárias muito mais predominantes que as secundárias, é de um padrão mais antigo que o exibido na capela-mor da Sé de Braga e porque o sistema de algeroz já não era novidade nos inícios de Quinhentos, pensamos que o autor do «Memorial» utiliza a palavra «primeira» aludindo a uma classificação de valor. Acrescente-se que na capela-mor da Matriz de Vila do Conde, concluída já em 1507, temos uma abóbada de combados curvilíneos e um algeroz de certo porte. No seu ordenamento geral, a igreja de Jesus de Setúbal segue um padrão habitual nos templos góticos dos conventos femininos, modelo que se caracteriza por dar um desenvolvimento arquitectónico mais amplo e melhorado à cabeceira e espaço que lhe fica defronte, em detrimento da fachada ocidental e até do corpo das naves ou da nave, em cujo topo, oeste, se instala o coro das freiras. Necessariamente, nestas igrejas o portal maior, o de serviço público, é lateral e decora-se porque, então, um convento feminino é sempre uma casa de mulheres nobres, muito integrada na sociedade.

O arranjo de um espaço funerário, sob a área elevada do altar-mor, destinado aos familiares da fundadora, como temos em Jesus de Setúbal, aparece noutras igrejas monásticas, da época. Encontramos a mesma solução na Conceição de Beja e em S. Tomás de Ávila. Também muito

¹² Dado que o sentido mais comum da palavra «algeroz» é o de «cano de água» é possível que, em arquitectura, ele designe, primariamente, as gárgulas.

característico deste tempo é o facto deste convento resultar da intervenção religiosa de uma mulher¹³ e de esta o dedicar a Jesus¹⁴.

A visualização exterior do alçado lateral, sul, da Igreja de Jesus de Setúbal, virado à praça, dá-nos, imediatamente, a impressão da grande novidade arquitectónica do edifício, devido à notoriedade volumétrica da sua cabeceira, um cubo de esquinas talhadas, mais alto e quase tão largo como o corpo das naves. Também o seu aspecto maciço, contrafortado, com aparelho melhorado, logo nos sugere que abrigará um amplo e cuidado coro. Mas a sensação de novidade espacial, necessariamente acompanhada de novas soluções arquitectónicas, amplia-se ainda muito mais quando se entra no interior deste templo. As suas três naves, separadas por pilares torsos, delgados, relativamente altos, tão ousados que o seu equilíbrio nos parece instável, as abóbadas das laterais lançadas em segmento de arcada para segurarem o impacto da central e transmitirem, quase verticalmente, o seu peso às frágeis paredes exteriores revelam a excelente mestria do seu arquitecto que reinventou uma solução arcaica¹⁵ da qual resulta ainda um extraordinário efeito espacial.

O primeiro tramo das naves, o que se encosta à capela-mor, consta apenas, estranhamente, de metade de uma arcada formeira e de meio segmento de abóbada que se une à parede do arco-cruzeiro na parte mais alta. Certamente, esta solução, até por ser única, pode sugerir que a hipotética outra parte do seu espaço primitivo tenha sido ocupada pela cabeceira, numa renovação e ampliação desta, em época posterior¹⁶.

¹³ A partir do século XV, acentua-se o relevo e a frequência do papel de mulheres nas funções religiosas e na mística, fenómeno que, entre nós, podemos protagonizar na rainha D. Leonor. Há mais exemplos, como o do Convento de Jesus de Aveiro e o da Conceição de Beja.

¹⁴ A devoção a Jesus, Menino, teve inícios hesitantes, dentro da espiritualidade franciscana, nos séculos XIII-XIV, e, depois, um enorme desenvolvimento no século XV, atingindo o auge no XVII. Em Quatrocentos, até Nossa Senhora, nos Presépios, deixa de o ter nos braços ou ao seu lado, na cama, aparecendo-nos, ajoelhada e de mãos erguidas, a adorá-lo no chão ou na mangedoura. Nesta corrente devocional ao Menino Jesus as mulheres, beatas ou monjas, tiveram um enorme papel, tratando-o misticamente como filho e, qual boneco, vestindo-o e enfeitando-o de mil maneiras. Todos os conventos femininos de então possuíam multiplicadas vestes para o Menino. Dentro desta prática célebres são as imagens do Menino Jesus da Cartolinha da Sé de Miranda, do Menino Jesus da Lapa e, mais pertinentemente, a do Menino Jesus da Tia Baptista de Vinhó (Gouveia) ou de Seia.

¹⁵ Este tipo de abóbada, em meia arcada, é muito frequente na arquitectura românica, correndo sobre as naves laterais, onde abriga o trifório e segura o impacto da cobertura da central.

¹⁶ Terá sido, sobretudo, isto o que levou Lambert e outros pensar que a actual cabeceira resultaria de um segundo e ulterior projecto.

Convinhamos que a solução actual deve ser a original¹⁷. Ela parece intencional porque seria fácil, no caso dessa hipotética renovação, em época posterior, deslocar o programa da cabeceira para Nascente, mantendo-se assim todo o espaço do tramo.

A arcada da entrada da capela-mor, alta e ampla, tem aspectos novos, entre nós, devido aos nichos que nos mostra, destinados a receber estátuas, nichos que passarão a ser uma das características mais representativas da decoração manuelina.

A espacialidade interna do coro, amplo, uno, relativamente bem iluminado, coroado, lá no alto, pelo dossel de uma rica abóbada polinervada, rebaixada e muito lisa, apoiada apenas nas espessas paredes laterais, seduz-nos estética e historicamente pelo resultado alcançado e pela novidade da experiência que tem muitos indícios de representar, entre nós, uma nova «maneira» arquitectónica. Compreende-se que numa igreja, a qual é sempre um *introito ad altare Dei*, se nobilite e decore mais este espaço, como aconteceu ao longo da arquitectura cristã. Mas a notoriedade arquitectónica da cabeceira relativamente às naves, acentua-se mais na arquitectura mendicante e mais ainda nos conventos femininos. Dentro do espírito da arquitectura mendicante, e não só, desde a Alemanha, à Itália, ao Midi até à Península Ibérica, desenvolveram-se ideias e experiências de espaços eclesiais mais amplos e contínuos no corpo das igrejas. Uma outra corrente, mais tardia e com origem na Alemanha e Norte da Europa, procurou inovar desenvolvendo o espaço do coro das igrejas, o que deu azo a algumas das mais notáveis realizações arquitectónicas do gótico final. Esta corrente renovou a arquitectura gótica, muito cansada e repetitiva. Procurando adaptar melhor a arquitectura à liturgia e facilitar aos fiéis a visão do altar e a audição da pregação¹⁸, muitos arquitectos desenvolvem o espaço da capela-mor eliminando o transepto, como em Jesus de Setúbal, ou transformando-o radicalmente caso de Santa Maria de Belém¹⁹, onde dá lugar a um amplo coro dotado de singular unidade espacial que uma cuidada e impressionante abóbada nobilita e ajuda a unir. Este fenómeno de desenvolvimento espacial e volumétrico do coro, desde a inimitável igreja dos franciscanos de

¹⁷ Apesar da possibilidade de ter havido melhorias relativamente ao projecto inicial, como defende Vieira da Silva, parece-nos que, pelo menos, a cobertura das naves e da capela-mor pertence ao mesmo e sequente programa construtivo.

¹⁸ É neste período que se vulgariza o púlpito arquitectónico, separado do altar.

¹⁹ A primitiva capela-mor de Santa Maria de Belém era muito pouco profunda. Cicatrizes nas suas paredes, visíveis do lado exterior, indicam-nos o seu primeiro remate. Devido ao espaço que o retábulo ocuparia, o altar ficava quase sobre a arcada da entrada, quase ao lado do dominante púlpito.

Salzburgo (1408-1456) a diferentes exemplos de Espanha, tais como Santa Clara de Brivisca, Casalreina (Logronho), Parral (Segóvia), La Vial (Burgos) e desde S. João dos Reis (Toledo) e Jesus de Setúbal até ao esplêndido exemplo de Santa Maria de Belém, mostra-nos toda uma série de experiências e resultados que, eloquentemente, nos fala de buscas de novas soluções, onde se afirma a criatividade dos arquitectos que procuram responder às exigências do sentimento religioso para uma liturgia e uma pregação mais próximas.

Compreensivelmente, a efectivação de amplos espaços-salão solicitava abóbadas mais amplas e decorativas o que conduziu ao desenvolvimento das coberturas polinervadas, de aspecto liso, onde se destaque o solicitado desenho dado pelas suas nervuras. A do coro de Jesus de Setúbal, apesar de muito bem conseguida quando visualizada no seu todo espacial e seja muito decorativa, tem hesitações nos combados que formam as quatro pétalas. No seu desenho, ela não mostra a lisibilidade que encontramos na abóbada da capela-mor da Sé de Braga (1509) ou mesmo na cabeceira da matriz de Caminha, certamente mais antiga que a anterior. Nestes dois últimos exemplos, mais evoluídos, o tamanho e o recorte de todas as nervuras, sejam principais ou secundárias, é semelhante. Em Jesus de Setúbal, indício de maior antiguidade, as nervuras principais, as de cruzamento, são bastante mais fortes que as dos liernes. As dos terciarões são ainda mais finas. Também é diferente o seu desenho e recorte.

Um amplo janelão, de três lumes, virado a Sul, ilumina o coro da igreja. É muito possível que ele não seja o primitivo. A cicatriz, tão notória, que mostra o seu encaixe na parede, no lado exterior, indicia a possibilidade de ele ter sido ampliado depois de já estar concluída a capela-mor, até porque é muito diferente da outra janela, cegada, do lado norte²⁰. Esta abertura poderá ter sido alargada à volta de 1539, data que aparece num fragmento do seu antigo vitral, visando dar mais luz para iluminar o seu precioso retábulo de pinturas que deverá datar destes anos.

Para a estática de edifícios religiosos deste período, dotados de amplos espaços e de coberturas largas de forte pressão, os mestres manuelinos precisaram, além de reforçar as paredes, como vemos em Jesus de Setúbal, de dar maior volume aos contrafortes, procurando depois iludir a sua grossura com variações da sua forma. Nesta igreja, como em muitas outras manuelinas, eles iniciam-se, na base, com recorte quadrangular passando, no meio, a mostrar frente angulosa e, depois,

²⁰ Seria fundamental ver-se também, na parte interior, a ligação das pedras da janela com o aparelho da parede mas a cobertura azulejar não o permite.

novamente quadrangular. A passagem de uma forma para outra faz-se através de grandes molduras em papo de rola²¹.

O portal principal da igreja de Jesus de Setúbal é uma obra da última fase do edifício. Ele representa uma das primeiras experiências de portal retábulo, de estilo manuelino, embora inconcluso. Tudo sugere que ele ficou incompleto, não se fechando uma arcada superior, perto da platibanda, nem se preenchendo o seu espaço intermédio. Nele encontramos já a glosa dos nichos, aptos para receber estatuária, gosto muito próprio da época manuelina²².

Despido de estatuária, as representações mais simbólicas deste portal estão nos doze «Y» esculpidos, um em cada uma das aduelas de uma arcada média, e nos dois «A» que vemos no interior círculos vazados no tímpano. Conforme foi já adiantado por J. Custódio Vieira da Silva, o «Y» é, sem dúvida, a sigla do Nome de Jesus, patrono do convento, e o «A» é um alfa, associado ao omega representado em «O», dado pelo próprio óculo. O uso dos *nomina* e letras sagradas foi frequente no século XV. Então havia a crença, quase supersticiosa, de que o porte de tais representações augurava total protecção aos que as exibiam. O uso de medalha com a sigla «Y» ou com o trigramma «IHS» do nome de Jesus foi pregado por S. Bernardino de Sena nos meados da primeira parte do século XV, uso que teve grande sucesso e deveria substituir os enfeites profanos. Estas letras sagradas foram certamente esculpidas neste portal para proteger a sua entrada e o próprio edifício²³. E parece-nos que terá

²¹ Em Portugal, esta fórmula aparece no obradouro da Batalha no tempo do mestre Huguet onde é apenas aplicada nos pilares, sobretudo, nos plintos onde dissimula os chanfros. Parece-me que é apenas na época manuelina que o papo de rola, ganhando volume, aparece nos contrafortes.

²² Sabemos que nos portais góticos, nobres, não faltam nichos para estatuária, mas, então, eles aparecem, sobretudo, sobre as arcadas. Na época manuelina, a glosa dos nichos nas arcadas, nos tímpanos e nos umbrais dos portais tem outra organização e é muito mais abundante, tanto que à maneira de retábulo eles sobem pela parede fora, por vezes, até ao telhado. Sem dúvida que há nisto uma nítida influência flamenga do Norte da Europa, onde até as frontarias das casas civis se encheram de estatuária. Temos um bom exemplo, entre nós, na Casa dos Nichos, de Viana do Castelo.

²³ A devoção ao nome de Jesus, fomentada por S. Bernardo e depois divulgada, sobretudo, pela espiritualidade franciscana, atinge o seu auge no século XV. Será por então que se padronizou o costume de iniciar todos os ensalmos e rezas apotropaicas com a fórmula «Jesus, nome de Jesus», como já se lê em Gil Vicente. Devido a esta mentalidade, a sigla Y ou IHS aparece sobre a fachada de muitos edifícios religiosos e civis. Vêmo-la, por exemplo, no convento da Conceição de Beja. Sobre o uso do A e O veja-se Dornseiff, *Das Alphabet in Mystik und Magie*, Leipzig, 1922, p. 122-125.

sido a própria fundadora, D. Justa Rodrigues, quem terá exigido para ai esta simbólica²⁴.

Impõe-se que conclua. Não há dúvida de que Jesus de Setúbal é, em Portugal e no seu tempo, um edifício de singular novidade, pela sua atmosfera espacial e pelas soluções técnicas, e embora evidencie um relativo ar de época e até de família com alguns monumentos de Espanha deste período muito pouco lhes deverá nem fica a perder nada no confronto com eles. Os que criam novos estilos tiveram, seguramente, vontade de inovar respondendo, pela sua vontade artística, às solicitações da sociedade e ao empenhamento dos encomendadores²⁵. As mudanças estilísticas fazem com avanços bruscos como parece ser o caso de Jesus de Setúbal cuja compreensão global continuará cheia de hesitações e de vazios, enquanto esta obra não for, correctamente, enquadrada na carreira do seu grande arquitecto, Boitaca.

²⁴ Não se poderá excluir a hipótese do «Y» poder ser também uma espécie de emblema pessoal de D. Justa, uma vez que a sua moda se desenvolve então, havendo pregadores, como de S. Bernardino de Sena, que aconselhavam a eleição de insígnias religiosas.

²⁵ Assim, o aparecimento do românico pleno, por 1075, nas grandes igrejas de peregrinação e o do gótico, em S. Dinis, pelo abade Suger.

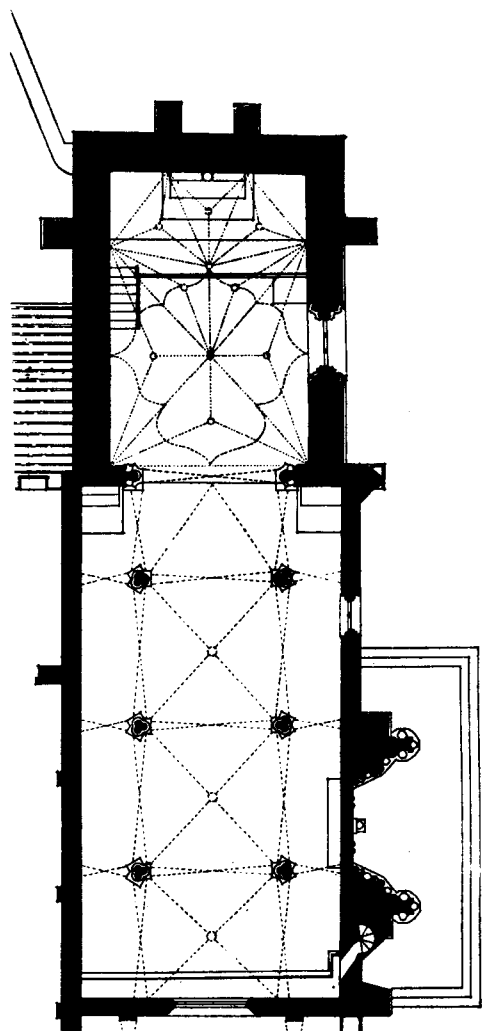


Fig. 1 — Planta da igreja de Jesus — Setúbal

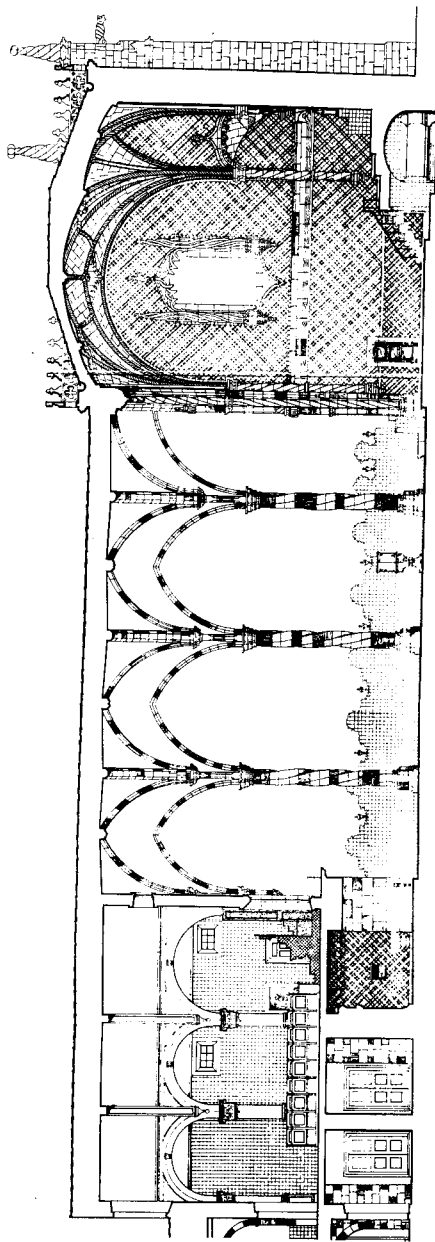


Fig. 2 — Corte longitudinal da igreja de Jesus — Setúbal

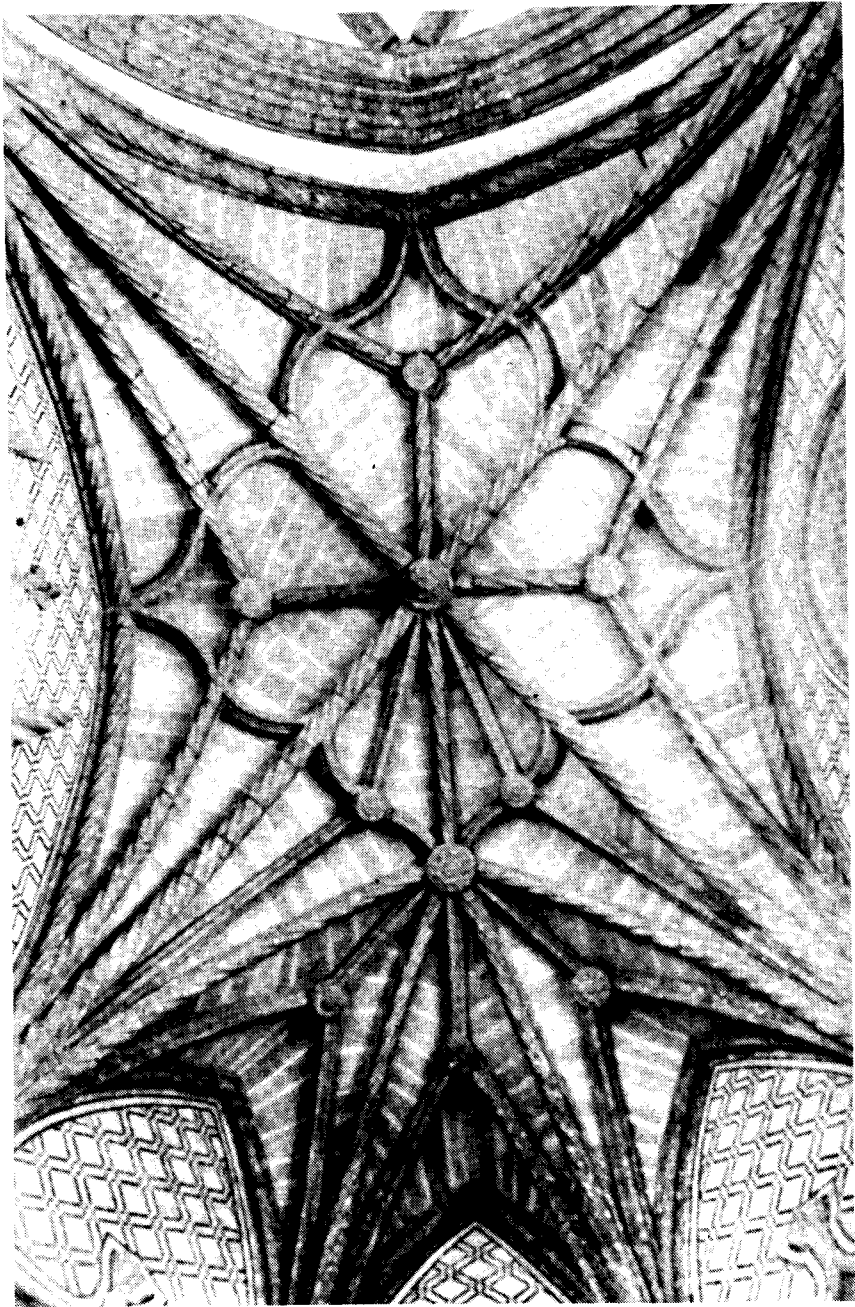


Fig. 3 — Abóbada da capela-mor da igreja de Jesus — Setúbal

ALGUNS DOCUMENTOS COMERCIAIS
LUSOFLAMENGOS DO SÉCULO XVII
COM INTERESSE PARA A HISTÓRIA DE ARTE

Roza Huylebrouck

Durante muito tempo, os historiadores em geral, e os historiadores de arte em particular, concentraram a sua atenção na época de esplendor das dinastias de Avis e da Borgonha e seu intercâmbio. Com efeito, comparado com o «élan vital» da época dos Descobrimentos por um lado e o apogeu de Bruges e de Antuérpia por outro, o fim do séc. XVI e boa parte do séc. XVII era capaz de parecer um grande buraco negro. No ano de 1580, Portugal perde a sua autonomia e em 1585 dá-se a queda de Antuérpia, que significa a cisão dos antigos Países Baixos e leva ao encerramento do rio Escalda. Confrontada com o apogeu espanhol e a ascensão holandesa, tanto a situação de Portugal como a da Flandres apresentava um aspecto ainda mais desolador.

Todavia, nos últimos decénios vários historiadores acharam que também estes tempos infelizes mereciam uma investigação mais aprofundada e chegaram a conclusões que nos obrigam a rever diversos conceitos. No caso de Antuérpia, por exemplo, provou-se que fora o Tratado de Münster em 1648 que acabara com muitas esperanças, e que mesmo depois esta cidade portuária continuou importante em alguns domínios.

Assim está agora fora de questão que durante boa parte do séc. XVII Antuérpia se aguentou como grande praça financeira, como centro muito importante de fabrico e/ou comercialização de mercadoria de luxo, e como o maior porto dos Países Baixos do Sul.

Neste artigo queríamos chamar a atenção para alguns passos de

estudos importantes, publicados no Norte, relevantes para a investigação da arte em Portugal, principalmente nos domínios da pintura e da gravura.

Começamos pelo livro do professor alemão Hans Pohl, cujo título traduzido reza: *Os Portugueses em Antuérpia (1567-1648). Para a história de uma minoria*.¹ Na p. 195, lemos que os quadros dos pintores antuerpienses continuam populares por toda a Europa. Mais em particular, aprendemos o seguinte:

— Manuel Rodrigues Pina comprou em 1622 12 dúzias e meia de retábulos de Martin Veruyen e mandou-os, por conta própria, para Lisboa a Cristobal Rodrigues Correa.

— Em 1623, Vasco da Silva exportou 104 quadros a óleo, 100 «pinturas de resplendor vidradas con las bordaduras doradas» e outras peças pintadas, via Calais, para o Porto, destinados a António Lopes Cortes. Estes foram fornecidos pelos pintores antuerpienses Daniel Christiansse e Jacques van den Wouwer. A remessa ia por conta e risco de Vasco da Silva.

— Poucos meses depois, Álvaro Brandão comprou do mesmo pintor Wouwer 100 pequenos quadros «con sus vidrasses», que mandou por conta e risco próprio a Pedro Frances Bernaldes em Lisboa.

O mesmo estudo de Pohl revela-nos que, na 1.ª metade do séc. XVII, vários portugueses foram membros da Guilda de São Lucas: entre outros, sete bordadores e um pintor, chamado Manuel Moutinho. E à volta de 1640, António Rodrigues Franco ajudou um Madeirense, de nome Ignacio Fernandes, que aprendeu a sua arte em Antuérpia.

Os negociantes acima citados são portugueses, mas muitos «flamengos» tinham um papel activo na comercialização das obras de arte na Península. Encontramos vários exemplos na tese de doutoramento de Eddy Stols, agora professor em Lovaina e Leida. Este estudo sobre as relações comerciais dos Países Baixos do Sul com a Península Ibérica, de 1598 a 1648, foi publicado em Bruxelas em dois volumes².

¹ POHL, Hans — *Die Portugiesen in Antwerpen (1567-1648); zur Geschichte einer Minderheit*. Vierteljahrschrift für Sozial — und Wirtschaftsgeschichte. Beiheft n.º 63. Wiesbaden, Franz Steiner, 1977.

(Mais em particular: pp. 116-121, pp. 195-196, p. 321).

² STOLS, Eddy — *De Spaanse Brabanders of de Handelsbetrekkingen der Zuidelijke Nederlanden met de Iberische Wereld 1598-1648*. Verhandelingen van de Koninklijke Vlaamse Academie voor Wetenschappen, Letteren en Schone Kunsten van België. Klasse der Letteren, Jaargang XXXIII, n.º 70. I Tekst, II Bijlagen; Brussel, Paleis der Academiën, 1971.

(Mais em particular: I pp. 166-177, pp. 227-243, II p. 31, p. 32, pp. 200-201).

Pedro Clarisse, ao qual Francisco Mendes e Arnout van Gerven mandaram quadros a partir de Antuérpia, escreveu ao seu irmão que não queria mais nenhum, pois a mercadoria não era boa e não dava lucro.

Jacob Guyot, membro de uma importante família de Antuérpia, vendeu em Lisboa, nos anos 1645-1669, quadros para a Casa Forchont.

Paulo Van Gysenrode, aliás Guizenrode, nascido em 's-Hertogenbosch em 1595, viveu em Lisboa ca 1610-45. O seu filho, Paulo Júnior, vendeu nos anos 1645-1669 quadros para os Forchont.

Do mesmo estudo tirámos que o pintor Pedro Bassos, nascido ca 1593 em Antuérpia, se encontrava ca 1645 no Porto, na Rua dos Banhos.

Um dos negociantes mais importantes, porém, deve ter sido André de Saintes, aliás Dos Santos. Esteve em Lisboa nos anos 1630-46, com alguns intervalos.

Muito interessante revela-se o conteúdo de duas caixas que lhe mandou Paul Du Jon, no ano 1633. Trata-se essencialmente de gravuras: uma parte estampas vulgares e baratas, outra parte gravuras de qualidade e caras, em papel e em pergaminho, de todos os tamanhos.

A primeira caixa, que vai para Lisboa, em parceria com de Saintes, contém:

- 5.400 estampas em papel, duas numa folha, com o valor de 2 florins e 2 stuivers
- 1.000 novos «principais» [= originais?] a Bolswert: 24 florins
- 2.300 cópias a Bolswert: 27 florins e 19 stuivers
- 250 meias-folhas cópias de Rubens: 25 florins
- 180 «principais» com 4 tipos de Nossas Senhoras de Schut: 27 florins
- 14 livros de animais a Blommart in-quarto: 4 florins e 56 stuivers
- 23 livros com eremitas a Bolswert in-quarto: 15 florins a 12 stuivers
- uma vida de S. Agostinho: 1 florim e 8 stuivers
- 14 folhas duplas a Bolswert in-magno fólho: 2 florins e 9 stuivers
- 200 folhas cópias com a Regina Coeli, o Ecce Homo e a Flagelação: 6 florins e 10 stuivers
- 300 eremitas in-quarto: 7 florins e 4 stuivers
- 3 com um combate de Leões, um Juízo de Salomão e uma Conversão de S. Paulo: 3 florins
- 1 Pesca de S. Pedro: 2 florins
- 1 in-fólho a Bolswert: 2 stuivers
- 1 Cruz de Rubens: 1 florim e 10 stuivers
- 1 Natal de Bolswert e 9 peças com Nossa Senhora e o Menino: 2 florins e 9 stuivers
- 6 grandes paisagens a 10 stuivers por peça

- 60 pergaminhos triplos: 7 florins e 6 stuivers
- 200 pergaminhos «afgezet» [afgezet pode ser com cercadura ou coloridos]: 25 florins
- 400 pergaminhos de tamanho pequeno do melhor: 48 florins
- 4.100 pergaminhos comuns coloridos: 307 florins e 10 stuivers
- 25 pergaminhos duplos: 6 florins
- 25 pergaminhos triplos: 6 florins e 17½ stuivers

Infelizmente, o conteúdo da segunda caixa, que segue para Lisboa via Duinkerke e Dover, não vem especificado. Trata-se de 220 estampas, mais 4.150 «afgezet» e mais 817.

De André de Saintes conservaram-se umas cartas comerciais nos arquivos de Antuérpia, tornadas públicas por J. Denucé em 1931 no livro: *Exportação de arte no séc. XVII em Antuérpia. A Casa Forchoudt*³. Apesar de se tratar de uma publicação bem antiga, citada em muitas bibliografias, fiquei com a impressão que não chegou a ser conhecida, ou pelo menos devidamente aproveitada, pelos investigadores portugueses. Talvez por causa da língua: uma parte das cartas é em neerlandês do séc. XVII. Tentamos aqui uma tradução, baseada no livro de Denucé. Estamos conscientes que uma tradução baseada nos originais teria sido bem melhor, mas por várias razões foi impossível. Lamentamos isso, pois ficámos com umas dúvidas, umas lacunas, interrogações sobre se se tratava de barbarismo, de erro de transcrição, se a data estava certa... Ainda mais que o investigador Erik Duverger começou o seu livro: *Novos dados acerca do negócio de arte de Matthijs Musson e Maria Fourmenois em Antuérpia entre 1633 e 1681*⁴ com as palavras: «J. Denucé fez um trabalho muito útil com a publicação das suas «Fontes para a história da arte flamenga», que contém muitos dados novos para os historiadores de arte. No entanto, chega-se à constatação de que o seu trabalho de pioneiro tem que ser feito de novo. O seu estudo sobre a Casa Forchont — e não Forchoudt — é muito incompleto e muitos documentos foram lidos e

³ DENUCÉ, J. — *Kunstuitvoer in de 17e eeuw te Antwerpen. De firma Forchoudt. Bronnen voor de geschiedenis van de Vlaamsche kunst*, I, Antwerpen, De Sikkel, 1931.

(Mais em particular: pp. 31-32, p. 35, pp. 36-37, p. 37, pp. 37-38, p. 114, pp. 115-116, p. 182, p. 243, pp. 244-246, pp. 280-282).

⁴ DUVERGER, Erik — *Nieuwe gegevens betreffende de kunsthandel van Matthijs Musson en Maria Fourmenois te Antwerpen tussen 1633 en 1681*. Gentse Bijdragen tot de Kunstgeschiedenis en de Oudheidkunde. Deel XXI, Gent, 1969.

(Mais em particular: p. 46, p. 49, p. 50, p. 62, p. 101, p. 102, p. 201).

datados erradamente». O autor mostra a mesma reserva perante a publicação dos documentos da Casa Musson e Fourmenois⁵.

Por causa deste alerta fundamentado, hesitámos algum tempo em publicar essa nossa tradução. Mas finalmente chegámos à conclusão que as nossas dúvidas não são assim tantas e que, de qualquer maneira, não invalidam seriamente o conjunto.

As cartas de A. de Saintes são interessantes e bastante divertidas. O estilo não é cuidado: escreve ao correr da pena e sem papas na língua. No entanto, revela-se bom negociante e conhecedor de arte. Respeitamos o mais possível o texto como está em Denucé — até deixamos ficar a grafia dos nomes próprios. Todavia, procurámos tornar o conteúdo mais acessível mediante pontuação e maiúsculas. Tivemos que conter o impulso de pôr pontos de exclamação: de Saintes escreve de modo enfático — deve ter sido um homem de fala alta, mas com boa índole. Sabemos que negociava em muitos produtos, como têxteis e diamantes. O leque aqui mencionado inclui quadros, gravuras, couros, móveis de luxo, espelhos, ourivesaria, porcelana, madeira exótica...

1640, 16 de Junho: Carta de André de Saites, Lisboa, A Guill. Forchont

«... V. m. avisou que os escritórios estariam prontos em fins de Junho. Mandei-lhe as instruções. Deixe-os vir em nome de Deus. O Sr. Jacomo Guiot pagará a v. m. em líquido, mas que seja pelo melhor preço possível, assim faremos mais negócios e os negócios trazem o proveito e no meu regresso lhes encomendarei grandes coisas. Estas são para minha casa, portanto, façam-me um bom preço e tratem-me como amigo: os 2 [escritórios] têm que ter uma largura de 4 palmos e uma altura a condizer. Num vêm fábulas pintadas, no outro [cenas] segundo Odivius [Ovidius]. O outro, o terceiro, tem que ter uma largura de 5 palmos, uma altura a condizer, e neste vem pintada a vida de Santo António de Pádua com feições muito bonitas.

⁵ DENUCÉ, Jan — *Na Peter Pauwel Rubens. Documenten uit den Kunsthandel te Antwerpen in de XVIIe eeuw van Matthijs Musson*. Bronnen voor de geschiedenis van de Vlaamsche Kunst V. Antwerpen, De Sikkel en 's-Gravenhage, Martinus Nijhoff, s.d.

(Tem relevância indirecta para o nosso assunto. Veja-se no entanto: p. XVIII, p. XXVII, p. XXXVI, p. XLIII, p. LXX, p. LXXIV, pp. XCIV-V, p. XCVII, p. 11, pp. 371-372).

1 Recomendo a v. m. que as pinturas sejam muito bem e habilmente feitas na devida altura.

2 a madeira de ébano bem pregada e colada, senão não serve, pois o calor do verão estala e rasga tudo

3 cada qual tem que ter os seus espelhos na perspectiva, quanto maiores melhor

4 as gavetas e as costas têm que ser de boa madeira, e não de bocadinhos ou de madeira verde

5 todos os metais lindamente dourados e polidos e resistentes

6 cada qual tem que ter o seu segredo interior muito habilmente feito

7 cada qual tem que ter o seu suporte de madeira macia polido a preto

8 as galerias têm que ser de bonitas colunas bem douradas

9 as caras dos anjos e os frutos de prata

10 mas, acima de tudo, têm que ser da última moda como se faz agora, senão não servem de maneira nenhuma. E o Sr. Jacomo Guiot terá a gentileza de os ver porque eu sei que o tal Sr. é um entendido. ... Tartarugas aqui não há, estas vêm das Índias Ocidentais e têm que ser compradas em Sevilha. Quando voltar, trago alguma madeira de ébano; trata-se de grandes peças de 140 libras cada.

Tenho uma encomenda da Comendadeira Maior para mandar fazer um sacrário para um altar, cujo preço irá além de 500 libras flamengas; este trabalho será para v. m. quando voltar «*per avis*».

1643, 8 de Junho

«Com grande espanto vi a mercadoria que v. m. me manda. Para começar não há nenhum original de Van der Lamén, só vem aquilo do Sr. Teniers e Pieter Meulenaer e de van Ostadi e, apesar de este de Franq ser um original, é uma porcaria, e de Teniers vem uma só cópia, a outra v. m. terá achado demasiado boa [para mim], mas v. m. pô-la na conta sem a mandar, portanto vieram só onze peças e v. m. pôs 12 a 33 florins na conta. Abri a mercadoria com testemunhas e resolvi mandar 10 pinturas de volta para que sejam comparadas com as vossas cartas. Os navios de Hertvelt são também muito maus. Senhor Forchont, v. m. tem que saber que não esperava isso de v. m., os destinatários ficam muito admirados e eu ainda mais porque fico prejudicado; preferia ter perdido mil florins e que isso fosse remediado. V. m. tem que saber que percebo mais de quadros do que v. m. e a mim ninguém me engana, negoceio há mais de 30 anos neste ramo, e tenho mandado vir muitas coisas por intermédio do meu falecido irmão [cunhado] De Cort, e nunca tive pro-

blemas. As paisagens são do cego «verwalter?» que muito particularmente não queria e que podia ter comprado por 14 fl. Quanto às cópias de que v. m. diz que foram compradas no leilão de Ribens a 26 fl.: posso ter tantas quantas quiser por 16 fl., sem moldura.

Na caixa n.º D de último «adísio» v. m. pôs 18 meias-telas de batalhas a 8 fl. e somou 176 fl., mas isso dá 144 fl., portanto trata-se de um erro de 32 fl. em meu detrimento. É favor verificar isso e creditar a minha conta.

As telas de 3 palmos de altura e de 4 de largura não valem 3 fl. V. m. avalia-as em 4 fl., aliás todas as telas são demasiado caras. Todos os quadros, quer grandes quer pequenos, são cópias tão más que me dói a alma. É favor rectificar isso, porque é um grande erro que me afecta muito.

O melhor espelho vem partido, isso não é culpa de v.m., mas tenha a gentileza de mandar outro do mesmo tamanho na primeira oportunidade, bem empacotado.

Todos os quadros da Paixão e os «gregos»⁶ devem ter sido o resto de vossa loja. Não os quero pela ½ [metade do preço], pois são porcarias que nunca conseguirei escoar, e se v. m. não quiser fazer um preço razoável, mando-lhos de volta.

O conjunto de quadros por 36 stuivers é muito caro. V. m. avalia-os em 45 st.; os «gregos» em 8 fl. 5 stuivers, a 50 st., é demasiado caro.

Os escritórios vieram também demasiado caros, já que as pinturas não são melhores do que as anteriores. Além disso os metais chegaram quebrados e descolados, os suportes são maus e não há gaveta.

No entanto, não quis incomodar o Sr. Guiot. Podemos remediar isso entre nós, sem abrir a boca a ninguém; rectifique isso de acordo com a sua consciência e não abandonarei v. m. Continuaremos, pois eu sou amigo de v. m., mas então tem que me tratar como amigo. Tenho a casa cheia de filhos e tenho que ganhar algum dinheiro — neste negócio fico muito prejudicado. Responda-me imediatamente acerca disto tudo e seja razoável. Deve-me também:

32 fl. do erro das 18 meias-telas a 8 fl. onde v. m. põe 176;

33 fl. do quadro que falta;

O desconto sobre esta mercadoria toda, telas ou outros quadros;

Também sobre os quadros da paixão e os «gregos» avaliados a preço demasiado alto, e assim continuaremos amigos e ninguém ouvirá ou saberá dos nossos negócios.

Também não disse nada ao Conde que para começar quer 2 escri-

⁶ «Gregos» significa: paisagens decorativas.

tórios, mas com melhor pintura e melhores fechaduras e metais e com melhor suporte, com fábulas, mas com muitíssima pintura. Deixe começar o trabalho imediatamente, o Sr. Guiot lhe dará o dinheiro. Trate-me como amigo e siga as minhas instruções.

Mande-me também 6 escritórios, 3 bordados — vamos dizer oito escritórios, 4 bordados e 4 pintados, 3 palmos de largura e «...» palmos, mas não podem custar mais de 40 fl. — vamos dizer 40 fl., todos com os seus espelhos e perspectivas, bem colados e pregados, num a história de Santo António de Pádua e nos outros o que achar bem, fica ao seu critério. Aquele que mandou por 12 fl. está muito mal bordado. Atrás tem que levar boa madeira. O Sr. Guiot a v. m. dará o dinheiro para isso tudo, mas trate-me como amigo.

Espero que Franco Alv. Peres tenha mandado as câmaras de couro dourado e também o rosário para a Senhora, a vossa amada, e que v. m. tenha mandado o bonito escritório, ou escritório com tartaruga, e as demais coisas, deduzindo os couros dourados e o desconto desta mercadoria. Eu mereço que me trate bem.

Mande-me também quatro grandes quadros de Van der Lammen, mas têm que ser originais e não cópias e 4 grandes de devoção como os maiores [que já mandou] também com molduras malhadas; estes custam 40 fl. por peça, 4 palmos amplos de largura e 3 «t» de altura, mas que seja boa mercadoria e bem empacotada, não me mande porcaria, senão acabam os nossos negócios. Fico muito prejudicado com esta remessa e isso tem que ser remediado. Queria também outras coisas mas nisso falarei na próxima. Vá com Deus.

De v. m. o mais obrigado Servidor
André de Saintes

As peças que mandei vir têm que ser de Schut. Não as quero de mais ninguém. «Per avis» Senhor Forchout, trate-me como amigo e não ficará arrependido. Não me mande porcaria que me faz perder muito dinheiro.»

1643, 20 de Agosto

«...a caixa n.º H chegou bem, mas como não tenho nem factura nem carta, só posso dizer que estas cópias de Van der Lammen são melhores do que as anteriores. 2 painéis chegaram mal tratados e quebrados, um a paisagem n.º 23, que penso ter sido feito por Capn. Leydens, o outro é a igreja do P.º Neefs; também o vaso de flores de Breugel o jovem vem riscado, mas isso pode ser remediado. As 3 peças que me parecem de

Teniers, foram pintadas há muito tempo e agora mal retocadas [conjectura nossa]; quanto aos jogadores n.º 15, se conseguir mais desta mão eu fico com ele, se o preço for bom. O gabinete de amator reservo para um amigo «no froncare», vem partido em três sítios, aí só encontro 2 figuras do jovem Franck, que me parecem feitas muito posteriormente. V. m. tem que saber que eu sei destas coisas todas. A tela chamada S. Tomé de Abraham Janssens é tão formidável [?] como a maioria das suas coisas, conheci o tal amigo e em honra dele a guardei para mim e pendurei.

As telas do Sr. Schut acho caras, pois têm pouco trabalho e uma paisagem má, paciência.

As telas de paisagens acho muito jeitosas e servem bem para este país, se o preço for razoável. Queria 2 ou 3 dúzias de telas duplas: uma dúzia com grandes figuras de fábulas, também uma dúzia de batalhas e 3 dúzias de telas simples: a ½ [metade] com fábulas grandes, a ½ [metade] com batalhas, mas antes tenho que saber o que custam.

Espero que Franco Alvers tenha mandado as câmaras de couro dourado a v. m. e que v. m. tenha mandado o bonito escritório e descontado os maus quadros...

É favor transmitir os cumprimentos da parte de Luisa Perera de Feritas.

P. S. Deixe vir nas gavetas dez mil palitos de sabugeiro, pintados de amarelo e do melhor e do mais jeitoso e barato, pois são para um pequeno vendedor de Antuérpia a quem queria ajudar a ganhar a vida.»

1644, 10 de Maio

«... Agora dou instruções ao Sr. Guiot para que lhes entregue o que digo nesta memória que v. m. receberá e venderá pelo melhor preço possível. Numa frota que partirá dentro de 20 dias irá porcelana para v. m., cada um reconhecerá as suas armas e a sua marca; vai também uma caixa com couros dourados que v. m. venderá por minha conta e que a contabilidade seja rigorosa.

Espero que v. m. me tenha mandado os escritórios, vejo que não custam menos do que 54 florins, de 12 pequeno, na verdade, o grande não pode ser menos, não quero o prejuízo de v. m..

O Sr. Schut não tem razão ao pedir mais do que foi combinado, ele próprio escreveu-me que queria 200 fl. pelo quadro e 300 fl. pelo Santo António. Eu escrevo-lhe acerca disso, não lhe pague mais.

Aguardo os Apóstolos e Patriarcas com as 24 telas, também as 3 telas que v. m. acha boas, e se lhe sobrar algum dinheiro, deixe vir

algumas cópias de Jordaens. Se v. m. conseguir trocar algo destas jóias, pode fazê-lo, cada qual de acordo com o seu valor.

Deixe fazer as batalhas em alto mar, mesmo que custem um pouco mais, também 4 navios completos um pouco mais pequenos, todos diferentes, no tamanho que indico na memória.

Deixe vir as peças da Arca de Noé, mesmo que custem 32 a 35 florins, elas são para um amigo que insiste todos os dias. Tem que ser trabalho cheio e bonitos animais, os nus jeitosos. Se aparecer uma bonita arquitetura barata, tela ou painel bem colado, pense em mim.

Diga ao Sr. Pieter Meulenaer que faça mais uma bonita batalha de cavalos do mesmo tamanho, com muitas figuras.

O oratório não foi feito. Mande-o fazer imediatamente.»

1644, 30 de Maio

«... Na primeira ocasião v. m. mandará mais umas 40 peças, com as quais virão também umas canecas para vinho e peças grandes de louça. As despesas ficam na minha conta, não pagarão taxas, visto que podem afirmar que não se trata de mercadoria mas de uma prenda.

...Também me rectificará v. m. o erro de 68 fl. que lhe apontei na minha última carta. Também me devem 54 fl. sobre as duas figuras de Albert Durer medidas em caixinhas próprias dentro da caixa n.º 1; as duas de marfim guardei cá, apesar de serem caras, corro o risco por conta própria.

Mande fazer as peças de Hertsveld encomendadas anteriormente, se tiver aí dinheiro para mim, tem que ser trabalho cheio com bonitos navios e figuras.

Mando também uma caixa com duas câmaras de couro dourado com a instrução de ser vendida em Amsterdão e o dinheiro enviado para v. m. Caso contrário, manda-se o couro para v. m.

Para o Sr. Peeter Meulenaer vão 17 peças de louça na primeira ocasião.»

1644, 13 de Setembro

«... Vejo que faltam os seis quadros de que v. m. fala na conta de 11 de Outubro, a saber Santo António de Pádua de Coniet, Emaús segundo Rubens, Santo Francisco de Coniet, Santo Sebastião segundo Van Dyck, a Ascensão de Nossa Senhora segundo Rubens e o Sermão de S. João a 33 fl. por peça, que v. m. achou muito bons e que de acordo com que disse

têm uma largura de 4 palmos e uma altura de 3 palmos amplos. Tinha falado aqui com amigos que os queriam e agora fico confuso e não sei o que devo dizer acerca da entrega. Nestas coisas v. m. devia cumprir o que diz e ter cuidado.

... Tenho aqui um conhecido que faz cornos de boi tão transparentes e coloridos como se fossem tartaruga. Na primeira oportunidade mando um para v. m. ver se se pode fazer alguma coisa com isso.

... Deixe vir mais 6 peças do mesmo tamanho a saber: a Descida da Cruz, a Adoração dos Magos, o Juízo de Salomão, todos segundo Rubens, os assuntos dos três outros ficam ao critério de v. m., mas têm que ser do mesmo tamanho e da mesma qualidade que estes que aparecem na conta com 33 fl. ... Agora sai um navio para Amsterdão... nele vai uma caixinha para Frei Daniel Seghers; a caixinha contém 3 grandes peças de louça para v. m. ... Eu mando ao Sr. Rogiers o desenho das armas dum bispo. Faça-me a gentileza de mandar fazer um sinete bem gravado para carimbar cartas, do tamanho indicado na margem, e o tal amigo lho mostrará.»

Estes documentos provam-nos que doutor A. Gusmão tinha bem razão ao afirmar, como sempre fez, que o já tradicional intercâmbio artístico com a Flandres não esmoreceu! Mandaram-se gravuras aos milhares, quadros às centenas, e muitos pequenos móveis de luxo. Grande parte destas peças de feição industrial, feitas por anónimos e às vezes despachadas sem cuidado. Mas também bastantes originais de conhecidos mestres da altura, como Abraham Janssens, Andries van Ertvelt, Pieter Meulener, Cornelis Schut, Pieter Neefs, Breugel, o jovem, David Teniers, Pieter van Lint... E cópias de valor de grandes artistas, que mais tarde devem ter sido confundidas com os originais.

Vitor Serrão, no seu livro sintético «A pintura maneirista em Portugal»⁷ escreve no capítulo «A Via Flamenga»: «É natural que a vinda de pinturas flamengas para adorno das residências nobres e das igrejas e mosteiros portugueses se haja continuado a processar — no seguimento de uma preferência estética e de um reconhecimento de qualidade que vinham de longe» e acrescenta, que codicilos e cláusulas testamentárias, inventários de bens da nobreza, assentos notariais e processos inquisitoriais dão prova disso.

⁷ SERRÃO, Vitor — *A Pintura Maneirista em Portugal*. Biblioteca Breve, Vol. 65, 1982, pp. 27-29.

Também o provam as três cartas da segunda metade do séc. XVII que traduzimos a seguir. Elas são da autoria de Justo Forchont, um filho da célebre família, que as escreve a partir de Lisboa, ao seu pai em Antuérpia. Nas duas primeiras, de 1670, faz encomendas para o negociante Boussemart — o conteúdo da segunda vem repetido nas instruções, mas como aparecem alguns pormenores novos, inserimos também este documento. Na última, dá-nos a contabilidade completa de uma remessa de três caixas. Em Denucé esta vem assinalada com a data de 1699, mas uma mão desconhecida escreveu no exemplar que utilizámos a data de 1669 com ponto de interrogação.

1670, 24 de Março:

Carta de Justo Forchont, Lisboa, a Guill. Forchont

«... É favor mandar fazer para o Sr. Boussemart 3 lâminas de acordo com as alturas e larguras indicadas para três molduras que ele tem aqui — portanto têm que vir sem molduras. Um em que fica pintada Vénus ao colo de Adónis com anjinhos à volta. Um onde uma mulher sentada na cama está a ser coroada e diante dela está um homem com uma tocha na mão e em baixo está um anjinho que lhe aperta o sapato — um assunto que Marcus já pintou num escritório que o Sr. Boussemart tem aqui, portanto, o Marcus o pintará outra vez de melhor maneira — aliás, o primeiro [assunto] está também nos escritórios pintados por van Lint e ele [Boussemart] o queria da mesma mão. E o outro [o terceiro] tem que ser feito também por van Lint, a saber uma Pomona igual àquela que está nos pequenos escritórios...»

1670, 8 de Julho

«... encomendo a v. m. em nome do Sr. Boussemart, por sua conta, 12 lâminas com molduras de ébano verde [ou molduras verdes de ébano] do tamanho maior, ou um pouco menos, como ele já teve, e que não devem exceder o preço de 30 fl., com o seguinte conteúdo:

1 onde Judich [Judite] decapita Olifernus [Holofernes].

1 onde Adónis está ao colo com anjinhos à volta

1 onde está uma mulher na cama

1 com o cestinho de Pandora

1 o Nosso Senhor com Maria Madalena no Horto

1 o banquete de Baltazar

1 com o túmulo de Salomão, o túmulo de Elena, de Alexandre o

Grande, de Cresus etc. com que se compara o curso do mundo, conforme a gravura que está no livro de Cats, *o Caixão*, que tem que servir de modelo

1 a nassa do mesmo livro de Cats, acrescentada de uma paisagem
1 a morte de Dido como está na gravura do livro de *Virgile traduit en vers heroïques* que encontrará à venda na bolsa

1 a morte de Camil [a] segundo a gravura do tal livro

1 «Esses» de *Ovidius oft Taures*

1 também de Ovidius onde um sátiro corre atrás de uma mulher =
12 quadros

Também um biombo de Vuystien com seis portas com vasos de flores como já mandou ao Sr. Boussemart...

... Mandamos fazer ao Sr. de Coninck 18 lâminas com molduras verdes de ébano, de 24 a 25 fl., a saber: 6 do Triunfo da Santa Igreja, 6 a vida de Judich, 6 de Ovidius».

1760 [deve ser 1670?] Memória para mandar fazer para o Sr. Boussemart 12 quadros do tamanho maior, ou um pouco menos, como já veio, com molduras verdes de ébano, que não podem custar mais do que 30 fl. em média e que têm que ter o conteúdo seguinte:

1 onde Judith decapita Olifernus, que tem que ser pintado segundo o original que Quellin tem, por Auwelaer ou outro

1 onde Adónis está ao colo de Vénus como vem pintado nas portas dos escritórios grandes que ele tem aqui, da mão de van Lint

1 onde uma mulher está sentada na cama e onde um homem se aproxima dela com uma tocha na mão e segurado por 2 ou 3 anjinhos, que o Marcus também já fez nas portas dos tais escritórios

1 com o cestinho de Pandora por van Lint com paisagem

1 o Nosso Senhor com Maria Madalena no Horto

1 o banquete de Baltazar

1 o curso do mundo, a saber o túmulo de Salomão, o túmulo de Elena, de Alexandre o Grande, Cresus etc., pintado segundo a gravura no livro de Cats chamado *o Caixão*

1 a nassa do tal livro de Cats com paisagem

1 a morte de Dido

1 a morte de Camil [a], as gravuras estão num livro chamado em francês *le livre de Virgile traduit en vers heroïques*, v. m. encontrará o livro à venda na bolsa ou Arónio o terá

1 «esses» [Herse?] de Ovidius

1 onde um sátiro corre atrás duma mulher no caniço, segundo Ovidius = 12 quadros, mas se houver uns assuntos que não conseguem, então substituem-nos por algo jeitoso, ao critério de v. m.

Também um biombo de 6 portas com vasos de flores de Vuystien como já mandou, mas sem moldura, já que o queremos cortar em três para fazer três quadros como já fizemos com o outro. Portanto, é só enrolar num pau e mandar assim para Middelburgh para Gaspar Addrianssens «per governo».

1699 [1669?], Lisboa — Conta para o meu pai, Sr. Gilliam Forchoudt, de 3 caixas de quadros vendidas em Lisboa:

«Três caixas da marca indicada ao lado. No n.º 1: 49 peças de quadros, a saber 15 apóstolos, 14 a Vida de Nossa Senhora, 8 meias-telas no comprimento e 12 quartos. E nos n.ºs 2 e 3: respectivamente, um gabinete com espelho, sendo o espelho do tamanho $\frac{3}{4}$ $\frac{1}{2}$, [mercadoria] recebida pelo navio Sint-Jacob, sendo capt. Baudewijn Cornelissen, devemos por conta do meu pai Giliam Forchoudt:

Para frete pago ao capt. Baud. Corn. para as 3 caixas		
9 cruzados, e um real por cruzado para avaria	Réis 3	d.960
para as tirar do navio e pôr no batel e levar do batel		
para a alfândega a 40 réis por cento	Réis	d.120
para as tirar do armazém dos ingleses	R.	d.200
para abrir as 3 caixas e as levar à mesa grande	R.	d.188
para o direito de as abrir na saída e taxa	R.	d.360
na saída do portão 20 por caixa	R.	d. 60
declaração dos gabinetes avaliados 40 d.000 rs		
declaração dos 2 espelhos a 14 d. 000		
14 peças da Vida de Nossa Senhora avaliadas em 1500 rs por peça 21 d. 000		
28 peças a saber 15 apóstolos e 13 telas compridas avaliadas em média 1.000 réis 3 d. 5000		
perfaz 106 d. 500 a 23 per cento à grande mesa		
e à pequena	R. 24	d.495
para levar os dois escritórios para casa	R.	d.600
para levar os quadros da alfândega para a Inquisição ..	R.	d.360
para abrir aí a caixa e para a levar da Inquisição		
para casa	R.	d.360
para cobrir com pintura os pés nus de Nossa Senhora, por ordem da Inquisição	R.	d.250
para a franquia das cartas	R. 2	d.000
para a minha provisão de 294 d. 300 a 3 per cento	R. 8	d.829
Saldo	Rs 298	d.800

Tem que ter:

ady 17 de Setembro de «1599?» vendidas		
4 paisagens do n.º 4	Rs 5	d.000
ady 8 de Outubro ao Sr. Nicolas Pedro 2 espelhos		
de ¾ ½ com moldura dourada	Rs 40	d.000
ady 20 de Novembro ao Sr. Boussemart 6 telas		
do n.º 1	Rs 36	d.000
ady 20 de Dezembro vendidos ao Simon Nobel		
8 apóstolos a 22000 rs	Rs 17	d.600
ady ditto vendidas 2 meias-telas do n.º 3 a 2000 rs	Rs 4	d.000
ady 2 de Maio 2 ditto do n.º 3 juntos	Rs 2	d.700
ady ditto 3 telas do n.º 1 a 4500 rs	Rs 13	d.500
ady ditto 5 do n.º 1 a 4500 rs	Rs 22	d.500
ady ditto um do n.º 3 e 2 do n.º 4 juntos	Rs 3	d.000
ady ditto 7 do n.º 2 a 2000 rs	Rs 14	d.000
3 do n.º 3 aos da alfândega por me fazer «cortoisie»		
que me pagaram	Rs 4	d.500
para 2 escritórios em troco de açúcar e tabaco		
vendidos ao Geronimo Nunes de Fonseca	Rs 130	d.000
.....	Rs 298	d.800»

Num artigo interessante de 1963 «A Inquisição portuguesa e a arte condenada pela Contra-Reforma»⁸, Flávio Gonçalves escreve que a Inquisição espanhola velava para que os pintores não mostrassem a Virgem Maria, quando sentada, de pernas cruzadas e pés descobertos e descalços. Acrescenta: «Não sei se em Portugal a Inquisição chegou a tais minudências». Aqui temos a prova que sim.

Ainda na base dos estudos acima mencionados, deixamos seguir agora uma pequena colectânea de elementos com significado para Portugal, sejam eles referências em documentos ou reflexões dos próprios historiadores.

Assim aprendemos que não só «registos» e «santinhos» vieram de Flandres mas também baralhos de cartas. Consta que Nicolas de la Cattoir, livreiro em Lisboa ca 1615-1627, detinha aí o monopólio deste curioso artigo. Ainda hoje, Turnhout é o maior centro mundial de cartas para o jogo, e no museu daquela cidade encontramos exemplares antigos, pintados à mão, gravados em madeira ou em metal.

⁸ GONÇALVES, Flávio — *A Inquisição Portuguesa e a arte condenada pela Contra-Reforma*, «Colóquio», n.º 26, Dezembro de 1963, pp. 26-30.

Numa carta de 15 de Março de 1643 P. Christijn fala a Musson sobre a data mais apropriada para o leilão do Sr. Taxis. O seu conselho: uma semana antes da Páscoa, pois o tempo já estará melhor e agradável, o que favorece as deslocações dos amadores. Depois da Páscoa é que não: devem recomeçar as hostilidades dos inimigos e D. Francisco de Melo irá para as campanhas.

Três de Julho de 1649 é a data que está na carta de recomendação que P.^c Thomas de Jesus (espanhol ou português?) entrega em Bruxelas ao seu sobrinho para Matthijs Musson. O rapaz já aprendeu a pintar em Douai mas agora devia aperfeiçoar-se em Antuérpia: «... je vous prie de tant faire pour mon suiet et de ma soeur de le mettre chez un bon peintre et catholique...»

No ano 1654, a rainha Christina de Suécia demora-se muito tempo em Antuérpia, a caminho de Roma. Fica hospedada na casa de Garcia de Yllan e aproveita a sua estadia para juntar uma valiosa colecção de obras de arte.

Como é sabido, os magnatas da nação portuguesa de Antuérpia são bons clientes. Nos «Dados novos» aparecem mais umas referências, por ex. a Monsieur Roderigo, Português, e a Monsieur Franko Feo, respectivamente em Abril e Maio de 1658.

Em 1669 Justus Forchont escreve ao seu pai, a partir de Lisboa, que o mercado está a ser inundado de guirlandas «do gordo Filipe». Eric Duverger acha possível que o referenciado seja o pintor de flores Filips de Marlier, que faleceu em Antuérpia em 1667 ou 1668.

Numa carta de 28 de Fevereiro de 1670, o pai Forchont comunica aos seus filhos em Viena: vai haver outro grande leilão em Bruxelas de quadros raros, muitos italianos, do príncipe de Portugal. Começa no dia 3 de Março, e vai-se tirar proveito, sem dúvida nenhuma.

Da mesma altura data uma breve carta de Emanuel de Portugal a Duarte. (23 de Março de 1670).

No estudo de E. Duverger lemos que Matthijs Musson, através do seu casamento com Maria Fourmenois, entrou em contacto com Cornelis de Baillieur, pintor de Antuérpia, e que mandaram muitas caixas em parceria para Espanha e Portugal. Mais de sessenta artistas antuerpienses executaram pinturas para a célebre Casa, entre outros o talentoso Willem van Herp (ca. 1614-1677), cuja obra parece ter sido muito apreciada na Península.

De acordo com Denucé, a obra de Pieter Van Lint (1609-1690) encontra-se essencialmente na Península, muitas vezes sob outras atribuições.

Um dos documentos mais significativos em Denucé é este recibo:

«O abaixo assinado reconhece ter recebido do Senhor Guilielmo Forckhoudt por ordem do Rev. Padre Joannes Franco, Procurador Geral

da Província de Portugal da Sociedade Jesu em Lisboa, o montante de 98 florins de Brabante. Feito em Antuérpia, no dia 29 de Abril de 1698 por mim, Daniel Papebrochius S.J.».

O jesuíta Papebrochius não é desconhecido dos investigadores portugueses. Estava ligado a «Acta Sanctorum», onde tratou da Vida de vários santos portugueses.

Não vamos agora entrar em especulações acerca do porquê deste recibo, pois as razões podem ser muitas. Preferimos voltar ao nosso assunto principal, a importação de obras de arte a partir da Flandres, observando que uma parte dos quadros e das gravuras de teor religioso estava destinada às missões e seguiu para a Índia, Japão, China, Brasil... É um capítulo apaixonante, no qual os jesuítas tinham um papel de relêvo. Através deles, pinturas, estampas soltas, colecções de gravuras, livros ilustrados e até mapas gravados foram para todos os cantos do mundo — outro aspecto interessante dos Descobrimentos!

Os documentos aqui publicados em português provam que a importação a partir da Flandres continuou ao longo do séc. XVII. Notámos nas cartas que, mesmo naquela altura, o transporte se processava essencialmente por mar. Para contornar o problema do encerramento do Escalda era preciso recorrer ao trasbordo das mercadorias e/ou pagamento de taxas especiais. Isto dificultava as relações e encarecia os produtos e não podia deixar de afectar seriamente o comércio. No entanto, estamos confiantes que uma investigação mais minuciosa é capaz de trazer à luz muitos mais elementos que ilustram o intercâmbio lusoflamengo daquela época.

STATUES-MENHIRS ET STÈLES DU NORD DU PORTUGAL*

par Vítor Oliveira Jorge** et Susana Oliveira Jorge**

I. Dans le Nord du Portugal — comprenant les régions situées au nord du Douro et aussi une bande étroite vers le Sud de ce fleuve — nous connaissons maintenant 13 manifestations d'art préhistorique auxquelles on peut donner les noms conventionnels de «statues-menhirs» ou de «stèles», et encore un site qui est en cours d'étude et qui a révélé un nombre indiscriminé de ces mêmes objets (Cabeço da Mina). Ce travail se propose d'esquisser une première vision d'ensemble, tout en montrant le caractère inadéquat de la terminologie courante, le polymorphisme de ce type de représentations de la figure humaine et leur longue diachronie (probablement d'un Néolithique final à l'Âge du Fer). Mais commençons par une présentation schématique et succincte de nos connaissances, selon un ordre géographique.

1. *Boulhosa*

Elle provient de Serra da Boulhosa, un plateau où se trouvent les «concelhos» de Monção et de Paredes de Coura, dans le Haut-Minho

* Communication présentée au 115.^e Congrès des Sociétés Savantes. Avignon. Avril 1990.

** Institut d'Archéologie. Faculté des Lettres. Univ. Porto, Portugal.

(district de Viana do Castelo). Maintenant exposée au Musée National d'Archéologie, cette pièce a été recueillie par L. de Vasconcelos; selon cet auteur elle gisait à «quelques hectares» d'un dolmen près duquel les paysans ont dit qu'elle avait été trouvée. En fait, Vasconcelos a étudié 5 tumulus mégalithiques dans cette zone.

Hauteur: 1,12 m; larg. max.: 0,54 m; ép. max.: 0,08 m. Granit. Fragmentée.

Taillée dans une dalle. Revers en brut, sans aucun motif gravé. Tête conique, avec deux cupules («yeux»). Partie central du corps, sub-rectangulaire allongée, en relief. «Colliers» (6 lignes courbes concentriques). Fossettes latérales (on suppose l'existence d'une deuxième du côté droit, symétrique de celle de gauche) («seins»?).

2. *Casal*

Cette dalle a été trouvée dans un champ de maïs, dans la paroisse d'Insalde, «concelho» de Paredes de Coura (district de Viana do Castelo); L. de Vasconcelos l'a déposée dans le Musée National, où elle a été transportée dernièrement dans un espace qui donne accès à la nouvelle exposition des collections. Elle aurait bien pu être le support d'un dolmen; mais, évidemment, on n'exclut pas qu'il s'agisse d'un monolithe à fonction différent.

Hauteur: 1,78 m.; larg. max.: 0,79 m.; ép. max.: 0,19 m. Granit.

Seule la moitié supérieure de l'anvers de la pierre a eu sa surface régularisée et gravée. Nous y trouvons 15 rectangles emboîtés et, au dessus, une bande supérieure avec des lignes gravées et des cupules centrales, dans une disposition symétrique. Cette organisation décorative suggère, bien que d'une façon très abstraite, et simplement par la gravure, une schématisation de la figure humaine. Cette schématisation, même si nous étions devant un support de dolmen, ne serait pas surprenante. En fait, la partie supérieure de pas mal de ces dalles semble parfois être taillée de façon à dégager, de façon très sommaire, une «tête» et des «épaules».

3. *Ermida*

Cette statue-menhir féminine faisait partie d'un mur d'une des maisons d'Ermida, village du «concelho» de Ponte da Barca (district de Viana do Castelo), où A.M. Baptista l'a trouvée. Elle est exposée dans un petit musée du village.

Hauteur: 1,50 m.; larg. max.: 0,45 m.; esp. máx.: 0,29 m. Granit.

Malgré son apparence fruste, avec seulement l'anvers gravé, nous sommes ici déjà devant une pièce relativement évoluée, dont toutes les surfaces ont été régularisées et lissées. La tête se sépare du corps par un «cou» extrêmement large, bien marqué autour de la sculpture; les épaules et la suggestion de bras sont réduits à des moignons. La face est gravée dans presque tout ses détails, contour supérieur (ou arcade sourcilère), yeux, bouche, oreilles, contours latéraux et menton. Les seins sont donnés par deux cercles concentriques et une cupule. La division centrale de la poitrine se continue inférieurement par un décor «en épine» double, jusqu'à la ceinture.

4. *S. Bartolomeu do Mar*

Ce menhir se trouve *in situ*, près de l'église paroissiale, à quelques dizaines de mètres de la route Porto-Viana, laquelle se dirige vers l'Espagne («concelho» de Esposende, district de Braga). Malgré cette localisation, il n'a été reconnu comme menhir que dans les années 80. Très près de la mer (750 m. env.), il s'implante dans les sables de plage ancienne de 15-25 m. d'hauteur. La tradition raconte qu'il été fichée dans le sol par la mer; si on le fait tomber, celle-là retournera et recouvrera ces lieux.

Hauteur: 2,10 m.; larg. max.: 0,72 m.; esp. máx.: 0,42 m. Granit.

Au-delà des quatre paires de fossettes de sa face sud, ce menhir présente une évidente allure anthropomorphe, due surtout aux deux saillances latérales supérieures de la même face (façon intentionnelle, symbolique, d'indiquer les bras) et à la «tête» bien dégagée, bien que, peut-être, partiellement coupée dans son extrémité, en date incertaine. La section triangulaire du menhir accentue sa «lecture» antropomorphique, dans la mesure où les deux faces qui convergent vers la face sud suggèrent le dos du personnage.

5. *Chaves*

Actuellement dans le Musée Régional de Chaves, cette statue-menhir phallique a été trouvé dans le lit du fleuve Tâmega (qui croise la ville), près du pont romain. Elle a pu être réutilisée dans la construction, em époque romaine (Auguste?), d'un gué qu'y devait exister. Nous sommes dans le «concelho» de Chaves, district de Vila Real (Trás-os-Montes).

Hauteur: 1,62 m.; larg. max.: 0,315 m.; ép. max.: 0,315 m. Granit.

Pièce en forme de menhir à section médiane subquadrangulaire, dont la partie supérieure se détache pour représenter l'extrémité d'un phallus, laquelle, grâce aux divers attributs gravés dans la pièce, s'identifie avec la tête d'un personnage qu'on a voulu honorer. Ces attributs-là sont, notamment, une épée relativement longue (56 cm), sur le côté gauche, et, sur la face opposée, un poignard ou couteau dissymétrique. La ceinture est nettement marquée sur deux faces, et suggérée dans celle du poignard. Il est très important de souligner la signification probable de l'attribut rectangulaire allongé du dos, sur lequel nous reviendrons, et qui est peut-être un insigne d'une élite. L'envers montre, entre autres motifs, un stylisation de la face, des colliers, une possible troisième arme, pendue de la ceinture et un signe allongé (encore un phallus en érection?).

6. *Faiões*

Aujourd'hui aussi au Musée Régional de Chaves, cette pièce a été trouvée par hasard aux environs de la ville, exhumée par un «cater-pillar» dans les riches terrains de la vallée du Tâmega, à la paroisse de Faiões («concelho» de Chaves, district de Vila Real).

Hauteur: 1,61 m.; larg. max.: 0,66 m.; ép. max.: 0,19 m. Granit.

La statue-menhir a été sculptée dans une dalle, dans laquelle on a ébauché la ceinture, les bras (réduits à des moignons) et la tête, dont nous ignorons la forme, car la pièce est cassée dans son extrémité distale; mais il est probable qu'elle n'ait été originellement qu'une saillance symbolique, à la manière des bras. L'anvers, au-delà de nombreuses fossettes et de lignes ondulantes ou méandriques, présent, sur la «poitrine», ce qui semble être la stylisation d'un plissement, en plusieurs lignes concentriques. L'interprétation de ce motif comme collier multiple semble moins vraisemblable, étant du que plusieurs de ces plis recourent le décor terminal des saillances des bras, lequel, ici et dans sa continuation au revers, est constitué par plusieurs cercles concentriques, ayant une fossette au centre. Le braudrier qui croise la «poitrine» tient la petite arme dans sa gaine, du côté gauche, et il se lie, aussi, au motif «cérémoniel» ou de prestige figuré sur le dos. Celui-ci semble avoir été prolongé à un certain moment.

7. *Bouça*

Le menhir gravé de Bouça a été découvert dans les environs de cette paroisse du «concelho» de Mirandela (district de Bragança), près du

fleuve Rabaçal; l'endroit exact n'est pas certain, mais il est possible qu'il soit un habitat fortifié («castro») éventuellement protohistorique. Pour son étude et conservation, le monolithe a été redressé au village, où on peut maintenant l'admirer devant la «maison du peuple» local.

Hauteur: 2,45 m.; larg. max.: 0,57 m.; ép. máx.: 0,75 m. Granit.

L'anvers de la pièce est plat, et ne présente que deux fossettes comme attributs significatifs; pourtant, c'est sur l'anvers, bombé, que nous retrouvons le motif vertical subrectangulaire allongé, à base trapezoïdale, présent dans les exemplaires de Chaves et Faiões. Ce menhir, ou cet amorce de statue-menhir, comme on voudra, a aussi un caractère nettement phallique, lequel lui est donné par le cercle supérieur (méat urétral probable) et par le sillon situé au-dessous, possible délimitation du gland pénien).

8. *Cabeço da Mina*

Il s'agit d'un important gisement en cours d'étude par une équipe du Service Régional d'Archéologie de la Région Nord (Institut Portugais du Patrimoine Culturel), sous la direction de O. Sousa. Il appartient à la paroisse d'Açares, du «concelho» de Vila Flor (près des limites du «concelho» voisin de Alfândega da Fé), dans le district de Bragança. L'intérêt du site consiste dans le fait, malheureusement rare, de qu'on y trouve plusieurs exemplaires de «statues-menhirs» ou «stèles», en granit, quelques-unes d'un style très «classique», apparemment associées à d'autres spécimens en schiste, ceux-ci parfois de très petites dimensions. Pièces de l'un et de l'autre type ont été exhumées, pendant la fouille, dans une aire où il y a un mur de pierre, sans destination connue, et dans lequel tous auraient été réutilisés. Quoi que ce soit, ce cas suggère deux possibilités: que nous soyons devant un local à destination, tout au moins partiellement, rituelle (type sanctuaire?); et que dans celui-ci aient existé, côté à côté, des «stèles» e/ou «statues-menhirs» de types divers, dans un polymorphisme qui met en cause des schémas rigides, ou des évolutions typologiques linéaires qui feraient le plaisir de certains.

Il est très intéressant de trouver, parmi les exemplaires d'Açares, des «colliers», formant plusieurs lignes concentriques; des «ceintures» bien marquées, parfois par une double ligne de sillons (ceux-ci peuvent définir une bande remplie par une ligne brisée, formant une série horizontale de triangles, en disposition alternée); la schématisation de la face humaine, réduite à deux cupules et sillon central vertical, lequel peut se prolonger de l'un et de l'autre côté de façon à esquisser les sourcils; un décor pectoral constitué par deux demi-cercles disposés verticalement, et

se prolongeant sur le revers par un dispositif en croix , etc. Enfin, nous ne pouvons pas nous allonger ici sur un sujet sur lequel on attend une première publication des responsables, mais il est tout de même important d'appeler l'attention des chercheurs vers cet important gisement, qui s'intègre, sans doute, dans le monde des figurations humaines sculptées du III^e millénaire tardif, question sur laquelle nous reviendrons plus loin.

9. *Quinta do Couquinho*

Pièce trouvée aux alentours de Vide, «concelho» de Moncorvo (district de Bragança). Les détails de la découverte ne sont pas connus. Cet exemplaire est au Musée National de Lisbonne.

Hauteur: 0,31 m.; larg. max.: 0,23 m.; ép. max: 0,07 m. Granit.

Il s'agit d'un galet, dans lequel ont été gravés des attributs de la face (yeux, sourcils, nez, bouche), d'une façon très schématique (en forme de «H» couché, comme a écrit Arnal), et un probable collier multiple (trois sillons arqués parallèles). Les ressemblances avec la pièce de Crato (district de Portalegre, Alentejo, Portugal) sont évidentes; il s'agit d'un groupe de formes dans lequel on pourrait aussi intégrer des pièces comme celles de N.^a S.^a da Esperança (Arronches, Vistalegre, district de Portalegre) et de Ciudad Rodrigo 1 (Salamanque, Espagne), bien que celles-ci aient plus d'attributs.

10. *Moncorvo*

On sait seulement de cette pièce qu'elle provient du «concelho» de Moncorvo, et qu'elle a été offerte (du temps de L. de Vasconcelos) au Musée National, ainsi que l'exemplaire de Quinta do Couquinho, par un curé local, J. A. Tavares.

Hauteur: 0,35 m.; larg.: 0,19 m.; ép.: 0,07 m. Granit.

La face est traitée en creux; très simple, elle possède un nez en relief et des cupules pour les yeux. Mais cette partie de la pièce, quadrangulaire à sommet cintré, est entourée par une moulure qui est à son tour en relief par rapport à la périphérie de l'objet. On ne peut pas s'empêcher de penser aux «stèles» provençales et à celle d'Asquerosa, Grenade (Espagne).

11. *Santa Luzia*

Cet exemplaire a été trouvé par hasard par S. Júnior sur un mur

actuel du Mont de Santa Luzia, probable habitat de l'Âge du Fer et d'époque romaine du «concelho» de Freixo de Espada à Cinta (district de Bragança). Ce gisement est très connu par l'abondante collection de sculptures zoomorphiques en pierre (des suidés pour la plupart), d'habitude appelées «berrões», qu'on y a découverte. La pièce est actuellement au Musée de Bragança.

Hauteur: 0,235 m.; larg. max.: env. 0,18 m.; larg.: env. 0,08 m.
Granit.

Il s'agit d'un objet qui a un style très prochain de l'antérieur; pourtant, le «nez» est ici plus long, presque atteignant la partie inférieure de la moulure en relief qui entoure le «visage». Cette pièce attend encore une étude détaillée.

12. Longroiva

Ce monument a été trouvé à la paroisse de Longroiva, «concelho» de Meda (district de Guarda, Beira Alta), dans une vallée fertile, au site de Quinta do Cruzeiro. Conservé maintenant dans le jardin d'une propriété privée, on envisage son exposition dans le Musée de Guarda. La publication qu'Almagro Basch (1966: 109) en a faite ne montre pas le contour réel du bloc où les gravures ont été pratiquées, lequel est subelliptique. Il s'agit encore d'un cas qui exige une étude de révision.

Hauteur: 2,40 m.; larg.: env. 1,40 m. Granit.

On a profité de la face lisse d'un gros bloc pour y graver, au centre, une figure humaine, masculine, d'un guerrier accompagné de ses armes: hallebarde (vraisemblablement du type Carrapatas, attribuable au Bronze Ancien), arc, poignard à lame triangulaire. Un relief supérieur du support (naturel ou aménagé, il faudrait une analyse détaillée de la pièce pour l'éclaircir) contribue à délimiter le visage, avec ses yeux, son nez, sa bouche et peut-être, au moins, une des oreilles. Le corps est rectangulaire (vêtement du type tunique?) et termine inférieurement par quatre traits verticaux figurant les jambes. Il est possible que le personnage ait une barbe; sous celle-ci, on voit la probable figuration du cou, très large, et, plus en bas, un collier ou autre ornement, sous forme d'un demi-cercle. Le très grand intérêt de ce monument découle, d'une part, de l'iconographie des armes, bien identifiables et avec une chronologie pas controversée. D'autre part, surtout par la position centrale de la figure humaine dans l'ensemble de la surface elliptique gravée et par le fait que la saillance distale du bloc coïncide avec le sommet de la tête, on comprend qu'on a voulu identifier la totalité du bloc avec le personnage lui-même (comme

s'il s'agissait d'une dalle antropomorphe ou d'une statue-menhir). Vu de loin, ce monument «signifiait» ainsi une entité importante (chef, héros, divinité) qu'y était figurée.

13. *Chã do Brinco*

«Stèle» anthropomorphe, en granit (hauteur: 1,16 m.), trouvée par E. J. Lopes da Silva dans la chambre (bouleversée) du dolmen 1 de Chã do Brinco, situé dans la montagne de Montemuro («concelho» de Cinfães, district de Viseu). Ce monument mégalithique appartient à un noyau de trois tumulus, en cours d'étude.

14. *S. João de Ver (?)*

Il s'agit de la pièce formellement la plus évoluée de toutes celles qui ont été présentées dans cette communication. Malheureusement sa provenance est inconnue. A un certain moment, elle a été achetée à un antiquaire de Póvoa de Varzim, dans le district de Porto, et finalement déposée dans un immeuble de la ville même de Porto, où nous l'avons étudiée; actuellement son propriétaire l'a installée dans sa maison de Guimarães. D'après une information de notre collègue Armando Coelho F. da Silva (publiquement communiquée au Colloque d'Archéologie du Nord-Ouest Péninsulaire, Porto, Septembre 1988), elle proviendrait de S. João de Ver, «concelho» de Feira, district de Aveiro (Douro Littoral).

Hauteur: 1,73 m.; larg. max.: 0,414 m.; ép. max.: 0,27. Granit.

Basiquement il s'agit d'un monolithe de forme parallélépipédique, destiné à être fiché dans le sol, correspondant à la représentation d'un personnage masculin armé. Il a une tête ovoïde de grandes dimensions, un casque à protections latérales de la face, un ornement pectoral en forme de pendeloque triple, une épée dans sa gaine (longueur total: 55 cm.) du côté gauche, et une probable stylisation d'un vêtement cérémoniel sur le dos. Les bras sont réduits à des moignons; le cou est large, épais, et la tête présente des yeux, un nez et une bouche, et, latéralement, des oreilles. En tant que statue-menhir armée, cette pièce rappelle celles de Faiões et de Chaves, pour ne pas citer le cas de Longroiva, monument de type et de chronologie certainement bien différents. Bien que féminine, la statue-menhir de Ermida a un traitement du cou et des épaules qui évoque cet exemplaire; et, comme lui, elle a les yeux, le nez et la bouche marqués. De toute façon, et malgré son caractère fruste, la pièce de S. João

de Ver (?) a, dans sa conception, quelque chose de régulier, de soigneusement stylisé, qui nous amène à la voir intuitivement, dans une certaine mesure, comme l'aboutissement de toute cette diversité de représentations pré et protohistoriques que nous venons de présenter.

II. Évidemment, d'après l'insuffisance de nos données on doit se garder de considérer les «stèles» et «statues-menhirs» du Nord du Portugal comme des bornes d'une évolution graduelle, entre le monde dolménique au départ et la statuaire du Bronze Final / Âge du Fer à la fin. La réalité a du être bien plus complexe. En même temps, on se demande quel est le rapport entre les spécimens les plus évolués qu'on a montré et les fameuses statues de guerriers dits «lusitaniens» ou «galiciens» qu'on trouve dans le *oppida* fortifiés du Nord-Ouest. Leur chronologie exacte est discutée, mais il y a une tendance dominante pour les voir comme des manifestations propres à des populations habitant des «castros» en pleine époque romaine.

Quoi qu'il en soit, il est évident que les plus anciennes représentations sculpturales de la figure humaine font leur apparition en contexte mégalithique. Les découvertes récentes des collègues de Galice ont montré que toute une série de «stèles» de petite dimension est présente dans des dolmens à couloir comme Parxubeira, Dombate, Axeitos ou Argallo. Dans les deux premiers, au moins, ces «idoles» étaient devant et à une certaine distance de l'entrée du couloir, comme s'ils «présidaient» à un espace sacré. Une plaque et un galet peint, ayant à peu près le même type de localisation, ont été trouvés au dolmen de Madorras I (Sabrosa, district de Vila Real, Trás-os-Montes) par Huet Gonçalves, montrant ce qu'on a encore à attendre, dans ce domaine, de la fouille détaillée des dolmens à couloir. S'il est sûr que quelques supports de chambres mégalithiques ont parfois été aménagés de façon à suggérer un certain anthropomorphisme, il est aussi possible qu'à l'intérieur des chambres — entre les supports ou à une certaine distance d'eux, vers l'intérieur de l'espace sépulcral — d'autres «stèles» aient été déposées, comme le cas de Chã do Brinco suggère. Nous aurions tendance à supposer un contexte mégalithique aussi pour des spécimens comme ceux de Boulhosa ou de Casal. Bien que des dolmens à couloir plus ou moins développés aient pu être bâtis dès la fin du IV^e mill. av. J. C., et utilisés parfois pendant tout le III^e mill., et même au commencement du II^e, il est probable que l'enrichissement des architectures, la prolifération de l'art pariétal mégalithique, et l'utilisation croissante de «stèles» ou «idoles» de types divers soit largement un phénomène du III^e millénaire, lequel a certainement connu des étapes qu'on ne peut pas encore déceler. La montée d'importance

de certains lieux funéraires, où on a construit des monuments bien plus grands qu'auparavant, doit être liée à l'ascension d'élites, dont la légitimation passait par l'accroissement de la charge symbolique de leurs tombes et par la conduite de rituels plus compliqués, avec la manipulation de symboles suprarégionaux. Ces symboles «circuleraient» parmi ces élites avec autant plus de facilité que la justification même de telles élites aux yeux des «gens du commun» serait celle d'établir des alliances indispensables, à long terme, à la survie des communautés.

Il est presque certain que, parallèlement au phénomène mégalithique, le III^e millénaire tardif a assisté à d'autres manifestations religieuses, tels que le choix de certains endroits peu accessibles (abris-sous-roche, rochers en position topographique spéciale) pour la pratique de peintures ou de gravures qui ont un évident but religieux. Au même temps, des sites comme Cabeço da Mina nous indiquent la possibilité d'existence de vrais sanctuaires «chalcolithiques» d'air libre, où des «statues-menhirs» et des «stèles» pourraient être rassemblés, facilitant peut-être un culte (des ancêtres et/ou de divinités telluriennes?) détaché des espaces funéraires traditionnels. Nous aimerions savoir quel serait le possible rapport entre les types de lieux de culte cités et les habitats sédentaires, avec des poteries majoritairement décorées, qu'on connaît dans le Nord du Portugal pendant le III^e millénaire. Au moins peut-on dire qu'à cet époque la réalité archéologique s'enrichit et se diversifie, et qu'il y a de nettes permutations d'éléments entre des contextes distincts. D'autre côté, il est très probable que des «statues-menhirs» ou «stèles» de type Quinta do Couquinho ou Cabeço da Mina aient pu être utilisées dans des sites à destination diversifiée. L'apparition de ce type de pièces dans l'aire de la vallée de la rivière de Vilarica paraît souligner l'importance potentielle de cette région, qui possède des terrains très fertiles, pendant la Préhistoire récente. Finalement, si on regarde la distribution géographique de ce type de figurations et de celles qui leur sont apparentées dans le Sud du Portugal et dans les régions espagnoles voisines, on s'aperçoit qu'elles se localisent de préférence dans le rebord occidental de la Meseta, lequel a pu fonctionner comme un «couloir» de passage, vers le Nord, de matières-premières rares comme le cuivre; il s'agit, tout au moins, d'une hypothèse de travail qu'un de nous (S.O.J.) a soulevée récemment.

Le monument de Longroiva inaugure, au Bronze Ancien, les représentations humaines armées. C'est très intéressante l'occurrence de ce personnage, car à cette époque les figurations d'armes peuvent être accompagnées d'«idoliformes» très schématiques, comme c'est le cas de la pièce de Tabuyo del Monte (Léon, Espagne), avec, aussi, un poignard et une hallebarde, ou des gravures et peintures sous-roche de Peña Tu (Asturies, Espagne), celles-ci avec un poignard seulement.

Quant aux statues-menhirs de Ermida, Bouça, Faiões et Chaves, si différentes les unes des autres, nous les plaçons, sous réserve, dans le Bronze Final. Les trois dernières ont, sur le dos, un attribut qui est peut-être un symbole standardisé de pouvoir (social et/ou religieux), espèce d'équivalent du motif en forme d'ancre présent dans les «stèles» du «groupe d'Alentejo» du Bronze du Sud-Ouest, et normalement datées du XII^e au IX^e siècles av. J. C. Signalons que récemment on a trouvé, à Muíño de S. Pedro (Verín, Galice) (Taboada Cid, 1988-89), très près de la frontière portugaise et donc de Chaves, ce qui semble être une statue-menhir, éventuellement phallique, avec l'habituel attribut dorsal, réutilisée à l'époque romaine. L'exemplaire de Chaves, si on valorise le «poignard» du côté droit en tant que couteau à un seul tranchant, pourrait être daté aussi bien du Bronze Final que de l'Âge du Fer. C'est peut-être à cette dernière époque qu'on doit attacher la pièce de S. João de Ver (?), à cause, surtout, de son casque, dont la morphologie ne nous semble pas pouvoir être antérieure.

Ainsi, en schéma, et à titre d'hypothèse, nous aurions le cadre chronologique suivant, pour les pièces du Nord du Portugal que nous avons passées en revue:

Néolithique Final/Chalcolithique Contexte mégalithique certain		Chã do Brinco
	possible	Boulhosa Casal
Chalcolithique		Cabeço da Mina Quinta do Couquinho Moncorvo Santa Luzia
Indéterminable		S. Bartolomeu do Mar
Bronze Ancien		Longroiva
Bronze Final		Ermida Chaves Faiões Bouça
Âge du Fer (?)		S. João de Ver (?)

III. Tout au long de ce texte, le lecteur s'est forcément aperçu que ce n'est qu'avec un certain malaise que nous utilisons les mots «stèle» et «statue-menhir». En fait, il s'agit de concepts qui ne sont pas suffisamment précis pour catégoriser ce genre de pièces, étant du le polymorphisme, parfois même l'ambiguïté, des exemplaires en étude, au moins dans la Péninsule Ibérique. Par ex. dans le *Dictionnaire de la Préhistoire* dirigé par A. Leroi-Gourhan (1988: 996,997) on trouve les définitions suivantes: «Stèle: bloc de pierre assez plat, dont la hauteur ne dépasse généralement pas 1 m., et dont une des faces porte une figuration humaine schématique». «Statue-menhir: (...) monolithe d'une certaine dimension, évoquant plus ou moins schématiquement le modelé d'un corps humain». Nous n'avons pas ici de place pour développer ce thème, qui est pourtant capital, nous croyons, pour les objectifs de cette réunion scientifique. Nous nous limiterons ensuite à indiquer les grandes lignes que selon nous peuvent orienter une future typologie, plus fine; cette typologie doit constituer, dans un premier moment, une démarche tout à fait indépendante de la chronologie. Ainsi, il faut tenir compte de:

a) Degré de dépendance de la forme accomplie par rapport à la morphologie initiale du support, ou, en d'autres mots, degré d'intervention du travail de *sculpture* sur le support. Par ex., il y a des exemplaires qui profitent d'un galet plus ou moins grand, ou d'une dalle parallélépipédique; cette matière-première déjà régulière va être plus ou moins altérée par la sculpture avant d'arriver à la pièce tel que nous la connaissons.

b) Degré d'intervention de la *gravure* par rapport au support sculpté, ou ayant eu ses surfaces simplement régularisées. En fait, on observe fréquemment que ce type de pièces est fortement tributaire des motifs anatomiques et des attributs complémentaires ajoutés par la gravure à un support qui peut être plus ou moins suggestif de la forme humaine.

c) Degré de «*symbolisme*» de la forme produite par rapport à la totalité du corps humain que la figure vise, en principe, représenter; c'est-à-dire, dans quelle mesure a-t-on voulu identifier un personnage par une partie plus ou moins grande de sa morphologie complète. Parfois, surtout dans le cas des dites «stèles», on est devant des «bustes», des pièces en règle de petites dimensions, qu'on a volontairement réduites qu'à la tête et, éventuellement, au thorax.

Ce qui est important, c'est privilégier l'idée sous-jacente à la pièce. A-t-on voulu représenter une figure humaine complète, même qu'«abrégee», ou seulement son extrémité supérieure, par ex.? La taille, est-elle proche de celle d'un corps humain, ou, au contraire, s'agit-il d'une espèce de statuette de petites dimensions? La suggestion finale d'anthropomorphisme

résulte-t-elle prédominamment des attributs gravés, de la silhouette sculptée, ou d'une conjugaison variable des deux? Enfin, la pièce a été conçue pour être «lue» de tous les angles, ce qui est le principe de la sculpture en ronde-bosse, ou bien est-elle avant tout une «plaque» (plus ou moins grande) faite pour être vue de face? Voici quelques-unes des questions qu'à notre avis doivent présider à une nouvelle typologie, plus poussée.

Dans le cas de la Péninsule Ibérique, il est habituel, depuis Almagro Basch (1966), d'appeler «stèles» à toute une variété de monuments pré et protohistoriques qu'ensuite on subdivise en «stèles de type Alentejo», «stèles de type Estremadura» (province espagnole) et «stèles anthropomorphes proprement dites». C'est dans ce troisième groupe qu'on intégrerait celles qui ont été présentées ici. Notre collègue Martin Almagro, de l'Univ. de Madrid (sous presse), distingue encore, dans le dernier groupe, les sous-groupes suivants (parmi les exemples, nous ne citons que ceux qu'on a présentés ici): a) *stèles ayant une iconographie qu'on peut mettre en rapport avec l'art rupestre et l'art mégalithique* (par ex., Casal); b) *stèles féminines* (1. à représentation idolliforme; 2. avec le visage représenté — ex.: Moncorvo; 3. stèles-galet — ex.: Crato; Quinta do Couquinho); 4. *stèles féminines du Sud-Ouest*; 5. *stèles anthropomorphes féminines* — ex.: Boulhosa; Ermida); c) *stèles-menhir masculines* (1. phalliques — ex.: Chaves; Bouça; 2. simples, masculines — ex.: Longroiva; 3. stèles-statue masculines — ex.: Faiões).

Notre démarche est de type différent, purement descriptive au départ et sans faire appel à des critères qui, par leur hétérogénéité même (ressemblances avec d'autres contextes artistiques, sexe, forme du support, etc.) peuvent, si on n'explicite pas d'avance les raisons de notre choix d'attributs et de leur hiérarchisation, compliquer encore plus notre étude. Mais nous n'avons pas certainement le monopole de la raison et, somme toute, notre travail est encore en cours.

Porto, Juin 1990.

BIBLIOGRAPHIE FONDAMENTALE

— ALMAGRO BASCH, M. — *Las estelas decoradas del suroeste Peninsular*, Madrid, C.S.I.C./Univ. Madrid, 1966.

— ALMAGRO GORBEA, M. (sous presse) — *Las estelas antropomorfas en la Peninsula Iberica. Tipologia, dispersión, cronologia y significado*.

— ALMEIDA, C.A.F. de et JORGE, V.O. — *A estátua-menir de Faiões (Chaves)*, Porto, G.E.A.P., 1979.

— ANATI, E. — *Arte rupestre nelle regioni occidentali della Penisola Iberica*, Val Camonica, Centro Camuno di Studi Preistorici, 1968.

— ANNA, A. d' — *Les statues-menhirs et stèles anthropomorphes du midi méditerranéen*, Paris, C.N.R.S., 1977.

— ARNAL, J. — *Les statues-menhirs, hommes et dieux*, Toulouse, Éd. des Hespérides, 1976.

— BAPTISTA, A.M. — *A estátua-menir da Ermida (Ponte da Barca, Portugal)*, «O Arqueólogo Português», Lisboa, sér. IV, vol. 3, 1985, pp. 7-44.

— BARCELO, Juan A. — *Introducción al razonamiento estadístico aplicado a la Arqueología: un análisis de las estelas antropomorfas de la Peninsula Iberica*, «Trabajos de Prehistória», vol. 45, 1988, pp. 51-85.

— GOMES, M.V. e MONTEIRO, J.P. — *As estelas decoradas da Herdade do Pomar (Ervidel — Beja) — estudo comparado*, «Setúbal Arqueológica», vol. II-III, 1976-77, pp. 281-243.

— JORGE, S.O. — *Povoados da Pré-história recente da região de Chaves — V.ª P.ª de Aguiar*, Porto, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, 1986.

— JORGE, V.O. et ALMEIDA, C.A.F. de — *A estátua-menir fálica de Chaves*, Porto, G.E.A.P., 1980.

— JORGE, V.O. et JORGE, S.O. — *Nótula preliminar sobre uma nova estátua-menir do Norte de Portugal*, «Arqueologia», Porto, vol. 7, 1983, pp. 44-47.

— JORGE, V.O., BAPTISTA, A.M., et GONÇALVES, A.A.B. — *Menir de S. Bartolomeu do Mar (Esposende)*, «Boletim Cultural de Esposende», vol. 9-10, 1986, pp. 13-20.

— LEROI-GOURHAN, A. (dir. de) — *Dictionnaire de la Pré-histoire*, Paris, P. U. F., 1988.

— VASCONCELOS, J.L. de — *Esculturas pré-históricas do Museu Etnológico Português*, «O Arqueólogo Português», Lisboa, vol. XV, 1910, pp. 31-39.

— SANCHES, M.J. et JORGE, V.O. — *A «estátua-menir» da Bouça (Mirandela)*, «Arqueologia», vol. 16, 1987, pp. 78-82.

— SANTOS JÚNIOR, J.R. — *A cultura dos berrões no Nordeste de Portugal*, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto, vol. XXII, fasc. 4, 1975, pp. 353-516.

TABOADA CID, Manuel — *Estela funeraria antropomorfa do Muíño de San Pedro (Verín)*, «Boletim Auriense», Orense, t. XVIII-XIX, 1988-89, pp. 79-93.



Fig. 1. Distribution géographique des exemplaires cités dans le texte:
 1. Boulhosa; 2. Casal; 3. Ermida; 4. S. Bartolomeu do Mar; 5. Chaves; 6. Faiões;
 7. Bouça; 8. Cabeço da Mina; 9. Quinta do Couquinho; 10. Moncorvo; 11. Santa
 Luzia; 12. Longroiva; 13. Chã do Brinco; 14. S. João de Ver (?).

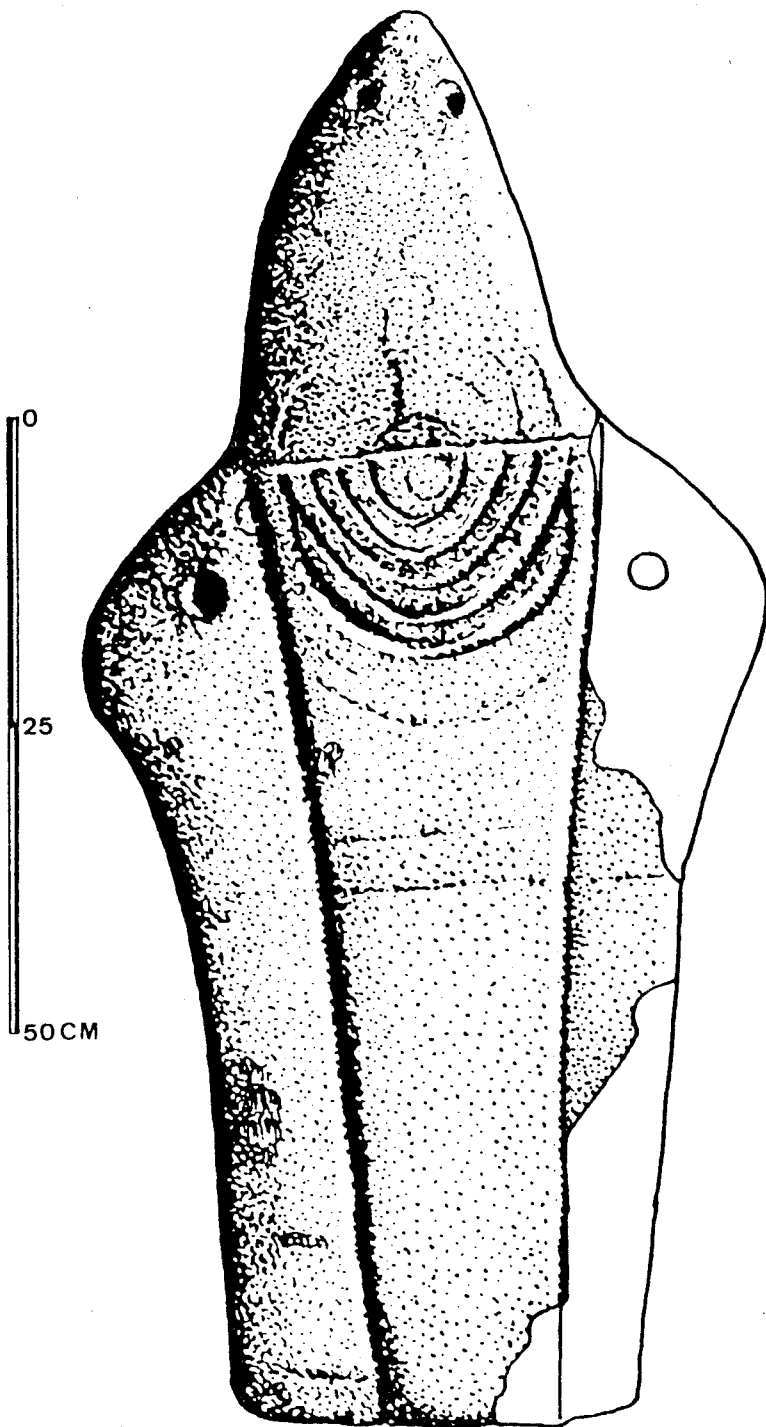


Fig. 2. Statue-menhir de Boulhosa (d'après Anati).

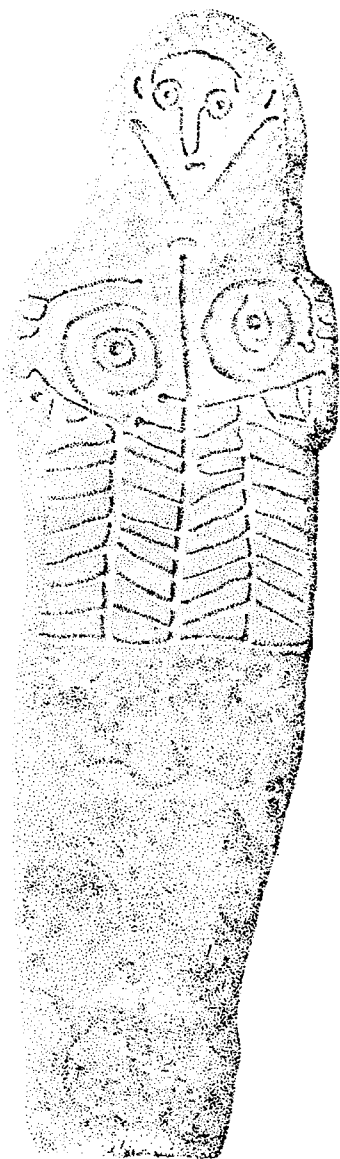


Fig. 3. Statue-menhir d'Ermida (d'apres Martinho Baptista).

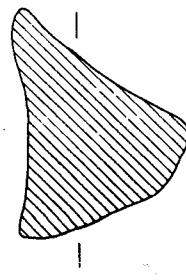
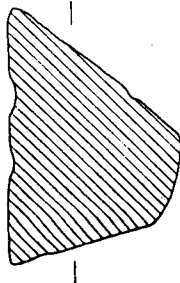
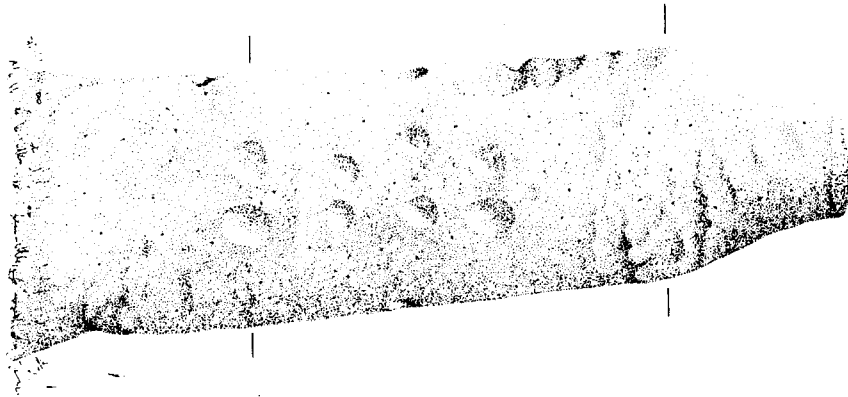
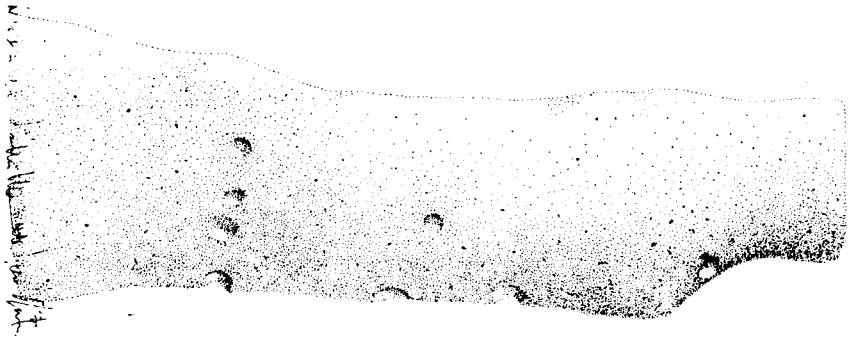


Fig. 4. Monolithe de S. Bartolomeu do Mar (d'après Jorge, Baptista et Gonçalves).

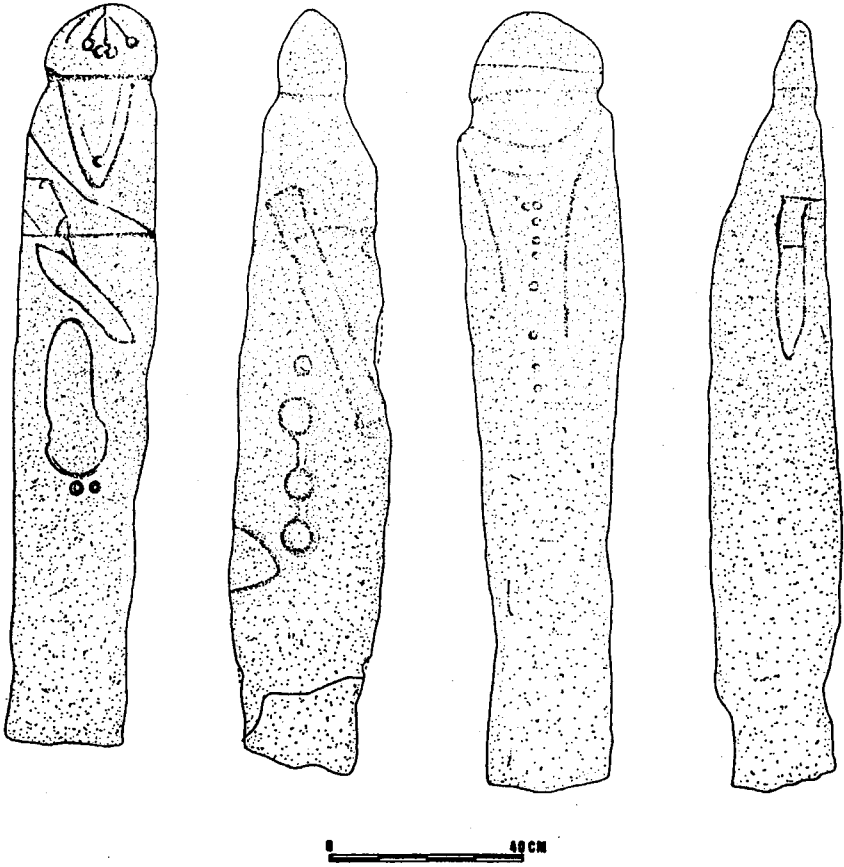


Fig. 5. Statue-menhir de Chaves (d'après Jorge et Almeida).

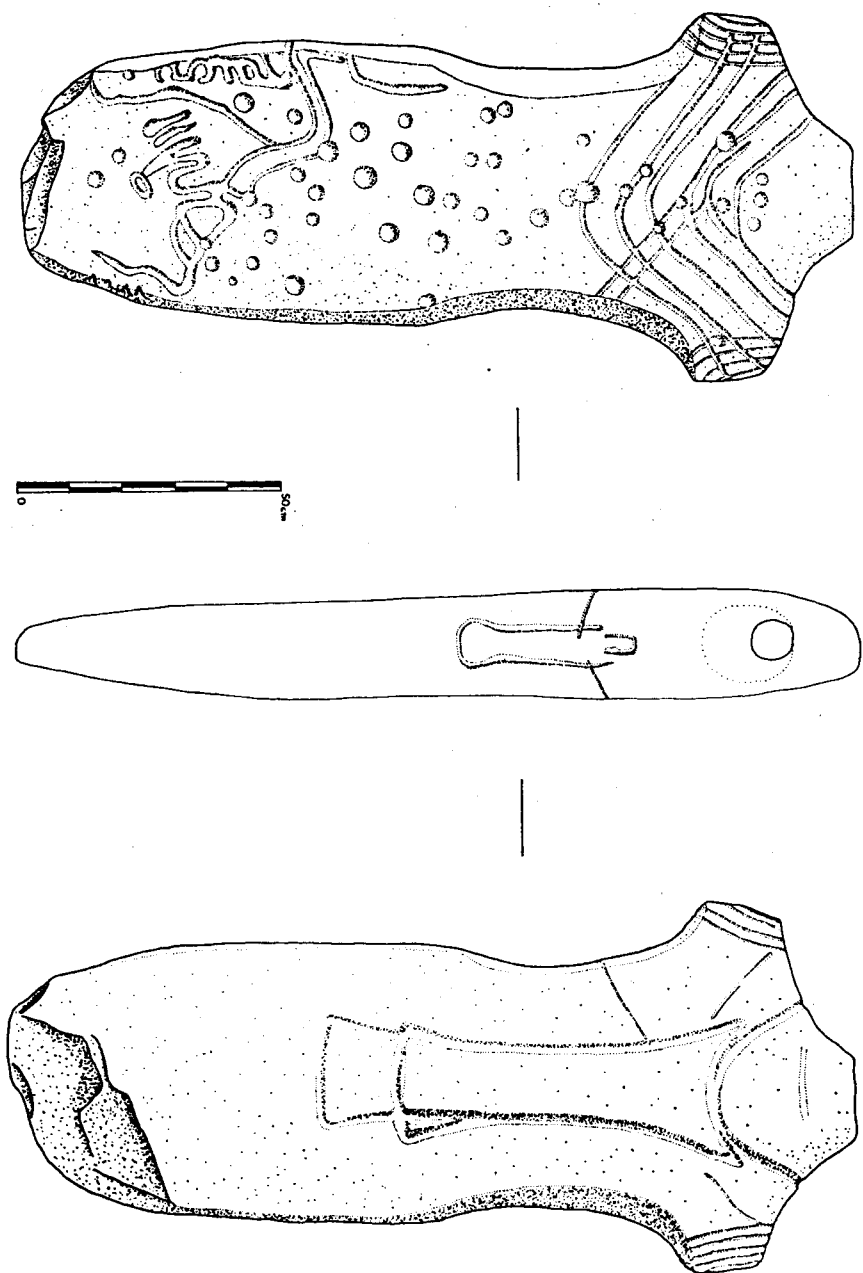


Fig. 6. Statue-menhir de Faiões (d'après Almeida et Jorge).

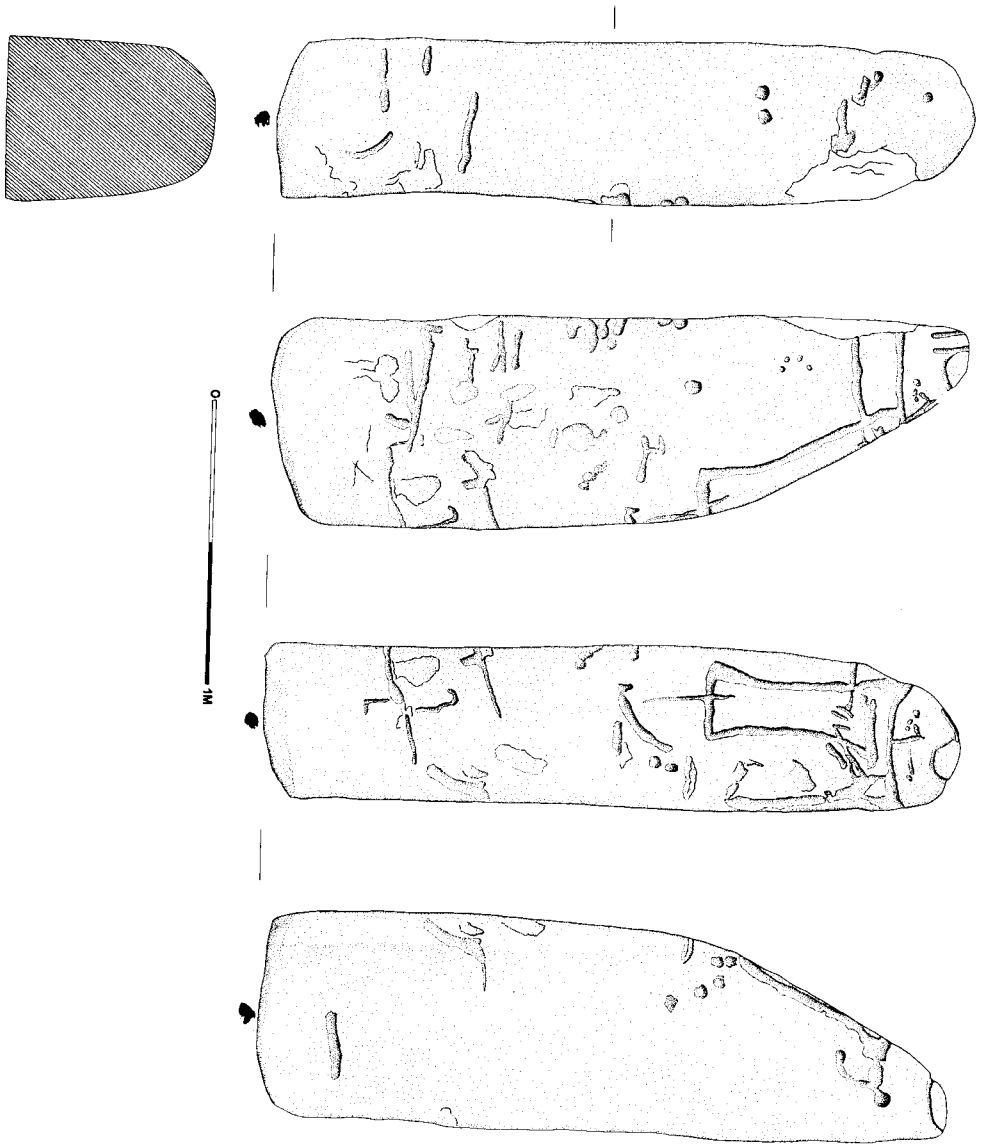


Fig. 7. Statue-menhir de Bouça (d'après Sanches et Jorge).

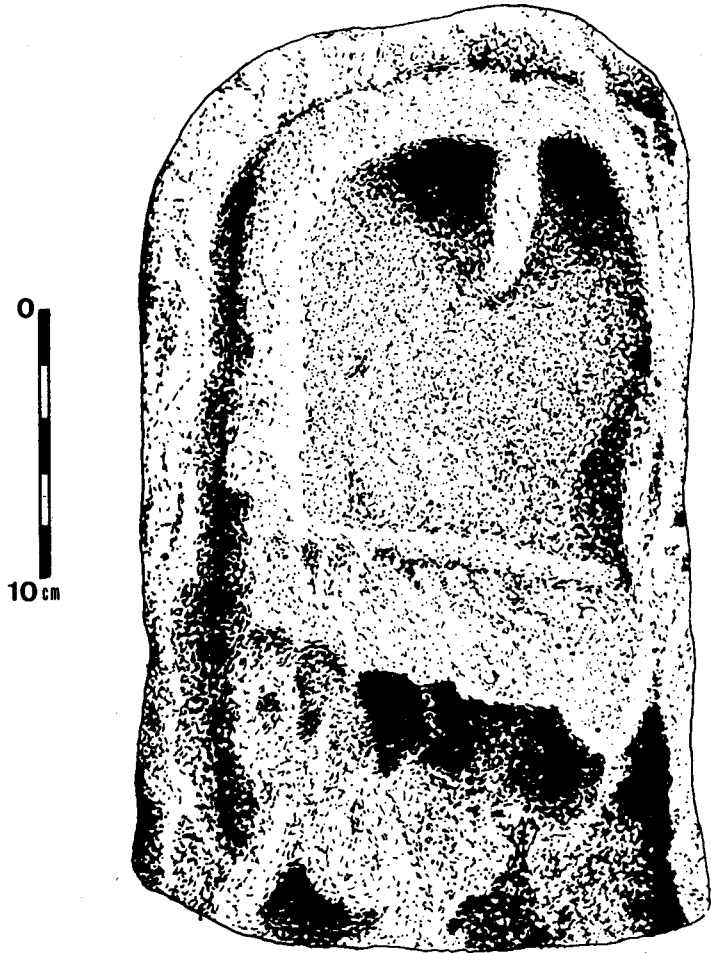


Fig. 8. Exemple de Moncorvo (d'après Arnal).

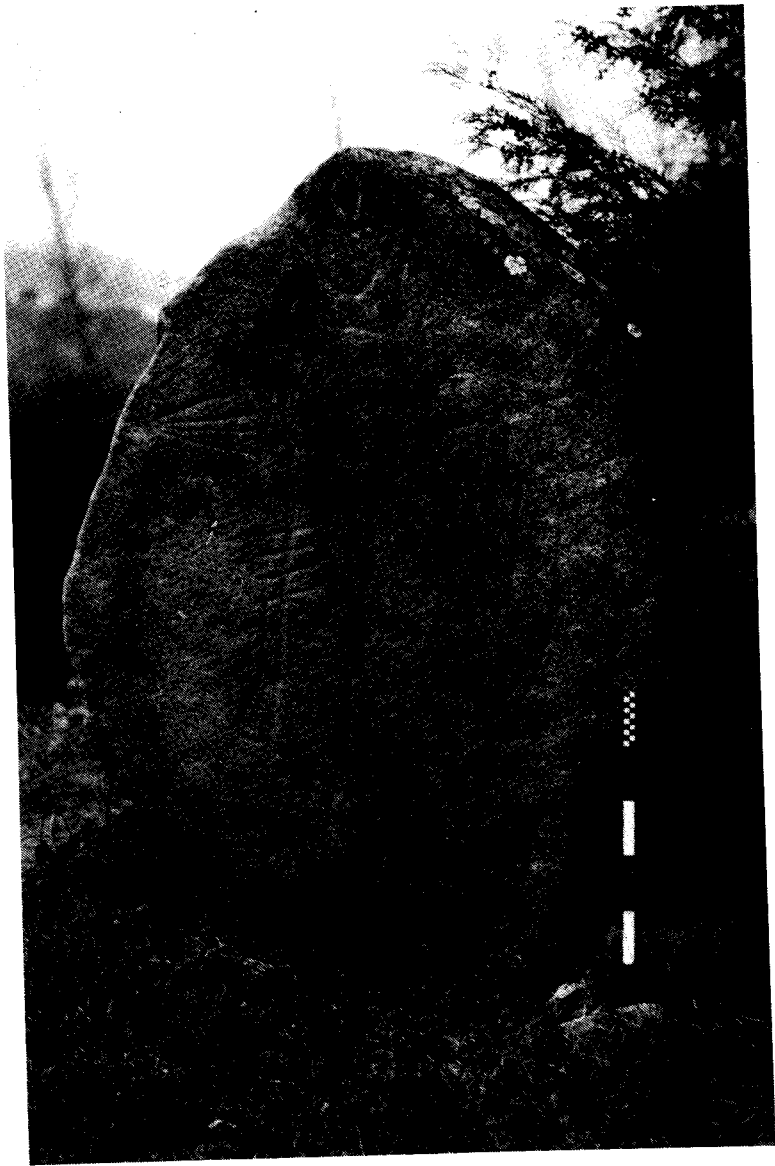


Fig. 9. Monolithe de Longroiva (photo des auteurs).

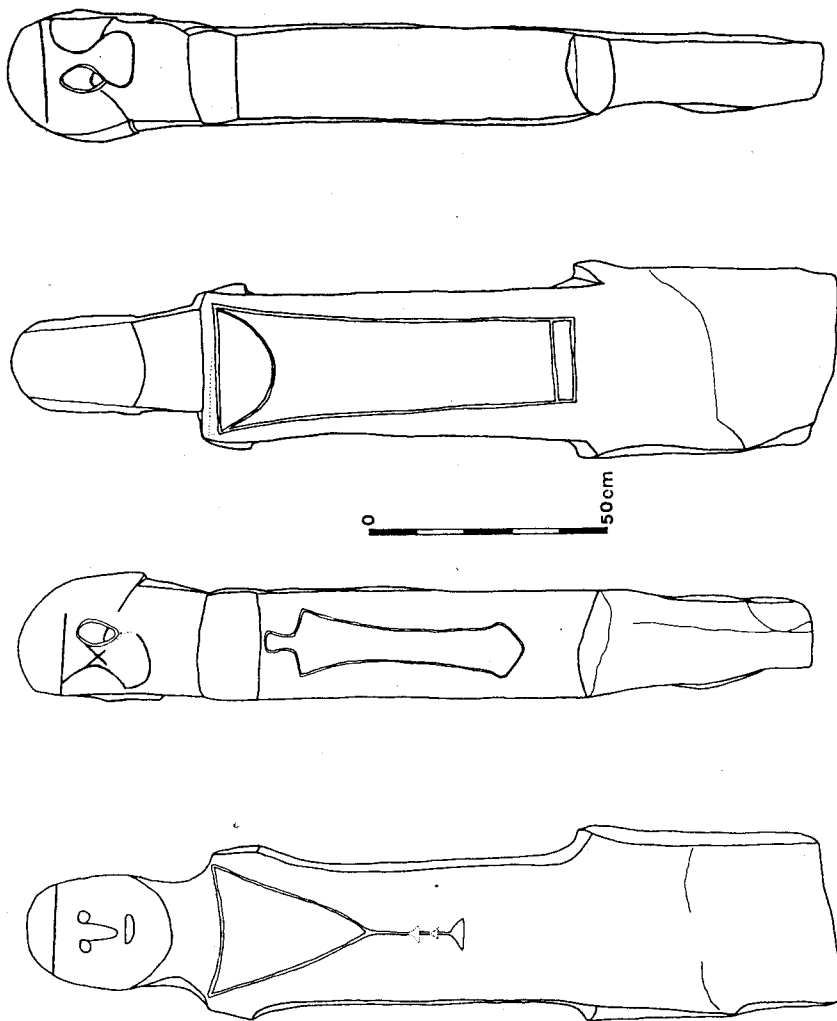


Fig. 10. Statue-menhir de S. João de Ver (?) (d'après Jorge et Jorge)



Fig. 11. Statue-menhir de S. João de Ver (?), vue de face (photo ICBAS).

TROIS MILLÉNAIRES DE VIE PRÉHISTORIQUE DANS LE
NORD DU PORTUGAL: DES BÂTISSEURS DES
PREMIERS DOLMENS AUX SOCIÉTÉS HIÉRARCHISÉES
DU BRONZE FINAL*

Par **Susana Oliveira Jorge****
et
Vítor Oliveira Jorge**

RÉSUMÉ:

Les auteurs font le point des connaissances acquises sur la Préhistoire récente du Nord du Portugal, du Néolithique à l'Âge du Bronze Final, selon une perspective d'Archéologie sociale.

Les témoins archéologiques connus — tumulus, habitats, manifestations d'art rupestre, statues-menhirs, sépultures «plates», dépôts, etc. — intéressent surtout en fonction de certains problèmes fondamentaux qui sont en rapport avec le fonctionnement et la trajectoire des systèmes sociaux intégrés dans leur environnement naturel et culturel.

* Communication présentée au Congrès Préhistorique de France. Paris, Novembre 1989. Le présent texte s'appuie sur une synthèse de *La Préhistoire récente du Portugal*, rédigée par Susana Oliveira Jorge, et intégrée dans le 1^{er} volume d'une *Nouvelle Histoire du Portugal* éditée par Ed. Presença, Lisboa (sous presse — parution prévue pour Mars 1990). Il a été écrit en français par le deuxième auteur, et il a été objet d'une révision grammaticale et orthographique par M. l'Abbé Jean Roche, auquel les auteurs remercient vivement.

** Professeur à la Faculté des Lettres, Université de Porto, Portugal.

Ainsi, il faut éclaircir:

a) L'évolution des types de peuplement en rapport avec la topographie du paysage et la capacité technique des populations;

b) Le rôle des tombes et des sites d'habitat en tant que moyens d'affirmation de la cohésion sociale, dans leur qualité de volumes référenciels implantés dans le territoire;

c) La fonction de toute une imagerie (décor de la céramique d'usage quotidien, sacralisation de certains sites par la peinture ou la gravure, proto-statuaire, etc.) dans les stratégies d'affirmation des communautés ou de certains groupes;

d) La progression vers des sociétés de plus en plus hiérarchisées telle qu'elle se présente dans l'implantation et les caractéristiques des habitats, des tombes, dans le contenu en offrandes des sépultures, dans la pratique de «cachettes» métalliques, etc.

Il s'agit, en somme, et en prenant pour base une région qui n'a pas été très affectée par l'Archéologie «traditionnelle», de dépasser la Préhistoire des «cultures» et des rapports culturels, pour construire des modèles d'explication du devenir préhistorique ancrés sur la totalité sociale, de l'économique à l'instance symbolique.

INTRODUCTION

Dans notre exposé, nous considérerons le cadre chronologique suivant:

1. Phase de la consolidation du système agricole et pastoral — env. 3.800/3.700 — 2.700/2.500 av. J. C. — Néolithique moyen/Néolithique final;

2. Développement de l'hiérarchisation sociale et de la métallurgie — env. 2.700/2.500 — 1.800/1.700 av. J. C. — Chalcolithique;

3. Compléxification des sociétés et leur insertion dans un vaste réseau d'échanges — env. 1.800/1.700 — 700 av. J. C. — Âge du Bronze.

La chronologie utilisée est conventionnelle (dates C14 non calibrées).

Nous commencerons par esquisser les grandes lignes de l'évolution culturelle(I) et, dans un deuxième temps, nous essayerons de déceler leur signification sociale et économique(II).

I. Le cadre de l'évolution culturelle

1. Les éléments sûrs les plus anciens connus sur la Préhistoire holocène du Nord du Portugal appartiennent au phénomène mégalithique, c'est-à-dire, vers le milieu du IV^e millénaire av. J. C. Ces nécropoles, qui continuent à être bâties pendant toute la deuxième moitié de ce millénaire et la première moitié du suivant, s'installent de préférence sur les pla-

teaux centraux de la région, au-dessus de 700 m. d'hauteur. Il s'agit en règle de dolmens petits, à chambre polygonale sans couloir, sous un tumulus en terre; mais on connaît aussi des chambres plus spacieuses et des dolmens à couloir, quelques-uns ayant leurs supports peints ou gravés. Serra da Aboboreira possède l'ensemble le plus connu et daté. Le matériel archéologique est relativement pauvre et peu diversifié. Il faut noter qu'il existe aussi — parmi les monuments d'Aboboreira ou plus à l'Est, au Trás-os-Montes Oriental — des tumulus qui n'ont pas de structure mégalithique interne: ils recouvrent des enterrements faits à plat sur le sol ou en fosse, et il n'est pas nécessaire de se trouver en face de monuments à enterrement collectif, comme d'ailleurs dans ce qui concerne beaucoup de dolmens de petite taille.

Depuis les débuts du III^e millénaire on commence à trouver les premiers habitats sédentaires, en apparente dicotomie (spaciale et même en ce qui concerne le style du matériel associé) avec les tombes mégalithiques. Vinha da Soutilha (Chaves) en est un exemple. Le village semble maintenant (au moins pour ce type de populations) se constituer comme le symbole même de l'occupation d'un certain espace, tandis que pour les populations «mégalithiques» c'est la tombe qui marque, vraisemblablement, l'appropriation symbolique du territoire. Au contraire de la poterie trouvée dans les dolmens, laquelle, pour sa plupart, est lisse, dans ces habitats elle est le plus fréquemment décorée (env. 80% du total des vases), par les techniques du poinçonnement, de l'impression et de l'incision. Il s'agit d'un décor de tradition néolithique méditerranéenne, lequel acquiert un poids inattendu dans région périphérique. Dernièrement les travaux faits dans le gisement de Buraco da Pala (Mirandela) s'avèrent d'un très grand intérêt, dans la mesure où il s'agit d'une cavité rocheuse qui a pu conserver une importante stratigraphie et d'abondants éléments botaniques, capitaux pour la reconstitution de l'économie de ces populations.

Finalement, il faut remarquer que l'art schématique des abris peints ou des rochers gravés doit être associé au «monde» stylistique de saveur «méridionale» qui s'insinue dans les poteries décorées des habitats cités. La meilleure preuve a été fournie par les fouilles récentes de Fraga d'Aia (S. João da Pesqueira), un abri sous roche où, devant un panneau avec une scène de chasse au cervidé, on a trouvé un foyer (début du III^e millénaire) et des poteries, parmi lesquelles le décor au peigne est présent.

2. Pendant, *grosso modo*, la deuxième moitié du III^e millénaire av. J. C., on assiste à la réutilisation des dolmens à couloir. Au même temps, il semble qu'un nouveau type de sépultures mégalithiques est construit: des dolmens à couloir plus long et indifférencié par rapport à la chambre, du type Barrosa (Caminha); apparemment ils sont plus isolés les uns des

autres et à un hauteur plus faible qu'auparavant, faisant contraste avec le monde des nécropoles des plateaux.

Mais ce qui caractérise de façon frappante cette époque est la prolifération des sites d'habitat, lesquels maintenant cherchent souvent des zones naturellement défendables. Parfois même, on est en présence de murailles, probables à S. Lourenço (Chaves), évidentes à Castelo Velho (V.^aN.^a de Foz Côa). Ce dernier site, fouillé en Septembre dernier, montre deux séries de murs chalcolithiques; et il n'est pas le seul avec ces caractéristiques dans la zone du Haut-Douro. Le rôle symbolique des poteries à usage domestique est aussi très important, car elles continuent à être majoritairement décorées. C'est, d'une part, le fameux décor à métopes connu comme «de type Penha» (du nom du gisement voisin de la ville de Guimarães), fréquent à Vinha da Soutilha, Pastoria (Chaves), etc.; d'autre part, le décor «oculé» typique est aussi présent — par ex., à S. Lourenço (Chaves) — dans une claire résonance méridionale. Le développement des forces productives qui accompagne ces habitats est évident; il suffit de citer les abondants poids de métier à tisser (Castelo Velho, par ex.), ou les silos à céréales de Buraco da Pala. Les objets en cuivre et en or font leur apparition. Couvrant les deux mondes, le mégalithique et celui des habitats à poterie décorée, la poterie campaniforme semble s'ajouter sans rupture, en tant qu'objet de prestige lié probablement à des élites incipientes, aux traditions régionales.

À côté des sites plus ouverts à des apports extérieurs, d'autres, comme Barrocal Alto (Mogadouro) semblent montrer une panoplie d'objets plus restreinte, plus locale.

Finalement, il faudra citer toute une série de statues-menhirs — telles que celle, bien connue, de Quinta do Couquinho (Moncorvo) —, qui appartiennent à cette époque. Dernièrement on a trouvé un important ensemble à Açares (Vila Flor), dont l'étude pourra révéler l'éventuelle existence d'un vrai sanctuaire.

3. La première moitié du II^e millénaire av. J. C. («Bronze Ancien») est marquée par une énorme hétérogénéité de contextes archéologiques. Notre connaissance des habitats est relativement mince, mais la variété des types de sépultures (à tendance individuelle) et l'apparition de «dépôts» révèlent l'émergence d'un nouveau type de société, plus tournée vers le prestige des objets d'apparat que vers la monumentalité des grandes tombes communautaires. Il faudra remarquer que tout ce nouveau panorama découle, en dernière analyse, du «fonds» campaniforme.

À Aboboreira on a trouvé une des plus importantes sépultures de cette époque: Chã do Carvalhal 1; il s'agit d'une ciste mégalithique qui

a révélé de la poterie campaniforme tardive, tandis que le tumulus, tout à fait «classique», contenait deux poignards à soie et cinq pointes de type Palmela en cuivre. Nous avons aussi beaucoup de contextes funéraires avec des objets métalliques (de style campaniforme ou plutôt avec des affinités atlantiques), mais sans poterie campaniforme: c'est ce qu'on nomme parfois, de façon quelque peu imprécise, «groupe de Montelavar». Les exemples abondent: Quinta da Água Branca (Vila Nova de Cerveira), S. Bento de Balugães ou Chã de Arefe (Barcelos). Il s'agit d'enterrements individuels. Encore faudra-t-il citer une série de sépultures plus pauvres, avec un matériel d'aspect archaïque, probablement individuelles elles aussi, contenant souvent une poterie lisse, parfois tronconique, avec une anse et mamelons.

Parmi les nombreuses trouvailles éparses on doit signaler des «dépôts», dont on ne connaît pas suffisamment les conditions de gisement, mais qui sont capitaux en tant que marqueurs de «courants» de contacts pour l'obtention d'objets prestigieux. Deux exemples de Trás-os-Montes viennent à l'esprit: Cabeceiras de Basto, avec sa lunule — qui rappelle des prototypes irlandais — et ses deux disques perforés, en or; et les hallebardes de type Carrapatas (du nom d'un de leurs lieux de provenance), qui s'intègrent bien, elles aussi, dans l'ambiance métallurgique atlantique.

Vraisemblablement vers cet époque on assiste à l'épanouissement d'un nouveau style d'art rupestre, pratiqué sur des rochers à l'air libre peut-être pendant tout l'Âge du Bronze. Il s'agit de gravures à thème très abstrait, ayant parfois tendance à remplir la surface décorée de motifs interliés (groupe «galicien-atlantique» de Lorenzo Ruza). Monte da Laje (Valença) et Bouça do Colado (Ponte da Barca) en sont deux bons exemples.

La personnalité du «Bronze Moyen» est difficile à cerner, étant due à l'insuffisance de nos données. Évidemment, on peut toujours citer les trouvailles de haches plates en cuivre, ou de poignards et épées à rivets en cuivre arsenical à affinités méridionales. À ce propos, l'exemplaire de S. Bartolomeu do Mar (Esposende), parfois désigné «proto-argarique», est tout à fait significatif. D'un point de vue chronologique, il peut se situer dans la charnière du Bronze Ancien — Moyen, c'est-à-dire, vers 1.600/1.500 av. J. C. Mais ce qui est peut-être plus important c'est le commencement de l'exploitation, à cet époque, de gisements d'étain, ce qui va se traduire dans une production d'objets en bronze: haches plates à bords concaves et fil semi-circulaire, lesquelles vont aboutir au type Bujões-Barcelos; haches à rebords et les plus anciennes haches à talon, encore dépourvues d'aillères — objets qu'on intègre facilement dans le

monde atlantique. Toute cette activité productrice présuppose le très probable contrôle des circuits d'approvisionnement du cuivre et de l'étain (seul le dernier existe dans le Nord du Portugal, les gîtes de cuivre se concentrent dans le Sud).

En ce qui concerne les «trésors» et dépôts», nous trouvons là-aussi des affinités atlantiques: il suffit de rappeler le bracelet massif décoré, en bronze, de Corvilho (Santo Tirso), et celui d'Arnozela (Fafe).

L'absence d'indices importants dans le domaine des tombes — pourtant si fréquentes à l'époque antérieure — est quand même troublant, et il ne peut s'expliquer que par une certaine perte d'importance sociale des sépultures. Quand aux habitats, la situation n'est pas plus riche, bien que le Nord-Ouest péninsulaire ne soit pas isolé dans cet absence. L'art rupestre doit avoir continué, dans cet époque, à accomplir son rôle de sacraliser certains lieux, probablement éloignés des communautés.

Dans ce qu'on a convenu appeler le «Bronze Final» on peut distinguer, d'après les recherches récentes, deux grandes étapes de développement culturel: l'une, située entre env. 1.250 et 1.000 av. J. C.; l'autre, correspondant à la période qui s'étend d'env. 1.000/900 à 700 av. J. C.

La première paraît correspondre à une production croissante d'outils ou d'armes en bronze: haches à talon à un ou deux ailerons, haches à rebords et probablement aussi haches à appendices latéraux, quelques pointes de lance à douille et, peut-être, quelques rares poignards du type Porto de Mós. L'absence d'épées est à souligner.

Dans la région d'Aboboreira (Baião), au nord de la vallée de l'Ovil (affluent de la rive droite du Douro), ont été étudiés récemment un certain nombre d'habitats sans conditions de défense évidentes, caractérisés par leurs structures d'emmagasinage souterraine, des silos à forme ovoïde ouverts dans le granit altéré de base. Le plus typique est celui de Bouça do Frade. Dans ses environs on a trouvé une nécropole de quatre sépultures apparemment individuelles et dépourvues de tumulus — Tapado da Caldeira — laquelle peut correspondre à ce moment initial de la vie du site, qui a subsisté jusqu'à la phase la plus récente de l'Âge du Bronze.

En vérité, il semble que ces nécropoles à sépultures plates, d'inhumation individuelle, en fosse ouverte dans l'altérite granitique ou en ciste, contenant un ou plusieurs vases en céramique, soient fréquemment liées à des habitats dans le Nord du Portugal. Parfois, dans les unes et dans les autres on trouve un type de céramique régionale, tout à fait typique de cette époque: les vases à bord horizontal large (ou «à chapeau inversé»), comme, par ex., à l'habitat de Bouça do Frade ou à la nécropole de S. Paio de Antas (Esposende). Mais des poteries qui ont une aire d'expansion

plus vaste sont aussi, en quelques cas, présentes: nous pensons aux vases décorés selon les techniques de «Boquique», d'incision ou d'excision, caractéristiques des contextes «Cogotas I» du Nord de la «Meseta» espagnole (Bouça do Frade, par ex.). Ce qui prouve l'interaction des communautés de la région du Minho, atlantique, avec leurs contemporaines de l'intérieur de la Péninsule.

La deuxième phase considérée correspond à la prolifération et diversité progressive d'objets métalliques en circulation: armes, outils d'usage quotidien, objets de prestige. Parmi ces derniers, référence doit être faite à la bijouterie, avec ses bracelets et ses spirales. En ce qui concerne les habitats, nous avons maintenant, à côté de ceux dont on a fait mention auparavant, les premiers sites en hauteur, ayant des conditions naturelles de défense, ou en y ajoutant même des murailles, comme par ex. S. Julião (Vila Verde), datable du X^e siècle av. J. C. Dans ce type de stations, au delà des poteries ordinaires, nous trouvons des récipients brunis, lisses ou décorés, du type appelé Baiões/Santa Luzia, à caractère suprarégional, et parfois associés, semble-t-il, à des objets métalliques. Nous sommes, ainsi, devant une nouvelle stratégie du peuplement: tout indique que celui-ci s'organise selon un système hiérarchisé, avec, probablement, des sites «centraux», en position topographique dominante, apparemment chargés de la gestion de la production métallique et du contrôle des échanges entre les régions. Il n'est pas surprenant de trouver des statues-menhirs comme celles de Chaves et de Faiões (Chaves), avec des armes gravées et, sur la face dorsale, un attribut de forme subrectangulaire allongée, qui semble être un insigne de pouvoir, lié à une société élitiste et guerrière.

II. Voies d'interprétation sociale et économique

A partir des données résumés ici, peut-on esquisser des lignes de l'évolution des sociétés, constituant des hypothèses explicatives capables d'orienter la recherche?

Nous pensons que c'est vers la fin du IV^e/début du III^e millénaire, ou au plus tard pendant la première moitié du III^e millénaire av. J. C., qu'on peut déceler une émergence de certains groupes ou de certains lignages à l'intérieur de communautés traditionnellement égalitaires. Ainsi pourrait se comprendre la construction de dolmens monumentaux, à grande chambre et même à couloir, parfois décorés avec des peintures et/ou des gravures. Ces tombes peuvent s'inclure dans une nécropole antérieure (comme à Aboboreira), mais manifestement en rupture avec les modestes architectures qui les entourent. Les dolmens à couloir sont

souvent pourvus d'un «atrium», qui fonctionnait certainement comme un espace scénique pour la réalisation de cérémonies ayant pour but le renforcement de la cohésion sociale autour de l'élite émergente.

Au même temps, pendant le III^e millénaire, les premiers villages sédentaires font leur apparition, relativement près des grands fleuves, et tournés, semble-t-il, vers une intense exploitation agricole de terrains fertiles de leurs alentours immédiats. Ils font contraste avec les contextes mégalithiques (ou au moins avec les plus anciens ou les plus archaïsants de ceux-ci) sous tous les points de vue. La riche décoration de leurs poteries, l'absence de sépultures en rapport évident avec eux, leur très vraisemblable liaison à l'art rupestre schématique, tout suggère une filiation culturelle différente pour ces communautés. On serait ainsi en face d'un modèle dualiste de la Préhistoire récente du Nord du Portugal. D'un côté, des groupes qui faisaient de la sépulture le pôle symbolique de leur organisation de l'espace, liés à une agriculture plus «traditionnelle» sur brûlis, et, d'autre part, des habitants de villages sédentaires, ouverts à des influences externes, notamment méridionales et de la «Meseta», structurés autour de leurs villages et avec une symbolique décorative appliquée à des objets d'utilisation domestique (poterie).

On dirait de ce modèle qu'il est trop cohérent pour être vrai. Il découle certainement de l'insuffisance de nos connaissances actuelles. Il est certain que la diversité des comportements funéraires de la fin du IV^e/première moitié du III^e millénaires est loin d'être comprise; et on pourrait dire le même des habitats. On devine, malgré tout, une très grande complexité et une énorme variabilité, régionale et au niveau du Nord du Portugal, qu'on n'est pas capable encore de cerner.

La deuxième moitié du III^e millénaire correspond vraisemblablement à un mouvement général d'intensification socio-économique. Pendant que les dolmens à couloir «classique» continuent à être utilisés, de nouveaux monuments semblent être bâtis dans des régions à faible altitude, comme le littoral du Minho. Ce type de tombes, allongées et parfois déployant un art riche, tel qu'à Eireira (V.^a do Castelo), semble marquer l'expansion des populations «mégalithiques», traditionnellement attachées aux plateaux, vers des terres plus fertiles. Leur caractère isolé les lie probablement à des élites, soucieuses de «marquer» ainsi leurs territoires. Le même essor économique et démographique est observable dans les communautés qui, depuis les débuts du III^e millénaire, habitaient les villages sédentaires à poteries décorées. Ces habitats se multiplient, s'approchent parfois des fleuves et des voies naturelles de communication, augmentent leurs contacts intercommunautaires, absorbent des matières premières ou des «modèles» d'objets allogènes et, en conséquence de tout ce développement, ont parfois la tendance à se procurer des situations

défensives. Il a dû se produire une consolidation des élites, intéressées dans le contrôle des circuits d'approvisionnement.

Il est évident que pendant l'Âge du Bronze des mécanismes plus serrés d'interaction sociale se sont développés. En même temps, tout au long du II^e et des premiers siècles du I^{er} millénaire av. J. C., il y a eu tendance à la formation de territoires avec une forte identité culturelle et une organisation interne de plus en plus centralisée. Il est possible que toute cette réalité ait débouché sur des formes de pouvoir héréditaire, plus personnalisées qu'auparavant, correspondant, au niveau religieux, à des types de culte dédiés à des entités individualisées, éventuellement considérées comme des héros tutélaires.

Au Bronze Ancien, l'enterrement individuel accompagné d'objets de prestige — bien que parfois utilisant des tombes à tumulus, dans la tradition mégalithique — est lié sans doute à la présence de personnes d'élite qui veulent s'imposer par elles-mêmes, indépendamment de leur groupe social. La nouvelle échelle d'interactions dans le contexte atlantique annonce les siècles prochains. L'étape du Bronze Moyen, mal connue, voit pourtant le commencement de la fabrication d'objets en bronze, et ainsi une structure de rapports suprarégionaux plus complexe que celle du début du II^e millénaire. La symbolique du pouvoir paraît se transférer du domaine des tombes vers celui des dépôts, quelle que soit leur signification sociale, économique et idéologique (certainement très variée). Le Bronze Final voit se constituer un réseau d'échanges — qui articule les trois régions les plus importantes d'Europe: l'Atlantique, la Méditerranée et, vers la fin de la période, l'Europe Centrale —, et qui a évidemment ses répercussions dans le Nord du Portugal. Au début, on a surtout des preuves de la spécialisation de certains habitats comme Bouça do Frade (Baião) dans la production agricole; la mise en culture de vallées fertiles, aux sols durs, aurait pu exiger la traction animale. Il est aussi possible que, dans chaque région, le peuplement ait été organisé selon une hiérarchie des sites. L'acroissement de la production métallurgique et la militarisation de la société, traduisant une forte compétition entre les différents centres de fabrication, vont être surtout des phénomènes d'une phase plus récente, du I^{er} millénaire av. notre ère. Son étude sera capitale pour comprendre l'origine de l'Âge du Fer et le phénomène de l'édification des centaines d'habitats fortifiés («castros») de cette époque-là. Pour le moment, il semble qu'il y ait eu une certaine discontinuité entre l'organisation du peuplement du Bronze Final et celui de l'époque du Fer. Tandis que certains sites seront abandonnés (Bouça do Frade), d'autres continueront à être occupés, mais ils montrent un décalage spatial entre les témoins des deux périodes (S. Julião).

OS ABRIGOS COM PINTURA ESQUEMÁTICA
DA SERRA DE PASSOS — MIRANDELA,
NO CONJUNTO DA ARTE RUPESTRE DESTA REGIÃO.
ALGUMAS REFLEXÕES*

Por **Maria de Jesus Sanches****

A arte rupestre do Norte de Portugal regista manifestações artísticas muito diversificadas. Se atendermos ao suporte, podemos agrupá-las em três tipos de estações: dólmenes pintados (pintura monocroma e policroma) e/ou gravados; abrigos sob rocha e grandes paredes verticais parcamente protegidos por uma saliência rochosa (ou «pala»), predominantemente pintados mas também gravados (pela técnica de picotagem e abrasão); rochedos de ar livre gravados (também por picotagem e abrasão).

A análise tipológica genérica da iconografia, (e, nalguns casos, da composição), aponta uma semelhança mútua muito marcada entre estes

* Este texto foi inicialmente apresentado no «115ème Congrès National des Sociétés Savantes», Avignon, em Abril de 1990, com o título: *Les abris peints de Serra de Passos (Nord du Portugal) dans l'ensemble de l'art rupestre de cette région*. Aqui a sua versão original sofreu algumas ampliações dado que as actas do Congresso só admitiam originais pouco extensos. Os trabalhos arqueológicos da Serra de Passos que deram origem a este artigo tiveram o apoio da Câmara Municipal de Mirandela, do Instituto Português do Património Cultural, do Instituto da Juventude (Del. Bragança) e da Associação Cultural de Passos.

** Instituto de Arqueologia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, R. Campo Alegre, 1055, 4100 Porto, Portugal.

três tipos de «estações rupestres» facto, aliás, já sublinhado por vários autores. Há temas que «percorrem» quer a pintura e gravura em abrigos sob rocha, quer a gravura de ar livre, quer ainda a arte dolménica ou megalítica, embora no estado actual dos nossos conhecimentos essa similitude gráfica e eventualmente simbólica, ainda não possa ser especificamente compreendida em termos de relações, ou intercâmbios entre os diferentes grupos que povoaram o N de Portugal na Pré-história recente (V.º/IV.º — I.º mil. a.C.).

A investigação neste domínio tem vindo a ser retardada sobretudo pela ausência de quadros cronológicos e culturais regionais fiáveis (apoiados em trabalhos de campo orientados por uma metodologia actualizada), os quais deveriam integrar e relacionar as estações rupestres com contextos culturais caracterizados do ponto de vista arqueológico.

Deste modo, até ao início dos anos 80, a vasta bibliografia publicada sobre a arte rupestre do N de Portugal, porque conta com escassos estudos monográficos (ou com levantamentos de pormenor), aventura-se pouco além da comparação morfológica dos motivos presentes nas diferentes estações. No caso de arte gravada de ar livre, a atenção centra-se essencialmente na discussão dos modelos de evolução tipológica e cronológica da arte «galaico-portuguesa», com destaque para o modelo evolucionista proposto por Anati nos anos 60¹.

Em 1982² e posteriormente, em 1987³, A. M. Baptista, baseando-se já na técnica de execução e na «estratigrafia horizontal» das figurações de algumas rochas, quer isoladas, quer integradas em conjunto gravados, propôs, em dois artigos que marcaram decisivamente a investigação neste domínio, um novo modelo de evolução para a arte gravada do N de Portugal.

Aquele autor divide a *arte gravada* em dois grupos ou «províncias» artísticas.

O primeiro — Grupo I — de carácter mais litoral acusa concentrações especiais em torno a Pontevedra e Vigo, em território espanhol, prolongando-se ainda para o Alto Minho. Caracteriza-se pela gravura em rochedos de ar livre (graníticos) e integra sobretudo motivos abstractos (signos geométricos, elementares) de grande expansão «atlântica», algumas armas e «figuras idólicas» (das quais se destacam as de grande

¹ ANATI, E. — *Arte rupestre nelle Regione Occidentali della Penisola Iberica*, Ed. del Centro, Capo di Ponte, 1968.

² BAPTISTA, A. M. — *Arte rupestre do Norte de Portugal: uma perspectiva*, in «Portugália», nova série, vol. IV/V, IAFLUP, Porto, 1982.

³ *Idem* — *Arte rupestre pós-glaciária. Esquematismo e abstracção*, in «História da Arte em Portugal», vol. I, Alfa, 1987.

tamanho). Esta «provincia», embora não sendo homogênea, acusa maior uniformidade na iconografia das gravuras que na organização dos motivos. O Grupo I situar-se-ia, do ponto de vista cronológico e cultural, entre o Calcolítico e a I. do Bronze Final — com o apogeu no Bronze Final Atlântico —, e prolongamentos para a I. do Ferro.

O segundo — Grupo II — estender-se-ia por toda a região interior N do país — interior do Minho (com prolongamento ainda para a Galiza), Trás-os-Montes, Beira transmontana e Beira Alta. Seria caracterizado pela influência da pintura esquemática meridional e pela presença dominante de figuras humanas variadas (embora na sua maioria de tendência esquemática) — antropomorfos de braços em arco, de braços em asa, em *fi* grego; cruciformes simples, cruciformes encimando um círculo ou um triângulo — e motivos geométricos e/ou abstractos, na sua maioria baseados no círculo, no semi-círculo, na oval, no rectângulo ou no quadrado. Estes últimos motivos são frequentemente seccionados no seu interior por meio de dois ou mais traços verticais e/ou horizontais. Aparecem ainda neste grupo motivos solares, «ferraduras» e, por vezes, espirais, suásticas, e antropomorfos providos de «toucados» sobre a cabeça. Este grupo, provavelmente iniciado antes da I. do Bronze, centrar-se-ia cronologicamente neste período, embora alguns motivos, como, por ex., os cruciformes, pudessem continuar a ser gravados até à I. Média.

Devido ao escasso número de abrigos com pintura conhecidos nessa época (Penas Roias-Mogadouro; Cachão da Rapa-Carrazeda de Ansiães e Pala Pinta-Alijó), não era possível ainda estabelecer uma relação mais estreita da arte pintada com a arte gravada do interior N do país. Porém, é de realçar que A. M. Baptista, exprime, desde logo, uma ideia que interessa aqui pontuar: *a de que um dos abrigos pintados desta região, Cachão da Rapa, se encontraria já ligado a «...uma dupla tradição: à da pintura esquemática e aos moldes geométrico-simbólicos das insculpturas do Grupo II do Noroeste»*⁴. Tal ideia, correcta em nosso entender, faz supor a existência de, pelo menos, algumas rochas gravadas segundo os esquemas figurativos e organizativos daquele grupo, anteriores ou contemporâneas das pinturas do Cachão da Rapa. Esta será uma das ideias que desenvolveremos mais adiante a propósito do conjunto de abrigos com pintura esquemática da Serra de Passos.

⁴ *Idem, ibidem*, p. 35.

Devemos referir ainda que, de um modo geral, estamos de acordo com a divisão temática proposta para cada um dos Grupos. Todavia, e tal como já Susana O. Jorge expôs num trabalho recente⁵, se se atender à diversidade de alguns destes motivos, à sua associação mútua e ao carácter específico da composição dos painéis adentro de cada grupo, mas sobretudo naquele que aqui nos interessa — Grupo II —, julgamos que, no futuro, seria metodologicamente correcto e útil tentar a sua divisão em subgrupos. Este seria, em nosso entender, um dos processos possíveis de correlacionar a arte pré-histórica com os contextos arqueológicos da mesma região.

Esta ideia é-nos sugerida essencialmente pela descoberta recente de nove abrigos sob rocha na Serra de Passos-Mirandela — *os abrigos do Regato das Bouças* — os quais contém figuras esquemáticas de temática muito diversificada, e organizadas segundo modelos particulares. Ela apoia-se ainda nos estudos de gravuras de ar livre que nos últimos anos temos feito no Leste de Trás-os-Montes⁶, na possibilidade de correlação destas estações rupestres com contextos arqueológicos e culturais datados (ou datáveis), e essencialmente na formulação, ainda que genérica, dum quadro cronológico para o Neolítico Final-Bronze Inicial desta região⁷

2. Os abrigos com pintura esquemática da Serra de Passos-Mirandela no conjunto das estações rupestres do NE de Portugal.

São em número de 13 os abrigos com pintura rupestre do N de Portugal a referir neste trabalho⁸. De entre estes, nove situam-se na Serra de Passos (Mirandela) e os mesmos podem ser considerados inéditos, já que só foram descobertos entre 1988 e 1989.

Para uma abordagem mais compreensiva da temática presente nestes abrigos, adoptámos os conceitos propostos por Paolo Graziosi no

⁵ JORGE, S. Oliveira — *Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves* — V.^a P.^a de Aguiar, vol. I-B, IAFLUP, Porto, 1986, pp. 945-949.

⁶ SANCHES, M. J. — *Contribuição Para o Estudo da Pré-história Recente no Planalto Mirandês*, Porto, 1988 (polic.), obra apresentada na Faculdade de Letras da Univ. do Porto, em 11 Novembro de 1988, no âmbito das «Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica» da C. D. Universitária.

⁷ V. nota 5 e 6.

⁸ Recentemente tivemos notícia de novas descobertas de abrigos nos concelhos de Vila Nova de Foz Côa e Freixo de Espada-à-Cinta, abrigos que não tivemos ocasião de visitar e cujo estudo ainda não foi publicado.

estudo da gruta de Porto Badisco, no S de Itália⁹. Este autor distingue os *motivos figurativos* — nos quais percebemos ou identificamos figuras do mundo real —, e os *motivos não figurativos*. Estes últimos incluem os «temas não figurativos de origem antropomorfa ou zoomorfa» e ainda os «temas emblemático-abstractos». Temas emblemático-abstractos serão aqueles temas, onde o estabelecimento de uma derivação lógica em termos morfológicos, não permite (ou permite dificilmente) identificar os motivos figurativos originais ou derivantes. Será o caso, por ex. das figuras circulares e rectangulares, das linhas de pontos, das linhas quebradas, etc.

Dos nove abrigos em causa, oito encontram-se a meia encosta da Serra de Passos (Fig. 1). Trata-se de fendas rochosas e/ou de paredões protegidos superiormente por uma saliência de rocha ou «pala», que pontuam o imponente «muro» de falésias de xisto quartzítico circundante da nascente do Regato das Bouças.

O abrigo 1 abre-se na falésia da margem esquerda, em posição frontal aos abrigos da margem oposta — abrigos 3 a 8. Contém dois motivos muito apagados — um constituído por barras paralelas entre si; o outro parece corresponder a uma figura quadrangular preenchida interiormente com tinta plana (similar a uma outra bem conservada no abrigo 8) — de cor vermelho vinho.

Na área aplanada que coroa o topo da falésia da margem esquerda situava-se um povoado aberto com condições naturais de defesa — *povoado Mãe d'Água*, entretanto totalmente «varrido» pela erosão. É oportuno fazer notar que este povoado inseria cerâmicas manuais com uma decoração variada (filas de puncionamentos simples e arrastados junto ao bordo do recipiente), cujos motivos e organizações decorativas as inserem num vasto grupo de cerâmicas datadas, noutros contextos habitacionais desta região, do III.º mil. a.C. Além disso, um tipo de decoração muito particular, obtida por impressão seguida de arrastamento de um pente de dentes finos — cerâmica «impressa penteada» —, e que aqui também aparece, só vai ocorrer na última fase de ocupação do abrigo 9 — Buraco da Pala, situado já no topo da Serra. Neste abrigo, que foi ocupado durante todo o III.º mil. a.C., a cerâmica penteada só está presente no último «momento», camada 1, datada pelo C14 do último quartel do III.º mil. a.C. Atendendo à especificidade desta técnica de

⁹ GRAZIOSI, Paolo — *Le Pitture Preistoriche della grotta di Porto Badisco*, Origines, Giunti Martello, 1980.

decoreção cerâmica no Buraco da Pala, relacionada com um tipo de ocupação humana que supomos sazonal (recolha e armazenamento de alimentos panificáveis)¹⁰; tendo ainda presente a proximidade relativa deste abrigo relativamente ao povoado Mãe d'Água (e a todo o conjunto de abrigos com pintura) — embora a distância pedestre que os separa seja de aprox. —, além de outros factores que não é oportuno desenvolver aqui, julgamos lícito supor que uma mesma comunidade terá utilizado o povoado, a meia-encosta da Serra, como habitat permanente, e o abrigo, no seu topo superior, como local de ocupação temporária e específica em termos funcionais.

Embora a documentação arqueológica seja mais expressiva (ou inteligível em termos arqueográficos) para esta fase em ambas as estações, é provável que num momento imediatamente anterior, datado, no Buraco da Pala, aproximadamente do mesmo período — camada 2 e 3A — o abrigo se tenha articulado com o povoado de modo idêntico. Em termos de proximidade física (e de ambiência ecológica) o povoado Mãe d'Água inscreve-se no círculo de falésias que integram as pinturas.

Além da cronologia possível das pinturas, de que falaremos noutró nomento, colocamos a hipótese de o povoado (e mesmo o abrigo Buraco da Pala) se poder correlacionar com a totalidade das estações rupestres que lhe são contíguas, (ou, pelo menos com alguma das suas fases pictórias).

Abrigo 9 — Buraco da Pala. É uma grande fenda subvertical aberta no maciço quartzítico do cume da Serra. Encontra-se em curso de estudo (escavação e análise da documentação recolhida) desde 1987. A cronologia da ocupação deste abrigo e suas características essenciais podem ser sintetizadas do modo que se segue.

1.^a fase — Situa-se no Neolítico Final (1.^o quartel do III.^o mil. a.C.); uma «cabana» conservou-se na zona contígua à entrada do abrigo (camada 4).

2.^a fase — O abrigo foi usado de novo como habitat (desconhecemos se permanente) num período situado no 3.^o quartel do III.^o mil. a.C. (camadas 3B e C).

¹⁰ SANCHES, M. J. — *O Buraco da Pala — um abrigo pré-histórico no concelho de Mirandela (Notícia Preliminar das escavações de 1987)*, in «Arqueologia», 16, GEAP, Porto, 1987. *Idem* — *5 Datas de C14 para a Pré-histórica recente do Leste de Trás-os-Montes*, in «Arqueologia» 19, GEAP, Porto, 1989; *Idem* et SANTOS, B. C. T. O. — *Levantamento Arqueológico de Mirandela*, in «Portugália», nova série, VIII, Porto, 1987.

3.^a fase — O Buraco da Pala foi utilizado essencialmente como local de armazenamento de cereais, leguminosas (provavelmente já secas) e de outras glandes. As datas de C14 situam esta fase em torno a 2170 a.C.¹¹. Aqui podemos distinguir três estratos (camadas 3A, 2 e 1) documentativos de outros tantos momentos diferentes de armazenamento. Entre as camadas 3A-2 e 1 observam-se mutações de realce na cultura material. Tal como já indicámos, aparece a cerâmica com decoração «impressa penteada»; esta técnica passa a deter o quase exclusivo das decorações. Aparecem adornos de ouro, um instrumento de cobre, e armazenam-se pela primeira vez bolotas e *Papaver somniferum L.*, mais conhecida por papoila-do-ópio.

Na parede lateral direita deste abrigo encontram-se dois painéis com pinturas *não figurativas* de cor vermelho vinho (Fig. 2). Nenhum documento arqueológico indica de forma directa a relação das pinturas com qualquer das ocupações do abrigo. No entanto, dado que os motivos de ambos os painéis se relacionam em termos tipológicos (morfologia e cor) com os abrigos 1, 8 e ainda com a última fase do abrigo 3 (*Casinhas de N.ª Senhora, fase II*), é possível que as pinturas do Buraco da Pala se articulem com a última fase de ocupação, ou, precisando, com a camada 1¹². Neste «momento» os painéis estariam ao alcance de um indivíduo de estatura média, quando em pé e com o braço esticado, por sobre os sedimentos da camada 1. Por sobre os sedimentos da camada 2 ou 3A e na mesma posição, também se alcançaria, ainda que com alguma dificuldade, o painel 2. Será de informar que no conjunto de abrigos do Regato das Bouças, se exceptuarmos o n.º 3, foram seleccionadas para pintura superfícies muito próximas ao solo (ao alcance braço).

¹¹ V. nota 10.

¹² Se articulamos o povoado Mãe d'Água com a última ocupação do Buraco da Pala, somos tentados a relacioná-lo também e pelo menos com as pinturas da fase II. É ainda de referir que na Serra de Passos/S.¹³ Comba, que prospectámos com bastante cuidado, não encontramos vestígios atribuíveis a um período anterior à I. do Ferro (ou, eventualmente, Bronze Final). Isto não implica que descartemos em absoluto a hipótese de populações posteriores ao III.º mil. a.C. e que habitassem no vale ou nas plataformas circundantes da Serra de Passos poderem subir a enconsta para ir cultuar no Buraco da Pala (como, aliás acontece nos dias de hoje) e/ou nos abrigos do Regato das Bouças. O facto é que informação que nos assiste nos indica que na área circundante da Serra as estações arqueológicas são atribuídas a períodos muito tardios. Exceptua-se uma importante estação localizada já a uma razoável distância do sopé da Serra (concelho de Valpaços) — um dólmen de corredor envolvido por uma mamoa —, por sinal *datável tipologicamente da I.ª met. do III.º mil.* (Informação da descoberta e descrição tipológica dada por Francisco Sande Lemos, a quem agradecemos).

Os abrigos da Serra de Passos representam, em nosso entender, a síntese temática da quase totalidade dos abrigos com pintura conhecidos no interior N de Portugal, embora a diversidade de motivos que ostentam possa ter resultado de um processo de adição: adição de mais abrigos pintados ao, ou aos anteriormente existentes; adição de novas pinturas em abrigos ou em painéis que já as possuíam (abrigos 2 e 3). O abrigo Fraga d' Aia (S. João da Pesqueira) constitui a única exceção neste paralelismo tipológico.

No **abrigo 2** encontramos *pinturas figurativas* em três painéis. Este é, aliás, o único abrigo que apresenta um certo grau de iconicidade. O painel 1 contém um grupo de três figuras humanas semi-esquemáticas alinhadas horizontalmente (Fig. 3): duas destas figuras parecem armadas (uma com um bastão e outra provavelmente com um arco) e enquadram uma terceira provida de um apêndice que arranca do topo da cabeça. Um pouco afastada deste painel está uma «barra». O painel 2 contém uma «barra» e 4 antropomorfos fálcos. As duas composições foram pintadas de cor vermelho alaranjado e delas ressalta um carácter estático muito marcado. O terceiro painel, *executado com pigmentos de cor vermelho vinhoso*, contém motivos não identificáveis (a cor está delida devido aos agentes erosivos; além disso confunde-se com os óxidos de ferro que ressam da rocha) e uma interessante figura humana, em estilo semi-naturalista, provida de uma espécie de tanga presa na cintura e de um enfeite (em pluma?) na cabeça. Este painel — painel 3 —, dada a sua localização topográfica, numa superfície recuada e que quase tocava o solo de base, poderá ser mais recente que os outros dois.

Um outro abrigo desta região — Penas Roias, Mogadouro —, evoca estreitamente este abrigo 2. Trata-se de um abrigo também «monotemático», pois contém exclusivamente figuras humanas em diversos graus de esquematização, sendo algumas ornamentadas de «penachos» ou «turbantes»¹³.

Abrigo 4. Aqui parece insinuar-se, a negro e por entre uma fina, mas resistente, película de líquenes, uma figura de um antropomorfo montado no dorso de um quadrúpede. *Até à data ainda não conseguimos estar seguros da veracidade desta representação pois não conseguimos distinguir os pigmentos desta possível pintura.*

¹³ ALMEIDA, C. A. F. e MOURINHO, A. M. — *Pinturas esquemáticas de Penas Róias, terra de Miranda do Douro*, in «Arqueologia», 3, GEAP, Porto, 1981.

Nos restantes abrigos é dada a primazia à temática *não figurativa*.

De entre todos, o mais importante é o **abrigo n.º 3** ou Casinhas de N.ª Senhora (Figs. 4, 5, 6, 7, 8 e 9). Trata-se de uma fenda baixa e alargada na horizontal, rasgada aproximadamente a meia altura da alta falésia. Contém um extenso e diversificado número de pinturas que invadem os painéis exteriores e imediatos à abertura da fenda, as paredes interiores, o tecto (que é baixo e quase horizontal) e ainda os divertículos axiais interiores.

Da conjugação da análise da topografia do espaço operativo com a tipologia dos motivos, com as cores utilizadas e ainda com as sobreposições, individualizam-se 2 grandes fases pictóricas no abrigo 3, ambas *com uma temática não figurativa muito repetitiva*.

A primeira fase — *fase I* — pode ser dividida em dois ou três «momentos» (ainda só realizámos um estudo preliminar): Ia, Ib e Ic. Fase Ia e Ib com motivos de cor amarela clara ou amarela alaranjada (o amarelo claro pode corresponder à deterioração do amarelo alaranjado em certas zonas) e Ic com motivos de cor laranja ferruginoso. Por vezes estas figuras são repintadas total ou parcialmente (em Ib e Ic). A fase II contém exclusivamente figuras de cor vermelho vinho, muito forte.

De referir que em ambas as fases pntua o repertório iconológico característico da gravura do interior N do país e ainda aquele do «círculo» ou grupo Salamantino-Zamorenho (pintura essencialmente), no contíguo território espanhol.

Grandes rectângulos alongados e segmentados interiormente por barras paralelas verticais (grandes «escaleriformes»); figuras quadrangulares ou rectangulares mais ou menos segmentadas («tectiformes») e por vezes encimadas por um ponto ou apêndice; pequenos traços rectos (ou barras) paralelos (Figs. 5, 7-1 e 8-4, 6, 7 e 8 e 9-2,4); agrupamentos diversos de pontos e uma figura com uma estrutura em esponja ou em favo de mel (reticulado, labirintóide?) (Fig. 8-8,) caracterizam a fase Ia e Ib. Em Ic permanecem os mesmos motivos e alguns são repintados parcialmente. É ainda em Ic que aparecem os esteliformes (em número de 2), uma sequência de linhas quebradas (Fig. 7-10 a 21, e fig. 8-5) e um exemplar de um tipo muito particular de arboriforme realizado com traço muito grosso (Fig. 6). Nesta fase os motivos ocupam todos os espaços topográficos no interior e exterior do abrigo.

A fase II é ainda mais repetitiva e homogénea que a I. Os motivos da fase II elegem as zonas mais bem iluminadas pela luz solar. Há, no entanto, excepções. Na parte mais recuada e obscura do abrigo duas delas vão traduzir-se em sobreposições: um interessante motivo ideocromático (realizado sempre com o mesmo tipo de pigmentos) insistentemente pintado na fase II — figura de corpo sub-rectangular ou oval, segmentada

interiormente por um ou três traços paralelos verticais e encimada por um apêndice ou por um ponto¹⁴ — foi pintado por sobre uma grande figura sub-rectangular alongada e seccionada interiormente por traços paralelos verticais («escaleriforme») da fase Ib; este mesmo motivo é ainda sobreposto por 4 traços (ou «barras» paralelos e verticais («pectiforme»), também da fase II. Dois outros motivos da fase II ideograficamente iguais a estes e ainda uma figura sub-rectangular alongada¹⁵, ladeiam estas sobreposições.

Num dos painéis exteriores, surpreendentemente, repete-se a sobreposição de uma figura do tipo da anterior («escaleriforme» quase apagado) da fase I — a ou b (Fig. 8-4), por um ideograma que lhe é similar, mas da fase II (Fig. 8-3)¹⁶.

Será de realçar aqui o facto de estes serem os únicos casos de sobreposições constatadas, quer no abrigo 3, quer nos restantes.

A invasão do espaço obscuro do abrigo e a «aposição» de um motivo ideocromático (figura antropomorfa ou figura geométrica antropomorfizada) e de um «pectiforme» por sobre um outro ideograma de grande pervivência («escaleriforme») no primeiro caso e, no segundo, a sobreposição de dois motivos (ideogramas) tipologicamente idênticos, além de indiciarem um significado ritual particular, vão conduzir a nossa interpretação cronológica e cultural deste abrigo.

Estamos em crer que quer as primeiras sobreposições, no fundo, quer a segunda, no painel exterior, dificilmente podem ser entendidas como iconoclastias. A ocupação (real e simbólica) da zona situada no fundo do tecto do abrigo corresponderá a uma apropriação de um espaço que, apesar de obscuro, já se encontrava «ocupado» pela imagética de um ritual anterior. Além disso, o motivo da fase Ib além de estar quase apagado, já não era muito evidente aquando das sobreposições. Em apoio desta opinião está o facto de os motivos da fase II terem sido parcialmente pintados sobre áreas internas do «escaleriforme» que se encontravam lascadas. No painel exterior, onde a sobreposição parece ser de dois

¹⁴ Motivo que (ideo)graficamente poderá corresponder à simplificação de antropomorfos de braços em asa ou em *fi* grego, ainda comuns à arte gravada e pintada desta região. Aqui podemos considerá-lo como «invasor» de todos os espaços bem iluminados do interior (e do exterior) deste abrigo 3. Uma variante deste motivo está presente no painel 1 do Buraco da Pala.

¹⁵ Tipologicamente idêntica a uma das 3 figuras representadas no painel 1 do Buraco da Pala.

¹⁶ Num dos divertículos axiais do lado direito desta fenda, e ainda iluminado directamente, poderá existir uma outra sobreposição de um motivo na fase II — reticulado de estrutura losângica (labirintóide?) por sobre um eventual escalerifome (quase apagado) da fase I (Fig. 9 — motivos 1 e 2).

motivos tipologicamente similares, somos tentados a ver uma certa continuidade gráfica e simbólica (Fig. 8-3 e 4).

Na fase II dominam ainda os rectângulos, embora menos alongados que na fase precedente (Figs. 7-6; 8-3 e 9-3) e, além das figuras (antropomorfizadas?) (Fig. 8-2) e dos motivos «pectiformes» apontados acima, há a referir linhas de pontos, uma curiosa figura em «favo de mel» ou reticulado (mais geometrizarante que na fase anterior pois é estruturalmente losângica) (Fig. 91) e um grande e variado número de arboriformes (Fig. 7-8 e 9). Alguns destes arboriformes — encimados por um ponto ou apêndice no abrigo 3 e por um apêndice separar bifurcado, no abrigo 8 — podem ser interpretados, tal como outros autores já o fizeram em casos similares, como símbolos antropomorfos providos de uma grande multiplicidade de braços¹⁷.

Sintetizando as ideias atrás expostas, cabe-nos referir o seguinte.

A Serra de Passos evidencia arqueologicamente uma longa permanência de populações, a qual percorre todo o III.º mil. a.C. (cronologia absoluta do Buraco da Pala). Desde o início daquele milénio este território é ocupado por comunidades sedentárias, ligadas, entre outras actividades, à agricultura cerealífera. O Buraco da Pala relaciona-se arqueologicamente, pelo menos no último quartel do III.º mil., com o povoado Mãe d'Água; as suas pinturas são cromaticamente e tipologicamente similares às da fase II do abrigo 3 (e às do abrigo 1, 5 e 8) do Regato das Bouças. O povoado Mãe d'Água ocupa um dos topos do arco de falésias que integram os abrigos rupestres, inserindo-se assim espacialmente numa paisagem simbólica. Embora não saibamos estabelecer cronologicamente a criação de santuários rupestres na Serra, adentro do III.º mil. (proposta de cronologia justificaremos mais adiante), estes constituem-se, desde o seu início, como referências comunitárias, sendo visitados em ocasiões tidas como especiais adentro das crenças e da dinâmica económica e social do grupo ou grupos. Cremos que à comunidade

¹⁷ Da primeira plataforma do lado direito do abrigo Casinhas acede-se com bastante dificuldade («gatinhando») a uma outra fenda cujas superfícies interiores se apresentam surpreendentemente vermelhas devido à ressurgência de óxidos de ferro. Já no nosso 2.º levantamento, em 1990, detectámos aí um interessante grupo de figuras de cor vermelho vinho que tipologicamente se inserem na fase II. Para não reformular toda a numeração anterior, denominámos este artigo do Abrigo Vermelho, inserido no «abrigo 3». O abrigo 3 inclui assim o *abrigo Casinhas de N.ª Senhora e o abrigo Vermelho*. Os abrigos 5 e 8 também se associam à fase II do abrigo 3. Dos abrigos 6 e 7 sabemos que contiveram pinturas, embora não tenhamos visto aí nada de conclusivo. Ao abrigo 6 destruíram o tecto com dinamite e não conseguimos remover os blocos caídos; o abrigo 7 acusa muita escorrência de águas.

que habitava o povoado contíguo — Mãe-d'Água — só seria estranha esta realidade ideográfica (lembramos a grande quantidade de abrigos e a profusão de espaço decorado no abrigo 3), se aquele fosse cronologicamente anterior à realização de pinturas, hipótese que nos parece pouco credível.

Neste ponto inserimos uma nova problemática: a da análise interpretativa interna — temática e cronológica — dos abrigos com pintura da Serra de Passos e o estabelecimento de correlações temáticas e cronológicas com as estações rupestres referidas no início deste trabalho.

Poderemos dizer, numa primeira análise, que a iconologia de ambas as fases (incluindo todos os abrigos com motivos não figurativos) apresenta a marca particular da continuidade, mas também da transformação (mutação?): permanecem, na fase II, alguns dos motivos (ideogramas) da fase I (figuras rectangulares e quadrangulares, linhas de pontos, etc.); outros alteraram algumas das suas proporções e admitem ou omitem alguns pormenores (ainda figuras quadrangulares, rectangulares, arboriformes, pectiformes, etc.); outros ainda parecem transformar-se estruturalmente em termos gráficos: figuras em «favo de mel» ou reticulados com unidades subcirculares (Fig. 8-8) em figuras similares — reticulados — mas de estrutura losângica (Fig. 9-1) (labirintiformes?). Há alguns motivos exclusivos, quer da fase I, quer da fase II.

Os motivos da fase I só se encontram no abrigo 3. Aí ocupam todas as topografias internas ou externas do abrigo. Na fase II ocupam as zonas mais aclaradas pela luz exterior e invadem, no abrigo *Casinhas de N.ª Senhora*, uma zona mais obscura do fundo do tecto com as figuras mais insistentemente repetidas nesta fase (aí uma delas repete-se duas vezes lado a lado). Os motivos da fase II adaptam-se ao espaço deixado livre pelos da fase I, a não ser nos dois casos sobreposições já apontados atrás.

Deste modo o abrigo 3 (*Casinhas de N.ª Senhora e Abrigo Vermelho*, Cf. nota 17) assume-se como um santuário rupestre da máxima importância, pois a carga sagrada do local transcorreu por sobre algumas mutações ideográficas. A sacralidade foi sendo actualizada (reforçada, revivida) pela *adição* de motivos nas superfícies já pintadas, adentro da fase I; pelo reforço simbólico traduzido no acto de repintar parcialmente ideogramas já existentes (fase I); novamente pela adição, na fase II, de uma imagética decorrente graficamente (ideograficamente?) da fase I, embora com uma certa especificidade cromática e tipológica. Ainda circunscrevemos o alargamento da pintura da fase II para novos espaços — abrigo Vermelho, abrigo 1, 5, 8 e 9 (B. da Pala), a um processo de adição. A criação de novos santuários e a ampliação do espaço «sagrado» no abrigo 3,

traduziriam o reforço e desenvolvimento de rituais articulados (pelo menos pela realização de ideogramas) com aquele que poderia constituir o pólo simbólico organizador da vida e das relações da comunidade (ou mesmo da relações entre comunidades)¹⁸.

O Regato das Bouças foi com certeza sendo periodicamente visitado («restauro» e adição de pinturas) e a simbologia dos seus santuários apresenta uma grande estabilidade formal, uma grande pervivência, apesar das transformações (não temos forma de «medir» o grau de mutação porque o nosso estudo ainda se encontra incompleto). Deste facto se pode inferir também uma grande estabilidade de populações na Serra, estabilidade essa também patente na ocupação do B. da Pala.

O abrigo 2 (Fig. 3) apresenta uma temática completamente distinta. Porém, não nos surpreenderíamos (caso ainda nos aguardem outras descobertas) se viéssemos a detectar um abrigo que contivesse, espacial e cronologicamente articuladas, figuras humanas esquemáticas do tipo das do abrigo 2, com figuras (de ambas as fases) características do abrigo 3.

Com efeito, a análise do conjunto de abrigos com pintura rupestre do Centro-Oeste de Espanha (províncias de Salamanca e Zamora)¹⁹ vem mostrar, em primeiro lugar, que os abrigos portugueses prolongam espacial e tematicamente aquele grupo. Em segundo lugar, alguns

¹⁸ Poderíamos pensar o inverso, isto é, o abrigo *Casinhas* representaria um «santuário maior», criado posteriormente aos restantes desta fase e representaria o auge ou o ponto máximo de desenvolvimento de uma certa simbologia. Porém, quer a variedade de motivos no abrigo 3, quer a variabilidade formal (adentro de certos parâmetros) de cada «tipo», a qual contrasta com a uniformidade dos motivos pintados nos restantes abrigos (e no abrigo Vermelho), faz-nos inclinar mais para a hipótese exposta acima.

¹⁹ GRANDE DEL BRIO, R. — *La Pintura Rupestre Esquemática en el Centro-Oeste de España (Salamanca y Zamora)*, Ed. da Diputación de Salamanca, Salamanca, 1987. Este autor revela aqui um importante e extenso grupo de 40 abrigos com pintura esquemática, das quais 38 em Salamanca e 2 em Zamora. É de referir que das suas prospeções resultaram 25 novas descobertas, nas quais se incluem os dois abrigos da província de Zamora. Até essa data só eram conhecidas gravuras rupestres nesta província. Como particularidades deste conjunto de abrigos há a pontuar a policromia — por ex. figuras vermelhas contornadas por pontos brancos (abrigos de Batuecas, Belén, la Palla, etc.), policromia de antropomorfos emplumados (Covacho del Pallón) —, e a convivência de figuras semi-naturalistas e esquemáticas (pág. 195). O autor pontua frequentemente o nicho ecológico dos abrigos — na «cabecera» de vales encaixados («cerrados»), com clima ameno, (semi-)mediterrânico e vegetação condicente com aquele. Esta é, em suma, a ambiência dos abrigos portugueses com pintura esquemática conhecidos no Leste de Trás-os-Montes e Beira transmontana.

abrigos recentemente descobertos apresentam, num só painel, e numa mesma fase picórica, motivos que vemos ocorrer separadamente, nalguns casos, nos abrigos portugueses (e também em alguns daquela região).

O caso do abrigo Risco de los Altares, no vale de Las Esposadas (vale contíguo ao de las Batuecas), Salamanca, é sintomático. Aqui, o painel 1 e 2 — duas superfícies apaineladas contíguas *que poderíamos com toda a propriedade ser considerados um só painel* (pelo que deduzimos da descrição ao autor que diz separá-las unicamente um «desprendimiento» de rocha — pág. 63) — exibem, *em associação*, um interessante grupo de figuras, *todas elas realizadas com o mesmo tipo de traço e a mesma cor*. Das representações humanas, duas figuras de corpos alargados (figuras n.º 5 e 7, pág. 66), uma delas provida de um apêndice na cabeça, assim como as «barras» isoladas, são surpreendentemente similares àquelas do *painel 1* do abrigo 2 de Passos; outros antropomorfos inscrevem-se genericamente no tipo daqueles do *painel 2* do mesmo abrigo 2 de Passos. (Algumas figuras humanas deste painel de Risco de los Altares parecem-se com aquelas que se situam abaixo do friso ou grupo da fase B do abrigo Fraga d'Aia — S. João da Pesqueira²⁰). Existem ainda neste painel sequências de traços paralelos entre si («pectiformes»), uns parecidos aos da fase I, outros aos da fase II do abrigo 3 de Passos; uma figura de um «tectiforme» paralelizável com a fase I do abrigo 3; 3 arboriformes «antropomorfizados» (encimados por um traço curto e grosso). Alguns motivos deste abrigo espanhol também foram parcialmente repintados.

Os abrigos 1 e 2 de Lera (vale de la Lera en la Alberca, próximo ainda ao vale de las Batuecas) também são de referir a propósito desta comparação. O abrigo 1 (sector B) representa também: uma associação de antropomorfos (fálcos ou não), com antropomorfos de tipo «barra» ou de braços abertos, ambos encimados por emplumados; inserem-se ainda neste grupo um quadrúpede de tipo «pectiforme» provido de cabeça (e com falo e cauda?) e «barras» agrupadas (verticais relativamente à composição) e isoladas (horizontais). Ainda no abrigo 2 de Lera, além de «barras» (simples e agrupadas), e de antropomorfos de tipo *fi*, surgem antropomorfos de braços múltiplos (similares a «arboriformes»), encimados por um traço (cabeça), o qual é, num dos casos, prolongado por dois apêndices (adorno?).

²⁰ JORGE, V. O. et alii — *O abrigo com pinturas rupestres da Fraga d'Aia (Paredes da Beira — S. João da Pesqueira)* — Notícia Preliminar, in «Arqueologia», 18, GEAP, Porto, 1988.

Todas as figuras descritas em Lera e Risco de los Altares pertencem a uma mesma fase pictórica — fase C, cuja cronologia, segundo Grande del Brio, poderia ir do Calcolítico à I. do Bronze.

É de realçar que este vasto conjunto evidencia uma baixa frequência de figuras sub-rectangulares e subquadrangulares, ideogramas (de morfologia variada) que tão insistentemente vamos na fase II da Serra de Passos (abrigos 1, 2, 3, 8 e 9) e que dominam também no abrigo Cachão da Rapa²¹.

Deste modo, a exposição acima ao mostrar abrigos e painéis com associações tão peculiares, permite-nos supor que o abrigo 2 de Passos, com os três painéis, tanto poderá inserir-se cronológica e culturalmente na fase I como na fase II. Não ignoramos que o antropomorfo provido de um adorno na cabeça e de uma espécie de saia ou tanga — painel 3 —, poderá ser, a vários títulos, considerado um pouco posterior aos restantes (opinião que defendemos atrás). Porém, não temos condições de traduzir essa posteridade em termos de tempo decorrido. Se atendêssemos às cores utilizadas e, em menor grau, à tipologia dos antropomorfos, seríamos tentados a inserir os painéis 1 (2 dos antropomorfos, semi-esquemáticos, têm corpos largos, sub-rectangulares), e 2 (antropomorfos simples) na fase I, e o painel 3 (figura adornada com um «penacho» e provida de uma «tanga») na fase II. Por enquanto não nos inclinamos para qualquer das hipóteses.

De qualquer modo, e ante o que foi exposto, julgamos que o conjunto de abrigos da Serra de Passos pode, a vários títulos, ser abordado como uma unidade — unidade geográfica, temática e eventualmente cultural²².

Deveremos frisar ainda que quer os temas quer a organização interna das pinturas esquemáticas dos abrigos em causa, mas essencialmente

²¹ V. nota 3. Ainda soliformes/esteliformes associados entre si e muito similares aos de Passos, ocorrem no abrigo Garcibuey e ainda em Palla Rubia — Salamanca; este mesmo conjunto rodeado de «nuvens» de pontos e acrescido de um antropomorfo, aparece nos abrigos 1 e 2 de Cueva del Cristo, também em Salamanca. No entanto, desconhecemos outras associações que eventualmente ocorram no mesmo painel. V. obra citada na nota 18, pág. 156.

²² Em vários círculos artísticos pré-históricos os motivos revelam-se graficamente muito persistente, embora as ideias ou mitos que enunciam (geralmente de modo metafórico ou metonímico) ou materializam possam sofrer, adentro de uma comunidade, algumas alterações gráficas decorrentes dessa mesma vigência prolongada; ao transcorrerem e/ou serem integrados em diversos universos mentais (contextos) também podem sofrer alterações. Os dois processos podem ter ocorrido nas comunidades pré-históricas da Serra de Passos.

aqueles que denotam uma temática não figurativa — abrigos 1, 3, 5, 8 e 9, — se correlacionam com a arte rupestre desta região, essencialmente com a arte rupestre gravada, mas também pintada (os abrigos com pintura divulgados reduzem-se a 4...) — e mesmo ainda com a arte «megalítica». A simbólica que expressam parece percorrer assim vários contextos. Figuras solares (esteliformes e soliformes), alinhamentos ou «nuvens» de pontos, antropomorfos em *fi* grego e arboriformes encontram-se em Pala Pinta — Alijó²³; figuras quadrangulares prolongadas ou não por um apêndice, ovais segmentadas, figuras antropomorfizadas similares às da fase II foram pintadas em Chão de Rapa (único abrigo policromo) — Carrazeda de Ansiães²⁴. Nas gravuras de ar livre, e tentando não ser exaustivos, referiremos a conjugação, no Gião 2 — Arcos de Valdevez²⁵, de esteliformes e figuras quadrangulares providas ou não de um apêndice ou ponto; esteliformes ainda no Poço da Moura — Vila Flor²⁶; escaleriformes feitos por abrasão em Ridevides — Vilariça²⁷ e na Pedra Letreira — Góis²⁸; rectângulos variados (providos ou não de apêndices) realizados por picotagem em Gião 1 e em Mestras — Góis²⁹. Ainda antropomorfos de vários tipos, mas particularmente aquelas figuras que em Passos nos parecem antropomorfos em *fi* grego, percorrem quase todos os conjuntos de arte gravada de ar livre, como Gião 1 (onde um destes motivos é mesmo provido de mãos), Tripe — Mairós, Murancho — Carrazeda de Ansiães e ainda o abrigo de El Pedroso, em Zamora³⁰. Se nos centarmos no tipo de composição, cremos que os abrigos da Serra de Passos, particularmente o n.º 3, se aproximam primordialmente às rochas pintadas de ar livre. Aqui é ainda de realçar um facto. Em nenhum conjunto gravado ou pintado a variedade de figuras quadrangulares (reticulados de vários tipos) é tão marcante como o abrigo 3 de Passos e na Pedra Escrita de Ridevides (no vale da ribeira de Vilariça, um pouco para leste da Serra de Passos), já referida atrás.

²³ SOUSA, O. — *O abrigo de arte rupestre da Pala Pinta — Alijó*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», 29, SPAE, Porto, 1989.

²⁴ JÚNIOR, J. R. dos S. — *As pinturas pré-históricas do Cachão da Rapa*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», VI, SPAE, Porto, 1933-34.

²⁵ BAPTISTA, A. M. — *A arte do Gião*, in «Arqueologia», 3, GEAP, Porto, 1981.

²⁶ Informação de Orlando Sousa, que agradecemos.

²⁷ JÚNIOR, J. R. dos S. — *As gravuras litotípicas de Ridevides (Vilariça)*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», XIX-2, nova série, SPAE, Porto, 1963.

²⁸ NUNES, J. C. et alii — *A pedra Letreira*, Publ. da C.M. de Góis, 1958.

²⁹ *Idem*, *A Pedra Riscada*, Sá da Bandeira, 1974.

³⁰ ESPARZA-ARROYO, A. — *El castro zamorano de El Pedroso y sus insculturas*, in «B S A A», 43, Valladolid, 1977.

A articulação da documentação citada, permite-nos delinear várias ideias, que passamos a expôr.

1. O interior Norte de Portugal (Trás-os-Montes e Beira transmontana) é uma região onde se «sobre põem», do ponto de vista geográfico, diversas manifestações artísticas datadas, em geral, da Pré-história recente. Estas manifestações terão, naturalmente, cronologias diferentes, mas a sua análise, ainda que sumária, acusa uma certa «simbiose» temática. A este facto não dever ser estranha uma certa analogia (ou «simbiose») cultural mais geral. Além disso, o estudo ou simples prospecção de povoados sedentários desta região, mostra, no III.º mil. a.C., uma cultura material de cariz local ou regional muito marcada, mas também a presença de certos «items» culturais que transcorrem largas áreas peninsulares — e no caso que nos interessa, a Meseta com os seus prolongamentos naturais para o interior de Portugal —, provavelmente a partir essencialmente do SE da P. Ibérica (técnicas e decorações cerâmicas, da qual se destaca a cerâmica simbólica «oculada», certos artefactos como «ídolos de cornos», pesos de tear, etc.).

2. Quer no plano arquitectónico, quer no plano decorativo, existem diferenças marcantes entre as manifestações megalíticas presentes na Beira Alta/Trás-os-Montes e nas províncias de Zamora/Salamanca. Os dólmenes desta região (os de Salamanca são quase todos de planta circular ou ligeiramente oval, os de Zamora mal conhecidos), embora possam inserir objectos votivos como «placas gravadas de tipo alentejano» e eventualmente «ídolos betilo», não apresentam os esteios com mais decoração do que simples covinhas.

Em contrapartida, e como vimos atrás, a arte rupestre (na sua dupla vertente, pintura e gravura) do interior N do país prolonga, temática e geograficamente, o círculo artístico esquemático patente naquelas duas vizinhas províncias espanholas — Salamanca e Zamora.

A temática da arte dolménica portuguesa integra motivos muito variados³¹: profusão de linhas onduladas ou sinuosas, de linhas sinuosas simples (Zedes, Carrazeda de Ansiães — pintura) ou de linhas enquadrando círculos concêntricos (Carapito I, Aguiar da Beira — gravura); figuras humanas e figuras solares enquadradas por linhas sinuosas, grandes cervídeos e uma *cena de caça* ao veado (Orca dos Juncais — pintura);

³¹ A não ser os casos onde apresentamos bibliografia específica, todas as referências à arte megalítica se referem à obra: SHEE TWOHIG, E. — *The Megalithic Art of Western Iberia*, Clarendon Press, Oxford, 1981.

figuras solares isoladas, figura «oculada» e uma emblemática representação a que E. Shee denomina de «the thing» no dólmen 1 de Chã de Parada — Aboboreira (gravura); círculos concêntricos pintados ainda no dólmen 3 de Chã de Parada — Aboboreira³²; figuras labiritóides ou reticuladas (além de muitos outros motivos característicos da «arte megalítica portuguesa», como bandas sinuosas decoradas, bandas em dentes de serra, figuras humanas e artefactos etc.), pintadas no dólmen de Antelas — Oliveira de Frades, etc.

Embora desconheçamos a cronologia de um grande número destes dólmenes, notamos que todos aqueles que se apresentam decorados possuem um plano já evoluído (câmara e corredor, indiferenciados ou não) ou então câmaras de enormes proporções. Baseando-nos nas datas absolutas de Carapito I — Aguiar da Beira³³ e Chã de Parada³⁴, podemos admitir que a arte dolménica conhece o seu principal desenvolvimento durante a 1.ª met. do III.º mil. a.C.

O abrigo com pinturas de Fraga d'Aia contém, na sua primeira fase, uma cena de caça ao cervo em estilo semi-naturalista. Aqui, o animal parece ocupar, seg. M. Baptista, o centro a cena³⁵. A figura humana está também armada com um arco. Cremos, de acordo com os restantes autores deste trabalho, que esta fase se poderia articular com as datas de C14 que situam a ocupação deste abrigo na passagem do IV.º ao III.º mil. a.C. Deste modo, julgamos possível que, pelo menos nas suas fases mais antigas, os dólmenes citados acima — em particular Orca dos Juncais com as suas representações de cervídeos — se poderiam articular ou representar a continuidade (cultural, simbólica) desta fase mais antiga de Fraga d'Aia.

Além disso, como vários dólmenes parecem inserir desde fases bastante antigas, provavelmente desde os inícios do III.º mil. a.C., uma ideografia própria, articulada, em «organizações» caracteristicamente dolménicas, com temas de «valor» supra-regional (mas onde não incluímos a «face oculada») — figuras solares, esteliformes (uns tipos particulares de arboriformes?-que preenchem largas superfícies dos esteios em

³² SOUSA, O. — *As pinturas rupestres da mamoa 3 de Chã de Parada — Baião*, Notícia preliminar, in «Arqueologia», 17, GEAP, Porto, 1988.

³³ V. nota 31.

³⁴ JORGE, V. O. e BETTENCOURT, A. M. S. — *Sondagens arqueológicas na mamoa 1 de Chã de Parada (Baião, 1987)*, in «Arqueologia», 17, GEAP, Porto, 1988.

³⁵ V. nota 20 e *Idem* — *A Fraga d'Aia (Paredes da Beira — S. João da Pesqueira) — arte rupestre e ocupação pré-histórica*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», XXVIII, 1-2, SPAE, Porto, 1988.

Pedralta-Viseu e Chão Redondo-Sever do Vouga), «pectiformes» e «barras» agrupadas em Orca da Cunha Baixa — Mangualde³⁶, reticulados (ou labirintóides) em Antelas-Oliveira de Frades —, opinamos ser possível justificar esta ocorrência mediante duas hipóteses.

Os temas apontados acima poderão ter-se criado, do ponto de vista mitográfico, de modo independente em diferentes regiões: no Centro-Norte de Portugal e Galiza, no SE e noutros locais, como resposta a uma simbologia (dominantemente astral) similar. Caso contrário, os mesmos temas fazem supor, já no Neolítico Final/Calcolítico, relações supra-regionais (embora não directas, entenda-se) entre as regiões apontadas.

Ambas as hipóteses são possíveis, podendo mesmo os dois processos terem ocorrido de modo cumulativo. Embora o estado actual da investigação não permita precisar estas relações apontadas acima, é de frisar que a fase mais antiga de ocupação do Buraco da Pala, datada do início do III.º mil. a.C. (Neolítico Final) exhibe cerâmicas tipologicamente similares na sua decoração a estações neolíticas da bacia do Douro, como Peña del Bardal de Diego Alvaro (Ávila) e Galería del Sílex-gruta de Atapuerca, Burgos (além de outras). Delibes de Castro diz que estas estações correspondem à neolitização da Meseta ou expansão — o autor chama-lhe mesmo «colonização» — da «cultura das grutas», tendo como ponto de partida a Andaluzia³⁷. A Galería del Sílex apresenta ainda a particularidade de documentar, num dos seus recipientes cerâmicos, um motivo antropomórfico similar àqueles gravados (gravura por abrasão) nas suas paredes. Além de antropomorfos, um dos quais armado com um arco, existem aí outras figuras muito esquemáticas, como animais e motivos similares a arboriformes e escaleriformes.

Possivelmente a mais antiga ocupação de Fraga d'Aia, com o painel da fase A, assim como a mais antiga ocupação do povoado Barrocal Alto-Mogadouro³⁸, reflectirão esta neolitização do interior da Meseta e interior N de Portugal³⁹.

³⁶ VILAÇA, R. e CRUZ, D. J. — *A Casa da Orca da Cunha Baixa*, ed. da Câmara Municipal de Magualde, 1990.

³⁷ DELIBES DE CASTRO, G. — *El Neolítico*, in «La Prehistoria del Valle del Duero», *Histórica de Castilla y León*, 1, Âmbito ed. S A, Valladolid, 1985.

³⁸ V. nota 6.

³⁹ Neolitização não traduzida em monumentos megalíticos, mas em povoados de ar livre e em gruta, e ainda em sepulcros em gruta — Galería del Sílex —, entenda-se. Desconhecemos as relações, no N de Portugal, destas estações com o fenómeno megalítico, o qual está documentado nesta região (Aboboreira) pelo menos nos meados do IV.º mil. a.C. V. JORGE, V. O. — *Arqueologia social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais*, in «Revista da Faculdade de Letras — História», VI, 2.ª série, Porto, 1989.

Ainda neste ponto poderíamos admitir que a 1.^a fase de pintura esquemática na Serra de Passos se poderia articular com a camada 4 do Buraco da Pala, no início do III.^o mil. a.C.. A maioria dos temas da fase I admite esta proposta de cronologia antiga, pois os mesmos estão presentes na arte megalítica⁴⁰.

Provavelmente já nos finais do III.^o mil. a.C./inícios do II.^o, seriam introduzidos outros motivos, como os símbolos «oculados»⁴¹ — na arte megalítica e na arte esquemática, gravada e pintada — e provavelmente só neste período se teriam iniciado as pinturas de certos tipos muito particulares de «emplumados» como os que surgem no abrigo pintado de Penas Roidas ou nas gravuras do Tripe-Mairos⁴².

Ainda o conjunto de painéis de Fragas da Lapa (superfícies apaineladas no «dorso» de abrigos de xisto) — Miranda do Douro, com uma temática esquemática muito particular — organização de linhas sinuosas (o motivo dominante) entre si e em torno de figuras quadrangulares (segmentadas no seu interior, encimadas por um ponto e prolongadas por um apêndice) e de antropomorfos esquemáticos e semi-esquemáticos —, é de referir aqui. Nesta *composição* articulam-se motivos com uma dupla tradição: a da arte dolménica e a da arte esquemática (pintura e gravura) desta região. A tipologia do espólio exumado na escavação do abrigo não é claramente indicador da sua cronologia, mas, atendendo quer às gravuras, quer ao tipo de fabrico das cerâmicas, julgamos que o poderemos incluir também no III.^o mil. a.C.⁴³.

⁴⁰ Esta questão relaciona-se, ainda que indirectamente, com a origem e «expansão» da arte esquemática, cuja problemática não é oportuno desenvolver aqui. Convém no entanto acrescentar que a investigação mais recente sobre o Neolítico no SE da P. Ibérica mostra que quer a arte «macro-esquemática» quer a arte esquemática, podem ser consideradas muito antigas, contemporâneas da arte levantina. Com efeito, a tipologia dos motivos de algumas cerâmicas de Cova de l'Or mostra-os similares à arte «macro-esquemática» de La Sarga (Alcoy) e à de outros conjuntos de arte esquemática em geral. A estratigrafia e datas de C14 permitem situar, a Bernabéu Auban, esta arte na 1.^a metade do IV.^o mil. a.C. BERNABEU AUBAN, J. — *La Tradición Cultural de las Cerámicas Impresas en la Zona Oriental de la Península Ibérica*, S. Trab. vários, n.^o 86, SIP, Diputación Prov. de Valencia, Valencia, 1989.

⁴¹ Dados do N de Portugal dos finais do III.^o mil. a.C. Ainda a data absoluta da marca, seg. Vítor Jorge, provavelmente a «fase terminal de utilização» do dólmen 1 de Chã de Parada, é de 1990 ± 80 a.C. V. nota 34, pág. 397.

⁴² V. nota 3 e 13.

⁴³ SANCHES, M. J. — *O abrigo com gravuras esquemáticas das Fragas da Lapa — Atenor, Miranda do Douro*, in «Portugália», nova série, vol. VI/VII, IAFLUP, Porto, 1985-1986.

3. A gravura, no interior N do país pode, nas suas fases iniciais, ser contemporânea da pintura. Eventualmente algumas gravuras — como Fragas da Lapa — poderiam ser mesmo anteriores a alguns dos abrigos pintados — como os da fase II de Passos.

Em nosso entender, pintura e gravura exprimem fenómenos paralelos. A escolha do suporte material, as diferentes técnicas de execução — tanto na gravura como na pintura —, assim como as normas ou directrizes que regulam a organização das figuras, poderão ser explicadas como elementos de identidade cultural.

Deste modo, propomos que as diferentes técnicas de execução da arte pré-histórica do interior N do país — pintura e gravura em geral (mas esta somente quando não executada com instrumentos metálicos), sejam abordadas mais em termos culturais específicos que em termos cronológicos.

Esta «*démarche*» impediria a fragmentação habitual daquilo que nos parece ser um vasto fenómeno de carácter simbólico que percorre o interior N do país durante todo o III.º mil. e os inícios do II.º. Este fenómeno simbólico exprimir-se-ia tanto na iconografia e organização dos santuários rupestres (e nas arquitecturas megalíticas decoradas), como nos artefactos que encontramos quer nos habitats, quer nas sepulturas, megalíticas ou não.

Esta mesma atitude poderia dar origem ao estabelecimento de grupos ou de círculos artísticos baseados na tipologia dos motivos e na sua organização interna. Posteriormente e/ou simultaneamente dever-se-ia tentar a articulação destes grupos com toda a cultura material existente e estudada nas estações rupestres ou não rupestres — povoados, abrigos, etc. —, da mesma região.

A circulação (e integração ou incorporação simbólica) de certas iconografias ter-se-á realizado, nalguns aspectos, de modo similar à dos materiais, funcionais ou simbólicos, que encontramos nos habitats e túmulos do III/II.º mil. a.C.

Aqui uma nota de atenção. A Pedra Escrita de Ridevides (Vilariça), cujos motivos são gravados predominantemente por abrasão, apresenta uma temática de cariz bastante antigo, a qual situamos no III.º mil. a.C.. Por sinal, alguns abrigos do Planalto Mirandês — região planáltica contígua aos vales da Vilariça/Sabor — como Fragas do Diabo (Mogadouro), Aguçadeiras/Vale de Palheiros (Miranda do Douro) e ainda a Fraga da Fonte de Prado da Rodela (Mogadouro), apresentam uma técnica de

⁴⁴ V. obra citada na nota 6, obra que ilustra, com levantamentos, alguns dos painéis destas estações rupestres.

gravação (por abrasão) e uma temática — esta embora mais simples e mais repetitiva —, similar à da Pedra Escrita. É de destacar ainda nesta abordagem, o escaleriforme do painel 2, abrigo 3 de Fragas do Diabo⁴⁴. Deste modo inserimos todas estas estações rupestres numa ambiência cultural similar, embora consideremos que os abrigos do Planalto tanto podem ser contemporâneos como *ligeiramente* anteriores ou posteriores à Pedra Escrita.

4. Segundo a linha de pesquisa apontada em 3, referimos, como exemplo, que quase todos os abrigos pintados do interior de Trás-os-Montes, parecem relacionar-se, directa ou indirectamente, com estações arqueológicas que incluem, na sua cultura material, cerâmicas decoradas segundo a técnica da «impressão penteada»: Cachão da Rapa, Penas Roias, os 9 abrigos da Serra de Passos. O abrigo Pala Pinta não contém sedimentos arqueológicos. Ainda as rochas de Tripe-Mairos, que se encontram gravadas também com antropomorfos encimados por «penachos», além de alguns motivos similares aos da pintura (como já indicámos atrás), situam-se numa área muito próxima de um povoado sedentário-Mairos (Chaves)⁴⁵, que inclui este tipo de cerâmicas.

No entanto, existem muitas outras estações (ainda que com uma distribuição geográfica limitada ao eixo — Trás-os-Montes/Beira Alta) que possuem cerâmicas «penteadas» e não parecem relacionar-se directamente com pinturas ou gravuras rupestres. Deste modo, seria útil tentar entender o significado arqueológico e cultural da decoração «impressa penteada» nas cerâmicas do final do III.º mil. a.C., para estabelecer especificamente a articulação entre estes dois fenómenos arqueológicos.

⁴⁵ V. notas 3 e 5.

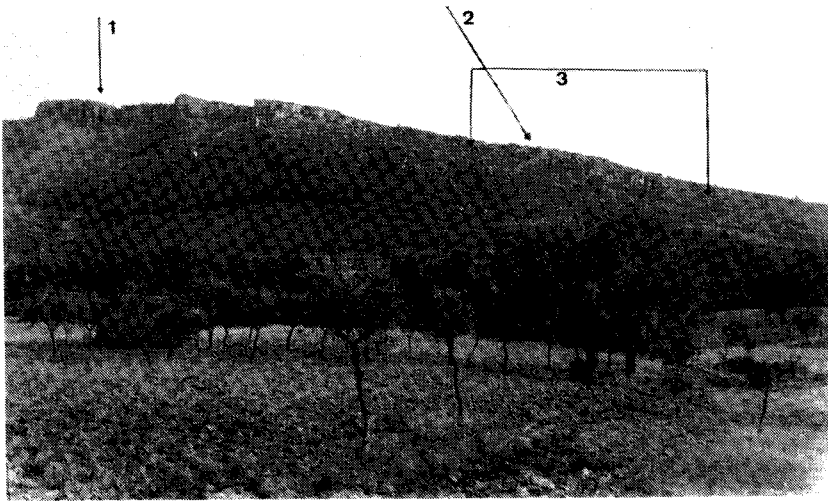


Fig. 1. Serra de Passos vista de Nascente. 1 — abrigo Buraco da Pala;
2 — povoado Mãe d'Água; 3 — abrigos 1 a 8 do Regato das Bouças



Fig. 2. Buraco da Pala (abrigo 9), painel 2
(a escala é aproximada e está representada em centímetros)

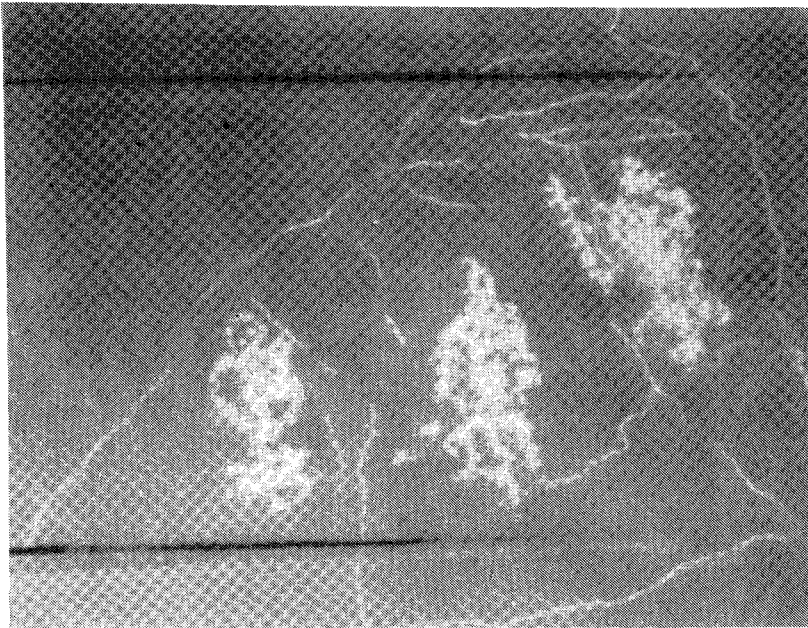


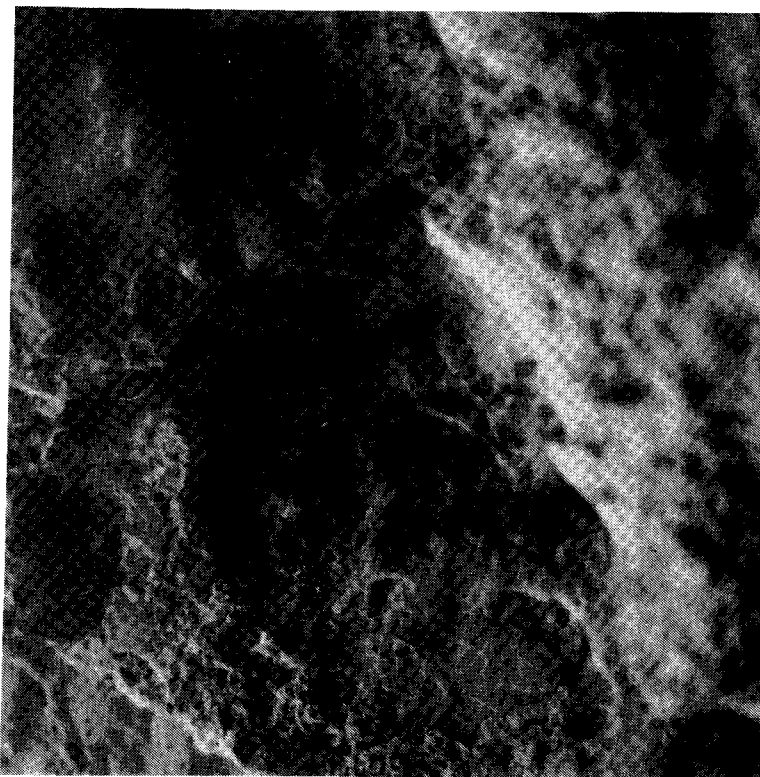
Fig. 3. Abrigo 2 do Regato das Bouças. Painei 2
(fotografia do 1.º levantamento das pinturas em plástico polivinilo)



Fig. 4. Aspecto do interior do abrigo Casinhas de N.ª Senhora com as paredes laterais e tecto cobertos de pinturas



**Fig. 5 . Divertículo axial direito do abrigo Casinhas (zona obscura).
Todos os motivos são da fase Ia
(a escala é aproximada e está representada em centímetros)**



**Fig. 6. Divertículo axial direito do abrigo Casinhas (zona obscura).
Arboriforme da fase Ic**



Fig. 7. Tecto do abrigo Casinhas, no seu extremo do lado direito (corresponde ao canto superior direito da parte do tecto que se vê na fig. 4). 1 — Grande escaleriforme da fase Ib; motivos de 10 a 21 pertencem à fase Ic; motivos de 2 a 9 pertencem à fase II. O escaleriforme indicado com o n.º 14, que seria originalmente da fase Ia ou Ib, foi repintado em Ic

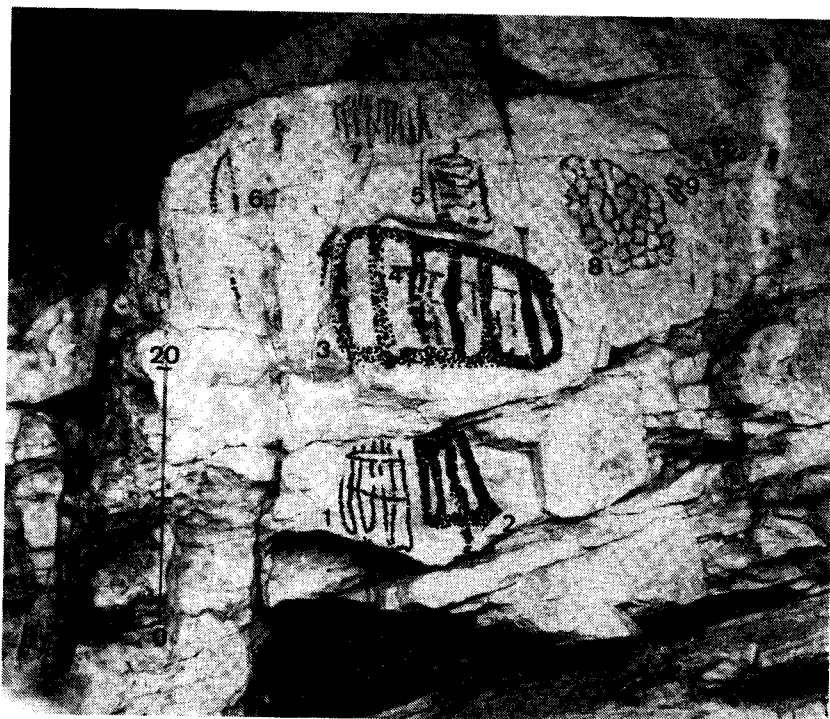


Fig. 8. Abrigo Casinhas.
Painel exterior, inferior mas contíguo à entrada da fenda.
Motivos 4, 6, 7 e 8 pertencem à fase Ia/Ib; motivo 5 à fase Ic;
motivos 1, 2, 3 e 9, à fase II. Reparar na sobreposição dos motivos 3 e 4
(a escala é aproximada e está representada em centímetros)



Fig. 9. Divertículo axial direito do abrigo Casinhas (zona iluminada).
Motivos 2 e 4 pertencem à fase Ia; motivos 1 a 3, à fase II.
Reparar na possível sobreposição dos motivos 1 e 2.

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA: ALGUMAS REFLEXÕES PRÉVIAS

Por **Vítor Oliveira Jorge**
Instituto de Arqueologia
Fac. Letras, Univ. Porto

Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Borges de Macedo

A Arqueologia é uma ciência autónoma, ou uma «disciplina auxiliar» da História? A pergunta, parece, continua a ser premente, pois muitas pessoas, nomeadamente alguns historiadores, se interrogados sobre o assunto, não hesitariam em responder pela segunda hipótese.

De acordo com tal visão, a Arqueologia seria um complemento da História, fundamentalmente com dois objectivos:

— estudar os tempos pré-históricos, para os quais não existem documentos escritos, e portanto nos quais a Arqueologia «reina» como senhora absoluta, com todas as restrições que o carácter fragmentário dos testemunhos materiais acarreta;

— «completar» a história que se pode fazer a partir dos documentos escritos, nomeadamente onde estes costumam ser mais omissos, ou seja, em todos os aspectos repetitivos, quotidianos, habituais, da vida, que se transmitiram oralmente e portanto se não passaram a escrito, ou então no que concerne à história local, cujos «pequenos feitos» não foram dignos de figurar nos «anais» que o passado nos legou.

Mau grado a importância que se dê aos «antecedentes pré-históricos» das civilizações, ou às facetas mais «infra-estruturais» ou

regionais do seu modo de funcionamento, não há dúvida de que o arqueólogo estaria sempre, nesta perspectiva, relegado para um segundo plano no seio dos historiadores. Condenado à «pequena história» que se conta a partir dos objectos, dos testemunhos materiais, com dificuldade, e só de modo muito subsidiário, acederia às grandes questões que a história do seu país ou do mundo levanta.

Os próprios arqueólogos parecem com frequência sofrer de um complexo de inferioridade, que os leva a acantonarem-se no seu domínio, nas suas questões descritivas e técnicas, raramente saltando para a ribalta das discussões culturais mais amplas. Parece estarem conformados com o seu minguado papel, apenas exigindo melhores infra-estruturas de trabalho, mais meios (sempre tão parcos em qualquer campo da ciência), sem se perguntarem se a sociedade estará disposta a disponibilizá-los para favorecer um domínio que implicitamente se aceita a si próprio como obscuro, marginal. É evidente que o peso político de um saber se disputa dia a dia, em concorrência com outros saberes, por todos os meios ao seu alcance dentro de uma sociedade democrática. Os saberes são realidades históricas, resultam de compartimentações herdadas, sem nada de necessário ou de «natural», e eternizam-se a maior parte das vezes como tais em resultado dos interesses dos seus detentores. São carreiras, empregos e outras formas de organização da comunidade científica que estão em causa, implantadas no terreno, cada uma com as suas clientelas e com seu maior ou menor impacto social. São «corredores» por onde se pode ascender numa certa hierarquia, com as suas regras próprias. Por isso, se declararmos que a Arqueologia não é, ou não deve ser, um domínio secundário ou marginal, mas uma forma própria de fazer história e de perspectivar a realidade humana, estamos a tomar uma importante posição no jogo político dos saberes, no âmbito das ciências sociais. Estamos a admitir que ela é uma actividade aberta, porosa em relação a outras «disciplinas», e capaz de lhes disputar um papel de relevo no conjunto da cultura contemporânea. É por essa Arqueologia nova que lutamos há um quarto de século, não apenas através de textos teóricos e programáticos, mas pela nossa própria acção concreta, de investigação, de divulgação e de ensino. Com uma certa paixão, pois consideramos que a serenidade do investigador atento à vida não é incompatível com o entusiasmo que nutre pela sua actividade; pelo contrário, esse emocionado interesse pela pesquisa e pela comunicação é o próprio fundamento de um autêntico criador cultural.

Os arqueólogos não precisam de se sentir inferiorizados em relação a colegas de outras ciências. Se a maior parte da sua actividade se caracteriza pela rotina do trabalho persistente, rigoroso, analítico, que é

imprescindível, de modo algum se deve confinar a ela. Em todas as esferas da investigação a rotina constitui a realidade quotidiana. E em todos os campos do saber existem aqueles que apenas acumulam «dados», observações, sem jamais se inquietarem com os próprios fundamentos da sua actividade (isto é, com questões de epistemologia), e esses outros (uma pequena minoria, de facto), que ascendem aos problemas mais amplos, aventurando-se a entrar em diálogo com os mais variados domínios do saber, ultrapassando as barreiras do hábito e da por vezes hermética terminologia de cada disciplina (não raro, espécie de couraça de auto-defesa). Quantos trabalhos de história não são apenas uma compilação de documentos, por vezes mesmo de um só documento, que por estar inédito justifica o próprio trabalho, independentemente da elaboração intelectual deste? Quantos estudos de etnologia (ou etnografia) não são uma pretensamente objectiva descrição de técnicas, materiais, ou outras formas de comportamento observadas, sem questionação prévia de objectivos? Quantas vezes esses trabalhos «analíticos» não aparecem «colados», sobrepostos a considerações banais (relegadas para a introdução ou para as «conclusões»), mostrando bem que o que subjaz à sua elaboração é um fetichismo dos dados ditos «objectivos», como se a própria constituição de um dado, como tal, não fosse já o produto de um tecido teórico prévio! Tal é inegável, mesmo que esse «tecido» seja o do senso comum tranquilamente auto-suficiente...

Em todas as disciplinas há, pois, a rotina diária, indispensável, mas é importante que essa rotina se oriente por programas e projectos que definam as prioridades, as grandes orientações, e à frente dos quais estejam espíritos capazes de entenderem totalidades mais vastas do que as do seu comezinho domínio, quando encarado isoladamente. Uma sociedade em que se faz progressos no domínio da investigação é aquela em que os espíritos mais maleáveis, mais abertos à colaboração e à reciclagem permanente, mais criativos em suma, ocupam de facto os postos de poder, os lugares onde têm alguma liberdade de acção, que envolve a disponibilização de meios e de pessoas, as alavancas da produção do conhecimento novo.

A Arqueologia é, para nós, um saber alternativo ao da história tradicionalmente considerada. É uma forma própria de estudar o mundo material, o mundo da relação do homem com a realidade física que o rodeia e de que ele mesmo faz parte (um ser humano é também um objecto para os outros seres). Esta é, pensamos, a perspectiva que permite superar a posição de secundaridade da Arqueologia, integrando-a como saber de corpo inteiro do domínio das ciências do homem. Porque ela é, incontestavelmente, uma ciência humana (e, a seu modo,

também histórica), muito embora, pelo facto de importar inúmeros métodos das «ciências naturais» e até «exactas», se pareça por vezes com estas, na sua prática corrente. Simplesmente, e esta é que é a distinção de fundo, quando um arqueólogo estuda um objecto, a sua finalidade é perceber a intenção com que, no passado, alguém o concebeu, assumindo portanto que entre esse ser e nós há um mínimo de elementos de continuidade para que um fio de inteligibilidade se estabeleça, para que a sua acção faça sentido. Esse sentido não tem sobretudo a ver com as propriedades físicas do objecto; embora tendo-as em consideração, o que se procura é um sentido humano, o que pressupõe a característica fundamental da nossa sub-espécie, que é a de impregnar a realidade de significações. Fazer Arqueologia é recuperar intenções, conscientes ou não, através de uma leitura do mundo material. É encontrar a dinâmica das acções, individuais ou colectivas, que subjaz à estática das estruturas e objectos tal como chegaram até nós. Tal como a Arquitectura, ou a «sociologia dos objectos» de que falou Baudrillard, a Arqueologia trata de ideias materializadas, no espaço, em estruturas e objectos, funcionais mas também significantes. Nesse sentido a Arqueologia contribui para a semiologia da realidade artefactual que rodeia o homem (ou seja, com que o homem se rodeou) ou, se quisermos, para aquilo que às vezes se designa «teoria da cultura material».

Porém, que significa essa frase feita, acima utilizada, «chegaram até nós»? A realidade material não nos fornece, de mão beijada, um «texto» a duas dimensões, embora residual, cuja leitura se pudesse fazer de forma linear, e que nos permitisse remontar ao passado através do presente. Nem seria de esperar tanta facilidade. A realidade é complexa, decifrá-la um jogo difícil, em que nunca se obtém uma solução definitiva, mas apenas um conjunto de verosimilhanças que formam, ou parecem formar, sistema. Se quisermos, o que se visa é a produção de um discurso, que integra conhecimentos empíricos (os famosos «dados» dos positivistas) e cimentos teóricos, discurso esse que se vai tentar implantar no corpo social como a versão aceitável, em cada momento, do passado colectivo. A cada passo a investigação corrente detecta incoerências, anomalias, contradições, nesse discurso, até que um novo discurso tenta superá-las, integrando-as numa perspectiva eventualmente mais englobante. E dizemos eventualmente, porque em regra o progresso do conhecimento não se dá de forma linear, mas pela justaposição parcial de posições contraditórias e, não raro, concorrentes entre si, até que um novo momento de síntese permita vislumbrar, a um nível de abstracção maior, totalidades mais amplas, um meta-discurso capaz de, momentaneamente, levar a melhor aos restantes. O processo do conhecimento é uma luta constante pelo alcance de abrangências mais

poderosas, e o estudo do passado (ou seja, a História e a Arqueologia) não escapa, naturalmente, a esse desígnio totalizante (às vezes com forte apetência pelo totalitário).

Aludíamos de início à eventualidade de se considerar a Arqueologia como uma «ciência autónoma», mas a realidade é que a imagem que ela dá frequentemente de si própria é, em larga medida, fluida. Desde Gordon Childe que diversas «teorias da Arqueologia» têm sido propostas e a verdade é que nenhuma se conseguiu ainda impor como «paradigma dominante». Enquanto a maioria dos arqueólogos continua, aparentemente de forma tranquila, a colectar os seus «dados», deixando aos «teóricos» os incómodos da polémica, estes últimos vão avançando com posições de pendor mais funcionalista, estruturalista, processual ou pós-processual consoante as suas inclinações, sendo sempre elegante tentar a síntese entre todos, a equidistância do consenso, colocar-se na posição de que «todos têm uma parte da razão, o que é preciso é recolher de cada um as facetas positivas» por forma a compor o seu (dele, arqueólogo consensual) próprio poliedro. Por outro lado, na Europa fala-se hoje já não só de Arqueologia pré-histórica, romana, ou medieval, mas também, por exemplo, de Arqueologia moderna ou contemporânea: quer dizer, ela abrangeu a totalidade do «campo histórico». Ainda, vê-se constantemente o alargamento do âmbito programático da disciplina, ouvindo-se falar de Arqueologia «social», «económica», da paisagem, naval, industrial, etc., etc.!

Somos optimistas, apesar de tudo, no meio desta nebulosa. Trata-se de uma «crise de crescimento» intelectualmente aliciante para quem tem podido segui-la nas últimas duas ou três décadas. Certos colegas, desejosos de «arrumar a casa», diriam que só devemos falar de Arqueologia quando se realizam, ou podem realizar, escavações, que seriam por assim dizer o acto emblemático da disciplina. Nesse caso, o estudo de muitos objectos da sociedade industrial que se conservam à superfície do solo, e que às vezes até se vão buscar à sucata, como máquinas absoletas, por exemplo, não seria Arqueologia... Quanto a nós, não estamos excessivamente interessados na definição de limites arbitrários que demarcassem, no seu interior, o espaço de exercício de rotinas mais ou menos domésticas. Ao contrário, parece-nos que a fluidez da Arqueologia vai fazendo, hoje, a sua força, na medida em que assim, através de um processo complexo, por vezes confuso, ela se vai impregnando progressivamente na realidade cultural. O que importa, cremos, é promover essa osmose entre os domínios tradicionais do saber, ultrapassando a ideia tantas vezes estática de interdisciplinaridade, que envolve normalmente a noção de relação entre ciências cristalizadas. Lá onde houver um debate que nos interesse, seja no seio de historiadores,

antropólogos, sociólogos, filósofos ou outros, aí deveremos comparecer, para afirmar a premência das nossas perspectivas, sem excluirmos de antemão qualquer foro em que a Arqueologia possa afirmar-se. Só assim iremos ganhando o espaço de acção (incluindo, claro, os meios de trabalho) que costumamos reivindicar sem consequências. Importa superar o «discurso da queixa», de quem não se consegue impor mas até se vai, afinal, conformando, para questionar muito objectivamente quais as causas do menor impacto social e cultural da Arqueologia e, desde o interior das instituições, com base num trabalho sério, ir ampliando terreno e consolidando cada degrau para passar ao seguinte. Isto é válido ao nível da Arqueologia universitária ou patrimonial, no âmbito dos museus ou do panorama editorial, em que há que consolidar passo a passo a posição da Arqueologia, até ao dia em que já não será possível marginalizá-la, por ela, simplesmente, estar aí como uma realidade insofismável. Mais: como um produto (um discurso) consumível e como um serviço que se revelaria grotesco (incivilizado) não ter. Claro que ficam em aberto, neste texto, as orientações possíveis desses(s) discurso(s) e as prioridades desse(s) serviço(s)!

Procurámos tão somente libertar a Arqueologia de tutelas herdadas, como vêm fazendo muitos pensadores desde Gordon Childe. A Arqueologia descola essencialmente de um modo de ver a realidade que tem a sua história (a partir do Renascimento, definindo-se melhor desde o séc. XIX), os seus métodos próprios de trabalho, a sua utilidade imediata. Se nenhum saber deve aceitar filiações hierárquicas rígidas (subjacentes à noção de «ciência auxiliar»), é porque assim ele está mais livre para estabelecer o seu feixe de relações transdisciplinares. A Arqueologia será, muitas vezes, ciência auxiliar da História, ou da Antropologia, da Geografia ou até da Biologia humana, etc., mas o reverso também é decerto verdade.

Num mundo em rápida mudança, a plasticidade dos saberes, a sua rápida adaptabilidade a um meio que provoca constantemente desafios inéditos e, como tal, novos reagrupamentos de conceitos, técnicas e métodos para lhes fazer face, é sem dúvida a estratégia mais útil. A Arqueologia e a sua velha companheira, a História, não são decerto excepção a tal realidade.

Porto, Dezembro de 1990

DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA*
DE SUA EXCELÊNCIA
O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
DOUTOR MÁRIO ALBERTO NOBRE LOPES SOARES

O dia 19 de Março de 1990 ficará assinalado nos anais da Universidade do Porto e da sua Faculdade de Letras pelo ambiente festivo que rodeou a colação do grau de doutor *honoris causa* a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Doutor Mário Alberto Nobre Soares, distinção que o Conselho Científico da Faculdade de Letras, na sua reunião plenária, de 6 de Dezembro de 1989, tendo em conta «a sua formação humanística e científica, o sentido crítico e inovador que caracteriza o seu pensamento e que constitui, afinal, a essência do próprio espírito universitário, o humanismo de vocação universalista, matriz da cultura portuguesa, sempre presente na sua vasta e importante obra, e dimensão cultural que, de forma exemplar, tem imprimido ao exercício da mais alta Magistratura do Estado», decidira, por «unânime aclamação», propor, nos termos da Lei, à Universidade do Porto.

O acto teve lugar no Salão Nobre da Faculdade de Ciências, sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Doutor Alberto Amaral, ladeado pelos Vice-Reitores, Profs. Doutores Cândido Augusto dos Santos e Francisco Carvalho Guerra, pelo Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras, Prof. Doutor Carlos Azevedo, estando presentes também as Autoridades Académicas do Porto e de várias Universidades portuguesas, que se fizeram representar, além de muitas outras Entidades, de harmonia com o protocolo.

A honra das funções de padrinho coube ao Pintor Júlio Resende, tendo os elogios académicos do doutorando e do padrinho sido proferidos,

respectivamente, pelos Profs. Doutores Humberto Baquero Moreno e Luís António de Oliveira Ramos.

Pelo seu relevante interesse, arquivamos nas páginas da «Revista da Faculdade de Letras» os discursos gratulatórios, então proferidos, em que, se por um lado, foram traçados, com mestria exemplar, os perfis humanos e científicos do doutorando e do padrinho académico, por outro, o nóvel doutor, depois da saudação e agradecimento à Universidade do Porto, a que passou a pertencer de pleno direito, não deixou de acentuar as funções essenciais de toda a Universidade portuguesa, que, sem abdicar ou adulterar o que lhe é específico, tem um papel indeclinável a exercer na resposta aos desafios do futuro, postos, desde já e a vários níveis, pela sociedade contemporânea.

Também por isso, aqui registamos, esta *lectio brevis* do que, por algum tempo, foi o nosso mais jovem colega.

Senhor Presidente da República
Magnífico Reitor
Autoridades Cívicas, Militares, Religiosas e Académicas
Senhores Professores e Estudantes
Senhoras e Senhores

É com particular júbilo que participamos nesta cerimónia que nos congrega em torno da Universidade. Uma instituição secular pautada por princípios axiológicos em que a vertente cultural e humanística constitui o pano de fundo essencial nas relações entre os homens, através das sucessivas gerações. Universidade que como símbolo representa a transmissão do saber e a preservação da memória histórica.

Um passado revivificado numa permanente actualização, que confere vitalidade perene a todo o acontecer, o qual se apresenta vivo na sua actualidade. Na medida em que transmite ao homem o sentido da sua existência e a razão do seu dever. É essa Universidade que aqui se reúne para preitar uma justa distinção a quem representa emblematicamente a perfeita simbiose entre os valores éticos e o respeito pelas liberdades consignadas nos direitos do homem. Essa personalidade é a de Sua Excelência o Senhor Presidente da República Doutor Mário Soares.

A figura que nós hoje distinguimos concilia na sua carreira académica uma formação em que se harmonizam três valências essenciais: a histórica, a filosófica e a jurídica. Licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas pela Faculdade de Letras de Lisboa, em 1951, alguns anos mais tarde acrescentaria a este título o de licenciado em Direito pela

mesma Universidade. Quando concluiu a parte curricular do seu curso de Letras apresentou, como era requerido nesse tempo, uma dissertação escrita. A eleição do tema: *As ideias políticas e sociais de Teófilo Braga*, é de per-si reveladora das motivações que norteavam as preocupações essenciais do seu autor. De acordo com o que escreveu o Professor Vitorino Magalhães Godinho, que fora seu mestre, em prefácio esclarecedor, este livro representa essencialmente uma primeira etapa «para o estudo do problema da formação e conquistas da consciência republicana». Com penetrante argúcia o jovem autor procura analisar os fundamentos da obra teofiliana, naturalmente preocupado com a caracterização e a gênese dos valores democráticos.

Muitas das inquietações intelectuais do então estudante Mário Soares não encontraram resposta numa Faculdade que se debatia com sérios problemas e por isso mesmo desde cedo, conjuntamente com alguns dos seus colegas, constituiu um grupo de debate e reflexão. Sentia então o jovem académico a imperiosa necessidade de apreciar e discutir os livros, que raras vezes eram dados a conhecer nas aulas, mas que constituíam motivo de discussões apaixonadas e proveitosas.

Do seu convívio quotidiano, três dos seus colegas, Joel Serrão, Jorge de Macedo e Barradas de Carvalho, evidenciar-se-iam na historiografia contemporânea. Uma palavra de evocação saudosa para este último que se caracterizou por um profundo humanismo a par de um rigor metodológico e uma séria aplicação ao conhecimento histórico. Na Universidade de São Paulo, onde ensinou durante largos anos de exílio, deixou profunda marca pelo seu saber e pela sua excelsa bondade.

Também na Faculdade de Letras de Lisboa o Doutor Mário Soares teve por mestre um jovem docente que se distinguiu pela sua aplicação e devoção ao estudo. Refiro-me ao Professor Ferreira de Almeida, cuja lembrança me é grato evocar. Na Faculdade de Letras do Porto, para onde transitou mais tarde, legou-nos obra de vulto, tendo sido um dos principais artífices da escola restaurada após o longo interregno motivado pelo encerramento compulsivo que sofrera em 1929.

Conforme escreve o Doutor Mário Soares no «Portugal Amordaçado», o grande mestre da sua geração foi incontestavelmente António Sérgio. A seu respeito revela-nos que «foi ele quem nos comunicou — mais do que qualquer outro — o gosto da cultura como uma aventura livre do espírito, o hábito de pensar criticamente as coisas portuguesas numa perspectiva europeia e moderna, o sentido da liberdade intelectual expressa nessa forma de ensaísmo militante que lhe foi tão peculiar, o devotamento cívico».

Outra das grandes figuras que exerceu forte influência na formação cívica e intelectual do Presidente Mário Soares foi a do grande historiador

Jaime Cortesão. Com ele pôde privar de perto na medida em que integrou em 1955 o Directório Democrático-Social, que aquela eminente personalidade dirigiu numa estreita associação com António Sérgio e Azevedo Gomes.

Jaime Cortesão situado na esteira de homens como Alexandre Herculano, Gama Barros, Alberto Sampaio, Costa Lobo, Luciano Pereira da Silva e ainda de estrangeiros como Brunhes, na geografia humana, Henri Pirenne na história social e económica e Durkeim na sociologia, teve em mente uma nova visão da sociedade portuguesa. Na sua concepção da história Jaime Cortesão influenciou não só o pensamento do Doutor Mário Soares como lhe serviu de referência programática nalguns estudos e intervenções da sua autoria.

Do ponto de vista de historiador a atitude assumida por Jaime Cortesão sintetiza-se na introdução por ele produzida nos *Factores Democráticos na formação de Portugal*, expressa deste modo lapidar: «Uma antiquada concepção, cuja carreira não terminou de todo em Portugal, faz consistir a história na evocação dos homens e dos eventos singulares, faustosa galeria de retratos e painéis de batalhas, a que se acrescenta quando muito o quadro das instituições. Dir-se-ia desta sorte que os factos de ocupação do solo e agrupamento da população, as variações do regime económico, a elaboração dum espírito colectivo, os movimentos e transformações de massa, isto é, os factos propriamente sociais não tem importância na vida duma sociedade. Longe de nós a ideia de negar a parte da criação individual na história. Mas todas as nações, antes de atingirem a sua definição política suprema, atravessam um demorado período de formação, onde avultam quase exclusivamente esses factos gerais».

Pela sua exemplaridade e pelo seu profundo rigor na análise histórica, Jaime Cortesão, coloca-nos na perspectiva, que dum modo paradigmático Fernand Braudel tão bem nos soube transmitir: — «O grande problema está em que a história é o ingrediente sem o qual nenhuma consciência nacional é viável. E sem essa consciência, não pode haver cultura original nem verdadeira civilização».

É este mesmo espírito que encontro no ensaio publicado pelo Doutor Mário Soares e que tem por título *A justificação jurídica da Restauração e a origem popular do poder político*. Estamos perante um estudo que revela toda a capacidade de compreensão duma época difícil e conturbada. No cerne da questão levanta-se o problema de conhecer os motivos que conduziram os juristas de 1640 a defender o princípio da origem do poder através do povo, o que contrariava as normas em vigor. Na realidade a defesa desta doutrina constituída uma séria ameaça à realza, que se fundamentava tradicionalmente na teoria da sua origem

divina. A garantia deste princípio conferia indubitavelmente um maior poder e uma acentuada consolidação aos alicerces em que assentavam as bases essenciais da monarquia portuguesa. Doutro modo as consequências poderiam ser funestas para os monarcas portugueses, os quais eram passíveis de destituição e inclusivé de condenação à morte.

O jovem historiador soube então com uma sagacidade notável encontrar as razões deste comportamento dos juristas portugueses, cuja actuação deriva sobretudo de circunstâncias da época, ao passar em revista as fontes documentais que revelam a mentalidade dos homens de meados do século XVII. A atitude aparentemente anómala por eles assumida derivava da necessidade imposta, pelos condicionalismos da conjuntura política, de encontrar uma solução obediente a argumentos de natureza jurídica, que significavam uma «justificação político-moral». Dum modo criterioso encontrava uma solução para a aporía resultante do paradoxo existente.

Este pendor do Doutor Mário Soares para a análise histórica encarada através da ciência jurídica, fruto sobretudo da sua formação polivalente, encontra-se bem patenteado em alguns artigos da sua autoria publicados no Dicionário de História de Portugal. Obra colectiva cuja iniciativa pertenceu ao seu antigo colega, o historiador Joel Serrão.

Nesta importante colectânea, constituída por quatro volumes, deparamos com uma dezena de artigos da sua autoria, sendo de particular interesse aquele que elaborou sobre a lei fundamental do país *A Constituição*, em que traça uma evolução histórica do sentido deste termo, e do seu conteúdo, desde Aristóteles até ao século passado.

De igual modo revestem grande importância os artigos dedicados à *Constituição de 1822*, à *Carta Constitucional* e à *Constituição de 1911*, nos quais com grande soma de dados nos dá a conhecer a inserção histórica e o significado que esses textos jurídicos tiveram no decorrer do século XIX e durante a I República.

Considera o Doutor Mário Soares em relação aos antecedentes da revolução de 1820, que a boa aceitação deste evento, resultou das condições de abandono e de frustração em que se encontrava o país. No seu expressivo dizer «Portugal, com o rei ausente no Brasil, desde 1807, condenado à situação vexatória de «colónia duma colónia», devastado por três invasões, empobrecido, entregue a uma regência inepta e subserviente perante a Inglaterra (Beresford agia como se fora o rei absoluto) encontrava-se numa situação crítica e explosiva. Ao descontentamento que lavrava por todo o País (e de que a tentativa frustrada de Gomes Freire, em 1817, fora uma manifestação e uma advertência) juntaram-se, no ano de 1820, duas circunstâncias por assim dizer exteriores à situação portuguesa mas extremamente favoráveis a

uma mudança política: o restabelecimento em Espanha, da Constituição de Cádiz, que se seguiu à sublevação de Riego (1-1-1820) e deu em toda a Península um impulso extraordinário no movimento constitucionalista».

Outro texto da sua feitura revelador dum agudo sentido de análise histórico-política surge-nos no denso artigo que publicou sobre a Constituição de 1911. Este importante texto constitucional foi uma consequência directa da revolução republicana de Outubro de 1910, tendo resultado dum amplo debate com a intervenção de grandes parlamentares da I República.

Além destes e doutros artigos doutrinários publicados na «Seara Nova», no «Tempo e no Modo», no «Jornal do Foro», na «República», na «Ibéria» e na «Nueva Sociedad», devemos salientar a participação activa do Presidente Mário Soares na vida universitária, como professor e homem do foro.

Durante o seu exílio em França foi Encarregado de Curso nas Universidades de Vincennes (Paris VIII) e da Sorbonne (Paris IV), tendo desempenhado igualmente as funções de Professor Associado na Faculdade de Letras da Universidade da Alta Bretanha (Rennes). Tanto esta última instituição como a Sorbonne conferiram-lhe o grau de doutor «honoris causa», o mesmo tendo sucedido com inúmeras Universidades repartidas pela Europa, Ásia e América.

Personalidade do maior prestígio internacional, além de agraciado com numerosas e importantes condecorações de múltiplos países, é laureado com o Prémio Internacional dos Direitos do Homem (Abril de 1977), com o Prémio Joseph Lemaire (1975) e com o Prémio Robert Schuman (1987).

Estas significativas e honrosas distinções nacionais e internacionais reflectem a enorme projecção alcançada pelo Presidente Mário Soares. Estrénuo defensor e garante dos valores essenciais da democracia, tem norteado a sua acção de homem público pela prática duma política em que os direitos dos cidadãos sejam sempre respeitados e preservados.

A aceitação do veredicto popular através do sufrágio universal, a liberdade de informação e a defesa dos preceitos de solidariedade entre os homens, tem sido uma constante no pensamento e no comportamento ético-político do Senhor Presidente da República.

As suas intervenções através da escrita, da expressão oral e da praxis, definem-no pelo amor ao espírito de justiça e pela necessidade permanente duma valorização do homem, que lhe garanta democráticamente a assunção aos direitos universais.

Por definição um espírito europeu, sem nunca ter olvidado a vocação histórica de Portugal na triangulação do velho continente com a África e o Brasil, iniciou em Março de 1977 o processo de adesão do

nosso País à CEE e assinou, na então qualidade de Primeiro-Ministro, o Tratado de Adesão, acontecimento de transcendente significado histórico que se verificou em 12 de Julho de 1985.

Personalidade culta e devotada à cultura, com a consciência plena de que sem a afirmação destes valores não existe progresso material e moral, tem desenvolvido empenhada e comprometidamente uma acção constante no sentido da defesa e transmissão destes objectivos.

Por iniciativa de Sua Excelência tem sido promovidos sucessivos encontros de natureza cultural. Com o último em curso «A experiência do mundo», quis honrar a Universidade do Porto, sede da sua realização. Esta instituição agradece-lhe penhorada e desvanecida tão expressiva distinção, não esquecendo o gesto e o conteúdo que o mesmo encerra.

No ano transacto, na sessão de clausura do ciclo «Balanço do Século», efectuada na Fundação Calouste Gulbenkian, o Presidente Mário Soares ofereceu-nos uma síntese magistral reveladora do historiador e do político que sabe enquadrar e apreciar o mundo contemporâneo numa perspectiva equilibrada e global.

Numa escrita ágil e persuasiva diz-nos «Balanço do Século — e que estranho e contraditório século, o nosso. Um século que assistiu à hecatombe de duas guerras mundiais e viu a ascensão e a decadência dos modernos totalitarismos. Século que foi marcado pela revolução russa, que teve por morte o colectivismo e o partido único, com Lenine e depois Staline, como noutro sentido, embora igualmente totalitário, o seria por Hitler e Mussolini, mas que consagrou — não o esqueçamos — o triunfo da democracia e, nas últimas décadas, compreende enfim a necessidade do pluralismo e dos incentivos à liberdade, à autonomia e à iniciativa individuais, com Deng Tchao-Ping e com Gorbatchev. Século que presenciou o horror do holocausto, o racismo dito científico, os campos de concentração e de extermínio, a bomba atómica e o equilíbrio do terror, mas que foi também tempo de reafirmação dos direitos do homem, da liberdade, e também, agora, da erupção contagiosa do pluralismo democrático em tantas sociedades antes amordaçadas. Século do renascer de superstições, misticismos e bruxarias, do fanatismo religioso mais cruel, do fundamentalismo, mas também da tolerância, da emancipação da mulher, da afirmação do direito à diferença. Século de ameaças e de promessas, da poluição industrial e dos movimentos ecológicos, da conquista do espaço, da descoberta do valor dos oceanos e também, infelizmente, da desertificação da Terra».

O perfil académico que caracteriza o Senhor Presidente da República, onde desponta o apego aos valores da cultura e do saber e o mais acrisolado sentido do respeito pela condição humana, justifica plenamente a distinção que lhe vai ser concedida. Tanto mais que esta lhe será

outorgada pela Universidade duma cidade, que na sua longa história sempre se pautou pelo mais acendrado amor aos princípios da liberdade e da plena afirmação dos direitos do homem. Por isso mesmo nada mais significativo que o paralelismo existente entre o percurso existencial do Doutor Mário Soares e a história da urbe em que nos encontramos.

Solicito-vos, pois, Magnífico Reitor, que vos digneis conceder, em atenção aos seus altos méritos, as insígnias doutorais da nossa Universidade ao Presidente Mário Soares.

Humberto Baquero Moreno

MESTRE JÚLIO RESENDE

pelo **Prof. Doutor Luís A. de Oliveira Ramos**

O acto que hoje nos congrega e a personalidade do patrono de V.^a Ex.^a fez-me lembrar Passos Manuel, a cuja sombra tutelar laborei, anos a fio, no gabinete da reitoria; fez-me pensar na identidade universitária do Norte tal como a afeição a história.

E porquê?

Excluídos os veios iniciais e a expansão nossa contemporânea, a história do ensino superior no Porto define-se em dois tempos fortes, a exemplo de Lisboa, mas apresenta aqui uma fisionomia evolutiva peculiar.

O primeiro tempo surge quando o setembrismo institui a Academia Politécnica, a Escola Médico-Cirúrgica, a Academia de Belas Artes. O segundo tempo principia, em 1911, com a República, e leva à fundação da Universidade, que em cerca de uma década põe a funcionar as Faculdades de Ciências, Medicina, Engenharia, Letras e Farmácia, podada aquela, a breve trecho, pela ditadura.

Quer dizer, logo em 1837, graças a Passos Manuel, ficam traçadas as duas linhas constitutivas do ensino superior na urbe durante um período que se estende até aos nossos dias, ganhando clara originalidade no século XX. Uma dessas linhas afirma-se através da escola de Belas Artes. Outra, em crescimento desde a proclamação do regime republicano, vive inicialmente da Escola Médico-Cirúrgica e da Academia Politécnica, acopoladas pelo Governo Provisório de Teófilo Braga na Universidade do Porto e, a partir daí, desdobra-se nas Faculdades já mencionadas.

Atualmente, ao contrário de Lisboa, no Norte, a universidade, como as

escolas que lhe deram ser, prefere as ciências e a medicina, a farmácia e a engenharia, onde se formam os profissionais que atendem às necessidades da região. Com reserva, a instituição e a cidade deixam nascer, e morrer às mãos do governo militar e de quesílias académicas internas, a Faculdade de Letras pensada por Leonardo Coimbra, enquanto, noutra zona da cidade, a Escola de Belas Artes, senhora de si, responde às apetências artísticas do meio e ao consumo da burguesia em ascensão e cruzamento com a aristocracia local. Em boa verdade, as ciências humanas, a exemplo da Faculdade de Direito, não a reivindicam, deveras, nem a universidade, nem os portuenses activos, cujos filhos fazem gala nos estudos em Coimbra, às vezes em Lisboa ou alhures.

Ora, creio eu, a desconfiança face aos estudos de leis, a displicência utilitarista com que se olham as Letras, somada à tradicional e continuada secessão institucional das Belas Artes, a contrastar — nítida — com a inclinação para as ciências e as tecnologias, para a medicina e a farmácia, caracterizam, ao longo de meio século, o panorama universitário do Porto, cujos mestres, é outra peculiaridade, nem de longe, pesaram o mesmo que os de Coimbra e os de Lisboa na administração central e na política do país, já em oitocentos, já em novecentos.

E, no acto de hoje, a Universidade do Porto sem deixar de se rever no prestígio dos seus ramos antigos, nos últimos quarenta anos multiplicados pela presença das ciências sociais e humanas, pelo reascenso da medicina e das ciências novamente conjugadas com a arquitectura, honra, através da Faculdade de Letras, um estadista formado em Ciências Históricas e Filosóficas e em Direito, perito na arte da política e nos saberes da democracia que conformam o genuíno cidadão do nosso tempo. E o padrinho de V. Ex.^a é um singular professor jubilado da Escola Superior de Belas Artes, pintor da cidade e do mundo, mestre Júlio Resende.

Este acto, pelo simbolismo que advém da confluência das duas linhas do ensino superior portuense, a científica e a artística, tal como o concebeu Passos Manuel, tal como o valorizou a história recente, revestese, a meu ver, de importância singular, cuja tónica está então na afirmação das ciências sociais e humanas, das artes plásticas, numa cidade e numa região tonificada pela garra criativa da universidade, por uma onda de inovação e dinamismo industrial e urbano, mercantil e informativo, bem sintonizado com o mundo eurodemocrático onde operamos, onde temos de vencer.

Neste contexto e neste caso, a mim, afeiçoado outrora pelo positivismo lógico e pelo criticismo de Vieira de Almeida, quanto pela consciência da complexidade e mutabilidade da história dos povos, ora ávidos de liberdade, igual bem estar e paz, tocou-me fazer o elogio de Júlio Resende, expoente das artes no Porto.

Não o exercito antes de, baseado no testemunho do *Portugal Amordaçado*, evocar um bom professor de V. Ex.^a, que morreu catedrático da Universidade do Porto e a quem devo o convite para nela leccionar — o Doutor José António Ferreira de Almeida. Faço-o muito a propósito porque foi ele quem, à margem do ensino dominante na Faculdade onde, em Lisboa, estudamos, alertou boa parte da minha geração para a estética e as artes plásticas e a ele devem os seus alunos no Porto uma decisiva chamada de atenção para as problemáticas que têm a ver com a educação da sensibilidade e com o gosto pelas artes. Ora, se melhor discípulo eu fôra, melhor desempenharia a tarefa que hoje tenho. Ou talvez não, pois daria a sólida versão de outrém e não a minha, pobre embora.

E para mim, mestre Júlio Resende começa por ser o homem afável, de pensar original, que em reuniões ligadas às coisas da cultura amiúde encontrei, há-de ser o autor da aguarela do Porto que todos os dias, em minha casa, interrogo, não deixa de ser o enigmático pintor de certo retrato que enfrento ao tratar de altos negócios da universidade.

Mesmo arrimado ao curriculum, mesmo sensibilizado pelo percurso de albuns e exposições, mesmo apetrechado pelo dizer de livros e artigos, fica-me a convicção de que mal conheço a pessoa, de algum modo entendo a cidade ou a arte que de muitos modos revela. E a curiosidade aguça-se, em solilóquios, se procuro decifrar as mensagens subjacentes ao tal retrato que na Reitoria existe.

No fundo, a tela ou a aguarela, paradigmas meus, servem de pretexto à razão de ser, múltipla, sem dúvida, pois, se uma fôra, efêmera seria. Deveras, tento ver o que Júlio Resende sugere. Quero, sensível, pensar para fruir. Como eu, outros acodem e a seu modo vivenciam e dizem perceber porque a este professor de belas artes, a este pintor, chamam mestre ou só Júlio Resende. Alguém que muito peculiarmente vive radical e criativamente o acto de pintar.

Para falar do pintor muitas vezes galardoado, cujas obras têm lugar nos grandes museus e em famosíssimas galerias estrangeiras, biografemos, antes de mais, a pessoa, sujeito de «visões líricas ou dramáticas», cuja obra é «um lúcido apelo não só à sensibilidade como também à inteligência».

Júlio Martins da Silva Dias, mestre Júlio Resende, veio ao mundo em Outubro de 1917, no Porto, colaborou, desde os 13 anos, em semanários infantis e na imprensa, e tirou o curso comercial. Optou, vitalmente, pela Pintura, na Escola Superior de Belas Artes, onde avulta entre os alunos de Dórdio Gomes. Integra o grupo originário dos «independentes», na contra-corrente do academismo da Escola e afirma-se desde logo pintor de talento.

Findo o curso, aureolado pelo Prémio Nacional da Academia de Belas Artes, viaja e estuda na Europa. Visita a Itália, a Bélgica, a Holanda,

a Inglaterra, a França e a Espanha. Em Paris, torna-se discípulo de Othon Friesc, especializa-se nas técnicas da pintura mural, adentra-se no Louvre, cruza omnímodas influências, a traduzir num fortíssimo e original «expressionismo lírico» que de muitos modos emerge ao longo da sua carreira.

De volta a Portugal, vive experiências decisivas no Alentejo, trabalho no ensino técnico. A sua pintura deixa extravazar «toda a força telúrica» e «toda a dolorosa humanidade» dessa província, numa afirmação de «angústia expressionista», onde a «relação entre geometria, figura humana e solidão» seria para Resende «o cânone da figura humana do nosso tempo português».

Fixa-se depois no Norte, e em definitivo no Porto, onde tem as suas raízes. Afeiçoado por elas, ganha prestígio e crescente individualidade pictórica.

As cores são então «mais carregadas e sombrias; as formas assumem expressões rectangulares; a construção descobriu novos equilíbrios — e toda a pintura permanece bem fixa na terra», diz Fernando Guedes. Dela exala, a seu ver, «a rara plasticidade dos vazios, a força tensa de um geometrismo humanizado, ...e ainda o poder da cor».

Resende alinha, deveras, na instauração do neo-realismo português, cuja tradução simbólica por excelência poderia ter surgido «na obra mural e épica, concebida para a cripta do *Mar Novo*», esse projecto de João Andersen jugulado, com convicção, pela mais alta hipocrisia censória.

Em 1958, Júlio Resende torna-se docente da Escola Superior de Belas Artes, onde passa a derramar as suas invulgares qualidades pedagógicas sobre gerações de artistas jovens. Aí alcançará o topo da carreira académica, do mando escolar, como ainda da fama irradiante que fez dele. segundo José Augusto França, «o único dos nossos pintores que, por experiência pictórica, se comporta europeicamente» sem deixar de guardar «um carácter nacional».

Do mesmo passo que se vota ao ensino, o pintor prepara-se para cobrar novos horizontes. A breve trecho, «liberta-se, explode», passa ao informalismo. Desdobra-se em «espaços pictóricos mais vastos e menos delimitados, a cor assumiu outras luminosidades...», a própria matéria valorizou-se.

«Depois ... sucederam-se, em crescendo, enriquecimentos que incidiram sobre todas as dimensões da obra». Todavia, «a revolução no domínio da cor e da luz foi mais tardia... verifica-se em coincidência com a presença do pintor em terras do Brasil. A cor e a luz adquirem uma limpidez e uma calidez muito diferente dos valores que antes eram os seus. Como se fosse uma obra realizada num estado de deslumbramento

e, até, de ofuscamento . São agora dominantes claras as que enformam cada obra. E a luz torna-se a responsável por delimitações plenas de ambiguidade», observou Joaquim Matos Chaves.

Mas, em todas as circunstâncias, o pintor continua ligado ao burgo que o viu nascer. «*As minhas raízes são aqui [disse]. O Porto é uma cidade expressionista, identifico-me com ela. Penso que jamais nos separaremos*». E isso mesmo está testemunhado em visões de muitos trabalhos seus. «Crianças, mulheres, adolescentes, animais repartem entre si o espaço e o ritmo, a core e a luz da sua cidade, com um lúcido ardor que, para Eugénio de Andrade, é o outro nome da sabedoria».

De resto, o Porto à beira rio, «pequeno na sua concretude e imenso na alma», vaza-o o artista na *Ribeira Negra*, esse vasto painel, «*imagem humana da Ribeira, rude, pura, dramática e viva*», como ele sempre a conheceu, que constitui «um intenso testemunho existencial e épico» sobre a urbe e sobre o pintor.

Os seus arroubos de sensibilidade metafísica, descobrimo-los em certo templo que guarda uma das obras de arte do Porto contemporâneo. Aí, segundo Mário Claudio, o «caminho é o das pétalas de luz, azul leve e rosa lânguido e amarelo imponderável, com que se atapetam as lajes da Igreja de Nossa Senhora da Boavista. Entre a matinal claridade, vinda das refrações de uma praia da Foz, por vitrais onde escreveu Júlio Resende a reflectida oração, com nenhuma pressa de se revelar, apenas de chegar ao Senhor».

Olhando, em globo a obra do artista, importa ter em conta, com Vasco Graça Moura, não só o «lado expressional constante...» da sua pintura, mas também, ao menos como ponto de partida, a sua «pessoal estética de reflexão». E, assim, chega-se à consciência de que ele procura mostrar «quanto numa figura a des-figura, quanto numa forma pode existir, perigosamente existir, de in-forme, quanto neste mundo se abala e se destroi, cresce e se esmaga — e quanto tudo isso são signos...»

Em consonância com a sua reflexão estética, urge ainda não olvidar que, para Resende, «*a arte é a imagem do espírito humano*», da sua inquietude, da presença da sensibilidade em sociedades «*conduzidas por cérebros inflexivelmente racionais*», que, negativamente, conferem «*uma importância progressiva à função teórica em detrimento da função estética*».

E, numa perspectiva existencial da arte, pintar ou desenhar, para ele «*é confrontar-se consigo próprio e com o mundo. Poderá ser afirmar o NÃO, no «sim», e o SIM no «não». É o recomeçar constante e obsessivo, ignorando a face da experiência acumulada, prescindindo-a, refutando-a*».

Quer dizer, através da pintura de Resende defrontamo-nos com

algumas questões essenciais que lhe estão subjacentes e, explicitamente, com a apologia da sensibilidade.

A seu ver, em Portugal descura-se o papel da educação visual quando é certo que o apelo à sensibilidade, enquanto capacidade de amar, funciona «*como detonador da verdade e da justiça que cada homem possui em si*», e sem as quais o homem total fica abafado.

Ora, uma das tónicas da obra de Resende, muito explícita nas suas aquarelas, está na descoberta da «*feição lírica da natureza e do homem*», a que o seu expressionismo confere vida, identifica com a vida.

E é o mundo, são os homens, numa visão humanística, a que não falta a consciência tanto da sua grandeza como da sua pequenez ou da sua vacuidade, que Resende vaza em tudo que cria, passando do concreto para o universal, em termos que identificam o seu portuguesismo. Como já se escreveu, o referido lusitanismo «foi facilmente reconhecido pelos estrangeiros, devido à sua comparticipação na construção de uma linguagem universal» e afirma-se talvez, mais individualmente, no seu desprezo pela retórica «em favor da poética», no transcurso de um processo em que o pintor permanece bem ligado «às raízes profundas do homem».

Demais, Resende, se se mantém atento «à multiplicidade de tendências», mostra-se independente. Nenhuma ideologia chega para satisfazer a sua inquietude, nenhuma influência passivamente assimilada quebra a sua originalidade, «antes são as formas, que ele escolhe, nota o meu colega Flórido de Vasconcelos, que sofrem da sua vontade uma metamorfose e uma evolução marcadas iniludivelmente pela personalidade do pintor», pela essência do seu testemunho vital, que está no expressionismo, que está numa pessoalíssima estética da reflexão ou, genericamente, no ineditismo da sua obra.

Não termino, sem recordar que o Prof. Júlio Resende possui diversas condecorações nacionais e estrangeiras, entre as quais refulgem as insígnias da Ordem de Santiago. Com admiração, evoco o escrito tão simples, quanto intelectualmente luminoso, sobre *L'Art et la Destinée de l'Homme*, pronunciado na Bélgica e a sua qualidade de sócio da ilustre Real Academia das Ciências, Letras e Artes do mesmo país. Ainda que dominado por sincero apreço, omito o nome de todas as grandes exposições que protagonizou, e de que foi parte honrada no país e lá fora. Não refiro também os inúmeros prémios averbados pelo mestre desde a juventude até aos nossos dias, nem tão pouco menciono, ferido embora pelo estímulo que me proporcionaram, os sugestivos testemunhos e as obras densas a que deu azo, de que tanto me socorri nesta teia de impressões e leituras.

Como professor de história, virado para a reconstituição científica do passado, mas também cidadão que interroga o pretérito para conceber

o futuro, permito-me ainda vincar algumas ideias, a propósito de Júlio Resende, que interessam ao ser humano e têm a ver com os portugueses. Resende, artista-cidadão do nosso tempo, considera que é impossível viver à margem das dúvidas e das angústias do homem, considera os conceitos de liberdade e de justiça um todo, constituindo a finalidade das sociedades ditas livres, tem a consciência de que os problemas não são unicamente regionais, pois está em causa o ser humano, acredita profundamente na capacidade criativa do indivíduo e bem assim na importância da sensibilidade na educação contemporânea.

À luz destes valores, ele capaz de autêntica e criativamente mudar, ele crítico, ciente de que *«apenas um gesto fará desabar o venerável monumento das convenções»*, ele cidadão do Porto, avesso aos excessos da racionalidade, logrou traduzir, na expressão feliz de Fernando Pernes, «a exigência dum ser português encontrado na experiência dum saber europeu», onde a melancolia, a esperança e a rudeza se combinam, líricamente, através do trabalho e da sucessiva capacidade inovadora do pintor, numa identidade universalista.

Para nós, portugueses, em tempo europeu, que apregoa, mas carece de valores universais, de valores lusíadas realmente assumidos, haverá exemplo melhor? Aqui fica a interrogação.



DISCURSO PROFERIDO
POR SUA EX.^A O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
NA CERIMÓNIA DE DOUTORAMENTO
«HONORIS CAUSA»
NA UNIVERSIDADE DO PORTO

19 de Junho de 1990

Magnífico Reitor
Senhores Professores
Caros Estudantes
Excelentíssimas Autoridades
Minhas Senhoras e meus Senhores,

1 — É com um sentimento de humildade sincera, e com a consciência perfeita das minhas limitações, no plano académico, que recebo o grau de Doutor «honoris causa» da Universidade do Porto. É sabido que distinções semelhantes me têm sido conferidas por diferentes Universidades, entre as mais prestigiadas do Mundo. Em todas as ocasiões, porém, senti que, acima de tudo, se procurava homenagear Portugal, de que sou tão só o transitório representante, pela vontade livremente expressa dos meus compatriotas.

Neste caso, a situação é diferente e, por isso, para mim, bem mais embaraçosa. O simples facto de ser Chefe de Estado nunca deu direito — como se sabe — a receber um título de doutor honoris causa outorgado por uma Universidade do seu País de origem. Houve, portanto, outras

razões, que foram, aliás, referidas com palavras de uma generosidade excessiva pelo Prof. Doutor Baquero Moreno. Sensibilizaram-me imenso os motivos invocados mas, em consciência, considero não merecer tão alta distinção universitária. Digo-o, com sinceridade, sem pretender ir mais longe nesta breve anotação. Não esqueço que a modéstia se excessiva é ainda uma forma de vaidade...

Devo agradecer, isso sim — e penhoradamente — à Universidade do Porto e, em especial, à sua Faculdade de Letras, a honra imensa que acaba de me ser conferida. Honra, para mim, de grande significado, também, por se tratar de uma iniciativa que partiu da Faculdade de Letras. Não esqueço que, na sua primeira fase, a Faculdade de Letras foi criada por Leonardo Coimbra, em 1919, durante o Governo Domingos Pereira, de que meu Pai fez parte. Nela ensinaram grandes figuras da cultura portuguesa, como o próprio Leonardo Coimbra, Teixeira Rego, Hernani Cidade, Newton de Macedo, Agostinho da Silva, entre outros, vindo a ser extinta pelo governo da Ditadura Militar, em 1928, sendo, depois, recriada em 1961, sem que houvesse uma referência à «notável obra docente» antes realizada, naquela Escola, como reconheceu Damião Peres — no Suplemento à História de Portugal de Barcelos, acrescentando: «o rodar do tempo, apagando como sempre as paixões injustas, permitiu que pouco a pouco lhe tenha vindo a ser feita a necessária justiça, com o merecido louvor». (Vide nota à pag. 251, *I Suplemento, Hist. de Barcelos*).

Honrosa distinção ainda por ser concedida pela Universidade do Porto, prestigiosa instituição hoje unanimemente reconhecida pelo seu espírito de vanguarda, pelo seu dinamismo, pela excelência da investigação que nela se produz, pela qualidade do ensino dos seus Professores e pela inteligente articulação que tem sabido criar com uma das regiões mais desenvolvidas do País.

2 — Tal como a Universidade em que me licenciiei, por duas Faculdades, Letras e Direito — a de Lisboa — a Universidade do Porto, é uma criação da I República. Ambas foram, com efeito, instituídas pelo Governo Provisório, sob a égide de Teófilo Braga sendo Ministro da pasta António José d'Almeida, futuro Presidente da República. No regulamento que lhes deu origem, de 19 de Abril de 1911, conforme nota Rómulo de Carvalho, na sua *História do Ensino em Portugal* (pág. 688), diz-se: «As Universidades são estabelecimentos públicos de carácter nacional» (...) cujos objectivos consistem em: fazer progredir a Ciência pelo trabalho dos seus mestres e iniciar um escol de estudantes nos métodos de descoberta e investigação científica» e, ainda, «promover o estudo metódico dos problemas nacionais e difundir a alta cultura na massa da Nação pelos métodos de extensão univeristária». Donde resulta

claro que as Universidades então criadas pela I República foram-no com indiscutível espírito democrático e com uma orientação ainda hoje actualíssima, a saber: a finalidade principal das Universidades consiste «em fazer progredir a Ciência» pela renovação, desenvolvimento e crítica do conhecimento existente.

No caso do Porto, como justamente sublinhou o Prof. Cândido dos Santos, na alocução proferida na sessão do septuagésimo quinto aniversário da Universidade, não se tratou de uma criação *ex-nihilo*. A Universidade surgiu — embora com outra alma — da transformação de Escolas Superiores que a precederam: a Academia Politécnica, a Escola Médico-Cirúrgica e a Academia Real da Marinha e do Comércio. Poderá mesmo dizer-se que as suas raízes mais longínquas se podem ir buscar à «Aula de Náutica» criada a pedido dos mercadores do Porto por D. José, em 19 de Outubro de 1761.

Durante o liberalismo foi o grande Passos Manuel que, como Ministro do Reino, maior impulso deu aos estudos superiores no Porto criando a Academia Politécnica, a qual, no dizer de um contemporâneo, se traduziu (cito) «no esforço mais inovador, mais notável e mais profundo do ensino nacional empreendido pela revolução liberal». A academia tornou-se um alfofre de competentes engenheiros, oficiais da Marinha, industriais, comerciantes, agricultores e artistas que tanto ilustrariam a cidade do Porto. Também não deve esquecer-se, nesta breve referência, a Escola Médico-Cirúrgica, de grande nível, onde leccionou o Prof. Gomes Coelho, conhecido de todos pelo pseudónimo literário de Júlio Dinis — um dos maiores escritores portugueses do seu tempo, pertencente à estirpe das destacadas figuras do chamado «Porto culto».

3 — Na primeira fase da vida da Universidade do Porto, merece uma referência especial o nome do insigne matemático Gomes Teixeira, uma das personalidades científicas mais prestigiadas do tempo e que foi o seu primeiro Reitor. Desde então, a Universidade do Porto impôs-se como uma instituição científica e cultural de alto mérito, tanto pela qualidade da comunidade científica que tem sabido criar como pelo valor dos seus professores e estudantes, que viriam a ocupar importantes posições na vida política e administrativa portuguesa. A sua ligação com os movimentos culturais ocorridos igualmente no Porto nas primeiras décadas do século — como a Revista Águia e a Renascença Portuguesa — é incontestável.

Nas últimas décadas, aliás, a dinâmica científica e pedagógica da Universidade do Porto não tem parado de crescer, ao ritmo do desenvolvimento da Região em que se insere. Aí estão, para o demonstrar, a criação da Faculdade de Economia, a restaurada Faculdade de Letras, o Instituto de Ciências Bio-Médicas — que leva o nome dessa figura

ímpar de cientista, de artista, de homem de cultura, de um admirável civismo, que foi Abel Salazar — a Faculdade de Pedagogia e de Ciências da Educação, a Faculdade de Arquitectura, de tão grande projecção além fronteiras, e ainda o Instituto Superior de Educação Física e o Curso de Nutricionismo. Pode, assim, afirmar-se que a Universidade do Porto é uma Escola aberta ao futuro, plenamente consciente das suas responsabilidades e orgulhosa, a justo título, dos seus pergaminhos liberais e republicanos.

4 — No plano das suas instalações materiais — e das necessárias infraestruturas — a Universidade do Porto está igualmente a atravessar um período de intensa renovação e progresso. No entanto, mais do que estes aspectos tão motivadores numa Universidade o que mais importa é o espírito que a enforma, a aposta prioritária que representa na inteligência, no estudo, na investigação científica, no sentido crítico, numa palavra, na criação de Ciência autêntica, em resposta às grandes interrogações e dúvidas que cada época propõe aos homens que sabem detectar as novas linhas que marcam o futuro.

Vivemos um momento nacional de grandes desafios mas também de uma grande exigência e rigor. O incontestável desenvolvimento que Portugal hoje conhece — e que tanto gostaria que se traduzisse também em mais justiça social — exige que concentremos esforços prioritários nas tarefas da educação e da formação profissional, a todos os níveis, que saibamos investir criteriosamente nas Escolas, nas Universidades e nos Centros de Investigação e que procuremos ligar umas e outros às empresas. O dinamismo empresarial a que se assiste reclama técnicos e quadros de qualidade, para fazer face à concorrência que aí vem, e estes, a nível superior, só podem ser formados pelas Universidades. Mas essa é apenas uma das funções, e porventura não das mais marcantes, das universidades. A função cimeira é produzir conhecimento novo, ciência autêntica, criando condições de completa realização aos melhores cérebros de cada geração, em total liberdade mas também mediante uma total responsabilização. É uma aposta que implica muita coragem dos dirigentes universitários e alguma atenção crítica da parte do Estado, uma vez assegurada a autonomia pedagógica e financeira das Universidades. Na verdade, com a crescente procura que têm as Universidades — e tantas carências que ainda as marcam — o mais fácil é transformá-las em verdadeiras empresas de produção de diplomados. É o mais fácil mas o menos dignificante e o pior que poderia suceder-nos como Nação, integrada na Comunidade Europeia, um dos polos hoje de maior desenvolvimento mundial por onde necessariamente passam as grandes transformações do futuro.

5 — A construção europeia exige de nós que tenhamos Universidades de grande qualidade e como tal reconhecidas internacionalmente. É por aí que também passa — e decisivamente — a concorrência pacífica entre nações, empenhadas num mesmo projecto. O que nos obriga a defender a nossa comunidade científica, a criar-lhe estímulos para que os melhores não partam para centros de investigação estrangeiros e para atrair a Portugal, oferecendo-lhes boas condições de trabalho, muitos cientistas portugueses de reconhecida competência que continuam a viver no estrangeiro.

A mobilidade de professores e de estudantes vai constituir uma regra na Comunidade Europeia — nesse aspecto o projecto Erasmus é apenas um começo — bem como a cooperação estreita e o intercâmbio entre Universidades de diferentes países. Representa isso um enriquecimento enorme mas também um tremendo desafio porque alguns dos padrões europeus com que teremos necessariamente de ombrear são de excepcional qualidade.

No fundo, as Universidades são hoje decisivos polos de desenvolvimento que só desempenharão totalmente a sua função se souberem libertar-se de antigos preconceitos, rotinas e atavismos e apostar na preparação de cidadãos livres, responsáveis, profissionalmente competentes, actualizados, conscientes da importância do método, da organização e também da imaginação, capazes de compreender a complementaridade — e também as diferenças — entre técnica e reflexão, entre razão e intuição, entre crítica e criatividade, entre sabedoria e inteligência, entre erudição e cultura. Os países que melhor souberem responder a este desafio, através das suas Universidades, serão seguramente os que melhor partido poderão tirar do impacto da plena integração europeia, uma vez assegurada a livre circulação de pessoas, mercadorias, capitais, serviços e ideias na Europa dos Doze.

6 — Como várias vezes tenho dito, entre os *grandes desígnios nacionais* que julgo devem mobilizar as nossas energias — e em torno dos quais os portugueses se devem unir — estão a educação, a cultura e a investigação científica. Ninguém ignora que são, para nós, três prioridades essenciais. Não basta, no entanto, afirmá-las e repeti-las. É preciso dar passos concretos para ultrapassar inércias, bloqueamentos e dogmatismos que todavia subsistem. A autonomia universitária representou um grande salto qualitativo mas não é em si mesmo tudo: é tão só um meio instrumental, que urge saber utilizar com espírito inovador, criatividade e sentido das responsabilidades.

A Universidade do Porto pela sua história e, sobretudo, pelo seu presente, pela sua vitalidade e espírito de abertura, é, sem favor, um bom

exemplo que muito me apraz invocar. Incito-a — se tal é permitio a um doutor honoris causa *novato* — a ir mais longe e a ousar, porque a insatisfação é o principal factor e estímulo ao progresso. Incito-a a ser inconformista e criativa.

Termino. Respeitosamente, saúdo o Magnífico Reitor que tão dignamente representa a comunidade universitária do Porto no seu todo. Desejo à Universidade que, desde hoje, passa também a ser um pouco minha, os maiores sucessos — de que não duvido um só instante — e, mais uma vez, agradeço, desvanecido, a grande honra que acaba de me ser conferida.

Leário Gary

26.ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTORIADORES DO MOVIMENTO OPERÁRIO (I.T.A.), Linz, Setembro de 1990

Por Victor de Sá

O sindicalismo depois da 2.ª Guerra Mundial foi neste ano um dos temas centrais da 26.ª Conferência Internacional de Historiadores do Movimento Operário, que decorreu em Linz (Austria). O outro tema ocupou-se do Movimento Operário e Religião.

A maioria dos historiadores presentes eram austríacos, alemães e de outros países europeus: da União Soviética, Hungria, Checoslováquia, Polónia, Jugoslávia, Holanda, Inglaterra, França, Finlândia, RDA, Suécia, Suíça, Itália, Grécia, Noruega, Dinamarca, Espanha e Portugal.

Dos outros continentes vieram representantes do Japão, Israel, China, Turquia, Índia, EUA, Egipto e Nigéria.

É de assinalar que alguns países da Europa do Leste viram as suas representações diminuídas. Mas pelo contrário, a Checoslováquia distinguiu-se com um aumento espectacular, de 3 no ano passado para 13 historiadores neste ano, assim como a RDA, que passou de 4 para 10 presenças. A Bulgária e a Roménia não enviaram ninguém. Mas a França também baixou a sua representação de 5 para 2 historiadores.

Posições do Movimento Operário no Mundo

Os historiadores do movimento operário trabalham numa ciência com muitos problemas. Hoje é preciso que se saiba tudo o que se passou desde 1917. Defende-se a liberdade absoluta e a independência relativamente aos Governos. O anti-fascismo como ponto de partida, a democracia e a paz como pontos de chegada — tudo isso foram considerações e objectivos sublinhados na Conferência. É preciso eliminar a orientação partidária nos Sindicatos.

A situação era diferente quando a 2.ª Guerra Mundial terminou. Em 1945, a Europa estava devastada. A vitória sobre o fascismo enchia de esperança a classe operária quanto às questões sociais. Havia um sentimento de falência do capitalismo, e era preciso que o sindicalismo subsistisse. Os comunistas apresentavam então um modelo como alternativa. Havia simpatia pela resistência anti-fascista dos Soviéticos. A opinião geral — e não apenas dos comunistas — no fim da Guerra era em favor da unificação sindical. Os sociais-democratas subscreveram também essa tendência unitária.

A conferência sindical de Setembro de 1945 em Paris teve uma grande importância, porque facilitou os contactos entre diferentes sistemas sociais, e esses contactos revestiram-se de um grande sentimento de respeito mútuo.

Os Sindicatos foram então os guardiões da classe operária.

Depois, as relações entre os Sindicatos e os Partidos políticos tornaram-se muito dependentes. A tendência para uma nova ordem produziu uma reacção conservadora nos Estados Unidos e na Europa. No Ocidente, os comunistas passaram a ser excluídos dos Sindicatos, enquanto a Leste o sindicalismo era todo de orientação comunista.

Dirigentes sindicais e funcionários eram dependentes dos Governos e constituíam reserva dos seus quadros.

Hoje, o centralismo não é mais apropriado para uma organização sindical unitária.

Fala-se muito hoje contra as nacionalizações. Mas em 1945 elas corresponderam a necessidades da época. Não as houve só nos países de Leste. Houve-as também na Grã-Bretanha, na França e na Itália, por exemplo.

Por outro lado, em Linz foi agora sublinhada a influência do sindicalismo internacional para a eliminação do sistema colonial (Conferência Africana, 1957) e na defesa dos direitos humanos.

Mesmo em relação aos Estados Unidos, lembrou-se que, antes de 1945, os sindicalistas americanos contribuíram para estabelecer relações com o mundo inteiro, nomeadamente com os sindicalistas da América Latina. Só depois é que vieram as tendências anti-comunistas. Com estas mudanças de atitudes, a actividade de investigador tornava-se particularmente difícil. Por exemplo, quanto à Argentina, os Estados Unidos ora entendiam dever cooperar com Peron, ora hostilizavam os peronistas.

Falou-se muito da guerra fria, e da oposição Estados Unidos — União Soviética. Mas também houve quem perguntasse: e o Terceiro Mundo? E a fome? A questão palestina? A descolonização africana?

Em 1945, o sentido de união dos sindicatos tomou igualmente uma posição positiva face ao Terceiro Mundo. Hoje, a situação é propícia para retomar o eixo Norte-Sul em contrapartida ao eixo Este-Oeste.

Movimento Operário e Religioso

Na discussão do 2.º tema — Movimento Operário e Religião — foi sublinhado que a religião e o comunismo estão condenados a coexistir. A ideia de socialismo não morreu, o que morreu foi o socialismo real. A utopia pode ser um perigo, mas é uma esperança. A Bíblia diz que o paraíso se abrirá a todos. O sentimento de transcendência humana aproxima o marxismo e a religião.

Austria apresenta-se como modelo dessa concepção. Há lá possibilidades de cooperação entre marxistas e católicos. Ambos protestam contra as injustiças sociais. A democracia como resposta aos pobres. A Austria tem actualmente uma posição que é, no Mundo, mais aceite que a dos Estados Unidos: não condena o socialismo.

Outros participantes de diferentes países apresentaram perspectivas sobre o tema e respectivas implicações nacionais.

Em Espanha há que distinguir entre o catolicismo do povo e o dos bispos. A Catalunha considera-se essencialmente anti-clerical, e compara o clericalismo à burocracia comunista.

Na óptica de um egípcio, há incompatibilidades entre o islamismo e a democracia. Nada depende da vontade de cada um, tudo está predeterminado na religião, as decisões não podem ser tomadas por votação. A luta de classes também não existe, porque os muçulmanos são irmãos. Combate-se os cristãos, mas não os inimigos de classe. Contudo, os egípcios são cada vez mais pobres. Para eles não há dualidade socialismo-capitalismo, a opção é o islamismo. Aqui, o principal a combater é o fundamentalismo.

A direita do catolicismo, como a do islamismo, prega a reconciliação, ou seja, recusa a luta de classes.

Mas as gradações são muitas: o catolicismo actual não é o mesmo que o do século passado, nem se pode comparar o da Polónia com o da América Latina. É preciso encontrar uma perspectiva histórica: as diferentes reacções no tempo e nas diversas camadas sociais.

Por seu turno, o socialismo judaico procura integrar o socialismo na religião, enquanto nos países do Leste europeu os problemas religiosos são mal conhecidos. O marxismo apresenta-se para muitos como teoria de libertação da sociedade relativamente à opressão do sistema capitalista.

Há um movimento humanitário de Esquerda.

Na Inglaterra, o movimento operário afirma-se contra a Igreja, não contra a religião. A direita do protestantismo é que limita a acção dos sindicatos, porque estabelece uma teocracia que legitima o poder dos empregadores: é legítimo quando subordinado a Deus; é legítimo tanto o poder do Governo, como o do patronato.

A China também assinala diferenças regionais e temporais na questão religiosa. O importante é saber se a Igreja, seja ela qual for, é contra o capitalismo, ou se é contra a luta dos trabalhadores.

Enfim, seja o budismo ou o catolicismo, seja o judaísmo ou o islamismo, ou trate-se da Igreja Ortodoxa ou qualquer outra confissão, é preciso distinguir entre o aspecto privado da opção de cada uma, e a posição de classe tomada pelas hierarquias. O fundamental é escapar à miséria.

Temas para 1991

A Conferência adoptou para o próximo ano os seguintes temas globais:

- 1 — Mudanças políticas e sociais na Europa do Centro e do Leste: consequências para o movimento operário e a autocompreensão dos seus historiadores;
- 2 — Falsificações e omissões da história como matéria de estudo para os historiadores do movimento operário.

Procura-se assim acompanhar melhor a correspondência entre as temáticas em discussão e a emergência dos acontecimentos, das grandes mudanças que estão a operar-se no Mundo.

CHECOSLOVÁQUIA: AULA PRÁTICA DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Victor de Sá

Uma autêntica aula prática de história contemporânea sobre um tema checoslovaco da maior actualidade, foi como terminou este ano a 26.^a edição da Conferência Internacional dos Historiadores do Movimento Operário (I.T.H.): quase 150 participantes de 25 países dos diferentes continentes, excepto da Austrália.

A Conferência realizou-se como habitualmente no mês de Setembro, na cidade austríaca de Linz, junto ao Danúbio.

Reunida em 1990 à volta de dois temas — O Sindicalismo depois da 2.^a Guerra Mundial, e Movimento Operário e Religião — e iniciada com a presença do Ministro austríaco da Ciência e Investigação, foi no dia do encerramento que recebeu outro convidado de honra: o historiador e antigo general checoslovaco Dr. Vojtech Mencl, que nesta altura está a presidir, por convite do seu Governo, à Comissão Governamental de Investigação dos Acontecimentos de 1968/69.

Análise dos acontecimentos, porquê? E como? Para quê?

Porque 1968 marca o eclodir de uma crise nacional que nestas últimas décadas atacou o sentimento de identidade nacional dos checos.

PROCURAR A VERDADE

O Governo procura agora uma base concreta e objectiva para a reorientação da vida pública do país.

A identidade nacional precisa de ser restabelecida. E para isso carece-se de verdade histórica. Para humanizar a vida política é preciso ir ao fundo das questões e encará-las com coragem, sem preconceitos e com grande abertura.

Com esta Comissão procura-se então obter uma visão geral da actual sociedade checoslovaca. Detectar as grandes linhas de força que buscam expressão; as distorções e contradições que revelam.

É um trabalho urgente, para o qual o Governo marcou prazo. No próximo Verão, a Comissão deve apresentar-lhe as conclusões a que chegou.

Em tão curto espaço de tempo, a Comissão teve de estruturar-se e planear os seus trabalhos de modo muito eficiente, e foi isso que o Dr. Mencl explicou aos seus colegas. A organização e os métodos seguidos para alcançar resultados objectivos em matéria tão complexa e num prazo tão delimitado. Nisso consistiu a aula prática de história contemporânea.

Um trabalho objectivo sob o actual é muito difícil. Vinte anos são um período curto para um historiador. Falta-nos uma perspectiva larga para inserir os acontecimentos recentes. Sabemos talvez melhor as causas, mas não os fins, como as coisas vão acabar.

Além disso, as personagens intervenientes nos acontecimentos estão ainda vivas e algumas ocupam lugares importantes. Só com muita independência e objectividade se pode trabalhar numa investigação deste género.

Trata-se de um trabalho interdisciplinar. A Comissão é composta por historiadores, sociólogos, politólogos e economistas.

Tiveram que estabelecer etapas muito precisas, e grupos de trabalho especializados.

AS VÁRIAS ETAPAS

Depois de obtida do Governo a garantia de que todos os arquivos, mesmo os secretos, lhe estariam franqueados e com a possibilidade de obter as fotocópias que entendessem, a Comissão estabeleceu como primeiro período, a que chamaram eurístico, o da recolha e análise de documentos.

Dessa recolha resultaria uma segunda fase: da problematização. Quais os problemas que essa documentação revelaria? É necessário detectá-los e esquematizá-los, com vista a análises sistematizadas. Estas preencheriam o terceiro período e seriam confiadas a especialistas.

Por fim, o quarto período tem em vista enunciar um projecto de conclusão. Projecto que será tema para uma conferência pública e de especialistas, que vai ter lugar em Praga na próxima Primavera, antecedendo desse modo as conclusões a apresentar ao Governo no Verão. Nessa conferência preparativa das conclusões também participarão alguns especialistas estrangeiros e representantes governamentais dos países que participaram na ocupação militar do território.

No primeiro período consumiram-se cinco meses na recolha e leitura de documentos.

Além do trabalho arquivístico, constituiu-se um grupo de entrevistadores para ouvir intervenientes nos acontecimentos. Uma recolha de testemunhos orais. Acontece que a memória das pessoas às vezes fazia confundir as datas. Então foi necessário elaborar cronologias apropriadas e enviá-las previamente aos entrevistados e prepará-los psicologicamente.

Quando houvesse contradição entre os dados fornecidos pelo entrevistado e os documentos, então as entrevistas repetiam-se para aprofundar e esclarecer melhor as discordâncias.

Outro grupo encarregou-se da recolha e leitura de jornais da imprensa mundial. E outro ainda percorreu o país e deslocou-se ao estrangeiro a obter os ecos dos acontecimentos e as repercussões que tiveram nas várias regiões do país. Porque não basta detectar o epicentro dos grandes abalos sociais, é preciso ver como eles se repercutiram, que audiência ou rejeição sofreram, que factores regionais condicionaram essas repercussões.

Enfim, todo este trabalho tem sido uma fonte de ensinamentos. Foi preciso preparar entrevistadores. Fez-se uma larga propaganda na rádio, na televisão e outros meios de comunicação, a explicar os objectivos, a solicitar colaborações, nomeadamente a facultações de outros dados (registos, cassetes, etc.) que pudessem enriquecer o inquérito. Em diferentes cidades e regiões do país, a Comissão tem mesmo promovido a realização de seminários com directores de Arquivos, de Escolas, etc., de modo a fazer participar o maior número de pessoas neste trabalho eminentemente colectivo.

O Dr. Mencl sublinhou que os métodos seguidos não seriam necessariamente os melhores, mas os que se afiguraram mais apropriados na conjuntura actual.

UM PROCESSO MAIS CALMO QUE O DA PERESTROIKA

Ressalta do trabalho já efectuado que a década de 1960 foram anos de viragem histórica: começo da modernização industrial e começo do fim da guerra fria.

A agitação da Primavera de Praga em 1968 não resultou de uma crise económica nem social. Não havia tensões nestes domínios. Não havia pobreza, nem desemprego, os níveis de vida eram satisfatórios e bastante equitativos.

As causas foram essencialmente políticas: como ultrapassar a fase do estalinismo. A intelectualidade era a vanguarda do movimento. A repressão é que veio dar mais força às reivindicações.

Os acontecimentos de 1968, com a ocupação militar do território por forças militares de cinco países do Pacto de Varsóvia, terão consistido num projecto revolucionário com incidências na vida do quotidiano. Buscavam uma evolução desse viver quotidiano. Seguíam um processo pacífico que, na opinião do Dr. Mencl, andava melhor que agora (Setembro de 1990) a Perestroika.

A sua extinção terá contribuído para dar força ao brejnevismo em todo o bloco de Leste. Deu força seguramente ao conservadorismo na União Soviética, e veio a traduzir-se na inércia que aconteceu às sociedades do Leste europeu.

Na discussão que se seguiu com a assistência, aquele professor, que foi um resistente anti-fascista quando na juventude fora preciso sê-lo, depois integrado no exército, onde atingiu o grau de generalato, esclareceu que os documentos recolhidos pela Comissão não são passíveis de serem apresentados a Tribunais, embora inversamente os documentos dos Tribunais possam ser consultados pela Comissão. E perguntado sobre a influência do Maio de 68 em Paris, respondeu categoricamente que em 1968 não havia tempo nem disponibilidade na Checoslováquia para acompanhar o Maio de Paris. E também desmentiu que se tenham detectado quaisquer manifestações de semitismo ou de anti-semitismo.

CONFERÊNCIA «LONG DISTANCE MIGRATIONS (1500-1900)»

No âmbito do XVII Congresso Internacional de Ciências Históricas e promovida pela Comissão Interna de Demografia Histórica, decorreu de 29 a 30 de Agosto de 1990, em Madrid, a conferência sobre migrações de longo curso, situando esta problemática numa perspectiva demográfica.

A Conferência, organizada por Antonio Eiras Roel, da Universidade de Santiago de Compostela, teve como base a apresentação de relatórios nacionais ou plurinacionais como forma de estabelecer o «ponto da situação» referente ao estado em que se encontram as investigações em áreas geográficas importantes de emigração e de recepção de migrações. Os relatórios, que supunham encontros preliminares, a nível nacional, de forma a apontar as direcções de pesquisa, os resultados e os problemas em desenvolvimento nos vários países, foram os seguintes: Escandinávia (S. Akerman), Reino Unido (K. Schurer), Irlanda (D. Fitzpatrick), Holanda (J. Lucassen), Bélgica (C. Bruneel), França (A. Poitrineau), Itália (E. Sonnino), Espanha (A. Eiras Roel), Portugal/Brasil (R. Rowland), Suíça (A. L. Head), Alemanha (R. Gehrmann/H. Schultz), Hungria (G. Granasztói), Polónia (L. Trzeciakowski), Canadá (H. Charbonneau), China (M. Cartier), Estados Unidos (R. J. Vecoli) e América Latina (N. Sanchez-Albor-noz). Houve ainda lugar para comunicações livres e para a mesa-redonda de encerramento, a qual contou com a participação de P. Bairoch, J. Dupâquier, H. Charbonneau, Sanchez Albormoz, A. Fauve-Chamoux, entre outros. Subinhe-se, desde já, que a ausência de apenas um relator (A. Poitrineau, de França) não prejudicou a sessão, já que os textos respectivos foram integrados numa publicação distribuída no início aos participantes.

A estratégia adoptada pela organização teve, naturalmente, os seus aspectos positivos e negativos. Entre os últimos, refira-se uma certa superficialidade de alguns

relatórios, inerente à preocupação de abordar um âmbito cronológico tão vasto (1500-1900) e de abranger fenómenos de natureza muito diversa, já que não foi convergente a interpretação do conceito vago de «migração de longa distância», complexo em si mesmo, tendo-se ainda revelado que a análise deste fenómeno é indissociável da análise de outros tipos de migrações, nomeadamente as internas. Acrescente-se, ainda, o «estrangulamento» das comunicações livres, reduzidas a escassos minutos de apresentação, algumas delas salvas pela circulação dos textos respectivos. O saldo é, porém, francamente positivo para as cerca de duas centenas de investigadores que, vindos das mais diversas partes do mundo têm as migrações como centro de interesse, pois puderam confrontar as suas linhas de pesquisa com as tendências de investigação mais actuais nesta área, bem como estabelecer contactos que se revelam sempre frutuozos.

Naturalmente que o interesse pelos vários relatórios é diverso, quer pelo respectivo estágio da investigação, quer porque, no nosso caso pessoal, nos interessava particularmente a análise de modelos mais conformes à realidade portuguesa. De um modo geral, podemos dizer que, após um período de análise em que a emigração era vista como um fluxo agregado e linear, actualmente as tendências da investigação apontam no sentido de uma análise mais fina, de modo a inferir a diversidade de tipos migratórios paralelos ou sobrepostos, valorizando-se as situações de continuidade dos processos tradicionais face à emergência de situações inovadoras, o que só se torna detectável ao nível da micro-análise. A perspectiva regional, no caso inglês, permitiu falar de uma «emigração dual», a partir dos trabalhos de B. Bailyn. As migrações profissionais foram objecto de particular atenção no relatório sobre a Bélgica e o Luxemburgo. No caso francês, volta a ganhar relevo a perspectiva regional e o fenómeno de expatriação maciça de certas comunidades (o exemplo de Barcelonnette). Os estudos micro-sociais e micro-territoriais, baseados na análise da família e dos mecanismos locais, como forma de esclarecer os quadros gerais apresentados pelas análises agregativas estão em pleno desenvolvimento na Itália, Suíça e Escandinávia.

Por último, refira-se que o relatório português foi positivamente recebido, tendo suscitado diversas questões e referências, quer no dia da apresentação, quer na mesa-redonda final. De resto, a diáspora portuguesa foi ainda objecto de comunicações livres, apresentadas quer por portugueses, quer por estrangeiros (neste caso, a expansão portuguesa no Índico, no século XVI, através de Jan Kieniewicz).

Jorge Fernandes Alves

REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ESTUDOS MEDIEVAIS

Realizou-se em Braga, nos dias 2 e 3 de Novembro de 1990, a Reunião Anual da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais que, para além da participação de três investigadoras brasileiras, contou com a assinalável presença de cerca de quarenta associados.

Como já vem sendo tradicional, a manhã do primeiro dia foi consagrada à Assembleia Geral da Sociedade. De salientar que, entre os vários assuntos abordados, foi dado particular relevo à informação sobre as 3.^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, definitivamente marcadas para o mês de Novembro de 1991 em Sevilha.

Da parte da tarde, teve lugar a primeira das duas sessões científicas programadas para este encontro. Subordinada ao tema genérico de História Rural, e coordenada pelas Professoras Iria Gonçalves e Maria Helena da Cruz Coelho, a sessão desdobrou-se em duas mesas redondas que foram iniciadas, cada uma, por quatro breves exposições a cargo de outros tantos jovens investigadores. Ao primeiro grupo coube a análise de alguns domínios eclesiásticos e de um senhorio laico, enquanto para o segundo ficou reservado o estudo de determinadas regiões. Convirá referir a viva e proveitosa discussão que se seguiu, bem patenteada não só na ampla participação da assembleia, como igualmente nas três horas de debate.

No dia seguinte, pela manhã, seria a vez do Professor Oliveira Marques proferir uma interessante conferência sobre o estado actual da investigação portuguesa no âmbito da História Urbana Medieval, onde ficou bem evidenciado o grande desenvolvimento verificado nesta área nos últimos anos.

Do programa deste encontro, fez parte igualmente uma visita de estudo guiada nos arredores de Braga, que contemplou o Paço da Palmeira, o mosteiro de S. Martinho de Tibães e a igreja de S. Frutuoso de Montélios.

Por último, e já depois do habitual jantar de encerramento, coube à Professora Ivone Marques Dias, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, fazer para os investigadores portugueses uma breve exposição sobre a situação dos estudos medievais no Brasil.

Luís Carlos Amaral

IX COLÓQUIO DO COMITÉ INTERNACIONAL DE PALEOGRAFIA LATINA

Conforme tinha sido deliberado no VIII Colóquio do Comité Internacional de Paleografia Latina, realizado em Madrid — Toledo, em 1987, o IX Colóquio teve lugar no Vaticano, de 20 a 22 de Setembro de 1990, tendo assumido a responsabilidade da organização Mons. Léonard Boyle, da Biblioteca Vaticana, em cuja Biblioteca Velha ou de Sisto IV decorreram as sessões de trabalho.

O que foi este Colóquio melhor se poderá apreciar quando forem publicadas as respectivas *Actas*, cujo rico conteúdo ficará a assinalar os caminhos actuais da investigação nos domínios da Paleografia, que, não sendo absolutamente novos, revelam quanto se tem progredido, permitindo aos mais cépticos e apegados aos conceitos tradicionais verificar que esta ciência tem personalidade própria e não pode ser considerada como mera auxiliar da História.

Já explicámos nas páginas desta revista que o crescente interesse pela Paleografia obrigou a dividir o Comité Internacional, tendo passando a haver, desde 1985, um para a Paleografia Latina e outro para a Grega.

Idêntico interesse se vai notando em Portugal, como revelam as actividades das várias Faculdades, onde é ensinada, tendo sido já elaborada e defendida uma tese de doutoramento em Paleografia, em Coimbra, e algumas de mestrado, em Lisboa. Reflexo desse interesse é também o facto de aumentar a presença de portugueses nestas reuniões, tendo participado neste Colóquio realizado no Vaticano quatro docentes,

representando três Faculdades de Letras: do Porto (José Marques e Maria Cristina de Almeida Cunha), de Coimbra (Maria José de Azevedo Santos) e de Lisboa (António Ribeiro Guerra).

A presença nestes Colóquios, além de possibilitar o estabelecimento de relações profissionais com participantes de outras regiões, permite acompanhar o rumo da investigação desenvolvida nas várias Universidades e centros de estudo europeus e americanos.

Neste sentido, o presente Colóquio, especialmente voltado para a escrita gótica, foi verdadeiramente expressivo do leque de preocupações actuais dos paleógrafos, a nível internacional, bem como da especificidade das investigações em curso, dando-se um grande salto qualitativo, como facilmente se pode verificar, por alguns temas a que faremos rápida menção.

Assim, J. Alturo e A.M-Mundó analisaram o problema da penetração de escrita carolina na Catalunha, descrevendo as diversas formas que se foram introduzindo nas letras e nos textos em que a carolina e a visigótica convivem, acompanhando a evolução da carolina caligráfica e a sua evolução para a gótica ou pós-carolina ou proto-gótica, aparecendo, já na 2.^a metade do século XII, uma escrita claramente *cursiva*, tendo-se a mudança dado por duas vias: quer através de uma evolução lenta, quer por corte, rompimento ou abandono mais ou menos rápido de um determinado tipo de escrita. O segundo processo é mais raro, mas actua de uma forma mais célere e eficaz, ficando a dever-se a factores de natureza sócio-política, que introduzem novos aspectos culturais.

Por sua vez, O. Mazal traçou o quadro da tipologia e hierarquia das escritas correntes, da librária e da bastarda na Áustria.

Diversas comunicações trataram expressamente certos sinais de abreviatura. Tal foi o caso de R. Wiellock ao dissertar sobre *Le signe abrégatif 'ur' dans la famille italienne des mss. de la «Summa theologiae» d'Albert le Grand*. Na mesma linha da micro-Paleografia e da perspectiva da Paleografia quantitativa situou-se também a comunicação de G. Battelli *Le abbreviazioni nel periodo della scrittura gotica*, que tomou como campo de observação para a sua elaboração vários códices dos séculos XII-XIV e submeteu a conveniente tratamento estatístico os elementos obtidos. Neste domínio situam-se, além de outros, os estudos apresentados por M. B. Parkes, de Oxford, subordinado ao título *Punctuation and the dating of hands in the Gothic periode* e por D. Muzerelle sobre *L'obsolescence de la perluette & dans les manuscrits français du XII^e siècle*, que, por outras palavras, procurou estudar as origens do termo *perluette* ou *taquigrame*, tendo, para o efeito, dividido a França em sete regiões e registado a frequência com que o mesmo aparece em cada uma delas, sobressaindo logo a sua maior frequência e precocidade nas regiões do sul.

Após minuciosa análise dos dados quantitativos, o autor estabeleceu diversas correlações e conclusões, que não é viável registar nesta breve notícia.

Em boa verdade, cada uma das numerosas comunicações — algumas das quais despertaram animados diálogos, nem sempre de concordância — pretendia trazer novos e sugestivos elementos, mesmo quando discutíveis, seja quanto ao velho problema da pontuação no período medieval, seja acerca do *colofon*, para cujo estudo os dados quantitativos se revelaram extremamente úteis, permitindo sugestivas e esclarecedoras conclusões.

Aspecto intensamente tratado foi o da datação de códices não datados e do contributo que a Paleografia pode oferecer nesse sentido.

Nesta secção se integrou a comunicação de M. J. Azevedo Santos, que incidiu sobre *Chartes datées, manuscrits non datées (IX^e-XI^e s.)*, na qual procurou detectar até que ponto, a partir da análise da documentação avulsa, devidamente datada, será

possível datar códices não datados. Embora se trate de uma proposta interessante, temos de reconhecer que, no momento das conclusões, a autora se mostrou muito prudente e cautelosa.

Em síntese, poder-se-á dizer que as grandes áreas abordadas neste Colóquio foram a escrita gótica em si própria, com os respectivos sinais de abreviatura, problemas de pontuação, de produção, ilustração e datação de códices, sem esquecer muitos outros temas de relevante interesse, como os do *colofon*, que não pode ser apreciado com a superficialidade e ligeireza com que, por vezes, já tem sido feito, ou mesmo os antecedentes do acto de escrever, de que se ocupou A. Ribeiro Guerra, com a comunicação *In limine conscriptionis*.

A realização deste Colóquio no Vaticano foi saudada com entusiasmo logo ao ser anunciada em Madrid, em 1987, pois seria uma excelente ocasião de se poder apreciar um significativo número dos preciosos códices, conservados na famosa Biblioteca Vaticana. E, defacto, não fomos iludidos nesta expectativa, pois a impressionante exposição preparada para esta manifestação científica e cultural, num cenário maravilhoso, constituído por uma vasta e artística galeria conducente à famosa Capela Sistina, onde as magistrais explicações dadas pelo principal responsável pelas obras de restauro, ajudaram a gravar de tal forma as suas imagens no espírito de quantos tiveram a felicidade de fazer esta visita que dificilmente a poderão esquecer.

Nestes Colóquios, há sempre um conjunto de iniciativas da exclusiva competência dos membros do Bureau, sendo algumas divulgadas na sessão de encerramento e outras comunicadas mais tarde aos membros, após conveniente ponderação. Entre as primeiras, conta-se o anúncio das novas admissões, sempre condicionadas por diversos factores, de que o número de vagas existente é preponderante. Com a admissão do signatário, ficou, de algum modo, renovada a representação portuguesa, que até agora tem sido assegurada apenas pelos Profs. Doutores Avelino de Jesus da Costa e Isaías da Rosa Pereira.

Além desta notícia, é agradável verificar que o generalizado incremento dos estudos paleográficos levou o Bureau a encarar a hipótese de criar uma *Associação internacional de paleógrafos*, em articulação com o Comité, que lhe dará os estatutos e fixará as regras de funcionamento, já que do ponto de vista científico, em princípio, os seus próprios estatutos continuarão a ser o grande referencial.

A concretização deste projecto, terá, por certo, grande impacto entre os paleógrafos e abrirá caminho ao processo de *normalização*, cada vez mais forte através da Europa e de outros centros de investigação, de que, por múltiplas razões, não poderemos permanecer isolados.

Do que nesta matéria for decidido dar-se-á, oportunamente, adequada informação.

José Marques

RECENSÕES

SILVA, Maria Beatriz Nizza da — **Filantropia e Imigração — A Caixa de Socorros de D. Pedro V**, Rio de Janeiro, Edição da Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, 1990, 168 pp.

Comemorativa do 125.º aniversário da fundação da Caixa de Socorros D. Pedro V, esta publicação ultrapassa o âmbito monográfico, para nos apresentar uma perspectiva diacrónica do problema social da imigração portuguesa no Brasil e da sua estruturação como comunidade. Recusando a posição de panegirista, Beatriz Nizza da Silva, ao analisar a evolução administrativa da instituição, questiona a sua política social, nomeadamente as opções entre a valorização do património e a respectiva actividade assistencial, procurando esclarecer a relação entre o discurso oficial e a prática, à luz da evolução conjuntural e da situação dos portugueses no Brasil.

Revelando uma boa interligação entre a informação geral e os materiais produzidos pela própria Instituição (estatutos, actas, contas, registos de sócios, correspondência, etc.), este volume surge como forte incentivo a uma linha de investigação até aqui menosprezada: o estudo das numerosas instituições de assistência e cultura criadas pelos emigrantes portugueses no Brasil, nestes dois séculos, de forma a detectar as suas redes de solidariedade e respectivas modalidades, o seu grau de integração ou resistência cultural, a sua capacidade de afirmação de uma identidade.

O estudo inicia-se com uma perspectiva geral sobre o Rio de Janeiro nos meados do século XIX, uma cidade em fase de forte crescimento populacional e urbanístico, com incorporações sucessivas de zonas periféricas no tecido urbano, atravessando uma fase de modernização tecnológica, com o caminho de ferro, a iluminação pública a gás, a canalização dos esgotos. Uma forte actividade mercantil, com presença portuguesa maciça, e uma actividade industrial, dispersa por 42 ramos de actividades, além dos trabalhos de construção, atraíam uma população crescente. Mas este quadro não permitia superar as numerosas habitações insalubres (os cortiços), focos preferenciais das sucessivas epidemias de febre amarela, que as diversas medidas administrativas não conseguiram erradicar durante muito tempo.

No âmbito da emigração portuguesa, estava então no seu auge a questão dos «colonos», trabalhadores engajados, viajando com despesas pagas antecipadamente pela agência empregadora, através de um contrato de locação de serviços. As condições de arbitrariedade a que se sujeitavam, de incumprimento do clausulado ou de subterfúgios para o prolongamento desonesto do contrato, geraram o maior escândalo entre a opinião pública, sensibilizada para este problema de «escravatura branca».

É certo que toda a emigração arrasta consigo uma componente de marginalidade, nas suas diversas configurações. Mas esta forma de emigração «desprotegida», em que o migrante não se insere em redes familiares, de compadrio ou de vizinhança, antes fica à mercê de agentes pouco escrupulosos que o concebem com mercadoria com vista ao lucro, é susceptível de produzir uma maior componente dessa marginalidade, sobretudo quando a peste grassa endémica e não existem estruturas familiares ou assistenciais de apoio. Neste quadro, a comunidade portuguesa do Rio de Janeiro não fica indiferente perante a miséria e a doença dos seus compatriotas menos afortunados e mobiliza-se através da prática associativa para minorar os seus problemas.

A Caixa de Socorros D. Pedro V surge em 1863, como mais uma associação filantrópica, num contexto em que a benemerência era já uma prática instituída, contando-se diversas associações, normalmente organizadas por nacionalidades, como seria de esperar num país de forte imigração, existindo mesmo algumas de origem portuguesa. Segundo os estatutos iniciais, era composta por sócios portugueses, e, com o resultado das respectivas anuidades e outros rendimentos (donativos, benefícios,

legados, etc.), desenvolveria acções em casos provados de «*miséria, abandono e necessidades de seus compatriotas*».

O estudo de Beatriz Nizza da Silva analisa posteriormente as diversas fases de actuação ao longo dos 125 anos, tendo em atenção quer o tipo de problemas emergentes no campo das necessidades assistenciais, quer as alterações qualitativas e quantitativas da imigração portuguesa.

Embora com sócios distribuídos geograficamente por todo o Brasil, a Caixa de Socorros D. Pedro V diz respeito, sobretudo, aos portugueses domiciliados no Rio de Janeiro e, inevitavelmente, as profissões ligadas ao comércio (negociantes, caixeiros, guarda-livros) são as mais representadas (59,5%).

De notar que esta Caixa de Socorros não pretende, de início, ser mais uma associação mutualista, isto é, para protecção exclusiva dos sócios, propondo-se, sobretudo, direccionar a caridade para os abandonados que não eram sócios porque nunca chegaram a ter dinheiro para isso. Nesta linha, o seu objecto de atenção vai ser sobretudo o antigo engajado: «*Quase dois terços das pessoas socorridas pela nossa associação vieram para este país engajadas, e foram estes que se apresentaram à Directoria no estado mais precário de saúde e em extrema pobreza, o que cada vez mais nos convence que os engajamentos que se tem feito em Portugal têm sido prejudicialísimos aos nossos compatriotas*».

O tratamento médico domiciliário, com fornecimento farmacêutico, do português, ou da sua mulher e filhos, a repatriação dos valetudinários, a protecção a crianças e menores imigrados em termos de asilo e educação, o acompanhamento judiciário de indivíduos com problemas neste campo, eram as principais expressões da filantropia da Caixa de Socorros. Sublinhe-se, porém, que esta acção caritativa não ultrapassou, nos primeiros sete anos, os 50% das receitas anuais, com grandes variações abaixo desta cifra, o que se traduzia num saldo positivo muito significativo, em parte destinado à capitalização, o que permitiu acumular o património da Caixa, garantindo-lhe a sobrevivência, apesar das mutações económico-sociais e diferentes enquadramentos jurídico-políticos, até aos dias de hoje.

Particularmente relevante por ocasião dos diferentes surtos de febre amarela (1873, 1876, 1878, 1888-89), a acção assistencial da Caixa de Socorros evoluiu naturalmente para uma maior prestação de cuidados aos sócios, delimitando a sua acção beneficente aos não-sócios, até como meio de assegurar novos ingressos. Era a forma de responder à concorrência das associações mutualistas então em voga. Entre 1880-83 surgem, no Rio de Janeiro, nada menos de 21 sociedades de socorros mútuos, de origem portuguesa, algumas delas ultrapassando rapidamente em número de sócios e valor de património a Caixa de Socorros D. Pedro V. Como diz Beatriz Nizza da Silva, referindo-se a esta «*explosão de mutualismo*», que se generalizava às restantes comunidades estrangeiras, «*na década de 80 do século passado, a população proletária não estava querendo mais caridade, mas sim precaver-se contra a doença, a invalidez e a morte através de uma cotização tirada do seu salário*».

O modelo caritativo da Misericórdia, que a Caixa de Socorros pretendia seguir, começa a tornar-se incompatível com os novos tempos. E a prática patrimonial favorecendo a aplicação em apólices, também se afigura menos correcta face ao fenómeno inflacionário dos finais do século, passando-se a privilegiar os investimentos imobiliários, a partir da reforma estatutária de 1897.

Se a febre amarela vai desaparecendo com a entrada do século, sobretudo devido às medidas sanitárias de Oswaldo Cruz, a varíola permanece uma epidemia, contra a qual surge a vacinação, a cuja campanha a Caixa adere, estabelecendo postos vacínicos. Surgem, por outro lado, as doenças profissionais, com relevo para a tuberculose que

mina os meios operários, dadas as condições insalubres de trabalho e domicílio, doenças estas a que se passa a prestar maior atenção. Os problemas colocam-se, agora, de outro modo, e a Caixa colabora na campanha contra a tuberculose, nomeadamente com donativos, e instala um consultório homeopático, ao mesmo tempo que ventila as hipóteses de criação de asilos, creches e escolas profissionais, que acabarão por não se realizar, por dificuldades orçamentais.

Mas não deixará a linha de acção concernente ao repatriamento de portugueses indigentes e desprotegidos, nem se privará de melhorar e aumentar o seu departamento de assistência, ajustando o corpo clínico e o equipamento necessário às várias especialidades médicas que se vão instalando, em paralelo ao contínuo estabelecimento da assistência pública, por parte do Estado, ao longo dos anos 30.

Hoje, quando o objectivo de repatriação já desapareceu dos novos estatutos, a Caixa de Socorros procura responder aos novos apelos assistenciais, sobretudo vindos dessa nova realidade que se chama «terceira idade», para a qual ainda se não encontraram respostas suficientes. Pelo seu lado, a Caixa de Socorros inaugurou em 1976 o Lar D. Pedro V e tem, em construção, o Lar Rainha D. Estefânia.

A perspectiva histórica da Caixa de Socorros D. Pedro V, traçada por Beatriz Nizza da Silva, mostra-nos que a solidariedade assistencial constituiu uma das formas mais explícitas de afirmação da identidade cultural portuguesa em terras brasileiras, nos tempos da emigração maciça. Uma solidariedade de base caritativa, embora com os ajustamentos impostos pelo exterior, em que predomina mais a intenção de proteger o semelhante do que a preocupação de protecção mútua. A Caixa de Socorros D. Pedro V é disso um exemplo, entre tantos outros que continuam por estudar, e cuja análise, julgamos nós, não deverá esquecer os prolongamentos de benemerência dos emigrantes para com o seu território de partida, nomeadamente os legados às misericórdias portuguesas.

Jorge Fernandes Alves

HIGGS, David (editor), **Portuguese Migration in Global Perspective**, Toronto, The Multicultural History Society of Ontario, 1990, 207 pp.

A publicação citada recolhe as contribuições dos diversos investigadores, com interesse de pesquisa na área da emigração portuguesa, que participaram na conferência subordinada ao tema «Portuguese Migration in Global Perspective», organizada pela Universidade de Toronto e pela «Multicultural History Society» de Ontário, em 1988. De notar que esta conferência sobre a imigração portuguesa no Canadá surge na sequência de uma importante acção da «Multicultural History Society», que tem desenvolvido, nos últimos anos, investigações e encontros de especialistas de forma a aprofundar o conhecimento sobre as persistências étnicas e culturais que se verificam num país de tão forte imigração.

A abordagem da perspectiva histórica é justificada pela necessidade de enquadrar a imigração portuguesa no Canadá no contexto mais alargado e globalizante que caracteriza a diáspora portuguesa, de forma a evitar o erro do «paroquialismo» e da «singularidade» que resultariam de uma focagem restrita temporal e espacialmente. Nesta linha houve a preocupação de reunir investigadores de diversas origens (Portugal, Estados Unidos, Canadá), com trabalhos sobre a emigração para diversos destinos, embora sejam demasiado notórias as ausências de alguns especialistas que muito tem

contribuído para a renovação desta área de estudos em Portugal, casos de Joel Serrão, Miriam Halpern Pereira, Jorge Arroiteia ou Félix Neto, por exemplo.

O volume editado contempla três partes. A primeira parte inclui três comunicações, incidindo sobre os primórdios da diáspora portuguesa. David Higgs traça uma perspectiva genérica sobre o fenómeno anteriormente ao século XIX, relembrando a aventura expansionista e imperial, a colonização do Brasil e inventariando os primeiros contactos de portugueses com o Canadá. Maria Beatriz Rocha-Trindade caracteriza o período da emigração maciça para o Brasil nestes dois séculos mais recentes, sobretudo na perspectiva da interação cultural. Por seu turno, Alberto Vieira apresenta uma panorâmica sobre a emigração da Madeira na segunda metade do século passado, com bastante expressão nos destinos do Hawai e Guianas inglesas.

Segue-se um segundo núcleo de comunicações, sobre a emigração e o Portugal recente. Caroline Brettell, com base em diversas «histórias de vidas» apresenta as características multifacetadas do sistema migratório português, incidindo a sua análise ao nível do ciclo de vida e do grupo doméstico. Helen Graham traz-nos a visão economicista, abordando o impacte das remessas dos emigrantes na balança de pagamentos, na inflação e no desenvolvimento regional em Portugal.

A terceira parte, que em termos de volume representa cerca de 50%, inclui um total de seis comunicações, predominando análises de diversas comunidades portuguesas no estrangeiro. Numa comunicação curiosa Manuela Marujo traça-nos o quotidiano dos portugueses de Ontário através da fotografia, desde a inserção profissional às vivências colectivas e rituais, como as festas religiosas, procissões, baptizados, exposições folclóricas. Já Robert F. Harney aborda um aspecto raramente estudado: o racismo dos países de expressão inglesa para com os imigrantes portugueses e outros «vaucasianos», daí retirando ilacções sobre o seu «isolamento» nestes países e as suas afirmações etnicistas. Grace Anderson e J. Campbell Davis apresentam a outra face da imigração portuguesa no Canadá, analisando a situação da mulher, no que respeita ao grau de assimilação, características demográficas, domínio de língua, níveis educativos, emprego e rendimento. Os padrões da emigração açoreana nos Estados Unidos constituem o objecto de estudo de Jerry Williams. O processo histórico da formação da população cabo-verdeana, a sua fixação, a emergência da cultura creoula e a subsequente migração foi analisado por Sidney M. Greenfield. Finalmente, Victor M. Pereira da Rosa e Salvato Trigo abordam a comunidade portuguesa da África do Sul, com especial relevo para o fluxo madeirense, estudando a sua distribuição geográfica e sócio-económica, o seu relacionamento com os sul-africanos, a sua dimensão política e ideológica, estudo a que os desenvolvimentos políticos mais recentes vem dar uma especial acuidade, dado o elevado número de portugueses ali residentes.

O volume termina com uma selecção bibliográfica sobre a imigração portuguesa no Canadá e um apêndice onde se transcreve o documento mais antigo conhecido neste país relativo a portugueses: trata-se do contracto de casamento de João Rodrigues com Anne Leroy, no Quebec, datado de 13 de Outubro de 1671.

O volume apresentado, como todos os que surgem nestas condições, fruto de conferências ou colóquios, tem as suas vantagens e os seus defeitos. Nestes últimos, devemos referenciar uma certa superficialidade, fruto da limitação de tempo para exposição e, sobretudo, porque os trabalhos apresentados referenciam obras de base, em relação às quais surgem como divulgações ou resumos, quando não a retoma de um capítulo específico. Daí a sensação frequente do «déjà vu». Mas, por outro lado, a multiplicidade de abordagens presentes e os diferentes posicionamentos dos diversos investigadores conferem ao volume um inegável interesse, evidenciando quão fecundo e multifacetado é o fenómeno da emigração portuguesa, bem como a curiosidade que

desperta junto dos investigadores estrangeiros, com relevo, naturalmente, para os dos países de recepção.

Jorge Fernandes Alves

BAYARD, Françoise — **Le Monde des Financiers au XVII siècle**, Paris, Flammarion, 1988.

F. Bayard discípula de Richard Gascon, falecido, acarinhada por Fernand Braudel, também desaparecido, acabou por ter Pierre Goubert a escrever o Prefácio do seu grande trabalho.

Duas partes fundamentais: primeiro um estudo do orçamento da monarquia, apontando a desorganização das finanças e os custos da guerra, sendo os rematadores de rendas e prestamistas (financeiros), a suportarem o défice; a segunda parte é o estudo social destes nas suas ligações com a vida económica e social, o mundo financeiro e o Estado monárquico. Em suma, uma contribuição importante para o estudo da construção do Estado e da dinâmica social própria do Antigo Regime, que vem completar o trabalho de Daniel Dessert situado entre 1653 e 1720 (*Argent, pouvoir et société au grand siècle*, Paris, Fayard, 1984).

Explica, na sua Introdução, que parte dum pressuposto lançado já por R. Gascon — o crescimento dos Estados Modernos só foi possível pelo recurso ao empréstimo, e a França não foi excepção. Contou com 562 registos do Conselho do Rei e os fundos notariais de Paris e Lyon, limitando-se ao período 1598-1653 (fim das guerras de Religião ao fim da Fronda) quando a documentação permite estabelecer séries contínuas de empréstimos. Situa o seu trabalho: o Grand Parti nascido em 1543, em Lyon, permitiu drenar regularmente os empréstimos de banqueiros estrangeiros inserindo os capitais dos seus clientes, franceses e italianos e não os seus, ao serviço do Estado. Ao fim de dez anos o Tesouro, real endividado e devedor, abre a falência do Grand Parti, arrastando o crédito público e os mercadores-banqueiros (como os Bonvisi, afastados da finança, regressam às actividades primárias antes de deixarem o Reino). Quais os novos procedimentos para substituir o anterior, e que homens presidem ao seu nascimento? Conjunto de profissionais que a fraqueza da administração financeira tornou necessária, fiadores e abonadores verdadeiros promotores das operações e que raramente surgem à luz do dia, enfim, os contemporâneos falam deles.

Na primeira parte, ao analisar a evolução das receitas e despesas, constata o défice crónico das finanças. Os rendimentos tradicionais estão longe de fornecer o essencial dos recursos do Reino, e apesar de nunca negligenciados, maximizados até de Luís XIII a Richelieu (e as múltiplas revoltas sociais provam-no), um período de regressão económica impõe limites. Daí a gestão de recurso, o negociar de avanços sobre os impostos; arrematantes e seus sequazes são figuras novas que rodeiam o Conselho. Uma análise da tesouraria e mecanismos de recolha das receitas, demonstra que qualquer previsão de orçamento errava por uma margem de aproximadamente 18%, que tinha a haver com uma organização financeira deficiente. Três problemas fundamentais: o dinheiro entra irregular e lentamente, em menor quantidade do que o previsto (à medida da conjuntura), e é gasto de forma incoerente. A resolução das dificuldades financeiras vai-se fazendo: suspensão do pagamento de pensões, transferência de verbas duns destinos para outros, pagamentos sem cobertura, retardamento de pagamentos, modificações da legislação, vigilância activa com a criação de recebedores

específicos que acabam por criar uma administração paralela, dádivas garantindo a conservação de privilégios (de pessoas, grupos ou cidades). Todos estes recursos são, no entanto, temporários, e pode-se contabilizar a sua frequência ao longo do período em estudo: impostos, os mais frequentes; transferências de receitas, 25 anos; exames de contas, 21 anos; retardamento de pagamentos e antecipações, 19 anos; criação de administração paralela, 12 anos. Uma cronologia do orçamento: 1598 a 1602, 1602 a 1610, 1610 a 1613, 1624, anos calmos e equilibrados; 1616, 1620 e 1621, 1626 e sobretudo 1635 a 1653, alarmes numerosos, com anos mais difíceis, 1640, 1651, extremamente tensos 1639 e 1641, a guerra interior e exterior perturba, depois de 1613, todos os planos inicialmente previstos. Mas a monarquia deve viver, os financeiros trazem as soluções e a estreiteza do orçamento e da tesouraria estão de facto na origem do nascimento e reforço deste grupo na primeira metade do séc. XVII.

Françoise Bayard chamou a esse grupo, um grupo de profissionais (II Parte), englobando mesmo os arbitristas que apresentam medidas ao Conselho do Rei, e esperam recompensas, numa conjuntura compreensível e adequada à do orçamento: 1599 a 1605 são raras, pouco variadas e ricamente recompensadas; desde finais do reinado de Henrique IV numerosas, envolvem somas consideráveis, criativas e mediamente remuneradas; a partir de 1630-35, tornam-se menos regulares e pagas generosamente, cuja explicação é dupla e contraditória, abundância de tesouraria ou raridade. Como se encontram integrados num «brain-trust» de especialistas em assuntos financeiros, o seu mundo não se distingue do dos financeiros.

Finalmente (III Parte), a posição dos financeiros no Estado (grande), na Economia (bastante pouca), na Riqueza (tanta quanto a boa nobreza parisiense, bem menos do que os ministros e príncipes), na Sociedade (bastante perto dos cumes). Destaco apenas as ligações entre finança e economia, pela problemática envolvente, especialmente para o séc. XVIII, com a perspectiva clássica da coexistência de dois sistemas: os financeiros, mais autónomos da economia, ligados ao serviço do Estado, católicos, e os banqueiros industriais ou técnicos da agricultura agindo por conta própria, protestantes. Esta imagem não responde ao séc. XVII; os financeiros contribuíram para a montagem duma infra-estrutura comercial praticando actividades tradicionais ou mais novas (nos campos, artes mecânicas). A criação urbana dos inícios de XVII, abriu-lhes novas perspectivas, nomeadamente no sector imobiliário. Mas a evolução pessoal dos financeiros inscreveu-se na história do Reino: antes das hostilidades, os capitais investem-se na agricultura, indústria e comércio, durante o conflito refluem para o Estado, a partir de 1630-35, o termo «negócio» não designa mais uma actividade económica mas uma intervenção financeira, procurar dinheiro fresco à monarquia, drená-lo, recuperá-lo o mais depressa possível, distribuí-lo aos credores, e repetir novamente estas operações. Mas esta frágil prática financeira não é senão uma etapa para a sua integração no topo da sociedade, introduzindo-se largamente na nobreza de toga, menos na nobreza de sangue.

Françoise Bayard conclui que a gigantesca drenagem de espécies metálicas para o Tesouro Real, não se pode compreender senão pela riqueza do País, em que as ideias de lucro, e aumento de capital não são desprezadas. A monarquia suscita mesmo um élan de confiança, criando negócios rentáveis, mas o sistema financeiro não muda nunca, nem pode mudar quando as ordens privilegiadas se recusam a suportar qualquer fiscalidade e participam dos benefícios da organização em causa. O poder dos financeiros junto do Estado é consagrado, modificando a ordem social e política, até ao recurso de Law, no séc. XVIII, do papel moeda. Entretanto, o mundo é dos financeiros...

JESÚS ALTURO I PERUCHO — *Alguns aspectos da sua obra científica*

O recurso ao título em epígrafe foi o processo mais expedito que encontramos para nos referirmos de uma só vez a cerca de dúzia e meia de estudos deste jovem professor da Universidade Autónoma de Barcelona, que, a um ritmo impressionante, nos tem distinguido com o resultado do seu fecundo labor investigativo. O que importa neste momento é salientar o que, em nosso entender, define as principais linhas de rumo da obra científica deste autor, a partir da análise dos trabalhos que temos presentes. Trata-se, obviamente, de uma visão esquemática, quase diremos redutora, originada na convergência de duas realidades: por um lado, a natureza das obras em apreço, por outro, os nossos próprios interesses.

Para melhor se compreender os aspectos que pretendemos salientar na obra de Jesus Alturo, impõe-se ter presente que ele iniciou e prosseguiu a sua carreira universitária até ao doutoramento, no âmbito da Filologia Clássica, tendo sido, depois, dada a sua preparação nos domínios da Paleografia e Diplomática, convidado a assegurar a sucessão ao bem conhecido Professor Anscari Mundó, com o qual ainda pôde trabalhar alguns anos.

Foram, de facto, a sua excelente preparação nas áreas do Latim e da Paleografia que lhe permitiram escolher *L' arxíu antic de Santa Anna de Barcelona del 924 al 1200. (Aproximació histórico-lingüística)*, como tema para a sua dissertação de doutoramento, de que resultou a obra em três volumes, respectivamente de 319, 466 e 422 pp., que, além, de ter obtido a mais alta classificação académica, foi distinguida também com o prémio «Ciutat de Barcelona, 1982», reservado para a melhor obra de investigação sobre a cidade capital da Catalunha.

A base e ponto de partida desta dissertação é constituída pelos 641 documentos, pertencentes aos mosteiros de Santa Ana e de Santa Eulália del Camp, na sua grande maioria inéditos, e agora convenientemente publicados no 2.º e no 3.º volumes, estando o 1.º reservado ao estudo de tão vastas fontes documentais e dos referidos mosteiros, à luz desta importante documentação, conservada no Arquivo Diocesano de Barcelona.

O autor, depois de ter evocado quantos antes de si haviam dedicado alguma atenção a estes fundos arquivísticos, passou a estudá-los, definindo-lhes a sua verdadeira tipologia jurídica e diplomática, e prestou significativa atenção ao elevado número de escritas que, durante um período superior a dois séculos e meio, foram ligando o seu nome a tais fontes.

Depois procurou traçar a história do Mosteiro de Santa Ana e da Ordem do Santo Sepulcro que aí se instalou, na sequência da doação testamentária de Afonso Batalhador, bem como do Mosteiro de Santa Eulália del Camp, estudando minuciosamente estas duas comunidades, na sua orgânica interna, constituição dos respectivos patrimónios, formas de exploração, rendas e ingressos, despesas, pleitos judiciais, etc., recorrendo aos já habituais métodos quantitativos, que domina perfeitamente.

Mas as suas preocupações eram essencialmente linguísticas, pelo que procedeu ao exame das fontes nessa perspectiva, salientando o contributo de tão rica documentação para os estudos linguísticos — sobretudo em relação ao catalão — o que lhe permitiu organizar um extenso glossário com significações precisas, devidamente documentadas. Por outras palavras poderemos afirmar que este estudo de Jesus Alturo i Perucho, se por um lado proporcionou o acesso directo de muitos investigadores a esta vastíssima documentação, contribuiu também para o melhor conhecimento dos primórdios da língua catalã, dado que as fontes agora postas ao alcance do público e dos investigadores permite acompanhar a evolução do latim para o novo linguajar da Catalunha, ao longo dos séculos X-XII.

Convirá, no entanto, observar que tanto esta como outras obras de Jesús Alturo têm um âmbito muito mais vasto, fornecendo preciosas informações de carácter numismático, monetário, económico e social, contribuindo, neste último caso para a reconstituição das linhagens familiares, profissões, etc.

A esta outra obra se lhe seguiu, de estrutura e âmbito cronológico idênticos. Referimo-nos ao *Diplomatari de Polinyà del Vallès. Aproximació a la Història d'un poble del segle X al XII*, igualmente publicada em 1985. Como a obra precedente, também esta apresenta um apêndice documental de 124 documentos, do maior interesse para os investigadores filólogos, numismatas, genealogistas, historiadores de economia, etc.

Poderemos mesmo dizer que estas obras são da *fase filológica* do autor, já que, num conjunto de outras publicações, sem prescindir dos aspectos filológicos, se apresenta especialmente atento às questões paleográficas e codicológicas, estabelecendo uma profunda articulação entre os problemas linguísticos e paleográficos, onde não faltam temáticas do maior interesse para a história da cultura catalã e até europeia, se atendermos à circulação de códices, cujos fragmentos tem estudado, como é o caso de um de procedência renana, segundo pensa.

Relativamente a cada um dos numerosos artigos, aliás cheios de novidade, que Jesús Alturo já dedicou a estas matérias, não poderemos entrar em aspectos de pormenor, mas gostaríamos de salientar os diversos fragmentos de glossários que detectou nas bibliotecas e arquivos catalães, que também estudou dos pontos de vista paleográfico e codicológico. Recordemos três: *Le manuscrit 1038 de la bibliothèque de l'Abbaye de Montserrat: un glossaire du VIII siècle*, provavelmente de origem renana, mas que circulou e se fixou em Monserrat; *o Fragment d'un építome del Glossarium Ansileubi de la primeira meitat del segle X* e, finalmente, os *Fragments d'un Glossari llatí basat en el Liber Glossarium*.

Jesús Alturo prestou atenção também a um outro tipo de fragmentos, relacionados com códices de conteúdo moral e biográfico, tendo publicado já *Fragment d'una traducció catalana medieval dels Moralia in Job de Sant Gregori el Gran* e ainda *Un nou testimoni de la versió catalana medieval de la «Vita sancti Antonii»*, isto é, de Santo Antão.

Outro tipo de estudos que tem elaborado aborda directamente temas mais especificamente relacionados com a Paleografia e a Codicologia. Tais são os casos de *Els estudis sobre fragments I Membra disiecta de codex a Catalunya. Breu estat de la questio* e de *Manuscrits i documents en escriptura beneventana conservats a Catalunya*.

Estes estudos só por si permitem documentar, com relativa facilidade, os diversos aspectos do seu perfil intelectual e de investigador e a simbiose perfeita das potencialidades do filólogo com as do paleógrafo.

A concluir esta rápida passagem pela obra de Jesús Alturo i Perucho, mais do que lamentar a sua dispersão por diversas revistas de difícil acesso, gostaríamos de formular o voto de que estudos tão importantes sejam reunidos em volume autónomo.

J. Marques

TRENCHS, José y GIMENO BLAY, Francisco M. — *La Paleografía y la Diplomática en España (Siglo XX)*, Universitat de València, Departamento de Historia de la Antigüedad y de la Cultura Escrita, Unidad Docente de Paleografía, 1989, 60 p.

Não obstante a sugestão em contrário, decorrente do título em epígrafe, devemos esclarecer que não se trata de uma obra de co-autoria, mas de dois estudos autónomos, respectivamente subscritos por cada um destes autores e reeditados sob um título comum, unificante, expressivo e oportuno.

Apraz-nos incluir nesta publicação universitária a notícia destes estudos, não só pelo interesse do seu conteúdo, mas também porque o fazemos como homenagem póstuma ao primeiro destes autores, recentemente falecido, a quem a Paleografia e a Diplomática, bem como as respectivas Comissões Internacionais de que era membro qualificado, muito ficam a dever.

Estes dois estudos foram, inicialmente, publicados no volume comemorativo do centenário do Instituto de Paleografia da Universidade de Roma, *Un secolo di Paleografia e Diplomatica (1887-1986). Per il centenario dell'Istituto di Paleografia dell'Università di Roma*, organizado por Armando Petrucci e Alessandro Pratesi, Roma, Gela editrice, 1988.

A efeméride romana, a cujas comemorações os dois ilustres professores da Universidade de Valência se associaram, serviu de pretexto para nos oferecerem dois interessantes e importantes estudos de síntese, tanto mais merecedores de serem divulgados quanto é certo que não é muito vulgar ver os investigadores elaborarem trabalhos deste género. Com efeito, Gimeno Blay tratou o tema *La Paleografía en España. Una aproximación para su estudio en el siglo XX*, traçando-nos uma panorâmica clara e sintética da evolução do ensino da Paleografia em Espanha neste século, não faltando aí uma resenha das principais colecções bibliográficas organizadas no país vizinho e dos estudos bibliográficos prévios sobre estas temáticas, e ainda uma importante chamada de atenção para o progresso que, também em Espanha, acabou por se impor, no âmbito destes estudos, passando a escrita, na linha desencadeada por Jean Mallon, a ser objecto de estudo, com o que a Paleografia alcançou personalidade própria deixando de ser considerada uma simples disciplina *auxiliar* das ciências históricas.

O estudo da Paleografia em Espanha, tal como o da Diplomática, está sempre condicionado por uma realidade histórica — poderemos, mesmo, dizer política, decorrente das diversidades regionais, consagradas pelos condicionalismos políticos a que estiveram ligadas, e o autor não deixou de ter este aspecto em consideração.

É precisamente nesta perspectiva que se insere o estudo do malgrado Prof. Trenchs — *De Re Diplomática. Estado actual de sus estudios en España (1886-1986)*, em que, além do quadro geral do que foi o ensino da Diplomática em Espanha de há um século para cá, faz passar perante os nossos olhos alguns dos muitos obreiros que levantaram o grande edifício científico e cultural de que Espanha hoje dispõe, sediado, em particular, nas suas Faculdades de Geografia e História. Prosseguindo o seu discurso expositivo, José Trenchs, sem perder de vista a realidade política e geográfica de Espanha, dá-nos um esboço do que foi o trabalho de quantos tiveram a coragem de se abalançar à elaboração de manuais de Diplomática geral ou procuraram valorizar aspectos sectoriais desta ciência, como a Diplomática *especial* de alguns reinados, a episcopal, concelhia, senhorial, etc., não tendo omitido as considerações tidas por indispensáveis quanto à escrita, sigilografia, cronologia, língua em que estão escritos os documentos e até mesmo quanto ao complexo problema da transcrição dos documentos, atentas as particularidades linguísticas regionais.

Em síntese, poderemos afirmar que nestas quase sessenta páginas ficaram traçadas, em linhas rápidas e seguras, os rumos da evolução seguidos, em Espanha, pela Diplomática e pela Paleografia, durante os últimos cem anos.

São trabalhos breves, é certo, mas que só podem e sabem fazer os que muito têm para sintetizar.

J. Marques.

FARFAN NAVARRO, Maria Cruz — *Real Monasterio y Convento de la Puridad. Catalogo de los fondos existentes en el Archivo del Reino de Valencia*, Generalitat Valenciana, 1990, 502 p.

RABASSA I VAQUER, Carles A. — BARRERA AYMERICH, Modest — PÉREZ LOBO, Luis Miguel — *Catalèg de l'Arxiu Municipal de Culla*, Generalitat Valenciana, 1990, 355 p.

GARCIA GOMEZ, Amparo et alii — *Guia del Archivo de la Ex.ma Diputación Provincial de Valencia*, Generalitat Valenciana, 1990, 274 p.

ANDRÉS ROBRES, Fernando et alii — *Inventario de fondos notariales del Real Seminario de Corpus Christi de Valencia*, Generalitat Valenciana, 1990 642 p.

Aspecto exemplar de política cultural

Pareceu-nos conveniente apresentar conjuntamente os quatro volumes de catálogos acima referenciados, e fazêmo-lo por três motivos: primeiro, porque a afinidade temática destas publicações o aconselha, depois porque foram todos editados, em 1990, a expensas da Generalitat Valenciana — designação que poderemos traduzir por “Governo Autónomo de Valência” — e, finalmente, porque, assim, é possível salientar melhor a exemplaridade de um aspecto importante da política cultural seguida nesta região autónoma, independentemente das pessoas que presidem aos seus destinos.

Quem tiver algum conhecimento da acentuada mudança que se tem verificado em Espanha nos últimos anos não deixará de reconhecer quanto o sector da Cultura beneficiou da nova realidade política, sobretudo nos domínios de defesa e salvaguarda do património histórico monumental, linguístico e documental, para não falarmos de tantos outros aspectos.

De momento, queremos referir-nos somente à área documental e, consequentemente, arquivística. A restauração das autonomias regionais foi de encontro às preocupações de defesa da identidade própria por que alguns tanto haviam pugnado e não se poderia, agora, perder a oportunidade de afirmação regional que se lhes deparava e nada melhor para isso do que valorizar a sua história regional e local. Mas este projecto passa, inevitavelmente, pela preservação das fontes histórico-documentais, pelo seu conveniente tratamento arquivístico e pela publicação dos mais variados instrumentos de busca — guias, roteiros, inventários, catálogos, etc. — sem olvidar o magno problema das adequadas instalações.

Deste vasto sector, queremos fixar a atenção no programa de publicação destes instrumentos, verdadeiramente indispensáveis aos investigadores, que o mesmo é dizer, para fazer progredir a investigação e o conhecimento histórico.

O projecto está consolidado, como demonstra o facto de a colecção *Arxius Valencians*, destinada a reunir todas as publicações desta natureza, incluir já doze volumes, de extensão variável conforme o conteúdo dos arquivos ou dos fundos tratados, mas todos rigorosamente apresentados segundo o mesmo critério. Só no ano de 1990, viram a luz do dia quatro, num total de 1770 páginas, ascendendo o último (vol. 12) a 642 páginas. O facto poderia passar despercebido, mas convém reflectir na dinâmica cultural que lhe está subjacente.

É que, se a publicação destes instrumentos de pesquisa recompensa, de certo modo, os seus autores e serve a investigação, também estimula outros técnicos profissionalizados ou simplesmente incumbidos de tarefas específicas. Os exemplos atraem, não só os indivíduos, mas também as próprias instituições, interessadas na publicação dos catálogos da documentação conservada à sua guarda. Clara manifestação do que acabamos de afirmar reside na circunstância de três dos quatro volumes que motivaram estas considerações patentearem ao público a totalidade dos fundos documentais de outros tantos arquivos: Municipal de Culla, da Ex.^{ma} Diputación Provincial de Valencia e do Real Colégio Seminário do *Corpus Christi* de Valencia, com a sua famosa colecção de livros notariais.

Como refere Javier Sanchez Portas em relação ao arquivo municipal de Culla, a colaboração do Governo Autónomo traduziu-se em verbas para a aquisição de mobiliário, bolsas para os técnicos incumbidos da catalogação, para não falar já da publicação do respectivo volume.

Na concretização deste projecto, há outros aspectos que urge divulgar, especialmente a articulação com o departamento de Paleografia e Arquivística da Universidade de Valencia, de que o seu principal responsável, o Professor José Trenchs Odena, recentemente falecido, era um grande impulsionador, bastando ler o *prólogo* que escreveu para o *Inventario de fondos notariales del Real Colegio Seminario de Corpus Christi de Valencia* para se concluir que este volume surgiu na sequência das iniciativas por ele tomadas. Este esforço implicou outras preocupações sectoriais, como a necessidade de se proceder à elaboração do quadro classificativo da documentação municipal, de que se incumbiu um grupo arquivista de Madrid.

Afinal, não enveredamos pelas referências centradas nos conteúdos das obras referenciadas de início. Elas falam por si. Gostaríamos, no entanto de chamar a atenção para o facto de cada um destes catálogos incluir um estudo prévio adequado, destinado a situar o espólio em causa e a conduzir o leitor menos experiente ou completamente desconhecedor, através dos vários núcleos e séries.

Naturalmente, poderá dizer-se que uma governação assim voltada para estes aspectos culturais também colherá dividendos, — (e que mal há nisso?) — mas os resultados, esses perdurarão.

J. Marques.

ENTRADAS

- ALONSO, Eliseo — *Pescadores del río Miño*.
Manual de ornitoloxía.
- El hombre y el mar en la costa suroeste de Pontevedra*.
- APARICIO CASADO, Buenaventura — *Arqueología y antropología cultural de la
 margen derecha de la ría de Pontevedra*.
- BAKEWELL, Peter — *Plata y empresa en el Potosí del siglo XVII*.
- CASTRO LOPEZ, Antonio — *A camarcalización en Galicia*.
- CASTRO LÓPEZ, Antonio e outro — *Os xogos de sorte, envite e azar en Galicia*.
- CIGOÑA MUÑES, Estanislau Fernández de la — *Fauna galega para menos galegos*.
- FARIÑA JAMARDO, José — *El pequeño mundo de la vida local*.
- FERNANDÉZ ARRUTI, M.^a del Carmen — *La capilla de Nuestra Señora del Refugio
 la Divina Peregrina*.
- GARCIA PEREIRA, Fernando — *La construcción en Galicia*.
- GONZALEZ BLANCO, Antonino — *Arte e poblamiento en el SE. peninsular durante
 los últimos siglos de civilización romana*.
- GONZALEZ MARTIN, Gerardo — *La vocación ferial de Vigo Francisco Leiro*.
- LISTE FERNANDEZ, Araceli Mercedes — *El besadoiro y su ergología*.
- LOPEZ Y LOPES-RIOS, Bernardo — *Pontevedra: de la leyenda a la historia*.
Real Ramos, Carlos Afonso del — La prehistoria.
- MARIÑO FERRO, Xosé Ramón — *Plantas, carnes y minerales medicinales*.
Actas del 1.º Congreso Internacional «Gallaecia».
- MARTINEZ LÓPEZ, Alberte — *O cooperativismo católico no proceso de modernización
 da agricultura galega, 1900-1943*.
- NÚÑEZ SOBRINO, Angel — *«Meditaciones de la interior»*.
- OTERO, Isaac — *Uvela Sonora*.
- PORTA VILA, M.^a del Carmen e outros — *Arboles y arbustos en los jardines de
 Pontevedra*.
Pontevedra Turística: guía provincial.
- REIMONDÉZ PORTELA, Manuel — *A estrada rural*.
- SÀNCHEZ AVALOS, Julia — *El Puerto de Marín*.
Inventario Archivo Municipal del Ayuntamiento de Ribadumia.
Inventario Archivo Municipal del Ayuntamiento de Buen.
Inventario Archivo Municipal del Ayuntamiento de Vila Boa.
Inventario Archivo Municipal del Ayuntamiento de Tui.
Inventario Archivo Municipal del Ayuntamiento de Poio.
Inventario Archivo Municipal del Ayuntamiento de Redondela.

Inventario Archivo Municipal del Ayuntamiento de Vilagarcía de Arcusa.

Inventario Archivo Municipal del Ayuntamiento de Vilanova de Arcusa.

Inventario Archivo Municipal del Ayuntamiento de Baiona.

Inventario Archivo Municipal del Ayuntamiento de Ponte Caldelas.

Inventario Archivo Municipal del Ayuntamiento de Cotobade.

VELAZQUEZ SORIANO, Isabel — *Las pizarras visigodas.*

VILLARONGA GARCIA, Manuel A. — *Vilagarcía, Vilaxóan y Carril.*

